A Coleção A Revolução Brasileira em Debate chega ao público apresentando obras que abordam as controvérsias teóricas, estratégicas e táticas das lutas de classes no Brasil na sua atualidade. Em seus volumes serão apresentadas criticamente as histórias de diversos movimentos sociais particulares, das lutas de classes em geral e das teorias que buscam explicá-las a partir de sua historicidade e conexão com a totalidade social. A diversidade de temas e questões abordadas encontrarão, por outro lado, seu eixo central e comum na busca de uma estratégia para a transformação socialista em nosso país a partir da apropriação crítica de nosso passado recente.

Assim, ao reunir trabalhos de jovens e promissores intelectuais e pensadores já conhecidos do grande público, o objetivo desta coleção é um só: subsidiar o debate sobre a revolução brasileira, inventariar o passado para reinventar o futuro.

Neste livro, que abre a coleção “A revolução brasileira em debate”, oferecemos uma inventário crítico da Estratégia Democrático-Popular, abraçada por grande parte da esquerda brasileira nas últimas três décadas. Ela é examinada teórica e historicamente. Mostram-se seus principais conceitos, expõem-se os encadeamentos-chave, dialoga-se com os grandes intelectuais cujo pensamento constituiu os insumos para sua formulação e analisa-se sua implementação em diversos campos e políticas públicas.

Testa-se aqui a seguinte hipótese, que julgamos comprovada: a Estratégia Democrático-Popular não é apenas a expressão de uma leitura particular da realidade, nem somente a intenção de um ou outro partido. Ela corporifica, da perspectiva da esquerda engajada na luta por reformas sociais, o espírito de nosso tempo.

Iasi, Figueiredo e Neves (orgs.)

A Estratégia Democrático-Popular

MAURO IASI
ISABEL MANSUR FIGUEIREDO
VICTOR NEVES
(ORGS)

A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO POPULAR

UM INVENTÁRIO CRÍTICO

LUTAS ANTICAPITAL

Este livro é resultado de trabalho coletivo, reflexão em grupo, longos debates e muitas disponibilidades individuais. Sua história é um pedaço da história recente da esquerda no Brasil, caminhos quebrados aglutinando intelectuais oriundos de diferentes organizações e posições políticas. Gravita em torno do compromisso comum com a luta pela emancipação humana da forma social planetária em que o centro da vida não é a própria vida, mas a valorização do valor.

Seu processo remete a nomes, datas, abrigos. Dentre eles, desponta o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio. Ali perguntou-se; respondeu-se; discutiu-se; brigou-se. Lá germinaram ideias, estreitaram-se laços, floresceram estudos. Ecoou, e ecoa: por que fomos derrotados?

Percebeu-se a necessidade de realizar um inventário, mapeando os elementos que herdamos, sobre os quais construímos a experiência histórica que agora encontra seu desfecho. Lançaram-se batedores em várias direções. Cada um que encontrasse indícios, que os trouxesse para o grupo. Somaram-se novos pesquisadores, produziram-se teses, dissertações, artigos, provocações. Organizou-se um seminário, em outubro de 2017. 100 anos depois da inauguração de um mundo novo, nos perguntávamos em meio a seus escombros: por que fomos derrotados?

Desse seminário surge o livro, que reúne os textos-guia das intervenções. Ele é dedicado ao companheiro Luís Carlos Scapi, que, não escrevendo, é um de seus principais autores.

A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR: UM INVENTÁRIO CRÍTICO

Mauro Iasi
Isabel Mansur Figueiredo
Victor Neves
organizadores

1ª edição
Lutas anticapital
Marília - 2019

A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR: UM INVENTÁRIO CRÍTICO

André Dantas
Caio Andrade Bezerra da Silva
Caio Martins
Cátia Guimarães
Daniel Lage
Daniela Albrecht
Elias Moreira
Fernando Correa Prado
Isabel Mansur Figueiredo
Mauro Iasi
Morena Gomes Marques
Rodrigo Castelo
Stefano Motta
Suenya Santos
Victor Neves

COLEÇÃO A REVOLUÇÃO BRASILEIRA EM DEBATE

Editora Lutas anticapital

Editor: Julio Okumura

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Foto da Capa: Greves no ABC paulista (1978)

Capa: Caio Martins, Filipe Boechat e Mariana da Rocha Corrêa Silva

Revisão: Victor Neves

Impressão: Renovagraf

R454 A estratégia democrático-popular: um inventário crítico/ Mauro Iasi, Isabel Mansur Figueiredo, Victor Neves – Marília: Lutas Anticapital, 2019.
(Coleção A revolução brasileira em debate)
444 p.
Inclui bibliografia

ISBN 978-85-53104-19-2

1. Comunismo. 2. Movimentos sociais. 3. Democracia. 4. Populismo. 5. Controle social. 6. Desenvolvimento rural. I. Título.

CDD 320.011

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211
FFC – UNESP – Marília

1ª edição: abril de 2019

Editora Lutas anticapital
Marília –SP
edlutasanticapital@gmail.com
www.lutasanticapital.com.br

Sumário

Parte II
Aspectos da Realização Histórica da Estratégia Democrático-Popular

A Luís Carlos Scapi,
teimoso arquiteto de perguntas,
amplas linhas em croquis invisíveis.
Daí livros. Como este.

NOTA DO CONSELHO EDITORIAL

A Editora Lutas Anticapital tem como compromisso a publicação de livros dos fundadores do materialismo histórico dialético, a saber, Karl Marx e Friedrich Engels, bem como as obras de outros autores, tributários dessa tradição teórica e dedicados a temas agudos, sejam da sociedade brasileira ou mundial.

Nessa perspectiva, já empreendemos alguns esforços, tais como, a criação da Biblioteca Básica do Mundo do Trabalho Associado, a criação da Biblioteca Marx, com textos de Paulo Lima Filho (Pensando com Marx I) e de Marcos Del Roio (Marx e a Luta política), a Biblioteca Básica do Mundo Árabe, a Biblioteca de Tecnologia Social e a Biblioteca de Gênero.

No presente ano, iniciou-se a publicação da série de Livros de Bolso. Iniciamos a série com os livros "Sobre o óbvio", de Darcy Ribeiro; "Populações e territórios espoliados pela ampliação recente da infraestrutura industrial capitalista", de Oswaldo Sevá Filho e "Quem é o povo no Brasil?", de Nelson Werneck Sodré. Os livros "A conspiração contra a escola pública", de Florestan Fernandes, "A autogestão comunal", de Claudio Nascimento, "A cidadania burguesa e os limites da democracia" de Cláudia Aguillar e "Da Universidade Necessária à Universidade para além do capital", de Henrique Tahan Novaes estão em fase de acabamento.

Ademais, a Editora Lutas Anticapital pretende forjar sua atuação junto aos trabalhadores, colaborando crescente e decisivamente, por meio da educação popular, com o adensamento crítico da consciência da classe trabalhadora. Para tanto, várias articulações estão sendo firmadas: como exemplo, tem-se a parceria com a Escola de Educação Popular Rosa Luxemburgo (MST - Iaras-SP), por meio da qual muitos livros, introdutórios ao pensamento materialista histórico dialético brasileiro, estão sendo preparados e destinados à formação de jovens militantes de diversos movimentos sociais.

Na esteira desses esforços, em janeiro de 2019, a Editora recebeu com muita satisfação a proposta editorial da Coleção “A Revolução Brasileira em debate”. Prontamente aceita, o Conselho da Coleção iniciou a edificação da mesma. Tal participação ativa aportou qualidade inequívoca ao nosso projeto e, aos leitores, a certeza de terem contato com um enfrentamento teórico rigoroso das múltiplas dimensões da Revolução Brasileira, de sua história, das suas dinâmicas, dos seus impasses e desafios no momento atual.

Por fim, receba o leitor este primeiro volume, como livro inaugural da Coleção. Com ele, tenha certeza de que esta jovem Editora reforça seu compromisso com a produção e reprodução da crítica, tão imprescindível ao tempo histórico presente, a um só tempo que reforça seus compromissos com a classe trabalhadora, na medida em que essa se empenhe na luta pela construção de uma sociedade para além do capital.

Julio Okumura
Editor

Rogério Fernandes Macedo
Henrique Tahan Novaes
Fabiana de Cássia Rodrigues
Membros do Conselho Editorial
31 de Março de 2019

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

Conselho da Coleção "A Revolução Brasileira em Debate"

A Coleção *A Revolução Brasileira em Debate* chega ao público apresentando obras que abordam as controvérsias teóricas, estratégicas e táticas das lutas de classes no Brasil na sua atualidade. Em seus volumes serão apresentadas criticamente as histórias de diversos movimentos sociais particulares, das lutas de classes em geral e das teorias que buscam explicá-las a partir de sua historicidade e conexão com a totalidade social. A diversidade de temas e questões abordadas encontrarão, por outro lado, seu eixo central e comum na busca de uma estratégia para a transformação socialista em nosso país a partir da apropriação crítica de nosso passado recente.

Os trabalhos que nossa coleção agora disponibiliza iniciaram há mais de uma década com as reflexões junto ao Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio, que foram, posteriormente, aprofundadas em diversos programas de pós-graduação e núcleos de pesquisa em todo o país.

Nenhum momento seria mais propício para este tipo de abordagem em que se entrelaçam teoria e política. Vivemos o fim de um ciclo histórico e o esgotamento da estratégia que predominou no período mais recente, com todas as graves consequências que presenciamos. Isso tem contribuído para que a classe dominante estabeleça sua hegemonia retirando e destruindo direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora brasileira, agravando sua condição de vida.

Para reverter esse quadro, superar as experiências do passado e empreender um novo ciclo de lutas, torna-se imprescindível o conhecimento profundo de nossa história recente. É necessário um inventário. Somos legatários de uma experiência e de um conjunto de verdades consagradas que precisam ser inventariados, revisitados, problematizados e criticados na teoria e na prática. É por isso que a história de cada luta, de cada teoria, de cada intelectual, de cada tese convictamente defendida no passado serão tratadas no presente com o mais profundo rigor teórico e crítico.

Assim, ao reunir trabalhos de jovens e promissores intelectuais aos de pensadores já conhecidos do grande público, o objetivo desta coleção é um só: subsidiar o debate sobre a revolução brasileira, inventariar o passado para reinventar o futuro.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2019

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

Comissão Organizadora do Seminário-Livro
"A Estratégia Democrático-Popular: um inventário crítico”

Este livro é resultado de trabalho coletivo, reflexão em grupo, longos debates e muitas disponibilidades individuais. Sua história é um pedaço da história recente da esquerda no Brasil, caminhos quebrados aglutinando intelectuais oriundos de diferentes organizações e posições políticas. Gravita em torno do compromisso comum com a luta pela emancipação humana da forma social planetária em que o centro da vida não é a própria vida, mas a valorização do valor.

Seu processo remete a nomes, datas, abrigos. Dentre eles, desponta o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio. Ali perguntou-se; respondeu-se; discutiu-se; brigou-se. Lá germinaram ideias, estreitaram-se laços, floresceram estudos. Ecoou, e ecoa: por que fomos derrotados?

Percebeu-se a necessidade de realizar um *inventário*, mapeando os elementos que herdamos, sobre os quais construímos a experiência histórica que agora encontra seu desfecho[1]. Lançaram-se batedores em várias direções. Cada um que encontrasse indícios, que os trouxesse para o grupo[2]. Somaram-se novos pesquisadores,

---

[1] O termo “inventário” foi tomado de empréstimo de Antonio Gramsci, que com ele se refere ao caminho para a auto-compreensão de nossa própria concepção de mundo, pavimentado pela crítica. Inventariá-la significa analisa-la como um produto histórico que deixa em nós uma “infinidade de traços acolhidos sem análise crítica”. Cf. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, v. 3. p. 94. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1999).

[2] Esse trabalho em grupo foi antecedido e preparado pelo esforço de análise materializado nos textos a seguir. 01. IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento.* São Paulo: Expressão Popular, 2006. 02. IASI, Mauro. *Caio Prado Junior: sentido, trilhas e caminhos da revolução brasileira,* in PINHEIRO, Milton (org.). Caio Prado Junior: História e Sociedade. Salvador: Quarteto, 2011. 03. IASI, Mauro. *Democracia de cooptação e apassivamento da classe trabalhadora*, in SALVADOR, Evilásio, BOSCHETTI, Ivanete e GRANEMANN, Sara. Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez, 2012. 04. IASI, Mauro. *O PT e a Revolução Burguesa no Brasil*, in IASI, Mauro. Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural. São Paulo: ICP, 2017 (o texto é de 2012)

produziram-se teses, dissertações, artigos, provocações. Organizou-se um seminário, em outubro de 2017[3]. 100 anos depois da inauguração de um mundo novo, nos perguntávamos em meio a seus escombros: por que fomos derrotados?

Desse seminário surge o livro, que reúne os textos-guia das intervenções. Ele é dedicado ao companheiro Luís Carlos Scapi, que, não escrevendo, é um de seus principais autores.

O núcleo da estratégia democrática

A noção de estratégia remete ao jargão militar, e relaciona-se àquela de tática. Enquanto esta última diz respeito a operações realizadas durante um combate ou na iminência dele, no campo de batalha, especialmente durante contato com o inimigo, a estratégia reporta-se ao planejamento e à execução de movimentos que visam a alcançar ou manter posições favoráveis a futuras ações táticas, ou seja, ao planejamento do conjunto das operações de guerra visando o objetivo final.

Na política, por extensão, a estratégia é a teorização da combinação entre as diversas formas particulares e momentos singulares de embate entre os blocos em presença, tendo em vista atingir seus objetivos. Dito de outro modo, estratégia é a teoria do emprego de cada embate como meio para atingir o objetivo final. Já a tática é a teoria da formação e da condução de cada um destes embates singulares tomado em si mesmo, ou seja, a teoria dos meios para vencer cada um dos embates tomado momentaneamente como fim.

---

[3] É bom destacar que o esforço de pesquisa aqui representado não começou no espaço acadêmico, mas sim no NEP 13 de Maio. Dali, se espraiou por uma série de iniciativas em vários pontos do Brasil, de militantes de movimentos sociais, sindicatos, partidos e organizações de esquerda. No entanto, é igualmente importante frisar que, não tendo nascido ali, esse esforço chegou às universidades e foi acolhido por núcleos de pesquisa, dissertações e teses que deram aprofundamento e qualidade teórica às hipóteses e caminhos de estudo abertos anteriormente. Este nos parece um exemplo de como a Universidade pode, e deve, se alimentar de temas e preocupações que vêm da sociedade e encontram nela condições para a reflexão sistemática. O seminário que esteve na origem deste livro, por exemplo, ocorreu no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM) da Escola de Serviço Social da UFRJ, e contou com o apoio de seu Programa de Pós-Graduação.

É nesse sentido que falamos em "estratégia democrática", diferenciando-a de "estratégia socialista". É que na primeira, ainda que o objetivo final declarado seja criar as condições para um dia se chegar ao socialismo (o objetivo pode ser outro: por exemplo, fortalecer-se a própria democracia, tomada como fim em si), os embates presentes são organizados em torno do aprofundamento da democracia e de conquistas sociais tidas como relacionadas a ela. Deixa-se, assim, o objetivo socialista de lado, momentânea ou permanentemente.

Isso se manifesta em alguns pontos centrais, comuns tanto à estratégia nacional-democrática (END), vigente no Partido Comunista Brasileiro (PCB), com idas e vindas, da segunda metade dos anos 1930 aos anos 1990, quanto à estratégia democrático-popular (EDP), hegemônica no Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de meados dos anos 1980. São eles, em resumo: a suposição da imaturidade de determinada formação econômico-social (em nosso caso, a brasileira) para o engajamento aberto e imediato em uma transformação socialista; como consequência, a auto-interdição da propaganda aberta, e da implementação propriamente dita em eventuais situações de governo, de medidas que caminhem inequivocamente em tal direção; o compromisso com o fortalecimento dos componentes democrático-burgueses da sociedade em que se atua, supostamente para que se amadureçam as condições, objetivas e subjetivas, para uma futura possibilidade de superação do capitalismo.

ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA E REALISMO POLÍTICO

A impossibilidade momentânea da luta aberta pelo socialismo se deveria a fatores tidos como objetivos ou subjetivos, tais como: uma transição incompleta ao capitalismo; a incompletude da nação; a capacidade de as classes dominantes manterem seu domínio através de mecanismos autocráticos herdados de nossa peculiaridade histórico-estrutural, que teriam de ser arrefecidos através do fortalecimento da democracia; a imaturidade política das classes trabalhadoras; o enfraquecimento do proletariado por processos sociais como a desindustrialização. Isso levaria à imposição da adesão a um longo, progressivo e tendencialmente linear (na resultante, os eventuais recuos teriam de ser menores que

os avanços, ou o projeto não pararia de pé) movimento de conquistas sociais e resistência a ataques.

Articulando-se tal posição à constatação de um cenário mundial desfavorável, pós-neoliberal, muitos concluíram, a partir de um suposto realismo político, que seria necessário não apenas postergar qualquer medida tendente a ambições maiores de igualdade social, mas, inclusive, operar “pequenas” restrições de direitos (numa espécie de lógica do “dar os anéis para não perder os dedos”), que viabilizassem a permanência no poder de modo a continuar a implementação dessa política do possível, dessa melhor gestão do existente, desse menos pior. A aceitação de tais limites conduz ao campo amplo do reformismo, marcado pela negligência de certos problemas cruciais relacionados a processos de ruptura com a ordem burguesa. Localizam-se aí, por exemplo, o problema da especificidade das temporalidades dos processos sociais revolucionários, e o do permanente movimento (e da permanente possibilidade de refluxo, involução, transformação em seu contrário) das formas de consciência de classe.

Verifica-se historicamente que a defesa desse núcleo duro pôde se aproximar do compromisso com a ordem social burguesa *tout court*, ou melhor, com uma sua versão tida como mais macia, palatável, humana. Buscam-se formas de pacto em que seja possível mitigar seus aspectos considerados socialmente mais deletérios, mantendo-se as relações sociais em sua base. Respeitam-se o sócio-metabolismo do capital, as relações de propriedade privada, a possibilidade de compra e venda de força de trabalho, mas pretende-se alcançar a equidade, ou inclusão da massa historicamente deserdada, através da ampliação de direitos, ou, na versão rebaixada, da consolidação de um pujante mercado interno e da universalização do acesso a ele. Tudo isso se articularia a medidas distributivas operadas através do aparelho estatal.

Para alguns, essa equidade seria o primeiro passo para consolidar as condições para o advento progressivo, num futuro indeterminado, do socialismo. Para outros, seria o próprio objetivo da luta política após a falência das experiências do Leste, que teria demonstrado a inviabilidade histórica definitiva do sonho socialista. Na prática, a igualdade social passa a ser tratada, na melhor das hipóteses, como ideia reguladora, posta em um horizonte ao qual se pode, quem sabe um dia, chegar.

Dilui-se o objetivo socialista em uma temporalidade não apenas larga, mas indefinida. Nela, desaparecem, ou são remetidos a um futuro indeterminado e indeterminável, os momentos de acirramento do conflito e a figura da ruptura política. Nesse quadro de diluição, importantes diferenças políticas de fundo, como a que existe entre a manutenção do compromisso com a construção do socialismo ou o abandono de tal posição, tornam-se antes teórico-discursivas que práticas, permitindo a convivência de amplos setores sob o mesmo feixe ideológico.

Couberam e cabem aí socialistas, neo-desenvolvimentistas, social-liberais, comunistas, socialdemocratas.

INVENTARIANDO A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR

A chegada do PT ao governo central, em 2003, realizou uma das possibilidades de desdobramento da estratégia democrática, marcada por estes pontos: a) exclusão da possibilidade de transição socialista do debate; b) adesão a uma dentre diferentes modalidades de política do possível, tendo na disputa pelos diversos e numerosos espaços do Estado e do chamado "controle social" o eixo articulador da luta política.

Nesse partido, uma variante de estratégia democrática, autodenominada "democrática e popular", era hegemônica desde meados dos anos 1980. Nela, estavam presentes: a) a indicação de supostas incompletudes no desenvolvimento capitalista brasileiro, materializadas, por exemplo, na existência de profundas desigualdades regionais e da marginalização dos setores populares dos espaços políticos; b) a suposição de que elas teriam de ser resolvidas para que se pudesse eventualmente pautar uma proposta de transição socialista; c) a afirmação, no sentido de resolver o problema da transição, de um programa antilatifundiário, anti-imperialista, antimonopolista; d) a aposta no acúmulo progressivo de forças dos trabalhadores, através de sucessivas vitórias parciais em dois planos, o dos movimentos sociais e o da ocupação de espaços na institucionalidade propriamente estatal; e) a organização da ação política em torno da bandeira do fortalecimento da democracia política e econômica, e das instituições que a encarnassem.

Abordaremos, nos capítulos a seguir, diversos aspectos dessa estratégia, indo do esquadrinhamento de suas bases teóricas ao exame de aspectos históricos de sua realização.

ROTEIRO DE VIAGEM

Os dezessete capítulos que compõem este livro se distribuem em duas partes, seguidas por um epílogo. Na primeira, são mapeadas as bases teóricas da estratégia democrático-popular. Na segunda, enumeradas experiências em que essa estratégia se materializou.

A primeira parte abre com um texto de cinco de nós, escrito em 2013 e publicado originalmente na revista *Marx e o Marxismo*, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Marxistas da Universidade Federal Fluminense. Esse texto foi produzido no contexto em que implementávamos, no Rio de Janeiro, um grupo de estudos que se reuniu regularmente por cerca de dois anos. Ali lemos, preparamos aulas uns para os outros, discutimos diversos dos temas que serão aprofundados neste livro. O texto foi um marco importante em nosso debate, e por isso decidimos reproduzi-lo aqui tal como foi publicado, dando uma ideia do processo pelo qual passamos.

Ele arranca da hipótese inicial de que vivemos o encerramento de um ciclo histórico, o do PT, e de sua estratégia para a revolução brasileira, a EDP. Na busca por esmiuçar a estratégia correspondente ao ciclo, procuramos rastreá-la a partir da teoria social que a informava, partindo da hipótese de que ela amalgama elementos presentes nas obras de intelectuais como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho. O texto foi considerado por nós como um passo no sentido da sistematização de um inventário referente à transição do ciclo da estratégia nacional e democrática ao ciclo da estratégia democrático-popular. Buscamos também apontar como a obra de Ruy Mauro Marini pretendeu contribuir para a crítica da estratégia democrática e a constituição de uma estratégia socialista da revolução brasileira.

O segundo capítulo rastreia outras fontes da estratégia democrático-popular, dirigindo o foco ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com influxos da economia política da Escola de Campinas, teriam sido esses os aparelhos de sistematização e difusão

ideológicas das bases fundacionais de um dos ramos da EDP. Alinham-se elementos da história da constituição das ideias-motrizes das ciências sociais e da economia política da EDP, enfatizando os aparelhos privados de hegemonia e seus intelectuais, produtores e difusores dessa estratégia política que se tornaria hegemônica.

No terceiro capítulo, explicitam-se nexos entre a EDP e a socialdemocracia, a partir do enquadramento desta última como fenômeno histórico internacional, marcado pela decisão de parte da esquerda em respeitar incondicionalmente a institucionalidade democrática nas sociedades burguesas. Mostra-se como esse compromisso impacta no comportamento político desses grupos; em seu programa econômico; em suas relações com o proletariado e as classes trabalhadoras, alegadamente representados por essas organizações. Buscam-se trazer certos elementos da trajetória do PT, sugerindo aproximações.

O quarto capítulo aproxima o inventário da EDP das reflexões em torno da dependência e do projeto de um desenvolvimento brasileiro. Resgata-se a teoria marxista da dependência (TMD); problematiza-se o papel da ideologia do desenvolvimento na história do pensamento econômico no Brasil; sugere-se a assimilação desta última à análise econômica nos marcos da EDP. Um aspecto central da crítica aqui realizada é que as análises orientadas pelo horizonte do desenvolvimento tendem a desistoricizar o processo social concreto, naturalizando as relações de dominação e exploração vigentes e apresentando processos históricos particulares como passíveis de universalização, e projetos políticos particulares como se fossem universais.

No quinto capítulo, sistematizam-se as principais características das teorias hegemônicas na interpretação dos movimentos sociais ao longo dos vinte anos compreendidos entre a virada aos anos 1980 e a virada aos 2000, no Brasil, relacionando-as com aspectos do processo de realização da EDP. Para isso, são destacadas as principais ideias-força das teorias dos novos movimentos sociais.

No sexto capítulo, discute-se o lugar e o papel do proletariado na controvérsia em torno da estratégia democrático-popular nos dias atuais. Mostra-se como, hoje, parte dos defensores da EDP (mas, também, de seus críticos) associam a imaturidade das condições para uma transição socialista no Brasil a uma suposta perda do

protagonismo político do proletariado, relacionada aos processos de desindustrialização e reprimarização da economia. Sugerem-se contradições nessa tese, a partir de indicadores do movimento da economia brasileira recente.

O sétimo e o oitavo capítulos constituem um retorno mais detido ao passo inicial do inventário, encerrando provisoriamente o mapeamento das bases teóricas da EDP com Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, José Chasin, Ruy Mauro Marini e Carlos Nelson Coutinho. Isso ocorre num ponto do livro em que importantes elementos de crítica já foram apresentados, de tal modo que a volta da reflexão a esses autores é enriquecida.

A segunda parte abre com um capítulo, o nono, em que se discute o advento do lulismo como realização historicamente determinada da estratégia democrático-popular. São explorados os efeitos sobre a esquerda brasileira da percepção processual da democracia e do engajamento na igualdade formal via mercado, que impactaram profundamente seu projeto político, capturado pelo rebaixamento do objetivo da luta à necessidade de superação de uma suposta incompletude do capitalismo brasileiro.

Já o décimo capítulo testa essa hipótese em uma análise dos governos Lula. Mostra-se ali como lograram socializar a política sem socializar o poder político, constituindo, enquanto permitiu o ciclo de acumulação capitalista, a solução para a hegemonia burguesa no passado recente do país. Nota-se, ainda, que a realização da estratégia democrático-popular nos interpela a intensificar o debate estratégico e programático na conjuntura pós-golpe de 2016.

Os três capítulos seguintes versam sobre diferentes aspectos da realização da EDP na área da saúde e de seus movimentos sociais. No capítulo onze, problematiza-se o endosso dos valores, instrumentos e canais existentes no interior da ordem burguesa, tidos como únicas ferramentas de luta legítimas, examinando-se os empregos da noção de controle social. Sugere-se que, como expressão do recuo da EDP, essa adesão reforça o elogio da luta meramente institucional e pretende a transformação social pelo controle do Estado e do capital.

No doze, analisa-se o trato da questão social nos governos do PT, em especial a saúde, problematizando o processo de transformismo petista e as propostas contrarreformistas implementadas. Identificam-se, ali, a manutenção da política macroeconômica dos governos de Fernando Henrique Cardoso e a focalização

do emprego das políticas sociais em situações emergenciais de pobreza, sem configurar direitos universais, combinada à promoção da mercantilização dos serviços sociais.

No treze, examina-se a trajetória do movimento antimanicomial brasileiro, explicitando-se pontos importantes de sua relação com sua versão italiana. Sugere-se, através das convergências entre esses movimentos nacionais, aquela existente entre a EDP e o eurocomunismo. A hipótese subjacente é que tais movimentos, sendo parte integrante da luta dos trabalhadores, foram fortemente determinados pelos elementos centrais a informar as estratégias em torno das quais se organizavam essas lutas. O elemento ressaltado aqui é a aposta no acúmulo de forças que, conjugando a ocupação tática de espaços do Estado à pressão exercida pelos movimentos sociais, conduzisse à progressiva democratização da sociedade e do Estado.

No capítulo quatorze, recupera-se a dimensão do meio rural brasileiro, buscando-se integrá-lo sob a perspectiva de totalidade. Consideram-se, portanto, as relações sociais capitalistas perpassando a conformação moderna do país; as interpretações sobre a revolução burguesa no Brasil; o imperialismo e a consolidação de uma economia dependente; o agronegócio como o braço do capital no meio rural; e, finalmente, os dilemas do desenvolvimento rural em face da estratégia democrático-popular.

O capítulo quinze analisa o movimento pelo qual o PT deixou de ser uma organização comprometida com a defesa da educação 100% pública e com a luta contra os interesses privados nessa área, para se tornar um dos principais operadores políticos do grande empresariado da educação no Brasil, assumindo amplo protagonismo na formulação e execução de políticas educacionais a serviço do mercado na aurora dos anos 2000. Destacam-se as mudanças ocorridas nas resoluções partidárias sobre o tema entre as décadas de 1980 e 1990, como também as medidas adotadas a partir da chegada do PT ao governo federal, em 2003.

Já no capítulo dezesseis, estuda-se a ausência de instrumentos de comunicação próprios dos trabalhadores no Brasil, entendida como expressão de uma mudança de estratégia da esquerda pós-redemocratização. Examina-se, no campo teórico, o embasamento de tal mudança sobre uma apressada oposição entre interpretações peculiares dos pensamentos de Lenin e de Gramsci, e

considera-se que, na prática política, a naturalização dos limites de luta por dentro da ordem significou, também em relação à imprensa, o abandono da disputa de hegemonia. No texto, exemplifica-se esse processo com a evolução do tratamento da imprensa pelo PT.

Para nós, o estudo do passado fornece pistas para mapear o terreno em que devemos intervir na construção do futuro. Se toda vida social é essencialmente prática, nossas saídas devem se apoiar no conhecimento racional dessa prática, que passa por sua crítica, e no esforço consciente de converter nossas intenções em práxis transformadora. Assim, nosso esforço coletivo finaliza com um epílogo em que se prospectam tendências do futuro, amparando-se no inventário até aqui realizado e sugerindo novas trilhas.

PARTE I

MAPEANDO AS BASES TEÓRICAS DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR

A "ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR" E UM INVENTÁRIO DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA[1]

Caio Martins, Fernando Correa Prado,
Isabel Mansur Figueiredo, Stefano Motta, Victor Neves

INTRODUÇÃO – PARA UMA AUTOAVALIAÇÃO DA ESQUERDA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

O debate sobre a revolução é dos mais ricos no campo da esquerda, se tendo constituído em controvérsia perene. O trabalho teórico e a atuação prática de Marx e Engels representam marco definitivo na superação de tendências golpistas, isolacionistas ou "iluministas" marcantes na atuação anterior de setores revolucionários, tendo alçado a polêmica central a outro patamar. A oscilação polar, desde então, costuma se dar entre reformas e revolução como dois corolários possíveis – e não necessariamente incompatíveis – do se por em luta da classe trabalhadora.

O tema remonta, em sua vertente comunista, ao processo de constituição da classe trabalhadora enquanto classe para si, ou seja: enquanto sujeito histórico portador da emancipação humana como possibilidade, com projeto societário próprio e autônomo. Este processo encontra, no plano histórico universal, três balizas fundamentais: a revolução europeia de 1848 (a "Primavera dos Povos"), quando a classe trabalhadora se antagoniza à burguesia e se rompe definitivamente o "terceiro estado" feudal; a Comuna de Paris de 1871, quando pela primeira vez a classe trabalhadora toma o poder em suas mãos e inicia a implementação de um conjunto de medidas tendentes à emancipação humana; a Revolução de Outubro de 1917, a partir da qual a classe trabalhadora consegue efetivar, pela primeira vez na história, um Estado de transição socialista. Neste ponto, é necessário lembrar que o processo de constituição da classe enquanto classe para si não é linear nem muito menos se desenrola unidirecionalmente: encontra culminações e depressões a

---

[1] Este texto, redigido na segunda metade do ano de 2013, foi publicado pela primeira vez na revista *Marx e o Marxismo*, v. 2, n. 3, em 6 de fevereiro de 2014. Agradecemos à equipe da revista pela gentil autorização da republicação. Reproduzimo-lo aqui sem atualizações de conteúdo.

depender do próprio evolver das condições econômicas, políticas e sociais em cada formação nacional, bem como da capacidade de resistência e atuação da classe trabalhadora através de suas formas organizativas. Os marcos estabelecidos aqui assinalam, portanto, níveis de culminação ou “pontos máximos de consciência”, o que não significa que a classe neles permaneça ou a eles retorne necessariamente.

No Brasil este processo está muito estreitamente relacionado ao próprio surgimento da classe trabalhadora no contexto de transição de formação colonial a formação propriamente capitalista. Ele tem como balizas fundantes a eclosão do movimento operário organizado nas primeiras décadas do século XX e sua culminação na fundação do Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista em 1922. Desde pelo menos 1922, portanto, está posto o debate sobre a revolução brasileira, que se expressou em vertentes diferenciadas. Se também aqui, por um lado, estão presentes os polos “reformas” e “revolução”, por outro lado é possível encontrar, em cada ciclo histórico, certas composições ou configurações estratégicas que pautam todas as demais posições sobre o assunto em uma época dada em certa formação social. Quer sejam favoráveis, quer sejam contrárias a estas configurações-chave, todas as demais posições são forçadas a se posicionar em relação a estas. Tais configurações estratégicas se mostram como únicas e inescapáveis em cada ciclo, e partimos da hipótese de que isso está relacionado ao fato de que elas articulam, em torno do objetivo da revolução (e no caso brasileiro, da revolução brasileira), visões sociais de mundo unitárias e coerentes a partir das quais conquistam posição dirigente face à classe trabalhadora.

Mas como apreender a estratégia correspondente a um determinado ciclo histórico? É necessário, para isso, recorrer à teoria, ao reflexo unitário e coerente, no plano do pensamento, da realidade sobre a qual se busca intervir e que informa a estratégia. É necessário estudar as expressões mais coerentes de determinada interpretação do real, o que ocorre nas obras de certos intelectuais ativos em dado momento. Na escolha dos autores a serem estudados, deve-se levar em conta a *importância histórica da obra* em questão. Esta importância está relacionada: de uma parte, à sua aproximação da unidade e coerência de uma visão de mundo, reproduzindo, no plano da teoria, o movimento social real experimentado empiricamente pela classe e interpretando a realidade; de outra

parte, à própria *práxis* social da classe trabalhadora e ao lugar que a referida obra tenha ocupado no evolver do comportamento desta classe e dos rumos tomados por suas formas de organização política – ou seja, à *seleção real* operada historicamente pela própria classe, através de seus instrumentos de ação política.

Um ciclo histórico é necessariamente associado à constituição da classe como sujeito político e, portanto, inseparável do movimento de sua consciência. A consciência de classe não é um mero saber de si como classe, senão uma consciência prática necessária, isto é, implica que a classe superou sua "serialidade", se fundiu contra uma "ameaça" e assumiu para si tarefas políticas práticas que se confrontam antagonicamente com a classe dominante[2]. A consciência de classe se expressa nos "instrumentos políticos", nas suas práticas organizativas que emergem como forma de enfrentar os problemas colocados pelo real. Daí que a noção de ciclo histórico nos remete ao ascenso e descenso da classe trabalhadora como sujeito político, da construção de seus instrumentos de luta (instâncias coletivas) e do seu esgotamento como alternativa. Associada à criação de instrumentos coletivos que universalizam as lutas particulares, está a elaboração de uma estratégia política que, em seu grau máximo de consciência, tem por objetivo a superação da sociedade capitalista.

Pode-se, assim, falar de estratégia predominante em cada ciclo histórico. Uma estratégia se refere à forma pela qual a classe – através dos instrumentos coletivos construídos para a luta – interpreta, combina, organiza e dirige os diversos enfrentamentos particulares no sentido geral da revolução. No Brasil, é nítida a existência de dois grandes ciclos. O primeiro se refere ao ciclo do PCB ou da estratégia nacional e democrática. Pretendiam-se enfrentar os "restos feudais" e o imperialismo no Brasil – que supostamente travavam o desenvolvimento autônomo do capitalismo no país – e, aliando-se à "burguesia nacional", acelerar o desenvolvimento capitalista e criar as bases para uma segunda etapa – a revolução socialista. O ciclo do PT ou da estratégia democrático-popular se pauta no processo de alargamento da democracia, compreendido como a ampliação progressiva de um conjunto de

---

[2] Para o estudo do movimento da consciência de classe, especialmente no Brasil, ver Iasi (2006).

direitos e de participação política, através da pressão dos movimentos sociais e da ocupação dos espaços no Estado, que se chocariam contra os interesses de nossa classe dominante. É desse choque que emergiria a necessidade do socialismo.

Nesse sentido, temos envidado esforços no estudo das obras de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho como um primeiro passo no caminho da realização de um inventário referente à transição do ciclo do PCB ao ciclo do PT. De outro lado, tomamos a teoria marxista da dependência como interlocutor necessário (apesar de usualmente posto de lado ou refutado sem o devido embasamento – ou talvez por isso mesmo!), na medida em que quis teorizar uma estratégia socialista em plena transição entre os dois ciclos aqui apresentados.

Este texto é antes de tudo a expressão de um trabalho em pleno andamento[3]. Cabe ressaltar, finalmente, o caráter sumário da exposição em função da abrangência da temática, mas que pode ser compensada pela leitura das obras a que fazemos referência.

Caio Prado Júnior e a "Revolução Brasileira"

Caio Prado Jr. (1966) foi um dos principais intelectuais a avaliar criticamente o projeto hegemônico da esquerda brasileira (PCB) após a derrota histórica expressa no golpe de 1964. Em seu livro *A revolução brasileira*, articulou suas principais teses sobre o Brasil numa contraposição veemente aos paradigmas que fundamentaram o modelo de revolução democrático-burguesa do partido e da Internacional Comunista. Sua contribuição parece ser, portanto, fundamental para o pensamento revolucionário brasileiro e para lançar luz ao novo ciclo estratégico que futuramente se consolidaria.

Diante do diagnóstico apresentado pelo campo do PCB sobre a fase anti-feudal e anti-imperialista da revolução brasileira, Caio Prado afirmou que, como fruto das características perenes herdadas da sociedade colonial brasileira, as relações econômicas muito mais

[3] Optamos por não sobrecarregar o leitor com exaustivas notas de rodapé ao longo desta Introdução. Há diversas categorias em uso aqui, como "visão (social) de mundo", "ciclo histórico", "articulações estratégicas" etc. que mereceriam o devido aprofundamento, ou pelo menos a referência às obras e aos autores de onde vieram. Para encontrar essas referências, pode-se recorrer ao trabalho recente de um dos autores deste texto: Neves (2012).

se assemelhavam ao assalariamento e ao trabalho livre do que a qualquer estatuto de relação feudal. Assim, segundo o autor, a contradição principal da formação social brasileira não se encontrava no campo, já que as relações sociais e econômicas neste foram, desde o princípio, moldadas por fatores de natureza mercantil. O "sentido da colonização" teria feito do Brasil uma "empresa capitalista" inserida em relações internacionais de capitalismo comercial. No que se refere à dominação imperialista, o autor sustenta que esta foi engendrada pela mesma origem: a colonização do Brasil influenciou as instituições econômicas, políticas e sociais, que "têm sua origem nessa mesma civilização e cultura ocidentais que seriam o berço do capitalismo e do imperialismo" (p. 121). Sob a herança dessa trajetória, a economia brasileira evoluiu com raízes no capitalismo mercantil baseado no fornecimento aos mercados externos, "o que definiria a característica de relação com o imperialismo" (p. 122) em uma "situação de dependência e subordinação orgânica e funcional" (p. 182).

Por isso, na visão de Caio Prado, não existiu uma burguesia nacional inimiga do imperialismo em nosso país, mas uma burguesia brasileira. Isso aniquila a tese de uma burguesia progressista – nacional e anti-imperialista – oposta aos interesses de setores latifundiários. As frações interna e externa da burguesia estavam, segundo o autor, ligadas a ramos de produção distintos, mas muito mais se associavam do que se combatiam – situação tributária do fato de que, de um ponto de vista histórico, sua característica heterogênea, no que diz respeito à sua origem[4], não suplantou a homogeneidade de seus interesses e a maneira de conduzi-los.

Caio Prado conclui que a rápida ascensão dessa burguesia formou uma classe que, apesar de representar distintos setores e atividades econômicas, se fundia em interesses comuns, sendo, portanto, altamente coesa. Ressalta, ainda, que muitas das primeiras indústrias do Brasil foram construídas por fazendeiros de café, o que torna ainda mais indissociáveis esses setores sociais – não havendo aqui, por exemplo, uma oposição entre burguesia e aristocracia.

---

[4] Os primeiros representantes do que seria um rudimento da burguesia urbana brasileira teriam sido comerciantes portugueses, aos quais se teriam somado, a partir da abertura dos portos, comerciantes de outras nacionalidades.

Assim, “os diferentes setores da burguesia evoluíram paralelamente, ou antes, confundidos numa classe única formada e mantida na base de um mesmo sistema produtivo e igual constelação de interesses” (p. 182).

Mas o capitalismo brasileiro não era idêntico àqueles vigentes no centro do sistema. A natureza de uma economia voltada para fora e submetida às imposições do imperialismo determinava, segundo o autor, a insuficiência da capacidade produtiva brasileira – que, devido à não superação da *heteronomia* herdada dos tempos de colônia, continuava condicionada por necessidades externas à nossa formação social, e não às necessidades internas do próprio povo brasileiro. Por se expandir a partir de relações de trabalho da massa trabalhadora com baixos níveis de vida, a impossibilidade de consumo qualificado era uma decorrência das *deficiências orgânicas* da vida econômica e social do país. A superação dessa contradição e o desenvolvimento de uma economia interna era pressuposto para libertação do país de suas contingências coloniais.

Tal desenvolvimento deveria ser atingido como consequência de uma ver- dadeira reorganização e reorientação da economia pela indução, a partir do Estado, de um *desenvolvimento geral e sustentável*, que levasse em conta, em primeiro lugar, o aumento da demanda e sua articulação com as necessidades fundamentais de consumo. Caio Prado insiste, portanto, no argumento de que o principal problema do Brasil não seria a questão da terra, mas a existência de uma *massa de trabalhadores destituída de tudo* e, consequentemente, impossibilitada de criar demanda para um mercado interno cujo desenvolvimento seria necessário *para a completude do Brasil enquanto nação.* A condição principal para o amadurecimento desta nova realidade seria a esquerda propor um programa de reformas necessárias ao progresso e ao “desenvolvimento do país e do povo brasileiro” (p. 330).

Caio Prado está em busca de um Brasil-Nação, que negue sua condição colonial ininterrupta, criando assim as bases para a *possibilidade* de uma revolução socialista, que não estariam dadas até então. Para cria-las, se fazia necessário completar e autonomizar o mercado interno, o que não se realizaria apenas a partir da livre iniciativa privada, posto que estaria movida por interesses egoístas – o lucro. Seria necessário que uma “vontade geral” (Estado) induzisse o desenvolvimento capitalista brasileiro – entendido enquanto desenvolvimento nacional – e que uma aliança entre trabalhadores e

camponeses pressionasse o Estado para que este pautasse a reorientação do mercado brasileiro para a satisfação das necessidades da população brasileira, e não dos grandes grupos transnacionais.

Assim, a revolução brasileira de Caio Prado não é imediatamente socialista, uma vez que para ele era "impossível" uma revolução socialista numa formação social como a brasileira, de capitalismo "incompleto" ou "imaturo". Curiosamente – e isto é muito interessante –, a posição de Caio Prado, que parte de críticas ácidas à interpretação do Brasil por parte do PCB, considerada fantasiosa, chega a um ponto muito próximo daquele partido em termos de proposta de programa e de ação – e podemos mesmo dizer: de estratégia. Seu programa da revolução brasileira se mantém nos marcos de um caráter nacional e antecipa elementos importantes da Estratégia Democrático-Popular e do ciclo estratégico que se segue.

FLORESTAN FERNANDES: TAREFAS EM ATRASO E DIALÉTICA DE REVOLUÇÃO DENTRO E FORA DA ORDEM

Florestan Fernandes (1976), talvez o principal sociólogo brasileiro, vai se dedicar, em seu ensaio sociológico sobre a *Revolução Burguesa no Brasil*, à compreensão do particular desenvolvimento de nossas relações capitalistas, ao qual atribuiu o caráter de *modernização conservadora*. Segundo ele, o desenvolvimento capitalista e a democracia no Brasil estavam desvinculados e não eram consequência da evolução um do outro – fato que se constituiria como uma "resultante política da forma própria de acumulação de capital nos quadros do capitalismo periférico e dependente". Sua visão tende a suplantar definitivamente a perspectiva que via na revolução burguesa uma possibilidade de revolução nacional e democrática.

A partir de um processo híbrido em que a burguesia não era inicialmente uma classe, tendo se constituído a partir de uma unidade de interesses comuns de "várias burguesias (ou ilhas burguesas) que mais se justapõem do que se fundem" (p. 204), a revolução burguesa no Brasil acontece com características de uma *modernização conservadora* ou *revolução encapuzada*. De acordo com Florestan Fernandes, em um primeiro momento, essa transição conservadora foi encabeçada por elites nativas que não se

contrapuseram propriamente à sociedade colonial, mas às restrições advindas do estatuto colonial, pois este "neutra- lizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social" (p. 32). É nesta ruptura, no processo de Independência, que "o poder deixará de organizar-se de fora para dentro para organizar-se a partir de dentro". Apresentaram-se aí duas tendências, uma conservadora e outra revolucionária: esta buscava a ruptura da condição heteronômica a que tinha sido relegada a economia brasileira e aquela buscava fortalecer a mesma ordem social tal e qual se encontrava, negando o aspecto revolucionário do episódio da Independência, restrito à superação jurídico-política do estatuto colonial. Egressa da situação colonial, nossa economia urbana nasce tendo como base um sistema econômico agrário, escravista e dependente.

Um segundo marco importante no processo de dinamização econômica e amadurecimento das condições internas para uma dominação burguesa foi, conforme Florestan, o período da abolição da escravidão e o começo de uma nova era em que se consolida o trabalho livre. Assim, o autor destaca que, nos períodos antecedentes a uma dominação propriamente burguesa, as elites nativas, e em especial a oligarquia rural ou agrária, tiveram necessidade de se modernizar, porém buscando manter sua influência na dominação. Junto ao imigrante, essa oligarquia desenvolveu uma *concepção burguesa de mundo*, assumindo, para si, o pioneirismo da modernização. Seus interesses e sua unificação enquanto bloco de poder deram-se em oposição à pressão dos novos "assalariados ou semi-assalariados do campo e da cidade" (p. 210).

O terreno político foi o campo de confluência de interesses, em que foi estabelecido seu pacto tácito de dominação de classe: "(...) visavam exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares." (p. 204). Florestan caracteriza a irrupção da dominação burguesa no Brasil como fundada em um modelo *autocrático burguês* que, se apropriando de elementos arcaicos, acorrentava a "expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista". A forma autocrática amalgamava um desenvolvimento em que os elementos mais atrasados se repõem permanentemente "como se o 'burguês moderno' renascesse das cinzas do 'senhor antigo'" (p. 168). Uma das principais características dessa *congière* de interesses burgueses era a sua

quase neutralidade para a difusão de procedimentos democráticos, sendo transpassada, portanto, por um perfil autoritário e particularista.

Segundo o sociólogo brasileiro, o caráter da formação econômica do capitalismo no Brasil, em função de sua não autonomia em relação à dominação externa, é estruturalmente *dependente*, *subdesenvolvido e periférico*. Daí advém mais uma das suas características particulares: sob a situação de dependência, os estratos dominantes não possuem autonomia necessária para conduzir e completar uma revolução democrática e nacional. Na verdade, a dominação burguesa teria que se adaptar a um tipo de transformação capitalista em que a *dupla articulação* entre desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista externa constituía a regra. Essa dupla articulação estaria fundada na relação entre o setor arcaico (rural) e moderno (urbano) no Brasil e na associação de interesses internos e externos.

Neste diapasão, momentos específicos em que a burguesia participara de aventuras nacionalistas – que ele nomeia *radicalismo burguês* – deixaram claro que ela, por mais que lutasse por causas justas, não teria coragem de romper com a dominação imperialista e com os limites do subdesenvolvimento interno. Como consequência, padronizava-se uma modalidade de "demagogia populista", sob a qual não se abririam espaços políticos para a participação democrática de amplos setores e se agitariam interesses nacionais como se fossem interesses universais. Estas experiências "radicais" permitiram à jovem burguesia o despertar para "sua verdadeira condição, ensinando-a a não procurar vantagens relativas para estratos burgueses isolados, à custa de sua própria segurança coletiva e da estabilidade da revolução burguesa" (p. 365).

É nesse sentido que, segundo Florestan, a dominação autocrática se fortaleceu e criou sua dinâmica própria de relação. Sua ordem converteu-se numa permanente *ditadura de classes preventiva*, que tem seu aspecto abertamente autoritário mascarado por demagogias populistas, e é a base para a conciliação das burguesias e de seus interesses.

As conclusões apontadas por Fernandes (1981) abriram caminho a uma reorientação no que diz respeito aos postulados da Revolução Brasileira. Sua apreciação estava fortemente fincada na impermeabilidade da autocracia burguesa à pressão dos de baixo, o

que levaria ao que chamava de *revolução dentro da ordem*, que, encontrando resistências, poderia se transformar em uma *revolução contra a ordem*. Para o autor, o embate em torno do aprofundamento das *tarefas em atraso*, efetivadas por um programa de reformas que se choca contra os interesses dominantes, pode levar à *revolução contra a ordem*. Neste sentido,

> (...) o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da *revolução dentro da ordem* possui consequências socializadoras de importância estratégica. A burguesia tem pouco que dar e cede a medo. O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da "democracia burguesa" para a de fator de uma *democracia da maioria,* isto é, uma democracia popular ou operária (FERNANDES, 1981).

Esta reorientação guarda, por um lado, considerável elevação do nível de radicalidade em relação às formulações anteriores, já que coloca a revolução socialista na ordem do dia e busca esboçar um caminho para viabilizá-la desde o tempo presente e da luta concreta. Por outro lado, apresenta um importante ponto em comum com elas, o qual estará justamente no centro da eventual reconversão da proposta florestaniana em prisioneira dos limites da democracia burguesa: ao considerar que a burguesia brasileira não aceitará fazer concessões democratizantes à classe trabalhadora em luta – ou seja, ao considerar o padrão autocrático como norma insuperável nos limites da dominação burguesa brasileira –, Florestan abre o flanco para que a própria luta contra a autocracia seja ela mesma vista como parte da luta socialista, da "revolução contra a ordem".

É desta ambiguidade que arrancam os intérpretes petistas de Florestan para incorporá-lo a seu rol de autores, descaracterizando a radicalidade possível da proposta do mestre e transformando-o, à sua revelia, em um teórico da ampliação da democracia como caminho para o socialismo – um passo para sua incorporação "esterilizada" como teórico do atual projeto petista, de constituição no Brasil de uma "democracia ampla", na verdade uma *democracia de cooptação mutilada ou interrompida* –, projeto este combatido explicitamente pelo próprio Florestan.

RUY MAURO MARINI E A CONTROVÉRSIA DA DEPENDÊNCIA: A CRÍTICA À ESTRATÉGIA NACIONAL E DEMOCRÁTICA E NOTAS SOBRE CONTINUIDADES QUE INFORMAM A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR [5]

A categoria de dependência perpassa a história da América Latina desde o próprio momento das independências formais dos países da região. Desde então, diversas forças políticas utilizam esta categoria para tratar das relações da região com o resto do mundo, em especial com a Europa e os Estados Unidos. Mas houve um momento na história latino-americana em que esta categoria foi mais central e entrou em clara disputa política: ao final dos anos 1960 até meados da década de 1970 – ou, para ser mais preciso, entre 1964 e 1973, datas simbólicas da contrarrevolução na América Latina e, não por acaso, após a integração imperialista dos sistemas de produção e após a Revolução Cubana de 1959. É neste então que se concentra o que aqui denominamos de controvérsia da dependência, um período no qual praticamente todas as análises sobre a região – e, de fato, todas no âmbito da esquerda e do marxismo – uti- lizaram, de forma mais ou menos destacada, a categoria de dependência para sintetizar as principais características das formações econômico-sociais latino-americanas.

Precisamente por essa contínua e marcante presença da categoria de dependência nas interpretações da América Latina, é possível identificar, no plano da história das ideias, diferentes formas de se posicionar sobre a controvérsia em torno do tema. Para situá-la em grandes traços, com especial atenção para sua trajetória no Brasil, consideramos que é preciso visualizar em seu interior dois eixos com origens distintas, derivadas de questões motoras diferentes: tal controvérsia se dá, por um lado, como desdobramento e tentativa de superação dos debates sobre o desenvolvimento brasileiro, que permearam a disputa intelectual nos anos 1950, e, por outro, como desdobramento e tentativa de superação dos debates sobre a *revolução brasileira*, que no fundo se entroncavam na crítica à estratégia nacional e democrática até então predominante dentro daquele ciclo histórico da esquerda no Brasil.

---

[5] Parte desta seção retoma passagens de outro texto que já circulou previamente: Correa Prado e Gouvea (2014).

Aqui nos concentraremos no segundo eixo, em particular na obra de Ruy Mauro Marini. A intenção desta seção é dupla: mostrar como a figura de Marini – como representante da esquerda revolucionária que emergia na época –, ao estabelecer a crítica prática e teórica à estratégia nacional e democrática, pode contribuir no sentido de sentar as bases para a superação atual da estratégia democrático-popular; e, por outro lado, apontar como a controvérsia da dependência – tomada em si mesma e considerando a forma como se expressou no Brasil – acaba por gerar linhas de continuidade da estratégia nacional e democrática e informa a estratégia democrático-popular.

Em diversos momentos de sua obra, Marini deixa claro que sua preocupação inicial não seria a de encontrar as falhas das teorias desenvolvimentistas ou oferecer novas fórmulas para o chamado desenvolvimento nacional. A questão que lhe movia era outra: a revolução brasileira e latino-americana rumo ao socialismo, que requer a análise do capitalismo na região. Já ao final dos anos 1960 e início dos 1970, considerando o peso que as questões do subdesenvolvimento e da dependência tinham na caracterização da região, Marini começa a disputar essas categorias, apontando para uma leitura distinta sobre a realidade latino-americana, que deveria informar uma estratégia socialista e revolucionária.

Naquele contexto, era muito comum a identificação da *dependência externa* como uma das causas do subdesenvolvimento – sendo este definido pela pobreza extrema, pela desigualdade interna, pela falta de soberania nacional, entre outras características sociais latino-americanas. Tal visão da dependência esteve presente, por um lado, nas análises desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que – enquanto expressão de alguns setores das burguesias internas latino-americanas e como difusor da ideologia do desenvolvimento que tomou corpo no pós-guerra[6] – defendia reformas estruturais e a ruptura da dependência externa para superar um desenvolvimento voltado "para fora" e criar um desenvolvimento voltado "para dentro" ou "autônomo", baseado na industrialização via substituição de importações, sob a liderança das respectivas burguesias nacionais e com forte participação estatal (e ainda capitalista). Note-se, de passagem, que este projeto tem

---

[6] Há amplíssima bibliografia sobre este tema. Ver, entre outros, Marini (1992).

muitos pontos de contato com as propostas de Caio Prado Júnior sumariadas acima.

Por outro lado, a noção de dependência externa figurava na análise da principal força de esquerda do Brasil naquele período – o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essas duas posturas sobre a dependência acabavam tendo implicitamente um ponto em comum: a dependência externa impediria o pleno desenvolvimento capitalista do país, de modo que haveria um capitalismo insuficiente, que manteria relações de produção “atrasadas”, “arcaicas”, “semifeudais”. Nesta visão dualista, o subdesenvolvimento era visto como falta de desenvolvimento capitalista, o imperialismo como uma relação de dominação entre nações, e a dependência como um fator externo.

Esta visão, predominante na esquerda durante a década de 1950 até meados da década de 1960, começa a mudar após a Revolução Cubana de 1959, quando demostrou-se a *possibilidade da revolução socialista* num país latino-americano, trazendo à tona uma questão que passaria a orientar a esquerda revolucionária: em nosso continente, a efetiva independência somente poderia ser conquistada com o socialismo.

Desde uma perspectiva marxista-leninista e a partir de análises da realidade latino-americana, Marini apontou que o subdesenvolvimento e a dependência não são apenas fruto de uma relação externa de subordinação a outros países, mas surgem igualmente da especificidade das relações internas de exploração. Em sua perspectiva, o capitalismo latino-americano não podia ser visto como um capitalismo ainda insuficiente. Aqui o desenvolvimento capitalista esteve marcado pelo passado colonial, pela inserção subordinada da ex-colônia na divisão internacional do trabalho e pelas transformações qualitativas que esta sofre com a emergência do imperialismo como fase monopolista do desenvolvimento capitalista. *Não se tratava de falta de capitalismo, mas sim de um capitalismo dependente.*

Portanto, a dependência não seria apenas a face do imperialismo vista desde a América Latina. Sem abandonar a relação entre dependência e imperialismo, Marini se dispõe a analisar o papel da região no desenvolvimento capitalista em escala mundial, em suas determinações internas e externas. O aprofundamento das relações capitalistas na Europa nos séculos XVIII e XIX contou com um importante fluxo de alimentos e matérias-primas, fator que teria

sido essencial para o rebaixamento do valor da força de trabalho e para a predominância de extração de mais-valor relativo dos trabalhadores europeus. Enquanto isso, na América Latina, por volta de 1840 e já na qualidade de nações formalmente in- dependentes, configura-se a dependência. Conforme aponta em *Dialética da dependência* (2005 [1973]), "a consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas".

O início da fase imperialista, a partir do último quarto do século XIX, ao mesmo tempo modificaria e aprofundaria a dependência. Nesta fase, que segue até hoje[7], ocorreriam ainda novas reconfigurações, como aquelas relacionadas à industrialização na região – que se deu de maneira diferenciada entre os países, reproduzindo uma espécie de divisão regional do trabalho e dando margem ao surgimento do que Marini chamaria de *subimperialismo* (1977; 2012 [1969/1974]). Entretanto, em nenhum país latino-americano a industrialização teria rompido a dependência. Após a Segunda Guerra Mundial, sob hegemonia dos Estados Unidos, a industrialização se deu através de uma integração subordinada dos sistemas produtivos destes países.

Para Marini, portanto, a interpretação marxista da dependência deve caracterizar a história latino-americana como parte de um desenvolvimento capitalista com *características particulares* e como fruto e determinante do papel desempenhado pela região no mercado mundial. O fato de conviverem diferentes relações de produção em uma mesma formação social não exclui que a determinação em última instância de sua lógica de reprodução social esteja baseada no capitalismo[8].

O *capitalismo dependente* estaria marcado por três elementos, todos interligados e constantemente reconfigurando-se em sua

---

[7] Ver Fontes (2010).

[8] Neste sentido, critica frontalmente a noção de dualismo estrutural, que perpassava muitas análises da época, inclusive marxistas: "(...) não tem cabimento falar de uma dualidade estrutural dessa economia tal como se costuma entende-la, isto é, como uma oposição entre dois sistemas econô-micos independentes e mesmo hostis, sem confundir-se seriamente sobre a questão. Pelo contrário, o ponto fundamental está em reconhecer que a agricultura de exportação foi a própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro" (2012, p. 133). Note-se que esta perspectiva foi exposta já em 1966, bem antes da famosa *Crítica da razão dualista* (1972), de Francisco de Oliveira.

mútua interação: i) pela *transferência de valor* para as economias centrais; ii) pela *superexploração da força de trabalho*; e iii) pela *agudização das contradições inerentes ao ciclo do capital,* uma vez que a lógica determinante de acumulação nas economias dependentes produz, em geral, mercadorias destinadas para a exportação e para as elites. Em suma, ao longo de sua obra Marini destaca: a) o capitalismo latino-americano como capitalismo específico (*sui generis*); b) a dependência como especificidade deste capitalismo, resultado e determinante do desenvolvimento capitalista em escala mundial e inserido nas distintas divisões internacionais do trabalho, nas quais a América Latina ocupa papel subordinado; c) a dependência, ainda, como transformação interna das relações de produção, também fruto e determinante da reprodução ampliada capitalista, interna e externamente; d) a negação de uma aliança da classe trabalhadora com a burguesia, seja nacional ou internacional; e) a atualidade da revolução socialista como a única maneira de romper a dependência. Estas posições, que sintetizam seu posicionamento teórico e sua postura frente ao debate estratégico, foram depreendidas do sentido geral de diversos de seus textos[9].

Esta síntese estaria incompleta sem uma última observação: a partir da caracterização do capitalismo brasileiro e da emergência do subimperialismo, bem como da crítica aos equívocos da articulação estratégica predominante da principal força da esquerda até 1964, Marini se posiciona sobre o caráter da revolução brasileira e reafirma a atualidade da revolução socialista como o "verdadeiro caráter da revolução brasileira" (2012 [1966], pp. 158-160), lembrando que:

> Tudo está relacionado a conseguir uma organização da produção que permita o pleno aproveitamento do excedente criado, ou, vale dizer, que aumente a capacidade de emprego e produção dentro do sistema, elevando os níveis de salário e de consumo. Como isso não é possível nos marcos do sistema

---

[9] Embora *Dialética da dependência* seja a mais conhecida e, talvez, a mais importante obra de Ruy Mauro Marini, é em *Subdesenvolvimento e revolução* (2012 [1969/1974]) que se encontra a síntese de sua visão sobre esses temas para o caso do Brasil, com destaque para o artigo ali contido sobre o "O movimento revolucionário brasileiro". Em diversos textos Marini também analisou a fundo o caso do Chile, sendo que parte de suas análises foram compiladas em *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile* (1976).

> capitalista, só resta ao povo brasileiro (...) o exercício de uma política operária, de luta pelo socialismo.

Esta última passagem é mais rica do que poderia parecer à primeira leitura, sendo elucidativa para a dupla intenção exposta no início dessa seção. Se, por um lado, Marini afirma a atualidade da revolução socialista e identifica os elementos que informavam a estratégia nacional e democrática – com subsídios para a crítica à estratégia democrático-popular –, deixa entrever também alguns elementos que dariam margem para as elaborações teóricas que informaram e seguem informando aquela mesma estratégia democrático-popular. Situadas historicamente e como parte da intrincada controvérsia da dependência, algumas passagens de Marini – tal como em Florestan Fernandes – podem deixar margem para ambiguidades (quando afirma, por exemplo, a incapacidade de aumento do consumo das grandes massas). Como exemplo rápido: apegada a essa ambiguidade, confundindo aumento de consumo com fim da superexploração da força de trabalho e esquecendo todo o resto sobre a estratégia revolucionária, a possível apropriação de Marini pelo viés democrático-popular diria que a luta por maior poder de consumo seria tendencialmente uma luta estratégica e socialista, pois colidiria contra um ponto crucial do capitalismo dependente.

Carlos Nelson Coutinho e a democracia como "o caminho do socialismo"

Entre os anos 1960 e 1980, evidentemente coincidindo com a resistência à instauração e consolidação no Brasil da forma aberta da autocracia burguesa manifesta no que Octavio Ianni chamou de "A ditadura do grande capital", o tema da *democracia* se afirmou como centro do debate político no Brasil. Isto se deu inicialmente no campo mais à esquerda, mas posteriormente, principalmente a partir dos anos 80, como parte de um grande "consenso" – entre aspas devido ao fato de que tal "consenso" comporta grandes diferenças no âmbito de um marco geral comum.

Carlos Nelson Coutinho foi um dos pensadores mais destacados neste processo de confluência em direção ao tema da democracia, notadamente entre os socialistas. Assim, conhecer profundamente sua contribuição é uma das precondições para

compreender adequadamente o evolver do pensamento político brasileiro no período em questão – e, para isso, não é de menor importância considerar os seguintes aspectos: a) todo o seu pensamento maduro é marcado por certa remissão peculiar a Antonio Gramsci e por um profundo debate com o pensamento conhecido como "eurocomunista"[10], o que remete a polêmicas no movimento comunista internacional, já prenunciando a grande crise seguida pelo colapso das experiências socialistas; b) sua reflexão política se constitui, num primeiro momento, visando a incidir sobre a disputa de rumos no PCB, que se aprofundou e encarniçou cada vez mais após a derrota de 1964 e que atingiu seu ponto culminante na virada dos anos 70 aos 80; c) num segundo momento, esta reflexão esteve diretamente pautada pelo processo de "redemocratização" da sociedade brasileira em curso a partir de fins dos anos 1970 e por sua decisão de influir sobre os rumos do PT, partido ao qual Carlos Nelson viria a aderir nos anos 1980.

Para uma exposição sumária dos pontos centrais de seu pensamento político, devemos, primeiramente, tocar no ponto da "via prussiana", chave para sua interpretação do Brasil. Data de 1972 a elaboração de artigo sobre o significado de Lima Barreto na literatura brasileira. Neste artigo, Carlos Nelson avança no que se constituirá futuramente em *sua interpretação da peculiaridade histórico-estrutural brasileira* afirmando, pela primeira vez, "a tese segundo a qual a formação social brasileira se caracteriza pela sua constituição moderna enquanto resultante da 'via prussiana'" (Netto, 2012, p. 64). O marcante neste raciocínio é que "o caminho do povo brasileiro para o progresso social – um caminho lento e irregular – [teria ocorrido] *sempre no quadro de uma conciliação com o atraso*" (Coutinho, 1974 [1972], p. 3 – grifo nosso) e operado "pelo alto", sem o acordo das massas populares, excluindo-as da vida política. Este raciocínio, vale assinalar, é completamente compatível com aquele de Florestan sobre o "padrão autocrático" da dominação política operada pela burguesia brasileira, ainda que tenha sido formulado *antes* do livro de Florestan citado no presente texto.

Em segundo lugar, é necessário tocar no ponto – habitualmente polêmico – da relação de Carlos Nelson com o Partido

---

[10] Quanto ao chamado "eurocomunismo", cf.: BERLINGUER, 2009, CARRILLO, 1977, MANDEL, 1978, TOGLIATTI, 1980.

Comunista Italiano e a proposta apregoada por este partido de "via democrática para o socialismo" [11]. A relação com o PCI, que anteriormente já era de admiração, aprofunda-se com o exílio na Itália a partir de 1976. O "período italiano" de cerca de dois anos pode ser considerado um divisor de águas em sua trajetória intelectual e política, estando inextricavelmente ligadas, de uma parte, a admiração pelo PCI combinada à adesão ao "eurocomunismo" como portador da via revolucionária adequada às "sociedades ocidentais" – a via democrática para o socialismo – e, de outra parte, a apropriação cada vez mais profunda e segura do legado teórico gramsciano. Ambas as dimensões tiveram óbvias repercussões *no pensamento e na ação político-prática* de Carlos Nelson.

Em terceiro lugar, é necessário apontar para a esfera da disputa de rumos no interior do próprio PCB para a consolidação de suas posições. Durante o exílio, Carlos Nelson esteve bastante envolvido no debate político travado no seio do partido em que militava, cujo Comitê Central foi formalmente transferido para o exterior em decorrência das insuficientes condições de segurança (PRESTES, 2012, p. 197). Desde a primeira reunião desta instância, ainda em 1976, se estabeleceu forte polarização entre, de um lado, o secretário-geral Luiz Carlos Prestes e, de outro, Armênio Guedes, membro muito ativo da direção, então residente em Paris (PRESTES, 2012, pp. 197-234 e 2012a, p. 42). Enquanto Prestes vinha se distanciando teoricamente da linha aprovada no VI Congresso do Partido *a partir de avaliação da insuficiência da estratégia nacional-democrática* para a construção do projeto socialista, Guedes havia aderido às chamadas "teses eurocomunistas" e apostava na centralidade da "questão democrática" – da democracia como caminho e, até certo ponto, finalidade, da luta socialista. Não será possível desenvolver os detalhes teóricos da polêmica neste espaço, bastando aqui assinalar que no contexto desta disputa Guedes propôs e aprovou no Comitê Central do partido a criação de uma Assessoria a ser organizada por ele e sediada em Paris, que viria a

---

[11] É importante, antes de mais, deixar absolutamente claro um ponto: Carlos Nelson se aproxima das posições políticas do PCI *porque precisa fundamentar sua adesão a um conjunto de ideias sobre a democracia que já gozava de larga tradição no debate do PCB e dos comunistas*, da democracia como caminho para o socialismo (cf. KONDER, 1980). O caminho de Carlos Nelson não é "do eurocomunismo à democracia como valor universal". Antes, o mais correto é pensar no sentido contrário.

ser composta por intelectuais militantes do PCB residentes em países europeus com a tarefa de auxiliar na discussão dos problemas brasileiros.

A partir daí, se formou em torno de Armênio Guedes um núcleo de intelectuais com certa homogeneidade de posicionamento – constituída a partir da identidade de seus participantes com as teses "eurocomunistas" ou "renovadoras" –, que participou ativamente da polêmica que se travava na direção do par- tido no exílio e teve em Guedes uma espécie de porta-voz no Comitê Central do Partido (NETTO, 2012, pp. 64-68; PRESTES, 2012, pp. 203-234 e 2012a, pp. 43-49). Carlos Nelson Coutinho compôs esta Assessoria e escreveu regularmente para o jornal do partido, também dirigido pelo grupo de Guedes. Teve, portanto, papel destacado neste grupo cujos integrantes ficaram conhecidos como os "renovadores"[12], e o debate que se travou entre estes e o secretário-geral foi *justamente o debate sobre o caráter socialista (ou não) da revolução brasileira.*

Podemos dizer, portanto, que foi em decorrência (e, pode-se dizer, como culminação) deste envolvimento com o debate interno do PCB entre, de um lado, uma posição que afirmava a democracia como caminho e fim da luta socialista, e, de outro, uma posição que trabalhava pela superação desta relação de subordinação da luta socialista à forma democrática, e com os olhos voltados para o *Brasil em processo de "abertura" ou "redemocratização"*, que Carlos Nelson escreveu o ensaio *A democracia como valor universal*, publicado em março de 1979 e que se tornou verdadeiro divisor de águas na esquerda brasileira. Este ensaio tinha como tema justamente a *relação entre democracia e socialismo*, articulada em busca de respostas para a questão de qual deveria ser o caráter da luta da esquerda revolucionária brasileira.

Carlos Nelson, com ele, pretendia "superar, de uma só vez, o esgotamento da estratégia do PCB e os limites do 'imediatismo voluntarista' de uma 'nova esquerda' que surgia (BRAZ, 2012, p. 246). Esta tentativa de superação por parte de Carlos Nelson aparece, sinteticamente, nos pontos expressos a seguir.

---

[12] A Assessoria do Comitê Central foi composta por: Armênio Guedes (responsável), Zuleika Alambert, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Milton Temer, Aloísio Nunes Ferreira, Antônio Carlos Peixoto, Mauro Malin (então residentes em Paris) e Ivan Ribeiro Filho (residente na Itália). Cf. PRESTES, 2012a, pp. 43-44.

Em primeiro lugar, a afirmação de que parte da esquerda trabalharia, equivocadamente, com uma visão “meramente tática” ou “instrumental” da democracia, não reconhecendo seu “valor universal”, identificando mecanicamente “democracia política e dominação burguesa”. Carlos Nelson afirma que esta posição tem suas raízes “numa errada concepção da teoria marxista do Estado” (COUTINHO, 1980, p. 21), que por sua vez se baseia numa remissão anacrônica ao próprio Marx. Para Carlos Nelson, este, em documentos como o *Manifesto Comunista*, desposa uma visão “restrita” do Estado, que foi válida para grande parte da Europa continental e do mundo em meados do século XIX, mas que teria sido superada pela própria história em grande parte do mundo já na virada do século XIX para o XX. A esquerda que continuasse defendendo a posição expressa por Marx no *Manifesto* estaria claramente, mesmo se de boa fé, incorrendo em um erro – no mínimo em um *anacronismo*.

Em segundo lugar, a afirmação do *valor universal* da democracia, não como um universal abstrato e sim como um universal atingido historicamente, conquistado nas sociedades capitalistas em que estaria se espalhando desde meados do século XIX um processo de *socialização da política*, fruto da diminuição da jornada de trabalho e das conquistas de direitos políticos e sociais decorrentes das lutas da classe trabalhadora. Partindo de certas observações de Lenin e de Marx e extraindo delas valor metodológico geral, Carlos Nelson considera insuperável a forma democrática de governo, assim como o mecanismo de representação que está na base da versão moderna desta forma política (cf. COUTINHO,1980, pp. 21-25).

Em terceiro lugar: sobre o Brasil, Carlos Nelson considera que a *via prussiana* a que aludimos acima (um “prussianismo” brasileiro) teria garantido a modernização capitalista nesta formação econômico-social, inferindo daí que o desenvolvimento capitalista brasileiro teria, mesmo sob forma política autocrática, gerado as condições objetivas para a socialização da política e, com ela, o surgimento de uma movimentada sociedade civil, expressa naquele momento histórico na reentrada na cena política brasileira da classe trabalhadora.

Daí, em quarto lugar, o autor conclui que a luta socialista no Brasil dos anos 80 dever-se-ia dar através da luta pela constituição de uma *democracia de massas*, surgida da “articulação entre as

formas de representação tradicionais e os organismos de democracia direta" (COUTINHO, 1980, p. 29) baseada numa socialização da participação política que poria "a necessidade de socializar também os meios e os processos de governar o conjunto da vida social" (COUTINHO, 1980, p. 27). A ampliação da democracia seria, assim, o caminho para o socialismo.

Isto posto, passemos ao próximo item, onde procederemos a uma avaliação crítica de certos pressupostos que estão na base do raciocínio apresentado.

ESTADO E QUESTÃO DEMOCRÁTICA: UM BALANÇO PRELIMINAR

Lançando um olhar mais geral sobre o caminho percorrido até agora, podemos ver que existe uma convergência dos autores com relação aos elementos estruturais da formação social brasileira: a forma dependente de desenvolvimento do capitalismo brasileiro teria levado a uma "dominação sem hegemonia" (Carlos Nelson) ou a uma autocracia burguesa (Florestan) e a crise da ditadura teria aberto um novo ciclo. Para Coutinho, teria havido uma alteração na correlação de forças, expressa na consolidação de uma sociedade civil forte e na "ocidentalização" do Brasil, levando à "ampliação" do Estado que agora poderia ser disputado. Neste contexto, reformas radicais poderiam gradualmente produzir mudanças estruturais.

Outro elemento comum a três dos autores examinados (excetuando-se Marini) é que estas mudanças poderiam acontecer através da pressão de forças sociais por dentro do Estado. Para Caio Prado, por exemplo, seriam as forças populares que pautariam suas demandas por meio do Estado, levando a um desenvolvimento sustentável e de caráter nacional que permitiria superar as barreiras advindas de uma produção regida pela propriedade privada e uma economia de mercado.

Aparece, como base para esta posição, a impossibilidade da revolução socialista e a necessidade de uma mediação prévia. Para Caio Prado, a organização das demandas populares levaria a um desenvolvimento sustentável e nacional orientando a ação do Estado; já para Florestan e Carlos Nelson, aquela mesma organização permitiria articular um programa anticapitalista, antimonopolista e antilatifundiário que, para o primeiro, ao se chocar com a impermeabilidade do Estado autocrático, levaria a uma ruptura, e,

para o segundo, levaria a um conjunto de reformas que, junto com a participação nas eleições, permitiria acumular forças para superar o capitalismo.

Vejamos: parece haver uma expectativa de que a "ocidentalização" do Brasil e a entrada em cena do proletariado nos anos 70 abririam a possibilidade de reverter o caráter autocrático do Estado brasileiro e que a luta pela ampliação da democracia corresponderia a um acúmulo de forças para superar a ordem capitalista. Parece-nos que esta leitura está embasada numa particular concepção de Estado, de democracia, de acúmulo de forças e de hegemonia que é preciso problematizar. Passemos, portanto, a esta problematização.

Antes do capitalismo não existe separação entre Estado e sociedade civil – entre o Estado político, o da Constituição, e o Estado não político, o da sociedade civil, o da vida real do povo. Ao momento em que os seres humanos já não são só produtores de valores de uso, mas também de valor – momento em que perdem o controle de suas vidas frente ao fetiche da mercadoria –, corresponde o momento em que o povo se torna cidadão, cuja vida também fica regulada por algo externo, a constituição. Os seres humanos, portanto, se alienam, já que ficam regulados, por um lado, pelo movimento das mercadorias e, por outro, pela Constituição do Estado abstrato (MARX, 2010, p. 51). Dessa forma, a legalidade própria do mundo das mercadorias assume o controle impessoal sobre a vida das pessoas.

Para a correta localização deste problema, a obra juvenil de Marx tem uma grande relevância, pois já aparecem dois elementos fundamentais da sua teoria do Estado que permanecerão: a diferença entre o conteúdo e a forma do Estado, em que o conteúdo está associado com a defesa da propriedade privada; e o caráter alienante, religioso, do Estado e da constituição, que é expressão de uma alienação que acontece na vida real dos homens.

Esses dois elementos-chave na teoria do Estado marxiana denotam uma interpretação do Estado burguês não apenas como instrumento de coerção de uma classe sobre outra, mas também como instrumento de convencimento, dada a função ideológica que expressa a partir da defesa de uma liberdade e uma igualdade abstratas que correspondem à igualdade e à liberdade, enquanto proprietários de mercadorias, da troca de equivalentes. O Estado não precisa impor pela força a adesão à liberdade e à igualdade

abstratas, já que essas são aceitas como algo natural pelo indivíduo produtor de mercadorias. Cada componente singular do ser social vivência de forma permanente e necessária no seu cotidiano a realização dessa liberdade e dessa igualdade através da troca de mercado- rias portadoras de valores equivalentes – força de trabalho para uns, capital para outros.

É essa a interpretação da construção teórica de Marx a respeito do Estado que nos parece mais fiel a seu pensamento e, mais importante que isso, fiel ao próprio movimento do real. Dito de outra forma: *o que acabamos de expor contradiz a tese de que em Marx haveria uma teoria "restrita" do Estado*, que seria entendido como mero "comitê executivo dos negócios da burguesia" e instrumento de coerção.

A dimensão ideológica e de convencimento do Estado burguês é fruto das relações sociais de produção sobre as quais ele se ergue, sendo *insuprimível de sua própria essência.* A divergência em relação a este ponto nos parece o elemento central da confusão e da tergiversação em torno de uma categoria de análise gramsciana, a de "hegemonia", por muitos intérpretes do pensador italiano – dentre eles, os eurocomunistas. De acordo com estes, a hegemonia ficaria mais restringida a uma direção moral e cultural da sociedade a partir da formação do consenso e da disputa de ideias e valores, desprezando o conteúdo material dela, ou seja, o convencimento dos trabalhadores produzido diariamente a partir da posição subordinada que esses ocupam nas relações materiais de produção.

Gramsci afirmava, em *Americanismo e Fordismo,* que "a hegemonia nasce no chão da fábrica". Para o comunista sardo, hegemonia não só é o convencimento exercido pela burguesia através de seus aparelhos privados de hegemonia, mas será o caráter "educador" da própria sociedade burguesa e do capital, ou seja, o convencimento do ser social que vive de forma permanente relações capitalistas de produção. A interpretação equívoca – a nosso juízo - do conceito de hegemonia por parte dos eurocomunistas implica desconsiderar também a necessidade de construir uma contra-hegemonia (embora esse não seja um termo usado diretamente por Gramsci) a partir da socialização dos meios de produção. As ideias em disputa não pairam no ar, mas são expressão de correlações de força entre as classes em luta, e das experiências vividas cotidianamente por estas mesmas classes.

Entendemos, assim, que acreditar que a disputa do Estado burguês ou dos aparelhos privados de hegemonia burguesa corresponda necessariamente a um avanço da hegemonia dos trabalhadores é um erro. Gramsci não desperta nenhuma ilusão sobre a mera participação do partido no interior do Estado burguês, pois sabe que a disputa da hegemonia não se dá nos espaços dentro desse Estado, mas nos espaços independentes deste e com autonomia histórica (ou seja, com projeto de classe). Passemos a palavra ao disputado autor:

> As organizações revolucionárias (o partido político e o sindicato profissional) nasceram na esfera da liberdade política, no campo da democracia burguesa, como afirmação e desenvolvimento da liberdade e da democracia burguesas, (...): o processo revolucionário se desenrola no campo da produção, na fábrica, onde as relações são de opressor a oprimido, de explorador a explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia (...) (GRAMSCI, 1955, p. 124. *Il Consiglio di fabbrica).*

Política e economia constituem uma unidade inseparável e a construção do poder da classe trabalhadora, desse novo poder, como prefiguração do novo Estado em germe já no capitalismo, requer a confrontação com o poder burguês, na fábrica, lugar onde a burguesia funda seu poder como classe, e onde se pode construir sua autonomia histórica enquanto classe. Os gramscianos que concebem hegemonia como sinônimo de consenso relegam a caracterização da citação anterior ao período pré-carcerário de Gramsci, argumentando uma superação dessa visão nos Cadernos do Cárcere, uma vez que aí ele introduz a diferença entre sociedades ocidentais e orientais: "no Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa... No Ocidente o Estado é só uma trincheira avançada, atrás da qual está uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas" (GRAMSCI, 2001, p. 866, *Quaderno 7 § 16*); isto leva estes intérpretes de Gramsci a concluir que a guerra de movimento, de uso da violência para o assalto ao poder adequada para o Oriente, deveria ser substituída no Ocidente pela guerra de posição, a ocupação das trincheiras avançadas na sociedade civil. Entretanto, Gramsci não descarta a necessidade do uso da força para aniquilar os adversários, mas alerta para o fato de que o uso da força, nas sociedades ocidentais, não é suficiente; é preciso também

a formação de uma "vontade coletiva nacional popular" e de uma "reforma intelectual e moral" das quais o partido, ou o "moderno príncipe", será o principal impulsionador e organizador (GRAMSCI, 2001, pp. 952- 953, *Quaderno 8 § 21*). Entretanto, isso não significa que a conquista da hegemonia no Ocidente se dê exclusivamente no campo das ideias ou da conquista do consenso, pois uma reforma moral não pode estar desvinculada de uma luta no terreno econômico. É o próprio Gramsci quem chama à atenção o fato de que "o programa de reforma econômica é o modo concreto através do qual se apresenta cada reforma intelectual e moral" (GRAMSCI, 2001, p. 953, Q 8 § 21).

Para romper com o domínio e a hegemonia burguesa não será suficiente disputar as ideias, as concepções de mundo, os valores, as instituições do Estado, mas será preciso disputar também o poder burguês, poder que se materializa e consolida nas relações de propriedade e no controle e direção do processo de produção. A hegemonia, então, além de não poder prescindir do uso da força, também não pode prescindir da dominação econômica, que acaba sendo também outro tipo de força, uma força material e constante.

A ideia de que a luta pela democracia, no contexto de "ocidentalização" do Brasil, corresponderia a um acúmulo de forças para superar a ordem capitalista vem mostrando seus limites. No Brasil, houve um processo de socialização da política: os trabalhadores construíram suas próprias organizações, incorporando e "organizando" milhões de pessoas na "vida política", e articulando organismos de democracia direta (CUT, MST, etc.) e indireta, ou institucional (PT), levando este partido ao governo. A pergunta que nos cabe fazer é: esse processo levou a uma conquista de hegemonia por parte dos trabalhadores?

Pelo contrário: produziu um dos momentos mais contrarrevolucionários e de maior apassivamento da classe trabalhadora na história desse país. Os sujeitos coletivos da classe trabalhadora organizaram grandes massas e criaram várias instâncias de participação (só para dar alguns exemplos: os metalúrgicos da CUT de São Bernardo têm hoje 89 comissões de fábrica, o PT desenvolveu a experiência dos orçamentos participativos, criou o setor de mulheres, de negros, na área da saúde foram criados os Conselhos de Saúde, assim como em diversas categorias profissionais se criaram espaços de participação,

de consulta, fruto de reivindicações dos diferentes setores da classe trabalhadora). Entretanto, esse processo de "socialização da política" vem cumprindo uma função de despolitização da política e da vida social em geral.

Podemos nos perguntar o que significou, concreta e historicamente, a "socialização da política". Tudo nos leva a crer que consiste na ampla participação de todas as classes em diferentes espaços, não apenas da produção, mas também da distribuição, consumo, fiscalização etc. Mas se podemos afirmar que se trata de uma efetiva socialização da política, é preciso deixar explícito que seu objetivo é controlar, gerir, decidir sobre a alocação de recursos necessários para a reprodução capitalista, administrando democraticamente os conflitos de interesse entre as classes antagônicas. É por isso que é precisamente quando estes espaços democráticos funcionam perfeitamente que eles funcionam para a reprodução da ordem e não para o seu enfrentamento. O pressuposto da democracia proletária é a eliminação das condições de dominação do proletariado; sem isso não há socialização do poder político.

CONCLUSÕES DE UM TRABALHO EM ANDAMENTO: HIPÓTESES EM MOVIMENTO

Estas conclusões vão em sentido um pouco diferente do que se espera normalmente de um artigo acadêmico. Isto porque a pesquisa que realizamos – conjuntamente, em permanente interlocução – até aqui, mais do que nos permitir encontrar todas as respostas que buscamos, antes de tudo nos permitiu colocar *perguntas que nos parecem interessantes e pertinentes*, hipóteses de trabalho para continuar no sentido de contribuir para uma auto-avaliação da esquerda brasileira, que julgamos necessária no momento atual. Seguem então nossas "Conclusões em forma de hipóteses":

1) Vivemos hoje o encerramento de um ciclo histórico, o ciclo do Partido dos Trabalhadores e de sua estratégia: a Estratégia Democrático-Popular.
2) A lógica interna desta Estratégia, sua tensão permanente entre acúmulo de forças e ruptura, tende a constrange-la nos marcos da ordem burguesa. Isto nos leva a afirmar que a Estratégia Democrático-Popular foi plenamente desenvolvida

nos três sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores. A expressão mais clara de seu esgotamento deu-se nas manifestações de junho de 2013, ou *"jornadas de junho"*.

3) A Estratégia Democrático-Popular, portanto, não foi abandonada, nem traída, nem rebaixada: ela foi realizada em condições para as quais suas contradições internas apontavam. Para articulação entre a hipótese anterior, a presente hipótese é a seguinte: faz-se indispensável o debate sobre o caráter do Estado e suas formas de expressão – no caso em questão, o debate sobre a democracia.
4) A realização desta Estratégia parece ter passado pela constituição do que Florestan Fernandes chamou de uma "democracia de cooptação" (restrita) no Brasil e passou pelo processo de transformismo – como apontado por Gramsci – do Partido dos Trabalhadores e de boa parte das direções dos movimentos sociais da classe trabalhadora.
5) Neste contexto, a pequena burguesia política passou a ser operadora do projeto político dos sucessivos governos petistas, apontando para a modificação de seu caráter de classe.
6) A Estratégia Democrático-Popular guarda elementos de ruptura e continuidade com a Estratégia Nacional e Democrática. A estratégia socialista se- ria uma maneira de superar o impasse posto pelas estratégias baseadas em "acúmulos de força" e "etapas" – ambas prisioneiras do mesmo pressuposto, a "imaturidade da sociedade brasileira para a transição socialista". Neste sentido, o inventário dos autores da teoria marxista da dependência pode ajudar a lançar luz sobre essa controvérsia perene, uma vez que assinala essa mesma discussão no período de transição entre esses dois ciclos estratégicos.
7) A permanente tensão entre "permanentismo" e "etapismo" nos ciclos históricos correspondentes às estratégias socialistas para revolução no Brasil pode ser avaliada em um novo patamar: a partir do encerramento destes dois ciclos é possível recolocar, em outra qualidade, a discussão sobre os desafios à revolução permanente.

8) Afirmar o encerramento de um ciclo não significa necessariamente afirmar o fim de certos partidos, a ascensão de outros ou o "esgotamento" de certo padrão de desenvolvimento, estagnação econômica etc. A ideia de encerramento de um ciclo aplica-se tão somente ao *encerramento das possibilidades revolucionárias contidas em tal ou qual projeto político* – no caso do presente trabalho, nos referimos ao esgotamento das possibilidades revolucionárias contidas nos projetos *nacional e democrático* (formulado pelo PCB em certo momento de sua atuação, tendo sido posteriormente reavaliado e considerado historicamente superado por este partido) e *democrático e popular* (formulado pelo PT em certo momento e ainda reivindicado por este partido, numa disputa ainda em curso em torno de "qual seria o sentido" deste projeto).
9) O "encerramento de um ciclo" não é um momento definido, com data e hora marcada para ocorrer. Desenrola-se antes num lapso temporal, podendo se arrastar por meses, anos ou mesmo décadas. Vale lembrar: na história, o velho não termina nunca de morrer enquanto não nasce o novo. E mesmo então, elementos de um podem permanecer como momentos superados no outro.
10) Os caminhos e descaminhos da história brasileira já demonstraram que a "democratização" neste país não atingiu e nem atingirá os padrões de "bem-estar" de suas congêneres europeias, as "democracias de cooptação" pra valer. Na verdade, em tempos de declínio do *compromisso fordista* (cf. BIHR, 1991), a tendência é a contrária: que aquelas regridam em direção a algo um pouco mais próximo do padrão autocrático mais aberto. Trata-se do que Paulo Arantes (2004) chamou de a "brasilianização" dos centros capitalistas mais desenvolvidos, sugerindo ironicamente que mudou o sentido em que o Brasil pode ser hoje considerado o "país do futuro": o país se tornou, agora, uma espécie de futuro possível para os países centrais em tempos de regressão social generalizada.
11) Neste contexto, apresenta-se, mais claramente que nunca, a necessidade de realizar o esforço de superar as posições políticas de esquerda que apostaram na não-atualidade da transformação socialista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda.* São Paulo: Conrad, 2004.

BIHR, Alain. *Du "grand soir" à "l'alternative"*: le mouvement ouvrier européen en crise. Paris: Les éditions ouvrières, 1991.

BERLINGUER, Enrico. *Democracia, valor universal.* Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

BRAZ, Marcelo. "A democracia como valor universal": um clássico da esquerda no Brasil. In: ________. (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do* marxismo *no Brasil*, pp. 237-285. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARRILLO, Santiago. *"Eurocomunismo" y Estado.* Barcelona: Editorial Crítica, 1977.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 112, outubro-dezembro de 2012.

CORREA PRADO, Fernando e GOUVEA, Marina Machado. Dependência (verbete). In: *Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência.* São Paulo: Expressão Popular/ENFF, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: *Realismo e Anti-Realismo na literatura brasileira.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

________. *A democracia como valor universal.* Notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

________. *Intervenções*: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil.* Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo:* teoria e história. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *L'ordine nuovo (1919-1920).* Torino: Giulio Einaudi Editore, 1955.

________. *Quaderni del carcere.* Torino: Giulio Einaudi Editore, 2001.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe*: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KONDER, Leandro. PCB e eurocomunismo. In: *Oitenta*, vol. 2. Porto Alegre: L&PM, 1980.

MANDEL, Ernest. *Crítica do eurocomunismo.* Lisboa: Antídoto, 1978.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. In: *Cuadernos Políticos*, núm. 12, abril-junho, 1977.

________. *América Latina. Dependência e integração.* São Paulo: Página Aberta, 1992.

________. *Ruy Mauro Marini: vida e obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

________. *Subdesenvolvimento e revolução.* Florianópolis: Ed. Insular/IELA, 2012.

MARX, Karl. *Critica da filosofia do direito de Hegel.* São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

________. Breve nota sobre um marxista convicto e confesso. In: BRAZ, Marcelo (org.) *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, pp. 51-83. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NEVES, Victor. Um marxista na batalha das ideias: Carlos Nelson Coutinho e os caminhos da revolução brasileira. In: *Revista Praia Vermelha*, v. 22, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ / Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, 2011-2012.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes*: o combate por um partido revolucionário *(1958-1990).* São Paulo: Expressão Popular, 2012.

________. Entrevista com Anita Leocádia Prestes. In: *Novos Temas: Revista de debate e cultura marxista* nº 7, pp. 15-70. São Paulo: ICP, 2012a.

PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1966.

TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e democracia.* Rio de Janeiro: Muro, 1980.

O MESÃO, A ESCOLA E O PARTIDO: EM BUSCA DAS ORIGENS DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR

Rodrigo Castelo

Os debates político-ideológicos da Revolução Brasileira começaram no final dos anos 1910 e o seu primeiro ciclo se esgotou nos anos 1930. Neste período, as lutas de classes no Brasil foram acirradíssimas, como atestam a greve geral de 1917, o levante armado anarquista em 1918, o movimento tenentista e a marcha da Coluna Prestes, a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Bloco Operário-Camponês (BOC), o início da Era Vargas, a guerra civil eclodida em São Paulo, a Ação Integralista, o Levante da Aliança Nacional Libertadora, a ditadura do Estado Novo. Eram tempos de intensa agitação dos subalternos e indefinições no bloco de poder dominante, conjugados com a instabilidade econômica gerada pela grande crise capitalista.

Após a Segunda Guerra Mundial, abriu-se um novo ciclo da Revolução Brasileira. O período de 1950 a 1970 foi único na história das lutas de classes no país. Foram acontecimentos marcantes: a eleição de Getúlio Vargas e o seu suicídio, a luta armada no campo com a guerrilha de Porecatu, a formação das Ligas Camponesas, o governo JK e a entrada das multinacionais, a renúncia de Jânio, as revoltas dos sargentos e marinheiros, o golpe de 1964 e a hegemonia do imperialismo no bloco de poder, a greve operária de Contagem/MG, a luta armada, o início da chamada redemocratização... Neste conturbado cenário, tivemos a retomada da controvérsia da Revolução Brasileira.

Os dois primeiros ciclos da Revolução Brasileira foram decorrentes de crises orgânicas capitalistas; nestas se conjugam crise econômica estrutural e crise de hegemonia, em que o bloco de poder dominante enfrenta violentas tensões internas e os subalternos se colocam na cena histórica com organização autônoma e consciência de classe revolucionária. Ambos os ciclos, contudo, tiveram desfechos com golpes orquestrados pelas classes dominantes, e o ascenso das massas foi revertido por movimentos contrarrevolucionários.

É nesse contexto histórico de derrota dos defensores da Revolução Brasileira, nas suas múltiplas organizações, estratégias, táticas e programas, que temos a formação do bloco ideológico criador das primeiras bases teóricas da Estratégia Democrático-Popular (EDP). A hipótese central do capítulo é que o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com influxos da economia política da Escola de Campinas, foram os aparelhos privados de hegemonia de sistematização e difusão ideológicas das bases fundacionais de um dos ramos da EDP. O objetivo do texto é, portanto, traçar elementos da história da constituição das ideias-motrizes das ciências sociais e da economia política da EDP, enfatizando os aparelhos privados de hegemonia e seus intelectuais (tradicionais e orgânicos) produtores e difusores dessa estratégia política que se tornaria hegemônica na esquerda brasileira a partir dos anos 1980 até os dias de hoje.

AS RAÍZES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS DA EDP

Em maio de 1969, Elza Berquó, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti e Paul Singer, então professores da Universidade de São Paulo (USP) cassados pelo Ato Institucional n.5, juntos a Cândido Procópio Ferreira e Juarez Brandão Lopes, colocaram em movimento a fundação de um centro de pesquisa privado. O projeto era erigir uma instituição de estudos fora dos moldes universitários do conhecimento fragmentado em departamentos especializados, na qual distintas áreas do saber – economia, política, sociologia, demografia, religião, história – dialogassem entre si de forma multi e interdisciplinar.

Deste projeto de perseguidos políticos pela ditadura empresarial-militar, surgiu o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). O nome era propositalmente genérico. A tática era despistar ou, pelo menos, não chamar atenção da repressão. Para ter continuidade, seus fundadores se articularam com personagens ilustres da política brasileira, como governadores e ministros da ditadura de 1964, e também contaram com o apoio de empresários, como José Mindlin, que participaria do Conselho do Cebrap. Essas articulações foram além da política, pois ajudaram a garantir a saúde financeira do centro.

Foram múltiplas as fontes de financiamento nacionais e internacionais, desde a iniciativa privada até órgãos públicos.

Grandes empresas pagavam por projetos de consultoria na área do planejamento e pesquisas eram executadas com verbas de fundações estatais de apoio. O maior financiamento veio, entretanto, da Fundação Ford, que na época também bancava outros projetos na área das ciências sociais e humanas brasileiras, como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O pretexto apresentado publicamente era o investimento na modernização das ciências sociais no Brasil e o seu possível impacto na atenuação das expressões mais agudas da questão social. Mas, por trás do discurso oficial, estava o interesse em "garantir estabilidade contra o apelo revolucionário" e disseminar "conceitos e perspectivas teóricas alternativas ao marxismo e levando mais intelectuais brasileiros aos Estados Unidos para conhecer sua sociedade e seus valores". (MOTTA, 2014, p.142)

As ligações políticas com membros do alto escalão da ditadura e fontes de financiamento nada subversivas não evitaram que o Cebrap tivesse a sua existência ameaçada pelos militares e grupos paramilitares. Pesquisadores do centro foram presos em incursões da Operação Bandeirante (Oban) e alguns foram torturados. Em 1976, uma bomba caseira foi arremessada contra a sua sede e um princípio de incêndio foi controlado pelo zelador do casarão. O atentado foi reivindicado pela Aliança Anticomunista Brasileira e, logo após o ataque terrorista, o centro mudou a sua sede para outro endereço por motivos de segurança.

As raízes do Cebrap são comumente ligadas à Escola de Sociologia da USP, tradição teórica capitaneada por Florestan Fernandes e seus assistentes de docência e pesquisa, como Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, José de Souza Martins, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Marialice Foracchi e outros. Assentada primordialmente em estudos teórico-metodológicos das principais correntes do pensamento social mundial, a Escola de Sociologia da USP notabilizou-se, afinal de contas, nas suas pesquisas sobre a formação histórico-social do Brasil, desde as questões indígena e racial, até a dependência, o Estado e as classes dominantes, tendo o marxismo como um dos seus pilares, embora conjugado com outras escolas das teorias sociológicas.

Grande parte dos integrantes do centro formou-se intelectual e profissionalmente na USP, seja como estudantes de graduação e

pós-graduação, seja como docentes. Esta ligação com a USP, todavia, não é direta; ela deve ser ponderada por dois fatos. O primeiro deles nos parece crucial: Florestan Fernandes nunca fez parte do Cebrap. O sociólogo paulista optou por outros caminhos profissionais e, mais tarde, ingressaria numa militância política mais ativa no Partido dos Trabalhadores (PT), lutando pela construção de um partido revolucionário de base operária, projeto este que se frustrou com os descaminhos da agremiação.

Antes da fundação do Cebrap, Florestan, mesmo sendo a principal figura de referência intelectual nas ciências sociais da USP, já havia enfrentado resistências internas na sua equipe de trabalho. No hoje incensado *Seminário do Capital*, formado por pesquisadores de renome, tais como Bento Prado Jr., Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, José Arthur Giannotti, Octavio Ianni, Paul Singer, Ruth Cardoso etc., Florestan não foi convidado. Na vasta bibliografia sobre este famoso grupo de estudos, muitas vezes alçado erroneamente ao posto de introdutor no Brasil de uma leitura sistemática da principal obra marxiana[1], a ausência de Florestan é um assunto raramente comentado. A conspiração do silêncio foi, contudo, quebrada por Giannotti no livro *Retratos de grupo*, no qual fundadores e pesquisadores do Cebrap contam sobre a trajetória desta instituição. Indagado sobre o motivo de não convidarem Florestan para participar do seminário, o filósofo paulista foi franco na sua resposta:

> Porque ou era o Florestan, ou era a gente. Eu me lembro que em 1953 houve um concurso para professor de sociologia na Faculdade de Filosofia e o pessoal da minha turma prestou o concurso. Nós havíamos sido alunos do Florestan e ele estava na banca. Então fomos ler com cuidado o livro dele sobre a indução sociológica e percebemos o que ele fala da indução sociológica, de autores como o próprio Durkheim e Weber, é de um delírio total. (...) E Florestan só participava de um jogo se fosse o capitão, e nós necessitávamos de espaço. (GIANNOTTI, 2009, p.63)

---

[1] A inovação do *Seminário do Capital* foi estabelecer pontes entre o estudo das obras clássicas de Marx e o mundo acadêmico. Como diz Roberto Schwarz (2017, p.20-21), "digamos então que a novidade do seminário de 1958 não foi a leitura de Marx, mas a ligação de sua obra à máquina dos estudos universitários".

De acordo com depoimentos dos participantes do *Seminário do Capital*, Giannotti foi o principal articulador dos debates quinzenais que terminavam em jantares regados a conversas sobre a conjuntura nacional e internacional. Como fica claro na resposta acima, o filósofo paulista já nutria discordâncias intelectuais profundas com Florestan desde o início dos anos 1950. Na criação de um novo espaço de debates ligado à USP, considerou que a presença de Florestan poderia ameaçar a sua liderança no *Seminário*, dado o peso da figura do eminente sociólogo. O grupo precisava de um novo capitão.

Sobre a ligação estreita do Cebrap com o *Seminário do Capital*, Paul Singer esclarece:

> Não há dúvida de que o convite ao Giannotti para integrar o Cebrap vem do fato de que ele participava conosco do grupo d´O Capital. Formamos um centro de pesquisa e planejamento, que precisava ser sustentado com o trabalho de profissionais. Portanto, convidar um filósofo, que não tinha mercado de trabalho nenhum, não faria sentido a não ser pelo fato de que nós estávamos muito ligados. Na verdade, o Cebrap foi planejado por pessoas que tinham estado no grupo de O Capital, como Fernando Henrique, eu e o Giannotti. Depois, a gente trouxe outras pessoas ligadas a nós, no momento em que nós fomos aposentados. (SINGER, 1999, p.64-5)

A defesa da tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso em 1961 foi envolta em polêmica metodológica entre o orientando e Florestan, seu então orientador. O candidato ao título de doutor escreveu a introdução da sua tese, com base em escritos de György Lukács e Jean Paul Sartre, como uma densa crítica ao funcionalismo. Florestan teria discordado do escrito do orientando, que ameaçou mudar a orientação da tese para o professor Lourival Gomes Machado. Ao final, Fernando Henrique Cardoso (2009, p.27) amenizou as críticas e defendeu-a sob orientação de Florestan, publicando-a um ano depois com o título *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. No prefácio à 5ª edição, escrito em 2003, Fernando Henrique declarou o seguinte sobre o episódio:

> Não por acaso, Florestan Fernandes temia, quando iniciamos o “Seminário de Marx”, que a leitura de Lukács distorcesse as

> "análises empíricas" que ele tanto prezava. Na ocasião, as observações do mestre surpreenderam-me. Hoje, entendo sua apreensão: o brilhantismo filosófico de Lukács poderia levar-nos a análises mais abstratas e conceituais do que à reconstrução histórico-estrutural dos processos que pretendíamos esclarecer. (CARDOSO, 2003, p.11)

Gabriel Cohn, professor da USP formado na equipe de assistentes de Florestan Fernandes, ao comentar sobre a querela interna entre Florestan e FHC, conclui que este episódio teria sido o nascedouro do futuro racha da equipe do qual surgiu o Cebrap. Diz Cohn (2006, p.120):

> O escrito programático mais ambicioso em meados dos anos 60, aliás, foi justamente aquele em que Fernando Henrique Cardoso marcava a sua posição divergente de Florestan e propunha a criação de uma alternativa. Trata-se do prefácio ao seu livro Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. É um texto de combate, ainda que não explícito, em que ele anunciava, em meio a discussões sobre funcionalismo e dialética, a proposta de um grupo que não teria Florestan como líder, mas ele próprio. Mais tarde, já fora da universidade, o Cebrap caminhou nesse sentido.

Da primeira briga das ciências sociais da USP, nasceria o capitão do novo centro; da segunda, o técnico. Além disso, há um segundo fator que merece ser matizado na suposta ligação direta da Escola de Sociologia da USP com o Cebrap. Octavio Ianni foi, junto com Fernando Henrique Cardoso, um dos principais assistentes de Florestan Fernandes na USP, e, a despeito de diferenças com o mestre, seguiu trilhando os caminhos do marxismo e do socialismo até o final da vida, muito diferente da grande maioria dos pesquisadores do Cebrap. Estes posicionamentos de Ianni mostram que a Escola de Sociologia da USP bifurcou-se em dois caminhos distintos, um trilhado pelos pesquisadores fundadores do Cebrap e outro por Ianni, que foi capaz, ao seu modo criativo, de dar continuidade à tradição inaugurada por Florestan[2].

---

[2] Segundo João Antonio de Paula (2009, p.80), "de todos os discípulos de Florestan Fernandes, diria que Octavio Ianni foi o que mais próximo ficou da obra do mestre, em pelo menos dois sentidos. Um deles é o referente à temática. A preocupação com a questão racial, que foi muito importante na obra de Octavio Ianni, é também decisiva, como se sabe, na obra de

Ianni relutou em entrar no Cebrap pois discordava do financiamento proveniente da Fundação Ford, considerada pelo sociólogo de Itu uma agência do imperialismo estadunidense. O seu ingresso no Cebrap ocorreu depois da fundação e sempre foi motivo de tensionamentos internos. Ele nunca se integrou plenamente ao novo espaço criado, como asseveram Fernando Henrique Cardoso e José Giannotti, mas por lá produziu grandes livros sobre Estado, acumulação capitalista, questão agrária e questão regional, sem sofrer sanções ou perseguições.

> Uns não se integraram muito bem. O Ianni nunca se integrou propriamente, nunca se sentiu à vontade no Cebrap. Primeiro porque ele sempre teve muitas resistências ideológicas quanto ao financiamento da Fundação Ford, e também porque ele tinha uma visão… Não quero ser injusto, mas eu diria uma visão mais mecânica na análise do processo histórico; a forma como ele assimilou a leitura do Marx do seminário foi menos matizada. (CARDOSO, 2009, p.39)

> Acho que houve dois momentos de tensão no Cebrap. Primeiro com o Octávio Ianni, que cada vez mais adotou uma linha de interpretação do marxismo, que a meu ver era ideológica, sem grandes questionamentos. Desde os tempos do Seminário do Capital me parecia que ele cortava os problemas a facadas. (…) Ianni nunca perdeu a crença na Revolução, sempre insistiu num certo automatismo da luta de classes. Mas isso fez com que se sentisse pouco integrado no Cebrap, veio depois da sua fundação e saiu logo que pôde. (GIANNOTTI, 2009, p.63)

Consolidada a formação da equipe de pesquisadores, a direção do centro arquitetou um plano de publicação dos resultados de trabalhos inconclusos e/ou das suas pesquisas finalizadas. O

Florestan Fernandes. Octavio Ianni imprimiu a essa temática uma perspectiva classista que distingue a sua obra de outros estudos sobre a questão racial. Ianni buscou relacionar raça e classe, de modo denso e compreensivo. Uma segunda característica que aproxima a obra de Octavio Ianni da obra de Florestan é, exatamente, a ideia de revolução, a perspectiva da revolução brasileira, que me parece ser uma permanente interrogação e motivação de Octavio Ianni”.

plano foi bem-sucedido, e a repercussão dos trabalhos cebrapianos transbordou os muros da instituição. Segundo Francisco de Oliveira (2009, p.166), presidente do Cebrap entre 1993 e 95, "a decisão de publicar foi talvez a decisão mais sábia que o Cebrap tomou, porque a suspeita da ditadura é que isso aqui era um biombo para atividades clandestinas." O principal formato de difusão foi a revista *Estudos Cebrap*, que editava textos de pesquisadores internos mas também de material externo, criando vínculos político-ideológicos com outras instituições. Clássicos do pensamento social brasileiro saíram na revista, como *Crítica à razão dualista*, do próprio Chico de Oliveira, o que atiçou a curiosidade da intelectualidade com a publicação, tornando-a um sucesso editorial. Algumas pesquisas foram publicadas no formato de livro e alcançaram um público ainda maior. Os títulos *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* e *São Paulo: o povo em movimento* foram lançados, respectivamente, pelas editoras Loyola e Vozes, e tiveram larga difusão com tiragens de algumas edições.

Outro canal de influência externa do Cebrap foi a promoção de reuniões de debate com pesquisadores de fora da instituição. O centro abriu suas portas para receber convidados nacionais e estrangeiros que apresentavam textos e teses em produção e recebiam toda sorte de críticas e comentários. Era o chamado *mesão*, literalmente uma mesa na qual os debatedores sentavam em volta para seus acalorados confrontos ideológicos. Muitos que passaram pelo mesão mostram seu apreço pelo espaço, uma das raras possibilidades de debate e reflexão teórica em tempos sombrios de forte repressão. Nesta época, o Cebrap era amplamente reconhecido como um ponto de referência para a intelectualidade de resistência à ditadura empresarial-militar. E não só isso: apesar das provocações e comentários muitas vezes ácidos e demolidores, o clima era relatado como de acolhimento e generosidade, tendo contribuído para o avanço de inúmeros trabalhos que depois vieram a se tornar peças-chave do pensamento progressista.

OS PRIMEIROS PASSOS DA ECONOMIA POLÍTICA DA EDP

Um grupo expressivo de professores e pesquisadores da economia política brasileira foi assíduo frequentador do mesão do Cebrap: Antonio Barros de Castro, Eduardo Suplicy, José Serra, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Pedro Malan e outros passaram por lá para

submeter seus rascunhos ao escrutínio. Maria da Conceição Tavares, decana da Escola de Campinas, também circulou pelos seminários do mesão e foi alvo das mais diversas críticas.

A ligação da Escola de Campinas com os fundadores do Cebrap remete aos tempos da USP. Nos anos 1960, João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo, amigos de longa data e também decanos da escola campineira de economia política, frequentaram juntos o curso de ciências sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e foram alunos de Florestan, FHC e Giannotti, mas nenhum concluiu este bacharelado; ambos se formaram em direito. Relembrando a sua passagem na Escola de Sociologia da USP, Cardoso de Mello (1999, p.184) respondeu o que se lia nessa época:

> Todos os autores importantes, não importava sua orientação ideológica ou política. O critério de seleção era a qualidade. (...) Essa orientação saudavelmente antidogmática vinha do professor Florestan Fernandes. Ao mesmo tempo, os professores que eram marxistas tinham horror do marxismo soviético, do outro tipo de manual, os de marxismo-leninismo. Mas aqui vem o mais importante: havia da parte do professor Florestan e de seus colaboradores o empenho em renovação do pensamento social brasileiro, a vontade de conhecer a sociedade brasileira contemporânea, amparada num amplo programa integrado de pesquisa. Os frutos deste trabalho foram extraordinários.

Luiz Gonzaga Belluzzo (1996, p.256-7), responsável pelos estudos mais aprofundados da teoria do valor dentro da Escola de Campinas, também demonstra apreço pelas ciências sociais e humanas da USP e declara a importância desta passagem acadêmica na sua formação teórica:

> Em 1975 Giannotti estava trabalhando e refletindo no *Trabalho e Reflexão* (risos), e frequentávamos o CEBRAP na mesma época. Era um período em que os espaços de discussão eram muito restritos e muito perigosos. Tive ali um contato mais próximo com o Giannotti. Quando eu era aluno da Faculdade de Filosofia, ciscava nas suas aulas e do Lebrun, para ver se, como dizia um amigo, refinava o espírito. E tinha muito respeito, como tenho hoje, pelo Giannotti.

A admiração do trabalho desenvolvido nas ciências sociais da USP transparece nas respostas de Cardoso de Mello e Belluzzo. Tal admiração os levaria a tomar tais orientações metodológicas e programáticas como influências na construção da Escola de Campinas. O Departamento de Economia e Planejamento Econômico e Social (Depes) da Universidade de Campinas (Unicamp) foi fundado em 1967 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e começou suas atividades com cursos de pós-graduação no nível de especialização em 1968. Dois anos depois iniciaram-se as aulas da graduação. O mestrado é inaugurado em 1974 e o doutorado em 1977. Em 84, o colegiado do Depes aprovou a criação do Instituto de Economia, processo que levou à separação institucional do IFCH e à saída de importantes fundadores do departamento.

A fundação do Depes foi viabilizada por apoio institucional do Ministério das Relações Exteriores, da Comissão de Economia para América Latina e Caribe (Cepal) e do Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (Ilpes), instituição que abrigou Fernando Henrique Cardoso no seu exílio no Chile e foi palco da redação do seu influente livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrito entre 1966 e 67 em coautoria com Enzo Faletto. Por lá também passaram inúmeros intelectuais que mais tarde fariam parte do Depes.

Outro apoio, contudo, foi indispensável para a criação do Depes. Zeferino Vaz, idealizador do projeto da Unicamp, tendo sido o seu primeiro reitor, deu o suporte necessário à fundação do novo departamento do IFCH. Antes da sua passagem pela Unicamp, Zeferino Vaz já havia feito carreira na universidade brasileira, inclusive na USP. Nesta trajetória cheia de contradições[3], ele cumpriu um dos papéis mais nefastos da nossa história universitária: como interventor na Universidade de Brasília (UnB) logo após o golpe militar, implementou um regime de terror numa das universidades mais libertárias do Brasil, criada com o intuito de renovação do ensino superior no país. Em outubro de 1965, 80% do corpo docente pediu demissão por conta de divergências com a nova administração central imposta pelos militares. (MOTTA, 2014, p.41) O projeto de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer foi destruído com as estocadas das baionetas militares.

---

[3] Sobre a trajetória acadêmica e política de Zeferino Vaz, cf. Caio Navarro de Toledo (2015).

A adesão de primeira hora de Zeferino Vaz ao golpe foi responsável, por exemplo, pelo desmonte do curso de ciência política da UnB, que então abrigava André Gunder Frank, Victor Nunes Leal e três dos fundadores da teoria marxista da dependência[4], Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra. Estes três últimos professores da UnB, também militantes da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, conhecida como Polop, sofreram uma brutal perseguição e foram obrigados a abandonar seus cargos e viver ou na clandestinidade ou no exílio; Marini teve sua tese de doutorado queimada e, após ser exonerado, fugiu para o Rio de Janeiro onde foi preso e torturado antes de se exilar fora do país. (MARINI, [1990] 2005, p.64-5)

Este passado de perseguições na UnB não foi suficiente para impedir a aceitação do apoio de Zeferino Vaz à criação do Depes/Unicamp, apoio este sempre reconhecido pelos fundadores da Escola de Campinas, conforme relata Cardoso de Mello (1999, p.196):

> [Foi possível] antes de tudo, por causa desta extraordinária figura chamada professor Zeferino Vaz. (...) Politicamente, o professor Zeferino era um conservador, tinha participado ativamente da "revolução de 64". Mas, ao mesmo tempo, prezava os valores da liberdade de pensamento, da autonomia universitária, da liberdade de ensino e pesquisa, do mérito acadêmico. Jamais permitiria proselitismo político na Universidade. Mas, para ele, nós éramos professores competentes e dedicados, que estavam fazendo um trabalho sério. Era o que bastava.

Com tais apoios institucionais, tanto da ONU quanto da administração central da Unicamp, veio à luz o Depes. Do ponto de vista ideológico, a problemática central era estudar as especificidades históricas do capitalismo latino-americano e superar os entraves ao desenvolvimento nacional e social na periferia a partir de uma política de reformas centrada no Estado, de construção da soberania nacional, da democracia e da justiça social. Tais orientações constituiriam posteriormente, com o aporte de outras interpretações

---

[4] A respeito da UnB como uma estufa para o florescimento da teoria marxista da dependência, cf. Sadi Rosso e Raphael Seabra (2017).

teóricas sobre a formação social brasileira e sua inserção no mercado mundial, algumas das bases da Estratégia Democrático-Popular. Mais uma vez, vale recorrer ao depoimento de João Manuel Cardoso de Mello (1999, p. 201) no qual ele explicita os objetivos da Escola de Campinas: "acertar as contas com a Economia Política da Cepal, de que todos éramos – e continuamos a ser – filhos, e muito orgulhosos. Finalmente, repensar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, fazer a crítica da política econômica e procurar renovar as propostas de reforma econômica e social."

Para forjar a base teórica deste projeto ideológico, João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Belluzzo, Wilson Cano e companhia recolheram instrumentais teórico-metodológicos de diversas escolas de pensamento, do liberalismo esclarecido ao marxismo. Surgiu daí o caldeirão eclético da Escola de Campinas, alquimicamente misturando John Maynard Keynes, Michael Kalecki, Karl Marx, Joseph Schumpeter e o pensamento cepalino (Raul Presbich, Celso Furtado, Aníbal Pinto). Nesse ecletismo, a teoria marxista da dependência ficou propositalmente de fora; do debate da dependência eles somente salpicaram elementos da vertente fundada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Abaixo reproduzimos, respectivamente, depoimentos de Tavares[5] e Cardoso de Mello sobre a relação da Escola de Campinas com as vertentes da teoria da dependência.

> O fracasso das chamadas teorias de dependência como marco analítico para interpretar este tipo de mudanças do capitalismo central e das formas alternativas de integração da periferia não pode, pois, ser contornado mediante uma "querelle d'écoles" entre os chamados estruturalistas cepalinos de um lado e os neomarxistas do outro. (TAVARES, [1972] 1976, p.21)

[5] Mais de trinta anos depois de escrever a introdução ao seu livro clássico, Maria da Conceição Tavares (2008, p.16-7) reafirmou suas críticas à teoria marxista da dependência. "A chamada teoria da dependência, como foi formulada de mil maneiras, não chega a ser teoria nenhuma. Por exemplo, o que diz o Marini é uma coisa, o que dizem Fernando Henrique e o José Serra é outra. Tanto que teve o debate entre eles. Quando alguém diz, pela teoria da dependência, que o centro cresceu por causa da exploração da periferia, é um disparate. Cresceu à custa da acumulação deles e, *en passant*, expandiu-se a periferia e, *en passant*, explorou, é claro." Neste caso, Maria da Conceição Tavares está se referindo às teses de Marini sobre a troca desigual e a superexploração formuladas em *Dialética da dependência*, deixando de lado qualquer crítica a Fernando Henrique e/ou José Serra, em que pese sua ferrenha oposição aos governos federais tucanos.

> Deste ponto de vista, a primeira vertente da Dependência – representada pelos trabalhos de A.G.Frank, centrada na ideia de "desenvolvimento do subdesenvolvimento", que se entende nuclearmente como uma contínua rearticulação de uma relação de exploração entre Metrópole e Satélites – consiste, de modo cristalino, numa mera reprodução radicalizada da problemática cepalina e, por isto, não apresenta maior interesse teórico. Ao contrário, a formulação de F.H.Cardoso e E. Faletto merece um exame cuidadoso, por sua importância decisiva. (CARDOSO DE MELLO, 1984, p.24)

As críticas da Escola de Campinas não eram ingênuas ou despropositadas. Abria-se o caminho para o reformismo e a defesa de uma política econômica desenvolvimentista para amainar os efeitos mais perversos da dependência, que também eram duramente criticados pela economia política de Campinas. Deixava-se de lado, no plano mais abstrato da teoria do valor-trabalho, a teoria marxiana da exploração em detrimento de uma teoria da valorização do capital (BELLUZZO, 1980) e, no plano mais concreto, a teoria marxista do Estado e da revolução para abraçar a crença em mudanças graduais dentro da ordem capitalista dependente, que gerassem um capitalismo autônomo e desenvolvimento com justiça social. Ao ser questionado sobre o caráter reformista do projeto de Campinas, João Manuel Cardoso de Mello (1999, p.205) respondeu sem hesitar:

> Reformista, sem dúvida. Mas cuidado com a palavra socialdemocrata. Na América Latina, na periferia do capitalismo, a palavra socialdemocracia só tem significado se englobar a luta por um mínimo de autonomia econômica nacional, sem o que é impossível promover simultaneamente o crescimento econômico e a igualdade social. É a partir desse movimento coletivo de transformação da sociedade que nossa ação, a dos companheiros de Campinas e a minha, pode ser compreendida. Nós tratamos de lutar pelos nossos valores e, ao mesmo tempo, procuramos contribuir para pensar o projeto de reforma do capitalismo plutocrático.

O horizonte utópico da Escola de Campinas era a construção de barreiras humanistas ao capitalismo selvagem desenvolvido na periferia do sistema mundial. Estas barreiras seriam erguidas por

um Estado racional e suas políticas de desenvolvimento econômico com soberania nacional e justiça social. O bom combate seria às desigualdades sociais e ao autoritarismo reinantes na nossa sociedade. Ao final da democratização do país, o objetivo era, em poucas palavras, termos o Estado de bem-estar social, assim como foi feito na Europa. Desta maneira, as especificidades históricas do subdesenvolvimento latino-americano e suas formas de produção da riqueza saíam de cena para dar lugar a um projeto político estatista e de recorte eurocêntrico, no qual as estruturas produtivas não seriam alvo de mudanças radicais e a etapa final das transformações sociais seria o *Welfare State*[6]. Ainda segundo Cardoso de Mello (1984b, p.22),

> Nestas condições concretas, o processo de transformação da sociedade é "longo" e difícil, caminha através de "objetivos intermediários", através de rupturas parciais sustentadas numa certa estrutura de forças sociais e políticas, que simultaneamente consolidam os avanços anteriores e abrem caminho para a mudança subsequente. Só a democracia permite construir alianças centradas na nossa contemporaneidade, que não tolera o burocratismo autoritário.

Desta visão de mundo socialdemocrata surgiram pontos de confluência entre as ideologias do Cebrap e da Escola de Campinas. Os escritos destes dois aparelhos de hegemonia são fruto de um processo revisionista, nos anos 1970, das principais referências cepalinas produzidas até aquele então. O fracasso da industrialização como processo de ruptura com a dependência e o subdesenvolvimento, as vitórias da Revolução Cubana contra as agressões imperialistas, a implantação de ditaduras empresarial-militares em muitos países da América Latina, a crise capitalista no centro imperialista e a perda relativa da hegemonia mundial dos Estados Unidos frente às novas potências econômicas (Alemanha e Japão) formaram o substrato histórico para a revisão das teses cepalinas.

---

[6] "(...) esboçamos bem ou mal propostas específicas para cada área das políticas sociais. Com isto, penso que conseguimos retirar o tema da distribuição de renda do nível muito abstrato em que estava colocado, chegando ao desenho de uma política concreta de redistribuição. Resumindo, diria que todos nós desejávamos a montagem de um verdadeiro *Welfare State*." (CARDOSO de MELLO, 1999, p.207)

Nesse contexto histórico, a burguesia industrial brasileira passou a vislumbrar possibilidades de disputar posições intermediárias na divisão internacional do trabalho sem, entretanto, aderir a um projeto nacionalista de recorte antiimperialista. Era uma nova etapa de integração subordinada e dependente ao mercado mundial via subimperialismo (MARINI, [1969] 2012). Mas tais movimentações são percebidas pelos intelectuais cebrapianos e campineiros como novas possibilidades de desenvolvimento de um capitalismo nacional autônomo, com seus centros de decisão internalizados e uma base industrial completa com a introdução do setor de bens de capital. Conforme escreve Ruy Mauro Marini (1992, p.97),

> Para ambas as correntes [endogenistas e neo-desenvolvimentistas], há que por a ênfase, antes de tudo, nas condições nacionais para a análise do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. O imperialismo ou é colocado "entre parênteses", para usar uma expressão de Maria da Conceição Tavares, ou se introduz na análise como última variável, como preferem os endogenistas; Presbich e Furtado representam uma exceção, partindo sempre da economia mundial. Mas se reúnem aos neo-desenvolvimentistas em sua tese central, que é a perspectiva do desenvolvimento capitalista autônomo – tese que expressa a aspiração mais sentida da burguesia industrial latino-americana.

As principais obras da Escola de Campinas dos anos 1970 estavam marcadas pela aposta política de uma autonomização crescente do capitalismo brasileiro frente aos constrangimentos externos da dependência. Mas isto não correspondeu a uma adesão absoluta à razão de Estado ou ao *status quo:* uma das suas marcas indeléveis sempre foi a crítica ao autoritarismo e às desigualdades sociais. Antes de ser uma representação teórica da burguesia industrial latino-americana, as suas elaborações ideológicas expressaram um sonho utópico pequeno-burguês, com uma autonomia para lá de relativa aos processos econômicos e políticos em curso com as ditaduras latino-americanas, mas ainda assim condicionadas pela visão social de mundo burguesa. (BAMBIRRA, 1978, p.31)

A tese de doutorado *O capitalismo tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello, segue esta tendência de uma revisão crítica das elaborações centrais da Cepal. Ao longo da obra, tida na literatura especializada como um dos documentos fundacionais da Escola de Campinas[7], há dois esforços que correm em paralelo: um de incorporação crítica da teoria de dependência de FHC e Faletto – citada como um dos seus principais interlocutores, além, é claro, de Celso Furtado –, outro da superação de suas fragilidades. Neste caso, temos a presença de convergências (dominantes) e divergências (minoritárias). De acordo com Cardoso de Mello (1984a, p.26-7), a teoria da dependência de FHC e Faletto analisou o desenvolvimento latino-americano como uma especificidade histórica do desenvolvimento do modo de produção capitalista na periferia, levando em conta tanto os aspectos internos das nações da região como os fatores externos. Essa tentativa, contudo, levou a cabo somente a tarefa de destacar os fatores internos do desenvolvimento capitalista na América Latina, introduzindo a problemática das classes sociais na economia política cepalina. Deixou, assim, de proceder a uma crítica que deveria ser radical, cuja tarefa primária seria questionar a periodização histórica cepalina baseada em uma dupla dualidade, a saber, economia colonial/economia nacional e desenvolvimento para fora/desenvolvimento para dentro.

Na trilha aberta por Cardoso e Faletto do desenvolvimento associado e subordinado, Cardoso de Mello faz um amplo debate da particularidade histórica da acumulação primitiva do capital no Brasil e da nossa transição de modo de produção, na via de uma industrialização tardia já na etapa monopolista do capitalismo. Sua tese central é que surge um novo padrão de acumulação no Brasil de meados dos anos 1950 e início dos 1960 com a industrialização pesada, suportada majoritariamente pelos investimentos do Estado e dos capitais multinacionais, mas sempre com a presença subordinada do capital nacional. Com o novo padrão de acumulação, baseado no tripé político dos capitais estatais, estrangeiros e nacionais, "a industrialização chegara ao fim e a autodeterminação do capital estava, doravante, assegurada. Pouco importava que não tivesse se mostrado capaz de realizar as promessas que, miticamente, lhe haviam atribuído." (CARDOSO de MELLO, 1984a, p.122)

---

[7] Sobre as origens e as formulações teóricas da economia política da Escola de Campinas, recomenda-se o artigo de Fábio Pádua dos Santos (2013).

Mesmo com fortes questionamentos ao modelo de desenvolvimento ditatorial, a Escola de Campinas afirmou teoricamente a autodeterminação das forças produtivas no Brasil e, com isso, alimentou ilusões quanto à nossa margem de manobra dentro da dependência e desviou sua atenção das relações sociais de produção baseadas na superexploração, analisando somente as suas expressões mais visíveis. Como diz Plínio de Arruda Sampaio Jr. (1999, p.55),

> (...) a perspectiva do capitalismo tardio acabou ocultando os mecanismos de perpetuação do capitalismo dependente e as possibilidades de sua superação. (...) Ao sacralizar o tripé capital nacional, capital estrangeiro e Estado como mola propulsora da industrialização pesada, a correlação de forças foi petrificada, limitando aos marcos do capitalismo dependente o raio de ação do Estado para enfrentar os obstáculos do desenvolvimento nacional. A ilusão de que o avanço da industrialização conciliaria os conflitos entre as classes sociais fez com que não surgisse nem a necessidade nem a possibilidade de transformações estruturais.

Em relação à teoria marxista da dependência, Cardoso de Mello extermina sumariamente qualquer diálogo, restando meia dúzia de linhas de controvérsia, de resto limitada aos textos de Gunder Frank, sem qualquer debate aprofundado. Este método de polemizar dentro da controvérsia da dependência no Brasil não era uma novidade, pois, conforme escrevem Fernando Prado e Rodrigo Castelo (2013, p.14),

> As formulações de Fernando Henrique Cardoso sobre desenvolvimento e dependência foram difundidas e assimiladas sem se levar em conta toda a riqueza da controvérsia da dependência, que havia então se desenrolado no Chile sem ter eco no nosso país. Quando citadas, as principais formulações de Theotônio, Vânia e Marini estavam longe de serem retratadas de forma objetiva pelos seus críticos. Restou, desta forma, o reinado da perspectiva do "Príncipe dos Sociólogos", sem sequer se conhecer as posições das vertentes marxistas, que então foram deformadas teórica e politicamente, rotuladas de "catastrofistas", "estagnacionistas", "trotskistas" e "radicais".

Essas deformações foram construídas e reproduzidas em artigos, teses e livros escritos e publicados por docentes e pesquisadores de diversos aparelhos de hegemonia[8], sendo o Cebrap e o Depes/Unicamp seus epicentros. Politicamente, Fernando Henrique Cardoso e José Serra tomaram a vanguarda dos ataques mais ferinos à teoria marxista da dependência. Com duras palavras escritas no campus da Universidade de Princeton (EUA), José Serra e Fernando Henrique Cardoso vaticinaram que era preciso "colocar trancas que fechem falsas saídas". Neste artigo publicado na revista do Cebrap em 1979 (com agradecimentos a Luiz Gonzaga Belluzzo e colegas do centro), eles faziam críticas diretas à teoria de Marini com um teor político explosivo: disputar a direção intelectual-moral da esquerda brasileira no período pós-ditatorial, eliminando o projeto revolucionário socialista como porta de saída do capitalismo dependente. Sem meias palavras, Serra e Cardoso (1979, p.36) escreveram:

> Quando o impulso generoso dos que desejam revolucionar se soma a postulados falsos ou equívocos, não só a teoria se empobrece embebida em má política (o que é menos grave) como a política se estiola em tentativas, frustrações e enganos. Depois de certo tempo, à custa de muita energia perdida, o ímpeto revolucionário desanima e cede à apatia. Mas parece que a rigidez mental de alguns intelectuais leva-os a continuar ostentando, como os mandarins, os lauréis acadêmicos obtidos com um saber que já está morto; assim, dando uma conotação mais dramática à observação de Keynes, continuam, como fantasmas, persuadindo os políticos a serem escravos de ideias defuntas.

NOVOS ENFOQUES TEÓRICOS E A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA DEMOCRÁTICO

Nos debates teóricos sobre a ciência política, houve intensas querelas dentro do Cebrap. Na segunda metade dos anos 1970 e início dos 80, o centro vivenciou a saída de duas lideranças

---

[8] Fernando Correa Prado (2011) demonstra ponto a ponto como a teoria marxista da dependência sofreu um cerco ideológico sistemático para a difusão do seu projeto teórico-político, bem como uma falsificação rebaixada das suas principais teses. Os agentes históricos foram diversos intelectuais vinculados ao Cebrap, à Cepal, Escola de Campinas, USP, FGV-SP e outros aparelhos privados (e estatais) de hegemonia.

intelectuais. A principal delas foi a de Francisco Weffort para fundar o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) em 1976, tendo como um dos seus principais objetos de estudo o movimento operário brasileiro, pauta que já não tinha muito espaço no Cebrap. A outra saída foi a de Bolívar Lamounier, que veio a montar o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp). Com o passar do tempo, os temas de revolução brasileira, revolução burguesa, partidos políticos, classe operária foram exorcizados como fantasmas e os debates sobre democracia, sociedade civil e novos movimentos sociais se tornaram hegemônicos na esquerda brasileira nos anos 1980. Segundo Fernando Henrique Cardoso (2009, p.40),

> (...) nos anos 1970 começamos a discutir democracia e movimentos sociais. A dinâmica da sociedade civil já era muito importante para mim naquela altura, uma vez que os partidos provavelmente não iriam ter no futuro o papel protagônico que haviam tido no passado. Não posso precisar com datas, mas já antes da queda do Muro de Berlim ficou visível que era difícil acreditar que a sociedade baseada no planejamento, no monopólio dos meios de produção pelo estado, num partido que monopolizasse o espaço do poder e tudo o mais viesse a ser algo desejável.

Na visão dos principais dirigentes do Cebrap, com as derrotas da luta armada no Brasil em meados dos anos 1970, era tempo de abandonar as pautas da revolução proletária e do socialismo, e abraçar a *realpolitik*, propondo uma agenda teórica e um programa político[9] de transição do autoritarismo para a democracia. "O que se discutia", diz Giannotti (2009, p.56), "como ainda hoje se discute, era como controlar o mercado, como aprofundar a democracia, e assim por diante." Essa guinada de largo alcance não ficou apenas no plano teórico: ela veio a se materializar na construção de programas

[9] Segundo Francisco de Oliveira (2009, p.169), "o Cebrap, deve ser dito, apostou sempre na democracia. E era muito difícil, porque você estava sufocado por todos os lados, havia grupos de luta armada surgindo diariamente, com nossos amigos integrados. (...) Era muito difícil manter um objetivo estratégico para além da luta conjuntural, e acho que foi o Fernando Henrique quem percebeu melhor e formulou isso como um programa".

de partidos políticos, em especial do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB.

No tocante à disputa dos rumos da esquerda brasileira, o Cebrap e a Escola de Campinas, sob a perspectiva socialdemocrata, tinham pontos de interseção e alguns deles, como vimos, foram forjados teoricamente no mesão. A materialização desta teoria na política veio, contudo, no campo das disputas internas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nos anos 1970. Antes da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na década de 1980, os formuladores de determinadas correntes da EDP militaram, orgânica ou indiretamente, nas hostes do MDB, e escreveram muitos dos seus programas econômicos e políticos. Conforme relata Rodrigo Motta (2007, p.295),

> A partir de 1973, e sob influência de experiências levadas a cabo pelo MDB gaúcho, o partido criou um Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes, depois rebatizado como Instituto Pedroso Horta), para dispor de um centro de debates e formulação de políticas e, sobretudo, para atrair a participação da intelectualidade. Os contatos na área acadêmica renderam o auxílio de alguns membros do prestigiado Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) para a formulação do programa eleitoral de 1974, o que trouxe ao MDB não só mais consistência e sofisticação programática, mas um apoio simbolicamente significativo para conquistar respeitabilidade entre a *intelligentsia.*

Em 1973, Pedro Simon, deputado e presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, procurou a direção do Cebrap e propôs um conjunto de debates na Assembleia gaúcha. Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira e José Arthur Giannotti aceitaram o desafio e o público acorreu para vê-los discursar. O plenário lotou e a atividade foi avaliada positivamente. Estava selada a aliança entre pesquisadores do Cebrap e o MDB. (GIANNOTTI, 2009, p.59)

Em 1974, Ulysses Guimarães, já uma reconhecida liderança do MDB, iniciou tratativas com membros do Cebrap para a formulação do programa de governo do partido de oposição institucional à ditadura empresarial-militar para as eleições daquele ano. O programa foi intitulado *Desenvolvimento com democracia,*

liberdade e justiça social, palavras-chave do ideário da EDP. Na redação do programa, tomaram parte Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort e Paul Singer. De posse deste programa formulado pelos intelectuais cebrapianos, o MDB foi às ruas e às urnas, e, com o aparato repressivo na sua cola, venceu as eleições de forma acachapante, resultado inesperado de acordo com a conjuntura da época. Foram conquistadas 16 cadeiras do Senado, para um total de 22 vagas, e 160 na Câmara dos Deputados (na eleição anterior, em 1970, foram apenas 87). A expressividade desta vitória foi tamanha que contribuiu, dentre um conjunto de outros fatores, para o início do processo de "abertura lenta, gradual e segura" promovida pelo generalato.

Uma outra mudança, contudo, brotou nas forças oposicionistas: a certeza da aposta feita pelo Cebrap na democracia institucional, sem ligação com a revolução socialista e a ação direta do movimento operário. Como diz Paul Singer (1999, p.81), "no momento em que passamos a votar no MDB, nós passamos a pensar: é possível que haja uma mudança sem que a gente tome o poder pela força. Sem que haja uma revolução armada. Então, o abandono dessa hipótese forçou a nós todos a repensar um programa para o país".

Os intelectuais tradicionais do Cebrap se tornaram paulatinamente, com a abertura, intelectuais orgânicos da Estratégia Democrático-Popular em diferentes partidos, do MDB ao Partido dos Trabalhadores. Na década de 1980, as divergências internas do Cebrap ficaram mais acirradas pois um grupo se filiou ao PT, como Francisco de Oliveira e Paul Singer, e o grupo majoritário continuou a sua militância partidária no MDB até a fundação do PSDB. Os caminhos partidários da equipe cebrapiana se tornaram divergentes, mas ainda havia convergências substantivas no plano teórico e programático.

Foi na construção de programas políticos para o MDB (depois PMDB) que a economia política da Escola de Campinas e as ciências sociais do Cebrap soldaram, na teoria e na prática, bases do que viria a ser a Estratégia Democrático-Popular nos anos 1980. Em 1982, esta parceria entre professores do Depes/Unicamp e pesquisadores do Cebrap continuou a dar frutos e o PMDB lançou o documento *Esperança e mudança: uma proposta de governo para o Brasil,* publicado na revista do PMDB, em cujo conselho editorial

constam Carlos Lessa, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, João Manuel Cardoso de Mello, José Serra, Maria da Conceição Tavares e outros. Suas palavras de ordem eram "transformação democrática", "Assembleia Nacional Constituinte como Solução-Síntese", "planejamento democrático e distribuição da renda", "reformas sociais e institucionais", dentre outras. Logo no início do documento, deparamo-nos com um trecho que sintetiza a formulação de bases programáticas da EDP, concretizando as críticas que o Cebrap já apontava ao socialismo no Leste Europeu:

> O PMDB propõe o planejamento democrático como forma de estabelecer e garantir que o conjunto de políticas públicas obedeça a prioridades fixadas democraticamente – prioridades que busquem um novo estilo de desenvolvimento social, cuja diretriz maior deve ser a redistribuição da renda e da riqueza social. O Planejamento democrático implica na elaboração de um Plano, sob controle e sob a influência das instituições democráticas. Plano fixado através de lei, supervisionado eficazmente pelo Congresso com a interação e auxílio das organizações populares. (FUNDAÇÃO PEDROSO HORTA, 1982, p.ii)

Paul Singer e Francisco de Oliveira não acompanharam a ala majoritária e foram cerrar fileiras no PT. Eles, entretanto, levaram consigo parte da visão de mundo erigida nos anos cebrapianos e colaboraram na construção de programas políticos no início dos anos 1980 sob a marca do reformismo econômico, lançando mão de consignas clássicas da EDP. Isso fica claro nas palavras de Singer (1999, p.81-2):

> (...) neste momento, dirigi, por incumbência do Lula, e da direção do Partido, uma equipe para fazer um programa econômico. Isso foi em 1982. O [Antonio] Kandir me ajudou. Eu reuni os meus amigos, o Chico de Oliveira, e fizemos juntos um programa econômico para o PT que colocava como grande questão a redistribuição da renda. Não o socialismo, mas um programa de desenvolvimento que teria o mercado interno como base, como fator dinâmico. A ampliação do mercado interno via inclusão social. (...) Mas era um programa reformista, não se falava em socialismo diretamente. Claro, a proposta de marchar para o socialismo, sim. Mas a marcha para o socialismo consistia em ampliar a democracia, aprofundar a democracia para redistribuir a renda.

Por vias contraditórias, a EDP ganhou, nos anos 1980, seus contornos programáticos em distintos projetos partidários. Do mesão do Cebrap, com decisivo apoio das formulações da Escola de Campinas, observamos a concretização de uma teoria crítica aos modelos de desenvolvimento concentradores de renda e dependentes e ao autoritarismo burocrático-militar. Esta teoria, contudo, não questionava a superexploração da força de trabalho no país, a dominação imperialista e seus elos com nossas classes dominantes. A porta de saída não era a revolução socialista, mas o aprofundamento da democracia no país via políticas institucionais e os movimentos sociais. Na implementação da EDP, as tensões aumentaram e as táticas divergiram, o que gerou um racha político irreconciliável no Cebrap: enquanto alguns seguiram sua trajetória no PMDB e no governo Sarney, e posteriormente fundaram o PSDB, outros foram para o PT e fincaram pé numa oposição aos governos da Nova República até a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bases teóricas do Cebrap e do Depes/Unicamp eram distintas e integraram, nos anos 1950-60, um dos debates mais acalorados dentro da controvérsia da Revolução Brasileira, a saber, o choque entre o pensamento nacional-desenvolvimentista da Cepal e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e a Escola de Sociologia da USP. Vimos, na terceira seção deste capítulo, que dois decanos da Escola de Campinas, então jovens estudantes da USP, frequentaram o curso de ciências sociais, desenvolveram laços pessoais e tiveram parte da sua formação intelectual no contato com Florestan Fernandes e cia. Todavia, as suas principais influências vieram de cursos na Cepal e das leituras das obras isebianas.

Anos mais tarde, no mesão do Cebrap, operou-se um *movimento articulado de revisão crítica das teses da Cepal e da Escola de Sociologia da USP,* que teve como resultado um consenso tardio entre o nacional-desenvolvimentismo e as ciências sociais e humanas da USP, algo que parecia impossível no início do segundo ciclo das controvérsias da Revolução Brasileira, e que permaneceu vivo até os anos 1980. Mas a liga do novo bloco ideológico da esquerda brasileira só foi soldada com a redação de programas do

MDB a partir de meados da década de 1970. Operou-se, portanto, a conciliação entre duas escolas do pensamento social brasileiro que pareciam incompatíveis. No mesão do Cebrap e nos programas do (P)MDB, duas linhas paralelas se encontraram...

Nesses manuscritos políticos, as teorias do Cebrap e do Depes/Unicamp ganharam materialidade e conseguiram importantes vitórias já na sua primeira eleição, a de 1974. Tendo passado no teste das urnas, o programa foi avaliado como um sucesso e o bloco ideológico continuou na sua defesa da democracia, do desenvolvimento econômico nacional, do combate às desigualdades e das reformas sociais, deixando para trás bandeiras ou palavras de ordem relacionadas à revolução socialista. Era um dos últimos suspiros da Revolução Brasileira que, após o seu ocaso, cedeu lugar para a Estratégia Democrático-Popular.

O bloco ideológico do Cebrap e da Escola de Campinas se encarregou de criar bases da EDP que seriam disputadas por duas correntes: uma do PMDB, que logo abandonaria as suas raízes para se tornar um partido fisiológico à disposição dos poderes constituídos (a sua ala mais programática racharia com o partido e com a Estratégia referida, formando o PSDB), e a do PT, que prosseguiria, até o esgotamento do seu ciclo político no final da segunda década do nosso século, com a EDP.

Mas esta é outra história, contada coletivamente ao longo do livro que a leitora e o leitor têm em mãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMBIRRA, Vania. *Teoría de la dependencia*: una anticrítica. México D.F.: Era, 1978.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e capitalismo*: um ensaio sobre a economia política. São Paulo: Brasiliense, 1980.

________. Entrevista. In: *Conversas com economistas brasileiros*. BIDERMAN, Ciro et. al. (orgs.). São Paulo: Editora 34, 1996. p.251-283.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio à 5ª edição. In: ________. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1962] 2003. p.9-13.

________. Entrevista. In: *Retrato de grupo*: 40 anos do Cebrap. MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (orgs.). São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.19-49.
CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984a.
________. Prefácio. In: *O senhor e o unicórnio*: a economia dos anos 80. BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. São Paulo: Brasiliense, 1984b. p.11-23.
________. Entrevista. In: *Conversas com economistas brasileiros II.* MANTEGA, Guido e REGO, José Marcio (orgs.). São Paulo: Editora 34, 1999. p.183-216.
COHN, Gabriel. Entrevista. In: *Conversas com sociólogos brasileiros*. BASTOS, Elide Rugai et. al. (orgs.). São Paulo: Editora 34, 2006. p.114-133.
FUNDAÇÃO PEDROSO HORTA. Esperança e mudança: uma proposta de governo para o Brasil. *Revista do PMDB*, Rio de Janeiro, ano II, n.4, outubro-novembro de 1982.
GIANNOTTI, José Arthur. Entrevista. In: *Retrato de grupo*: 40 anos do Cebrap. MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (orgs.). São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.50-71.
MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, [1969] 2012.
________. Memória. In: *Ruy Mauro Marini*: vida e obra. TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, [1990] 2005. p.57-134.
________. *América Latina*: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: *Revolução e democracia (1964-...)*. FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.283-302.
________. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
OLIVEIRA, Francisco de. Entrevista. In: *Retrato de grupo*: 40 anos do Cebrap. MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (orgs.). São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.142-179.
PAULA, João Antônio de. Octavio Ianni e a centralidade da luta de classes. In: *Pensamento de Octavio Ianni*: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil. IAMAMOTO, Marilda Villela e

BEHRING, Elaine Rosseti (orgs.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p.79-87.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & política*, Rio de Janeiro, vol.29, n.2, 2011, p.68-94.

PRADO, Fernando Correa e CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. In: *Pensata*, São Paulo, v.3, n.1, 2013, p.10-29.

ROSSO, Sadi dal e SEABRA, Raphael. A Teoria Marxista da Dependência: papel e lugar das Ciências Sociais da Universidade de Brasília. *Sociedade e Estado*, Brasília, vol.31, número especial, 2016, p.1029-1050.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie*: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Fábio Pádua dos. A economia política da "Escola de Campinas": contexto e modo de pensamento. *Cadernos do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v.8, n.12, jan.-jun. 2013, p.17-42.

SCHWARZ, Roberto. Sobre a leitura de Marx no Brasil. In: *Nós que amávamos tanto O capital*. Roberto Schwarz et. al. São Paulo: Boitempo, 2017. p.17-26.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n.23, 1979, p.34-80.

SINGER, Paul. Entrevista. In: *Conversas com economistas brasileiros II*. MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio (orgs.). São Paulo: Editora 34, 1999. p.55-89.

________. Entrevista. n: *Retrato de grupo*: 40 anos do Cebrap. MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (orgs.). São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.72-93.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*: ensaios sobre economia brasileira. 5ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1972] 1976.

________. Entrevista. *Margem Esquerda*, São Paulo, n.11, 2008, p.13-23.

TOLEDO, Caio Navarro de. Zeferino Vaz: um reitor de direita que protegia as esquerdas? *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.7, n.2, 2015, p.116-132.

ELOS DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR COM A SOCIALDEMOCRACIA: A ATUALIZAÇÃO DO ESTADO BURGUÊS

Daniel Lage

Aí vem o Novo, tudo é novo,
saúdem o Novo, sejam novos como nós!
(...)
Assim marchou o Velho, travestido de Novo,
mas em cortejo triunfal levava consigo o
Novo e o exibia como Velho
[Bertold Brecht]

Como distinguir o que é velho e o que é novo, naquilo que se apresenta na cena política? Será que o que aparece como novidade não é velho? E o que aparece como velho, não seria justamente a novidade do fenômeno? Para nós, que pretendemos olhar para a periferia do capitalismo, a questão se amplifica e ganha enorme relevância.

Na esteira do que diz Schwarz (1987, p. 29), na periferia do sistema capitalista "fazemos constantemente a experiência do caráter postiço, inautêntico, imitado da vida cultural que levamos". As próprias categorias que nos localizam na ordem mundial carregam esse problema, diretamente no nome: subdesenvolvido, Terceiro Mundo, país emergente, ou o termo corrente "em desenvolvimento". Se seguíssemos ao pé da letra o conteúdo de dicionário dessas classificações, estaríamos sempre fadados a vivenciar uma experiência de segundo escalão, correndo atrás da ponta mais desenvolvida da história, sem chance de alçar o próprio voo; estaríamos condenados a realizar a cópia e a repetição (sempre em menor grau de importância) das experiências de quem vai na frente. Posto que essa questão percorre nossa história, desde a origem de país colonizado até o balanço de nossa atual conjuntura, a equação não tem solução fácil.

Ainda seguindo os passos de Schwarz (1987), para enfrentar essas questões, é preciso tomar cuidado com dois erros fatais de análise. O primeiro consiste em negar, absolutamente, a existência

do “problema do atraso”, e afirmar nossa experiência como invariavelmente autêntica e original, exceto quando contaminada pela visão de fora. Esse procedimento ignora a dinâmica econômica mundial, e, em vez de apreender o que nos é específico, no interior do sistema capitalista, apenas requalifica nossas particularidades como pontos positivos de identidade (a escravidão, a pobreza extrema, o personalismo, por exemplo, seriam cores de nossa nacionalidade).

O segundo erro é caracterizado por maneiras diferentes de conceber a história, em etapas fixas, à esquerda ou à direita, cujo desenvolvimento geral, para qualquer tipo de sociedade, é sempre linear e positivo. Nesse caso, o problema seria resolvido com o tempo, e o esforço para sair da parte de trás da fila e chegar à primeira posição – seríamos hoje o que outros foram no passado; teríamos apenas de acelerar a história, e aplicar as medidas que levam ao progresso.

Tal tipo de pensamento linear tende, em boa medida, a mitificar o progresso e ver o paraíso no mundo desenvolvido, ignorando as contradições e identidades que há entre um e outro. Desde algum tempo, sabemos que a forma social que leva ao crescimento das economias centrais está combinada com uma forma social, específica, nas periferias – o progresso está garantido para ambos os lados, mas não em linha reta, este será desigual e combinado, ou melhor, será truncado. E, seja qual for sua combinação, a exploração do trabalho, o domínio burguês e a luta de classes são os limites comuns do estreito trilho desenvolvimentista.

Apresentada a questão, o problema se recoloca de forma mais pragmática: como captar a particularidade de nosso processo histórico sem isolá-lo do mundo ou encaixá-lo em formas acabadas? Ora, o que nos diz Schwarz é que, sem ignorar nosso sentimento de atraso, devemos buscar no próprio objeto, e suas contradições, os elementos que o tornam contemporâneo. Em outras palavras, buscar no pretenso “anacronismo” uma figura da atualidade, e de seu andamento promissor, grotesco ou catastrófico (*ibid.*, p. 48).

***

Os diferentes períodos históricos da luta de classes, e das organizações da classe trabalhadora, são marcados por comportamentos, palavras-chave, concepções de mundo, enfim, por um caldo de cultura e um tipo militante próprios. Seguindo os passos de Iasi (2012), para melhor compreender esses determinados

períodos históricos, e suas características, devemos relacioná-los a uma estratégia determinante que os marca. Isto é, ao invés de procurar as definições programáticas abstratas, ou alguma escolha arbitrária de uma certa direção ou vanguarda, ou apenas categorias gerais (como reformista ou revolucionário), devemos buscar uma síntese, que expresse a maneira como uma classe buscou compreender sua formação social, e agir sobre ela, na perspectiva de sua transformação. No Brasil, vivemos em um período marcado pela estratégia democrático-popular. Uma estratégia cunhada nas lutas da classe trabalhadora, e que tem no Partido dos Trabalhadores (PT), mas não só nele, sua principal expressão.

A chave mestra de uma estratégia que visa à revolução social está na maneira como ela concebe a formação social sobre a qual opera. Isto é, como essa estratégia articula as determinações, objetivas e subjetivas, sobre as quais se erguem as classes em luta: a quantidade e a qualidade das indústrias instaladas no território; o papel que os burgueses, proprietários dessas indústrias, desempenham na divisão internacional do trabalho; a quantidade de proletários, e o nível de "paciência" que demonstram historicamente; a existência e o peso de outras classes, intermediárias, ou reminiscências de outras formações sociais; enfim, a maneira pela qual uma estratégia articula o conjunto de elementos, objetivos e subjetivos, sobre o qual se erguem o Estado e a forma de dominação específica de uma dada formação social.

No Brasil, isso passa por dimensionar nossas diferenças, debilidades ou especificidades, em relação ao centro dinâmico do sistema capitalista. Ou seja, temos, de alguma forma, de equacionar, na análise da formação social, o "problema do atraso". A estratégia democrático-popular parte da análise de que a formação social brasileira, no que toca às relações de trabalho, é capitalista, mas o Estado que se ergue sobre essas relações é marcado por um atraso, quando comparado a outras formações desse tipo. No momento no qual a estratégia democrático-popular está sendo formulada, na década de 1980, a ditadura militar é o principal sintoma desse atraso, e a democracia, portanto, a principal pauta de avanço. Essa equação colocou, para as organizações dos trabalhadores, o papel de modernização do Estado e da economia, modernização essa que, segundo a elaboração estratégica, só poderia ocorrer através de uma ruptura socialista por dentro do Estado.

Bem, o que vivemos no desenrolar dos últimos trinta anos, nos quais a classe trabalhadora brasileira se colocou em movimento através dessa estratégia, passou longe de uma ruptura socialista. Em verdade, o desfecho catastrófico dos governos petistas tem mais identidades com processos gerais de cooptação, reformismo e peleguismo escancarado, do que com uma luta encarniçada, de tipo socialista. Esse desfecho pode ser comparado a outros processos, pelos quais a classe trabalhadora mundial já passou. Ora, se há uma evocação do atraso na elaboração da estratégia, eis que o mesmo problema se coloca na avaliação de seu desenvolvimento: o que a experiência da socialdemocracia europeia tem a nos dizer sobre a nossa recente experiência com o Partido dos Trabalhadores (PT)? Seria o PT nosso correlato partido socialdemocrata, mesmo que tardio? Quais os elos da trajetória do PT com a experiência socialdemocrata europeia? Essas são as perguntas que vamos perseguir ao longo desse capítulo.

A SOCIALDEMOCRACIA COMO FENÔMENO HISTÓRICO

No livro "Capitalismo e Socialdemocracia", Adam Przeworski (1989) trata de compreender essa última como um fenômeno histórico. Para o autor, os processos políticos que levaram à socialdemocracia não foram, simplesmente, deliberados de forma programática. São, antes, melhor compreendidos como frutos de decisões políticas cotidianas do que como uma estratégia, pré-concebida, clara e deliberada. Daí a sua caracterização como um fenômeno histórico, como um acontecimento ocasional, mesmo que catastrófico, e generalizável para a experiência da classe trabalhadora em diversos países.

Evidentemente, no trajeto fica claro um tipo de política, e valores que constituem, a *posteriori*, um programa socialdemocrata, que será assumido e defendido com clareza. Mas no início, destaca o autor, todos eram socialistas, e buscavam meios de realizar essa aspiração. Assim, há uma narrativa histórica na qual a socialdemocracia aparece como um resultado secundário, elevado, no entanto, a política principal da classe trabalhadora europeia. Em outras palavras, Przeworski defende a socialdemocracia como o fruto "positivo" do fracasso dos socialistas – foi a realização possível dentro das escolhas feitas anteriormente. Pois bem, quais foram essas escolhas? Elas também foram feitas pelo Partido dos Trabalhadores?

A DECISÃO DE PARTICIPAR

"A escolha crucial foi entre participar ou não", nos alerta Przeworski no início de sua narrativa. A questão foi colocada para todos os partidos socialistas que encontraram, diante de si, um governo democrático sob uma economia capitalista. Por um lado, a participação significa a legitimação da ordem, e entrar no jogo democrático é assumir os pressupostos constitucionais que o ergueram – dentre os quais estão a propriedade privada dos meios de produção e a possibilidade, correlata, de exploração do trabalho. Significa, também, um deslocamento de esforços, das frentes de confronto direto entre o mundo dos trabalhadores (sindicatos, comissões e associações operárias) contras o mundo do capital, para uma disputa dentro das instituições do Estado burguês. As organizações anarquistas, por essa razão, geralmente se colocaram decididamente fora do jogo, defendendo claramente a não participação. Já as organizações socialistas tiveram uma posição ambígua, pois, do ponto de vista imediato, a participação poderia garantir (e de fato garantiu) conquistas pontuais, melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, que, por sua vez, poderiam compor parte de uma pedagogia das lutas operárias, em que as vitórias parciais estimulariam maiores níveis de organização.

Mesmo com ambiguidades, ao fim e ao cabo, a escolha dos socialistas foi participar com ponderação. A participação, inicialmente, foi colocada como tarefa secundária, e estava na chave da propaganda e da agitação contra a ordem, através dos espaços institucionais. Segundo o autor, os socialistas foram aqueles que decidiram utilizar os direitos políticos dos trabalhadores, nas sociedades em que os trabalhadores tinham esses direitos, e decidiram lutar por eles, onde não tinham.

O Partido dos Trabalhadores, seguindo seu manifesto de fundação, se encaixa exatamente nessa ambiguidade, que é entrar nos espaços legítimos, dentro da ordem, para ir contra ela. O seu manifesto de fundação, aprovado no famoso encontro no colégio Sion, diz:

> O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se

> subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos [dentro da ordem, D.L.].
> O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isso é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas esses interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade [contra a ordem, D.L.] (PT, [1980] 2015).

É importante destacar que o contexto geral de fundação do Partido dos Trabalhadores é de luta pela democracia, e essa foi uma de suas principais bandeiras de mobilização – e isso ocorria quando, na maioria dos países europeus, já se havia conquistado o regime democrático. Não obstante, isso é menos sinal de diferença do que de identidade com os processos analisados por Przeworski, pois, tanto lá como aqui, o voto direto, o sufrágio universal, a democracia, em suas diferentes formas, foram bandeiras erguidas pelos partidos socialistas – e, muitas vezes, alcançadas antes de vitórias econômicas substantivas. Ele nos alerta desse fato, por exemplo, quando lembra que, enquanto greves visando à extensão do direito de sufrágio já alcançavam sucesso na Bélgica e na Suécia, o uso de greves de massa com objetivos econômicos ainda resultava em desastres políticos.

O caminho dentro das instituições apareceu como uma possibilidade concreta de garantir direitos e avançar rumo a novas conquistas, tanto quanto o confronto direto entre trabalhadores e patrão. É evidente que os partidos organizados no seio da classe trabalhadora, depois de envolvidos, diretamente, na luta por democracia, não poderiam se abster de participar das eleições, e nem participar delas apenas simbolicamente: essa não era uma opção praticável, dadas as opções anteriormente assumidas.

Quanto ao problema de uma suposta inevitabilidade da participação, há um debate que ficou perdido, e cujo resgate vale o esforço. Trata-se do debate referente a escolhas que não foram feitas. Dois textos devem ser lembrados. O primeiro é a compilação das

resoluções do quarto congresso da III Internacional ([1922] 2015), no qual houve uma defesa da participação como forma de avanços em conquistas, mas com os parlamentares sob controle direto do partido, que deveria ter autonomia frente aos seus candidatos. O segundo é um texto de Rosa Luxemburgo (1971) – sobretudo a parte "Da participação socialista no poder na França" –, que restringe os limites da participação eleitoral, apenas, ao espaço do legislativo.

A autora está analisando uma das primeiras capitulações dos partidos revolucionários: o partido socialista francês, sob a direção de Millerand, entra para o executivo no Ministério do Trabalho, o que resulta em sua capitulação. Para ela, o partido socialista não poderia participar, de forma alguma, do Executivo, pois isso seria sair do papel de oposição, e se colocar em uma situação que, inevitavelmente, estaria destinada a gerir a ordem burguesa. Estar no executivo seria ter uma participação ativa na gestão da ordem burguesa, o que significaria o fim do projeto socialista. Por outro lado, participando somente no legislativo, o partido socialista poderia garantir as conquistas da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que cumpriria um papel de oposição à constituição do governo burguês[1].

Essas possibilidades de escolha, quais sejam, forte controle e independência do partido sobre seus candidatos, e participação restrita ao legislativo, não foram feitas. E a participação se colocou em todos os espaços, jogando alguns dos melhores quadros do partido para dentro da estrutura estatal. A decisão foi tomada levando em conta a estratégia geral, de buscar avanços dentro da constitucionalidade, para, assim, lutar contra ela. E o aparato partidário deslocou parte considerável de sua força para as eleições.

Além do deslocamento de forças para as eleições, há, pelo menos, mais cinco consequências da participação, que envolvem a organização do partido e da classe trabalhadora, apontadas por Przeworski. Uma delas é a troca do ator "classe trabalhadora" pelo ator "cidadão", e a consequente responsabilidade, que o próprio partido assume, de educar seus filiados e sua base de influência para as atividades democráticas, pacíficas e constitucionais. Nesse momento, há uma ampliação significativa da identificação da base do

---

[1] Agradeço a Ceici Kameyama por destacar esses textos, e o debate que ocorreu dentro da Polop (Organização Revolucionária Marxista / Política Operária), sobre o assunto.

partido, que, se antes eram operários e trabalhadores, passam a ser cidadãos e povo. Na democracia, o partido tem que valorizar o voto, e isso significa valorizar a relação direta do indivíduo, cidadão, com o Estado – as relações de produção, que caracterizam a classe, ficam escondidas atrás do voto.

Uma segunda consequência da participação é um deslocamento das tensões, das relações de produção (cujo território é a fábrica, a firma, a empresa), para o parlamento – no qual os filiados estão representados por um líder. Uma terceira é que, devido ao fato de que as eleições exigem esforços monumentais, é necessária uma profissionalização de parte significativa do partido, dentro dos gabinetes, comitês de campanha etc., cujo resultado, frequentemente, é duplo: de um lado, o candidato ganha poderes adicionais, ao empregar militantes em prol de sua eleição; de outro lado, na medida em que criam ou reforçam uma burocracia alienada do processo extra-eleitoral do partido, as eleições tornam-se um fim em si mesmas, e não mais um meio de conquistas e ampliações de direitos.

Para ilustrar esse ponto, vale recordar uma anedota em que um militante de base, afastado por algum tempo, volta a frequentar o partido. Espantado, diante do aparato eleitoral em prol de alguns candidatos, pergunta-se se são "camaradas disfarçados de notáveis, ou notáveis disfarçados de camaradas". O pano de fundo da anedota é a escolha específica, do partido de trabalhadores, sobre a profissionalização, que leva a consequências importantes no tocante à relação entre o partido e seus candidatos.

Nessa questão, da profissionalização da militância, também vale uma ponderação sobre as escolhas que não foram feitas. A profissionalização que se executou, por exemplo, dentro do PT, não foi aquela sobre a qual Lênin discorreu em seu livro *Que Fazer?*. Nesse partido (e em diversos partidos socialistas, segundo Przeworski), a profissionalização se dava, predominantemente, via mandatos, e não via partido. Mesmo quando a burocracia de tipo leninista adquire pequenos privilégios de informação e decisão, ela ainda precisa acertar contas com uma base militante. No caso da profissionalização via mandatos, a própria burocracia interna se torna um apêndice de mandatários de postos eletivos, no Governo e no Parlamento.

Uma quarta consequência da participação é a incorporação da democracia representativa – caracteristicamente burguesa – como

um valor universal, que transcende os diferentes meios de produção, e deve ser defendida acima de tudo. É nesse sentido que Przeworski lembra que a democracia representativa, para os socialdemocratas, havia se tornado, simultaneamente, meio e objetivo, ou, ainda, caminho para o socialismo e forma política da sociedade socialista que se buscava.

No caso do Partido dos Trabalhadores, essa visão democrática ganhou cores mais fortes com a queda do muro de Berlim, e o fim da União Soviética, fatos interpretados e apresentados, de forma deliberada, como fracassos decorrentes da falta de democracia. Dois intelectuais orgânicos da classe trabalhadora produziram obras que subsidiaram essa incorporação da democracia como um valor universal, intocável: Carlos Nelson Coutinho, com a obra *A democracia como valor universal*; e Francisco Weffort, com a obra *Qual democracia?*. Duas obras com conteúdos diferentes, mas que coincidem na elevação da democracia para além de um método político. A ditadura do proletariado, que, ao fim e ao cabo, é uma resposta à ditadura burguesa sob forma democrática, foi colocada fora de questão.

Por fim, uma última consequência é que os compromissos do partido, com os direitos constitucionais e o governo executivo, combinados à defesa incondicional da democracia, criaram uma situação controversa, em um momento chave para transformações: as crises. Ao contrário da expectativa de que seria na crise que o partido poderia avançar para além da ordem, e alçar a um comportamento revolucionário, o que ocorreu foi uma frustração. Nas crises, o que surgiu foi a defesa da constituição, a expectativa de garantia dos direitos constitucionais. Ou seja, a defesa da constituição econômica capitalista.

A PROMESSA DAS ELEIÇÕES E O NOVO LEQUE DE ALIANÇAS

No entanto, a decisão de participar plenamente estava respaldada em um raciocínio forte: se a democracia é o governo da maioria, o socialismo é uma questão de tempo, pois a classe trabalhadora é a maioria. Os partidos socialistas entraram para as batalhas eleitorais acreditando que o inimigo poderia "ser abatido em seu próprio terreno". E se, inicialmente, o partido não obteve os votos necessários, seria apenas uma questão de tempo, de trabalho e de

convencimento dos trabalhadores, para que votassem nos representantes de seus interesses. Millerand, o mesmo criticado por Rosa, dizia, em reuniões do partido socialista francês, estar convencido de que a realização dos objetivos do partido achava-se tão próxima, que haveria poucos participantes que não estariam vivos quando o dia chegasse.

A expressão dessa perspectiva, que relaciona a certeza da vitória eleitoral ao fato de os trabalhadores serem a maioria da sociedade, dentro do PT, foi a palavra de ordem "trabalhador só vota em trabalhador". No entanto, assim como mostrou a experiência europeia, aqui no Brasil, os trabalhadores que votaram no PT, enquanto esse se coligava apenas com partidos do espectro da esquerda e centro-esquerda, chegavam apenas ao teto de cerca de 30% do eleitorado. Isso constitui uma espécie de dilema eleitoral, já apreendido e exposto por Przeworski, ao examinar o caso socialdemocrata:

> Essa condição concreta impõe sobre os partidos socialistas uma escolha: os socialistas devem escolher entre um partido homogêneo em sua expressão classista, mas condenado a perpétuas derrotas eleitorais ou um partido que luta pelo sucesso eleitoral a custo da diluição de seu caráter de classe (PRZEWORSKI, 1989, p. 43).

No caso do PT, especificamente nas eleições presidenciais, foram três eleições derrotadas, nas quais as coligações se restringiram aos seguintes partidos: Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido dos Trabalhadores (PDT), Partido Popular Socialista (PPS), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Verde (PV).

É na eleição de 2002 que o dilema eleitoral se resolve. A decisão é trocar uma coligação homogênea, que não ganha eleição, por uma heterogênea que ganha. O partido ampliou seu leque de alianças e incorporou o Partido Liberal, unindo Lula, um ex-metalúrgico de São Bernardo do Campo, que alcançava a presidência da república, com José Alencar, um mineiro de origem pobre, que se tornou o maior empresário da indústria de tecidos da América Latina. Sem desconsiderar os desgastes do próprio governo Fernando Henrique, e a situação favorável para uma vitória eleitoral, o resultado encaixou como uma luva na descrição sobre a

socialdemocracia realizada por Przeworski. A lição é histórica: para avançar eleitoralmente, os partidos de origem socialista tiveram que ampliar suas relações, e pactuar com frações da pequena burguesia e da burguesia ela mesma.

Ora, uma coligação mais heterogênea exige um programa mais flexível, e algumas das chamadas bandeiras históricas ficaram "sem contexto". A expressão máxima da ampliação de alianças, e da chamada para um pacto de conciliação de classes, foi a peça de campanha eleitoral "Carta ao Povo Brasileiro", na qual a coligação se dirige diretamente aos empresários, e afirma garantias financeiras e de tranquilidade social. A carta tem seu mérito artístico, ao juntar agronegócio e reforma agrária como duas bandeiras que correm paralelas... Mas também é expressão eleitoral dos encaminhamentos do encontro nacional do partido, que ocorreu no mesmo ano e que viabilizava essa empreitada com sua militância.

O PROGRAMA ECONÔMICO DA SOCIALDEMOCRACIA, E SUAS CONTRADIÇÕES

Nesse momento, não estamos mais falando de um partido socialista, mas de um partido que teve origem socialista e fez o caminho rumo à socialdemocracia, caracterizada por: defesa da constituição democrática burguesa; redução do partido ao partido eleitoral profissional; promoção da conciliação de classes entre operariado e burguesia. Alguns autores já destacaram que, diferentemente de outros partidos socialistas, como o alemão, o PT não fez uma autocrítica que chegasse ao ponto de retirar de seu programa a palavra socialismo (SINGER, 2012; SECCO, 2011). No entanto, isso não impede de qualificá-lo a partir de sua prática partidária, e de sua política no executivo do Estado. Eis o ponto a que chegamos: qual o programa de governo da socialdemocracia?

Segundo Przeworski, os socialdemocratas, guiados por um pragmatismo político aguçado, não tinham um programa de governo claro. Ao contrário, partiram muito mais para um improviso a partir da conciliação dos interesses em jogo, e não da execução clara de um programa:

> O fato é que os socialdemocratas logo descobriram nas ideias de Keynes, especialmente após a publicação de sua *Teoria Geral*, algo de que necessitavam com urgência: uma política

> econômica precisa para a gestão de economias capitalistas. A revolução keynesiana (...) forneceu aos socialdemocratas um objetivo e, com isso, a justificativa para o seu papel no governo, simultaneamente transformando o significado ideológico de políticas distributivas que favoreciam a classe trabalhadora (PRZEWORSKI, 1989, p. 53).

Em um movimento de metamorfose, bandeiras da política econômica, como não pagamento da dívida pública, estatização dos meios de produção, controle da distribuição da riqueza pelas organizações dos trabalhadores, são transformadas em metas de inflação e metas de crescimento econômico, para realização de distribuição de renda através de políticas públicas.

No caso do PT, o que se opera no governo é um reencontro com as políticas desenvolvimentistas, gestadas antes e durante a ditadura militar, em oposição ao liberalismo radical defendido por parcela da burguesia do país.

Uma ironia histórica ocorre com o PT no Executivo, pois a política desenvolvimentista que ele protagoniza é, também, um reencontro com as políticas defendidas pelo Partido Comunista Brasileiro, que o PT, em sua origem tanto renegou. Segundo Secco, "depois que o Governo Lula aplicou a opção pelo neo-desenvolvimentismo ficou mais evidente que o PT é uma continuidade da tradição do marxismo brasileiro gestado no período de 1954-64" (SECCO, 2011, p. 69).

A tradição a que Secco se refere é a do etapismo, que, *grosso modo*, defendia uma aliança entre o operariado e a burguesia nacional contra os entraves ao desenvolvimento (capitalista) nacional, representados pela elite agrária e o imperialismo norte-americano. Essa aliança iria alavancar o capitalismo no país, e elevá-lo a potência econômica, criando assim as condições para uma revolução socialista. Eis que a estratégia democrático-popular protagonizada pelo PT, após negar a estratégia democrático-nacional protagonizada pelo PCB, a reafirma em patamar superior.

Evidentemente, não havia um programa econômico claro, e o reencontro com o programa econômico do *partidão* é mais fruto do pragmatismo e da habilidade política do que de uma visão de longo prazo para o país – o que significa que a segunda parte da estratégia democrático-nacional, a da revolução socialista, não existe para esse momento da realização da estratégia democrático-popular.

OS LIMITES DA SOCIALDEMOCRACIA: COM A CLASSE, PELA CLASSE E CONTRA A CLASSE

Os partidos socialdemocratas venceram as eleições, e, com algum sucesso, cumpriram o pacto que envolvia, para a burguesia, garantia de lucros, e, para a classe trabalhadora, políticas públicas que melhorassem suas condições de vida. No entanto, os primeiros não deixaram de ser exploradores, e logo se reafirmaram como classe dominante; os segundos, por sua vez, não deixaram de ser explorados, e logo se redescobriram como classe subalterna. A estabilidade do pacto de classes é a mesma estabilidade dos mercados capitalistas. Em pouco tempo, os partidos socialdemocratas estavam diante de outro dilema: garantir os lucros da burguesia, retirar direitos, e pedir à classe trabalhadora sacrifícios até que venham melhores dias (correndo o risco de que o pacto fosse rompido pelo lado dos de baixo); ou garantir os direitos, e diminuir os lucros (correndo o risco de que o pacto fosse rompido pelo lado dos de cima).

Nesse caso, o tom da trajetória garante a sua continuidade, mesmo porque seria impossível, para qualquer partido sob o regime democrático burguês, dirigir os capitalistas como um bloco homogêneo. Defrontando-se com uma crise, ameaçados pela perda de apoio eleitoral, os socialdemocratas:

> Armam-se de coragem e explicam à classe trabalhadora que é melhor ser explorado que criar uma situação que envolve o risco de ser prejudicial à própria classe. Recusam-se a aventurar seu destino em um agravamento da crise. Oferecem o compromisso, mantêm-no e defendem-no (PRZEWORSKI, 1989, p. 65).

Assim, mesmo que os governos petistas não tenham atingido o padrão europeu de concessões feitas aos trabalhadores, as características centrais desse processo se reproduzem: o abandono da perspectiva revolucionária e o apassivamento da classe, com uma política de conciliação que atenda à manutenção da ordem e aos interesses da burguesia, mesmo com uma organização dos trabalhadores à frente do governo.

A estratégia brasileira, que chegou ao ápice com a chegada do PT ao Executivo, condensou diferentes posicionamentos, e leituras no interior do partido, em torno do consenso de que, para atuar como representantes dos trabalhadores, era necessário chegar ao ápice dessa proposta, tendo o presidente Lula como representante da classe, e, dessa forma, transformou a participação nas eleições na estratégia do partido. Desnecessário dizer que não importava quais concessões programáticas, ou ampliações do arco de alianças, fossem necessárias para alcançar esse objetivo.

Assim, o PT realizou, por completo, a linha de transição da socialdemocracia, de uma organização nascida *da e com a classe trabalhadora*, para organização que visa a atuar nas esferas de representação, e, portanto, age *pela classe trabalhadora*, até o processo consolidado que é *contra a classe trabalhadora*. O último desdobramento do fenômeno histórico da socialdemocracia está, justamente, na escolha que o partido faz de, para manter a coalizão social que o levou até o governo, voltar-se contra os interesses da classe trabalhadora (sua fiel fiadora do pacto), retirando seus direitos, retrocedendo em conquistas básicas e abandonando, até mesmo, o reformismo (forte ou fraco) anteriormente defendido.

Certamente, não faltarão (e de fato não faltam) vozes para dizer que algo se perdeu, que o projeto foi abandonado, que a direção traiu os trabalhadores, que é preciso refundar o partido e buscar suas raízes. No entanto, os que assim o fazem tentam juntar as pontas sem percorrer o fio, e acabam tendendo a reproduzir os mesmos passos, ainda que com tonalidades e intensidades diferentes.

O programa socialdemocrata permite maior ou menor radicalidade. Isso, entretanto, não altera seu conteúdo principal: a manutenção da ordem capitalista, com eventuais ganhos para a classe trabalhadora. Tudo pode ocorrer, e ser refeito, desde que o projeto socialista não chegue perto de ameaçar a ordem estabelecida. Nesse sentido, o projeto petista continua válido, e o PT, apesar de todos os ataques que vem sofrendo, ainda é um partido consolidado no cenário nacional.

Já no final do século XX, como não nos deixa esquecer Przeworski, a socialdemocracia havia mostrado seus limites. Todavia, durante a primeira década do século XXI, os partidos socialdemocratas do velho mundo, pedagogicamente, aplicaram as mais duras políticas de austeridade, por praticamente toda a

Europa. O aumento do desemprego veio junto com cortes em políticas públicas, auxílios etc. Esse processo ainda está em curso.

No Brasil, é possível ver sinais de medidas duras contra a classe trabalhadora, aplicadas pelo PT, desde o primeiro mandato de Lula. É o caso, por exemplo, da famigerada Reforma da Previdência Social. Ao mesmo tempo, políticas públicas, como o Programa Bolsa-Família, o aumento real do salário-mínimo e a expansão do crédito para as pessoas de baixa renda, beneficiaram setores da classe trabalhadora, e mantiveram o pacto firme. O governo conseguiu aproveitar-se do crescimento econômico, proporcionado pelo extraordinário aumento nos preços das *commodities* e nas exportações para a China. Agora que a China breca sua economia, e os preços das *commodities* voltam aos patamares normais, o pacto fragiliza-se. Não nos vale entrar nos méritos do processo de *impeachment*, mas cabe destacar que a escolha do segundo governo Dilma Russeff não poderia ser mais clara, nem poderia estar mais de acordo com essa narrativa: ministros conservadores, cortes de gastos nos primeiros meses, cortes de direitos trabalhistas, anúncio de nova reforma da previdência, enfim, um desfecho catastrófico para as promessas iniciais. E, mesmo assim, isso não foi suficiente para manter o acordo com a parte do outro lado da mesa.

Esperamos ter alinhavado, de modo convincente, os argumentos no sentido de que a experiência do Partido dos Trabalhadores tem elos fundamentais com a experiência socialdemocrata. Considerando a socialdemocracia como fenômeno histórico, que compõe o repertório de experiências vivenciadas pela classe trabalhadora no mundo, é possível dizer, com todas as letras, que a classe trabalhadora brasileira está, hoje, atualizada. E, junto com ela, atualiza-se toda a classe trabalhadora da América Latina, assim como a de alguns países africanos, como a África do Sul. Certamente, para não perder o bordão, nunca antes na história desse país os trabalhadores brasileiros carregaram tantos pontos de identidade com a classe trabalhadora europeia.

As reformas elaboradas no governo petista podem ser interpretadas como políticas socialdemocratas, de um tempo no qual a polaridade da Guerra Fria se desfez, e a pressão internacional sobre a burguesia é fraca – assim como o reformismo é tênue. Por isso, em vez de tomar a socialdemocracia pelos seus resultados, parece mais promissor entendê-la pelo seu processo: como partidos

nascidos das organizações de trabalhadores, com explícita aspiração socialista, vivem sua experiência democrática como frustração dessa perspectiva.

Essa é a chave que Przeworski nos dá: o foco está nas escolhas e desenvolvimentos, na interação entre partido, Estado e eleitores – pedras fundamentais da ordem burguesa. Em outras palavras, é através da interação estratégica, entre as três principais partes do jogo democrático, que se pode entender esse processo. Devem-se ter em conta a forma pela qual a democracia permite a conciliação entre as classes sociais, assim como os limites dessa conciliação sob o metabolismo social capitalista.

O paradoxo desse processo é que, justamente quando o PT e a estratégia democrático-popular avançam para sua realização, atingindo todos os setores da classe trabalhadora, e pautando, generalizadamente, a construção de uma hegemonia alternativa por dentro do Estado, é quando ele se revela um entrave para o avanço da revolução socialista. Ao invés do acirramento das disputas, e tensões, em torno de projetos distintos de sociedade, fez-se a proposição de um "Brasil de todos". Juntamente com a gramática de combate à pobreza, destacada por Singer (2012), abre-se uma nova gramática no período petista, que é a construção ideológica da classe média.

Sai o partido dos trabalhadores, entra o partido da classe média. Assim, a contradição do processo político de conciliação do PT não está na integração dos mais pobres ao mercado de trabalho. O que ocorre é que a identidade de esquerda, que marca o PT e seus eleitores até a chegada do partido à Presidência da República, é desmobilizada, para que uma nova identidade, cujo conteúdo é contraditório em relação ao anterior, seja adotada.

Nesse ponto, vale destacar a defesa deliberada, elaborada na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de um ideário da classe média[2]. É verdade que esse ideário já estava anunciado nas diversas declarações de Lula, identificando-se com a classe média mesmo antes de ser eleito[3]. No entanto, é no governo que essa identidade se efetiva como política. A SAE se ocupa em produzir estatísticas sobre

---

[2] Note-se que ambas as instituições são ligadas, diretamente, à Presidência da República.

[3] O filme *Entreatos* (2004), de João Moreira Sales, revela, em diversos momentos, essa defesa por parte de Lula.

o crescimento da "nova classe média", e começa a pensar uma proposição econômica própria para essa nova camada, na defesa do empreendedorismo.

Ao mesmo tempo, no IPEA, a alternância de seus presidentes demonstra, também, uma mudança nesse sentido. Inicialmente, o cargo é ocupado por intelectuais ligados à história do PT, como Glauco Arbix e Márcio Pochmann – este último, reconhecido crítico da concepção de nova classe média. Posteriormente, outros intelectuais, fora da trajetória do partido, e ligados a uma defesa da classe média, como Marcelo Neri (sucessor de Pochmann, em 2011), ocupam o cargo. Vale destacar o debate que Neri e Pochmann travaram sobre o tema. Enquanto Neri (2011) defende a nova classe média como "o lado brilhante da pirâmide social brasileira", Márcio Pochmann (2012, 2014) critica esse conceito, apontando que existe um mito sobre a classe média nas economias capitalistas. Para Pochmann, o que se chama de "nova classe média" é, apenas, uma parcela da classe trabalhadora que aumentou seu poder de consumo – e isso não se converte em empreendedorismo. Não há necessidade de entrar a fundo nesse debate: cabe apenas destacar que a decisão de traçar uma política para "a nova classe média" parte do governo petista, e está entre as escolhas estratégicas que configuram um dos eixos fundamentais da frustração da experiência socialdemocrata.

Destacamos que a contradição, que leva à destruição da identidade produzida para se chegar a presidência, se agrava e se revela nas crises econômicas. Pois é nessas crises que fica clara a impossibilidade de manutenção do pacto de classes, realizado num momento de bonança da economia. As manifestações ocorridas em 2013 já haviam revelado o abismo produzido entre as bases eleitorais e o governo eleito. A sequência dos acontecimentos é o tensionamento desse mesmo processo, até o desencontro dramático: o PT pede ao seu eleitorado uma identidade que foi destruída por ele mesmo. Evidentemente, nesse momento, trata-se de um jogador com pouca força para dar a resposta que precisava para um processo de *impeachment*.

O ciclo socialdemocrata se fecha, e um novo período, com tons conservadores, se abre.

***

Como captar a particularidade de nosso processo histórico, sem isolá-lo do mundo, ou encaixá-lo em formas acabadas e estranhas à realidade? Vimos com Schwarz (1987) que, sem ignorar nosso sentimento de atraso em relação ao centro econômico mundial, devemos buscar no próprio objeto, e em suas contradições, os elementos que o tornam contemporâneo – procurar no pretenso "anacronismo" uma figura da atualidade e de seu andamento promissor, grotesco ou catastrófico.

Seguindo o esquema interpretativo que levantamos, vemos que seu andamento promissor está na própria atualização da experiência democrática no Brasil, em relação aos países do centro econômico. A experiência partidária brasileira viveu seu momento socialdemocrata, e agora se pretende apta para o moderno jogo republicano. Ao mesmo tempo, tal experiência revelou, aos que aspiravam grandes transformações sociais, os limites que a democracia, dado o jogo entre os partidos principais, tem a oferecer para a revolução social. Se a experiência de classe se atualiza, isso significa, também, que o próprio Estado burguês no Brasil, em toda a sua potencialidade de dominação de classe, está atualizado. Esse último aspecto exige, da própria classe trabalhadora, uma reformulação estratégica, pois o pilar democrático-popular, que era a impossibilidade da própria democracia na periferia do capitalismo, sob as relações capitalistas, não carrega mais seu sentido original.

Vivemos o momento em que, na sequência de governos dirigidos por um dos mais notáveis partidos de esquerda da América Latina, observa-se uma guinada à direita no espectro ideológico. Esse processo não está longe de movimentos semelhantes ao redor do mundo, como sugere o crescimento eleitoral da direita na Europa e nos Estados Unidos, proporcionando um tensionamento mais radicalizado, homofóbico e xenofóbico, relacionado ao desmonte das parcas conquistas civilizatórias dentro de uma constituição econômica capitalista. É possível aventar a hipótese de que há uma direita que se organiza, sem a contraface de uma força de esquerda, igualmente poderosa, que acompanhe esse movimento.

Por fim, considerando o aspecto mais propriamente catastrófico do problema em discussão, está o fato de que a experiência democrático-popular pode se reinventar, em termos cada vez mais distantes de um avanço socialista. As derrotas dos pequenos avanços civilizatórios obtidos, que podem ocorrer a partir da derrocada do PT, e o avanço, via *impeachment*, de um projeto

conservador, podem colocar o próprio jogo democrático em xeque – não como apontamento de uma sociedade de patamar superior, mas como retrocesso. Essa equação permite a reinscrição da mesma estratégia, para a ampla massa de trabalhadores que então se põem em movimento, com a novidade (ou seria mais uma velharia?) de que agora ela não é, sequer, socialista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Ruy. *A política do precariado*: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boi Tempo, 2012.

IASI, Mauro Luis. As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

III INTERNACIONAL. *Resoluções do 4º Congresso*. Acessado pela internet em 12 de fevereiro de 2015: http://glem-r.blogspot.com.br/2012/06/quarto-congresso-da-iii-internacional.html

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma, revisionismo e oportunismo.* Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Socialdemocracia.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PT. *Manifesto de fundação.* Acesso pela internet em 12 de fevereiro de 2015: https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SECCO, Lincoln. *História do PT (1978-2010).* Cotia: Ateliê, 2011.

SINGER, André. "Raízes sociais e ideológicas do lulismo". *Novos Estudos*, nº 85, nov. de 2009.

________. *Os sentidos do Lulismo*: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO, TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E CRÍTICA DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR

Fernando Correa Prado *

No Brasil, qualquer leitura periódica de jornal ou revista encontrará textos com as seguintes questões motoras, explícitas ou implícitas: quais são os obstáculos que o Brasil deve superar para se desenvolver? Quais são os desafios que o século XXI apresenta para que o Brasil finalmente se torne um país desenvolvido? Qual estratégia de desenvolvimento o Brasil deve seguir? Qual modelo de desenvolvimento é mais adequado tendo em vista o contexto internacional atual? Qual política externa o Brasil deve adotar para avançar rumo ao desenvolvimento? O que o Brasil poderia aprender de outras experiências comparadas para seu próprio desenvolvimento? E por aí vai... Tais questões estão presentes, mesmo quando não apresentadas diretamente, em diversas formulações e análises sobre a conjuntura, que, em última instância, informam nossas táticas e que compõem, por sua vez, nossas estratégias – "nossas", desde logo, entendidas como dentro do amplo espectro da esquerda socialista, comunista e, inclusive, progressista.

A ideia central a ser aqui defendida é que as possíveis e variadas respostas àquelas perguntas, embora possam trazer – nos casos mais logrados – elementos importantes de descrição ou de "aparência objetiva" da realidade brasileira enquanto parte do sistema interestatal capitalista, são intrinsecamente limitadas como explicação desta mesma realidade, e acabam cumprindo uma função de *ideologia* na medida em tendem a *desistoricizar* o "desenvolvimento" – por mais "histórico-estruturais" que sejam muitas análises – e, com isso, *naturalizam* as relações de dominação e exploração vigentes, mediante um sistema de ideias que apresenta determinados processos históricos particulares como passíveis de universalização, e determinados projetos políticos particulares como sendo universais. Aqueles tipos de questões informam, pois, a

* Agradeço a leitura e os comentários críticos de Rodrigo Castelo e de Marina Machado Gouvea.

ideologia do desenvolvimento, cujos traços específicos fundamentais são: i) a presença do desenvolvimento como horizonte utópico; e ii) o enquadramento intelectual e político na questão motora (explícita ou implícita) de "como desenvolver o país?". Em sua formulação completa[1], essa ideia central está conformada por sete hipóteses, todas girando em torno da ideologia do desenvolvimento. Tratam de sua presença atual, origem, enraizamento, desdobramento, hegemonia, tendência ao economicismo e, finalmente, possíveis formas de superação.

Tendo em vista a limitação deste ensaio, o foco aqui se concentrará em apontar algumas notas sobre a primeira hipótese, que demarca as demais. A intenção é apresentar em linhas gerais o que se considera aqui como ideologia e como ideologia do desenvolvimento, destacando seu enraizamento e presença hegemônica no Brasil (seções II e III), para então deixar indicações sobre a relação desta ideologia específica com o marxismo, com a controvérsia da dependência e, em particular, com a teoria marxista da dependência, e finalmente abordar, de modo apenas tentativo – como conclusões "em desenvolvimento" –, seus desdobramentos em termos estratégicos dentro do campo da esquerda (seção IV).

A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Há, evidentemente, uma enorme controvérsia quanto ao entendimento do que é ideologia. Praticamente qualquer pessoa que se debruce sobre o tema logo chegará à conclusão de que "existem poucos conceitos na história da ciência social moderna tão enigmáticos e polissêmicos quanto o de 'ideologia'" (LÖWY, 2013 [1987], p. 18), ou que "o termo 'ideologia' tem uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si" (EAGLETON, 1997 [1991], p. 15). Mesmo restringindo-se ao campo do marxismo e de seus usos e debates em relação ao termo, existe uma grande controvérsia sobre o tema. Neste sentido, tem razão Raymond Williams quando anota: "[...] não pode existir nenhuma forma de estabelecer, *exceto na polêmica*, uma definição marxista

---

[1] O conteúdo deste ensaio deriva da tese *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*, defendida em 2015 no âmbito do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ (CORREA PRADO, 2015). Diversos pontos aqui tratados são melhor trabalhados na tese. Quando necessário, haverá indicação remetendo a partes específicas da tese.

'correta' de ideologia" (1988 [1977], p. 72; itálicas do original; tradução minha).

Sem a menor intenção de estabelecer uma definição correta de ideologia – com ou sem aspas –, mas entrando de forma pontual, e extremamente sintética, na polêmica *dentro do campo marxista* – passando por alto, portanto, toda a história, sempre recontada, sobre a origem do termo e seus usos até o tratamento de Marx e Engels –, diria que é possível localizar três grandes linhas de percepção sobre ideologia, que podem ser apresentadas como *positiva*, *absoluta* e *negativa*[2].

No sentido positivo, percebe-se a ideologia como uma visão social de mundo que se expressa em um ideário ligado a determinada classe social. Assim, é possível falar de uma "ideologia proletária", que deveria travar uma "luta ideológica" contra a "ideologia burguesa", de modo que determinada ideologia seria combatida com uma ideologia contrária. Em outra clave, este sentido entende a ideologia como qualquer discurso vinculado a interesses sociais específicos, independentemente de sua posição no sistema de dominação. Este é um dos usos predominantes de ideologia dentro do marxismo, e até mesmo fora dele. É comum, por exemplo, o uso da noção de "luta ideológica" no campo econômico – sindical – visando à passagem para uma luta no campo político.

O problema deste uso é que, em última instância, esvazia de sentido a importante questão da ideologia como um mecanismo de

---

[2] Terry Eagleton, em seu fenomenal estudo sobre *Ideologia* (1997 [1991], p. 49), faz referência a um livro de Raymond Geuss (*The Idea of Critical Theory*), no qual este autor distingue três definições de ideologia: "descritiva", "pejorativa" e "positiva". Também Raymond Williams, em *Marxismo y literatura* (1988 [1977], p. 71; tradução minha), distingue "três versões comuns do conceito, que aparecem corriqueiramente nos escritos marxistas [...]: a) um sistema de crenças características de um grupo ou uma classe particular. b) Um sistema de crenças ilusórias – ideias falsas ou falsa consciência – que pode ser contrastado com o conhecimento verdadeiro ou científico. c) O processo geral de produção de significados e ideias". Não sei se a divisão geral entre os sentidos de ideologia aqui proposta – positivo, absoluto e negativo – já foi utilizada, mas deixo indicado que derivou da leitura de Marx e Engels (2007 [1845/46]), Marx (2004 [1857]), Gramsci (2006 [1910-1937]; 1981 [1930-1932]; 1984 [1930-1932]; 1986 [1930-1935]), Lukács (2012 [*circa* 1968]; 2013 [*circa* 1968]), Althusser (2001 [1970]), Silva (1979a [1971]; 1979b [1975]; 2013 [1970]), Williams (1988 [1977]), Löwy (2013 [1987]), Eagleton (1997 [1991]), Konder (2002), Iasi (2006; 2011) e Kohan (2011).

justificação, velamento e naturalização do sistema de dominação. Caso se mantenha também este último sentido, unido ao anterior, tende-se a cair no estranho caminho de se fazer uma “luta ideológica” para superar a “ideologia”. Em última instância, estaria se usando a mesma palavra para dois sentidos diferentes. Portanto, para o tipo de uso positivo de “luta ideológica”, acredito que é mais condizente a noção de “batalha de ideias”, que, como fruto das próprias contradições do desenrolar histórico, em determinados momentos se expressa como controvérsias específicas. A meu ver, existem diferentes ideologias e a classe dominada, por diferentes processos, pode adquirir (e perder) consciência de classe, que contribui para desvelar as ideologias. Nesta perspectiva, um mundo sem ideologia é um mundo sem exploração.

O sentido absoluto de ideologia, por sua vez, acaba se aproximando demasiado à noção de cultura. Neste caso, ideologia seria o mesmo que o processo e produção de significados, signos e valores oriundos da sociedade – de toda e qualquer sociedade –, no qual todas as pessoas estão necessariamente enquadradas em suas respectivas vivências. Seria o terreno mediante o qual as pessoas se incorporam à realidade social, num agir pré-reflexivo. Quando se utiliza ideologia neste sentido, lembrando que se trata de sociedades divididas em classes e frações de classes (algumas dominantes e outras dominadas), o problema já não é que se esvazia a percepção da ideologia no processo de dominação, mas, pelo contrário, esta parece ser total, sem espaço “de fora” ou “para além” da ideologia.

Já a categoria de ideologia utilizada no presente texto é apegada à sua conotação negativa, tal como sugere, entre outros, Ludovico Silva:

> [...] um campo de ação mental encarregado de preservar os valores da classe opressora [...] um sistema de valores, crenças e representações autogeradas necessariamente nas sociedades *em cuja estrutura existam relações de exploração* [...] com a finalidade de justificar idealmente sua própria estrutura material de exploração, consagrando-a na mente dos homens como uma ordem “natural” ou inevitável, ou, filosoficamente falando, como uma “nota essencial” ou *quidditas* do ser humano (SILVA, 1979b [1975], p. 93 e 100; itálicas do original; tradução minha).

Para combater uma ideologia é preciso desnaturalizá-la, colocá-la em sua história, apresentando-a em seus conteúdos particulares e históricos. Daí o interesse por buscar a origem, o enraizamento, os desdobramentos, a hegemonia da ideologia do desenvolvimento no Brasil, e como a tendência ao economicismo é funcional à ideologia do desenvolvimento – tema que remete à separação "real porém ilusória" entre economia e política no modo de produção capitalista (Cf. ARICÓ, 2012; WOOD, 2011; OSORIO, 2014; KOHAN, 2011).

A hipótese básica aqui é que esta ideologia específica nasce no pós 2ª Guerra, em particular com a Guerra Fria, como parte da consolidação da hegemonia estadunidense no mundo capitalista de então, em contraposição à URSS, e também como parte da construção da hegemonia do próprio capitalismo frente ao socialismo. Não me detenho muito neste ponto, que é um tanto consensual (Cf. SUNKEL e PAZ, 2004 [1970], MARINI, 1992; WALLERSTEIN, 2004 [1999]; FIORI, 1999; ESTEVA, 2000), mas aponto apenas duas coisas.

Primeiro que, embora a ideia de desenvolvimento seja anterior à segunda metade do século XX, é só no contexto mundial posterior a esse período que ela ganha força como uma espécie de "geocultura" (Cf. WALLERSTEIN, 2003 [1996]), fazendo as vezes da contraposição "civilização vs. barbárie", tão própria da hegemonia britânica no século XIX. E no plano político-intelectual, é neste contexto que surgem a economia do desenvolvimento e toda uma seara acadêmico-política, com todas as suas receitas para alcançar o desenvolvimento (do outro).

Segundo, que identificar esta origem específica não significa que tal ideologia foi simplesmente "implantada" mundo afora, sem que houvesse germens de sua origem na situação concreta de alguns países que, precisamente naquele então, começariam a ser chamados de "subdesenvolvidos". Mesmo porque, em sua origem, a ideologia do desenvolvimento se amalgamou no desenvolvimentismo, um ideário ou projeto vinculado à "burguesia industrial latino-americana, especialmente daquela que, respondendo a um maior grau de industrialização e compartilhando o poder do Estado com a burguesia agrário-exportadora, trata de ampliar seu espaço a expensas desta, recorrendo para isso à aliança com o proletariado industrial e a classe média assalariada" (MARINI, 1992, p. 79).

Quanto ao enraizamento no Brasil, para além do "chamado ao desenvolvimento" realizado sob a hegemonia dos Estados Unidos e no marco da Guerra Fria, diferentes fatores concorreram, com vários graus de incidência, para que o enraizmento da ideologia do desenvolvimento no Brasil tenha sido profundo. Dentre eles, se destacam:

1) a conjunção e a transformação de forças sociais ligadas a certos ideários que historicamente foram importantes dentro das classes dominantes no Brasil: "(a) os nacionalistas, (b) os defensores da indústria, (c) os papelistas e (d) os positivistas" (FONSECA, 2012, p. 24);
2) a existência – desde o início do século XX e, a partir da formação do Estado Novo em 1937, com direta participação no poder estatal – de uma elite militar (coadjuvada no âmbito civil e intelectual conservador), com pensamento e projeto de expansão do poder nacional;
3) a tradução, publicação, difusão, presença direta no debate público, e influência intelectual, de muitos daqueles personagens que formaram a chamada "economia do desenvolvimento", comentada na seção anterior;
4) a formação, em 1955, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que teve forte presença no campo intelectual, político e ideológico no Brasil, sobretudo durante o governo de Juscelino Kubitschek, e cuja função era nada menos que criar uma ideologia do desenvolvimento nacional;
5) finalmente, a confluência tática em torno do desenvolvimento capitalista, durante a década de 1950, como parte da estratégia democrática e nacional defendida pela principal força política comunista no país até aquele momento: o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Interessante é notar que esta ideologia foi rapidamente percebida, e pontualmente combatida, já no final dos anos 1950 e início dos 1960, devido ao aumento do grau da consciência de classe que se alcançava nas lutas travadas durante as décadas de 1950 e 1960 no país – lutas derivadas da própria dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. Por exemplo, já em 1959 um texto da revista *Movimento Socialista* dizia:

> A nação em desenvolvimento não é mais do que a burguesia em desenvolvimento. As promessas de melhora material, como consequência do desenvolvimento "com participação dos trabalhadores nos frutos do progresso" servem mesmo para ludibriar o proletariado e castrá-lo politicamente' (SOARES THOMAS [pseudônimo atribuído a Ruy Mauro Marini], 1959, p. 32).

Em consonância com essa leitura, no início de 1963 Wanderley Guilherme dos Santos já apontava – com excelente tato para captar a conjuntura em que vivia – para o enraizamento da ideologia do desenvolvimento (1963, p. 62; itálicas no original):

> Ideologicamente, a consolidação do poder dos representantes do sistema capitalista em expansão manifesta-se pelo predomínio indiscutível da teoria do desenvolvimentismo. Nos últimos cinco anos foram definitivamente batidos os representantes mais aguerridos das forças em decadência desde 1930 e, presentemente, o desenvolvimento é a ideologia dominante no País – ideologia da classe dominante. Não importa, aqui e agora, considerar o conteúdo doutrinário dessa ideologia, mesmo porque são inúmeras as suas variantes e, na realidade, não há uma modalidade que se sobreponha às demais. Disputa-se, hoje, para saber qual teoria reflete com maior justeza os anseios do desenvolvimento brasileiro, e nessa disputa empenham-se os mais brilhantes teóricos da classe dominante. Relevante é considerar que, não obstante a gama de manifestações desenvolvimentistas, todos se encontram no denominador comum da necessidade do desenvolvimento, *em bases capitalistas de produção*. Este dado da realidade brasileira contemporânea é bem importante e merece detida consideração.

Igualmente relevante é considerar o fato de que ninguém acharia estranho se estas linhas escritas em 1963 fossem reproduzidas numa *análise crítica* da conjuntura do Brasil contemporâneo.

BRASIL: IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO PROFUNDAMENTE ENRAIZADA

O horizonte utópico do desenvolvimento é quase onipresente e está em permanente disputa, comportando diferentes, e muitas vezes

contraditórios, *projetos políticos*, além de abarcar discursivamente também diferentes, e igualmente contraditórios, *processos históricos*.

No plano histórico mais atual, é evidente nos programas e intervenções do PT, PSDB, PMDB (Cf. CORREA PRADO, 2015). No plano histórico mais ampliado, todos os projetos políticos que perpassaram a história brasileira após a segunda metade do século XX, apesar de suas diferenças, não escaparam de manter o desenvolvimento como horizonte utópico, o que revela a eficácia e a hegemonia da ideologia do desenvolvimento. Isso é perfeitamente apontado por Miriam Limoeiro Cardoso, numa entrevista relativamente recente sobre a "Ideologia persistente do desenvolvimento" (2013). Vale a pena citá-la extensamente (*ibid.*, p. 211-212):

> O desenvolvimentismo se esgotou na década de 1970. A ideologia do desenvolvimento, no entanto, persistiu e ainda persiste, embora por razões que não são mais as mesmas, sob condições historicamente diversas.
> No Brasil, pelo menos desde o governo Juscelino Kubitschek, temos pensado politicamente dentro desta moldura ideológica. Há algumas diferenças importantes que cabe lembrar, sem deixar de esclarecer, no entanto, que se trata de perspectivas diferentes, sim, mas dentro do marco ideológico que se tornava dominante. Mesmo assim foram colocadas à margem do debate, da cena política, ou mesmo da vida. No plano político institucional brasileiro, algumas dessas perspectivas diferentes merecem ser mencionadas: o governo Jânio Quadros, que propunha desenvolvimento nacional, sem abrir mão da soberania nacional: foi excluído por uma "renúncia", até o momento não estudada devidamente, e ainda não esclarecida; o governo João Goulart, que também pretendia desenvolvimento nacional e soberano, além do que concentrava toda a ênfase na necessidade imperiosa e urgente das chamadas "reformas de base": foi deposto por um golpe de Estado, que instalou uma ditadura civil-militar que recuperou o desenvolvimentismo como ideologia e como política, com a importante diferença, com relação ao governo JK, de instaurar o terror de Estado visando eliminar, no limite fisicamente (por meio da perseguição, prisão, tortura, assassinato, "desaparecimento"), qualquer "resistência" minimamente significativa. No plano da concepção crítica encontramos alguns poucos intelectuais (acadêmicos ou militantes) e alguns poucos agrupamentos políticos à esquerda.

> De todo modo, somente muito poucos conseguiram perceber e expor o desenvolvimento como ideologia do grande capital.
> As diferenças mencionadas opunham-se ao desenvolvimento tal como tinha sido posto em curso, mas não conseguiam escapar de manter o desenvolvimento como objetivo, o que demonstra a eficácia daquela ideologia. A grande diferença é que defendiam um desenvolvimento autônomo, dirigido pelo próprio país, resguardando a soberania nacional. Não se davam conta do que "o desenvolvimento" significava naquele momento para o capital.
> "O desenvolvimento", que se tornara política de Estado dos Estados Unidos, visava expandir o capitalismo como sistema pelo mundo, sistema que era integrado e que era preciso a todo custo manter bem integrado: deveria ser capaz de integrar a ele novas áreas, sempre sob a direção e o comando do grande capital que promovia esse projeto. Assim o sistema capitalista seria fortalecido e se consolidaria a hegemonia norte-americana nesta nova expansão mundial do capitalismo. Deste modo, o desenvolvimento é desenvolvimento do sistema, em nível mundial, que, portanto, não admite nenhuma pretensão de autonomia. Diante deste significado extraordinariamente importante e estratégico, a perspectiva de um desenvolvimento autônomo constituía uma contradição e uma obstrução inaceitáveis para o capital.

Por outro lado, é também evidente – ou deveria sê-lo – que a luta de classes, com suas expressões na disputa entre distintos projetos políticos para o conjunto da sociedade, não se deu sempre em torno do "desenvolvimento", e certamente não seguirá eternamente girando em torno deste horizonte.

Ao observar esse quadro sem simplesmente naturalizá-lo, salta à vista a utilização da categoria desenvolvimento de uma forma que, explícita ou implicitamente (e em si mesma ou adjetivada), e no bojo da defesa de diferentes *projetos políticos* para alcançar o desenvolvimento, identifica este horizonte utópico com determinados *processos históricos*.

Tal identificação se dá, muitas vezes, mediante a desistoricização dos processos, cujas características são confundidas com o projeto político predominante em determinada época, sem explicitar justamente a disputa entre distintos projetos e a

construção histórica através da qual um determinado projeto se faz predominante – isto é, oculta-se a luta de classes.

A mais óbvia identificação de diferentes projetos com determinados processos históricos, na disputa pelo desenvolvimento, está relacionada à conjuntura dos países que são considerados como desenvolvidos na atualidade ou no momento de sua utilização discursiva. É disso que se nutre a denominação de supostos "países em desenvolvimento" ou "países emergentes", em contraste com os "países desenvolvidos". Uma divisão largamente utilizada em documentos institucionais (nacionais e internacionais), na academia, na mídia, em discursos políticos e também no senso comum, e que, como se sabe, retoma o contraste comum nas décadas de 1960 e 1970 entre "Primeiro Mundo" e "Terceiro Mundo" – naquele então circundando o "Segundo Mundo" representado pelo Campo Socialista (Cf. DOS SANTOS, 1978).

Mas há outra forma de identificação, mais sutil e, por isso mesmo, mais eficaz em termos ideológicos. Trata-se do mecanismo que, dentro da disputa entre *projetos políticos* circunscritos ao horizonte utópico do desenvolvimento, iguala o "desenvolvimento" a determinados processos históricos relativos à própria história do Brasil e/ou relativos à história de alguns países dentro sistema interestatal capitalista – normalmente aqueles considerados "desenvolvidos" –, e o faz, obviamente, dando um sentido positivo ao processo histórico em questão, pois do contrário o desenvolvimento não apareceria como um horizonte utópico.

Acontece que esse mesmo processo histórico abstrato é visto de forma idealizada, uma espécie de "país-período-modelo", sem a percepção da totalidade, e sem explicitar as contradições inerentes e específicas de cada processo histórico particular como parte do *desenvolvimento do sistema interestatal capitalista, e das lutas de classes a ele intrínsecas.*

Isso está presente, por exemplo, na interpretação comum de que o Brasil teria vivido um período de desenvolvimento entre 1930 e 1980 (interrompido pela "década perdida" e, depois, pelo "neoliberalismo"). Ao mesmo tempo, defende-se o desenvolvimento como horizonte utópico – portanto, positivado. Desta forma, tende-se a ocultar, ou pelo menos minimizar, a intensa e sangrenta luta de classes daquele mesmo período.

Pode-se objetar que essa identificação entre projeto político *para o* desenvolvimento e processos históricos *de* desenvolvimento

(identificado, por sua vez, como desenvolvimento capitalista em geral, embora este adjetivo muitas vezes seja ocultado, o que também tem implicações ideológicas) seria fruto de uma perspectiva realista, e não utópica, pois há ou houve um *topus* concreto, representado pelo processo histórico em questão, que serve de horizonte. Mas isso é verdadeiro e falso ao mesmo tempo.

O problema nesta formulação é que ignora (ou finge que ignora, numa leitura mais cínica) inúmeras evidências que fazem do processo histórico "modelo" algo único, uma forma *particular* de uma totalidade, um processo não universalizável, mas que, no entanto, é tomado como abstração – um juízo, uma ideia, um conceito: o desenvolvimento –, que deveria representar, ao mesmo tempo, o ideal singular e o ideal universal.

Neste sentido, e independentemente da forma, engendra-se uma *estratégia ideológica* que cumpre um papel eminentemente *desistoricizante*, pois esvazia os elementos particulares dos processos históricos.

No quiproquó entre projeto, processo e horizonte forma-se a ode ao desenvolvimento; cumpre, assim, o papel de *ideologia*.

Pois bem, no plano político-intelectual, em particular na história do pensamento econômico brasileiro, "o tema do desenvolvimento é o organizador do pensamento e do debate econômico do país" (MALTA *et. al.*, 2011, p. 24). E este tema organizador do pensamento econômico brasileiro traz no seu bojo uma circularidade própria de seu caráter ideológico.

Muitas análises importantes, que formaram gerações, fazem aquele amálgama entre *projeto político* de desenvolvimento, *processo histórico* de desenvolvimento e horizonte utópico de desenvolvimento. Apresentam o que é uma pré-condição – desenvolvimento capitalista – como se fosse uma meta a ser atingida.

Isso porque se imagina que políticas para o desenvolvimento, ou mesmo o desenvolvimentismo – enquanto ideário ou projeto, quer esteja ou não reduzido a um conjunto de políticas econômicas –, seriam a forma de superação dos problemas econômicos e sociais dentro dos marcos do sistema capitalista, e que isso se daria quando fosse alcançado, finalmente, o próprio desenvolvimento.

E mais: ao serem também identificados períodos, casos de governos ou subtipos de desenvolvimentismos que, historicamente, não superaram os problemas econômicos e sociais que se

propunham superar, volta sempre a necessidade do desenvolvimentismo (como ideário ou projeto) para que, com ele, o desenvolvimento seja finalmente alcançado.

É como se fosse preciso *desenvolver o desenvolvimento através do desenvolvimentismo para o país se tornar desenvolvido*.

Esta circularidade, muito comum no pensamento econômico brasileiro contemporâneo – sobretudo no pensamento que se auto insere em matrizes que reivindicam ideários desenvolvimentistas, em geral vista como "progressista" na batalha das ideias –, é um dos aspectos que, a um só tempo, refletem e reproduzem a ideologia do desenvolvimento dentro daquele mesmo pensamento.

Pois bem, ao problematizar o amálgama entre desenvolvimentismo, ideário desenvolvimentista e ideologia do desenvolvimento, pretendo destacar alguns pontos que podem ser úteis para informar possíveis análises sobre o Brasil contemporâneo:

a) ao voltar os olhos para os períodos nos quais um ou mais projetos desenvolvimentistas influenciaram hegemonia-camente a lógica da reprodução social (normalmente denominados como períodos desenvolvimentistas), cabe destacar que os projetos "vitoriosos" não estão dissociados de padrões de reprodução do capital em escala nacional, regional e mundial, cujo surgimento e reprodução nunca é fruto de apenas um projeto político ou um conjunto de interesses, da mesma maneira que a hegemonia de determinado(s) projeto(s) em um dado período histórico nunca é total, pressupondo sempre disputa no próprio movimento da luta de classes;
b) o ideário desenvolvimentista pode abarcar diferentes projetos políticos, que, por sua vez, podem surgir, subsistir e disputar espaço no bloco histórico mesmo em períodos nos quais não obtenham hegemonia;
c) a ideologia do desenvolvimento – e este é o ponto central aqui defendido – permaneceu e permanece presente no cenário político-intelectual do Brasil contemporâneo, e pode abarcar distintos projetos, caracterizados *ou não* como "desenvolvimentistas". Como se buscou demonstrar no início deste ensaio com a hipótese da quase onipresença do horizonte utópico do desenvolvimento na atualidade, representantes de diferentes projetos políticos (vistos *ou não* como desenvolvimentistas, autodenominados *ou não* dessa

> maneira, e hegemônicos *ou não* no bloco de poder) disputam o conteúdo e a concretude histórica do "desenvolvimento", reconstruindo-o como *topus* primordial a ser alcançado. E isso a partir de distintos interesses, refletidos em distintas significações que, em decorrência, propõem distintos caminhos sobre "como" alcançar aquele *topus*, informados por distintas análises da conjuntura e do passado. Essa disputa, contudo, cumpre um papel importante na reprodução da ideologia do desenvolvimento, que permanece como elemento central no sistema de dominação do Brasil contemporâneo.

Isto posto, dentre os possíveis desdobramentos que essa reflexão pode tomar, busca-se destacar aqui que aquele tipo de raciocínio circular em torno do desenvolvimento está entranhado na economia política brasileira hegemônica e inclusive perpassa grande parte da controvérsia da dependência. Neste sentido, pode-se dizer que a controvérsia da dependência revela e reforça a hegemonia e os desdobramentos desta ideologia, pois traz à tona intepretações que reforçam aquela mesma ideologia de outras formas – afinal, a "dependência" muitas vezes é entendida tão somente como um obstáculo ao "desenvolvimento". Mas, ao mesmo tempo, a mesma controvérsia da dependência aponta para caminhos da possível superação dessa ideologia, na medida em que o tema da dependência foi sendo apropriado pelo marxismo.

A CONTROVÉRSIA DA DEPENDÊNCIA, A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA, A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR – CONCLUSÕES PROVISÓRIAS AINDA "EM DESENVOLVIMENTO"

Uma classe não é dominante porque universaliza suas ideias, mas, ao contrário, é capaz de universalizar suas ideias por ser dominante. E o combate a uma ideologia não se dá apenas e tão somente no plano da batalha das ideias.

De todo modo, ao desnaturalizar determinadas ideologias, colocá-las em sua história, apresentando-as em seus conteúdos particulares e históricos, é possível contribuir para ler melhor a realidade e, assim, não repetir erros estratégicos. Essa consideração parte de uma determinada compreensão sobre o discurso crítico de

Marx e a tradição marxista – consciente, claro está, de toda a amplíssima controvérsia em torno do próprio marxismo.

Entende-se aqui o marxismo como instrumento da compreensão da realidade em suas determinações; neste sentido, o marxismo não busca partir de nenhuma concepção prévia sobre a realidade, que seria necessariamente idealizada. Isso pressupõe um método para investigação do real nas suas determinações mais essenciais, ou seja, a reprodução material da vida na remontagem do concreto enquanto totalidade ou síntese de múltiplas determinações. Isto é, o marxismo como materialismo dialético.

Mas o marxismo não é só isso. E só nesse sentido pode-se entender a ortodoxia do método. Enquanto corrente político-filosófica, o marxismo não busca apenas a aplicação de um método para compreensão da realidade. Pelo contrário: o marxismo busca ser, ele mesmo, uma ferramenta da revolução proletária.

Para sintetizar, neste sentido do marxismo enquanto discurso crítico e filosofia da práxis, utilizamos uma definição de Bolívar Echeverría sobre o discurso crítico marxista como aquele:

> [...] capaz de se apropriar do saber formado a partir da objetividade capitalista, de submetê-lo à ação desestruturante dos significados espontâneos do proletariado e de recompô-lo de forma tal que os vazios deixados pelo discurso burguês que o produziu se tornem evidentes como sistema e constituam, assim, o saber necessário para a revolução (ECHEVERRÍA, 1986 [1976], p. 50; tradução minha).

Trata-se de um projeto crítico – o projeto do comunismo científico – na medida “em que se realiza como projeto a um só tempo científico e revolucionário; mais do que isso: revolucionário por ser científico e científico por ser revolucionário” (*idem*). Um discurso ou projeto crítico cuja cientificidade passa pela busca constante por questionar e desconstruir o pensamento social tendente a legitimar a ordem social vigente, desvelando-o enquanto ideologia, e passa também pela busca igualmente constante de se autocriticar, percebendo e revelando suas próprias determinações históricas.

É somente dentro da tradição marxista que há a possibilidade de realizar a crítica da ideologia do desenvolvimento e, com isso, abrir caminhos para captar corretamente os traços fundamentais do nosso período histórico, passo importante para analisar a conjuntura do Brasil contemporâneo.

Tendo isso em vista, e frente à realidade concreta da presente batalha das ideias, *a partir da tradição marxista*, atualmente, é incompatível a reivindicação de uma postura crítica com a manutenção ou disputa do "desenvolvimento" enquanto horizonte utópico. Pelo contrário, é preciso revelar como toda a problemática em torno ao desenvolvimento se tornou "um campo de ação mental encarregado de preservar os valores da classe opressora", na colocação de Ludovico Silva ao caracterizar a ideologia. Tal problemática tende a reificar, naturalizar e desistoricizar o presente, ainda dominado pelo modo de produção capitalista (Cf. BONENTE, 2011; DE PAULA, 2014).

Este é o ponto que quero destacar para finalizar provisoriamente este ensaio: não podemos nos reduzir às questões e ao horizonte do desenvolvimento. Não podemos ser pautados por nossos adversários político-intelectuais. E isso não é fácil, sobretudo devido à especificidade do capitalismo na América Latina e, na batalha das ideias, à forma que a busca pela compreensão deste capitalismo tomou em torno da controvérsia da dependência. De modo muito direto: considerar um país, ou a América Latina em geral, como dependente não faz de ninguém, nem de nenhuma organização, socialista e/ou revolucionária[3].

---

[3] Como se sabe, mesmo no campo socialista e comunista houve e ainda há diferentes análises sobre a dependência que, sob diversas formas, terminam por informar e defender – explícita ou implicitamente – a necessidade de uma aliança com a burguesia nacional (ou camadas dela) pela consecução de uma revolução democrático-burguesa na qualidade de etapa necessária e objetivo imediato principal da práxis política do próprio movimento comunista ou socialista. Numa síntese que Marina Gouvea propõe em sua tese (GOUVEA, 2016: 99), essa defesa "fundamentou-se a grandes rasgos em quatro justificativas [...]: i) a análise sobre a 'contradição principal' e o 'mal menor'; ii) a análise sobre o 'capitalismo insuficiente'; iii) a análise sobre a necessidade de uma aliança com a burguesia para 'acúmulo de forças'; e iv) a análise da possibilidade de 'transição pacífica ao socialismo'". Na conjuntura brasileira atual, a terceira análise é a mais forte e presente. A título de exemplo, muito pontual, isso é perceptível no documento titulado "Consenso de Nuestra América", derivado do encontro do *Foro de São Paulo* realizado em Manágua, Nicarágua, em janeiro de 2017. Ali indicam, por exemplo: "A reprodução do atraso secular e a dependência dos centros de poder extra regionais constituem o principal obstáculo para alcançar a plena independência e o progresso de nossas nações. [...] O imperialismo e as oligarquias locais avançaram na aplicação de uma ofensiva dirigida desde Washington, com especial impacto nos países governados pela esquerda.

A partir dessa percepção, é possível ver a dependência enquanto uma categoria – uma determinação da existência, uma forma de ser – do capitalismo na América Latina. Ela existe materialmente, mas isso não significa que seja sempre apreendida conceitualmente em todas as suas determinações.

Agora bem, se o central da teoria *marxista* da dependência (TMD) é o marxismo, e se o central do marxismo é ser um conhecimento revolucionário, o debate se volta para a estratégia da construção do socialismo na América Latina, mesmo que numa conjuntura tão adversa como a atual[4]. E embora não se derive uma única estratégia a partir da TMD, a discussão sobre a estratégia socialista para a América Latina é seu elemento central, e isso faz dela uma contribuição localizada dentro da tradição marxista.

Para formular e construir uma estratégia (qualquer estratégia) é preciso conhecer o terreno sobre o qual se atua. No caso da

---

Aplica-se mediante uma via que tenta mudar o governo de forma expedita ou buscando seu desgaste para revertê-los por vias eleitorais. Estas políticas reforçam o conceito de que o principal inimigo da esquerda e de nossos povos é o Imperialismo". E defendem, como orientações estratégicas, no ponto sobre "o que fazer": "Uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo deve por ênfase na direção da transformação estrutural e da mudança tecnológica, compatível com os equilíbrios macroeconômicos, e centrada nos objetivos do desenvolvimento humano, igualdade e sustentabilidade ambiental". É evidente que, historicamente, tais "estratégias de desenvolvimento" não só se demonstraram idealistas, como tenderam a reificar e aprofundar o capitalismo dependente na América Latina. O mesmo poderia se dizer em torno do documento titulado *Unidade para reconstruir o Brasil*, elaborado pelas Fundações do PT, PCdoB, PSOL, PDT e PSB; seria pertinente uma análise específica deste documento a partir da crítica da ideologia do desenvolvimento e do debate estratégico da esquerda no Brasil.

[4] Aliás, um sinal da vitalidade da TMD está no fato de que atualmente diversas organizações que compartilham entre si o horizonte socialista têm resgatado obras da TMD, embora com diferentes posicionamentos táticos frente à conjuntura, e até com diferentes formulações estratégicas. Nesse sentido, basta pensar que a TMD em geral, e, em particular, a obra de Marini, tem sido reivindicada, e inclusive faz parte de processos de formação, por exemplo, de militantes do MST, do PCB, do PSTU, do PSOL, do PCML, das Brigadas Populares, do PPL, dentre diversas outras organizações de esquerda. Por certo, cabe uma pequena observação: não se supõe aqui que exista estratégia socialista acertada à priori; a estratégia socialista correta é aquela que faz a revolução socialista, que consegue ler o terreno corretamente e atuar corretamente sobre ele, tendo em vista as transformações e permanências no desenvolvimento capitalista da região.

estratégia socialista para a América Latina, é preciso conhecer a especificidade do capitalismo em *Nuestra América*. Eis então o papel da TMD. A disputa *em torno da e dentro* da TMD se dá no plano da compreensão do capitalismo dependente e seus desdobramentos em termos estratégicos. E isso nos coloca frente a temas como: o padrão de reprodução do capital; a superexploração da força de trabalho; o Estado capitalista e as especificidades do Estado na América Latina; as experiências de luta socialista na América Latina e no mundo; o imperialismo; o subimperialismo; a transferência de valor; a renda da terra – que remete à questão agrária e à questão urbana; a questão nacional; entre outros tantos temas, todos eles voltados para a compreensão da realidade e melhor atuação sobre ela, na busca por construir a superação do capitalismo dependente, isto é, de construir o socialismo.

O que nos leva ao ponto sobre a *questão motora* por trás da teoria marxista da dependência. Neste sentido, e como parte da tradição marxista, a questão que move a TMD é a revolução socialista na América Latina (Cf. CORREA PRADO, 2011, 2016). Ou seja: *como tomar o poder e construir o socialismo nas condições específicas da América Latina?* Não é a questão motora sobre como desenvolver o país ou como superar os obstáculos ao desenvolvimento do país ou da economia nacional (Cf. BAMBIRRA, 1971, 1973, 1978; MARINI, 1969, 1973, 1974, 1976, 1978, 2005 [1991]; DOS SANTOS, 1968, 1978; BAMBIRRA E DOS SANTOS, 1980, 1981).

Ainda assim, e tendo em vista a hegemonia da ideologia do desenvolvimento na política e na academia brasileiras – ideologia marcada pela questão sobre como se desenvolver, tendo em vista seu horizonte utópico (alcançar o desenvolvimento) –, certamente não podemos ignorar e desconhecer as formulações que se enquadram nesse marco. Em outras palavras: assim como a TMD, em sua origem, embora estivesse voltada para a superação crítica da estratégia democrático-burguesa na luta pelo socialismo na América Latina, teve também que dialogar criticamente com o desenvolvimentismo e seus matizes, da mesma forma o resgate da TMD, na atual conjuntura, precisa dialogar criticamente e conhecer os (novos)desenvolvimentismos em todos seus matizes, sobretudo naqueles que não se auto-intitulam enquanto tais, mas que, no fundo, compartilham do horizonte estratégico desenvolvimentista

(tornar o Brasil uma sociedade justa, livre, democrática, soberana, onde os frutos do progresso técnico sejam bem distribuídos etc.).

Dito de outra forma, o que a teoria marxista da dependência fez em suas origens, *ao disputar e contribuir na formulação e realização da estratégia socialista para a América Latina*, entre muitas outras contribuições, foi disputar a compreensão da categoria "dependência", a partir do marxismo, organicamente vinculada à esquerda revolucionária, em direta crítica e tentativa de superação da estratégia democrático-burguesa ou democrático-nacional. E este é o sentido que deve ter o resgate atual da teoria *marxista* da dependência. Tal como a TMD em seu momento de origem – ou a *esquerda revolucionária*, conforme se denominavam e na qual se inscreviam os/as autores/as da TMD – fez em relação à estratégia democrático-burguesa, cabe agora, também, fazer o balanço geral da estratégia predominante na esquerda no atual período histórico, visando a superá-la – afinal, estamos sendo derrotados, sofremos um novo golpe em 2016, e isso demonstra, no mínimo, problemas em nossa estratégia predominante.

Sobre esse ponto, considero que pode-se afirmar que a estratégia predominante no último período histórico foi a estratégia democrático-popular, tendo como objetivo final declarado o socialismo (em suas origens). Em síntese, tal estratégia se pauta nos processos de alargamento da democracia (burguesa), desenvolvimento (capitalista) e fortalecimento da economia nacional; tais processos gerariam uma ampliação progressiva de um conjunto de direitos e de participação política, através da pressão dos movimentos sociais e da ocupação dos espaços institucionais no Estado, que se chocariam contra os interesses de nossa classe dominante e o caráter autocrático do Estado; desse choque emergiria a possibilidade do socialismo, e mesmo a necessidade do socialismo, para cumprir as tarefas em atraso que a burguesia seria incapaz de cumprir.

A meu ver, e em contraste e diálogo camarada com parte da esquerda, essa estratégia não foi traída ou abandonada, mas sim realizada – e atualmente se mostra esgotada, derrotada na luta de classes, mesmo no sentido mínimo da disputa de hegemonia. E é por isso que precisamos superá-la. Essa superação – numa síntese que ainda está por vir, e pode não ocorrer –, por sua vez, tem de passar, entre tantas outras coisas, por fazer um inventário das análises unitárias e coerentes sobre a realidade brasileira e latino-americana

que informaram aquela estratégia. Um 'inventário' no sentido apontado por Gramsci, quando diz que "o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um 'conhece-te a ti mesmo' como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise" (1999, p. 94; 1986, p. 246) [5]. E em tal análise ou inventário é preciso tentar compreender, de forma militante e coletiva, qual é a parte que lhe cabe desta estratégia à controvérsia da dependência em geral, e à TMD em particular, seja em seus elementos que apontam para uma superação estratégica, seja nos pontos que informam e (re)afirmam aquela estratégia. Eis uma tarefa "em desenvolvimento", dentre tantas outras, no limitadíssimo porém necessário campo da batalha das ideias, com vistas não apenas a superar "a dependência", mas sim a derrocar os pilares do capitalismo dependente latino-americano, com o horizonte da construção do socialismo em *Nuestra América*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1970] 2001.

ARICÓ, José. *Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo*. México DF: Fondo de Cultura Económica/El Colegio de México, 2012.

---

[5] Uma pequena contribuição nesse sentido foi plasmada no trabalho coletivo titulado "A 'estratégia democrática e popular' e um inventário da esquerda revolucionária" (Martins *et.al.*, 2014) – reproduzido neste livro. E um resultado mais denso e articulado se concretizou no Seminário "Conhece-te a ti mesmo: um inventário da Estratégia Democrático-Popular", realizado na Escola de Serviço Social da UFRJ entre os dias 29 de setembro e 1º de outubro de 2017, do qual deriva este livro. Cabe dizer que essa reflexão militante se inscreve nas pistas deixadas por Luis Carlos Scapi em suas formações junto ao Núcleo de Educação Popular 13 de Maio e também por Mauro Iasi, tanto no NEP 13 de Maio quanto através de sua tese titulada *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento* (2006) e de reflexões e avanços mais recentes, presentes no livro *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural* (2017). Outras realizações fundamentais nesse mesmo sentido são: Martins (2016), Neves (2016), Motta (2016) e Figueiredo (2017).

BAMBIRRA, Vânia. *Diez años de insurrección en América Latina*. Santiago de Chile: Prensa Latinoamericana, 1971.

________. *La revolución cubana*: una reintepretación. Santiago de Chile: Prensa Latinoamericana, 1973.

________. *Teoría de la dependencia*: una anticrítica. México DF: ERA, 1978.

BAMBIRRA, Vânia e Dos SANTOS. Thetônio. *La estrategia y la táctica socialista de Marx y Engels a Lenin*. Tomo 1. México DF: ERA, 1980.

________. *La estrategia y la táctica socialista de Marx y Engels a Lenin*. Tomo 2. México DF: ERA, 1981.

BONENTE, Bianca. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica*: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Tese de doutorado. Niterói, UFF, 2011.

CORREA PRADO, Fernando. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Revista Comunicação & Política*, vol. 29, nº2, maio-agosto de 2011.

________. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PEPI/UFRJ, 2015.

________. Ainda sobre as questões do desenvolvimento... *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº45, out./dez. de 2016.

De PAULA, Patrick Galba. *Duas teses sobre Marx e o desenvolvimento*: consideração sobre a noção de desenvolvimento em Marx. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

Dos SANTOS, Wanderley Guilherme. *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1963.

Dos SANTOS, Theotônio. *Socialismo o fascismo: dilema de América Latina*. Santiago de Chile: PLA, 1968.

________. *Imperialismo y dependencia*. México D.F.: ERA, 1978.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Trad. de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Ed. da Unesp/Boitempo, 1997.

ECHEVERRÍA, Bolívar. *El discurso crítico de Marx*. México: Era, 1986.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (ed.), *Dicionário do desenvolvimento*. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FIORI, José Luís. Introdução. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: ________. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: FONSECA, Pedro e BASTOS, Pedro (org.). *A era Vargas*. Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 4. México DF: Era, [1930-1935] 1986.
________. *Cadernos do cárcere*. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1932-1933] 1999.
KOHAN, Néstor. *Nuestro Marx*. Caracas: Misión Conciencia, 2011.
KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe*. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
________. *Ensaios sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
LIMOEIRO CARDOSO, Miriam, A ideologia persistente do desenvolvimento. Entrevista. *Em Pauta. Teoria social e realidade contemporânea*, vol. 11, n. 31, 2013.
LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, [1987] 2013.
LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
________. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.
MALTA, Maria (*et. al.*). A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. In: ________. (coord.). *Ecos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Celso Furtado, 2011.
MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México D.F.: Siglo XXI, 1969.
________. *Subdesarrollo y revolución*. 5ª edição. México D.F.: Siglo XXI, 1974.
________. *El reformismo y la contrarrevolución*. México D.F.: ERA, 1976.
________. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra). *Revista Mexicana de Sociología*, número extraordinario, año XL, vol. XL, México, UNAM, 1978.

________. *América Latina*: dependência e integração. São Paulo: Página Aberta, 1992.
________. Memória. In: TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini, Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, [1991] 2005.
________. *Subdesenvolvimento e revolução*. 5ª ed. Florianópolis: Ed. Insular/IELA, 2014.
MARTINS, Caio. *Teorias dos Novos Movimentos Sociais e Lutas de Classes*: Uma Leitura Crítica de Sua Influência no Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PPGESS-UFRJ, 2016.
MARTINS, Caio; PRADO, Fernando; FIGUEIREDO, Isabel; MOTTA, Stefano; NEVES, Victor. A "estratégia democrática e popular" e um inventário da esquerda revolucionária. *Marx e o Marxismo*, vol. 02, nº 03. Niterói: NIEP-MARX / UFF, 2014.
MARX, Karl. *Introducción general a la crítica de la economía política/ 1857*. México: Ed. Siglo XXI, [1857] 2004.
MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, [1846] 2007.
MOTTA, Stefano. *Crítica à "ampliação da democracia" como caminho ao socialismo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PPGESS-UFRJ, 2016.
NEVES, Victor. *Democracia e revolução*: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PPGESS-UFRJ, 2016.
OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização*. A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
SILVA, Ludovico. *Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos*. 3ª ed. Caracas: Monte Ávila Editores, 1979a.
________. *Teoría y práctica de la ideología*. México: Nuestro Tiempo, 1979b.
________. *A mais-valia ideológica*. Florianópolis: Insular/IELA, 2013 [1970].
SOARES THOMAS, Agripino. Verso e reverso do desenvolvimento. *Revista Movimento Socialista*, ano 1, n. 1, Rio de Janeiro, 1959.
SUNKEL, Osvaldo e PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México D.F.: Siglo XXI, [1970] 2004.
WALLERSTEIN, Immanuel. *Después del liberalismo*. México: Siglo XXI, 2003.
________. *Impensar las ciencias sociales*. México: Siglo XXI, 2004

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Península, [1977] 1988.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo*: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

DUAS CABEÇAS, UM CORPO: PARTIDO, MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR

Caio Martins

UMA GRANDE REVIRAVOLTA

Já se passaram quase quarenta anos desde que as teorias dos novos movimentos sociais ganharam a cena no Brasil. Os "novos" já não são tão novos assim, e salta à vista que não tenhamos colhido grandes frutos em termos de transformação social desde que aquelas ideias se irradiaram como cultura política dos militantes ligados ou afeitos às causas dos trabalhadores. Apesar disso, estas mesmas teorias permanecem como uma expressão particular da subjetividade de nosso tempo, continuam ecoando nos discursos, nas práticas, nas lutas em diversos campos de batalha. É por isso que estamos convencidos de que o esgotamento da estratégia democrático-popular, simultaneamente ao refluxo da capacidade organizativa da classe trabalhadora e de seus movimentos, põe na ordem do dia a revisão crítica da relação destas teorias com as lutas empreendidas no último período.

As primeiras e principais teorias dos novos movimentos sociais surgem na Europa nos anos finais da década de 60 e início dos anos 70, ganhando fôlego e respaldo até os dias de hoje. Logo em seguida ao seu aparecimento, e com o florescer de lutas populares que nasciam no período da ditadura, muitos pesquisadores dedicaram-se à compreensão da particularidade do "novo" no Brasil e na América Latina. Os intelectuais brasileiros dos novos movimentos sociais mostravam-se, desde o início, refratários à "matriz pcbista" e ao "marxismo ortodoxo", por entendê-los como economicistas, autoritários, elitistas etc. (PERRUSO, 2012).

A busca do "novo" do movimento social brasileiro pela intelectualidade, especialmente acadêmica, ocorreu coetânea e paralelamente à crítica à forma como o velho PCB interpretava a realidade brasileira. Ambas as críticas partilhavam de uma rejeição aos instrumentos e à concepção política daquele partido. Ancoravam-

se, contudo, em matrizes teóricas distintas. De um lado, intelectuais como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Carlos Nelson Coutinho, dentre outros, navegando no interior da tradição marxista, construíam sólidas críticas à concepção pcbista do problema da revolução brasileira, terminando por *informar* diretamente a estratégia democrático-popular[1]. De outro lado, por fora daquela tradição, surgiam teorias que se dirigiam cada vez mais ao marxismo enquanto tal, que buscavam inspiração em outras matrizes teóricas, em muitos casos ecleticamente, e tratavam de novos sujeitos sociais que protagonizariam as lutas, no lugar anteriormente ocupado pelo "movimento operário". Originárias do debate europeu, elas influenciaram sobejamente a reflexão sobre as lutas do período. Contudo, esta influência nunca é mera transposição das teorias produzidas, pois exige uma dupla mediação – com o movimento histórico particular da formação social brasileira e das lutas que impulsionam sua transformação, e com a originalidade interpretativa que as classes promovem destes autores. Assim, se as teorias dos novos movimentos sociais não estiveram na base estratégia democrática e popular, elas punham no horizonte imediato um conjunto de tarefas chave, uma série de valores, uma cultura política que se mesclava à trajetória da classe nas diferentes conjunturas, e correspondia aos seus objetivos imediatos. Não por acaso, boa parte dos intelectuais vinculados a essas teorias aderiu convictamente ao PT.

Por trás de ambas as críticas, há transformações históricas em comum. Nenhum tema ou questão teórica aparece aos intelectuais como controvérsia candente sem que haja contradições

---

[1] Note-se bem, informar, o que significa produzir um acervo teórico do qual parte a formulação estratégica, o plano geral de combinação das lutas particulares no sentido de vencer a "guerra em seu conjunto". A estratégia não pode ser confundida com a teoria, sob pena de que teoria e estratégia se diluam uma na outra. A política e a teoria possuem legalidades distintas, ainda que sejam esferas inter-relacionadas. A teoria precisa reproduzir adequada e aproximativamente o movimento do real. No que se refere à luta de classes, ela reflete a legalidade do modo de produção, sua articulação com os demais complexos sociais, o processo (e resultado) da formação social enquanto totalidade concreta em um período histórico determinado, as tendências de movimento das diferentes classes e frações de classes, apontando, a partir delas, as cadeias causais decisivas, no caso da teoria revolucionária, para a revolução social. A estratégia é o plano que, informado por esta teoria, põe-se efetivamente em movimento. A própria posição do indivíduo em cada atividade exige métodos e posturas diferentes, justamente por se tratar, o teórico e o político, de complexos distintos do ser social.

objetivas por trás de si. São as mudanças no próprio movimento histórico que estão na raiz de todos os grandes debates. No que diz respeito à temática de que trataremos a seguir, que é a da relação entre, de um lado, as teorias dos novos movimentos sociais emergentes a partir do final da década de sessenta, e, de outro lado, a estratégia democrático-popular, é preciso resgatar pelo menos três elementos conjugados, que foram fundamentais para repor em pauta uma série de questões clássicas das ciências humanas e sociais, que estão na base desta confluência. Em primeiro lugar, a passagem ao capital-imperialismo colado ao processo global de reestruturação produtiva do capital, que culminou naquilo que Harvey ([1989] 2009) caracteriza como "regime de acumulação flexível". Neste período, ao mesmo tempo em que as expropriações se intensificaram tanto no centro como na periferia do sistema, e as formas de propriedade do capital se condensaram, descolando-se, aparentemente, da atividade produtiva, os circuitos de reprodução ampliada do capital estenderam-se espacialmente e comprimiram-se no tempo, simultaneamente ao incremento de sua capacidade de adaptação aos diferentes territórios do globo. Em segundo lugar, vivemos a crise e o fim do bloco socialista, que abriu novas frentes de expansão capitalista, e alçou o imperialismo a um patamar superior, trazendo à tona novos conflitos, com outra qualidade (advindos da expansão capital-imperialista), além de se desdobrar em uma crise política do movimento comunista internacional. É neste período que, em terceiro lugar, aparecem as novas modalidades de luta, a partir das quais se constroem as teorias dos novos movimentos sociais, e a partir das quais a classe trabalhadora brasileira se constituiu novamente em partido. Tudo isso levantou uma questão entre os próprios intelectuais ligados à classe trabalhadora: permaneceriam válidas as teses da centralidade do trabalho na sociedade capitalista e do proletariado como sujeito revolucionário, assim como as formas de organização até então predominantes?

Dessa forma, a produção teórica sobre os novos movimentos sociais é expressão mediada da transição entre períodos históricos distintos no interior do capitalismo, que, ao reorganizar sua reprodução em escala global, pôs às lutas de classes, e, por consequência, também às camadas intelectuais, questões novas e que exigiam respostas, ou seja, o avanço da teoria sobre o movimento do real. Foi o debate europeu que produziu os principais

intelectuais das teorias dos novos movimentos sociais, e, por conta disso, foi ele que mais repercutiu e influenciou as formulações em nosso continente. Deste debate advieram uma série de pensadores que trataram do tema, que influenciaram e vivenciaram aquele período de transição, formulando a seu respeito[2]. É a luz dessas interpretações que poderemos capturar o "espírito do tempo", que não é outro senão o nosso.

Em que pese a existência de diferentes fases, as quais relacionam-se não somente com o resultado do desenvolvimento teórico em si mesmo, mas também com o reflexo ativo no pensamento do próprio evolver do real, as teorias dos novos movimentos sociais possuem traços comuns e constantes, que as peculiarizam. E, no Brasil (a não ser nas fases iniciais em que a tradição marxista ainda hegemonizava a interpretação sobre as novas modalidades de luta), eles não diferem em absoluto de um conjunto de ideias-força que predominaram no debate europeu.

Cabe, antes de darmos prosseguimento, uma observação. O conteúdo aqui exposto será melhor compreendido por aqueles que já dominam as principais características da estratégia democrático-popular, e os principais autores das teorias sobre os novos movimentos sociais. Quanto ao primeiro aspecto, a leitura de alguns capítulos contidos neste livro pode suprir esta necessidade. Quanto ao segundo, para aqueles que almejam aprofundar o debate sobre as teorias dos novos movimentos sociais, recomendo a leitura de minha tese (MARTINS, 2016), onde o tema foi amplamente desenvolvido. Aqui, iremos nos dedicar ao resgate de suas ideias-força para descrever pontos de contato com o desenvolvimento da estratégia democrático-popular em nosso país.

---

[2] Em estudos anteriores, analisamos as formas particulares de argumentação que preservam unidade e coerência de alguns dos principais autores das teorias dos novos movimentos sociais e de seus respectivos esforços argumentativos. São essas visões de mundo as que articulam com maior riqueza e poder de síntese as posições políticas que se opõem, no campo da "esquerda", à tradição marxista, face às determinações do referido período histórico. Aqui, será possível apenas expor um panorama que evidencie os traços centrais dessas teses. A identidade existente entre essas diferentes teorias permite traçar uma visão panorâmica. Esse panorama pode ser expresso através de um conjunto de "ideias-força" que confluem com aspectos chave da estratégia democrático-popular. É desta confluência que trataremos a seguir.

A CRÍTICA À CENTRALIDADE DO CONFLITO ENTRE CAPITAL E TRABALHO

As teorias dos novos movimentos sociais divergem da centralidade do conflito entre capital e trabalho nos processos de transformações sociais, dando lugar a movimentos que atuam na esfera da circulação, ou em favor de mudanças culturais. Por isso, a novidade dos novos movimentos sociais é ressaltada em direta oposição ao passado glorioso, mas hoje sem futuro, do "movimento operário tradicional", considerado como o movimento social clássico. Esta oposição não é apresentada como uma crítica meramente moral ao movimento operário. A crítica vincula-se à constatação de uma transformação concreta das relações sociais, que exigiria uma reavaliação dos processos de mudança que a humanidade estaria vivenciando. Ou seja, para estes autores, o que explica o recuo vivenciado pelo "movimento operário", e o aparecimento de novas formas organizativas, reivindicações e discursos políticos, são as características da nova sociedade (programada, em rede, pós-moderna etc.). Mesmo a perplexidade teórica reivindicada por Boaventura de Sousa Santos, Evers e muitos autores pós-modernos remete-se à complexidade social que passou a existir a partir de certo período, o que tornaria impossível apoiarmo-nos sobre certezas em um mundo em constante transformação.

Dessa forma, a transição entre regimes de acumulação foi, e é, interpretada como uma espécie de mudança de paradigma. Em geral, eles não se opõem às teorias marxistas enquanto tais, mas as consideram como antiquadas, incorretas e prejudiciais aos próprios movimentos sociais no momento presente, a partir de certo período histórico. Esta premissa facilita também o processo de transição teórica dos próprios intelectuais, uma vez que o conjunto de posicionamentos políticos assumidos em décadas anteriores são justificados como os mais corretos para o passado, não para o presente nem para o futuro. Nenhum balanço sério, nenhuma reavaliação consequente da teoria social marxiana e da tradição dela decorrente são levadas a cabo em função das evidentes transformações sociais percorridas no último quartel do século XX. Nossa constatação é corroborada por Eurelino Coelho, que, ao estudar a influência da pós-modernidade no pensamento da nova esquerda, caracterizou esta operação de redução do marxismo como o "método do espantalho". Trata-se de um recurso retórico

frequentemente utilizado pelos teóricos dos novos movimentos sociais, que se valem de uma exposição caricatural das teses de Marx para, em seguida, refutá-las rapidamente. Ao tratar da ruptura desses intelectuais com as teorias marxistas, diz o autor:

> São múltiplas as dimensões da ruptura, e em quase todas elas se pode observar uma característica comum aos vários discursos antimarxistas desenvolvidos pelos ex-marxistas da esquerda: o que eles exibem como sendo a concepção da qual se afastam é um *espantalho*, uma caricatura que, na maioria das vezes, não corresponde nem mesmo às formas como eles mesmos se apropriavam do marxismo. A rigor é menos apropriado referir-se a este movimento como *crítica*, e muito mais como abandono ou, simplesmente, deserção (COELHO, 2005, 358).

Dessa forma, em geral, quando muito, de forma bastante simplista, atribui-se a Marx ou ao marxismo um determinismo econômico, um determinismo estruturalista, um apriorismo conceitual ou um fatalismo histórico exageradamente vulgar e positivisado, como algo insuperável dentro de seus pressupostos metodológicos. Esta constatação não é apenas derivada de nosso estudo, como é corroborada pela exposição de algumas das mais importantes intelectuais brasileiras que tratam do assunto. Maria da Glória Gohn ([1997] 2011, p. 122), por exemplo, ao mapear as teorias dos novos movimentos sociais, afirma que todas elas sustentam, em resposta a isso, "a possibilidade de mudança a partir da ação do indivíduo, independente dos condicionamentos das estruturas", uma vez que o "paradigma marxista" não daria conta de explicar as ações que advém de outros campos que não o econômico e da luta de classes. O movimento operário continuaria a existir como coadjuvante, como um entre um conjunto amplo e variado de movimentos sociais que transformam a cultura da sociedade. Desse modo, de acordo com a autora, este "novo paradigma" elimina também a centralidade da classe trabalhadora, como sujeito histórico, na luta pela emancipação humana. Em seu lugar, haveria um sujeito coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra discriminações e opressões responsáveis pela mudança cultural e pela instituição de direitos. Esta é a razão para o recorrente uso do termo "atores sociais". Os "atores sociais" são analisados prioritariamente por suas ações coletivas e pelas identidades criadas

no processo de luta. Por isso, "a identidade coletiva tem centralidade nas explicações dos NMS" (GOHN, [1997] 2011, p. 123).

À primeira vista, este é o ponto mais controverso quando se pensa na relação com a cultura política construída pela classe trabalhadora através do PT, e com o desenvolvimento da estratégia democrático-popular. O Partido *dos Trabalhadores* poderia desprezar, ou secundarizar, a contradição entre capital e trabalho? Mesmo tendo como força protagonista o "novo sindicalismo", o "sindicalismo autêntico"? Na verdade, se, em seus primeiros anos, as demandas particulares fundiam-se em um projeto e concepção claramente anticapitalista, ao longo do tempo este eixo se deslocaria para a centralidade da cidadania, ao ponto de o partido chegar ao governo federal sob o lema de um "governo de todos". Nessa direção, nenhuma *posição social particular possuiria a condição de universal. Tal condição seria ocupada pelo sistema democrático formal que regra o convívio entre os diferentes* (COELHO, 2005).

Na prática, quanto mais o PT se institucionalizava, quanto mais a consciência de classe regressava a patamares anteriores, maior a aceitação desta proposição. A centralidade das disputas eleitorais permite a intervenção política a partir de fontes difusas e diversificadas de identificação. A luta eleitoral implicava uma ação que prescinde de vínculos orgânicos fortes, uma adesão passiva através do voto e da representação parlamentar, mas que prometia consequências políticas retumbantes. Ocorre que uma característica da democracia é a individualização das relações de classe na esfera política. As eleições, como o mercado, exigiam – e exigem – *marketing*, e não se mostravam como espaços fecundos para o convencimento, para a mudança de opinião, para o afloramento da consciência de classe; mas sim para a reprodução pragmática de discursos que promovem uma identificação de extenso alcance para fins eleitorais. Daí que, por esta via, o deslocamento da centralidade da contradição entre capital e trabalho em favor de um discurso mais plural, leve, capaz de ampliar o raio de alcance da luta institucional, tenha se consolidado paulatinamente como prática do partido (SECCO, 2011). A conquista dos governos que, de antemão, aceitam como impossibilidade o estímulo às lutas classistas, e a necessidade de uma *gestão* confiável e responsável, também fazia pender a balança para as políticas específicas de afirmação da cidadania. Este fenômeno não é inédito, e já foi tratado magistralmente por Adam

Przeworski ([1985] 1989)[3]. A estratégia, a que se referia Francisco de Oliveira (1986), de segmentação das lutas pela ausência de uma consciência de classe, e pela difusão de uma miríade de identidades particularistas nos movimentos, é, ao mesmo tempo, mais palatável e efetiva para a luta institucional. Elas se coadunam com a defesa e a ampliação da participação cidadã, tão decantada neste período histórico. Avançado o processo de democratização, para o qual os movimentos sociais e o PT foram imprescindíveis, temos hoje que, tal como afirmado por Iasi (2002, p. 165), "[...] nunca se falou tanto em 'participação', 'cidadania', 'democracia', e quanto mais se fala menos, de fato, se contesta, se enfrenta a realidade das relações de poder estabelecidas". Este parece ter sido um aspecto ideológico cada vez mais *aceito* pelo PT. Esta característica se acentua à proporção que ele se torna um partido cada vez mais eleitoral, com políticas públicas focalizadas e compensatórias, buscando alcançar elevados patamares de desenvolvimento econômico.

Se a estratégia democrático-popular apoiava-se num processo cumulativo de democratização a partir da pressão dos movimentos sociais, de um lado, e da luta institucional, de outro, o próprio avanço da luta institucional, e o amoldamento da consciência de classe, tornava tanto o partido e seus dirigentes, como a classe e seus movimentos, mais receptivos às teses das teorias dos novos movimentos sociais, como dois leitos que confluem para o mesmo rio.

A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE PELA TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA

Ao se retirar a centralidade da contradição entre capital e trabalho para, em seu lugar, enfatizar as mudanças culturais, retiram-se também alguns elementos chave para a compreensão da luta política entre as diferentes classes e grupos sociais. A constatação de existência de relações de poder opressivas, contraditórias com as aspirações emancipatórias, elimina – nas teorias dos novos movimentos sociais – a centralidade das relações de classe como fundamento da dominação. É também por essa razão que a emancipação humana, quando considerada possível, é tida como resultado da difusão de valores que passariam a embasar a ação social, ao contrapor-se aos valores que legitimam uma forma de

[3] Para uma leitura crítica da obra deste autor, ver Iasi (2002, p. 167-203).

dominação instituída e alienada – e, no limite, superando-os. Esses valores, ao se difundirem por todo o tecido social, poderiam extirpar ou diminuir a opressão e a alienação que recaem sobre as minorias, sobre grupos perseguidos, estigmatizados ou pauperizados.

Tratar-se-ia de um processo de politização de esferas da vida, que, antes, teriam sido tratadas como "apolíticas" pela tradição marxista. Isso permitiria a superação de relações de opressão, para muito além daquelas presentes no "mundo do trabalho". Não haveria luta prioritária para a emancipação humana: todas elas teriam igual importância para a emancipação, pois os nexos causais entre as relações de classe e as demais formas de opressão são abstraídos, ou ignorados, ou ainda considerados ultrapassados pela história. E uma vez que, agora, todas as relações de poder devem ser combatidas para serem substituídas por outras não opressivas, "democratizadas" desde já através de sua politização, o imediato sobressai da vida cotidiana, e se sobrepõe aos projetos sociais de transformação macrossocial.

O problema é que quando as teorias dos novos movimentos sociais perdem de vista a centralidade da superação do modo capitalista de produção como condição, como ponto de partida, para a superação da alienação, prendem a política ao imediato da vida cotidiana, isto é, como se só se fosse capaz de agir efetivamente nestes marcos. Assim, mesmo quando essas teorias apresentam uma intenção de ruptura com a ordem, porque ela é utópica, ela não encontra veículo material que permita realizar o seu projeto, daí a necessidade de apresentá-lo de forma indeterminada, ou de apoiar-se em tautologias – como as de que são os atores (ou "Sujeitos") sociais que fazem a história. Resta-lhes que, às diversas manifestações barbarizadas da produção alienada da vida, da exploração da classe trabalhadora, oponha-se um discurso anti-opressões para transformar a cultura. Neste momento, são eficientes em revelar as relações de poder contidas neste imediato, mas se prendem a ele, mostrando-se incapazes de apresentar uma alternativa positiva, que possibilite transcender essa forma de organização social. Assim, a crítica, meramente de oposição, é, primeiro, presa ao objeto imediato que pretende negar, ao tipo de fenômeno ou valores que motivaram a ação. Em segundo, ela toma uma dimensão universal, abstraindo as relações de poder objetivamente existentes entre as classes sociais, e a necessidade histórica de, a partir *dessas relações de poder*, *superar*

as classes sociais. E como estamos falando de processos políticos, isso só pode se dar pela força.

Ao abstrair as relações de poder, objetivamente existentes, na produção da vida, as teorias dos novos movimentos sociais, em geral, tratam a transformação social como resultado da construção de um novo consenso, que resultaria da ação consciente e coletiva dos movimentos em luta. Ela aparece, antes de mais nada, como a transformação da visão de mundo das pessoas, que seria a condição para a instituição de direitos sociais, e (no limite) eliminação das relações de opressão entre os indivíduos. O problema é que a dimensão ídeo-cultural, posto que importante, é apenas *uma* esfera em que as relações de poder entre as classes sociais ganham vida. Ela não é a única, nem, muito menos, a central. Dessa forma, a política pode assumir concretamente dois caminhos – e é a isto que temos assistido em nossos dias. Ou ela deixa de ser tratada tal como é, opondo-se a ela utopias, que, supostamente, ganhariam força através da generalização de certos tipos de comportamento (não opressivos, libertários etc.). Ou ela trata a política tal como ela é, mas ao mesmo tempo dentro destes limites, culminando num pragmatismo de tipo oportunista. No primeiro caso, o campo de ação dos movimentos reduz-se ao da pequena ou micropolítica, combinada a um discurso panfletário, e abstrato, que remete à ordem social total. No segundo, ele tende a perder-se nos mecanismos de cooptação das próprias instituições de poder da classe dominante.

Por isso, não é, de modo algum, casual, que todos os autores que analisamos tenham chamado a atenção para o fato de que os novos movimentos sociais pretendem viver, desde já, a sociedade que pretendem construir, e que a lógica temporal destes movimentos está colada no presente, ou seja, no imediato. Como afirma Gohn ([1997] 2011), as teorias passam a centrar sua atenção nos discursos como expressões de suas práticas culturais, e a política é redefinida, abarcando todas as práticas sociais, sem a postulação de existência de hierarquias ou determinações, de modo que a dimensão política é "[...] utilizada *principalmente* no âmbito das relações microssociais e culturais" (GOHN, [1997] 2011, p. 123).

As teorias dos novos movimentos sociais apregoam um longo processo de transformação cultural, que seja capaz de embasar a construção de uma democracia de novo tipo – em alguns casos tomada sinônimo de socialismo, como em Santos (1999) – que seja,

por sua vez, capaz de eliminar ou minimizar todas as opressões. No início dos anos 80, o exercício cotidiano da democracia nos movimentos populares e sindicais era tratado como meio de sedimentação de uma nova cultura política democrática, de modo que ela pudesse conferir autonomia aos movimentos e superar a cultura autoritária, populista e clientelista de nosso país. Mais tarde, no PT, a transformação da cultura navega pelos leitos do acúmulo de forças, como se a conquista da hegemonia na sociedade civil dependesse, sobretudo, da transformação dos valores, da consolidação da ética na política e da democracia como princípio fundamental. O caráter evidentemente utópico de tal projeção, ao postergar a emancipação para um fim indefinido e distante, abre o terreno para o pragmatismo político, para o possível aqui e agora, de um lado, como também, a um só tempo, para um discurso panfletário que se vê preso à micropolítica. Este aspecto, tão marcante nas teorias dos novos movimentos sociais, em nada contradizia a "verdade consagrada" deste período histórico, segundo a qual, para realizar as verdadeiras mudanças, seria preciso construir um longo processo de acúmulo de forças. Isso pôde ocorrer mesmo quando se mantinha claramente a meta da transformação socialista no horizonte. Podia-se continuar sustentando o projeto de transformação, mas através da tomada de controle de espaços em que ocorre a reprodução da própria ordem, para superá-la, como o Estado, a sociedade civil etc. Uma participação que se tornava cada vez mais democrática e menos socialista. Vale lembrar, mais uma vez, que parte significativa dos autores dos novos movimentos sociais aderiu ao PT, assim como porção majoritária dos intelectuais europeus envolvidos neste debate passou (ou ainda mantém laços orgânicos) por PCs ou PSs. Essa observação reforça a hipótese de que estes problemas são também "nossos".

A DEMOCRATIZAÇÃO É IDENTIFICADA COM O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

Seja na luta intestina no Estado burguês, seja na transformação microssocial através da mudança da cultura, para os teóricos dos novos movimentos sociais, a finalidade dos movimentos é a construção de uma sociedade cada vez mais democrática. Mesmo nos momentos em que a meta socialista aparece explicitamente presente, ela é considerada como condição da realização da plena

democracia. A formulação de Edward Bernstein[4], da democracia como meio e fim, renasce reconfigurada. Este processo de democratização estaria presente tanto no âmbito do Estado como de uma democratização para além dele, o que quer que isso signifique.

A defesa da democratização parte tanto do diagnóstico de uma crise da própria democracia como da oposição ao "totalitarismo"[5]. Trata-se de buscar novas formas de participação, seja através de uma "democracia informacional", seja através da participação ativa dos movimentos sociais na defesa de suas identidades, ou de um novo tipo de cidadania que respeite a diversidade. O fato é que a democratização do Estado é uma finalidade dos movimentos sociais, já que o Estado, em si, e seu caráter de classe, não são mais postos em questão (ou, quando posto, como no caso de Castells, assume-se a possibilidade de reverter seu caráter de classe, através do processo de democratização, apoiado nas contradições que lhe são inerentes).

Mas é preciso chamar a atenção para o segundo aspecto: mais do que democratizar o Estado, as teorias dos novos movimentos sociais defendem a democratização do conjunto da sociedade – a democratização da economia, da cultura, da família etc. Este projeto é coerente com uma perspectiva que sustenta a difusão da política para todas as relações sociais. Por isso, em todos os casos, em oposição à opressão, ao autoritarismo, à dominação, apresenta-se como alternativa a transformação da cultura, fincada em valores democráticos e na defesa da liberdade, que pavimentariam o caminho para uma sociedade mais justa e diversa.

Por que estes projetos sociais apontam para uma democracia de novo tipo? Ora, a centralidade da produção da vida, como ponto de partida para a articulação dos fenômenos históricos particulares com o movimento histórico em sua totalidade, já foi descartada, com a crítica à centralidade do trabalho. Uma transformação substantiva

---

[4] Edward Bernstein foi um militante do Partido Socialdemocrata Alemão, considerado o fundador do revisionismo, que defendia uma transição gradual ao socialismo através da atuação dos sindicatos e das cooperativas. Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo polemizaram intensamente com ele no início na passagem para o século XX. É desta polêmica que nasce a famosa brochura *Reforma ou Revolução*, escrita por Luxemburgo ([1900] 1999).

[5] Não podemos nos ocupar desta categoria aqui. Para ver um bom histórico das tentativas de interpretação das experiências do Leste Europeu através desta categoria (entre outras) pelo pensamento ocidental, ver Fernandes (1994).

no modo de produção da vida não pode aparecer quando o próprio modo de produção não é analisado, para ser posto em questão. Assim, a partir da ruidosa esfera da circulação – "[...] existente na superfície e acessível a todos os olhos [...]" (MARX, [1867] 1988, p. 140) –, as lutas "sociais" só podem se expressar na esfera que aparece como representante do interesse geral, o Estado. E se o Estado comparece na teoria e no real como "ator social" que defende as "elites", dizem os autores, que se refunde o Estado para que defenda *também* as "minorias", os oprimidos, sem nenhuma transformação nas relações sociais de produção. Ou ainda, permanecendo intocados pelas alienantes instituições de poder dominante, que nos mantenhamos distante dele, mas em permanente oposição, para transformá-lo. Em todos os casos, é ele, o Estado, que é o alvo de reformas, mas nunca de superação. O que se reivindica, pois, é uma nova forma de Estado, uma nova forma de democracia.

Do mesmo modo, a democratização como meio e fim, tanto no Estado como nos movimentos, era central para os "novos intelectuais", como forma de combater o populismo, o autoritarismo e o totalitarismo. De outro lado, o próprio PT sempre reivindicou a democracia interna, como princípio fundamental da construção partidária, e em todos os espaços em que atuava. Não há, aqui, nenhuma grande novidade: a construção de uma verdadeira democracia a partir do engajamento militante dos movimentos sociais é um verdadeiro cânone neste período histórico. Este parece ser o elo mais forte, e decisivo, para os vínculos entre a estratégia democrático-popular, que tem a democratização como eixo central, apoiada pelos movimentos sociais, e as teorias dos novos movimentos sociais, cuja preocupação central é justamente a construção de um novo tipo de democracia, e, consequentemente, a ampliação da cidadania. Ainda que se fizessem presentes diferentes concepções de democracia, a esquerda, de um modo geral, era cada vez mais democrática, e menos socialista (DANTAS, 2014).

A LUTA PELA ELIMINAÇÃO DE TODAS AS OPRESSÕES

A crítica, feita pelas teorias dos novos movimentos sociais, à tradição marxista, apoia-se no postulado de que, para a completa

emancipação humana, não é suficiente (ou necessária [6]) a constituição de uma sociedade socialista ou comunista, mas a eliminação de todas as formas de opressão e alienação. E isso estaria sendo feito pelos novos movimentos sociais desde já, de modo que as próprias formas de organização de suas lutas carregariam relações não hierárquicas e/ou opressivas entre seus militantes. A transformação da consciência individual e das práticas dos "atores sociais" *é* a transformação da sociedade. Logo, não se almeja como meio conquistar o poder. Almeja-se eliminar o poder ou diminuir a desigualdade de poder, a partir da disseminação de relações horizontalizadas, ou caminhando nesse sentido, contra as relações sociais hierarquizadas. O problema está no fato de que, para a superação da sociedade capitalista, é necessário "oprimir" a burguesia, isto é, valer-se da força da classe trabalhadora organizada para expropriar as condições que lhe permite reproduzir-se enquanto tal. E é por isso que muitos movimentos sociais valem-se da força, e mesmo de relações hierárquicas (ainda que democráticas), como formas organizativas.

O tratamento teórico da política balizado exclusivamente por valores morais, que norteiam as ações dos indivíduos ou dos movimentos sociais, limita e cancela possibilidades objetivamente existentes, como a de se constituir enquanto contrapoder capaz de atacar as cadeias radicais que sustentam o edifício social capitalista. Para que a teoria seja capaz de captar esta possibilidade, no entanto, seria necessário que ela transcendesse a esfera ruidosa da circulação, e adentrasse no seu ponto nevrálgico – as relações sociais de produção. Intelectuais famosos, como Castells e Touraine, por exemplo, chegam a analisar rapidamente esta esfera, mas, dessa análise, apenas concluem que o modo de produção da vida perdeu sua importância, e que a comunicação é que se tornou central. Muitos outros autores apenas partem de uma constatação equivocada, de que a relação entre capital e trabalho perdeu importância e conduziu-nos ao economicismo e ao determinismo. De todo modo, são as ações horizontais, no aqui e agora, dos novos

[6] A sociedade socialista aparece como importante na obra de Evers (1984), Boaventura de Sousa Santos (1999) e de "Castells 1" (CASTELLS, [1974] 1980a, 1980b), mas sempre como uma condição para a plena realização da democratização. Para Touraine ([1988] 2004), de modo distinto, é necessário superar o socialismo. Daí o título de um de seus livros: "O Pós-Socialismo".

movimentos sociais, as que eliminariam as relações sociais opressivas e alienantes.

A própria democratização, central para o período, é muitas vezes entendida como a progressiva eliminação de todas as formas de opressão, desde já, por meio da construção de relações horizontalizadas no aqui e agora. Se as teorias dos novos movimentos sociais não apontam, de um modo geral, para a construção do socialismo como uma tendência histórica, partilhavam com o PT a defesa da necessidade de relações horizontais entre todos os atores, como parte do processo de transformações democráticas necessárias. O fato de que os partidos políticos sejam considerados como instâncias de alienação do poder e da identidade dos movimentos, como defendem muitos dos "novos intelectuais", apenas transforma-os em grupos de pressão pacífica na luta por direitos de cidadania, sendo, portanto, funcionais ao projeto político que se realizava. Este tipo de influência sobre os movimentos sociais pode, ainda, fazer com que eles se voltem ao Estado para reivindicar políticas de educação e difusão de valores, capazes de desconstruir aspectos vistos como opressivos na cultura, como o machismo, o racismo, o sexismo, entre outras formas de opressão. Como não se tem ao alcance a superação dessas opressões, as políticas compensatórias funcionam, em muitos casos, como meios para a cooptação, e esterilização, dos movimentos. A reivindicação de políticas específicas para os setores mais explorados da classe trabalhadora, para a "inclusão" dos oprimidos, também ganha respaldo no projeto petista de desenvolvimento econômico capitalista "com distribuição de renda". Por outro lado, a perspectiva de eliminação das opressões em um longo processo mistura-se, de certa forma, com a *sensação* de acúmulo de forças, a cada conquista no plano imediato, descolada da "guerra em seu conjunto".

AS PRÁTICAS CIRCUNSCRITAS A PROCESSOS LOCALIZADOS

De acordo com as teorias dos novos movimentos sociais, os agentes de transformação são aqueles que transformam a cultura e os valores que balizam a ação social, através da afirmação de sua identidade. A difusão desses valores se daria através da ação local dos movimentos sociais que se opõem aos processos globais de alienação, seja pela tecnocracia, pelas redes globais de riqueza, poder

e alienação, seja pelos agentes do projeto da modernidade. As teorias dos novos movimentos sociais valorizam as práticas e o chamado poder local, pois seria esta a forma de contrapor e difundir, pelo tecido social, uma nova forma de se relacionar com o mundo. O poder local aparece como uma forma de contrapoder, que expressa as relações sociais horizontalizadas e não-opressivas no seio dos novos movimentos sociais, e contribuiriam decisivamente para a construção da democracia de novo tipo.

As teorias dos novos movimentos sociais, quando exercem influência real sobre as lutas, contribuem para circunscrevê-las neste plano do imediato, em seu momento "econômico-corporativo". Por outro lado, a conquista de governos locais por parte do PT, de pontos específicos no seio do Estado, também levou à discussão sobre as formas de descentralização do poder e à reivindicação da construção de formas de poder local. A descentralização administrativa, com participação ativa dos movimentos sociais, é um aspecto comum da nova forma de democracia ampliada que se buscava construir, sobretudo, a partir do início da década de noventa. Novamente, a construção de instâncias de poder local produzia uma *sensação* de acúmulo de forças, mesmo quando a correlação não se alterava nos principais centros de poder.

Os partidos políticos e sindicatos são formas organizativas ultrapassadas para as lutas emancipatórias

Os partidos políticos são considerados pelas teorias dos novos movimentos sociais, de modo geral, como instrumentos de luta ultrapassados, ou, na melhor das hipóteses, como um mal necessário – já que se admitem a democracia e o Estado como elementos intransponíveis no atual período histórico. Sabe-se que a tradição marxista consolidou uma visão segundo a qual a classe trabalhadora, quando objetivamente tornada partido – isto é, quando sua consciência de classe e instrumentos políticos construídos se expressam numa instância organizativa capaz de canalizar seu poder contra o capital, no sentido da revolução social –, ela se torna "universal"[7]. O partido revolucionário é aquele que se realiza como fração mais resoluta *da classe trabalhadora*. Nesse sentido, como instância organizativa que expressa um projeto de uma classe que

[7] Tratamos deste assunto em Martins (2016, item 5.1, p. 296-316).

possui “cadeias radicais”, e que unifica diversas demandas parciais em um projeto social global alternativo, os partidos são tomados como instâncias de universalização das lutas.

A defesa da plena autonomia dos movimentos em relação aos partidos era compartilhada, tanto pelo Partido dos Trabalhadores, como pelos “novos intelectuais”. Com razão, estes queixavam-se da influência exercida pelo PT. Na política, de fato, era ele quem dirigia os movimentos, porque sua estratégia, seu programa e sua tática encontravam respaldo da classe trabalhadora e seus movimentos. Do mesmo modo, o discurso de que o movimento sindical perdera sua centralidade é negado pela própria trajetória do PT, que teve na CUT um de seus principais pontos de apoio político na luta pela ampliação da democracia no Brasil. Esta negação do protagonismo dos partidos políticos nas lutas de classes nunca foi capaz de impedir, portanto, que o PT exercesse o papel dirigente da classe neste período histórico, mesmo que alguns militantes o considerassem um mal necessário.

Para as teorias dos novos movimentos sociais, por outro lado, os partidos são sempre representantes de interesses particulares. Mas não só isso: interesses particulares que precisam, para se realizar, emaranhar-se nas redes de poder do Estado, nas instituições que só podem deturpar a genuína identidade e causa dos movimentos sociais. Os partidos políticos, dessa forma, ou são analisados enquanto um mal necessário para os movimentos sociais, ou são um empecilho, um adversário. Na verdade, estas teorias reduzem os partidos políticos da classe trabalhadora a uma instância de disputa eleitoral, e de cargos, no Estado, ou a um organismo autoproclamatório, com pretensões de se transformar em dirigente de um Estado-partido todo-poderoso. Nos dois casos, os partidos representam a alienação do poder político.

CONCLUSÃO

Convém observar que os autores de que tratamos, em geral, não fazem clara distinção entre o que eles advogam nas suas teorias e processos de conceituação, de um lado, e aquilo que os movimentos sociais, enquanto sujeitos objetivamente existentes, defendem, de outro. Nesse sentido, novos movimentos sociais e teoria dos novos movimentos sociais são tomados como sinônimos, já que,

por este método, eles são o que eles dizem ser, isto é, eles são a sua autorrepresentação (identidade). Este mecanismo permite que um conjunto muito amplo e diferenciado de movimentos sociais apareçam como críticos do marxismo, dos partidos políticos, da omissão do movimento operário quanto às outras opressões, da centralidade do trabalho etc. E, mais que isso, incorre-se em um erro metodológico, pois as determinações que tornam um conjunto de movimentos necessário historicamente podem não ser – e geralmente não são – imediatamente apreendidas pelos próprios sujeitos em luta.

Como se pode notar, estas teorias não expressam uma tentativa de superar as insuficiências da tradição marxista que vigia no período, e das lutas da classe trabalhadora. Não se trata de repor nos trilhos a luta pela superação da sociedade capitalista, mas de um desenvolvimento contra esta tradição. Mesmo nos casos em que se faz referência direta à obra de Marx, esta filosofia tem ali uma função reduzida, de modo que os elementos do autor apropriados pelos intelectuais, quando aparecem, são diluídos e "empalidecidos" por um arcabouço teórico que não se preocupa em pôr em xeque os fundamentos históricos do modo de produção capitalista e enfatizar sua historicidade. A força das teses dos novos movimentos sociais não decorre de sua estrutura argumentativa interna, mas de performance que se apoia na falsa aparência de fatos tomados como óbvios e auto-evidentes (COELHO, 2005). Mas elas mobilizavam aspectos centrais da estratégia democrático-popular. Formava-se assim, no meio militante, aquele caldo cultural em que se misturam diferentes visões de mundo que deslizam sobre uma cadeia de significantes-chave (IASI, 2006).

Os principais teóricos dos novos movimentos sociais são ativamente engajados nas lutas que tematizam. Não é raro, inclusive, que sejam intransigentes defensores daqueles que se vinculam organicamente na luta por direitos ligados à classe trabalhadora e a suas frações mais oprimidas. Quando sustentamos, pois, que suas teorias contribuem para a circunscrição das lutas de classes na órbita da cidadania, e que, portanto, são impotentes contra o capital, queremos afirmar, em primeiro lugar, o papel limitado que elas podem exercer ao informar a militância dos movimentos sociais, ao agir como força material na práxis política da classe trabalhadora. Não se trata, de modo algum, de uma crítica de fundamento moral, mas teórico-político. Por não perceberem ou não iluminarem os

nexos do movimento social com os *fundamentos históricos* do modo de produção capitalista, tais teorias terminam por apontar para saídas impotentes, esterilizáveis pela classe dominante, já que não podem superar as causas fundamentais daquilo contra o que se luta. É o que a experiência tem demonstrado.

Por outro lado, não se deve inferir que a responsabilidade pelas limitações de nosso período histórico esteja sendo imputada aos "novos intelectuais", ou mesmo a certos dirigentes político-partidários mais afeitos a estas teorias. Sabemos que a história é bem mais complexa. As particularidades deste período histórico, saturado de determinações que não dependem da vontade dos sujeitos, punham uma série de questões que precisavam ser respondidas de modo inovador. Assim, tais teorias reproduziam certas tendências de desenvolvimento do pensamento social que se vinculavam às lutas da classe trabalhadora, ocupando-se, em todas as esferas, de aprofundar a democracia. No entanto, há que se levar em conta que estas mesmas questões poderiam ser respondidas de diferentes maneiras, de modo a tensionar as lutas para um ou outro lado. Em todo caso, a exigência de uma nova forma de democracia, apoiada nos movimentos sociais, é eixo central que permitia a confluência, no meio militante, entre os elementos que conformavam a estratégia democrático-popular e as teorias dos novos movimentos sociais.

As teorias dos novos movimentos sociais costumam partir do diagnóstico de uma "crise" do "paradigma marxista", que precisaria ser revisto, completado com outras teorias ou superado em seus princípios fundamentais, por conta, entre outros elementos, das novas formas e bandeiras de luta que eclodem no final da década de 1960. Mas as novidades históricas nas lutas de classes estão diretamente vinculadas, em primeiro lugar, às formas particulares das contradições do modo de produção capitalista na era dos monopólios, e, em segundo, às particularidades do desenvolvimento da formação social brasileira no mesmo período. O efeito ideológico das teorias dos novos movimentos sociais é, portanto, permeado de consequências políticas. Ideológico, sim, pois com a intenção de superar os apriorismos do passado, defendia-se o aprisionamento no presente. Entre a crise do "marxismo-leninismo" oficial e a caducidade da tradição marxista há uma enorme distância. Dessa forma, *os acontecimentos e conflitos que emergem a partir da década*

de 1960 não expressam o esgotamento teórico da tradição marxista, sendo, portanto, por ela explicáveis. O marxismo tem o desafio de destrinchar as causalidades que impulsionam novas modalidades de lutas, mas permanece sendo a filosofia de nosso tempo. É isso que buscamos demonstrar ao longo de nossa pesquisa, e que recapitulamos, abreviadamente, no presente texto.

Finalmente, é curioso e necessário sublinhar que, no Brasil, a despeito de essas teorias voltarem-se contra o marxismo, elas se difundiram sobre a mesma base de movimentos e organizações: aqueles que nascem da luta contra a ditadura, e que encontram no PT e na estratégia democrático-popular o veículo de sua realização. Embora elas partissem de pressupostos completamente distintos, confluíram no senso comum militante daquele partido e de movimentos que implementavam a estratégia democrático-popular, resultando em uma prática política comum, e ganhando tanto mais força quanto mais empalideciam suas bandeiras socialistas e mais aproximavam-se da defesa da democracia como meio e fim.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. *Movimientos Sociales Urbanos.* 6ª Edição. México: Siglo Veintiuno Editores, [1974] 1980a.

________. *Cidade, Democracia e Socialismo:* a experiência das associações de vizinhos de Madri. *2*ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980b.

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital*: Crise do Marxismo e Mudanças no Projeto Político dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). 549f. Tese de Doutorado. Niterói/RJ, Universidade Federal Fluminense, 2005.

DANTAS, André Viana. *Do Socialismo à Democracia*: dilemas da classe trabalhadora no brasil recente e o lugar da reforma sanitária brasileira. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PPGESS-UFRJ, 2014.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, nº 4, p. 11-23, abril/1984.

FERNANDES, Luís. Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira parte – As principais Interpretações Ocidentais). *BIB.* Rio de Janeiro, n. 38, 2º Semestre, p. 15-49, 1994.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. 9ª Ed. São Paulo, Edições Loyola, [1997] 2011.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna.* São Paulo: Edições Loyola, [1989] 2009.

IASI, Mauro Luis. *O Dilema de Hamlet*: o ser e o não ser da consciência. São Paulo: Viramundo, 2002.

________. *As Metamorfoses da Consciência de Classe*: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, [1900] 1999.

MARTINS, Caio. *Teorias dos Novos Movimentos Sociais e Lutas de Classes*: Uma Leitura Crítica de Sua Influência no Brasil. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PPGESS-UFRJ, 2016.

MARX, K. *O Capital.* Livro Primeiro: Crítica da economia política. Volume 1. São Paulo: Nova Cultural, [1867] 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT? In: SADER, Emir (Org.). *E Agora PT?* Caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PERRUSO, Marco Antonio. A Temática dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil dos Anos 1970/80. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 4, p. 32-56, 2012.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Socialdemocracia.* São Paulo: Companhia das Letras, [1985] 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. 7ª Edição. Porto (Portugal), Edições Afrontamento, 1999.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

TOURAINE, A. *O Pós-Socialismo.* São Paulo: Editora Brasiliense, [1988] 2004.

O LUGAR DO PROLETARIADO NA CONTROVÉRSIA EM TORNO DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR

Elias Moreira

Durante nossos trabalhos nos cursos de História das Revoluções Socialistas pelo Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de maio[1], havia sempre uma transição crucial no processo pedagógico de estudos e reflexões à qual dávamos especial atenção: o momento das derrotas. Por exemplo, a derrota da revolução de 1905 na Rússia e da alemã de 1918; os fracassos das insurreições dos anos 1920 na China; o fracasso da greve geral insurrecional de 1958 em Cuba e a queda do governo de Salvador Allende em 1973 no Chile, por meio de um violento golpe militar. Nesse ponto, os revolucionários faziam a si mesmos uma pergunta fundamental, que transformamos em questão obrigatória aos estudantes dos cursos: por que fomos derrotados?

A eleição da chapa Lula/José de Alencar para a presidência da República em 2002, guardada as devidas proporções, parece ter iniciado uma dessas transições. Esse acontecimento foi, ao mesmo tempo, a expressão de uma inequívoca vitória e de uma contumaz derrota – contradição exposta a partir das "Jornadas de Junho" de 2013, uma onda de protestos espontâneos que demonstrou a frustração da população com os sucessivos governos petistas, dos quais esperava a solução de seus principais problemas econômicos e sociais, e também revelou o fim da "paz social", a saber, da capacidade do governo Democrático e Popular de conter a insatisfação popular e a luta de classes por meio do pacto com o grande capital monopolista[2]. O *impeachment* da Presidenta Dilma em 31 de agosto

---

[1] Trata-se do Núcleo de Educação Popular 13 de maio, atualmente FNM 13 de maio (Fórum Nacional de Monitores) que oferece um programa de cursos de aprofundamento para os trabalhadores, desde a segunda metade dos anos 1980, do qual o curso *A História das Revoluções Socialistas* é parte integrante.

[2] Em artigo para o blog da Boitempo Mauro Iasi (2015) escreveu, referindo-se aos defensores do governo Dilma: "O paradoxo deste setor governista é que precisa mobilizar os segmentos que são brutalmente atingidos pelo governo que precisa ser defendido" [...]. (Iasi, Mauro. Três Crises...Falta Uma. 12.8.2015). Disponível em http://blogdaboitempo.com.br/2015/08/12/tres-crises-falta-uma/ acesso em 16t/8/2015.

de 2016 deu o tom de drama ao desfecho deste processo iniciado em junho de 2013.

Em abril de 2015, tivemos acesso a uma primeira síntese no sentido de responder à pergunta fundamental para os revolucionários brasileiros do último período histórico (1980-2015): por que fomos derrotados? Ela foi formulada por Luiz Carlos Scapi no dia 18 de abril de 2015, seguindo a trilha aberta por ele próprio e por Mauro Iasi em reflexões e trabalhos anteriores[3].

Seguindo o caminho aberto por aquela síntese, no Rio de Janeiro, estudantes de pós-graduação da UFRJ e monitores do NEP 13 de Maio transformaram alguns dos elementos fundamentais da tese da hegemonia desta estratégia em objeto de estudos. A partir desses estudos sobre a fundamentação da Estratégia Democrático-Popular, pensamos que, no campo teórico, suas duas colunas mestras são as teses da democracia como valor universal e do protagonismo dos assim chamados movimentos sociais na construção do socialismo. Os resultados preliminares de nossas observações nos levaram à hipótese de que a segunda tese contém um elemento que, ao que tudo indica, pode ser "a pedra angular, aquela que os construtores rejeitaram", a saber, uma mudança na compreensão do papel do proletariado na luta pelo socialismo, no processo revolucionário socialista. "Os formuladores da Estratégia Democrático-Popular abandonaram, aos poucos, a defesa do protagonismo do proletariado na revolução socialista, lhe atribuindo um papel cada vez mais secundário" (SCAPI. 2015). Por fim, essa estratégia terminou por considera-lo apenas mais um dos tantos sujeitos da luta pelo socialismo.

Decidimos, no estudo que embasa este texto, partir de outros pressupostos, considerando que os fenômenos nunca aparecem como são, de fato, em sua essência, e que o que parece mais concreto e verdadeiro aos olhos, na imediaticidade da certeza sensível, pode ser o mais falso e impreciso (HEGEL, 1999: p. 347-348).

No Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx afirma que não devemos explicar as ideias e o modo como os homens adquirem consciência das contradições de sua época, e agem para

---

[3] Scapi é um dos responsáveis pelo programa de formação de monitores do NEP 13 de Maio, e é um dos monitores do curso *A História do Movimento Operário Brasileiro*, também ministrado nos espaços do NEP 13 de Maio. O conteúdo da Palestra está disponível em DVD. nº 10.0.10240.16384: *Do Democrático Nacional ao Democrático Popular: A Hegemonia da Estratégia Democrática Popular no Brasil.*

solucioná-las, pelo seu pensamento e opinião, mas sim pelas relações materiais estabelecidas por estes mesmos homens.

> [...] assim como não se julga um indivíduo a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção [...]. (MARX. 1978. p. 130)

Enfim, para nós, a realidade objetiva em movimento deve ser a matéria prima da análise, afinal não é o filósofo que filosofa, mas sim a realidade que filosofa no filósofo. “A filosofia não se realiza, é o real que ‘filosofa’ que encontra na filosofia tanto a forma histórica de uma tomada de consciência como a forma ideológica da *práxis* [...]” (KOSIK, 1986: p. 152).

Porém, antes de imergir na realidade material e na teia dos acontecimentos, vale apresentar alguns dos pressupostos com os quais trabalhamos neste texto. Consideramos que a crítica da tese da democracia como valor universal, absolutamente necessária e urgente, foi realizada por Victor Neves (2016a), ao estudar o pensamento de Carlos Nelson Coutinho, que para Neves expressa elementos-chave do concreto pensado de nossa época de derrota histórica do proletariado (2016b). A tese da ampliação da democracia como caminho para o socialismo também foi analisada e criticada por Stefano Motta (2016) em seus estudos de doutorado[4]. Uma análise da influência da tese do protagonismo dos movimentos sociais na construção do socialismo também já foi realizada por Caio Martins (2016) em seus estudos de doutorado.

Outro pressuposto com o qual trabalhamos neste capítulo é que para correntes expressivas da EDP teria ocorrido uma perda do protagonismo do proletariado, o que parece ter se refletido, em tais organizações, na combinação de dois aspectos. São eles: 1. manutenção da defesa do socialismo em seus programas e

---

[4] Cabe aqui um comentário sobre as apropriações do pensamento gramsciano neste debate: concordamos com Motta e Neves, mas também com Bobbio (1994), em que os sentidos da interpretação da reflexão carcerária de Gramsci dependem muito do referencial utilizado para cimentar ou conectar os fragmentos de que ela é composta.

documentos; 2. entendimento de que o proletariado não é o protagonista da revolução ou da construção do socialismo na conjuntura atual. Destacamos na esquerda petista atuante na Frente Brasil Popular (FBP), a tendência Articulação de Esquerda (AE), que tem formulação sobre a questão e defende a retomada do programa democrático e popular. Há também a posição de setores do PSOL, mais especificamente a leitura de Plínio de Arruda Sampaio Junior, crítico da Estratégia Democrático-Popular.

Em relação à "esquerda petista socialista", a família Pomar[5], referência teórica do bloco FBP, reconhece o protagonismo do proletariado, principalmente do proletariado industrial, mas afirma que, no Brasil, ele teria perdido força devido à desindustrialização iniciada nos anos 1980, e que, por isso, seria necessário implantar uma forte política industrial para que este segmento da classe se fortalecesse e voltasse a liderar todos os trabalhadores na luta pelo socialismo. No campo da esquerda socialista não petista, Sampaio Junior (2016), crítico da Estratégia Democrático-Popular, intelectual vinculado ao PSOL, afirma que o sujeito da revolução brasileira são os pobres e o povo. Como a família Pomar, entende que o Brasil está desindustrializado, que o "*Brasil não tem indústria*", foi "*recolonizado*", transformando-se praticamente numa plataforma de exportação de *commodities*, "*numa feitoria incapaz de dar sustentação, dentro da lógica capitalista, à reformas sociais significativas para o povo brasileiro*"[6].

Analisaremos as resoluções do 2º Congresso e 8º Encontro Sindical da Articulação de Esquerda (AE) e escritos de Sampaio Junior nos quais faz a crítica aos governos petistas e à estratégia democrático-popular. Não trataremos, neste capítulo, das formulações e das correntes da esquerda revolucionária que continuam defendendo o protagonismo do proletariado na construção do socialismo. Por fim, faremos uma descrição sucinta do contexto histórico que possibilitou a consolidação da tese de perda do

---

[5] Wladimir (pai), Pedro e Valter (filhos), militantes da esquerda petista socialista e principais formuladores das teses do 2º Congresso da AE (Articulação de Esquerda, corrente do Partido dos Trabalhadores) e da Resolução A Classe Trabalhadora e a Industrialização, que contém a tese descrita por nós sobre o papel do proletariado na construção do socialismo.

[6] *Uma Crítica à Estratégia Democrático e Popular: Acertar as contas com o PT*. Trata-se de palestra de Plínio de Arruda Sampaio Junior, promovida pela Pastoral Operária de São Paulo no dia 3/07/2016 na Casa da Solidariedade, SP.

protagonismo do proletariado e uma análise preliminar da tese da desindustrialização, apontando alguns dados quantitativos relativos à indústria e ao crescimento relativo e absoluto da população trabalhadora empregada no Brasil. Nosso recorte para a reflexão e análise recai sobre o campo da esquerda que mantém a perspectiva do socialismo em suas formulações teóricas e nos programas de suas agremiações políticas.

ADEUS AO PROLETARIADO?

O contexto histórico que possibilitou a consolidação da tese da perda do protagonismo do proletariado, que também aparece como perda da centralidade do trabalho, perda de seu *status* enquanto categoria sociológica explicativa chave, no qual essa tese passou a compor o senso comum, pode ser assim resumido: fim das experiências do socialismo realmente existente, cujo maior símbolo foi a queda do muro de Berlin em 1989, e logo em seguida o fim da União Soviética em 1991; processo de implantação das tecnologias informacionais, a saber, introdução da automação e informatização nos processos de produção combinados com a reorganização dos processos de trabalho, com predominância do chamado toyotismo, processo este denominado reestruturação produtiva[7]; violento ataque às condições de vida, trabalho e salário do proletariado, por meio do desmonte das conquistas de viés socialdemocrata nos países imperialistas onde elas haviam se estabelecido, dos processos de privatização, de abertura das economias – tudo isso tendo ocorrido de modo ainda mais drástico nas economias subordinadas do sistema capitalista; aprofundamento da internacionalização da produção e circulação do capital e intensa liberação da especulação internacional; ampliação da liberdade do *capital dinheiro, capital monetário,* que levou economistas, como Chesnais (1996), por exemplo, a elaborar categorias tais como financeirização e mundialização do capital para expressar este fenômeno.

---

[7] Ver estudo de Paulo Sérgio Tumulo (tese de doutorado) publicado sob o título: *Da contestação à Conformação: A formação da CUT e a Reestruturação Capitalista*, que trata da assim chamada reestruturação produtiva e de seus efeitos nas relações de trabalho, no processo de acumulação de capital e na prática de formação da Central Única dos Trabalhadores.

Como consequência desse processo, os índices de desemprego se elevaram em muitos países, ao mesmo tempo em que a proteção social se deteriorava. Hayek parecia coberto de razão ao afirmar, de acordo com Mészáros (2000. p. 190/91), que a "*salvação do proletariado era o capitalismo*" (grifo meu). Como Margareth Thatcher, em posição que parecia confirmada até mesmo pelas medidas tomadas por Gorbachev na então URSS, Hayek afirmava não haver alternativa ao capitalismo. Nesse contexto, a sociologia elaborou uma categoria que se transformou em senso comum: desemprego estrutural.

Os defensores do capitalismo, em virtude da chamada reestruturação produtiva, do fim das experiências socialistas, por meio de estudos e propaganda, contribuíram decisivamente para consolidar a ideia de que os processos de informatização, automação e uso dos robôs substituiriam o trabalho humano na produção de capital e do lucro. Alguns intelectuais passaram à afirmação categórica de que a teoria do valor-trabalho perdera a razão de ser, e que a sociedade industrial havia sido superada pela sociedade da informação ou pós-industrial. O trabalho teria perdido a centralidade, não seria mais uma categoria sociológica explicativa chave, nem forjaria uma alternativa societal válida para substituir a sociedade capitalista. De acordo com Tumolo (2016), Habermas, Gorsz, Offe e Schaff são as maiores referências teóricas deste entendimento da perda de centralidade da categoria trabalho no final do século XX. Para esses pensadores, teses centrais de Marx, Engels e Lênin (enfim, dos comunistas), bem como sua *práxis*, deveriam ser esquecidas ou abandonadas. A derrubada das estátuas de Lenin, Marx e outros na União Soviética e no Leste Europeu parecia dar peso de realidade concreta a esta tese.

Ao mesmo tempo em que o nariz de metal daquele que os comunistas chamavam de "o grande camarada Lênin" se encontrava com o chão dos asfaltos das grandes cidades da ex- União Soviética, e que a maioria dos partidos comunistas trocava de nome, as ideias da perda da centralidade do trabalho e de que a classe operária desapareceria, de que a riqueza e a produção teriam finalmente se libertado do trabalho vivo e ganho "vida própria", ganhavam força também no campo da esquerda[8].

---

[8] Foi nesse contexto que James Petras (1990) escreveu um artigo com um título emblemático: *Os Intelectuais em Retirada.*

Rapidamente, parte importante dos segmentos da sociedade brasileira identificados com a luta dos trabalhadores incorporou em seu vocabulário termos e conceitos (e, com eles, táticas) tais como: desemprego estrutural, negociação e pacto social como solução para salvar os empregos, a democracia como valor universal, fim do socialismo e do comunismo e a tese segundo a qual, a partir de então, as reformas e a democracia seriam o principal objetivo do movimento socialista. A aceitação pouco crítica destes conceitos e posições pelo movimento operário nos parece estar diretamente relacionada à aceitação da tese da perda do protagonismo do proletariado na luta pelo socialismo, de modo que o ensaio de André Gorz de 1980 parecia ter antecipado "a verdade" dos anos 1990: *Adeus ao Proletariado*. A burguesia conquistara a hegemonia, pois, além de controlar os meios de produção e os aparelhos de coerção, o Estado, convencera a classe operária a pensar e agir de acordo com sua concepção de mundo, a aceitar a dominação burguesa como legítima.

Boa parte da esquerda, no contexto histórico a que acabamos de nos referir, viu seus intelectuais, que ainda defendiam o socialismo como opção, entregar ao proletariado o papel de figurante, no máximo coadjuvante, ou seja, apenas mais um dentre os tantos sujeitos da luta pelo socialismo. Consideramos que faz-se necessária a análise de alguns elementos da base material que dão sustentação a essa certeza sensível, a essa percepção do senso comum e também de alguns dos formuladores da esquerda socialista.

ESQUERDA SOCIALISTA E PROTAGONISMO DO PROLETARIADO

A categoria desindustrialização aparece frequentemente nos textos e discursos dos estudiosos que advogam a perda da força explicativa da teoria do valor-trabalho e da centralidade do proletariado no processo de enfrentamento ao ordenamento social burguês. O significado da categoria costuma ser o seguinte: trata-se da diminuição do percentual de participação da indústria de transformação ou da indústria em geral no valor global da produção da riqueza de determinado país ou território. Redução que vem acompanhada de queda do percentual do valor agregado e do número de empregados da indústria, da diminuição da quantidade

de indústrias e do grande crescimento do setor de serviços. Michael Roberts (2016), um crítico do capitalismo, escreve:

> Observa-se no mundo uma maior automatização do trabalho, o que vem provocando um decaimento da força produtiva industrial, isto é, a desindustrialização[...]. O crescimento dos empregos está desacelerando e a automatização está tomando conta [...]

De acordo com os estudos de Guerrero (2014: p. 11-14), podemos afirmar que existem pelo menos três definições para o fenômeno desindustrialização: 1. há estudiosos para os quais ela aparece como queda do emprego e da produtividade da indústria; 2. há os que a definem como a tendência natural de queda da participação da indústria na totalidade do emprego de um determinado país, o que não significa queda da produtividade neste setor – ao contrário, ela seria sinônimo de desenvolvimento tecnológico e aumento da renda *per capita*, que diminuiriam a demanda do setor industrial e induziriam o crescimento do setor de serviços em virtude da melhoria dos padrões de consumo da população; 3**.** há aqueles que compreendem esse fenômeno como expressão da queda do valor adicionado da indústria na riqueza global de um determinado país, acompanhada da redução do número de empregos no setor, como parâmetro para aferir a desindustrialização.

Muitos economistas e intelectuais brasileiros, na universidade e em institutos, centros de pesquisa e agências de estudos e assessoria, concordam com a tese da desindustrialização do país. Entretanto, nosso interesse sobre o tema está relacionado à compreensão e à leitura dos representantes da esquerda socialista sobre a questão, como é o caso de Plínio de Arruda Sampaio Junior, Wladimir e Valter Pomar, que adotaram a tese da desindustrialização no Brasil e a localizaram a partir dos anos 1980. Entendemos que neste debate está uma das questões mais importantes para a reflexão em torno de nosso objeto de estudos, e para o inventário da Estratégia Democrático-Popular.

A tese da família Pomar, expressa pela organização política *Articulação de Esquerda*, trata a desindustrialização como redução do valor agregado da indústria, devido à queda da capacidade produtiva e do número de trabalhadores empregados. É o que verificamos ao analisar as resoluções da 8ª Conferência Sindical Nacional e do 2º

Congresso da Corrente Articulação de Esquerda (AE), realizados do dia 2 a 5 de abril de 2015, nas quais encontramos a posição oficial da tendência sobre a situação econômica do Brasil, principalmente da indústria, e sobre as possíveis soluções para o Brasil.

A avaliação da AE no Congresso era que, em 12 anos de governo petista, não se haviam implementado as reformas estruturais necessárias para retirar o controle dos grandes grupos econômicos transnacionais sobre a economia brasileira. As resoluções aprovadas mostraram o entendimento da corrente segundo o qual a Presidente Dilma, no início do seu segundo mandato, havia feito uma opção de política econômica que priorizava o capital financeiro em detrimento da produção e, portanto, da indústria. A possibilidade de sucesso do projeto petista, na visão dos congressistas, é descrita a seguir:

> Uma das condições de êxito de nosso projeto é a retomada do crescimento econômico, com ênfase no fortalecimento da capacidade industrial do Brasil. Trata-se de *reverter o quadro de desindustrialização e desnacionalização*, construindo uma forte cadeia de empresas estatais e públicas nos setores econômicos estratégicos, para induzir o crescimento a partir de uma perspectiva de desenvolvimento democrático e popular. Em termos práticos, isso demanda: 1) *redução nas taxas de juros, para estimular investimentos produtivos*; 2) *taxas de câmbio administradas, que elevem a competitividade dos manufaturados brasileiros no mercado internacional e não prejudiquem a importação de bens de capital para a indústria*; 3) *reforma tributária que* taxe fortemente o capital entesourado e as heranças, *estimule o capital produtivo e desonere os rendimentos do trabalho*; 4) aplicação firme das leis contra a formação de cartéis, oligopólios e monopólios e contra as ações corruptoras dessas corporações; 5) *criação de empresas estatais que induzam os setores privados, principalmente médios e pequenos, a produzir* ciência, tecnologia e inovação, adensar as cadeias produtivas nacionais e realizar um crescimento ampliado da produção industrial e agrícola; 6) ampliar a produção de alimentos, através de mudanças na política agrícola e na estrutura agrária; 7) melhorar as condições de vida da maior parte da sociedade, especialmente fortalecendo econômica,

> política e culturalmente a classe trabalhadora assalariada. (RESOLUÇÕES, 2º CONGRESSO DA AE, 2015[9] – grifos meus)

As resoluções da 8ª Conferência Sindical indicavam os anos 1980 como o recorte temporal para o início do processo de desindustrialização no Brasil. Comparando os índices de participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB), no valor adicionado da economia brasileira, em diferentes momentos históricos, consideravam encontrar aí a perda do poder da indústria e apontavam, além do fenômeno da desindustrialização, a desnacionalização e a financeirização, ou priorização do capital financeiro em detrimento do capital produtivo nacional, como resultados negativos das políticas macroeconômicas brasileiras a partir dos anos 1980. É o que podemos ler nas resoluções abaixo:

> 7.6. *A partir dos anos 1980, a indústria de modo geral e a de transformação em particular vem reduzindo a sua participação no PIB.* 7.7. *Política de juros altos, câmbio valorizado e uma "modernização" e reestruturação em que tão somente trocaram homens e mulheres por máquinas, sem qualquer expansão do parque industrial,* levaram o país ao quadro atual. 7.8. Como resultado deste processo, que não sofreu reversão nos últimos anos, em que pesem as propostas de retomada de uma política industrial nos governos Lula e Dilma, chegamos em 2013 aos menores níveis desde 1947. *Segundo dados do IBGE a participação da indústria de transformação no valor adicionado da economia brasileira, próxima de 20% em 1947, em 2013 atingiu 13,13%.* 7.9. Alertam o Dieese e os economistas progressistas que é condição fundamental, para o sucesso de uma política industrial, *uma política macroeconômica de juros baixos que estimule investimentos produtivos e câmbio ajustado a fim de fortalecer a indústria nacional* [...] 7.10. Desenvolvimento com distribuição de renda, avanços nos serviços públicos, fortalecimento político e econômico da classe trabalhadora assalariada — *tudo isso depende da superação dos graves problemas estruturais por que passa a indústria no Brasil, em processo de desnacionalização e desindustrialização* com consequências nefastas para o país. (RESOLUÇÕES, 8ª CONFERÊNCIA SINDICAL DA AE, 2014)

---

[9] Disponível em: www.pagina13.or.br/2o-congreso- da-ae/2o-congresso-dea-aeresolucao-sobre-a-classe-trabalhadora-eandustrializacao#.WVHN7IBnJ3qA (Aprovada em 5 de abril de 2015 e publicada no dia 14 de Abril). Acesso 9.1.2017.

Os pontos que vêm de ser expostos carregam elementos que permitem alimentar esperanças numa possível aliança com a burguesia nacional anti-imperialista, essa que havia sido uma tese central do PCB durante o período histórico anterior ao liderado pelo PT, no qual a estratégia nacional e democrática fora hegemônica. A tese segundo a qual o Brasil estaria vivendo um período de desindustrialização e desnacionalização, bem como a proposta de incentivo ao capital produtivo nacional, são elementos dessa possiblidade, levando à "coincidência" estre as estratégias nacional-democrática e democrático-popular[10].

Também é possível encontrar uma grande semelhança entre a proposta de Caio Prado Junior (1978) e o conteúdo da Resolução do 2º Congresso da AE, que propõe medidas para reverter a desindustrialização e a desnacionalização e melhorar as condições de vida do povo e dos trabalhadores brasileiros.

Note-se que ao refutar a defesa incondicional de uma aliança do proletariado com uma suposta burguesia nacional anti-imperialista, Caio Prado Junior (1978), com muita propriedade, demonstrou que a burguesia brasileira era, na verdade, aliada e parceira do imperialismo, ao contrário do que pensavam os formuladores da Estratégia Nacional-Democrática. Entretanto, afirmou que o Brasil ainda não estaria preparado para o socialismo, necessitaria de uma política econômica que criasse as condições para sua implantação. Para ele, o objetivo da Revolução Brasileira deveria ser, naquela conjuntura (1960 e 1970), incentivar as atividades produtivas e controlar a livre inciativa privada:

> Há de essencialmente se atacar a reforma do sistema a fim de impulsionar o seu funcionamento no sentido do desenvolvimento geral e sustentado. É do aumento da demanda solvável, e sua articulação com as necessidades gerais e fundamentais do país e de sua população, que se há de partir para incentivo às atividades produtivas que em seguida

[10] De acordo com Victor Neves (2016a), a Estratégia Nacional-Democrática e a Estratégia Democrático-Popular são complementares, são os dois lados da mesma moeda, pois assumem que o capitalismo nacional precisa ser fortalecido ou completado para que a luta pelo socialismo entre na ordem do dia. Esse seria um dos principais fundamentos da defesa da democracia como caminho para se chegar ao socialismo.

> incentivarão a demanda. Não é possível, repetindo o ocorrido no desenvolvimento capitalista originário, ir no sentido contrário, isto, é da produção para o consumo e a demanda [...] Não se pretende com isso eliminar a inciativa privada, e sim unicamente a *livre* inciativa privada que, esta sim, não se harmoniza com os interesses gerais e fundamentais do país e da grande maioria de sua população, por não lhes assegurar suficiente perspectiva de progresso e melhoria de condições de vida (PRADO JUNIOR, 1978. 164-165)

A essência de sua proposta pode ser vista nas resoluções da AE. A saber, a livre inciativa deve ser controlada e direcionada pelo Estado através da combinação de políticas que resulte em incentivo ao investimento privado em capital produtivo[11]. Nossa hipótese sobre a possibilidade de retorno de elementos da tese da Estratégia Nacional-Democrática parece confirmar-se, especialmente quando consideramos a resolução específica sobre a questão da desindustrialização e do papel do proletariado industrial na luta pelo socialismo e na conjuntura atual.

Já no ano anterior ao 2º Congresso da Corrente, Wladimir Pomar, num artigo para a Revista Esquerda Petista (AE), sob o título *O proletariado moderno,* havia escrito que a fração industrial do proletariado tinha sido prejudicada pela estagnação econômica iniciada nos anos 1980, que teria atingido brutalmente milhões de camponeses que foram expulsos das terras agrícolas e transformados em assalariados urbanos, e que tiveram sua condição de vendedores de força de trabalho prejudicada "pela destruição dos parques industriais e da economia do país" (VLADIMIR POMAR. 2014. p. 34.). Pomar escreve ainda que

> a política neoliberal produziu no Brasil, um país capitalista ainda subdesenvolvido, e nos Estados Unidos e na Europa, países capitalistas avançados, tanto desindustrialização, quanto

[11] 5) Criação de empresas estatais que induzam os setores privados, principalmente médios e pequenos, a produzir ciência, tecnologia e inovação, adensar as cadeias produtivas nacionais e realizar um crescimento ampliado da produção industrial e agrícola; 6) ampliar a produção de alimentos, através de mudanças na política agrícola e na estrutura agrária; 7) melhorar as condições de vida da maior parte da sociedade, especialmente fortalecendo econômica, política e culturalmente a classe trabalhadora assalariada. (2º CONGRESSO DA AE. 2015. Cajamar-SP)

> desemprego e fragmentação da fração industrial da classe operária (*loc. cit.*).

Pomar afirma que isso levou muitos analistas a decretar o fim do operariado industrial, o que seria incorreto – o que teria ocorrido seria a perda de seu protagonismo. O entendimento de Valter Pomar é idêntico ao de Wladimir Pomar. Ele afirma que, devido ao processo de desindustrialização e desnacionalização que teriam ocorrido no Brasil a partir dos anos 1980, "nossa estratégia e nosso programa são inviáveis, se não houver um grande crescimento (absoluto e relativo, quantitativo e qualitativo) da indústria" (POMAR, 2015. Informação verbal [12]). Trata-se da reafirmação do conteúdo das resoluções que vimos discutindo, que onde se afirma a perda do protagonismo do proletariado e a necessidade de sua retomada, referindo-se, mais especificamente, ao proletariado industrial.

Vejamos:

> Os trabalhadores assalariados jogam um papel diferenciado na luta pelo socialismo, assim como nas experiências de construção do socialismo [...] Assim como a classe dos capitalistas possui frações internas, também a classe dos trabalhadores assalariados possui diferentes segmentos internos. Entre os segmentos, podemos citar:
> 1. A juventude trabalhadora; 2. As mulheres trabalhadoras; 3. Os trabalhadores negros e negras; 4. Os trabalhadores do setor público; 5. Os trabalhadores do setor de serviços; 6. Os trabalhadores agrícolas; 7. O operariado industrial etc. A experiência histórica demonstra que, a depender da conjuntura, um ou outro setor da classe trabalhadora ganha maior importância política; mas, no longo prazo, há um setor da classe trabalhadora que se destaca: *o operariado industrial. A importância destacada do operariado industrial deve-se no fundamental ao papel estratégico que a indústria joga no capitalismo.* Os países capitalistas mais poderosos são aqueles que possuem liderança industrial e tecnológica. *No longo prazo, o crescimento da produtividade reduz o peso relativo da indústria na economia. Mas não reduz sua liderança* [...] por isso, é preciso reverter o processo ocorrido desde os anos 1980 no Brasil, processo que resultou numa redução no peso absoluto e

[12] Depoimento de Dirigente Sindical da Articulação de Esquerda (AE) em 26.12.2016.

> relativo da indústria na economia brasileira, mas também uma perda de liderança da indústria no conjunto da economia nacional. Essa desindustrialização afetou tanto a economia nacional quanto o tamanho e a influência do operariado industrial e, portanto, a força do conjunto da classe trabalhadora [ ] (RESOLUÇÕES, 2º CONGRESSO DA AE, 2015 – grifos meus)

De outra posição, enquanto crítico da Estratégia Democrático-Popular, Plínio de Arruda Sampaio Junior tem, entretanto, uma avaliação semelhante à da família Pomar em relação à economia e à indústria no Brasil. No dia 3 de julho de 2016, durante uma palestra proferida em São Paulo, após afirmar que a esquerda brasileira precisa acertar as contas com o PT, explicou que, em sua opinião, o Brasil vive hoje uma paralisia da economia, estando diante de "uma crise do padrão de dominação" articulado pelas classes dominantes no último período histórico[13]. Do seu ponto de vista, "estamos num período de mudanças", que "estão inscritas na realidade". Estaríamos diante de "uma crise do padrão de acumulação brasileira, influenciada pela crise internacional, a maior crise capitalista da história". Em tal situação, "o Brasil sacrificou sua indústria e tornou-se comercial", o que o colocaria na condição de neocolônia, pois o Estado Nacional teria perdido sua margem de independência, de soberania.

> O comércio internacional parou e o Brasil parou no longo prazo, o ajuste consiste em adequar a economia brasileira à sua nova posição na divisão internacional do trabalho, o que coloca no horizonte a necessidade de aumentar o grau de especialização das forças produtivas, rebaixar o nível tradicional de vida dos trabalhadores, adaptando-o à condição mais precária de uma economia primário-exportadora, e reduzir a soberania do Estado nacional (SAMPAIO JUNIOR. 2016a).

Sampaio Junior afirmou ainda, em sua palestra, que a indústria não existiria mais no Brasil, e que o país estaria desindustrializado. Para ele, a exposição à concorrência externa seria

---

[13] As citações de Sampaio Junior que aparecem sem o número de página correspondem a anotações de aulas e textos específicos para aulas na UNESP de São Paulo, para o curso *Teorias da América Latina e a crítica ao Programa Democrático Popular* (2016), e sua palestra promovida pelo Cursinho Popular Vito Gianotti no dia 3 de julho de 2016.

responsável por rebaixar ainda mais a economia brasileira e o papel do país na divisão internacional do trabalho.

> Após décadas de crescente exposição à fúria da concorrência global, a economia brasileira sacrificou os elos estratégicos de seu sistema industrial e comprometeu a eficácia de seus centros internos de decisão, ficando sem meios objetivos e subjetivos para colocar em prática uma política econômica capaz de defender os interesses nacionais. *Sem mecanismos endógenos de expansão da demanda agregada, a mola propulsora do crescimento depende de fatores exógenos à economia nacional. Nessas condições, enquanto o comércio internacional permanecer deprimido, não há como recuperar de maneira sustentável o processo de geração de renda e emprego.* Ao relegar o Brasil a uma posição rebaixada na divisão internacional do trabalho, a "integração profunda", comandada pelos Estados Unidos, deve agravar ainda mais a dependência comercial do país em relação à expansão da demanda de produtos agrícolas e minerais no mercado internacional. (SAMPAIO JUNIOR. 2016b – grifos meus).

Para Sampaio Junior (2016a e 2016b) o Brasil vive uma regressão das forças produtivas, se especializando em *comodities,* o que significaria uma espécie de reversão neocolonial. Vejamos:

> A abstração dos condicionantes estruturais que determinam a forma específica de funcionamento da economia brasileira impede a percepção dos interesses estratégicos, internos e externos, responsáveis pela continuidade da dupla articulação e seus efeitos perversos sobre a capacidade de a sociedade nacional controlar os fins e os meios do processo de incorporação de progresso técnico. Perdem-se *os elos inextricáveis entre presença dominante do capital internacional, vulnerabilidade externa estrutural, desindustrialização e especialização regressiva das forças produtivas.* Desaparecem os *nexos entre burguesia dos negócios, especulação mercantil e financeira* como base da acumulação capitalista, *dependência estrutural da exportação de commodities e revitalização do latifúndio e do extrativismo — estruturas típicas da economia colonial.* Por fim, a opção por ficar na superfície dos fenômenos impede que se vejam os *vínculos indissolúveis entre burguesias rentistas, discriminação contra o investimento produtivo, ajuste*

> *fiscal permanente, limites estruturais à expansão do mercado interno* e precariedade das políticas públicas. Sem colocar em evidência os poderosos interesses burgueses externos e internos que devem ser enfrentados para que se possam abrir novos horizontes para o desenvolvimento, os neodesenvolvimentistas ficam presos ao fim da História. (SAMPAIO JUNIOR, 2012 – grifos meus).

De acordo com Sampaio Junior (2016a), investir em capital produtivo seria uma das medidas fundamentais para a reversão do processo de desindustrialização, que tornaria o Brasil soberano e criaria as condições necessárias para a solução de seus graves problemas sociais e de dependência e subordinação ao capital internacional. Em sua opinião, Lula (e seu neodesenvolvimentismo) seria um dos responsáveis da crise pela qual vem passando o Brasil, principalmente por omitir os efeitos da crise mundial no processo de destruição da indústria brasileira e de reversão a economia agroexportadora, o que não deixaria espaço para uma alternativa verdadeiramente desenvolvimentista – daí a crise do projeto Democrático e Popular. Nas palavras de Sampaio Junior:

> Ao omitir as terríveis contradições geradas pela crise econômica mundial, o neodesenvolvimentismo não precisa explicar os nexos inexoráveis entre o crescimento econômico impulsionado pela bolha especulativa global, a revitalização da economia exportadora baseada no latifúndio e no extrativismo, *o avanço irreversível da desindustrialização* e o espectro de uma crise cambial e financeira de dimensão cataclísmica como *desfecho inexorável da farra especulativa* financiada pela entrada indiscriminada de capital internacional (SAMPAIO JUNIOR. 2012)

Sampaio Junior (2016) entende que as mudanças no Brasil passam pela recuperação da soberania do Estado Nacional, reversão do processo neocolonial, reversão da desindustrialização e, portanto, recuperação da indústria nacional, e pelo socialismo. Na sua visão, há que se realizar um conjunto de reformas que desemboquem no socialismo, que é o objetivo estratégico. *O autor busca fazer a crítica da estratégia democrático-popular, mas permanece preso a alguns de seus pressupostos*, como se vê na passagem a seguir:

> De acordo com a interpretação de três dos maiores pensadores do Brasil - Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado - o capitalismo dependente já não tem mais nada a oferecer à população brasileira. [...] A visão destes grandes intérpretes de que o processo de formação do Brasil contemporâneo está ameaçado é tanto mais grave porque perfeitamente condizente com o que se observa no dia-a-dia da sociedade. Afinal, quem com um mínimo de lucidez e boa-fé é capaz de ignorar as evidências de progressiva desorganização econômica, acelerada decomposição do tecido social, assustadora exacerbação das rivalidades interregionais e dramático colapso da capacidade de intervenção do Estado? O desaparecimento dos setores estratégicos do parque produtivo, o crescimento vertiginoso do subemprego e do desemprego aberto, a crise do pacto federativo, a corrupção como sistema de governo e os alarmantes sinais de perda da identidade nacional *são os sintomas mais preocupantes do avançado estado da crise de reversão neocolonial que abala o Brasil* (SAMPAIO JUNIOR, 2016a – grifo meu).

Tanto a família Pomar, pela reafirmação da estratégia democrático-popular (à qual acrescenta o objetivo "socialista"), quanto Sampaio Junior, pela negação, *terminam por recolocar na ordem do dia o coração da estratégia nacional e democrática: as reformas de base (reformas estruturais, em nossos dias) e o investimento pesado no capital produtivo nacional* – supostamente sem aliança com a burguesia nacional, como afirmam em seus textos e programas de governo, bandeiras de luta e análises.

Na resolução da AE, destaca-se a seguinte proposta:

> [...] *Reverter a desindustrialização* cria melhores condições objetivas para a luta por uma programa democrático-popular e socialista; mas esta melhoria nas condições objetivas precisa ser acompanhada da ampliação do nível de consciência, organização e mobilização do operariado industrial e do conjunto da classe trabalhadora. *Dada a natureza do capitalismo no Brasil e a postura dos capitalistas industriais, um novo ciclo de industrialização precisa ocorrer sob comando do Estado e articulado com um programa de reformas estruturais.* (2º CONGRESSO DA AE, 2015, grifos meus).

Em Sampaio Junior (2016), observemos este recorte:

> *As forças políticas comprometidas com o futuro da nação devem transformar a revolução democrática* (a erradicação do regime de segregação social), *a revolução nacional* (a desarticulação da dependência econômica e cultural) *e a revolução socialista* (a ruptura com a modernização dos padrões de consumo e com os valores da concorrência e do individualismo) *nos três principais objetivos da luta política. O ponto de partida dessa caminhada é a eliminação dos privilégios* aberrantes que bloqueiam o acesso do conjunto da população à vida econômica e política do país. Na prática, isso significa transformar a luta por terra, trabalho e teto no eixo de articulação de um novo projeto para o Brasil**.** (SAMPAIO JUNIOR, 2016a – grifos meus).

Para os formuladores da AE e para Sampaio Junior, a reversão do processo de desindustrialização é condição *sine qua non* para a construção do socialismo no Brasil. Ela deve ser induzida pelo Estado, concomitantemente ao programa de reformas estruturais que elimine os privilégios dos grupos dominantes. Trata-se aqui de uma revolução democrática, nacional e socialista.

A julgar pelas análises acima, a redução dos investimentos em capital produtivo e o estímulo à especulação financeira e à produção de *comodities*, a desnacionalização, a reversão neocolonial imposta ao Brasil, seriam as principais causas do fenômeno de desindustrialização, o que, na avaliação dos Pomar, teria minado as forças do proletariado industrial. O investimento em capital produtivo, efetuado ou orientado pelo Estado, com prioridade para o capital nacional, garantindo a retomada da soberania e da autonomia nacionais, seriam não apenas a saída para a reversão do processo de desindustrialização iniciado nos ano1980, mas o primeiro passo insuprimível na construção do socialismo no Brasil.

A Indústria Brasileira e o Proletariado: apontamentos preliminares

Como lemos em Kosik (1986, p. 13), seguindo a famosa formulação de Marx, "se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis". E também o debate teórico.

Pois bem: é possível analisar o comportamento dos índices de participação da indústria de transformação e da totalidade da

indústria no PIB nacional, comparado à quantidade de riqueza material criada neste setor da economia, nos períodos apresentados pelos defensores da tese da desindustrialização, inferindo daí tendências diversas daquelas afirmadas por eles.

De acordo com dados levantados pela FIESP e DIEESE[14], em 1947 o percentual de participação da Indústria de Transformação (IT) no PIB nacional era 12,1%, atingindo o patamar de 21,8% em 1985, ponto mais alto desta tendência de crescimento. A partir deste ponto ocorreu uma queda constante até chegar a 11,4% no ano de 2015, igualando os índices de 1947. Observamos o mesmo movimento ao acompanhar os índices de participação da totalidade da indústria no valor agregado no PIB nacional[15]. Em 1947, a participação da totalidade da indústria no PIB nacional representava 20%, chegando a 40,6% em 1980, o maior índice da série. A partir de 1980 ocorre o decréscimo desse índice, até cair para 19,9% em 2015.

Se interrompêssemos nossa pesquisa neste ponto, teríamos que concordar com os defensores da tese da desindustrialização. Porém, vamos observar a coisa de outro modo, do ponto de vista da produção de riqueza.

Considerando o percentual de participação da indústria em relação ao PIB de cada ano citado na pesquisa, observamos: em primeiro lugar, 12,1% de participação num PIB de R$ 62 bilhões, em 1947, representava aproximadamente R$ 7,5 bilhões, enquanto 11,4% (o menor índice da série apresentada), no ano de 2015, representava R$ 571 bilhões. Isso significa que o valor[16] adicionado pela IT foi 76 vezes maior em 2015 do que em 1947. Em segundo lugar, se considerarmos o ano do maior índice da série, 1985, com

---

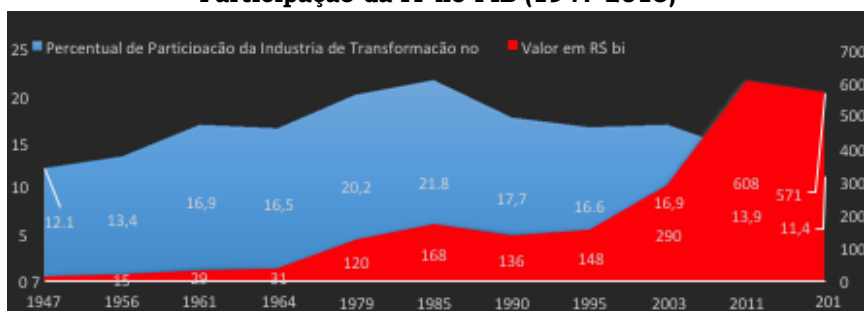
[14] Os indicadores relativos a indústria de transformação e a totalidade da indústria, que aparecem no corpo do texto, foram publicados pela FIESP/CIESP. Panorama da Indústria de Transformação em pdf. 14 .7. 2016 e DIEESE. Nota Técnica. Número 100 – Junho de 2011.

[15] A totalidade da indústria engloba a indústria de transformação, a indústria extrativa mineral, os SIUP (Serviços Industriais de Utilidade Pública: água, eletricidade, tratamento de esgoto e resíduos industriais, limpeza urbana), e a indústria da construção. Sendo assim, os índices de participação da totalidade da indústria no PIB são bem maiores do que os relativos apenas à indústria de transformação.

[16] Toda vez que utilizarmos o termo *valor* para quantidade de dinheiro, estaremos nos referindo a expressão monetária do valor, pois “valor” significa um determinado quantum de trabalho social abstrato, um quantum de trabalho contido nas mercadorias, no sentido utilizado por Marx.

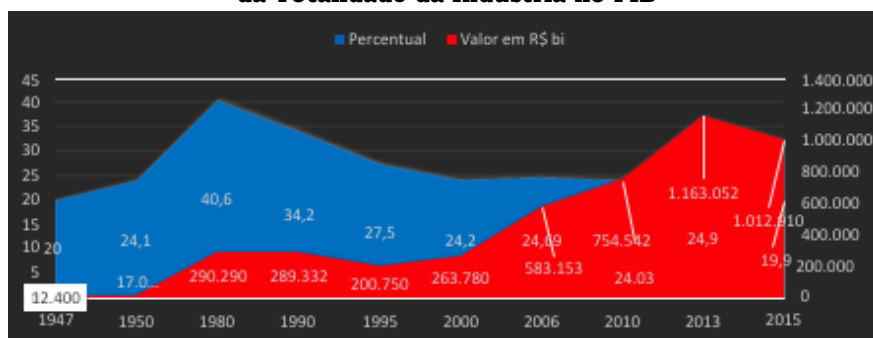
21,8%, e compararmos com o índice mais baixo dos 30 anos que se seguiram, 11,4% em 2015, o resultado é o seguinte: de R$ 168 bilhões em 1985, a participação da IT saltou para R$ 571 bilhões em 2015. Isso significa, em termos absolutos, que o valor adicionado pela IT triplicou no período de 1985 a 2015, período entendido como de crise e estagnação da indústria no Brasil pelos defensores da existência da desindustrialização.

Considerando ainda o recorte temporal da Família Pomar e de Sampaio Junior, os anos 1980, observamos que na década de 1990 houve realmente, em termos absolutos, uma queda dos índices de participação da indústria, acompanhado da queda do valor adicionado. Este valor caiu de R$ 168 bilhões em 1985 para R$ 136 bilhões em 1990. Entretanto, a partir deste ano o valor adicionado da IT volta a crescer em termos absolutos, chegando a R$ 608 bilhões em 2011. Em 2015, mesmo com uma queda de quase R$ 40 bilhões em relação ao ano de 2011, o valor adicionado pela IT foi cerca de 3 vezes superior ao de 1985. A queda do valor adicionado pela IT nos anos 1990 coincide com a crise capitalista do início dos anos 1980, com o processo de abertura da economia brasileira, privatizações, reestruturação produtiva e acirramento da concorrência internacional (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução do Crescimento Absoluto e Relativo da Participação da IT no PIB (1947-2015)

Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE & *bacha_bonelli httpwww.econ.pucrio.brpdfbacha_bonelli.pdf*).

Considerando a totalidade da indústria brasileira, os valores que em 1947 eram de R$ 12,4 bilhões, evoluíram para R$ 290 bilhões em 1980, ano de pico de crescimento absoluto do valor adicionado no PIB. No ano de 1995, o valor monetário adicionado pela indústria caiu para R$ 200 bilhões, o menor montante da série descrita na

tabela. A partir do ano de 1995, nota-se o retorno do crescimento absoluto da participação da indústria no valor adicionado ao PIB, até chegar a R$ 1,163 trilhão, o valor mais alto da série, em 2013. Mesmo com uma redução de quase R$ 200 bilhões entre 2013 e 2015, o valor adicionado da indústria, em reais, saltou de R$ 290 bilhões em 1980 para R$ 1,013 trilhão em 2015, ou seja, aumentou 3,5 vezes. Podemos afirmar, com base nos dados apresentados até o presente momento, que o crescimento do valor adicionado da indústria no PIB nacional entre 1980 e 2015 foi de cerca de 350%.

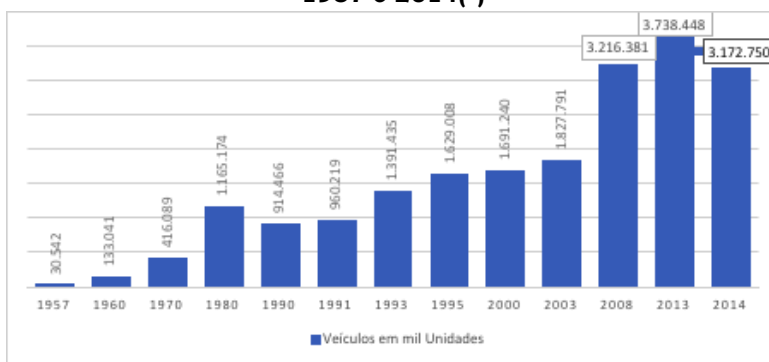
Gráfico 2 -Evolução do Crescimento Absoluto e Relativo da Participação da Totalidade da Indústria no PIB

Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE &. *bacha_bonelli httpwww.econ.pucrio.brpdfbacha_bonelli.pdf*).

Ao observarmos o comportamento da Indústria de Transformação, bem como da totalidade da indústria brasileira, durante o período apontado como sendo de crise (1985-2015), verificamos um duplo e contraditório movimento: o decréscimo relativo constante dos índices de participação da indústria no PIB foi acompanhado pelo também permanente crescimento absoluto do valor adicionado desta mesma indústria no PIB nacional.

Entretanto, ainda estamos falando de valor monetário, sua representação em dinheiro brasileiro, em reais, sujeito, portanto, às flutuações do dólar e ao desempenho da totalidade da economia. Por isto, tomamos o cuidado de incluir a produção material, a riqueza material criada neste mesmo período.

Em 1980, conforme a ANFAVEA, a produção de veículos no Brasil foi de 1.165.174 unidades, caindo para 914.466 em 1990. Já

no ano seguinte (1991) tem início a retomada do crescimento da produção, que segue essa tendência até o ano de 2013, quando atinge a soma de 3.738.448 de veículos. Objetivamente, a produção de veículos salta de 1,165 milhões em 1980 para 3,738 milhões em 2013. Em pontos percentuais é um crescimento de 300%, ou seja, a produção de veículos triplica em 3 décadas. Se as referências forem a menor produção da década de 1990 e aquela da década de 2010, o resultado é o seguinte: 914.466 em 1990, contra 3.172.750 em 2014, ou seja, 350% de crescimento.

Gráfico 3 - Evolução da produção de veículos no Brasil entre 1957 e 2014(*)

Fonte: Elaboração própria, a partir de ANFAVEA (2015)
* O gráfico se refere a automóveis, comerciais leves, ônibus e caminhões

A produção de máquinas agrícolas e rodoviárias acompanha este movimento de crescimento absoluto da produção de veículos de passeio e de transporte de pessoal e de carga (ANFAVEA, 2015). Em 1980, no auge do primeiro ciclo de crescimento da produção descrito por nós, a produção de máquinas agrícolas e rodoviárias chegou a 77.447 máquinas/ano, caindo para 22.084/ano em 1992, e, a partir de então, é retomada a tendência de crescimento absoluto da produção até atingir 100.400 unidades no ano de 2013. Em relação a 1993, o crescimento foi de quase 500%.

Esse crescimento mobilizou toda a cadeia produtiva, bem como o setor de serviços, que engloba transporte de carga e pessoal, telecomunicações, alojamento, alimentação, reparo e manutenção de veículos, informacional, incluindo reparo e manutenção de aparelhos eletrônicos e serviços de informática, estimulou o comércio, o setor financeiro, imobiliário, entretenimento... A produção de ferro, por

exemplo, em 1980, foi de 106 milhões de toneladas, chegando a 375 milhões em 2011, de acordo com o Instituo Brasileiro de Mineração (IBRAM) em publicação de 2013. Já a produção de aço no Brasil, que era de 15,3 milhões de toneladas em 1980, chegou a 43 milhões de toneladas em 2014.

Nossas primeiras observações apontaram um movimento de crescimento da produção em todos os setores da indústria brasileira. O crescimento da produção de máquinas agrícolas, como vimos acima, e o aumento da presença de tratores são indícios de que a expansão da produção industrial pode ter influenciado o desenvolvimento da produção no campo brasileiro no Brasil entre 1980 e 2014. Tome-se como exemplo a produção de grãos, açúcar e álcool/etanol. A produção de grãos saltou de 50 milhões de toneladas em 1981 para 200 milhões em 2015; a produção de cerca de 8,0 milhões de toneladas de açúcar e 3,7 milhões/m^3 de etanol, em 1980, saltou para de 16 milhões de toneladas de açúcar e 10,5 milhões/m^3 de etanol no ano 2000, atingindo 38,7 milhões de toneladas de açúcar e 27,7 milhões/m^3 de etanol em 2015[17]. Como se vê, a produção de grãos cresce cerca de 4 vezes, a de açúcar cerca de 5 vezes e a de etanol mais de 7 vezes ao longo do período.

O aumento do número de tratores utilizados indica que o crescimento da produção no campo brasileiro resulta do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, é fruto de investimento em tecnologia. De acordo com o IBGE, em 1980 havia 545.205 tratores em uso nas fazendas brasileiras; em 2016 este número saltou para 1.266.000 unidades.

Observamos, por meio dos dados apresentados até este momento da exposição, que a produção de riqueza material acompanhou o crescimento de sua expressão monetária entre os anos 1980 e 2015. Nossa questão é: qual o lugar do proletariado nessa grande expansão da produção de riqueza no Brasil dos últimos 30 anos? Teria desaparecido? Estaria em terapia por sentir-se inútil e sem forças, para subjugar este mundo enfeitiçado que cria mercadorias sem ele, automaticamente?

---

[17] O Estado de São Paulo, 31.08. 2003. Caderno de Economia & o Agronegócio em números. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.*pdf.*

Parece que a questão mais apropriada talvez seja: afinal, quem é o proletariado?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUEM É O PROLETARIADO?

Voltamos à pergunta fundamental: no que se refere ao processo de produção de riqueza e capital, e à construção do socialismo, o proletariado é protagonista, coadjuvante ou figurante? No nosso modo de entender, Tumolo (2016), ao fazer a crítica aos teóricos que advogam o fim da sociedade do trabalho, nos traz um caminho para começar a desatar este nó górdio. No seu modo de ver, a categoria mais adequada para realizar a crítica a esses teóricos é a categoria “trabalho produtivo”.

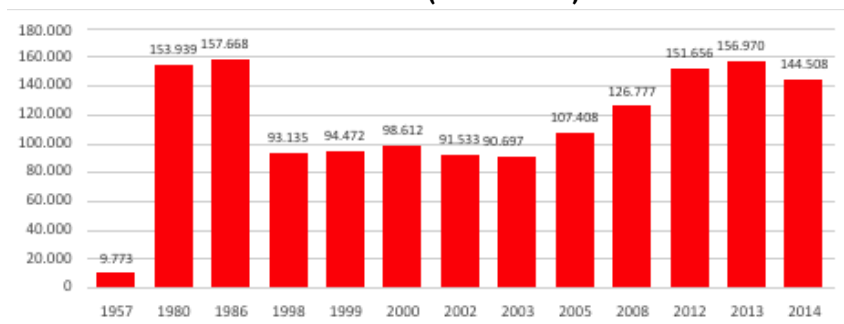
A riqueza material, as mercadorias, são produto do trabalho concreto e, ao mesmo tempo, enquanto portadoras de valor, contém trabalho humano abstrato: desgaste de músculos, cérebro e nervos, parte dele não pago – a mais-valia. Para Tumolo, o trabalho que produz mais-valia e capital é trabalho produtivo, sendo esta a razão última do capitalismo. É por isso que o autor entende ser essa uma categoria-chave na crítica aos defensores da tese da perda de centralidade do trabalho na sociedade atual. Para ele,

> A produção de Mais Valia e de Capital é a razão última deste modo de produção e, por isso, o trabalho produtivo determina tanto o trabalho abstrato quanto o trabalho concreto. Trabalho produtivo é, portanto, a categoria analítica fundamental (TUMOLO, 2016: p.34).

Já o proletariado corresponde ao contingente da classe trabalhadora que produz mais-valia e produz capital, independentemente do setor da economia em que atue: seja no setor industrial, de serviços, agropecuário, no trabalho formal ou informal. Desse ponto de vista, não vamos encontrar o proletariado no divã, mas, sim, na casa das máquinas, nas torres de comando, nos centros de processamento de dados, nas linhas de montagens, nas cabines de ônibus e caminhões, nas escolas, nas fazendas de cana, na batata, nas granjas, nos túneis, nos hospitais, nas oficinas, nos restaurantes, nos resorts, nas redes de rádio e televisão, nas usinas hidrelétricas... É como aqueles que conservam a identidade, mas que perderam as impressões digitais e, por isso, ficaram fora das investigações.

É neste ponto que devemos iniciar nossas investigações, que, como um espelho, poderão mostrar o rosto cansado do produtivo proletariado que há um bom tempo não consegue enxergar a si mesmo, parecendo dar ouvidos aos que dizem que ele não existe mais. Perguntamo-nos porque o proletariado da indústria de veículos de 1980, cerca de 153.939 pessoas, produzindo 1.165.174 veículos naquele ano, seria mais forte e vigoroso que os cerca de 156.970 proletários que criaram 3.738.448 veículos em 2013?

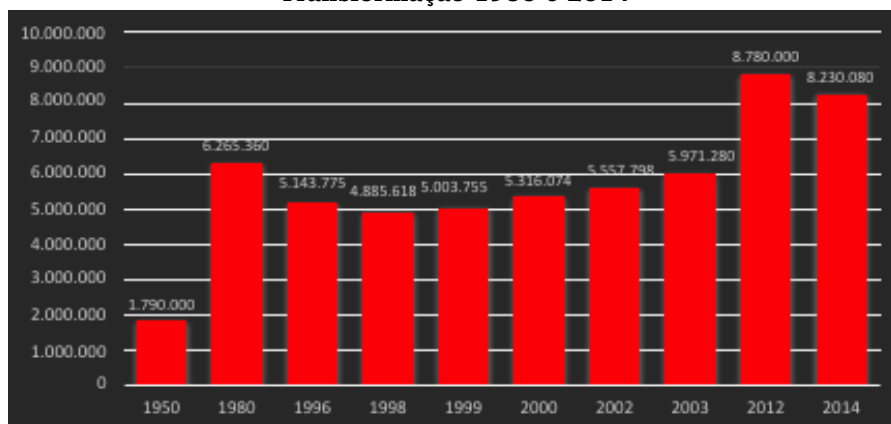
Observemos que, de fato, houve um decréscimo da população trabalhadora ocupada no setor automotivo nos anos 1990 e no início dos anos 2000, devido à incorporação das chamadas novas tecnologias ao processo de trabalho. Porém, na primeira década do século XXI este processo se inverte, e podemos notar o crescimento absoluto da população empregada nesse mesmo setor, indicando um movimento cíclico. Veja-se o gráfico 4.

Gráfico 4 – Evolução da Força de Trabalho Ocupada na Indústria Automotiva (1957-2014)*

Fonte: Elaboração própria, a partir de ANFAVEA (2015)
* Inclui máquinas agrícolas e rodoviárias.

Por ora, nossa intenção não é realizar uma análise mais detalhada desse movimento do quantitativo de força de trabalho empregado no setor automotivo, mas sim indicar seu movimento cíclico, que sugere cuidado com afirmações quanto a uma suposta extinção do proletariado. Voltemos a nosso foco, portanto, agora considerando a indústria automotiva como parte da Indústria de Transformação (IT). Em 1980, o proletariado da IT, composto por 6.265.360 pessoas, criou riquezas que valiam R$ 290,3 bilhões; no ano de 2013, depois de receber mais de 2 milhões de novos

membros, chegou a 8.770.000 pessoas, e criou riquezas no valor de mais de R$ 1 trilhão de reais (ver gráfico 5 [18]).

Gráfico 5 – Evolução da Força de Trabalho Ocupada na Industria de Transformação 1950 e 2014

1950	1980	1996	1998	1999	2000	2002	2003	2012	2014
1.790.000	6.265.360	5.143.775	4.885.618	5.003.755	5.316.074	5.557.798	5.971.280	8.780.000	8.230.080

Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE. FIESP. CAGED. OESP.

Por que o proletariado, e a indústria que ele carrega atualmente, seriam mais frágeis e sem vigor que nos anos 1980, e estariam em crise? Ou o problema seria a força da "indústria nacional" comparada à indústria em nível mundial? Mas, nesse caso, não estaríamos retornando, através de um tortuoso caminho, às teses da importância da indústria para a soberania nacional (a ser conquistada, bem entendido, *antes* do socialismo, e como momento preparatório para ele), característica da END?

Ainda que pequeno, o crescimento absoluto do proletariado da IT e do setor automotivo é visualmente perceptível quando trabalhamos com séries históricas um pouco mais dilatadas; a sua capacidade de produzir valor de uso e criar riquezas é ainda mais

[18] Este gráfico foi construído com base nos dados estatísticos recolhidos de diversas fontes: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=8&op=0&vcodigo=PIG18&t=pessoal-ocupado-3112- segundo-grupos-atividade. & Panorama-da-industria_3a-edicao
www.fiesp.com.brarquivodownloadid=141574
http://oglobo.globo.com/economia/industria-tem-menor-participacao-na-economia-desde-1995-11732571
www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=141574. CAGED.pdf.
OESP. 1.5.2006. Retratos do Brasil. Caderno de Reportagens.

evidente, e, a partir do final da década de 1990, salta aos olhos. Obviamente, se pensarmos que a população brasileira já ultrapassa os 200 milhões de habitantes, o número parece modesto. Porém, ainda temos que levar em conta que a totalidade do proletariado da IT é apenas uma parte do proletariado no Brasil: teríamos que acrescentar, por exemplo, o proletariado do setor de serviços, do comércio, da agricultura, da pecuária, da economia dita informal, não trazidos à tona neste texto.

A intenção da pesquisa vem sendo, e deve continuar a ser, responder com maior propriedade às perguntas que motivam este capítulo: qual o lugar do proletariado na luta política hoje, e quais são as implicações de considerar, na produção de riqueza e capital, e no processo de transformação social no segundo milênio, o proletariado como protagonista, coadjuvante ou figurante?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANFAVEA. *Anuário da indústria automobilística brasileira, 2015.* Dispnível em: www.anfavea.com.br. Acesso julho de 2016.

BOBBIO, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil em Gramsci.* Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CNI/FIESP. *Panorama da indústria de transformação no Brasil.* São Paulo: CNI/FIESP, 2016.

DIEESE. *A Indústria Siderúrgica e a Metalurgia Básica No Brasil*: Diagnóstico e Propostas elaboradas pelos Metalúrgicos da CUT. 2012. Disponível em http://www.cnmcut.org.br/midias/arquivo/185-diagnostico-siderurgia.pdf. Acesso Julho de 2016.

DIEESE. *Desindustrialização*: Conceito e situação no Brasil. Nota Técnica nº 100. 2011.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa No Brasil.* São Paulo:Globo, 2005.

GUERRERO, Miguel Alejandro Cleaver. *Há Desindustrialização no Brasil?* Tese de Doutorado. Brasília, UnB, 2014.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito.* Petrópolis: Vozes, 1992.

IASI, Mauro. Democracia de cooptação e apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine;

BOSCHETTI, Ivanete. *Financeirização, fundo público e política social,* pp. 285-317. São Paulo: Cortez, 2012.

________. Estado ditadura e permanências: sobre a forma política. In: IASI, Mauro & Coutinho, Eduardo Granja (orgs). *Ecos do golpe: permanências da ditadura 50 anos depois.* Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

IBGE. Censos demográficos 1950-1980 e pesquisa nacional por amostra de domicílios PNAD

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração. A Produção Mineral Brasileira x Mundial. 1930- 2012. Brasília-DF. 04 de Abril de 2013.

KOSIK, KAREL. *Dialética do Concreto.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1986.

MARTINS, Caio; PRADO, Fernando Correa; FIGUEIREDO, Isabel M.; MOTTA, Stefano; NEVES, Victor. A "estratégia democrática e popular" e um inventário da esquerda revolucionária. *Revista Marx e o Marxismo,* vol. 2, nº 03, ago/dez.2014.

MARTINS, Caio. *Teoria dos Novos Movimentos Sociais e Lutas de Classes*: Uma leitura Crítica de sua Influência no Brasil. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2016.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MOTTA, Stefano. *Crítica a "ampliação da Democracia" como Caminho ao Socialismo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2016.

NEVES, Victor. *Democracia e revolução*: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2016a.

________. Carlos Nelson Coutinho, filósofo democrático. *Marxismo21.* Disponível em http://marxismo21.org/wpcontent/uploads/2016/06/Carlos_Nelson_Coutinho_filo%C3%8C% C2%81sofo_democra%C3%8C%C2%81tico_para_Marxismo21.pdf2016.Acesso: 10.6.2016b.

PEDRO, Antonio. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Moderna, 1985.

PETRAS, James. Los intelectuales en retirada. *Nueva Sociedad.* nº 107. Mayo-Junio de 1990.

POMAR, Wladimir. O Proletariado Moderno. *Revista Esquerda Petista*, n. 2. Ago. 2014. p. 31-36.

PRADO JUNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira.* 3º ed. São Paulo:Brasiliense,[1966] 1978.

RESOLUÇÃO SOBRE A CLASSE TRABALHADORA. Página 13. Disponível em: www.pagina13.or.br/2o-congreso-da-ae/2o-congresso-dea-aeresolucao-sobre-a- classe- traba lhadora- e-a-industrializacao/#.WVHN7IBnJ3qA. 14.4.2015. Acesso 9.1.2017.

RESOLUÇÕES. XIV Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB. Disponível em: Congreswongresso)http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id =1491:resolucoes-do-xiv-congresso-do-pcb&catid=30:xiv-congressodoPCB.

RESOLUÇÕES, 2º CONGRESSO DA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA (AE). *Um Partido Para os Tempos de Guerra.* Cajamar-sp. 2-5 de abril, 2015. Disponível em: https://issuu.com/pagina13/docs/resolucoes_ii_congresso_da_ae 1_

RESOLUÇÕES, 8ª CONFERÊNCIA SINDICAL NACIONAL DA TENDÊNCIA PETISTA ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA. Cajamar-sp. 2-5 de abril, 2015. Mimeo.

ROBERTS, Michael. Desindustrialização e Capitalismo. *Carta Maior*, 28 de outubro de 2014.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda**.** Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social e Sociedade*, n. 112, p. 672-688. São Paulo, out./dez. 2012.

________. *Teorias da América Latina e a crítica ao Programa Democrático Popular.* São Paulo. Aulas na UNESP. Disponível em: https://youtu.be/e95p627N0qI?list=PLN3ECHbk YvTvba83Tn-AGlN0vFPZhI8GH. 2016a.

________. Um desfecho melancólico: notas sobre o momento histórico e os desafios da esquerda. *Revista Novos Rumos.* São Paulo: ICP, 2016b.

SCAPI, Luiz Carlos. Do Democrático Nacional ao Democrático Popular: A Hegemonia da Estratégia Democrática Popular no Brasil.18 de Abril de 2015. DVD. nº 10.0.10240.16384

TUMOLO, Paulo Sérgio**.** *Da contestação à conformação*: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Florianópolis: Em Debate, 2013.

________. *Capital Trabalho e Educação*. Florianópolis: Em Debate, 2016.

ELEMENTOS DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR EM PRADO JR, FERNANDES E CHASIN, E DE SUA CRÍTICA EM MARINI

Morena Gomes Marques

A Estratégia Democrático-Popular – enquanto principal debate tático-estratégico construído pela classe trabalhadora brasileira após a contrarrevolução burguesa de 1964, e que segue confiante entre parte considerável da esquerda até os dias atuais – tem suas raízes lançadas ainda nos anos 1960. Tal estratégia detém por gênese uma perspectiva de ruptura com o padrão de dominação burguesa heterônomo e dependente, sendo desenvolvida por intelectuais marxistas de referência no pensamento social brasileiro, dentre os quais destacamos três: Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e José Chasin.

É nas reflexões do historiador Prado Jr. que reconhecemos o seu embrião, através da tentativa pioneira de se opor à perspectiva de revolução democrático-nacional do PCB – de caráter "agrário, antifeudal e anti-imperialista" – e apresentar-lhe uma proposta crítica, de fundo estratégico e teórico-metodológico. Em seguida, e com especial destaque, vem o sociólogo Fernandes (2009 e 2011), por sua defesa programática da realização de uma "Revolução burguesa em atraso" no país, "dentro da" e "contra a" ordem, de caráter democrático e sob protagonismo dos trabalhadores. E, em terceiro, temos o filósofo Chasin, o qual, tendo por principal influência a obra de Prado Jr., propôs um programa econômico nacional e alternativo para as massas, centrado em uma suposta "democracia operária".

Nesse sentido, dividimos este trabalho em dois momentos: inicialmente, uma breve síntese sobre a formação das classes sociais no Brasil a partir de um padrão de dominação periférico, protagonizado por uma burguesia de perfil oligárquico e patrimonialista; e, em seguida, a resposta programática socialista sistematizada e desenvolvida pela tradição marxista no pensamento social brasileiro, a qual consideramos como base da Estratégia Democrático-Popular. Por fim, avaliamos como necessário, ainda que de forma tímida, explicitar também uma concepção diferenciada de

revolução socialista presente neste pensamento social: trata-se da concepção de "revolução violenta" em Ruy Mauro Marini.

AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

A nossa via não clássica de transição à sociedade capitalista madura nos conduziu a um padrão de dominação burguesa permeado pela característica "extra" do sentido geral da colonização, essencialmente heterônoma, onde o "velho" e o "novo" interagem e se confundem, trazendo na composição das classes o legado colonial, escravocrata e imperialista[1]. Aqui, chegamos ao padrão capitalista de dominação sem passarmos, obrigatoriamente, por uma subversão profunda na totalidade da estrutura imperante na ordem colonial, e presenciando menos as reformas burguesas típicas que lhe seriam inerentes, a exemplo das reformas agrária, urbana, nacional e democrática.

Dessa forma, a "Revolução Burguesa" à qual fazemos referência apenas pode ser compreendida se desvencilhada do sentido usual e comum em que o termo revolução é adotado, enquanto uma palavra que se aplicaria para designar transformações drásticas na estrutura da sociedade. Segundo Prado Júnior (2004, p.12), as mudanças que aqui se efetivaram se deram em largo processo, centralizadas pelos setores dominantes diante do temor aos subalternos, onde as instituições políticas, econômicas e sociais se remodelaram a fim de melhor atenderem aos interesses exclusivos destes segmentos.

---

[1] No caso brasileiro é a noção de *via prussiano-colonial* a que melhor auxilia a compreensão da natureza difícil deste padrão de transformação capitalista ao considerar a especificidade da origem colonial e a configuração hipertardia do capitalismo estabelecido no país. Segundo Mazzeo (2015), as semelhanças formais entre Alemanha e Brasil no processo de constituição das relações sociais capitalistas – a unidade nacional imposta de cima para baixo; a constituição de uma burguesia com título de nobreza ou de fidalguia; uma industrialização retardatária e um Estado nacional excludente para as massas – guardam, contudo, diferenças de cunho estrutural. Aqui a dimensão colonial apresenta uma legalidade que distingue as resultantes históricas da sua articulação "pelo alto". Se na "via prussiana" essa articulação conduz a burguesia alemã a um modelo de capitalismo autônomo e desenvolvido, na "via prussiano-colonial" o legado colonial conduz à subsunção da sua burguesia aos polos centrais do capitalismo, e à consolidação de uma economia nacional subsidiária à grande produção industrial, enquanto "elo débil" do modo de produção capitalista em seu conjunto (*ibid.*, p.105-107).

> A questão estaria mal colocada, de fato, se pretendesse que a história do Brasil teria de ser uma repetição deformada e anacrônica da história daqueles povos (EUA e Europa). Mas não se trata disso. Trata-se, ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. (FERNANDES, 1976, p.206)

Em síntese, não tivemos aqui nem o desencadear de uma revolução burguesa de cariz democrático-popular, a superar o "antigo regime" e estabelecer novas bases de relações sociais; e, tampouco, o terreno material que lhe diz respeito – a revolução industrial – sob a emergência de um setor produtivo fabril como sustentáculo da economia nacional. O que se sucedeu foi uma interlocução debilitada com esses modelos, onde a nossa respectiva Revolução Burguesa (que se estende do período pós-independência à primeira metade da década de 1980), adquire uma estrutura antimoderna e contrarrevolucionária, traço fundante do padrão dependente aqui perpetrado. Buscaram-se aqui modificar as estruturas econômicas, manter suas bases culturais anacrônicas, monopolizar e atrofiar o aparelho de Estado e fazer uma transição superficial daquilo que Ianni (2004) denominou por serem as nossas "três raças tristes" – negra, indígena e branca – com indiscutível destaque para a primeira, em população de trabalhadores. Nesta ação, a classe trabalhadora adquiriu um caráter peculiar e limitado, aviltada tanto das condições dignas de reprodução da força de trabalho, como de um status de cidadania que a permitisse influenciar e intervir de maneira efetiva na dinâmica político-econômica nacional.

Florestan Fernandes (1976) reconhece como três as fases da nossa Revolução Burguesa: ainda sobre as bases de um capitalismo competitivo de origem colonial e neocolonial, a primeira trata do irromper do "espírito burguês" na pós-emancipação política nacional[2]; a segunda, da entrada da burguesia em seu estágio

---

[2] Fernandes (1976) reconhece como agentes desta fase o fazendeiro de café e o imigrante, transfigurados no protótipo do *homo oeconomicus,* cujos interesses irrompiam na ordem senhorial escravocrata, mas tendiam a entrar em contradição com seus limites. O primeiro – como um

"maduro" através da expansão do mercado interno, da propugnância das transformações urbano-comerciais e da produção industrial; e, como terceiro e último momento, a plenitude do poder burguês sob a fase tardia do capitalismo monopolista.

Em tais circunstâncias, o controle da estrutura estatal pelas elites nativas conduziu a uma ação essencialmente conservadora. A interiorização do poder político com a passagem da autoridade patrimonial local para sua integração territorial no nível da nação apenas se constitui a partir de um viés *autocrático*, enquanto poder endógeno de classe, autoproclamado, como uma herança herdada do passado e improvisada no presente. A continuidade do privilégio ao "agente econômico interno" serviu de base a toda uma reorganização econômica e do monopólio do poder. Ainda que, para isso, se tenham ferido as bases legais da ordem democrático-liberal, os mecanismos institucionais do Estado representativo e retardado elementos básicos do liberalismo, como o viés meritocrático fundado na igualdade civil e a liberdade da venda da força de trabalho.

Diante da incompletude da ordem social competitiva, a dominação e a burocratização aristocrática do Estado passam a configurar uma cidadania própria, convertida em privilégio estamental. A burguesia, limitada aos interesses e formas de solidariedade dos estamentos oligárquicos e de seus iguais – os setores intermediários que possuíssem o direito do privilégio, do estilo de vida e da dominação autocrática – "volta ao centro do palco, transfigurada em 'cidadão' e convertida para fins de organização do poder político, pela ordem legal vigente" (FERNANDES, 1976, p.55). Essa concepção de cidadania, tida como o "valimento social" e o "valimento político", neutralizou a viabilidade de outra

---

desenvolvimento do senhor rural – secularizou suas origens, dissociando a fazenda e o excedente por ela produzido do status senhorial, reinvestindo-o no espaço urbano e bancário, como um "senhor rural que se viu compelido a aceitar e a identificar-se com a dimensão burguesa de sua situação de interesses e do seu status social" (Idem, p.103). O segundo, dispondo de um tipo de atitude voltada ao lucro e à acumulação monetária, aproximou-se e confundiu-se com a forma de dominação oligárquica, distanciando-se de qualquer ação no sentido do modelo revolucionário moderno clássico, do qual se originou culturalmente.

cidadania, que seria própria ao padrão societário democrático-burguês.

Os requisitos típico-ideais da passagem ao modo de produção capitalista estiveram fadados a esse peculiar imaginário burguês, o qual deitou suas raízes no prolongamento da avidez e do mandonismo senhorial que, destituído do jugo colonial, constituiu-se mais como uma oligarquia burguesa, hegemônica no campo jurídico-político e econômico antes pertencente à metrópole, do que como uma classe dominante conquistadora e liberal. Nessa perspectiva, as classes sociais já nascem no Brasil envoltas pelo que Fernandes (1976, p.153) designou por "paradoxo da situação latino-americana", onde a formação social é condicionada à "estrutura interna do 'mundo dos privilegiados' e do destino social do senhor e não do escravo, do liberto ou do homem livre dependente".

Não é por menos que o medo de despertar o homem nativo para aspirações de independência e de revolução nacional, que entrariam em tensão com a dominação externa, levou esta burguesia a uma civilidade incompleta, restrita às atividades econômicas. No lugar da ruptura, obteve-se uma recomposição das estruturas de poder, onde a oligarquia tradicional (ou agrária) e a moderna (ou dos altos negócios, comerciais, financeiros e industriais) se constituíram em uma burguesia de perfil aristocrático, tendo no Estado seu ponto privilegiado de centralidade e unificação de interesses.

O que se sucedeu foi a intensificação da convergência entre interesses burgueses externos e internos a partir do aprofundamento da dominação imperialista. Assim, a referida dimensão "estruturalmente heteronômica" desta economia de mercado é própria da sua condição subsidiária na divisão internacional do trabalho, a qual não apenas tornou contemporânea a estrutura latifundiária e agroexportadora, como impôs, diante da debilidade econômica para "fora", uma rigidez das relações entre classes para "dentro", transferindo aos "de baixo" os custos do subdesenvolvimento. O que se apresenta aqui é o fenômeno conhecido por "superexploração do trabalho" (MARINI, 2011) ou "sobreapropriação repartida do excedente econômico" (FERNANDES, 2009), cuja extração de mais-valia é duplamente intensificada, com fins de atender à burguesia nacional e à internacional. Este mecanismo de compensação pode ser caracterizado a partir de três determinações: primeira, o aumento da intensidade do

trabalho, obtido através de uma maior exploração do trabalhador, a qual pode estar ou não apoiada no incremento da capacidade produtiva do trabalho; segunda, a conhecida extensão do tempo de trabalho, na forma clássica da mais-valia absoluta. Nestes dois primeiros casos, têm-se por aspecto central um dispêndio de força-de-trabalho superior à média, ocasionando o esgotamento físico precoce do operário. Já a terceira determinação caracteriza-se pela redução do consumo do trabalhador, cuja remuneração encontra-se abaixo do estritamente indispensável à subsistência.

Dessa forma, foi o trabalho, mais do que uma "mentalidade moderna", que inculcou neste heterogêneo grupo de segmentos dominantes uma identidade e unidade de classe. O receio por ver abalado seu status econômico diante do temor ao *outro*, fez dessa dominação burguesa uma verdadeira consolidação do poder conservador. A não ruptura com a troca desigual perpetuou no presente práticas de opressão, repressão e cooptação senhoriais, as quais se materializaram numa exagerada intolerância, de raiz e sentido político. Têm-se assim, como o primeiro trato às requisições materiais e políticas da emergente classe trabalhadora, a violência, com largo uso das forças armadas, na forma de intensa criminalização, controle e manutenção de *dois brasis*, "entre uma moderna sociedade industrial e uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana" (IANNI, 2004, p.106).

O Brasil, na sua entrada no estágio maduro do capital monopolista a partir da segunda metade do século XX – período então denominado por Fernandes (1976) como "imperialismo total", ou, nas palavras de Meszáros (2009), "imperialismo hegemônico global" – permanece coexistindo com formas de exploração do trabalho ainda presas ao processo de acumulação primitiva. Essa tendência, conhecida por "arcaização do moderno", mantém o controle externo, mas sob diferenciações na produção, no mercado capitalista e na modernização/ complexificação das forças produtivas; perpetua a importação dos padrões de acumulação e dominação, ditados pelo suprimento externo de capital e controle financeiro; e reatualiza os dois aspectos fundamentais do nosso burguês complacente e dependente. A saber, a sua incapacidade política e econômica para dinamizar as condições estruturais fundamentais da nação, de modo a superar sua condição satélite; e a sua simbiose aos interesses privados externos, empenhando-se na

exploração do subdesenvolvimento e transferindo ao trabalho a dupla extração do excedente – nacional e internacional – a partir de um viés extremamente totalitário e particularista de classe.

A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR EM CAIO PRADO JR, FLORESTAN FERNANDES E JOSÉ CHASIN

Podemos afirmar que a gênese do que consideramos por "Estratégia Democrático-Popular" se constitui ainda na fase madura da nossa "Revolução Burguesa" através da proposta de uma "Revolução Nacional Democrático-Burguesa", sustentada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no período de 1950 à primeira metade dos anos 1960. Tal programática se vinculou a uma determinada teoria interpretativa da realidade brasileira, alçada nos marcos da tradição da esquerda mundial, presente nas Teses da Internacional Comunista durante a primeira metade do século XX. Tais teses – inspiradas nas reflexões de Lênin sobre a "Revolução Democrática" para a Rússia Tzarista e na suposta existência de "resquícios feudais" nos países da América Latina e do Oriente[3] – constituíram uma teoria de revolução por etapas a partir de uma esquemática qualificação das nações latino-americanas em três blocos distintos: "países de alto desenvolvimento, médio desenvolvimento e países coloniais e semicoloniais" (MAZZEO, 2003, p.157).

No Brasil, a explicitação dessa tendência se efetiva sob duas constatações. A primeira, a partir do diagnóstico de que o país não havia realizado uma "Revolução Burguesa" nos moldes democráticos dos países centrais, postulava como necessária a superação do arcaico: o latifúndio e a dominação imperialista. A segunda baseava-se no reconhecimento das potencialidades nacionais, as quais detinham as condições para o país tornar-se uma economia

[3] A caracterização de um continente atrasado, conformado por nações coloniais e semicoloniais de estrutura fundiária arcaica foi, digamos, um diagnóstico bem aceito pela Conferência dos PCs latino-americanos em 1929, realizada na cidade de Buenos Aires (Argentina), tanto que subsidiou a construção dos elementos gerais de uma teoria de revolução própria ao continente, tendo por parâmetro "a revolução mexicana, e, fundamentalmente, a revolução chinesa, cujo impacto possibilitou o surgimento de uma 'via chinesa' latino-americana" (MAZZEO, 2003, p.159).

autossustentada, com centros de decisão próprios e autônomos. Ambas as constatações pressupunham apenas uma saída, posta na luta contra as "classes altas", por um país livre, independente e economicamente soberano. Apostou-se, assim, em uma aliança de classes com centralidade na articulação entre burguesia nacional e classe trabalhadora, com o apoio dos setores urbanos e rurais, na forma de um "movimento revolucionário antiimperialista e antifeudal" (Prestes *apud* IANNI, 2004, p.247).

Para o PCB de então, a burguesia estaria dividida em dois representativos blocos: os setores dependentes ligados aos interesses internacionais (os latifundiários e a burguesia comercial), minoritários, porém hegemônicos e poderosos; e os setores nacionais representantes do capital produtivo no país, prejudicados pela opressão imperialista sobre o mercado interno. A estes últimos, definidos como setores democráticos e progressistas, seria atribuído o papel estratégico de consolidação da questão democrática "e de um capitalismo de caráter nacional que, ao desenvolver-se dissolveria os 'resquícios feudais' presentes na formação social brasileira" (MAZZEO, 2003, p.159). Nessa ótica, a pequena burguesia e igualmente a classe operária deveriam dar apoio e direção à burguesia nacional que, limitada e débil, seria incapaz de sozinha adquirir a centralidade necessária para levantar a bandeira da democracia e da independência contra o feudal-imperialismo[4].

Para Prado Jr. (2009), a proposta de Revolução Democrático-Nacional se formulou às avessas do método dialético, prevalecendo em seu lugar um "signo de abstrações", de "nominalismos" e de "esquemas estéreis de vanguarda" que nada mais fizeram do que "permanecer anos marcando passo" (Idem, 28-30). Em sua perspectiva, isso ocorreu de tal modo que, ao desconhecer a realidade política, social e econômica nacional, inculcou-lhe teorias e exemplos clássicos estrangeiros, admitidos como um devir histórico, sem indagações quanto à sua real efetividade e aplicabilidade concreta:

> Se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, uma presunção, admitida a priori, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que

---

[4]Cf. "Declaração sobre a Política do PCB (Março de 1958)". In: https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm

> necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. [...] Isso é, de leis gerais e eternas que enquadrariam a evolução dos fatos históricos em esquemas universais. Uma tal prefixação de etapas através de que evoluem ou devem necessariamente evoluir as sociedades humanas, faz hoje sorrir (PRADO JR., 2004, p.33).

Partindo de premissas que de modo algum poderiam ser dadas, mas que apenas resultariam do processo real da vida e ação dos sujeitos, Prado Jr. (2004) apresenta o caráter da revolução a que buscava qualificar, diferenciando-a, de antemão, de convicções pré-determinadas de ordem doutrinária e apriorística que possuíam por referência a adequação ao modelo leninista relativo à Rússia Tzarista. A revolução a que almejava construir deteria apenas por fonte os fatos que a constituem, verificáveis no seu próprio curso, "que não são da responsabilidade dos comunistas e que não caberia a eles determinar" (*ibid.*, p.18).

O autor detém aqui uma preocupação central: proceder a uma rigorosa análise dos fatos brasileiros e à elaboração de uma teoria revolucionária que lhes seja efetivamente compatível. Os fatos a que o autor se refere, seriam parte e produto da herança colonial brasileira, de uma economia e organização produtiva tolhida para os interesses internos e voltada para fora, num ciclo permanente de reatualização do status de país exportador de produtos primários. Numa organização como essa, os laços de dependência com o exterior constituem limitações de ordem estrutural ao progresso das atividades produtivas do país, no que diz respeito à relação orgânica entre industrialização, mercado, consumo e crescimento interno. O "vício mais profundo da economia brasileira" estaria posto na insuficiência de oportunidades para a absorção da força de trabalho, o que conduziria os trabalhadores à forma de um aglomerado humano heterogêneo e inorgânico, de baixos padrões materiais, culturais e organizativos. Insuficiência que viria a ser constantemente realimentada por uma estrutura industrial monolítica e dependente, cujo processo de acumulação não requer grande interação com a massa da população, de modo a lhe corresponder com recursos, garantias sociais e ocupações regulares.

Diante desta formação social, a linha mestra da "Revolução Brasileira" estaria posta na *superação do estatuto colonial*, com vistas

à “configuração de um país e sua população voltados essencialmente para si mesmos, e organizados econômica, social e politicamente em função de suas próprias necessidades, interesses e aspirações” (*ibid.*, p.134).

Em uma conjuntura em que a implantação do regime socialista não poderia ser ainda colocada, pois faltariam “as condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social, política e mesmo simplesmente administrativa suficientes para transformação daquele vulto e alcance”, Prado Jr. identifica na “reforma do sistema” – no sentido de um desenvolvimento geral e sustentado da economia – a única resposta capaz de superar as deficiências advindas do estatuto colonial e preparar o terreno para mudanças mais profundas (*ibid.*, p.165). As diretrizes a serem tomadas diante de tal problemática compunham um programa revolucionário peculiar, voltado estrategicamente ao fim de proporcionar a solução do “maior problema sócio-econômico brasileiro”, a saber, o estado de grave pauperismo de amplos contingentes populacionais. Tal proposta em nada conflitaria com a perspectiva de socialismo em Marx, ao considerar que “a previsão marxista do socialismo não exclui, muito pelo contrário, a concentração da luta em objetivos que imediatamente e de forma direta não se relacionam com a revolução socialista. E podem mesmo, aparentemente, contrariá-la” (*ibid.*, p.17).

Para tanto, propunha como tática a luta por mudanças estruturais no modelo econômico vigente. Aqui deveria ser a distribuição a propiciar o *desenvolvimento sustentável*, através da inversão da acumulação capitalista dependente, no sentido da distribuição-mercado-produção. Tal mudança teria por responsável o poder público que, tensionado pelos trabalhadores por melhores condições de vida, seria levado a promover uma distribuição menos desigual das riquezas produzidas. Este raciocínio, que apostava na capacidade e força política de ascensão organizativa do operário do campo[5], conduz ao Estado a centralidade de “agente transformador”, como uma entidade de equilíbrio, possível de ser hegemonizada pelos

---

[5] A escolha do autor pelo campo, tendo na grande unidade de produção agropecuária o ponto de irradiação da luta revolucionária, se deu, principalmente, por reconhecer nesta “as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase atual do processo histórico-social que o país atravessava” (Idem, p.136). O campo deteria os dois aspectos centrais para difusão da Revolução Brasileira: a elevada concentração de força de trabalho e o potencial reivindicatório.

trabalhadores e assim direcionada a servir aos seus interesses gerais.

Mas, para que as mudanças se tornassem possíveis, através do total controle das atividades econômicas pelo Estado, a iniciativa privada também deveria sofrer intervenção, sobretudo no seu caráter *livre*. Este momento revolucionário, ao não se configurar como uma ruptura com a sociabilidade capitalista, mas sim como sua reestruturação econômica, propunha não a supressão da propriedade privada, mas uma mudança na sua função social. Sob orientação do poder público, a propriedade representaria "um poderoso fator de propulsão das atividades econômicas, perfeitamente suscetível de se enquadrar no novo sistema proposto, sem introduzir nele perturbações excessivas" (*ibid.*, p.165). Na condição de empreendimentos combinados sob direção dos trabalhadores, a relação poder público/propriedade privada tornaria capaz a reversão do ônus histórico colonial e seu consequente círculo vicioso de reprodução da pobreza, dependência e atraso.

As diretrizes que deveriam ser seguidas consistiam em dois pontos fundamentais, ambos parte e produto da planificação e interiorização da vida econômica: desenvolvimento da atividade produtiva e do mercado consumidor. A primeira, voltada para o interesse nacional, teria por objetivo atender as demandas essenciais da massa da população, em especial pela produção dos bens e serviços básicos até então reprimidos em sua oferta, oferecidos a um custo acessível. O segundo – o mercado interno – passaria por uma reorganização, desvinculando-se progressivamente dos interesses financeiros e especulativos a que se encontrava subordinado sob a égide da livre iniciativa. Desta dupla articulação resultaria um sistema produtivo diferenciado, autossustentado, seguro e de consumo elevado, capaz de garantir a todos os trabalhadores ocupação, emprego e uma remuneração adequada.

Contudo, para Fernandes (2011), o delineamento do programa político presente na "Revolução Brasileira" de Prado Jr., apesar de conter em si a preocupação com os ideais básicos do socialismo – o conhecimento e a transformação da realidade – não possuía uma "irrefutável substância socialista", mas apenas uma "intenção socialista" que esmorecia ao balizar-se em "interesses nacionais de origem capitalista e de significação burguesa" (*ibid.*, p.129-132). Prado Jr., em seu desejo por constituir os caminhos de

uma progressiva integração do trabalhador rural na vida social e política, chegou apenas a uma formulação que Fernandes denominou como o primeiro argumento de fundamento socialista: "naturalmente, a existência e o florescimento de uma política econômica nacionalista, não importando que ela favoreça, circunstancialmente, classes sociais com controle de poder" (*ibid.*, 168). A restrição político-programática a este argumento, distanciada de sua previsão a longo prazo – haja vista que a intenção do autor sempre foi traçá-la nas lutas da ordem do dia, sem atribuir-lhe "objetivos últimos, bandeiras e programas deterministas" (PRADO JR, 2004, p.31) – tendeu a encaminhar a *Revolução Brasileira* à projeção de uma revolução burguesa, recaindo no mesmo erro sob o qual construiu sua crítica à Revolução Democrático-Nacional do PCB: o etapismo.

Na ótica de Fernandes (2011, p.129), mesmo que crítico à proposta Democrático-Nacional, o programa de Prado Jr. "seria perfeitamente exequível por uma burguesia nacional bastante autônoma, inteligente e criadora para combinar, em bases puramente capitalistas, alguma sorte de Welfare State em crescimento acelerado". A projeção das atividades de esquerda segundo os interesses capitalistas – ainda que detendo por centralidade o combate e reparação às iniquidades socioeconômicas impostas às camadas pauperizadas – nos levou no máximo, por experiência histórica, à subalternidade aos planos obscurantistas das elites dependentes e à intocável ordem capitalista periférica, prova empírica apresentada no golpe ultraconservador e antidemocrático de 1964. Isso faria necessária a construção de outro programa – claramente socialista, "que não se atenha ao plano dos interesses econômicos, sociais e políticos comuns e que leve em conta, substancial e prioritariamente, os fins, as medidas e os meios políticos que possam conduzir a 'Revolução Brasileira' no sentido do socialismo" (*ibid.*, p.132).

Nesta concepção, Fernandes ultrapassava os limites do presente, tão preconizados pelo rigor metodológico de Prado Jr., e lhe impunha uma objetivação histórica revolucionária: "segundo os ideais, os valores e os meios políticos do socialismo" (*ibid.*, p.130-131). Em suma, o que pretendia Fernandes era a introdução do socialismo como força histórica no processo político de construção da revolução brasileira, de modo a convertê-la a outro destino social, que não o de uma ordem social competitiva "aperfeiçoada", em nível

de capitalismo avançado. Por essa razão, constrói argumentos ao que compreende serem os dois níveis de atuação política necessários à esquerda:

> Um, que contivesse as possibilidades de interação construtiva com as exigências do presente, nos limites dos mecanismos sociais, econômicos e políticos que constroem e mantêm a conjuntura histórica existente. Outro, que levasse em conta os caminhos reais da construção do socialismo no Brasil. (...) Mas como condição para que o segundo se imponha ao primeiro nos raciocínios de natureza prática, principalmente em reflexões e previsões de médio e largo prazo (*loc. cit.*).

Para Fernandes (2011a, p.241), a viabilidade destes argumentos residiria no movimento de desgaste e reciclagem da contrarrevolução – precisamente ao fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 – no terreno histórico de desmoronamento da ditadura e de liberação das "pressões de baixo para cima". Seria apenas e através de tais pressões, protagonizadas pelas massas populares e o proletariado, que se constituiriam as medidas necessárias para a prática política de curto prazo, qual seja, a destruição da autocracia burguesa e o desencadear da *revolução dentro da ordem* imposta pelas classes subalternas. O que o autor busca apontar é a formulação de um programa socialista que tem por primeira tarefa o que denomina como a "revolução burguesa em atraso", de características nacionais. Tal fato justifica a impossibilidade política de uma aliança de classes com a burguesia, que, dada a sua condição antinacional, antidemocrática, reacionária, contrarrevolucionária e imperialista, nada mais fez que solapar qualquer perspectiva de participação dos trabalhadores por vias democráticas, constitucionais ou representativas, negando-lhes em todas as suas dimensões a vivência cidadã.

> A *revolução democrática* põe-se como alternativa histórica – para todos, dos "miseráveis da Terra" aos trabalhadores semilivres e aos setores de ponta do proletariado. O que equivale a dizer que a revolução democrática se configura, nesta etapa, como sendo de "toda a sociedade", inclusive para aliviar a burguesia de um fardo que ela não soube como enfrentar – a condução da revolução nacional – e para libertar a Nação da

> tutela imperialista, quebrando as últimas cadeias coloniais. Ao impor seu padrão de autonomia e de autorrealização como classe, o setor de ponta do proletariado e do movimento sindical não diz um simples “basta!” à ditadura. Ele exige que o regime de classes, sob o capitalismo funcione para todas as classes (o que deveria ser normal) e busca instaurar a célebre norma do “homem livre na pátria livre”, traída pela Abolição e pela República, no respeito universal aos trabalhadores e aos cidadãos pobres comuns. [...] O que repõe o Brasil na história que se abre para o futuro: aos vários períodos amorfos da república burguesa poderão suceder-se outros períodos orgânicos de uma possível *república popular* (FERNANDES, 2011c, p.232 – grifos nossos).

Em desenvolvimentos teóricos posteriores, os dois argumentos iniciais de Fernandes, escritos em pleno vigor da ditadura, adquirem no período de sua crise de legitimidade institucional a forma de uma revolução “dentro” e “contra” a ordem. A primeira – aberta pela desobediência popular e proletária ao arco do despotismo burguês e possibilitada pelo seu salto à condição de “classe plenamente constituída” – significa a requisição operária da revolução secundária da burguesia latino-americana, pondo em seu lugar um processo alternativo, fundado nos interesses de classe dos trabalhadores e na massa dos destituídos: a então denominada “revolução burguesa em atraso”. A segunda é a constituição de outra sociedade, sem dominação-exploração de classe: o socialismo.

A revolução “dentro da ordem”, pelas reformas e direitos negados com centralidade na luta democrática, se converteria, progressivamente, no fator de reversão da ordem, dada a incapacidade burguesa de abrir mão de seu ranço totalitário-oligárquico. Isso implicaria operacionalmente, ao olhar de Fernandes, um primeiro passo: retirar a questão da democracia “do limbo em que ela se acha e ao qual foi lançada pelas forças contrarrevolucionárias” (2011b, p.174). Através de uma operação inicialmente semântica, os trabalhadores deveriam reconstruir a sua compreensão de democracia, de forma a não cair no recuo de uma nomenclatura cívico-burguesa esterilizável, em que “participação e mobilização se conjugam à representação, ao consenso e ao parlamentarismo” (*loc. cit.*) e onde a liberdade adquire um sentido esvaziado, naturalizado pela desigualdade e a individualidade liberal. Assim, “se não for acompanhada de luta sem quartel pela independência nacional e contra o imperialismo, a revolução

democrática será vã na periferia" (*ibid.*, p.222). Tirada essa primeira conclusão, seria de boa cautela examinarmos com cuidado essa semântica, considerando que já fomos antes enganados por ela.

Fernandes (2011b, p.221) conceitua precisamente o significado da democracia ao afirmar que a era em que se podia conciliar democracia com desenvolvimento maduro do capitalismo pertence à história. A expansão da democracia traria consigo ondas sucessivas de reformas anticapitalistas e, no ápice, a transição para o socialismo. A luta pela democracia, articulada à totalidade da vida social – suas dimensões política, econômica e sociocultural – teria por prioritário imperativo a formulação e a condução à vitória de um programa alternativo, orientado no sentido da destruição pela raiz das condições de manutenção da autocracia burguesa. Isso significava a superação da contrarrevolução na formação social brasileira, através da demolição da sua dupla base de sustentação: a dependência imperialista e a superexploração da força-de-trabalho.

Ao fim da década de 1970 e início de 1980, despontava na percepção de Fernandes (2011d, p.104) "o início de uma nova época histórica, de refluxo da reação e da contrarrevolução, e de fluxo da revolução nacional e da revolução democrática". Nesta perspectiva – onde as suas reflexões em muito se aproximam às ideias leninistas acerca da "Revolução Democrática" – a proposta de uma revolução "dentro da ordem" se articula e se confunde com a revolução "contra a ordem". Assim, estaria posta aos trabalhadores a possibilidade histórica de construir uma ordem social própria e uma sociedade civil transitória, que ligasse o processo da "revolução nacional-democrática e anti-imperialista" à emergência e vitória do socialismo. Como elo e impulso ao encontro destes dois momentos revolucionários, Fernandes supõe a tática de "acumulação de forças".

Considerando que partíamos de um ponto inicial, referente aos primeiros e ainda prematuros indícios de amadurecimento político-organizativo da classe trabalhadora, Fernandes (2011b, p.176) dividiu em dois os momentos de exercício da tática de acumulação de forças. O primeiro corresponderia ao fim do ciclo contrarrevolucionário e ao despontar da "revolução democrática", em que o acúmulo de forças se expressaria tanto na criação de instrumentos próprios da classe – sindicatos, partidos e associações – como na ação dos mesmos na disputa interna dos espaços políticos monopolizados pelas forças da contrarrevolução, a exemplo da

presença popular na Assembléia Nacional Constituinte (ANS) e da criação de candidaturas próprias nas eleições diretas de 1989. Já no segundo momento, maduro e posterior a esse, o tático e o estratégico combinar-se-iam, expressando-se tanto na organização dos trabalhadores como na ocupação dos espaços políticos da sociedade civil, cuja luta pela democracia avançaria para a ação "de modo maciço e repartido à desobediência civil sem tréguas", "sistemática e generalizada" (*loc. cit.*).

A inspiração das linhas gerais da obra política de Florestan no pensamento de Lênin é explicitada no brevíssimo texto "A atualidade de Lênin" de 1978, no qual afirma que apenas o socialismo revolucionário (em suas palavras, "o marxismo-leninismo") seria capaz de oferecer uma alternativa aos impasses do capitalismo monopolista na era atual. O autor reconhece nas reflexões leninistas uma fonte contemporânea de referência no enfrentamento aos impasses vividos no continente latino-americano, ao "adaptar o marxismo às condições concretas da contrarrevolução institucionalizada e às implicações da eclosão do imperialismo para o seu fortalecimento, dinamização e internacionalização" (FERNANDES, 2011f, p.142). Dentre os escritos de Lênin, Fernandes se referencia na obra "As duas táticas da social-democracia na Revolução Democrática" para constituir um paralelo entre o modelo autocrático-burguês brasileiro e a Rússia Tzarista, partindo do pressuposto de que, tanto em um quanto em outro, as classes dominantes detêm um perfil contrarrevolucionário e arcaico, o que nos impossibilita qualquer fantasia ou utopia acerca de uma democracia constitucional e representativa permeável à emergência do povo.

Essa comparação é enfática, sobretudo, no que diz respeito à burguesia nacional:

> Na realidade, tanto a aristocracia agrária quanto a burguesia comercial, industrial e financeira só procuram restringir a sociedade civil às suas fronteiras e submeter a sociedade política a seus interesses. Incorporando a dominação imperialista externa, esta última surge como uma espécie equivalente do czarismo: com mediação militar, sob qualquer modalidade de conciliação ou através de um demagogo providencial "a serviço das massas e do Estado nacional" ela pode prometer o que quiser. Mas só dará tirania de classe e reciclagem da contrarrevolução institucionalizada. (*ibid.*, p.145)

Posto nesses termos, uma Revolução Democrática autêntica não seria um episódio histórico local, viável apenas à superação do Tzarismo na Rússia, mas uma demanda presente também às muitas nações periféricas, a exemplo do Brasil, Venezuela e México, ou mesmo Paraguai, Bolívia e Haiti. É importante ressaltar que nesta análise, diferente da proposta Democrático-Nacional feita pelo PCB, Fernandes não compartilha da tese acerca de uma possível "insuficiência do capitalismo" em tais países. Ao contrário, o que pretende é a superação do status dependente, causa da superexploração da força-de-trabalho e consequência direta da intensificação do pauperismo. Da mesma forma, a "eliminação das reminiscências com o passado", como apresentado por Lênin para o caso russo, se colocam aqui em outro patamar, em torno da superação da condição do trabalho "semilivre" de parte da população pauperizada, submetida a trabalhos aviltantes e sem garantias formais, o que claramente distingue-se de uma condição servil ou feudal.

Ainda que não fizesse referência direta à Lênin na maioria de seus escritos, a tática de "acumulação de forças" em Florestan Fernandes (2011b) se assemelha ao que o revolucionário russo preconizou em 1905 como o "preparar das forças proletárias" para a vitória socialista, na relação entre programa máximo (socialista) e programa mínimo (reformas no âmbito da democracia burguesa) do partido socialdemocrata. Tal concepção pressupunha que a estratégia socialista não impossibilitava o envolvimento dos socialistas com temas fundamentais como liberdade política, reformas e democracia, tidas como pautas importantes ao programa mínimo. Essa preocupação pode ser verificável no curto texto de Lênin escrito em 1903 sobre a "Era das Reformas", onde dedica-se em poucas linhas a explicitar o sentido das ações táticas "dentro da ordem":

> Sem liberdade política, todas as formas de representação operária serão puro logro, o proletariado continuará aprisionado, nas trevas, sem ar e sem espaço, necessários à luta por sua plena emancipação. Nesta prisão, o governo abre agora uma pequena fenda em vez de uma janela. E uma fenda que dá maiores vantagens aos gendarmes e aos alcaguetes,

> guardiães dos presos, que aos próprios reclusos. [...] Mas a classe operária russa, valendo-se dessa fenda, adquirirá novas forças para a luta, derrubará todos os muros do maldito cárcere russo e conquistará a livre representação de classe num Estado democrático burguês (LENIN, [1903] 1961).

Já era de muito tempo esperada a “fenda” democrática na autocracia burguesa brasileira. Diríamos que, ao fim da contrarrevolução burguesa no Brasil, a conquista da liberdade política se tornava um passo fundamental para a constituição da nossa classe-em-si e a sua correspondente autonomia política através da retomada de seus instrumentos organizativos próprios e fundamentais. Contudo, ao iniciar da década de 1980 nos era desconhecida a amplitude desta “fenda”, tornando-se perigoso e até mesmo ingênuo apostar todas as fichas na disputa de espaços parlamentares ou acreditar em um Estado “ampliado” de direito. Entre nós, a constituição de uma cidadania liberal, ao garantir direitos civis, políticos e sociais, já representava um grande salto histórico na relação entre as distintas classes sociais e a superação de seu anterior padrão restrito.

Assim como em Lênin (1905a), para Florestan Fernandes (2011) a luta democrática em questão deveria ter claro o seu sujeito revolucionário – “assentado na perspectiva e na ação dos trabalhadores” –, para o qual se supunha inadmissível a coexistência entre democracia e intensificação do pauperismo. É interessante observar que ao compartilhar da concepção leninista de um sujeito orientado “na perspectiva e na ação dos trabalhadores”, Florestan não fala apenas de uma classe determinada, mas de uma composição de classes dotada de hegemonia[6]. A nomenclatura utilizada ao longo da sua bibliografia para se referir ao conjunto dos

---

[6] Para Lênin (*apud* GRUPPI, 1979, p.48), “considerada como uma tarefa temporária e transitória dos socialistas, a luta contra a autocracia não abria mão do horizonte socialista, mas era um passo fundamental para este: a luta pela liberdade política e pela república democrática na sociedade burguesa é tão-somente uma das fases necessárias da luta pela revolução social que derrubará o regime burguês. [...] Se a revolução que está diante do proletariado russo é burguesa, se seu objetivo deve ser a instauração da república democrática, se o inimigo a derrotar é o tzarismo e a propriedade fundiária do tipo feudal, disso deriva então que a classe operária – reafirmando a sua própria autonomia política, a independência de suas palavras de ordem – deve buscar a mais ampla aliança possível com a burguesia”.

trabalhadores é muito variada e demonstra a preocupação de Fernandes em evidenciar as sequelas ocasionadas pelo capitalismo dependente sobre os trabalhadores: seja na condição de os "de baixo", "classes trabalhadoras" ou "trabalhadores livres e semilivres do campo e da cidade".

Entretanto, é em poucos textos que Fernandes evidencia o termo *povo*. Aqui, o povo não expressa o conteúdo da classe trabalhadora brasileira, mas sim uma aliança entre segmentos de classes para objetivos táticos durante a "Revolução Democrática". Como diria o sociólogo, "não contamos com Júpiter na revolução democrática" (FERNANDES, 2011e, p.216). Excluídas as multinacionais, as nações imperialistas e a sua respectiva burguesia nacional associada, o interesse por uma autêntica "Revolução Democrática" seria da maioria da população. E este contingente, "deixando-se à parte os que têm crise de consciência", abrangeria

> alguns setores das classes médias, especialmente a chamada pequena burguesia e a grande massa dos deserdados, isto é, o setor de ponta do proletariado industrial e urbano, as classes trabalhadoras vinculadas aos serviços e à terra e principalmente o trabalhador semilivre do campo e da cidade (*ibid.*, p.217).

É interessante observar aqui uma mudança analítica em Fernandes no que diz respeito à burguesia e a suas frações. Antes de iniciar-se o processo de abertura democrática, as suas obras redigidas entre o final de 1960 e os primeiros anos da década de 1970 desacreditavam qualquer ação cujo aliado fosse algum dos segmentos burgueses, como visto na obra "Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina" (1973). Contudo, em seus escritos a partir de 1978/1979 esta composição de caráter popular se torna não apenas válida, como responsável por conduzir a "revolução burguesa em atraso" em atos consecutivos: com a implantação rápida e inicial de uma democracia de participação ampliada e, em seguida, o advento de uma democracia representativa e constitucional (em um sentido politicamente plural, como nas experiências francesa ou italiana), ou – dadas as possibilidades históricas – a constituição de uma revolução "contra a ordem", ao exemplo paradigmático de Cuba.

Se formos a Lênin (1905a), verificamos o sentido desta orientação tática quando este, ao defender o programa mínimo do partido bolchevique, concebe a “Revolução Democrática” como uma insurreição popular, “onde participam também grupos não proletários (...), isto é, também a burguesia” (Lênin *apud* GRUPPI, 1979, p.52). Sendo o proletariado o dirigente desta insurreição armada, seu produto seria um “governo provisório revolucionário” de composição plural e objetivos claros: instaurar “a república democrática, a assembleia constituinte e o governo revolucionário provisório no regime da ditadura democrática dos operários e dos camponeses” (*loc. cit.*). Contudo, tal posicionamento não suplanta o horizonte socialista. O “governo revolucionário provisório” dizia respeito ao modelo político necessário aos trabalhadores e camponeses pós derrubada da autocracia, não podendo ser confundido com a “ditadura socialista da classe operária”, ou seja, o próprio socialismo. Mantendo-se a estratégia socialista, a Revolução Democrática possuía uma ação tática peculiar, a qual objetivava unir “a pressão de baixo para cima à pressão pelo alto, com a participação do governo” (*ibid.*, p.55).

No sentido preconizado por Lênin, Fernandes vai dedicar-se a adaptar essa programática à realidade brasileira, com a peculiaridade que em seus escritos a “pressão pelo alto” assume a forma de uma pressão *dentro* e *através* da ordem:

> O que antes se entendia como apatia das massas começa a dissipar-se; e, ao mesmo tempo, começa a configurar-se [...] uma atividade das classes subalternas a partir de dentro e através da ordem burguesa. Esta já não pode excluí-las ou isolá-las; e, exatamente por esta razão, elas podem modificá-la e, em um limite extremo de tensão, destruí-la. E não mais em função de uma oportunidade ocasional [...], mas como produto de acumulação de forças e da transformação desta em poder real: as classes subalternas passam a dispor assim, de alternativas históricas, de meios políticos institucionais, o que muda a qualidade do processo histórico (a oposição entre revolução e contrarrevolução cede lugar a formas crescentemente mais complexas e eficazes de objetivação econômica, social e política da revolução). (FERNANDES, 2011d, p.106)

Apesar de já termos demonstrado em linhas gerais o que seria o programa socialista pela leitura crítica de Florestan Fernandes,

encontramos no filósofo marxista José Chasin uma proposta operativa mais acabada. Preocupado em contribuir para o debate tático e estratégico dos militantes mais avançados de sua época, o autor lhes oferece em 1977 uma proposta de "dupla resolução básica", capaz de sintetizar e acrescentar novos aspectos políticos e conjunturais aos caminhos e descaminhos programáticos traçados. "Derrotar toda e qualquer versão ou modalidade de uma política econômica que tenha por fundamento o superaviltamento e a superdepreciação do valor da força de trabalho" seria o primeiro passo de sua proposta que, correta e firmemente conduzida numa luta contrária ao regime político autocrático, levaria à unificação das vastas camadas trabalhadoras "pelas suas mais prementes e legítimas aspirações" (CHASIN, 2000, p.74). A partir deste momento, condizente à elevação organizativa e de consciência de classe dos trabalhadores, se abririam as possibilidades de fazer frente e até mesmo superar as políticas econômicas e autoritárias típicas dos "milagres" brasileiros.

Dado o primeiro momento, cujo conteúdo é semelhante ao que Fernandes denominou por ser a nossa "Revolução Democrática"[7], Chasin aponta sua próxima resolução: a das tarefas de curto, médio e longo prazo. Nestas, o filósofo atualiza os argumentos caiopradeanos à luz de uma programática "dentro da ordem", que muito mais se aproximou de um projeto capitalista autônomo de desenvolvimento nacional. Assim como Prado Jr., Chasin (2000, p.75) acreditava que um programa oposicionista na perspectiva do trabalho conduziria "à defesa e à luta por uma correta participação do Estado nas atividades econômicas no país". No sentido geral, as tarefas de curto e médio prazo diziam respeito ao avançar da luta antiimperialista, contrária à transnacionalização da economia e às deformações subdesenvolvidas que a dependência externa historicamente acarretou. O que o autor pressupunha estar em jogo era a disputa pela "questão democrática", não pensada apenas como a democracia representativa e institucional, mas em sua totalidade – econômica, política, social e cultural – que obrigava os "de baixo" a agir sobre as estruturas fundamentais do país e a

[7] Cf. FERNANDES, Fernandes. Reflexões sobre o presente. In: Brasil: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011a.

tomar para si a sua base econômica, girando-a através de um programa econômico alternativo para as massas.

Para dar concretude ao eixo prioritário de sua programática – o desenvolvimento de uma indústria e economia nacionais, de controle estatal e voltadas para os interesses das demandas populares – Chasin propõe uma ampla Frente a ser composta pela "articulação de forças sociais distintas e contraditórias, que assim se mantêm, mas que convergem sobre um programa dado, num momento histórico determinado" (*ibid.*, p.76). Os sujeitos seriam três: os trabalhadores urbanos e rurais como cúpula dirigente, articuladora e mobilizadora, enquanto o único componente capaz de oferecer solidez e consecução ao programa revolucionário; "a burguesia das pequenas e médias empresas que o capital monopolista (nacional e internacional) leva ao estrangulamento", destinando-as a suprir o mercado interno, dos chamados bens de consumo operário; e, por fim, "as camadas médias, particularmente as intelectualizadas, motivadas em especial por reivindicações próprias à democracia cultural, e em geral pelas agruras materiais que o desequilíbrio tende a lhes brindar" (*ibid.*, p.77). Da união destes três segmentos, supostamente prejudicados pela dependência externa, Chasin apontou o novo e teve, ao conhecer as reflexões de seus contemporâneos, a capacidade de projetar, em linhas gerais, o que viria a ser a concretização da estratégia democrático-popular, em sua afirmação do que seria a estratégia socialista adequada ao momento em que escrevia.

É indiscutível, e pode-se considerar legítimo, o otimismo existente ao findar do regime autocrático-burguês pelos setores organizados da esquerda, a partir das possibilidades abertas no cenário político brasileiro. A crise do regime e a abertura democrática iluminaram esperanças de um "alargamento da ordem", ou mesmo de uma cidadania irrestrita, em um modelo de "democracia ampliada" hegemonizado pelos trabalhadores. Contudo, o que tais esperanças demonstraram, ao secundarizar a natureza própria a este Estado e a sua burguesia (a qual nunca deteve uma fração efetivamente progressista ou "nacional") é que a resolução de nossa "questão democrática", "a partir de dentro e através da ordem burguesa", por meios político-institucioniais, nunca superou o caráter contrarrevolucionário de nossa formação social. Em sentido contrário, promoveu o aprisionamento da estratégia socialista dentro dos marcos do Estado burguês e de sua cultura autocrática, via

cooptação de suas organizações de vanguarda e quadros dirigentes, como visto na ascensão do PT ao governo federal a partir de 2002.

RUY MAURO MARINI: AS TAREFAS DOS REVOLUCIONÁRIOS

Como Fernandes e Chasin, as publicações do sociólogo Ruy Mauro Marini ao fim dos anos 1970 também apresentavam um otimismo considerável. O período histórico que então se abria – caracterizado como uma "nova situação" latino-americana – apostava no reascenso das massas e na possibilidade efetiva de derrocada da ditadura. Diante de tal conjuntura, Marini (2011, p.227) é claro: os revolucionários deveriam estar atentos e aproveitar a nova situação para, "combinando diferentes formas de *acumulação de forças*, propor abertamente a luta pelo poder".

Aparentemente semelhante à programática até aqui apresentada, a sua concepção de acumulação de forças e luta pelo poder do Estado é, entretanto, bem distinta da orientação política então hegemônica. Poderíamos, inclusive, considerar politicamente Marini como "o ponto fora da curva" dentre os grandes pensadores da tradição marxista no Brasil. A política de "acumulação de forças" preconizada por este militante estaria circunscrita aos marcos de uma política revolucionária, capaz de proporcionar às massas formas superiores de organização e luta. Em sua perspectiva, "os caminhos trilhados da colaboração de classes" apenas conduziriam novamente as massas a derrotas e becos sem saída. O principal objetivo estaria no impulso ao reascenso das massas e a sua autonomia de classe (*ibid.*, p.228).

Influenciado pela experiência da Frente Sandinista na Nicarágua, Marini acreditava em uma "linha político-militar e internacionalista", cuja única força capaz de derrotar as ditaduras e suas reciclagens democráticas era a classe operária e o povo. Para tanto, eram três as questões-chave postas aos revolucionários latino-americanos: "a condução revolucionária da classe proletária, a unidade da esquerda e a luta armada" (*ibid.*, p.234). No que diz respeito à primeira, as alterações da classe trabalhadora vivenciadas no continente – a maior concentração operária e sua respectiva organização, o aumento das camadas médias assalariadas, dos jovens e o movimento das mulheres – impunham à luta de classes exigências práticas. A condução do movimento operário, consciente

da natureza do Estado e dos novos “engodos” ideológicos da burguesia, deveria dispor, como prerrogativa, de um programa e propaganda socialista sem concessões, cujas lutas estivessem assentadas no terreno do socialismo. Aqui o decisivo estava no “que fazer” diante de uma situação política transformadora, quando “a ruptura das antigas alianças de classes e o desmantelamento do populismo colocam o movimento operário frente a um Estado que é o órgão explícito da dominação da classe burguesa” (*ibid.*, p.235).

A partir de uma concepção nada otimista do Estado, a unidade da esquerda pressupunha uma *política de alianças*, a se realizar tanto na luta diária com as massas – “lado a lado com os trabalhadores” – como através da construção de uma “*frente* comum contra a repressão estatal e as tentativas burguesas de dividir e infiltrar-se no movimento popular” (*ibid.*, p.237). Mas, para que isso fosse possível, a esquerda precisaria enfrentar uma tarefa nada simples: eliminar os desvios que a acometem e, dentre eles, as formas sofisticadas de revisionismo inculcadas pela burguesia no movimento operário. Logo, tal superação dependeria, sobretudo, “da apreciação correta sobre o que é a burguesia supostamente progressista que o reformismo privilegia como aliada e a dinâmica real da classe trabalhadora, que a conduz pelo caminho da autonomia de classe e, portanto, do socialismo” (*loc. cit.*):

> A esquerda latino-americana tem uma rica e variada experiência em matéria de erros: dos desvios anarco-sindicalistas, passou ao ultraesquerdismo proporcionado pelos partidos comunistas da primeira fase, logo revestido em reformismo e colaboração de classes; a tentativa de superar tais desvios conduziu a esquerda ao militarismo e ao vanguardismo, ao qual se pretende opor, hoje, como remédio, a volta do reformismo (MARINI, 2011, p.236).

Diante disso, a conformação desta “frente” ou da “política de alianças” se torna um elemento crucial em sua análise que, para se efetivar enquanto tática correta, deveria ser condizente à sua estratégia socialista. Estratégia esta que “implica uma política de alianças dos revolucionários com os revolucionários, no plano nacional e internacional” e “exige uma rigorosa luta ideológica, levada sem contemplações no seio do movimento de massas” (*ibid.*, p.239). Ainda que, diante da particularidade latino-americana, Marini pense esta *frente* como uma “organização ampla e eficaz da

classe trabalhadora e do movimento popular", a sua referência é a aliança proletário-camponesa da revolução russa de 1917, a qual assumiu a condição de "classe revolucionária" através da "aliança do proletariado com a imensa massa oprimida e explorada da Rússia" (*loc. cit.*).

Cabe sinalizar que em Marini a compreensão tática dessa aliança entre classes é concebida a partir da explícita distinção entre o conceito de *democracia burguesa* e o de *democracia proletária*, e, no caso desta última, trata-se de uma democracia circunscrita à transição socialista pós-revolução proletária. A democracia burguesa – fundada na propriedade privada e na exploração entre classes – constitui sua legitimidade a partir de instrumentos de coerção e meios ideológicos de consenso, dentre os quais se destaca como "pedra angular" o conceito de cidadania, responsável por atribuir a cada indivíduo o direito civil e político de participante isolado do Estado abstrato. Em sentido antagônico, a democracia socialista – o governo da imensa maioria em defesa da imensa maioria – se assume como expressão da luta de classes, renuncia à mistificação ideológica e converte em sujeito político real as grandes massas populares, cujas divergências devem ser resolvidas mediante a discussão, persuasão e o consenso[8].

Mas, no caso dos países latino-americanos, para que a democracia socialista se constitua, trata-se antes de realizar uma "revolução pacífica" ou uma "revolução violenta"? Para Marini, tomando por referência Marx e Lênin, as possibilidades para uma via pacífica apenas poderiam ser colocadas sob duas circunstâncias: a primeira, em países de burocracia e exército pouco desenvolvidos, cujo Estado burguês não tivesse alcançado sua forma madura; ou, como segunda via, num contexto de fortalecimento do socialismo e avanço revolucionário em nível mundial, onde a correlação de forças

---

[8] Referenciado na política leninista de 1918, Marini (2011, p.207) nos chama atenção para as concessões possíveis de serem realizadas durante a transição socialista à burguesia e aos setores a ela vinculados (os intelectuais burgueses), concessões que em nada se assemelham às realizadas no interior da aliança operário-camponesa. As concessões à burguesia estão condicionadas pelas exigências da transição pós-revolução proletária, fixando sua natureza e prazo. A exemplo, Lênin não propôs como tarefa imediata a socialização da indústria e do comércio na Rússia; ou mesmo na China pós-revolução, a durabilidade das empresas capitalistas esteve associada ao tempo de vida de seus proprietários.

desfavorável à burguesia a faria abdicar do processo revolucionário. Entretanto, como nenhuma das duas alternativas se efetivou historicamente, o que se sucedeu, ao contrário, foi o avançar da fase imperialista do capital. E, para Lênin, nesta fase a via pacífica encontra-se cancelada.

Nesta perspectiva, a última "questão chave" posta aos revolucionários – *a luta armada* – remete a um dos problemas estratégicos fundamentais da revolução latino-americana em seu caráter violento: "o de criar um exército operário e popular, capaz de assegurar o desenvolvimento do movimento revolucionário de massas" (MARINI, 2011, p.229). Crítico ao que considerou concepções "etapistas ou mecanicistas", Marini compreendia a questão militar como exigência *sine qua non* para o avanço da luta de classes. Caso exemplificado na experiência chilena, cuja derrota do governo popular de Allende, ao furtar-se de tais meios, impôs consequências muito mais terríveis à esquerda do que as derrotas das experiências de guerrilha na Venezuela, Uruguai ou Brasil.

Sob esse aspecto, vale uma breve consideração às reflexões mais contemporâneas do autor acerca dos "caminhos da revolução". Em seu texto "socialismo e democracia", de 1993, ainda que reafirme o caráter violento da revolução socialista, Marini reconhece como improvável a sua viabilidade em futuro próximo, dada a conjuntura hostil aos trabalhadores, marcada pela derrota e refluxo do movimento revolucionário em nível internacional. Deste modo, aos revolucionários caberia a necessária tarefa de superar velhos impasses e "buscar novas formas de ação, orientadas a colocar os trabalhadores em condições de solucionar em seu favor a disputa pelo poder" (2011, p.210):

> Trata-se, sobretudo, de entender as novas formas de ação e os mecanismos de participação que as massas estão criando para intervir de modo mais ativo no plano de gestão empresarial e política. O controle operário, a cogestão e a autogestão das empresas; a luta eleitoral e a participação no Parlamento e nos governos locais; a participação sobre as políticas orçamentária, educacional, de saúde, de transporte público; [...] a crítica às desigualdades de base econômica, étnica ou sexual: esses são alguns dos instrumentos que as massas estão utilizando, em todos os lados para defender seus interesses, elevar sua cultura política e amadurecer seu espírito revolucionário. (*ibid.*, p.211).

Aqui Marini não busca equalizar as “novas formas de ação” à própria transição socialista, mas através delas “capacitar” as massas para que possam assumir, elas mesmas, a direção do processo da transição socialista, como a única garantia de seu êxito. Deste modo, o que pretende o autor é colocar na ordem do dia o diálogo e a superação dos dilemas vividos nas experiências de “socialismo real”: as contradições da relação socialismo-democracia; e a derrota dos regimes na União Soviética e na Europa Oriental, incapazes de realizar as tarefas necessárias à transição pós-revolução. Todavia, o que em geral a experiência das “novas formas de ação” nos apresentou, como experiência histórica, esteve em muito distante das aspirações revolucionárias deste militante ou de uma contribuição à efetiva participação e capacitação das massas. Longe de contribuir para a reflexão sobre a transição socialista, a intensiva atuação dos trabalhadores nos espaços de democracia burguesa obscureceu a análise sobre a natureza própria dessa democracia, burocratizando sua atuação, organização, e constituindo uma política revisionista sobre a estratégia socialista (não mais revolucionária) e sua política de alianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHASIN, J. *A Miséria Brasileira, 1964-1994*: do Golpe Militar à Crise Social. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A revolução Burguesa no Brasil.* Ensaio de interpretação sociológica. 2º Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1976.

________. *Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina.* 4º Ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

________. Movimento socialista e partidos políticos. In: *Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011a.

________. Revolução ou Contrarrevolução? In: *Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011b.

________. Reflexões sobre o presente. In: *Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011c.

________. Repensando a Revolução Burguesa no Brasil. In: *Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011d.

________. O Imperialismo e a Revolução Democrática. In: *Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011e.

________. A atualidade de Lênin. In: *Brasil em Compasso de Espera. Pequenos escritos políticos.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011f.

IANNI, Octávio. *Pensamento Social no Brasil.* Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

LÊNIN, V. I. A era das reformas. In: *Sobre os sindicatos.* Rio de Janeiro: Vitória, [1903] 1961.

________. *Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática.* 1905a. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/taticas/index.htm.

________. *Revolução do Tipo de 1789 ou do Tipo de 1848?* 1905b. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/04/ rev_tipo.htm.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.

________. Dialética da Dependência. In: STEDILE, J. P. e TRASPADINI, R. (Orgs). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARQUES, M. G. *Em busca da Revolução Brasileira: uma análise crítica da Estratégia Democrático-Popular.* Curitiba: Editora Prismas, 2015.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital.* São Paulo: Boitempo, 2009.

MAZZEO, A. C. *Estado e Burguesia no Brasil:* origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

________. *A Revolução Brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRESTES, Anita Leocádia. Da “Declaração de Março” de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. *Revista Crítica Marxista*, nº 32. São Paulo: Unicamp, 2011. p.147-174.

ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA EM CARLOS NELSON COUTINHO

Victor Neves

> *[...] pode-se dizer que a personalidade de um filósofo individual é dada também pela relação ativa entre ele e o ambiente cultural que ele quer modificar, ambiente que reage sobre o filósofo e, o constrangendo a uma contínua autocrítica, funciona como "mestre".*
>
> Antonio Gramsci

Carlos Nelson Coutinho, nascido em 1943 e falecido em 2012, foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros de sua geração[9]. Foi também um dos mais destacados defensores da existência de uma inextricável articulação entre *democracia* e *socialismo* – a tal ponto que afirmava que os membros deste par não podiam se realizar um sem o outro (COUTINHO, 2009). Essa posição política, combinada às profundas unidade e coerência de seu pensamento, e à sua grande produtividade[10] como intelectual orgânico (GRAMSCI, [1932] 1977, Q.12, §1) da classe trabalhadora, o tornaram uma figura de referência não apenas no campo acadêmico, mas também no conjunto da esquerda brasileira.

Sua opção por ser intelectual esteve, desde o início, articulada à decisão de fazer política e à intenção de tornar-se comunista – materializada, na prática, a partir de sua entrada no PCB, no início de 1961, aos dezessete anos. Tempos depois, ao

---

[9] Este texto se ampara sobre extensa investigação de caráter biobibliográfico, em que realizei entrevistas, leitura e exame da totalidade da produção coutiniana, ao longo da integralidade da sua atividade intelectual (1959-2011), resultando em uma avaliação crítica de seu pensamento político. A pesquisa foi financiada pelas bolsas de doutorado e doutorado-sanduíche, concedidas pela CAPES, e doutorado Nota 10, pela FAPERJ, e resultou em tese de doutoramento (NEVES, 2016a) e artigos sobre Coutinho (NEVES, 2013; 2016b; 2017; 2018a; 2018b).

[10] Coutinho atuou em diversas frentes, desde a tradução e a divulgação até a elaboração teórica original. Traduziu mais de 60 livros e foi o autor de 13 livros e centenas de artigos e textos de menor extensão, para além de sua prolífera atividade como docente, palestrante, conferencista e membro de bancas (NETTO, 2013).

comentar o início de sua formação, e suas primeiras decisões políticas e profissionais, declararia que *nunca conseguiu distinguir* entre ser *comunista* e ser *intelectual* (COUTINHO, 2006, pp. 166-169).

Seu itinerário é uma espécie de síntese, no plano individual, do itinerário da esquerda em sua geração – do PCB ao PT, da estratégia nacional e democrática (END) à estratégia democrático-popular (EDP), atravessando diferentes variantes daquela que podemos considerar, em essência, uma mesma estratégia nacional, democrático-popular.

Essa síntese não se dá como mero reflexo do movimento da sociedade, ao qual o autor seria alheio. Pelo contrário: ela é, ao mesmo tempo, reflexo de tal movimento e bula destinada a orientar a intervenção sobre ele. Adquiriu, enquanto tal, notável influência na formação do pensamento de amplos setores da esquerda brasileira, especialmente a partir da repercussão, nos anos 1980, do ensaio *A democracia como valor universal.*

UM FILÓSOFO DEMOCRÁTICO, DO PCB AO PT

O pensamento político coutiniano sempre foi pautado pela necessidade de superação da ordem burguesa. Desenvolveu-se, fundada sobre essa base, uma concepção de mundo unitária e coerente, capaz de mobilizar e combinar desde pensadores do campo do assim chamado “marxismo ocidental” (ANDERSON, 1976a) a outros, vinculados à tradição teórico-prática vigente no movimento comunista internacional (MCI), especialmente nos PCs brasileiro, italiano e francês (e também, mediada por aqueles outros, no PC soviético). Os pensadores-síntese que, para Coutinho, estabeleceram a ponte entre essas duas vertentes internas do marxismo, constituíram suas principais referências teóricas ao longo de toda a vida adulta: György Lukács e Antonio Gramsci.

Coutinho jamais deixou de reconhecer a necessidade de uma revolução social. Entretanto, esta última era entendida por ele enquanto paulatina, progressiva e profunda transformação, que superasse, numa sociedade sem classes, os impasses e as contradições da forma capitalista de sociabilidade. Como pensador de relevo, foi um intelectual representativo (GOLDMANN, 1967) de seu tempo histórico.

Isso se manifesta não apenas em seu pensamento político, mas em sua própria trajetória de vida: filho de um membro ilustrado da oligarquia rural nordestina, iniciou sua formação sistemática com um forte componente autodidata, numa Salvador que passava por um “renascimento” (RISÉRIO, 1995), num Brasil impregnado pela euforia desenvolvimentista, cuja variante nacionalista agrupou ampla gama de posições políticas assim chamadas progressistas, incluindo os comunistas (TOLEDO, 2005). Munido do instrumental adquirido sob as condições em que “o vento revolucionário descompartimentava a inteligência nacional” (SCHWARZ, 2008), enchendo-a de esperanças no desenvolvimento capitalista enquanto ponte para a construção do socialismo, Coutinho enfrentou o Golpe de 1964, mudou-se para o Rio de Janeiro, exilou-se na Itália, passou pela França, retornou e se engajou na redemocratização do Brasil, no processo de erosão da ditadura empresarial-militar. Nessa luta, ocupou lugar de intelectual destacado, inicialmente, no Partido Comunista Brasileiro, e, posteriormente, no Partido dos Trabalhadores, onde ingressou em 1989[11].

O marxista baiano não passou imune aos influxos teóricos mais diretamente relacionados a cada um desses acontecimentos e locais. Na medida em que amadurecia, seu marxismo contagiou-se dos debates relevantes de sua época e assimilou novas referências. Ao longo dos anos 1960 e 1970, deslocou sua predileção do Lukács de *História e Consciência de Classe* em direção ao velho Lukács; conheceu e assimilou o pensamento eurocomunista; construiu sua peculiar interpretação de Gramsci, tornando-se um dos mais autorizados intérpretes do marxista sardo em nível internacional[12]; absorveu a contribuição teórica de intelectuais de diversas vertentes – como, por exemplo, Rousseau, cuja problemática central buscou

---

[11] Deixou o PT em 2003 e finalizou sua trajetória política no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que ajudou a fundar.

[12] Coutinho foi o responsável pela edição mais recente da obra do revolucionário italiano no Brasil, tendo também obtido reconhecimento internacional como um dos principais pesquisadores da obra gramsciana. Isso se materializou, por exemplo, na posição de membro do Comitê Coordenador da *International Gramsci Society*, bem como nos verbetes escritos para o *Dizionario Gramsciano* de Guido Liguori e Pasquale Voza (oito no total, quatro dos quais estão publicados em português em COUTINHO, 2011a, pp. 121-138).

incorporar a seu próprio pensamento político (COUTINHO, 2011a). Caminhou, assim, rumo a um *marxismo democrático*.

Tudo isso trouxe ao pensamento coutiniano uma amplitude, uma variedade e uma complexidade invulgares, erguidas em torno de quatro eixos voluntariamente presentes já em seus primeiros trabalhos. São eles: o compromisso com a Razão; a defesa de um humanismo marxista; o nacionalismo; a ortodoxia aberta (COUTINHO, 1967; 1972). Mas há outro eixo, involuntário, que corta seu pensamento político maduro desde o núcleo, e informa, também, as estratégias nacional-democrática e democrático-popular. Trata-se daquilo que Benjamin ([1940] 1987) chamou de "opinião de nadar com a corrente", fundada sobre certa concepção homogênea e esvaziada do tempo e das temporalidades do confronto social, e sobre uma interpretação da história voltada para o futuro, na qual o desenvolvimento capitalista tenderia, ainda que contra a vontade dos dominantes, a favorecer a luta por sua própria superação[13].

Assim, veremos que no pensamento político coutiniano o tempo da luta política é geralmente indeterminado, a especificidade das temporalidades em jogo nas revoluções é abstraída (BENSAÏD, 2000). Minimiza-se ou elide-se o caráter de excepcionalidade cronológica, espacial e sociopolítica do acúmulo de conquistas sociais nas experiências do "capitalismo de bem-estar" (NETTO, 2007; HUSSON, 2008). Subestimam-se as tendências à cooptação e assimilação que acompanham as vitórias parciais das classes trabalhadoras (FONTES, 2012). Processo e explosão são apresentados como mutuamente exclusivos, e não como aspectos articulados (BIANCHI, 2008).

Essas características marcaram, na mesma época, o pensamento de amplo corpo de intelectuais, críticos tanto à ordem capitalista quanto aos limites das experiências socialistas no assim chamado Leste, ou Oriente. Quanto a nosso autor, resultaram na abertura de seu marxismo a elementos oriundos do contratualismo e do liberalismo político, que lhe emprestaram parte importante de sua

---

[13] Esse elemento tornou-se mais e mais problemático na medida em que a conjuntura pós-neoliberal desmentia prognósticos otimistas quanto ao avanço da luta socialista em contexto de democratização. Coutinho chegou a reformular o tratamento dado a certos conceitos-chave a partir da virada aos anos 1990 (por exemplo, o de sociedade civil: COUTINHO, 1992), e publicou, em 2000, um livro sugestivamente intitulado *Contra a Corrente*. O núcleo duro do pensamento político maduro do autor, entretanto, jamais se alterou.

força e de sua capacidade de reverberação social. Determinaram, simultaneamente, limites.

ORIENTE-EXPLOSÃO, OCIDENTE-PROCESSO E REFORMISMO EVOLUCIONÁRIO

A teoria da revolução, em Coutinho, é formulada em permanente diálogo crítico com a experiência russa de 1917. Sua interpretação desse fenômeno se expressa, sobretudo, através de seus escritos políticos. Ela não se funda prioritariamente sobre estudos historiográficos, mas, antes, sobre a problematização do lugar ocupado por aquele evento na definição de uma estratégia de luta socialista.

O autor tende a hipostasiar os aspectos insurrecionais do fenômeno, para então circunscreve-lo como típico de formações econômico-sociais apresentadas como retardatárias, pouco desenvolvidas, onde o Estado seria demasiado forte em relação à sociedade civil – em suma, e retomando aqui expressão que remete ao debate entre socialdemocracia alemã e bolcheviques já na primeira década do século XX, pertencentes ao "Oriente" [14]. Aproximamo-nos aqui dos "comunismos nacionais" (MANDEL, 1978)

---

[14] A tentativa de determinação no plano teórico das peculiaridades a diferenciar Oriente e Ocidente não se inicia, nem termina, com Gramsci. O debate se instala na socialdemocracia já a partir do chamado "ensaio geral" russo de 1905, e de suas diferentes repercussões sobre o movimento operário alemão. Atravessa a interpretação da Revolução de Outubro nos países chamados ocidentais (exemplo do qual recolher lições ou excrescência típica do Oriente atrasado?). Instala-se no seio da III Internacional nos anos 1920. Reverbera em Gramsci no cárcere ("guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 17"; "guerra de posição que era a única possível no Ocidente" – GRAMSCI, [1930-32] 1977, Q. 7, § 16, p. 866). Torna-se pedra de toque no PCI do pós II-Guerra, na construção da proposta do chamado "caminho italiano para o socialismo". Ainda hoje, é pauta de reflexão de numerosos intelectuais. Elementos para a historicização do problema estão em: ANDERSON, 1976b, pp. 5-18; BIANCHI, 2008, pp. 199-251; HOBSBAWM (org.), vol. 03 (pp. 135-188; 243-290), vol. 04 (pp. 149-171), vol. 05 (pp. 25-74), vol. 08 (pp. 329-373), vol. 11 (pp. 67-100). Note-se que após a Revolução Russa, e, especialmente, após a II Guerra, a referência a "Leste" passou a ser fortemente identificada às experiências de transição socialista localizadas na Europa Oriental (e, posteriormente, na Ásia).

característicos da segunda metade do século XX, cujo exemplo mais famoso seja talvez o "eurocomunismo" [15].

Assim como o próprio movimento comunista, em cujo seio se tornou intelectual, o marxista baiano tinha na mais alta conta o heroísmo materializado em outubro, assim como nutria profunda admiração por Lênin e pela URSS. Negava, entretanto, a validade de um suposto caminho russo como inspiração a ser aproveitada no "Ocidente", mantendo certo distanciamento em relação aos desdobramentos da Revolução de Outubro, e pondo em questão o potencial emancipatório dos resultados obtidos através das revoluções "orientais".

Essa diferenciação entre "Oriente" e "Ocidente" começou a ser trabalhada por Coutinho em meados dos anos 1970, vindo a público pela primeira vez no artigo *Um certo sr. Gramsci*, publicado pelo Jornal do Brasil em 1976. Ali é onde aparece a primeira referência coutiniana a Gramsci como "o teórico da revolução no *Ocidente*", além de "o único pensador marxista *ocidental* a tentar responder em nível teórico aos problemas que se colocaram aos Partidos comunistas e socialistas no período do avanço fascista e, sobretudo, naquele posterior à Segunda Guerra Mundial" (COUTINHO, 1976 – grifos meus).

Embora, nesse momento do pensamento coutiniano, as categorias de "Ocidente" e "Oriente" ainda não tenham encontrado a elaboração acabada que terão alguns anos depois, as linhas de força centrais na base de sua diferenciação já se explicitam.

Isso fica claro nesta passagem:

---

[15] O eurocomunismo foi uma tendência no interior do movimento comunista internacional (MCI), de grande força e repercussão no entorno temporal da década de 1970, tendo tido como principais expoentes, na Europa, os PCs Francês, Italiano e Espanhol. Definição sintética de suas características encontra-se nesta passagem: "Para os partidos eurocomunistas, o 'caminho para o socialismo' deve ser pacífico, democrático e construído principalmente com a matéria-prima existente na sociedade nacional. O próprio socialismo deve ser democrático, sempre de acordo com a lógica do desenvolvimento social interno. O recurso aos padrões institucionais soviéticos – em particular, às 'ditaduras proletárias' unipartidárias – e a repetição do modelo soviético foram, em geral, descartados. Na maioria dos casos, a 'desestalinização' e a democratização da vida interna do partido também foram propostas, processos esses que implicaram a recusa da hegemonia soviética sobre o movimento comunista internacional" (ROSS, 2013, pp. 232-233). Para uma avaliação crítica dessa corrente, mais voltada para explicitar as continuidades entre o eurocomunismo e o MCI, cf. Mandel (1978).

> A presença [nos países ocidentais adiantados] de uma sociedade civil altamente complexa – herança de uma tradição secular de democracia e de liberdade política, inexistente numa sociedade de tipo "oriental" como era a Rússia de 1917 – impõe às classes sociais a necessidade de um longo e amplo combate pela hegemonia e pelo consenso. (COUTINHO, 1976).

Temos então que a existência de uma sociedade civil altamente complexa é o que diferencia o Ocidente do Oriente, marcando a necessidade de um amplo combate pela hegemonia e pelo consenso, a obtenção de uma sólida hegemonia anteriormente à tomada do poder. Aprofundando a diferenciação, afirma:

> [...] nas formações sociais onde não se desenvolveu uma sociedade civil forte e articulada [Oriente], a luta de classes se trava predominantemente em torno da conquista e da manutenção da "sociedade política". No caso inverso [Ocidente] as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista ideológica – ao consenso – dos setores majoritários da população. Quando o país apresenta uma sociedade civil rica e pluralista, a obtenção de uma ampla hegemonia deve preceder a tomada do Poder [...]. (COUTINHO, 1976).

Esse raciocínio foi sendo desenvolvido e aprofundado, ao longo dos anos posteriores, em diversos textos (COUTINHO, 1980; 1981). Foi finalmente exposto de modo mais acabado, unitário e coerente, articulando uma concepção coutiniana do Estado ampliado a uma teoria processual da revolução, no ensaio *A dualidade de poderes* (COUTINHO, 1985), reeditado sucessivas vezes ao longo da vida do autor[16].

O pensador baiano buscou, no texto em questão, fundamentar e alinhavar teoricamente todo um conjunto de ideias com as quais já vinha trabalhando há anos. A principal novidade no ensaio reside na explicitação da vinculação exclusiva entre: de um lado, *Oriente*, em que vigem *Estado restrito* (e seu reflexo no pensamento, a teoria restrita do Estado), *concepção explosiva da*

---

[16] Algumas dessas reedições trouxeram diferenças dignas de nota em relação ao ensaio original. É o caso, por exemplo, de Coutinho (2008a), a mais facilmente disponível hoje ao leitor interessado.

revolução, disputa política fundada sobre a *coerção*; de outro lado, *Ocidente*, em que vigoram *Estado ampliado* (e seu reflexo no pensamento, a teoria ampliada do Estado), *concepção de revolução como processo*, disputa política fundada sobre a *hegemonia* ou *consenso* que deveriam preceder e acompanhar a tomada do poder.

Tais categorias são articuladas por Coutinho, a partir de sua interpretação do pensamento gramsciano, no sentido de apresentar as duas totalidades nomeadas Oriente e Ocidente como mutuamente exclusivas, para as quais valeriam concepções diversas de Estado e revolução. No Ocidente, sob o Estado ampliado, a revolução, processual, deveria se fundar sobre uma progressiva política revolucionária de reformas, um *reformismo revolucionário* baseado no acúmulo progressivo de vitórias parciais do proletariado na luta política[17].

É esse o núcleo duro do pensamento político coutiniano maduro.

OCIDENTALIZAÇÃO E CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO

Coutinho formulou uma leitura particular da tendência de desenvolvimento do modo capitalista de produção e de vida, que valeria tanto para seu centro (no passado) quanto para sua periferia (no presente e como perspectiva de futuro). Essa interpretação é enunciada sinteticamente nesta passagem:

> Se recordarmos que, para Gramsci, "Oriente" e "Ocidente" não são conceitos geográficos, mas indicam diferentes tipos de formação econômico-social, em função sobretudo do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado; e se lembrarmos que, para ele, *as formações "orientais" tendem historicamente a se converter em "ocidentais", já que o fortalecimento da sociedade civil resulta do próprio desenvolvimento histórico*, então se torna ainda mais evidente esse caráter universal de suas reflexões. Uma universalidade, aliás, que só tenderá a crescer, à medida que se acentuar o processo necessário de "ocidentalização" das sociedades mundiais. (COUTINHO, 1981, p. 65 – grifo meu).

---

17 O termo "política revolucionária de reformas" aparece em Coutinho (1980, p.117). "Reformismo revolucionário" aparece, por exemplo, em: Coutinho (1992, p.17; pp. 35-46); Coutinho (2008b, pp. 39-48; pp. 86-89; p. 155; p. 197). A expressão "reformismo revolucionário" é de autoria de Luigi Longo, secretário-geral do PCI entre 1964 e 1972.

Vemos que há, para o autor, uma tendência em direção à ocidentalização do planeta. O raciocínio segue, esquematicamente, os seguintes passos. Primeiro: o desenvolvimento do capitalismo engendra necessariamente, a partir de sua passagem à fase "monopolista de Estado" (CME)[18], um processo de socialização da política que, correspondendo, na superestrutura, à socialização infraestrutural da produção, engendra uma sociedade civil. Segundo essa sociedade civil germina, inicialmente, nos estratos populares, de baixo para cima, ainda que seu direcionamento possa ser, posteriormente, capturado pelas elites, através de sua auto-organização reativa e de eventuais vitórias suas na luta política (que resultariam, nesse caso, no aprisionamento dessa esfera no modelo liberal-corporativo – COUTINHO, 1992). Terceiro, a socialização em nível planetário do processo produtivo, dirigido por grandes grupos monopolistas transnacionais operando em escala global, induz à internalização das relações sociais de capital por todas as regiões do planeta. Quarto, essa internalização é acompanhada por aquele mesmo processo de socialização da política e formação da sociedade civil, que articula-se em torno da tendência à ampliação dos Estados.

Vale apresentar esse raciocínio um pouco mais detidamente.

Considerado uma fase específica do capitalismo, o capitalismo monopolista de Estado é definido por oposição à "época da livre concorrência" ou ao "capitalismo concorrencial", constituindo a sucessão dessa fase anterior. É visto como produto do acirramento da própria concorrência, que teria levado à formação e consolidação de grupos monopolistas cada vez maiores e mais poderosos, a partir da concentração e da centralização de capitais (COUTINHO, 1980, pp. 95-97).

---

[18] A teoria do "capitalismo monopolista de Estado" (CME) surgiu no âmbito de certos partidos comunistas no interior do bloco soviético, na segunda metade dos anos 1950, espalhando-se daí para o mundo. Hardach, Karras e Fine (1978) realizam apreciação pertinente quanto à diferenciação entre esse conceito e o de "capitalismo monopolista", relacionando-a à necessidade de embasamento teórico para a adesão de boa parte do movimento comunista internacional a teses reformistas. Aproximações críticas ao conceito podem ser encontradas também em Teixeira (1983) e Behring (2009, cap. 01). Em Coutinho, a apropriação do conceito de CME ocorre na segunda metade dos anos 1970. Daí em diante, ele frequenta o pensamento do autor, informando sua interpretação global do modo de produção capitalista em seu tempo.

Há características distintivas entre esses dois estágios da evolução do modo de produção, às quais são atribuídas consequências políticas. Primeira: se no capitalismo concorrencial a intervenção do Estado na economia teria sido esporádica, e essencialmente negativa, no CME a intervenção do Estado na economia ter-se-ia tornado sistemática e tutelar. Ela corresponderia à necessidade de programação parcial da economia, de modo a garantir a dinâmica da acumulação capitalista em contexto de concorrência intermonopolista.

A intervenção estatal teria assumido "novas dimensões qualitativas após a crise de 1929". Dar-se-ia, desde então, através de pesados investimentos em infraestrutura (garantidores da reprodução material do capital global), encomendas estatais (garantidoras da demanda), transferências de recursos sociais captados pela tributação, levando àquilo que "os economistas burgueses chamam de 'era keynesiana' e muitos marxistas de 'capitalismo monopolista de Estado'" (p. 97). A "era keynesiana" seria, portanto, uma necessidade do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista pós-1929, e representaria um patamar tendencialmente universalizável.

A necessidade de programação parcial da economia levaria a uma alteração na forma do Estado burguês, através da ampliação das dimensões e do peso de seu aparelho executivo, combinada a sua "autonomização relativa", devida à criação de

> [...] um corpo executivo numeroso e relativamente autônomo, que se legitima em nome da "racionalidade técnica" (expressa na programação econômica parcial) e se situa tendencialmente acima das "paixões" imediatas dos capitalistas singulares. (COUTINHO, 1980, p. 99).

Note-se que esse raciocínio está na base de uma avaliação do Estado como máquina potencialmente orientável pela classe trabalhadora no rumo de uma transição socialista progressiva, desde que ela chegasse ao governo. Poderia, aí estando, dirigir esse corpo executivo numeroso, técnico, relativamente autônomo, e essa gigantesca estrutura de programação parcial da vida econômica, no sentido de uma gradual socialização da economia – através, por exemplo, da combinação entre medidas redistributivas que galvanizassem amplos setores sociais em torno do projeto proletário, e medidas nacionalizantes-estatizantes que permitissem a

reorientação de setores da economia para fora da lógica de mercado. O raciocínio transparece nesta passagem:

> Ora, o que se modifica no momento em que a acumulação capitalista só pode prosseguir na condição de que o Estado assuma de modo permanente funções qualitativamente novas (econômico-empresariais), e onde a classe operária esteja em condições de impor uma dimensão democrática à mediação estatal e de utilizar de modo autônomo (no nível da consciência e da política) essa dimensão, o que se modifica é precisamente o ponto de partida para começar a dar uma nova orientação ao aparelho produtivo e para alterar as estruturas do sistema. É sobre tal pressuposto que se funda a estratégia de reformas. (BARCA, *apud* COUTINHO, 1980, p. 117).

Somos então conduzidos à segunda característica distintiva do CME: sua tendencial "dimensão democrática", ou melhor, o processo irrefreável de socialização da política que o acompanharia. A "socialização da política" ou "socialização da participação política" corresponderia, no plano superestrutural, aos processos de socialização das forças produtivas que se acentuariam no capitalismo monopolista de Estado. Ela resultaria do agrupamento de enormes massas humanas, acompanhado pela unificação de seus interesses e pela diminuição da jornada laboral, devida à combinação entre aumento da produtividade social do trabalho e lutas operárias. Isso teria permitido que sujeitos políticos coletivos se consolidassem e desabrochassem em novos institutos democráticos de representação direta das massas populares, como partidos de massa, sindicatos, associações profissionais, comitês de empresa e de bairro (COUTINHO, 1980, pp. 25-26; 1981, p. 104; 2007, p. 148).

A socialização da política coutiniana é, em suma, uma tendencialmente crescente participação política das massas, devida a características imanentes ao próprio desenvolvimento normal do capitalismo – inclusive o aumento da capacidade de luta da classe trabalhadora. Quanto mais crescesse tal socialização da política, mais tenderia a crescer seu potencial anticapitalista em face dos interesses burgueses.

São essas as principais determinações articuladas em torno da afirmação coutiniana da necessidade histórica da ocidentalização das sociedades estruturadas sobre o modo de produção capitalista.

Com ela, a centralidade da luta de classes se deslocaria para o terreno da sociedade civil, considerado o terreno do avanço progressivo, da guerra de posições entre as classes em luta. Tal processo não ocorre no mesmo ritmo no mundo inteiro, mas "só tenderá a crescer", resultando "do próprio desenvolvimento histórico" (COUTINHO, 2007, p. 82).

Isso também valeria para o Brasil.

REVOLUÇÃO BRASILEIRA E ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA

Coutinho ensinava que não são muitos os pensadores que formularam, em sua obra, uma "imagem do Brasil". O estudo do pensamento daqueles que o fizeram é especialmente importante, na medida em que tais imagens capturam rasgos essenciais da formação econômico-social brasileira[19]. O fazem porque

> articulam sempre juízos de fato com juízos de valor, na medida em que não se limitam a fornecer indicações para a apreensão de problemas específicos da vida social de nosso país [...], mas se propõem – para além e/ou a partir disso – a nos dar uma visão de conjunto, que implica não só a compreensão de nosso passado histórico, mas também o uso dessa compreensão para entender o presente, e, mais do que isso, para indicar perspectivas para o futuro. [...] tais imagens contêm sempre uma articulação entre ciência e "ideologia", ou entre ser e dever-ser [...]. (COUTINHO, 2011b, p. 221).

A "imagem do Brasil" coutiniana remete à sua interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro, que deve ser compreendida enquanto parte de sua imagem do desenvolvimento geral do modo de produção. Essas três dimensões, por sua vez, não se limitam a "juízos de fato", mas articulam-se profundamente a "juízos de valor", relacionadas a uma estratégia democrática para a almejada revolução socialista brasileira.

Quanto ao Brasil-colônia, Coutinho o considerava pré-capitalista, fundado sobre o trabalho escravo. Um modo de produção interno escravista, ligado externamente ao capitalismo (então em seu período de acumulação primitiva) através do mercado mundial. Nessa sociedade, seria completamente inexistente a sociedade civil,

---

[19] Para "formação econômico-social", cf. SERENI, 2013.

com a ausência de parlamento, partidos, sistema de educação pública, imprensa (COUTINHO, 2011b, p. 19).

O escravismo interno teria criado, ainda, um vazio entre as duas classes sociais fundamentais de então. De um lado, os escravos, estamento policlassista, não eram capazes de se organizar sustentando um projeto político global, não criando, portanto, aparelhos nos quais expressar suas posições, não gerando nem absorvendo intelectuais. De outro lado, os senhores, fundando sua posição social exclusivamente na coerção extra-econômica, não precisando legitimar ideologicamente sua dominação, não teriam criado aparelhos próprios de hegemonia, incentivando uma "cultura puramente ornamental" (p. 20).

Essas características teriam gerado certas permanências no Brasil independente. A própria Independência teria resultado de uma manobra 'pelo alto', de um golpe palaciano, e não de uma ativação prévia da sociedade civil. A situação descrita não teria se alterado substantivamente ao longo da Primeira República, que, "como a Independência, foi fruto de uma mudança 'pelo alto'; foi pouco mais do que um golpe militar; as grandes massas, que continuavam desorganizadas, não participaram de sua proclamação" (p. 22).

A situação só teria apresentado um verdadeiro ponto de inflexão com a chamada Revolução de 1930. A partir dos anos 1920, a sociedade brasileira teria ido se tornando mais complexa, com o capitalismo se estabelecendo como modo de produção dominante nas relações internas, tanto no campo quanto nas cidades. Isso seria a culminação de tendências em desenvolvimento desde a Abolição, com os primeiros inícios de uma "via prussiana" de modernização no campo, a imigração, os primeiros esboços de industrialização, a entrada de novas classes e camadas sociais em cena. Com isso, teria começado a surgir pela primeira vez um "bloco social contestatário", crítico ao "modelo 'prussiano', elitista e marginalizador de dominação" (p. 23).

Na interpretação coutiniana, o Brasil teria vivido "um processo de monopolização precoce" (COUTINHO, 1980, p. 100). O desenvolvimento particular do capitalismo teria sido, aqui, marcado pela internalização de relações sociais de capital já largamente determinadas pelo CME, com as consequências políticas daí advindas. Ou seja: já a partir dos momentos iniciais do desenvolvimento mais consistente da industrialização brasileira, a

partir da segunda quinzena do século XX, foram se criando as condições econômicas e sociais para o surgimento de uma sociedade civil.

Com a internalização das relações sociais capitalistas, iniciam-se as primeiras lutas operárias, ocorre a mobilização política de camadas médias, "surge uma ainda rarefeita mas ativa imprensa operária" (COUTINHO, 2011b, p. 24). A sociedade civil ainda não está consolidada, mas já existe seu "embrião". E, também no Brasil, esse embrião teria começado a se desenvolver a partir de baixo, da organização da classe operária, e, a partir dela, das camadas médias[20].

A revolução de 1930 seria mais uma manifestação da "via prussiana" através da qual se deu a modernização brasileira, pelo alto, "fruto da conciliação entre setores das classes dominantes e da cooptação das lideranças políticas das camadas médias emergentes (expressas no 'tenentismo')" (p. 24). Os setores que passaram a deter o controle do Estado brasileiro teriam buscado avançar no processo de desenvolvimento capitalista freando, ao mesmo tempo, o inicial florescimento da sociedade civil. Entretanto, não teriam conseguido atingir plenamente esse objetivo (pp. 24-25).

É que teria sido o próprio desenvolvimento do capitalismo a encarregar-se, também no Brasil, de promover o desenvolvimento e a diversificação da sociedade civil, como um efeito colateral indesejado para a burguesia, mas incontornável. Esse é um ponto de apoio importante da postulação da estratégia coutiniana para a revolução brasileira, que pressupõe o surgimento de um campo nacional-popular que combateria o prussianismo, criaria uma "cultura não elitista, não intimista, ligada aos problemas do povo e da Nação", podendo se transformar no ator da transformação socialista através da direção de uma sociedade civil autônoma e pluralista (p. 25).

Apesar do golpe do Estado Novo em 1937, que viria a comprovar a debilidade que ainda marcava a sociedade civil brasileira, seus embriões continuavam se desenvolvendo. Isso teria ficado ainda mais claro em 1945, com a redemocratização do país, momento marcado pelo fato de que o PCB, na legalidade, teria se tornado, pela primeira vez, um partido de massas, e dado a devida

[20] Essa interpretação do desenvolvimento da sociedade civil brasileira "a partir de baixo" é refutada por Virgínia Fontes (2010), amparada em extensa pesquisa realizada por Sônia Regina de Mendonça.

importância à luta democrática e ao fortalecimento da sociedade civil, superando seus momentos anteriores de golpismo (p. 26).

A avaliação do progressivo desenvolvimento do capitalismo brasileiro, inseparável do florescimento de uma sociedade civil rica e pluralista, continua com a afirmação de que, apesar dos "altos e baixos" sofridos pelos setores democráticos no pós-1945, "a tendência no sentido de uma democratização geral da vida brasileira continua a se impor" (p. 28). Entretanto, o fortalecimento progressivo de um caminho democrático para uma nova hegemonia, nacional-popular, na cultura brasileira, teria levado as classes ou frações de classe dominantes a reagirem preventivamente. Encasteladas em seu próprio padrão autocrático de reprodução da ordem capitalista, incapazes de dividir seus privilégios com outros setores sociais, acostumadas a reproduzir através do Estado não os interesses nacionais, mas seus interesses corporativos, avessas a concessões, teriam, mais uma vez "pelo alto", truncando o tendencial processo de democratização, com um golpe seguido de uma ditadura, em 1964.

Vemos que, por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas, fruto do próprio desenvolvimento capitalista, reforçaria as tendências à autonomização relativa do Executivo (capturada, em 1964, pelos militares através do golpe "pelo alto"), à socialização da política e ao fortalecimento da sociedade civil. Por outro lado, a burguesia monopolista e as frações de classe a ela coligadas, dominantes no Brasil, empurrariam o processo histórico em outra direção. Capturado o Estado, o processo todo seria conduzido de modo a combinar progresso e atraso, em um movimento geral de modernização conservadora característico da via prussiana ao capitalismo, operada pelo alto através de uma longa revolução passiva[21].

Entretanto, a ditadura empresarial-militar, desenvolvendo o capitalismo monopolista de Estado no Brasil, teria produzido e

[21] Note-se a aproximação entre o conceito de "modernização conservadora", do sociólogo norte-americano Barrington Moore Jr (1974), e as categorias marxistas de "via prussiana" (Lênin-Lukács) e "revolução passiva" (Gramsci). Essa aproximação, experimentada pela primeira vez em Coutinho (1978), se aprofunda até o ponto, situado nos anos 1990, a partir do qual o uso de cada uma dessas noções é praticamente intercambiável no que diz respeito ao processo de transição ao capitalismo no Brasil (cf. COUTINHO, 2007; 2008b).

fortalecido seus próprios antagonistas: uma classe trabalhadora organizada e concentrada, fiadora de uma sociedade civil diversificada e forte (p. 30). A força objetiva desse desenvolvimento era tão poderosa que teria saído do controle do regime empresarial-militar – "o 'feiticeiro' desencadeara forças que já não podia controlar" (p. 217) –, obrigando a ditadura a negociar a transição à democracia (pp. 31-32).

Tal raciocínio encontra respaldo em traços da conjuntura da virada aos anos 1980. Ela era percebida, por diversos intelectuais e variadas organizações ligadas às classes trabalhadoras, como um momento absolutamente novo na vida política brasileira (SADER, 1988; PERRUSO, 2009). Aqui, esse momento é interpretado como resultado do surgimento, no Brasil, de baixo para cima, ao longo dos anos anteriores, de uma forte, rica e plural sociedade civil. A contraface disso era a tendencial ampliação do Estado, consolidando a passagem de uma sociedade "oriental" para uma "ocidental".

Sendo o Brasil uma sociedade ocidental, as determinações estratégicas válidas para o Ocidente deveriam valer também para ele. Efetivamente, para Coutinho (2007, p. 218), "[o] fato é que, pelas vias transversas da revolução passiva, o Brasil tornou-se uma sociedade 'ocidental', madura para transformações substanciais". E que transformações substanciais seriam essas?

Encontrar a resposta coutiniana exige considerar que, apesar de tudo, restaria "um longo caminho a percorrer na luta para ampliar a socialização da política, para construir um efetivo protagonismo das massas, capaz de consolidar definitivamente a sociedade civil brasileira como protagonista de nossa esfera pública". Tal caminho seria atravessado pela luta pela ampliação da democracia, de cujo desenlace dependeria o destino do país (p. 217).

O Brasil pós-ditadura empresarial-militar seria uma expressão peculiar do Ocidente, uma formação econômico-social que deixara para trás seu passado oriental, sem ter ainda alcançado, contudo, sua maturidade ocidental. Essa caracterização do Brasil fundou-se sobre o conceito de "Ocidente periférico", ou "'Ocidente' periférico e tardio" (PORTANTIERO, 1983, p. 127). Trata-se de um desdobramento da metáfora geográfica gramsciana: à disjuntiva oriente x ocidente, incorporam-se os conceitos de norte (países centrais) e sul (países periféricos), decompondo-se este último em "Ocidente periférico" e "Oriente" (COUTINHO, 2006, pp. 63-64).

> Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci fala em "Ocidente periférico" e inclui nesse tipo de Ocidente a Itália, a Espanha, a Grécia, acho que também Portugal. Diria então: o Brasil é um claro exemplo de "Ocidente" periférico, como a Argentina, o Chile, o México, o Uruguai. E "periférico" em vários sentidos. Primeiro deles: porque somos periferia do capitalismo e sempre estivemos envolvidos no movimento internacional do capital (agora talvez ainda mais) numa posição indiscutivelmente subalterna. Segundo: porque somos um "Ocidente" atravessado de "Orientes". (COUTINHO, 2001, p. 112).

Tal caracterização articula-se a uma posição política: a crítica dos "velhos dogmas da III Internacional, os quais, por tantas décadas, impediram-nos de compreender efetivamente o que ocorria em nossos países", na medida em que consideravam que "toda a América Latina faria parte do Oriente e, por isso, careceria ainda de uma estratégia revolucionária fundada na 'guerra de movimento', no choque frontal com um Estado 'que era tudo' e que teria diante de si uma sociedade civil 'primitiva e gelatinosa'" (COUTINHO, 2006, p. 64).

Ele sustenta, ao contrário, que os países do subcontinente "conheceram um processo de desenvolvimento que, malgrado suas inúmeras contradições, transformou-os em países industrializados, nos quais o modo de produção dominante, inclusive na agricultura, já é há muito tempo o capitalismo", com uma classe operária numerosa, camadas médias assalariadas amplas e diversificadas, progressiva diminuição dos estratos agrários na população global. Assim, "tal como sucedeu em vários países hoje desenvolvidos, [...] a presença de ditaduras na história passada de nosso continente não impediu a criação em nossos países de sociedades 'ocidentais', ou seja, de tipo liberal-democrático" (p. 65).

Por isso, Coutinho contrapõe àqueles "velhos dogmas da III Internacional" a seguinte posição política, a ser sustentada por "uma esquerda moderna":

> Se o Brasil é hoje uma sociedade "ocidental", então não mais se podem imaginar formas de transição ao socialismo centradas na "guerra de movimento", no choque frontal com os aparelhos coercitivos de Estado, em rupturas revolucionárias entendidas como explosões violentas e concentradas num breve lapso de

> tempo. Começa a emergir também no Brasil uma esquerda moderna, disseminada em diferentes partidos e organizações, mas que tem em comum o fato de ter assimilado uma lição essencial da estratégia gramsciana: o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada "guerra de posições". (COUTINHO, 2007, p. 218).

À esquerda moderna só caberia lutar, em uma difícil e prolongada guerra de posições, por uma ampliação progressiva e consensual da democracia, acumulando vitórias parciais no rumo do socialismo. Eis aí uma formulação característica de uma estratégia nacional, democrática e popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Coleção Crítica e Sociedade, nº 10. Porto: Afrontamento, 1976a.

________. The antinomies of Antonio Gramsci. In: *New Left Review I*, nº 100, pp. 05-78. London: New Left Review, nov-dec. 1976b.

BEHRING, Elaine. *Política social no capitalismo tardio.* 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: *Obras Escolhidas*, vol. 01, pp. 222-232. São Paulo: Brasiliense, [1940] 1987.

BENSAÏD, Daniel. Lênin, ou a política do tempo partido. In: BENSAÏD, Daniel e LÖWY, Michael. *Marxismo, modernidade e utopia*, pp. 177-191. São Paulo: Xamã, 2000.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci*: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Literatura e humanismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

________. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

________. O Brasil não conhece esse senhor. *IstoÉ,* pp. 44-45. São Paulo, 05/07/1978.

________. *A Democracia como Valor Universal:* notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas (LECH), 1980.

________. *Gramsci.* Porto Alegre: L&PM, 1981.

________. *A dualidade de poderes:* introdução à teoria marxista de Estado e revolução. São Paulo: Brasiliense, 1985.

________. O desafio dos que pensaram bem o Brasil. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, nº 54, Especial Pensar o Brasil, pp. 103-113 e 123-126. São Paulo: CEDEC, 2001.
________. *Intervenções*: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.
________. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
________. A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista. In: *Marxismo e política*: A dualidade de poderes e outros ensaios. 3ª edição, pp. 13-69. São Paulo: Cortez, 2008a.
________. *Contra a corrente:* ensaios sobre democracia e socialismo. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008b.
________. Entrevista: Sem democracia não há socialismo, e sem socialismo não há democracia. *Revista Caros Amigos*, nº 153, pp. 32-35. São Paulo, 12/2009.
________. *De Rousseau a Gramsci*: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011a.
________. *Cultura e sociedade no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.
FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV / Editora UFRJ, 2010.
________. Carlos Nelson Coutinho: intérprete do Brasil. In: BRAZ, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. Pp. 175-203. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia*. São Paulo: DIFEL, 1967.
GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edizione Critica a cura di Valentino Gerratana. 4 vol., Seconda Edizione. Torino: Einaudi, 1977.
HARDACH, Gerd; KARRAS, Dieter; FINE, Ben. *A short history of socialist economic thought*. New York: St. Martin's Press, 1978.
HUSSON, Michel. *Un pur capitalisme*. Lausanne: Éditions Page Deux, 2008.
MANDEL, Ernst. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.
MOORE JR., Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy*: lord and peasant in the making of the modern world. London: Penguin Books, 1974.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. *Revista Em Pauta*, nº 19. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social-UERJ, 2007.

________. Breves notas sobre um marxista convicto e confesso. In: BRAZ, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, pp. 51-83. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NEVES, Victor. Um marxista na batalha das ideias: Carlos Nelson Coutinho e os caminhos da revolução brasileira. *Revista Praia Vermelha*, v. 22, nº 2, pp. 49-75. Rio de Janeiro, 2013.

________. *Democracia e revolução:* um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, PPGSS / UFRJ, 2016a.

________. *Carlos Nelson Coutinho, filósofo democrático.* Apresentação do Dossiê Carlos Nelson Coutinho, organizado por Victor Neves, publicado em 27/06/2016 (2016b). Disponível em: https://marxismo21.org/carlos-nelson-coutinho/

________. Carlos Nelson Coutinho e a Revolução Russa entre passado e presente. *Marx e o Marxismo*, v. 5, nº 9, p. 246-269. Niterói, 2017.

________. Democracia, socialismo, progressividade no pensamento econômico de Carlos Nelson Coutinho. *Anais do VI Encontro Internacional e XIII Nacional de Política Social.* Vitória: UFES, 2018a.

________. Imagem do Brasil em Carlos Nelson Coutinho. In: GRANEMANN, Sara (org.). *Teoria social, formação social e serviço social*, pp. 159-176. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2018b.

PERRUSO, Marco Antonio. *Em Busca do "Novo":* intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. São Paulo: Annablume, 2009.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci.* Buenos Aires: Folios, 1983.

RISÉRIO, Antonio. *Avant-garde na Bahia.* Série Pontos sobre o Brasil. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995.

ROSS, George. *Eurocomunismo.* In: BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista.* Edição digital, pp. 232-234. Rio de Janeiro: Zahar, [1983] 2013.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: *O pai de família e outros estudos*, pp. 70-111. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SERENI, Emilio. De Marx a Lênin: a categoria de "formação econômico-social". *Meridiano*. Revista de Geografia, número 02 / 2013, pp. 297-346. Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, 2013.

TEIXEIRA, Aloísio. Capitalismo monopolista de Estado: um ponto de vista crítico. *Revista de Economia Política*, vol. 03, nº 4, pp. 85-105. Outubro-dezembro de 1983.

TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964. In: ________. (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*, pp. 137-164. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

PARTE II

ASPECTOS DA REALIZAÇÃO HISTÓRICA DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR

LULISMO E POPULISMO: REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR E "INCOMPLETUDE DO CAPITALISMO"

Isabel Mansur Figueiredo

O Populismo na política brasileira é um livro clássico das Ciências Sociais. Nele, Francisco Weffort (1978) compila artigos e partes de sua tese, todos escritos entre as décadas de 1960 e 1970, buscando basicamente demarcar que, de seu ponto de vista, a característica estruturante da vida política brasileira seria, historicamente, a ausência de participação autônoma do povo ou das massas na economia e na política.

Assim, a história política de todo o período pós anos 1930 (até 1964) consolidou-se na forma própria de um "Estado de Compromisso" que se sobreporia ao conjunto da sociedade e funcionaria como uma espécie de árbitro dos "interesses de todo o povo" (p.70), responsável por equilibrar a correlação de forças entre classes, frações de classes e a inserção das massas na vida urbana e política. Personalização do poder, soberania do Estado e incorporação econômica seriam as principais características da história política após a crise oligárquica.

O fenômeno dizia respeito, como sublinhado, à entrada das "classes populares" na vida política. Nesse sentido, o surgimento das massas representaria uma dupla pressão "sobre as estruturas vigentes": a "ampliação das possibilidades de participação popular na política" através do sufrágio e das conquistas de direitos sociais, e a ampliação de emprego e consumo "sobre as estruturas de mercado" (p. 81). Ainda sobre essa dupla pressão – política e econômica –, o surgimento das massas se ligava aos governos ou movimentos constitutivos do populismo.

O problema se vincula à *via* de "modernização" das relações sociais, políticas e econômicas no Brasil. Weffort percebe a relação entre *populismo* e massas populares a partir da passagem de uma postura desorganizada ou difusa das massas à sua integração na sociedade industrial e de consumo. A participação política é percebida enquanto "pressão para o acesso aos empregos urbanos

que exercem as massas migrantes"; "pressão no sentido da ampliação das possibilidades de consumo"; e pressão orientada para "participação política dentro dos quadros institucionais" (p. 75).

Como fenômeno estruturante, o populismo tanto formaria as classes populares como delas se nutriria. Unindo mobilidade social, política e econômica, e justificando-se no "comportamento" fruto do acesso ao mercado pelos setores populares, a situação "relativamente privilegiada" dos operários industriais orientaria sua conduta individual, ao mesmo tempo em que a heterogeneidade das classes populares daria suporte à expectativa de ascensão social desses setores. Nesse sentido,

> (...) no quadro da notável heterogeneidade da composição social das classes populares de um país em processo de desenvolvimento, a mobilidade social, em graus variáveis, se apresenta de modo quase necessário para todos os setores populares e tende a intensificar-se à medida que o desenvolvimento se intensifica. (...) Nestas circunstâncias a expectativa de ascensão social tem muitas oportunidades de fazer-se efetiva e de se constituir em elemento fundamental para a orientação da conduta individual. No quadro de uma sociedade como a brasileira dos últimos decênios, os movimentos de ascensão – na pior das hipóteses a expectativa da ascensão – afetam a todos os setores populares. (WEFFORT, 1978, p.150)

A relação ambígua entre os trabalhadores e o Estado deita raiz numa interpretação própria sobre a configuração da classe trabalhadora, sua conduta e comportamento. Sua relação com o Estado seria mediada pelos instrumentos organizativos dos trabalhadores, em especial aquele corporativo-sindical. Migrantes do campo para a cidade – no período entre 1930 e 1964 –, os trabalhadores incorporados aos espaços de produção reiterariam, nos novos ambientes urbanos, a cultura oriunda do mundo agrário, que se caracterizaria pela subordinação e lealdade pessoal. Tal relação com o Estado se encontraria *vinculada à ausência de uma burguesia urbana* no processo de desenvolvimento do capitalismo. Assim, "atores sociais" heterogêneos, dentro da estrutura de estratificação social, acabariam por adotar um comportamento em favor da mobilidade, e não no conflito de interesses que corresponderia a padrões democrático-burgueses. A aliança expressa no *populismo* teria conteúdo estratégico: a relação entre "as massas

urbanas e os grupos representados no Estado é a de uma aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais. Aliança na qual a hegemonia se encontra sempre com os interesses vinculados às classes dominantes (...)" (p.75).

O problema para Weffort era esquadrinhar as condições para a participação popular na política. Tal participação, vinculada às condições de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, aprisionava a consciência de classe ou às posições objetivas nas relações de produção, ou a um "comportamento" que vislumbrava mobilidade num quadro de estratificação. Do ponto de vista político, a ampliação da democracia era obstaculizada pelo modelo de desenvolvimento para fora (submetido ao imperialismo). Ele *impunha um comportamento econômico liberal que obedecia regras externas*[1], ao mesmo tempo em que, no plano interno, expressava um caráter liberal-oligárquico cuja hegemonia dependia diretamente de *intervenção estatal*.

A peculiaridade do *populismo* "vem de que ele surge como forma de dominação nas condições de 'vazio político' em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la" (p. 159). Neste sentido é que o populismo *na política* obnubilava a divisão da sociedade em classes, alçando o termo "povo" ou "Nação" à "comunidade de interesses solidários" (p. 159). Inseparáveis, pois, seriam *populismo*, ampliação do consumo e alargamento da participação política (mesmo que corporativa). Estava colocado, porém, um desafio:

> (...) *compatibilizar desenvolvimento econômico e desenvolvimento democrático*. E isto significa em última instância romper radicalmente com toda a passada formação das sociedades agrárias. Os movimentos populistas, nascidos da crise dessa formação e, portanto, desde o nascimento comprometidos com ela, tiveram o mérito de propor a tarefa mas se revelaram incapazes de realizá-la. (WEFFORT, 1978, p. 164, grifos nossos).

Alcançar e compatibilizar democracia e desenvolvimento econômico rompendo radicalmente com o padrão "oligárquico" e

---

[1] Weffort chega a relacionar o tema ao caráter semifeudal e semicolonial atribuído ao Brasil na etapa 1930-1945.

agrário seria o conteúdo mais profundo das tarefas vislumbradas pelo populismo, ao passo em que o caráter do *Estado de compromisso* impedia desatar o nó que poderia permitir maior participação na vida político-institucional. O populismo, ele mesmo, anunciava o que não poderia cumprir.

O impacto da teoria do *populismo* na interpretação sobre os movimentos, em especial o sindicalismo, é notório [2]. Em tais interpretações, apontava-se a impossibilidade do florescimento da consciência de classe, a origem rural dos trabalhadores e sua "cultura" arcaica, o corporativismo-sindical atrelado ao Estado e a característica *cupulista* do mesmo. Via-se nas conexões entre Estado e movimento o pressuposto que inviabilizava (e que era inviabilizado pelo) o prosperar de uma classe trabalhadora autônoma e combativa. A despeito de reconhecer a existência de uma *estrutural dual* no movimento sindical populista [3], Weffort localiza mudanças significativas no padrão de sindicalismo a partir das greves de Contagem e Osasco – em 1968, em plena ditadura. Entre 1964 e 1968, "movimentos moleculares nas bases da classe operária" ocorreriam, mas não chegariam a permitir um robustecimento frente

---

[2] "(...) o conceito [*populismo*] terminaria por encontrar seu lar brasileiro na tradição de estudos acerca da classe operária construída na Universidade de São Paulo. Reunindo autores como Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, José Álvaro Moisés e o próprio Weffort, essa tradição mostrou-se especialmente receptiva ao conceito, na medida em que partilhava, para além das importantes diferenças de enfoque, a caracterização comum da fragilidade do movimento operário brasileiro diante de atores políticos e sociais externos ao âmbito de seus interesses específicos." (MONTENEGRO, 2009, p. 144)

[3] Weffort (1972) contesta a expressão "organização paralela" e interpreta segundo a expressão "estrutura dual" a existência de organizações oficiais e não oficiais no sindicalismo *populista*. Neste sentido: "A expressão 'organização paralela', de inspiração jurídica, não é talvez a melhor; é a que vem sendo usada pelos estudiosos do sindicalismo brasileiro para designar as organizações intersindicais de caráter horizontal (Pacto de Unidade e Ação, Pacto de Unidade Intersindical etc.), que complementavam e dinamizavam a estrutura oficial (por isso, talvez, fosse melhor dizer 'organizações complementares'). Embora proibidas pela legislação, foram toleradas pelos governos populistas desde Vargas até Goulart, os quais evidentemente tiravam vantagens políticas de suas atividades. Submetidas em geral ao controle dos comunistas, estas organizações começaram nos anos 50 ao nível dos sindicatos, passaram depois aos níveis superiores das federações e confederações e culminaram na formação do Comando Geral dos Trabalhadores em 1962. É a esta composição entre as organizações oficiais e as 'organizações paralelas' que eu chamo de estrutura dual do sindicalismo populista". (WEFFORT, 1972, p. 07 e 08)

ao "quadro de profunda depressão do movimento em geral" (WEFFORT, 1972, p.08 e 09). As greves de 1968 em Contagem e Osasco, ao contrário, seriam expressão "notável desses movimentos moleculares e, assim, não poderiam deixar de causar alguma surpresa" (p.09). Mas a base da relação entre movimento de trabalhadores e sindicalismo sempre teve, obviamente, maior complexidade, fato demonstrado por estudos sobre sindicalismo em período posterior[4]. Em Weffort, a estrutura dual do sindicalismo não poderia ser reconhecida como original. O "novo" surgiria em Contagem e Osasco (1968) e se aprofundaria no ABCD paulista em finais da década de 1970/1980. Como notório, a ideia de um "novo sindicalismo" viria da narrativa oficial de grupos dirigentes das greves e do PT, em sua auto-concepção, cujo principal intelectual veio a ser o próprio Weffort.

A teoria do populismo se apresenta em outros autores com significado similar. Como não será possível, neste espaço, apresentar ampla revisão bibliográfica sobre o tema, recorremos a mais um dos clássicos sociólogos que o debatem, o que nos permitirá trazer ao texto outras noções importantes[5].

Ianni (1975), também ao final da década de 1960, vê a política de massas do getulismo através da lente do modelo de desenvolvimento econômico, que lograra a consolidação de condições culturais, políticas e institucionais de implantação da industrialização e da urbanização no país. Nesse sentido, o eixo sólido do período democrático getuliano (pós-1945) seria a "política de massas".

> Esse é o quadro ao mesmo tempo histórico em que devemos inserir e estudar a *política de massas* como componente fundamental do padrão getuliano de desenvolvimento econômico. No progresso da industrialização – em especial no estágio de 1945-61 – a política de massas é um elemento crucial. Vejamos agora como ela se caracteriza.
> A combinação de interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e burguesia industrial é um elemento importante do padrão getuliano. Essa combinação efetiva e

---

[4] Tal complexidade é demonstrada pela escola thompsoniana de Campinas. A crítica da crítica encontra-se em Demier (2012a).
[5] Mais sobre o tema, consultar Maia (2001).

> tática de interesses destina-se a favorecer a criação e expansão do setor industrial, tanto quanto do setor serviços. *Em concomitância, criam-se instituições democráticas, destinadas a garantir o acesso dos assalariados a uma parcela do poder. Na verdade, criam-se as condições de luta para uma participação maior no produto. Em plano mais largo, trata-se de uma combinação de forças destinada a ampliar e acelerar os rompimentos com a "sociedade tradicional" e os setores externos predominantes. Em verdade, foi com base no nacionalismo desenvolvimentista, como núcleo ideológico da política de massas* – em que se envolvem civis e militares, liberais, esquerdistas, assalariados e estudantes universitários – que se verifica a interiorização de alguns centros de decisão importantes para formulação e execução da política econômica. A crescente participação do Estado na economia é, ao mesmo tempo, uma exigência e uma consequência desse programa de nacionalização das decisões.
> É nesse contexto que se situam as conquistas das classes assalariadas, em especial do proletariado. Em 1940 cria-se o regime de *salário mínimo*. A partir de 1943, a *Consolidação das Leis do Trabalho* aparece como o instrumento mais importante do intercâmbio de interesses entre assalariados e empresários. Em 1963, transforma-se em lei o *Estatuto do Trabalhador Rural*, como elemento novo no desenvolvimento da política de massas, quando o populismo vai ao campo. (IANNI, 1975, p. 55 e 56, *grifos nossos*)

Atrelados ao *peleguismo* e ao compromisso dos sindicatos com o Ministério do Trabalho, dirigentes políticos se resumiriam a instrumentos de manobra. Ianni aponta o fulcro da inexperiência política do povo brasileiro para o horizonte de valores e comportamento da classe – em boa parte proveniente da migração rural. Nesse sentido, delineia um quadro segundo o qual a ausência de "horizonte cultural" inviabilizaria a assunção de uma postura de classe, o que só se modificaria de forma lenta e gradual a partir da inserção em relações urbano-industriais.

> Outro elemento importante para a compreensão da estrutura política de massas é a composição rural-urbana do proletariado industrial. Aí está um dos fatores da inexperiência política dessa parte do povo brasileiro. Com as migrações internas no sentido das cidades e dos centros industriais – particularmente intensas a partir de 1945 – aumenta bastante e rapidamente o contingente relativo dos trabalhadores sem qualquer tradição

> política. O seu horizonte cultural está profundamente marcado pelos valores e padrões do mundo rural. Neste, predominam formas patrimoniais e comunitárias de organização do poder, de liderança e submissão, etc. Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiante, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc.) está delimitado pelo misticismo, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais. *Esse horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório.* (IANNI, 1975, p. 57, grifos nossos)

Era como se contradições existentes na forma de produção do mundo rural não permitissem expressão política. Mesmo após o processo de migração, apesar de mudadas as relações de trabalho (assalariadas e sob "livre" contrato), restariam valores, crenças e horizontes que obstacularizariam a assunção destas mesmas mudanças. A consciência de classe dá lugar, na lógica de manutenção do tradicionalismo, à consciência de mobilidade e consciência de massa.

A política de massas aparece, assim, como parte da ruptura com a sociedade tradicional, mas também de sua permanência, quer em termos sociais e culturais, quer econômicos e políticos. Através do "nacionalismo desenvolvimentista" (p.66), o país se voltaria para um pacto político nacional, em defesa de vantagens autóctones com certa independência externa. Assim, a "política externa independente é uma manifestação relacionada com o tipo de democracia populista (...)" (p.66).

A forma política populista passaria por diversas modulações de denominações – getulismo, queremismo, janguismo, juscelinismo, dentre outros. Elas expressariam, entretanto, o mesmo fenômeno, ou seja, uma política de massas que cumpriria papel de "etapa" nas transformações das relações políticas, econômicas e sociais no Brasil. Transformações de grande porte processadas fundamentalmente no setor industrial, na dinâmica de urbanização e no desenvolvimento econômico e social, uma *forma* específica de modernização que, distinta da dos países centrais, juntava ao invés de conflitar interesses num Estado demiurgo da Nação. Mais ainda, "o populismo está relacionado tanto com o consumo em massa como com o aparecimento da cultura de massa". Em poucas palavras, "o

populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país.*”* (IANNI, 1975, p. 207).

Como via e etapa de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a ideia de populismo imbricada em Weffort e Ianni projeta certa heteronomia, atrofia e ausência de independência dos trabalhadores, falta de hegemonia nos projetos das classes, inviabilidade da constituição de uma consciência de classe nos mesmos padrões em que teria ocorrido em países de desenvolvimento autônomo. Ela pôde desembocar, mais à frente, em incorporações particulares do conceito gramsciano de *sociedade civil*, entendida como espaço político privilegiado para a intervenção que visasse à superação daqueles limites.

Essa noção fundamentou-se em um circuito fechado: a heteronomia bloqueava a participação popular autônoma, aprisionada em limites comportamentais e internos. A ênfase no atrelamento que sufocava o movimento, ao mesmo tempo em que revelava aspectos pertinentes, impedia a percepção de mais mediações no fenômeno da formação da classe trabalhadora no Brasil.

Lulismo: Pacto pelo Mercado Interno de Consumo de Massas e Reformismo Fraco

No período após Luís Inácio Lula da Silva exercer seus mandatos de Presidente da República, interessante debate alçado pelo conceito de *lulismo* tomou a cena teórica e política. Entre diversos estudos empreendidos sobre o período, tomemos o de André Singer (2012).

Para Singer, o lulismo é um fenômeno sociopolítico originado na adesão de camadas mais pauperizadas da população ao projeto colocado em marcha no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva. Toma forma mais precisa no ano de 2006, ano em que um “realinhamento eleitoral” garantiria a reeleição do presidente. Em torno de um programa de “redução da pobreza” (2012, p. 15), o Lulismo ampliaria seu apoio junto aos mais pobres, em especial aqueles das regiões Norte e Nordeste do país[6].

[6] Ainda que o Lulismo se expresse mais visivelmente no ano de 2006, o programa de combate à pobreza pelo incremento do mercado de consumo foi colocado em marcha entre os anos 2003 e 2005.

Baseado em uma aliança entre classes antagônicas que permitiria, de forma lenta e gradual, implantar um programa de redução da pobreza e ampliação do mercado interno de consumo de massas, o lulismo teria logrado, através de um peculiar reformismo fraco, a sua consolidação. Na visão do autor (2012, p. 28), o modelo lulista simultaneamente "reproduz e avança as contradições brasileiras", sendo "lento e desmobilizador", mas seria reformista. Somando manutenção da ortodoxia macroeconômica a uma política de promoção estável do mercado interno, o lulismo declinaria da estratégia de ruptura com as estruturas econômicas – modelo próprio da classe trabalhadora organizada – e afirmaria um programa que não se confrontasse com o capital.

Reconhecendo o fenômeno como uma modificação do projeto original petista, o autor ressalta a divergência entre a concepção de origem classista e aquela do lulismo, cujo câmbio de tom em relação ao capital seria notório. Utiliza-se, para tanto, da metafórica imagem de "duas almas" para expor tal câmbio: a alma de Sion e a alma do Anhembi[7]. Sion, a alma do radicalismo original petista, se veria solapada pelo aceno feito na "Carta ao Povo Brasileiro", durante as eleições de 2002, firmada no Anhembi[8]. Em contraste com o radicalismo da alma de fundação do PT (Sion), Anhembi encarnava um pacto conservador entre o partido dos trabalhadores e setores da burguesia. O lulismo expressa, então, a síntese contraditória entre as duas almas petistas: "redução da pobreza e manutenção da ordem" (p. 119), ao caminharem juntas, exigiriam a assunção de uma postura mais dócil frente ao capital.

---

[7] Uma pequena observação se faz importante frente à caracterização das "duas almas" petistas. Os constantes *turnovers* nas táticas políticas do PCB induziriam sua estratégia à *pendulação oscilante* entre posições antagônicas, levando Gildo Marçal Brandão a afirmar a existência de suas "duas almas" na esquerda brasileira (BRANDÃO, 1997). Dicotômicas, materializar-se-iam em distintas vias, táticas e análises sobre classes entre os comunistas. Uma delas, marcada pelo caráter "golpista" e "militarista" seria afeita à via insurrecional, enquanto a outra extremaria legalidade e institucionalidade.

[8] A "Carta ao Povo Brasileiro" baseou-se na proposição de um novo contrato social em torno de desenvolvimento e crescimento econômico e social, responsabilidade social e estabilidade. Prometia, ainda, mudanças democráticas que não ultrapassassem os marcos da institucionalidade vigente. A intenção da carta era acenar para "acalmar" o mercado financeiro frente à possível vitória de Luís Inácio Lula da Silva.

Em relação à base econômica que supõe dar materialidade ao lulismo, Singer consubstancia-a na questão da *atrofia ou estrangulamento do mercado interno de consumo.* Com o fito de demonstrar seu longo alcance na teoria social brasileira, o autor recorre a dois clássicos: Caio Prado Júnior e Celso Furtado[9]. No pensamento de ambos, a corporificação da manutenção do atraso no Brasil remeteria à existência de uma massa de miseráveis que, impedida de consumir, obstaculizaria o desenvolvimento, inclusive das atividades produtivas que poderiam absorvê-la como força de trabalho[10].

> Para Celso Furtado e Caio Prado Jr. as virtualidades e empecilhos que tinha a nação para romper o círculo vicioso do atraso estavam vinculados à existência da *massa de miseráveis* no país.
> (...)
> Aspecto interessante da contradição brasileira é que a "grande massa" empobrecida abria e fechava simultaneamente as perspectivas de desenvolvimento autônomo do país. Abria, pois se tratava de mercado interno de que raros países dispunham; mas fechava, *uma vez que o padrão de consumo era tão baixo que impedia a realização daquele potencial. A miséria anulava a possibilidade de surgir um setor industrial voltado para o mercado interno.* Sem ter emprego, a massa miserável tornava-se uma espécie de "sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente". (SINGER, 2012, p. 17 e 18, grifos nossos).

Tratava-se, então, de um "circuito fechado" que, para deixar de se retroalimentar, carecia de interferências que começassem ou pela oferta (segundo Furtado) ou pela demanda (segundo Caio Prado

---

[9] Não é o momento de analisar profundamente o tema, mas vale deixar indicado que, na interpretação que fazemos sobre a questão da *incompletude do capitalismo*, o fundamento da perspectiva gradualista da estratégia – correlacionada ao reformismo fraco – se baseia, dentre outros, na necessidade de superação do estrangulamento/atrofia do mercado interno de consumo de massas. A questão do mercado interno de consumo de massas é um dos temas imbricados à perspectiva da heteronomia econômica, interpretação que medeia a *questão da incompletude* na estratégia e na teoria social brasileira.

[10] Singer baseia sua análise nas teses expressas em *O Longo Amanhecer* (1999) de Celso Furtado e *A Revolução Brasileira* (1966) de Caio Prado Júnior.

Jr.). A base econômica que dá materialidade ao lulismo se funda nesta superação da miséria, o que implica não só o programa, mas a estratégia.

Do ponto de vista da estratégia, fala-se na alteração de um projeto de cunho classista rumo ao *nacional-popular*, que guardaria a principal característica de não precisar colidir com interesses do capital – ou pelos menos com todas as suas frações. Um programa assentado sob uma fração de classe subproletária[11], “transitória” e que almejaria “desaparecer”, justificava o desencontro, ao menos momentâneo, com a direção política da classe trabalhadora[12]. Ao conferir expressão política própria ao subproletariado, Singer enxerga em uma estratégia nacional-popular a possibilidade de desconstituição do pauperismo e, neste sentido, assenta sobre a superação da demanda represada o processo de desenvolvimento do mercado interno e a incorporação do subproletariado ao consumo. A consequência, em um prazo mais ampliado, seria a diluição dessa fração de classe.

Resgatando “o popular” que havia ficado “de fora” do período neoliberal e da própria estratégia da esquerda classista, a representação de uma figura popular de peso, Luís Inácio Lula da Silva, daria ao nacional-popular um ponto de fuga para, a partir do arbítrio “desde cima”, fortalecer o Estado no rumo de proteger os mais pobres. Nesse sentido, o conflito entre “Estado popular” e “elites anti-povo” se veria reposto em novo patamar pelo lulismo. Com a adesão do subproletariado criavam-se soluções sem mobilização social: “propostas divergentes têm mais chance de serem resolvidas por arbitragem, isto é, por um executivo que paira sobre as classes e

---

[11] Para caracterizar o subproletariado, André Singer se remeterá ao conceito de Paul Singer da década de 80. Segundo o autor, seria razoável considerar “subproletários os que tinham renda de até um salário mínimo per capita e metade dos que tinham renda de até dois salários mínimos per capita” (SINGER, 2012, p.77).

[12] Segundo Singer: “Como o projeto do subproletariado é sumir, ele não possui um modelo próprio de sociedade, desejando (inconscientemente) incorporar-se àquela que é moldada pelos interesses de outras camadas. Isso o coloca em posição de neutralidade e, portanto, favorece a arbitragem com respeito a questões como a diminuição da desigualdade (não confundir com redução da pobreza) por meio da construção do Estado de bem-estar e a desindustrialização do país. Cumpre insistir que o seu projeto é o da diminuição da pobreza, não necessariamente da desigualdade, que são coisas distintas, embora relacionadas” (SINGER, 2012, p. 156).

funciona como juiz de seus conflitos" (p.157). A "gramática varguista", que "opunha o 'povo' ao 'antipovo'" (p.16) retornaria a partir do plano ideológico.

O autor reconhece que a diminuição da pobreza no período lulista não teria sido acompanhada da diminuição estrutural da desigualdade e nem da transformação da maior parte da população em classe média. Nesse sentido, ao mesmo passo em que a renda dos mais pobres e dos mais ricos se adensava, ter-se-ia um provável achatamento na renda da classe média. Nada disso, para Singer, contrariaria o fato de que a diminuição da extrema pobreza tenha sido notória.

> (...) isso não constitui a superação da pobreza nos termos de Veiga-Sen nem o ingresso automático de toda a população na classe media, como ficou em voga dizer nos últimos anos. Pode representar que a quase metade da população que não dispunha de renda mínima até meados da década de 1990 passará a dispor de recursos suficientes para assegurar, ao menos, a alimentação. Não será o fim da pobreza, mas talvez seja o fim da pobreza (monetária) absoluta, aquela que impede a pessoa de sequer se alimentar. Poderá significar o ponto de partida para a vida "decente" do New Deal, porém certamente não a chegada. (SINGER, 2012, p. 133)

Em função da transferência de votos de Lula a Dilma em 2010, materializada no resultado expressivo da candidata nas regiões Norte e Nordeste, se pôde afirmar que a grande base do enraizamento social do lulismo teria se transferido para a presidenta, levando Singer a supor que o lulismo teria longa duração. Mesmo reconhecendo que o *boom das commodities* havia sido o sustentáculo sobre o qual se ergueram as fases econômicas virtuosas do lulismo, o autor acreditava que a ativação do mercado interno via consumo dos mais pobres projetaria influência absoluta no sucesso deste projeto político[13].

Apesar de fraco, o reformismo lulista aceleraria a acumulação no interior do capitalismo, ampliando empregos sem reverter a característica precariedade do mercado de trabalho brasileiro. Mesmo que esse protagonismo popular se baseasse em soluções

---

[13] O *boom das commodities* se configurou com o aumento da demanda por produtos primários – soja, petróleo, gás e minérios – produzidos por países latino-americanos.

"pelo alto" a partir de uma liderança, Singer arrisca apostar que o lulismo, se tivesse a durabilidade por ele esperada, poderia converter as contradições da realidade social brasileira a um degrau superior.

Podemos sublinhar, no que se refere ao fenômeno do lulismo em Singer, as seguintes características: a) transição entre uma estratégia de classe (alma de Sion) para o nacional-popular (alma do Anhembi); b) consolidação de um pacto conservador entre o PT e setores da burguesia; c) um reformismo fraco e "pelo alto" que abdicaria (ao menos momentaneamente) de um reformismo de alto impacto; d) um programa de crescimento econômico ortodoxo casado a um programa popular via ampliação do mercado de consumo, ampliação do mercado de trabalho e da renda; e) realinhamento eleitoral a partir da adesão de massas pauperizadas ao projeto do governo; f) apoio na direção da fração de classe subproletária, que desejaria "sumir"; g) sustentação ideológica na "gramática varguista", ricos *versus* pobres ou Estado popular *versus* elites anti-povo; g) esvaziamento do anticapitalismo para a afirmação de um projeto de cunho popular.

A semelhança entre a interpretação presente no lulismo àquela implícita no arcabouço teórico-conceitual sintetizado no conceito de populismo faz-se notória [14] . A caracterização do populismo, a despeito de ter sido alvo de crítica nas formulações do PT ao longo da década de 1980, justamente pela carência de autonomia da classe trabalhadora e hegemonia política, é retomada em seu sentido mais íntimo sob a égide do lulismo. A afinidade entre elas comporta uma inversão da lógica crítica embutida na teoria do

---

[14] Não nos afinamos aos conceitos de *populismo* e nem de *lulismo* para explicação sociológica das relações político-sociais no Brasil dos períodos históricos a que se referem. Buscamos, entretanto, traçar um painel sobre como o conceito é parte aparente da relação entre interpretações da teoria social brasileira e teoria da revolução. Para melhor compreensão do período que se convencionou chamar *populista*, cf. Demier (2012b). O autor procura demonstrar que entre o período histórico de 1930 e o golpe de 1964, a autonomia relativa do Estado frente às classes foi a *forma* histórico-politicamente determinada assumida pelo aparelho Estatal no Brasil. O Estado, "funcionando como uma espécie de árbitro do jogo político e econômico e pacificando o cenário social litigioso, ganha a aparência de uma força descolada, acima e independente da sociedade" (DEMIER, 2012b, p. 34). Essa autonomia seria apenas relativa e espelharia períodos de determinada correlação de forças entre as classes "solucionadas" pela unidade em torno ora do Bonapartismo, ora do semi-Bonapartismo.

populismo da década de 1970. A teoria do populismo como via política do desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial brasileiro baseia-se no imbricamento entre Estado relativamente autônomo, compromisso entre classes sociais, desenvolvimentismo, e política de massas como gramática da revolução à brasileira. Nela, a política ativa de um Estado de contrários e de massas teria no populismo a forma política peculiar de expansão do capitalismo urbano-industrial.

Por que, então, a interpretação corrente sobre as experiências de governo popular do PT vai se fiar em um modelo que se fundamenta no conceito de populismo? Teriam enfim as massas se inserido na economia e na política através de um projeto hegemônico dos trabalhadores? Teria enfim sido possível romper as amarras de um compromisso resultante da pressuposta ausência de hegemonia de classes? Por qual motivo os “governos populares” do PT, partido oriundo de período histórico em que a classe construiu seu projeto de disputa de poder, se afinaria à gramática nacional-popular?

Supomos que há razões conexas à lógica interna do conceito de populismo que justificam a sua incorporação tardia. Há, notoriamente, a afirmação de uma concepção estratégica que, remissiva, recusa autocrítica e ignora mediações relevantes. Mas há, sobretudo, razões históricas inscritas no próprio movimento da consolidação da estratégia petista nas décadas de 1980 e 1990, em especial no que tange à *natureza* e ao *caráter* das tarefas implicadas em sua estratégia. Com a entrada do movimento de trabalhadores em cena, a suposta passividade dos setores sociais que dava sentido à leitura populista se romperia. Qual movimento fará do lulismo uma leitura que recoloca sob nova qualidade antigos dilemas?

Vejamos.

LULISMO, POPULISMO E A QUESTÃO DA INCOMPLETUDE DO CAPITALISMO

Certas afinidades entre populismo e lulismo são imediatas: liderança carismática de massas, pacto entre classes, caráter modernizador do capitalismo. Ambos nortear-se-iam pela inserção popular que buscaria conjugar ampliação do mercado interno de consumo de massas com participação na política. Agora, porém, diferente do populismo de outrora, tal processo dar-se-ia a partir da hegemonia de um projeto dos trabalhadores.

A profunda relação entre o caráter de massas do instrumento partidário, o classismo e a consciência de classe se veem diluídas em uma interpretação lulista do lulismo, como a que temos acompanhado aqui. Como se o problema da estratégia pudesse ser resolvido por um passe de mágica, seria possível superar pacificamente, gradualmente e através de um pacto nacional as principais questões vividas pela classe trabalhadora em um país capitalista, periférico e dependente. Alçar-se-ia, para a mobilização deste pacto, a melhora de vida das parcelas mais pauperizadas da população. Isso justificaria, por sua vez, a defesa de mudanças dentro da ordem.

O lulismo reanima temáticas que imbricam revolução brasileira e teoria social, sem levar, entretanto, a discussão estratégica a termo. O desenvolvimento da *estratégia democrático-popular* do PT e sua realização a partir dos governos de Luís Inácio Lula da Silva resultam, em nossa compreensão, da tensão no decurso da constituição da própria estratégia, e não de uma alteração momentânea que pretenderia manter e sustentar a governabilidade do projeto popular. Desde meados da década de 1990, inflexionando determinantes táticos e programáticos fundamentais, o PT assumiu a ampliação do mercado interno de consumo e a democratização como partes centrais de seu projeto, reeditando, para tanto, a máxima da *União Nacional*. Abrindo mão de um reformismo rupturista, o projeto dá expressiva guinada incorporando o gradualismo, o processualismo e a aliança entre classes como a possibilidade de alcançar o governo federal. Sua lógica etapista não diz respeito à afirmação de uma etapa prévia, mas à percepção de que a incorporação das massas à economia e à política seriam tarefas de um governo popular, cujo arco de aliança se firmasse em ampla coalizão anti-neoliberal.

A retomada de determinações caras às teorias do populismo parece lógica do ponto de vista interpretativo, mesmo que rasa no que diz respeito à historicização da reflexão política. Sua atualização é carregada de um viés positivo bastante distinto daquele que tonalizava a teoria crítica do populismo que tanto influenciou o PT na década de 1980. As valorosas ideias de que os trabalhadores não são meros peões no tabuleiro da ordem burguesa, e de que eles podem constituir consciência de classe autônoma, acabam submetidas a um novo pacto de compromisso tutelado pelo Estado!

Tal processo se sustenta em uma chave de leitura condicionada pela atipicidade da revolução burguesa e de determinadas particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro, que, ao expressar-se em uma estratégia, reverte estruturas do capitalismo a *incompletudes* que deveriam ser suplantadas. Grosso modo, seríamos um país cujo modo de produção é capitalista, mas que, em virtude da *forma* própria de seu desenvolvimento, careceria, à sombra da fórmula democrático-burguesa, de um longo período de transformações *dentro da ordem.*

Tal defesa envolve sustentar – ainda que não diretamente – que, mesmo não se alterando estruturalmente as relações sociais de produção, vitórias da economia política do trabalho poderiam ter direção socializante pela via da democratização. O ponto alto da transição para essa maneira de pensar diria respeito, no caso brasileiro, ao encerramento da transição democrática, que enceta o reconhecimento de dois processos conjuntos, o de prevalência do capital monopolista e o de transição para uma estratégia que devia disputar por dentro do regime. Numa perspectiva estratégica para sociedades "modernas", não se deveria estabelecer uma *ruptura*, mas galgar paulatinas conquistas democratizantes que levassem a uma mudança na composição econômica e política para as massas.

Há de se fazer uma breve reflexão ensejada pelos fundamentos de tal percepção, uma vez que um processo de mutação como esse não se pautaria necessariamente pela incompletude, mas justamente pelo caráter moderno do capitalismo, cuja economia pujante e transição para a democracia deveriam colocar, sob bases hegemônicas, as disputas entre as classes. Mas a perspectiva da estratégia democrática, nacional e popular pauta-se justamente pelo que não teria sido realizado: à forma social do capitalismo brasileiro não teria correspondido, de maneira correlata, uma socialização econômica e política. Esse problema deveria ser sanado.

Assim é que percebemos que o limiar entre as estratégias hegemônicas da classe trabalhadora brasileira, ou seja, a transição do ciclo do PCB e o ciclo do PT, legam um sentido de superação e conservação em pilares importantes da estratégia, que tende a supor e a idealizar *um desenvolvimento normalizado do capitalismo*, como se esse tendesse a generalizar direitos e democracia, e, portanto, *devesse preexistir à transição socialista.* A análise da via de transição do Brasil à modernidade, que marca seu percurso deixando de lado a

tipicidade “modelar” burguesa, leva à afirmação de vínculos entre a renovação democrática como uma alternativa à via “de cima para baixo”, ou de contraposição da democratização à transição “pelo alto”, que devia contar com a expansão tanto de formas de pensar a democracia, como, por outro lado, de novos sujeitos que expressassem novas contradições de um capitalismo de tipo monopolista.

Para compreender essas retomadas, deve-se considerar que a correlação de forças se expressa nas configurações estratégicas das classes trabalhadoras em todo o mundo. Molda, de maneira própria, as perguntas e respostas colocadas pela classe nas lutas em seus períodos históricos. Após a queda do muro de Berlim, o impacto da conjuntura internacional sobre as lutas socialistas é inquestionável. A busca por um “novo socialismo” se afirma como síntese de superação das experiências vivenciadas no ciclo histórico anterior. Se o fim do socialismo real apresenta-se como um “terremoto”, o socialismo democrático combateria a *forma* que teria aproximado dois tipos de relação social tão diversas: tipos de regime, capitalistas ou socialistas, que comportassem decisões pelo “alto” não permitiriam hegemonia política, base fundamental para formação do consenso e afirmação da própria democracia. Assim, a política devia incorporar a liberdade dos que pensavam diferente, através de um pluralismo bem mais afeito a uma defesa liberal-democrática do que à tradição socialista democrática que se via refletida na década de 1980. Tal pressuposto seria o ponto de partida para o florescimento de um socialismo de “tipo” democrático, de massas, pluralista e com base no mercado[15].

É nesse sentido que o projeto do PT, além de assumir para si a responsabilidade pela realização de tarefas consideradas “incompletas”, incorpora a efetivação da forma democrática de

---

[15] Tal perspectiva esteve informada, dentre outros vetores, pela experiência política da Unidade Popular do Chile na década de 70. Segundo Milton Temer, em entrevista fornecida a mim em meu processo de pesquisa de doutoramento, o governo Allende no Chile teria influenciado as formulações afiançadas por ele, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, ainda mais do que o próprio eurocomunismo. Cabe notar, quanto a isso, que no decorrer das décadas de 1970 e 1980 parece se consolidar a transição, para amplos setores da esquerda, entre dois ciclos estratégicos, impactada tanto pela expansiva incorporação da *forma* democrática como pela progressiva derrocada dos países socialistas no mundo.

governo e de inserção econômica pela via do mercado. Afirma-se, assim, como herdeiro de um projeto *nacional-democrático,* agora *popular* e sob direção dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva*: as duas almas do Partido Comunista, 1920- 1964. São Paulo: Hucitec, 1997.

DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 8, p. 204-229, julho-dezembro de 2012a.

________. *O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964)*: Autonomização Relativa do Estado, Populismo, Historiografia e Movimento Operário. Tese de Doutorado. UFF, Niterói/RJ, 2012b.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MAIA, João Marcelo. *A história de um conceito*: populismo no Brasil. Dissertação de Mestrado em Sociologia. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2001.

MONTENEGRO, Darlan. *O avesso do príncipe*: programa e organização nas origens do Partido dos Trabalhadores. Tese de Doutorado. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo*: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WEFFORT, Francisco C. Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco – 1968. In: *Cadernos Cebrap* n° 5, São Paulo, 1972.

________. *O populismo na política brasileira.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OS GOVERNOS LULA COMO REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR

Cássius M. T. M. B. De Brito

ai da tua tática / ai da tua estratégia
se você não fez bom uso / do tempo da tua paz
pense nisso / rapaz
nunca
nunca / mais
olhe pra frente / sem antes olhar pra trás
[Paulo Leminski]

As preocupações teóricas e práticas que orientam o presente texto estão ligadas a duas ordens de motivações. Primeiro, a busca das determinações que fizeram com que uma particular análise da formação social brasileira, do período que vai da ditadura civil-militar inaugurada em 1964 até o final dos anos 1990, associada à formulação estratégica que a complementava, fizessem parte das "condições subjetivas" de um processo histórico que tem uma importante inflexão ao final de 2002, com a vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República. Segundo o reconhecimento de que a análise dos governos Lula aponta para a necessidade de se avaliarem seus resultados e significados, como parte de um esforço coletivo de inventariar a relação entre "produto" e "processo" da experiência política recente da classe trabalhadora brasileira. A hipótese do trabalho é de que a relação da estratégia democrático-popular com os governos Lula se constitui em uma unidade contraditória entre intenção e ato, de modo que os governos se apresentam como a forma política na qual se realizam as potencialidades daquela formulação estratégica, de acordo com a combinação entre as condições de desenvolvimento capitalista brasileiro, na primeira década do século XXI, e as opções políticas do partido do governo.

"Democrático-Popular" é uma chave que serve tanto à denominação de um desenho estratégico como de um programa político, a ele associado. As duas palavras que compõem a definição referem-se a dois diagnósticos: primeiro, sobre o *status* do desenvolvimento capitalista no país, e, segundo, sobre o sujeito

social e político responsável pela estratégia de ampliação da democracia. Chama-se democrático, pois vê a estrutura econômica, social e política brasileira carente das "tarefas democráticas em atraso", o que impediria a plena modernização do capitalismo brasileiro com os ganhos civilizatórios que este modo de produção foi capaz de propiciar alhures. Chama-se popular, porque a burguesia brasileira, acomodada em sua função auxiliar e adaptada à sua posição dependente em relação ao imperialismo, seria incapaz de realizar aquelas tarefas, o que, por determinação negativa, atribuiria ao conjunto da classe trabalhadora a função histórica de levá-las a cabo. Tanto a estratégia quanto o programa são tributários, portanto, de uma visão do capitalismo brasileiro, definido sob o signo da incompletude e da nunca chegada modernidade[1].

Aspectos importantes da estratégia democrático-popular

Pode-se afirmar que a estratégia democrático-popular está fundada em dois pilares, derivados de um diagnóstico. O diagnóstico é de ausência de condições históricas para o desencadeamento de uma ruptura revolucionária socialista com a ordem burguesa, no Brasil, no curto prazo. Por isso, seriam necessários: 1) a construção de um longo processo de acúmulo de forças, através de amplos movimentos de massas que pressionassem a estrutura social "de baixo para cima", por bandeiras de radicalização democrática, por reformas que ampliassem os direitos políticos e sociais da grande maioria da população, articulados por uma orientação socialista (um programa anticapitalista, antilatifundiário e anti-imperialista); e 2) uma frente eleitoral-institucional que fosse capaz de viabilizar a ocupação de posições no interior do Estado, de modo que, a partir da representação parlamentar e da direção de instâncias do Executivo, a pressão extra-institucional se materializasse na condução das políticas de governo.

O Partido dos Trabalhadores (PT) tem sido o principal operador político da construção de um projeto informado pelos elementos descritos acima. Tendo sido forjado nas lutas pela

[1] "A 'novidade' programática estaria posta no compasso de espera entre a construção de uma 'democracia que conferisse peso e voz aos trabalhadores e aos oprimidos na atual sociedade de classes, realizando tarefas políticas monopolizadas pelos de cima', incluindo nestas as reformas de interesse exclusivo da classe trabalhadora e a 'formação das premissas históricas de uma revolução socialista' " (SOARES, 2012 p. 113).

abertura democrática no curso da crise da ditadura civil-militar, no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, o PT foi o resultado de um processo de rearticulação de uma ampla diversidade de organizações políticas, populares e de classe, que tinham como objetivo a construção de um projeto de poder para o Brasil, que, em sua origem, seria alternativo ao "monolitismo burguês" de que falava Florestan (COELHO, 2005; IASI, 2006; SECCO, 2015).

É no V Encontro Nacional do PT (1987) que a estratégia democrático-popular se consolidará[2]. Os princípios originais de formulação do partido, quais sejam, sua diferença com a "teoria de etapas" imputada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o distanciamento do socialismo soviético e da socialdemocracia europeia como modelos de sociedade, a negação da "tutela" populista, bem como a afirmação das bandeiras de radicalização da democracia por meio de reformas, estão ali presentes. Contudo, desde os efeitos da derrota da campanha das Diretas Já, em 1984, quando começa a fase que Lincoln Secco chama de "oposição social ou extra-parlamentar", os debates no interior do partido expressavam a busca por uma concepção mais aprofundada da formação social brasileira, e, baseada nela, uma formulação estratégica capaz de levar a cabo um programa de reformas. Nesse processo, o partido teria uma função protagônica, mas deveria começar a ampliar a perspectiva das alianças, pensada de modo indissociável da tática do "acúmulo de forças" (IASI, 2006, p. 404).

Nas formulações do V Encontro, a caracterização de que o capitalismo brasileiro teria passado por uma "rápida aceleração" é matizada pelo seu caráter ainda dependente, regionalmente desigual, fundado na superexploração do trabalho, manutenção da repressão estatal à participação política extra-institucional, e por sua incapacidade de incorporar milhões de brasileiros ao mercado interno. Todos estes "senões" são apresentados como índices de incompletude do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira,

---

[2] Para Secco, (2015 p. 121), "o V Encontro Nacional foi o mais importante da história do PT", pois "afirmou pela primeira vez de forma oficial como estratégia para o socialismo a constituição dos trabalhadores em ´classe hegemônica e dominante no poder de Estado´, atacando a distinção entre partido de massas e de quadros e associando construção do poder nas lutas cotidianas com o momento estratégico da tomada do poder político" (*idem* p. 122).

porque marcados por "déficits democráticos". Do ponto de vista político, esta incompletude impediria a consolidação de uma estável hegemonia burguesa no país, ao reproduzir o caráter excludente da estrutura social. O programa político do partido se organiza em torno das antíteses a cada uma dessas insuficiências (Idem p. 429).

A estratégia democrático-popular está alicerçada, basicamente, no seguinte entendimento: a revolução burguesa no Brasil se consolidou em um padrão que combinou o desenvolvimento das relações de produção capitalista em um ritmo acelerado, principalmente durante a ditatura civil-militar, a um conjunto de déficits democráticos. A concentração de capital derivada deste desenvolvimento teria correspondência com a concentração de poder político, nas mãos de uma burguesia adaptada às restrições vindas de fora, que reage violentamente às pressões dos "de baixo", resultando em uma forma autocrática de Estado. Seria preciso, então, a partir das lutas sociais e de uma "política de crescimento", construir a hegemonia na sociedade civil, a fim de, por ela, "ocidentalizar" o Estado, ampliando-o. Para tanto, o arco de alianças, que, no IV Encontro (1986), previa setores proprietários que viviam do próprio trabalho, passa a contar também com microempresários e pequena burguesia (pensada em termos de "tamanho" de capital), com centralidade dos assalariados urbanos, especialmente os operários industriais. Nesta concepção, uma ampla mobilização, por meio de lutas populares, seria, ao mesmo tempo, a via de ampliação do Estado, e, prevendo a reação da autocracia, o campo de resistência popular.

Esta formulação estratégica é informada por certa leitura de Gramsci a respeito da hegemonia e suas discussões sobre o Estado. Na medida em que, nesta chave, o Estado é pensado como unidade da sociedade política e da sociedade civil, a atuação do partido, visto como um aparelho privado de hegemonia, deve se dar nas duas frentes, sob a lógica de que as ações reivindicativas dos movimentos populares, em crescimento, dariam legitimidade às ações governamentais de ampliação de direitos. Isso, por sua vez, fortaleceria, retroativamente, os próprios movimentos, num ciclo virtuoso de construção da hegemonia popular e democrática em torno de uma classe mais coesa, norteada pela perspectiva de reforma intelectual e moral, da autonomia e da independência de classe.

Para Guimarães (1990), essas formulações desembocavam em uma "estratégia da pinça", diferente da estratégia democrático-nacional do PCB, como também do foquismo da luta armada. Nela, estava implicada a exigência de uma "ruptura com o Estado burguês", e a "criação de uma nova legalidade assentada em uma nova concepção de representação política e de exercício de poder" (*idem*, s/p). A hipótese central do autor é de que esta ruptura só seria lograda pela construção de uma "dualidade de poderes", construída por meio de um "movimento articulado, em pinça[3], dos trabalhadores sobre o centro de poder burguês – isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação do poder popular" (*ibidem*). Seria superado, assim, o "falso dilema" entre guerra de posição e de movimento, por meio da fórmula de uma "guerra de movimento prolongada", em que a as posições ocupadas tanto no interior do Estado, como na sociedade civil, estariam, desde o início, "subordinada[s] a esta estratégia de ruptura com a ordem" (*ibidem*).

Como "síntese da estratégia e da tática", o partido teria, nesta formulação, o "papel insubstituível" de ser o "articulador da pinça", cuja função é operar a crítica à institucionalidade estatal burguesa, e precipitar a construção de organismos de poder popular, que servirão de instrumentos para o "aprendizado das grandes massas na arte de governar". O bloco antimonopolista seria a aliança entre os variados setores dos assalariados, "a atração da pequena burguesia urbana e rural, além da neutralização do médio capital". O objetivo é isolar o "grande capital", e, para isso, a ocupação dos espaços institucionais serviria para criar melhores condições de diálogo com os setores para fora da classe trabalhadora (pequena burguesia e médio capital), e teria a função de "ir minando os mecanismos de controle e reprodução do grande capital", ao mesmo tempo em que se deveriam "ir criando referências novas de exercício do poder". Tudo isso desembocaria no problema militar, que está relacionado à necessidade de, por meio da luta de massas,

---

[3] A pinça – como imagem – já estava presente na formulação da "democracia como valor universal" de Carlos Nelson Coutinho, quando ele apresenta a necessidade de combinar a participação nas instituições representativas do Estado com organismos e métodos de democracia direta. Duriguetto (2008, p. 87) considera que Coutinho via nesta articulação a possibilidade de "projeção permanente das classes subalternas no Estado, transformando-o".

deslegitimar e fragmentar o controle estatal, desmilitarizar o aparelho de Estado, e criar estruturas de autodefesa no campo popular.

Na estratégia democrático-popular estava previsto, portanto, um longo processo de socialização da política, que se daria através da criação e implementação de canais institucionais, para os quais seria incentivada a participação da sociedade civil[4]. Neste raciocínio, já que a revolução burguesa no Brasil se consolida pela via de uma contrarrevolução preventiva, sob a forma de uma autocracia burguesa, as medidas de democratização da sociedade só poderiam ser levadas a cabo sob a direção do proletariado, atraindo a pequena burguesia, micro e pequenos empresários, pequenos proprietários rurais e urbanos, intelectuais e profissionais liberais, tendo o poder do Estado como requisito imprescindível. É nesse sentido que Fernandes (2011) afirma a necessidade de constituição de um Estado capitalista democrático “aberto para baixo”, através da realização, pela massa da população, organizada em torno das classes trabalhadoras, de tarefas políticas deixadas de lado pela burguesia.

A tese subjacente à concepção dessas tarefas democráticas “em atraso” é que, no contexto da sociedade brasileira, o desenvolvimento da democracia e o desenvolvimento do capitalismo seriam, no limite, inconciliáveis: “a era em que se podia conciliar democracia com o desenvolvimento maduro do capitalismo pertence à história. A expansão da democracia traz consigo ondas sucessivas de reformas anticapitalistas e, no ápice, a transição para o socialismo” (FERNANDES, 2011, p. 221). Haveria, portanto, uma impermeabilidade estrutural da ordem burguesa, no Brasil, às demandas das classes subalternas.

Cabe aqui relembrar algumas características gerais do movimento da evolução do PT entre os anos 1980 e 2000, que fornecem pistas para a compreensão das especificidades com que se realizou a estratégia democrático-popular no Brasil.

Mesmo com a derrota de Lula em três eleições presidenciais consecutivas, o PT conseguiu, durante os anos 1980-90, ocupar cadeiras parlamentares nos três níveis administrativos (câmaras municipais, assembleias legislativas e congresso nacional), bem como foi alçado aos postos de governo de várias prefeituras

---

[4] Isso é verdadeiro, ainda que os entendimentos sobre o significado da expressão “sociedade civil” variassem entre os partidários da estratégia democrático-popular. Quanto a isso, cf. Duriguetto (2014).

municipais e de algumas unidades da federação. A partir daí, começa a ganhar força, no interior do partido, a ideia de que seria possível chegar ao governo federal, mesmo com as fortes derrotas nos movimentos de massas do campo e da cidade, desde que fossem feitas algumas alterações no programa do partido.

As enormes dificuldades colocadas na frente de maior enfrentamento com os setores dominantes (lutas sindicais e lutas do campo), associadas aos sucessos progressivos das performances eleitorais do partido, geraram uma contradição entre os dois "braços" que anteriormente constituíam a unidade da estratégia democrático-popular. Dois interesses passam a se chocar constantemente: o daqueles que tinham a função de, pelas lutas de massas, pressionar de baixo para cima o Estado para implementar as reformas democráticas; e o de uma camada burocrática, que se formou a partir da ocupação dos espaços da institucionalidade e que se especializou na gestão do aparelho do partido.

Ao longo dos anos 1990, ao mesmo tempo em que a disputa interna provocava a supremacia de um grupo moderado no controle do partido (o campo majoritário), provocando perda de espaço dos grupos mais alinhadas ao horizonte anticapitalista, há progressivas alterações no programa e nas táticas originais. A manutenção nos postos de governo como via principal de acúmulo de forças acaba interditando a aplicação de certos pontos do programa democrático e popular, posto que, sem a correlação favorável, o risco de um contra-ataque burguês, em reação a medidas avançadas demais, poderia pôr a perder o governo. Desta forma, não ocorre apenas um processo paulatino de rebaixamento programático, mas vai ganhando terreno o foco na manutenção da governabilidade, e seus correspondentes acordos, como problema político fundamental das táticas, a cada momento eleitoral e no exercício do governo.

Ao longo do período designado por Secco como de "oposição parlamentar" (1990-2002), os significantes a indicar os adversários políticos e sociais do programa petista vão mudando. Incialmente denominados como burguesia, eles passam a grandes capitalistas, a elite, rentistas e especuladores. Em 1994, articuladores da corrente Nova Esquerda justificavam a necessidade de ampliar as alianças a partir da ideia de uma "hegemonia compartilhada", que buscava combater o "hegemonismo petista" (*ibidem*, p. 187-188).

Todas essas inflexões estão expressas no XII Encontro Nacional (2001), que construirá o patamar a partir do qual se operará definitivamente a ampliação das alianças políticas. As resoluções deste Encontro afirmam, dentre outras coisas, que seria necessária a construção de um novo “pacto social”, com “apoio de amplas forças sociais”, em “suporte ao Estado-nação”, promovendo “ampla inclusão social”. Seriam prejudicados, com isso, “grandes rentistas e especuladores”, mas seriam contemplados, além da massa da população, também os “empresários produtivos de qualquer porte”, na medida em que este “novo contrato social” ensejaria o crescimento “a partir do mercado interno”, dando “previsibilidade e estímulo ao capital produtivo”[5].

Vemos assim que um setor que nasce da classe trabalhadora, em seu processo de luta, sofrendo um posterior processo de metamorfose, constrói, a partir de certos parâmetros políticos e econômicos, um projeto político, no qual arvora para si o papel de, *em nome da classe trabalhadora*, negociar com a burguesia um pacto social. Este transformismo (GRAMSCI, 2002, p. 278) do partido acabou por se tornar a mediação política funcional para a constituição de um pacto de classes que, ainda que temporariamente, pudesse combinar patamares razoáveis de acumulação de capital, melhoria das condições de vida de parte significativa da população, e estabilidade política, conquistada sob o compromisso de não se provocar qualquer alteração dos pilares que sustentam a posição hegemônica das classes dominantes. No processo de efetivação do referido pacto, o caráter de classe do Estado e do programa, presentes na formulação original da estratégia, se apaga de vez, em favor da ideologia de um “Brasil para todos”.

A RELAÇÃO DOS GOVERNOS LULA COM A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR

Durante os governos Lula, ocorreram algumas combinações que eram apresentadas como improváveis por setores expressivos no campo do pensamento econômico e político: crescimento econômico com criação de empregos, diminuição da desigualdade pessoal de

[5] Resoluções do XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, p. 38. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/uploads/resolucoes-xii-encontro.pdf. Acesso em 10/05/2016.

renda (via aumento real do salário mínimo, transferências monetárias condicionadas e ampliação da oferta de crédito), em um contexto de baixa inflação e com retomada relativa do papel do Estado como coordenador de planos de investimento. Tudo isso sem questionar os pilares macroeconômicos do período FHC, e, mesmo com o caso do "mensalão", aliançado por uma considerável estabilidade política.

Na imagem criada a partir do discurso oficial, esta proeza ganha aura de uma verdadeira alquimia, ou, nas palavras de Singer (2012, p. 146), de uma "química com menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo". As diferenças na condução da política econômica[6] teriam sido resultado do caráter pragmático do governo, que procurava se adaptar criativamente às oscilações da conjuntura econômica internacional, e aos acordos políticos com setores sociais internos, no sentido da implementação de um "novo modelo desenvolvimento", para o qual o ciclo expansivo da economia mundial e o *boom* das *commodities* foram condicionantes fundamentais.

Entre 2003 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro acumulou um crescimento de 35,8%, saindo de R$ 1,7 tri para R$ 3,8 tri: uma média anual de 4,47%. Houve um aumento também de quase 4% na Formação Bruta de Capital Fixo – geralmente usado como indicador da taxa de investimento. Para este resultado, foi fundamental o papel desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), especialmente no contexto de implementação, a partir de 2007, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os desembolsos do BNDES passaram de R$ 33,5 bilhões em 2003 para R$ 168,4 bi, em 2010 (um crescimento de mais de 400%). Destes, cerca de 57% foram destinados a empresas com sede na região sudeste, e 75% para empresas de grande porte, segundo a classificação do próprio banco (BRITO, 2017, pp. 99-101). O setor exportador foi alvo privilegiado

---

[6] Nelson Barbosa divide a política econômica do governo Lula em três momentos: a) entre 2003 e 2005, um ajuste fiscal voltado para reduzir a inflação e diminui o endividamento do setor público; b) entre 2006 e 2008, teria sido adotada uma política macroeconômica expansionista, voltada para o aumento do crescimento, investimento e emprego; e, por fim, c) entre 2009 e 2010, um conjunto de medidas anticíclicas para combater os efeitos da crise do capital que estourou em finais de 2008 (BARBOSA, 2013, p. 70).

destes desembolsos, tendo em vista a sua importância para os superávits na balança comercial e seus impactos sobre as reservas internacionais. Neste setor, estes desembolsos acumularam R$ 104,2 bilhões no período, (BRASIL, 2010 p. 42), o que contribuiu para que as exportações brasileiras aumentassem mais de 230%, e as reservas internacionais passassem de US$ 37,8 bi, em 2002, para US$ 239 bi, em 2009 (Idem, p. 21).

O ciclo expansivo da economia mundial, que passou de um crescimento de 2,2%, em 2002, para 5,1%, em 2006, foi fundamental para estes resultados. No mesmo período, as *commodities* tiveram valorização média de 89% (SINGER, 2012, p. 175), enquanto o preço do petróleo subiu mais de 150% e o preço médio dos produtos manufaturados, 35% (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007 p. 41).

As medidas de controle da inflação (altas taxas básicas de juros e taxa de câmbio valorizada) permitiram que ela se mantivesse em tendência de desaceleração, embora oscilasse ao longo do período. Entre 2003 e 2010, considerando as metas de inflação e o intervalo de tolerância de 2% predominante no período, a inflação real medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ultrapassou o teto da meta apenas nos dois primeiros anos[7].

No mesmo período, o PIB per capita dobrou, em um contexto de queda tendencial da taxa de desocupação, que chegou ao final do segundo mandato reduzida à metade da existente no início do primeiro. Dados do governo indicam que, entre 2003 e 2009, foram criados "11,8 milhões de novos postos de empregos formais, celetistas e estatutários, com média anual de aproximadamente 1,7 milhão de empregos" (BRASIL, 2010, p. 21), fazendo com que dobrasse o volume de empregos com carteira assinada (*idem*, p. 25).

O salário mínimo acumulou um aumento nominal de 112,5%, enquanto a renda média do trabalho cresceu nominalmente 68,88%, de modo que, descontada a inflação do período (IPCA acumulado de 56,68%), resultam crescimentos reais da ordem de 53,67% e 8,42%, respectivamente. O governo acionou uma série de medidas que possibilitaram uma ampliação significativa do crédito. Dados do governo indicam que a oferta de crédito passou de 24% do PIB, em 2002, para 45% do PIB, em 2009[8], sendo que o crédito livre para as

---

[7] Cf. Banco Central do Brasil, em: http://www.bcb.gov.br/Pec/metas/TabelaMetaseResultados.pdf

[8] "Os dados do Banco Central são conclusivos: houve extraordinária expansão do crédito, principalmente a partir de 2007. O valor total das

empresas passou de 5,2% para 15% do PIB, e para as pessoas físicas foi de 8,6% para 15,6% do PIB, no mesmo período (BRASIL, 2010, p. 22). Para os beneficiários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a concessão de crédito consignado acumulou aumento de R$ 81,88 bilhões, entre 2004 e setembro de 2010 (Idem, p. 34) e a concessão de microcrédito para pequenos empreendimentos econômicos somou um montante de R$ 13,7 bilhões, entre 2003 e 2010 (Ibidem, p. 35).

A isso se somava a política de transferência monetária condicionada, especialmente o Programa Bolsa Família (PBF). Em 2005, pouco menos de dois anos após seu lançamento, as transferências monetárias somavam R$ 550 mi (0,3% do PIB), alcançando 8,7 milhões de famílias. Ao final de 2010, o PBF alcançava 12,8 milhões de famílias, somando R$ 63,4 bilhões, mesma proporção do PIB de 2005[9]. Somados todos os programas sociais destinados às famílias consideradas mais pobres, a "transferência de recursos [...] passou de 6,9% do PIB, em 2002, para 8,6%, em 2008, chegando a 9,3%, em 2009" (BRASIL, 2010, p. 18).

A combinação da elevação do salário mínimo, da ampliação do crédito e dos programas de transferência monetária condicionada, em especial o Bolsa Família, teriam provocado uma diminuição da pobreza extrema e da pobreza absoluta. Considerando que o critério de pobreza absoluta da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) – "valor para suprir uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa" – é o dobro do critério de pobreza extrema (ou miséria) do Banco Mundial (renda de até US$ 2 dólares diários), entre 2003 e 2009, mais de 20 milhões de brasileiros teriam ultrapassado a linha da pobreza. Em termos proporcionais, significa que os indivíduos considerados em pobreza absoluta passaram, no período, de 35,75%

---

operações de crédito das pessoas jurídicas aumentou 2,6 vezes, de R$ 233 bilhões em 2002 para R$ 594 bilhões em 2012 (valores constantes de 2012), o que representa crescimento médio anual de 9,8%, ou seja, quase o triplo do crescimento da renda real" (GONÇALVES, 2014 p. 26).

[9] Dados coletados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Ministério do Desenvolvimento Social.

para 21,41% da população brasileira, enquanto os considerados em situação de pobreza extrema (miséria) passaram de 15% para 8%[10].

É preciso se deter um pouco neste ponto. Convencionou-se considerar que o processo acima gerou uma diminuição da desigualdade social, por causa do conjunto de políticas de transferência de renda. Vejamos mais de perto cada um dos elementos que compõe esta afirmação.

Frequentemente, usa-se o índice de Gini para medir a evolução da desigualdade. Este índice é normalmente calculado a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. Ele mede a *desigualdade pessoal de renda* a partir da renda do trabalho, mas não leva em consideração a relação dos rendimentos do trabalho com a renda da propriedade (capital), a chamada *desigualdade funcional de renda*. Estudos do IPEA (2008, 2010, 2012), HALLAK NETO e SABOIA (2014) mostram que a queda na desigualdade pessoal de renda não significa necessariamente uma queda na desigualdade funcional de renda. É possível que a diminuição do índice de Gini conviva com o aumento da desigualdade funcional de renda, como, segundo os estudos citados, ocorreu nos anos 2000.

Pesquisas recentes sobre a evolução da desigualdade de renda, que levam em consideração os dados tributários informados à Receita Federal, apresentam um quadro de estabilidade na desigualdade nos últimos anos. Combinando dados das PNADs com os das declarações de imposto de renda (pessoa física) de 2006, 2009 e 2012, Medeiros; Souza; Castro (2015a, p. 972) afirmam que "ocorreram mudanças na base da distribuição [de renda], mas a concentração no topo permaneceu praticamente constante. O grande peso dos ricos na desigualdade determinou uma tendência de estabilidade, e não de queda, da desigualdade".

Segundo os autores, no período de 2006 a 2012, "apenas cerca de um décimo de todo o crescimento foi para as mãos da população mais pobre do país. Metade do crescimento coube aos 5% mais ricos, 28% ao 1% mais rico"[11] (Idem p. 982), ou seja, "cada pessoa da pequena elite formada pelo 1% mais rico da população apropriou-se de uma fração 117 vezes maior do crescimento da

---

[10] Dados coletados no www.ipeadata.gov.br. Acesso em 23/07/2016.

[11] "Em países como EUA e Colômbia, esta proporção é de 20%, em outros países desenvolvidos gira em torno de 10% a 15%, caindo em países mais igualitários" (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015b p. 18-19).

renda que as pessoas na metade mais pobre do país" (Ibidem p. 978). Em 2012, 0,5% da população brasileira – aproximadamente, 700 mil pessoas de uma população de 140 milhões – detinha 1/5 do total da renda nacional (Ibidem p. 976) e um milésimo das pessoas acumula mais renda que toda a metade mais pobre da população junta (Ibidem p. 974)[12].

A visão oficial, de que os resultados do modelo de desenvolvimento implementado pelo governo teriam transformado estruturalmente a sociedade brasileira, no sentido da diminuição da desigualdade, deriva de um método, que, por enfocar o crescimento da renda dos pobres, gera uma "versão triunfalista", que desconsidera que o crescimento da renda dos pobres praticamente não afetou a desigualdade social no Brasil (MEDEIROS, 2016).

Mesmo levando em consideração o fato de que o sistema da seguridade social, e as políticas de emprego e renda, destinaram parte do orçamento público para o conjunto da classe trabalhadora, o próprio movimento do sistema econômico, em ligação com mecanismos político-estatais, se orienta reproduzindo a concentração de renda no topo. Claro que a diminuição da desigualdade pessoal de renda tem efeitos práticos (inclusive políticos) importantíssimos. A saída de milhões de pessoas da miséria, o impulso à melhora da renda do trabalho e a constituição de um mercado de massa muda a vida das pessoas, principalmente entre os mais pobres. Contudo, houve a manutenção de uma série de pilares econômico-institucionais que canalizam de volta essa renda à ponta da pirâmide: a manutenção da estrutura tributária regressiva, a isenção de impostos a lucros e dividendos, a não cobrança das dívidas fiscais de grandes empresas e investidores, o não

---

[12] A população brasileira que tem rendimentos mensais de 160 salários mínimos ou mais (cerca de 0,3% dos contribuintes do Imposto de renda ou 0,05% da população economicamente ativa) tem apenas 6,51% da sua renda total tributada diretamente, uma vez que aproximadamente dois terços dela (65,8%) são rendimentos considerados isentos e não tributáveis pela Receita Federal, como é o caso dos lucros e dividendos: O Brasil é "um dos poucos [países] do mundo em que os lucros e dividendos distribuídos aos acionistas de empresas estão totalmente isentos de imposto de renda (IR). Essa isenção para as pessoas físicas foi introduzida em 1995, junto com outro benefício que reduziu, significativamente o imposto de renda das pessoas jurídicas: a possibilidade de deduzir do lucro tributável uma despesa fictícia denominada ´juros sobre capital próprio´" (GOBETTI e ORAIR, 2016 p. 1).

investimento em controle de sonegação de impostos, a corrupção, a manutenção de uma alta taxa básica de juros e seus desdobramentos na cobrança dos juros reais na ponta do sistema, o uso do FGTS, do FAT etc., além de outros mecanismos do mercado financeiro. E é sempre bom lembrar que a fonte de tudo isso é a exploração da força de trabalho, por meio da extração do mais-valor. De modo que é preciso desconsiderar todos estes, e outros, elementos, para se falar triunfalmente em transferência de renda.

O conjunto de medidas de política econômica e social, implementadas pelos governos Lula, gerou um processo contraditório. Ocorreram concentração e centralização do capital, tanto entre as instituições bancárias, quanto em relação a empresas produtivas que atuavam nas áreas de infraestrutura e recursos naturais (minério, setor de petróleo e gás), ao mesmo tempo que ocorria dinamização do mercado interno e das exportações, pelo lado da ampliação da demanda.

A partir dos dados das Contas Nacionais do IBGE, Eduardo Costa Pinto mostra que, entre 2003 e 2007, o patrimônio líquido real dos principais grupos econômicos que atuavam no Brasil passou de R$ 309,5 bi para R$ 455 bi (aumento de 47%). No mesmo período, os lucros líquidos reais destes grupos apresentaram um crescimento de 98% (saiu de R$ 41,4 bi para R$ 82,1 bi), crescendo com mais força que o PIB, de modo que a razão entre as duas variáveis no período, passou de 3,9% para 5,6% (Idem, pp. 132-138). A taxa de lucro destas empresas (definida em termos de "rentabilidade do patrimônio", ou seja, a razão entre lucro líquido e patrimônio líquido), saiu de um patamar de 13,4%, em 2003, para 18%, em 2007 (PINTO, 2010, p. 94).

Também a partir dos dados das Contas Nacionais, mas em período de tempo que permite visualizar os governos Lula por completo, Marquetti; Hoff; Miebach (2016) mostram a evolução da taxa de lucro e da taxa de acumulação, como vemos nas figuras abaixo:

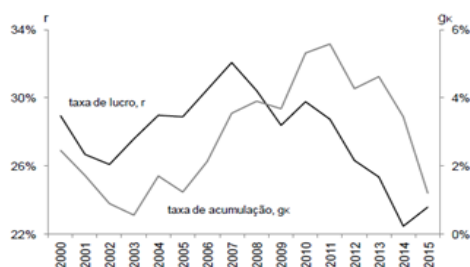
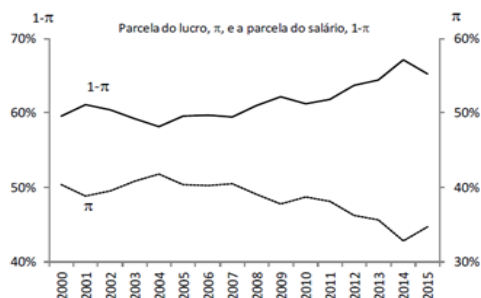
Figura 1 - Taxa líquida de lucro e de acumulação (2000-2015)

Fonte: MARQUETTI; MIEBACH; HOFF (2016 p. 14)

Figura 2 – Evolução das parcelas do lucro e do salário (2000-2015)

Fonte: MARQUETTI; MIEBACH; HOFF (2016 p. 7)

É possível perceber que a taxa de lucro começa a crescer a partir de 2002 (com pequena redução em 2005), atinge seu ápice em 2007, começa a cair em 2008, tem uma pequena recuperação em 2010, e despenca até 2014. A taxa de acumulação segue um comportamento parecido, crescendo a partir de 2002, atingindo o pico em 2011 e cai a partir de então, com exceção de uma leve recuperação em 2013. Observa-se, contudo, uma defasagem entre ambas as taxas, de modo que o comportamento da taxa de acumulação apresenta um certo *delay* em relação à taxa de lucro. Isso tem importância principalmente entre 2008 e 2011, quando foi possível manter a acumulação, mesmo com uma taxa de lucro em declínio. Isso foi possível, pois o conjunto de medidas de política econômica anticíclica, que buscou frear os efeitos da crise de 2008, conseguiu manter a demanda efetiva e diminuir alguns custos de

produção, possibilitando uma margem para a acumulação seguir ocorrendo.

Contudo, se combinamos as informações do gráfico 1 com as do gráfico 2, podemos perceber que o mesmo conjunto de medidas de política econômica e social que favoreceu o ciclo de ascensão do movimento do capital, o fez mediante uma redução progressiva das margens de lucro (aumento do componente de salários). Na dinâmica contraditória entre tendências e contratendências à queda da taxa de lucro, que faz a acumulação de capital se mover, o modelo econômico coordenado pelo governo logrou produzir uma euforia[13], capaz de sustentar o pacto de classes por um tempo, enquanto pôde postergar a explosão da crise (ocorrida já no governo Dilma).

Do ponto de vista da relação político-institucional entre governo e "sociedade civil", os governos Lula também se caracterizaram pelo estímulo e criação de vários espaços de participação política. No período, houve uma ampliação da participação política, no interior de espaços institucionais criados pelo Estado, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, conferências, conselhos, fóruns, mesas de negociação e ouvidorias, mobilizando milhões de pessoas por todo o país, tendo por objeto diversas políticas públicas (BRASIL, 2010).

Esta ampliação da participação política se deu, também, pela via da aproximação entre governo e entidades do chamado terceiro setor, no gerenciamento e aplicação de programas sociais focalizados, a partir de uma redefinição da "questão social" e do modo de enfrentá-la. Sob as mais diferentes formas, uma série de estudos que procuram refletir sobre as novas formas de interação

---

[13] Ao final do segundo mandato, o governo federal avaliava "como plenamente bem-sucedida a *inauguração* do novo ciclo de desenvolvimento do mercado de produção e consumo de massa (BRASIL, 2010 p. 22 – *grifo nosso*). André Singer, pela ótica da política, afirmava que a adesão eleitoral do que ele chama de subproletariado a Lula teria gerado um "realinhamento eleitoral" com traços estruturais, que teria criado o "lulismo" um fenômeno político (combinação entre "reformismo fraco" e "pacto conservador") que, até certo ponto, independeria da figura pessoal de Lula no leme do governo. Esta impressão comparece até mesmo entre os que faziam "apoio crítico" ao ciclo petista. Ademar Bogo, por exemplo, já no contexto das eleições de 2014, dizia que "independentemente dos resultados que terão as eleições presidenciais de 2014, perca ou ganhe, o projeto do Partido dos Trabalhadores e aliados terá ainda duração", uma vez que, para ele, "qualquer governo que venha a ter o Brasil, será obrigado a manter a assistência aos mais pobres e as regalias aos mais ricos que investem na produção ou especulam financeiramente" (BOGO, 2014 p. 1).

entre Estado e sociedade civil vem chamando atenção para a constituição de novas formas de hegemonia, que acompanham modelos de engajamento político. Discussões sobre a responsabilidade social empresarial, a reformulação dos modelos que entidades internacionais, como o Banco Mundial, têm a respeito da pobreza, o caráter pedagógico de constituição de uma hegemonia (ou seja, de formas de dominação e de formação de sujeitos), a partir do abandono da concepção da questão social como inerente à acumulação capitalista, em direção a um enfrentamento pragmático, a partir da criação de instrumento de "tecnologia social de gestão da pobreza", a conversão da militância social em mercantil-filantropia. Todos eles procuram dar conta das novas formas possível de equacionar, por meio de projetos e programa estatais em sintonia com empresas privadas e do terceiro setor, a relação entre os efeitos da acumulação de capital e a funcionalização dos mecanismos de pertencimento e da participação políticos[14].

Na análise a respeito da construção da hegemonia nos governos Lula, há que se fazer algumas ponderações. A adesão (em alguns setores, mais forte do que em outros) da maioria das centrais sindicais, sindicatos tomados individualmente, partidos políticos, e movimentos sociais, à política do governo para o trabalho, para o campo e para o "social", acabou provocando um apassivamento político, no sentido classista do termo. Isso não significa que as lutas sociais tenham acabado, mas sim que o sentido político que elas carregavam foi transformado. Na verdade, procuravam aproveitar a ampliação das margens possibilitada pela conjuntura econômica.

Esse apassivamento político, no entanto, foi acompanhado por uma intensa mobilização em, pelo menos, duas outras vias: a da participação política em espaços estatais (conselhos, conferências) e em projetos empresariais, ou do terceiro setor (ONGs, entidades filantrópicas, coletivos sociais, etc., que em geral, vivem do financiamento privado, de editais públicos, ou do cruzamento de ambos[15]). Este segundo aspecto mobiliza milhões de ativistas, que

---

[14] Cf, p. ex., MARANHÃO (2009, 2011, 2013), MARTINS (2007), PEREIRA (2016), RIZEK (2016), ARANTES (2014), ABÍLIO (2011), FONTES (2006, 2010).

[15] Pesquisando a ação das organizações sociais na periferia de São Paulo, Rizek (2016) identifica o que ela chama de "privatizações cruzadas". Entre os casos encontrados, a autora cita um hospital da região que conta com setor

consideram estar fazendo política ao trabalharem em projetos sociais. Portanto, a tese do apassivamento precisa ser matizada com estes fenômenos, pois o empresariamento ou a mercantil-filantropia (FONTES, 2010) exigem uma intensificação do ativismo.

Este é um dos aspectos mais visíveis do processo. Outro, um pouco menos visível, é o profundo engajamento das pessoas nas mais variadas formas de mobilização que podem resultar em rendimentos econômicos. Se a saída do desemprego é um alívio, a entrada no mercado de trabalho, na base da pirâmide social, coloca multidões em estado de mobilização permanente, em busca de "renda extra", a fim de não apenas pagar as dívidas que se avolumam, como também de conferir sentido à vida, em um contexto em que o dispêndio de tempo é permanentemente julgado sob critérios de produtividade econômica. Assim, há uma extensão da lógica econômica, a reger a organização de todo o tempo pessoal e das famílias.

Nestes casos, a mobilização da subjetividade se dá em termos de "viração"[16], ou seja, para sustentar a ascensão ao mercado de consumo é preciso mais do que a dedicação ao emprego de, em média, 1,5 salários mínimos[17], sem muitas garantias trabalhistas. É preciso "se virar", ocupando o tempo com bicos, tornando-se um microempreendedor individual, formalizando sua inserção econômica, convertendo-se em "pessoa jurídica", reproduzindo uma lógica complementar àquela da "responsabilidade social

---

de oncologia infantil de ponta, que financia suas atividades por meio da gestão privada de equipamentos públicos e da arrecadação mediante a oferta de espetáculos musicais via Lei Rouanet. (*idem*, p. 200).

[16] "A 'viração' - termo coloquial, mas bastante expressivo, [...] – define a provisoriedade das ocupações que garantem a sobrevivência, em atividades que transitam entre trabalho ilegal, trabalho informal, trabalho temporário, trabalho em domicílio e emprego doméstico; resumindo, os 'bicos' e as ocupações extremamente vulneráveis que estruturam a vida de muita gente. [...] políticas de 'inclusão social' podem hoje ser vivenciadas como mais uma atividade possível da ´viração´" (ABÍLIO, 2014 p. 14-15).

[17] Segundo Pochmann (2013, p. 149) "a grande parte dos postos de trabalhos gerados concentrou-se na base da pirâmide social, uma vez que 95% das vagas abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salário-mínimo" (SM). Destas, nove em cada dez ocupações criadas foram no setor de serviços. Concomitantemente, houve perda de ocupações na faixa sem remuneração e acima de 3 SM, enquanto aumentaram-se ocupações na faixa de 1,5 a 3 SM (*idem*, 2012, p. 10).

empresarial" [18], mas de um outro ponto de vista classe: a administração da própria precariedade, num espaço social em que o acesso a bens e serviços, que deveriam ser direitos oferecidos pelo Estado, são agora vendidos no mercado.

A lógica desta forma hegemônica é, por um lado, apoiar a violência seletiva no consenso da maioria, e, por outro lado, operar o consenso não pela apatia, mas pela participação. A convocação para o engajamento, o "fazer a sua parte", é valorizada, mas há dispositivos de controle que circunscrevem o espaço desta participação, sua forma e seu alcance. A participação ocorre sem ameaçar o poder político propriamente dito, que permanece resguardado em estruturas que estão longe daqueles espaços institucionais. Isso pode ser visto na combinação entre, de um lado, a multiplicidade de Conselhos e Conferências operantes durante o governo Lula, e, de outro lado, a definição da política econômica e a destinação do orçamento público, sobre as quais a participação não influencia. Opera-se um modelo que articula a ativação da participação descentralizada, em um polo, e a centralização e a concentração do poder político, no outro. As "áreas estratégicas" do Estado estão blindadas ao dissenso democrático, o que permite falar na instauração de uma "democracia blindada" (DEMIER, 2017).

A contradição está, portanto, no fato de que a efervescência de atividades participativas não provocou efeitos sobre a tendência de concentração de capital e de poder político. A "hegemonia do participativismo" (MARICATO, 2007) converteu a institucionalização da participação em um fim em si mesmo, e, uma vez contidas no aparelho do Estado, as instituições criadas por força da mobilização social, que poderiam funcionar como canais de deliberação e controle popular sobre o Estado, passaram a retroagir sobre os movimentos, enquadrando seus métodos de ação política nos limites definidos pelo ordenamento jurídico e pela manutenção da governabilidade.

Lembremos que, em sua formulação original, a estratégia democrático-popular tinha como função ampliar o círculo de legitimação da ordem democrática na sociedade brasileira, criando

---

[18] O estímulo ao engajamento empresarial conforma, em alguns aspectos, uma nova experiência do "social", na qual nas quais é a racionalidade gerencial do empresário-cidadão que será responsável pela realização da "eficiência" na gestão da coisa pública nos espaços em que o Estado se retraiu em decorrência das reformas liberalizantes.

"espaços políticos" para que a classe trabalhadora pudesse afirmar-se enquanto sujeito, e apresentar suas demandas, sem que isso fosse tratado como caso de polícia. A ideia era a de que a socialização da política seria consequência do fortalecimento das agências políticas dos trabalhadores, e levaria a uma ampliação do Estado, funcionando como uma espécie de contratendência à concentração e centralização do poder econômico e político inerentes ao desenvolvimento capitalista. Nesta lógica, a socialização da política corresponderia à socialização dos meios de produção, ao mesmo tempo em que a apropriação privada dos aparelhos de poder corresponderia à apropriação privada dos meios de produção (NEVES, 2016, pp. 154 e ss.). Tomando a forma de expressão política da contradição capitalista, a tese era de que a incorporação dos trabalhadores aos espaços políticos se chocaria com o privatismo burguês na apropriação dos aparelhos de poder, abrindo caminho para que a "democracia de massas" se tornasse "incompatível com o capitalismo" (COUTINHO, 1996 p. 78).

A experiência do governo Lula demonstrou que é possível combinar democracia, através da ampliação da participação política, e conservação da imunidade das "áreas estratégicas do Estado" ao controle social. A socialização da política não logrou resultar na socialização do poder. A estratégia democrático-popular, da formulação original em pinça, na qual a luta extra-institucional era tida como central, acaba por "estatizar-se" plenamente. A concessão de políticas públicas, sob a concepção de ampliação da participação da sociedade civil, contribui, por um lado, para manter as organizações da classe trabalhadora no seu momento "econômico-corporativo", e, por outro, facilita sua conversão em concorrentes de editais públicos e em cogestoras de serviços e programas de educação, saúde, cultura, previdência e outros direitos, antes pensados e reivindicados como universais.

O caminho da institucionalização, de instrumental, passa a absorver toda a possibilidade de efetividade das lutas, que passam a ser medidas pelo critério da eficácia, pelos resultados positivos imediatos que cada campanha alcança, guardando, em si, um paradoxo. Uma eventual reorientação do foco das lutas, para um sentido de enfrentamento extra-institucional em táticas de longo prazo, tendo em vista a ruptura com a ordem, pode resultar em imobilização, ao passo que a institucionalização, ao aprisionar o

horizonte das lutas e das organizações às funcionalidades da ordem, acaba por imobilizá-las nos limites do "realismo do possível".

A afirmada química entre "menos neoliberalismo e mais desenvolvimentismo" acabou por fundir, em uma mesma unidade, uma "esquerda para o capital" e uma "direita para o social"[19], ambas comprometidas com um projeto de desenvolvimento capitalista para o Brasil, que não seria mais baseada na industrialização à "marcha forçada" (OLIVEIRA, 2003, p. 132) típica do período desenvolvimentista dos anos 1950/60, mas no prosseguimento da incorporação subordinada na economia mundial, sob as condições da liberalização econômica, agora, em "marcha macia"[20].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese presente neste texto é a de que o governo Lula realiza a estratégia democrático-popular. Contudo, ao realiza-la sob os condicionantes da combinação entre "reformismo fraco e pacto conservador" (SINGER, 2012), e da opção política por sustentar-se mediante a governabilidade pelo alto, trouxe consigo as bases de outra consolidação: a da hegemonia burguesa, que passava um momento de instabilidade, especialmente ao final do segundo governo FHC. É justamente a hegemonia burguesa que "civiliza", também, os aparelhos privados de hegemonia dos trabalhadores com potencial contestador à ordem, fazendo-os orbitar em torno de duas vias: a do apassivamento dos instrumentos coletivos tradicionais, e a da "hegemonia do participativismo".

---

[19] A expressão "esquerda para o capital e direita para o social" foi apresentada por Leda Paulani no seminário *Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo*, ocorrido na EPSJV, em 2006. Paulani se referia ao fato de que o processo de formação de uma "esquerda para o capital", destacado por Virgínia Fontes, completava-se, no Brasil atual, com a formação de uma nova direita muito preocupada com a "questão social" (MARTINS, 2007, p. 235).

[20] "Progrediremos todos juntos, muito em paz / Sempre esperando a vez na fila dos normais / Passar no caixa, voltar sempre, comprar mais / Que bom ser parte da maquinaria! [...] / Teremos muros, grades, vidros e portões / Mais exigências nas especificações / Mais vigilância, muito menos exceções / Que lindo acordo de cidadania! / Vossa excelência, nossas felicitações / É muito avanço, viva as instituições! / Melhor ainda com retorno de milhões / Meu Deus do céu, quem é que não queria?" (SIBA, 2015).

Trata-se de uma realização tal qual formulada originalmente? Obviamente que não. Foi, na verdade, uma realização contraditória. A hipótese é que isso ocorre porque uma das teses que sustentava a formulação estratégica original se mostrou equivocada, qual seja, a da impermeabilidade da estrutura de poder à democracia, em formações sociais dependentes como a brasileira. O período Lula mostrou ser possível, mesmo que temporariamente, a "convivência pacífica" entre desenvolvimento capitalista e criação de espaços democráticos de participação política. Por isso é que o período Lula, talvez, possa ser entendido como a forma mais desenvolvida da hegemonia burguesa no passado recente da história política nacional.

Além de contraditória, é, também, uma realização parcial. Os objetivos almejados no desenho da estratégia original previam o rompimento com as cadeias que mantinham a situação de dependência do Brasil em relação ao mercado mundial, ou ao imperialismo. O desenvolvimento capitalista autônomo era pensado como condição para a possibilidade da socialização da política, de civilizar o capital, de gerenciamento estatal de suas contradições, involucrando-as em um modelo de desenvolvimento minimamente planejado. Os governos Lula demonstraram ser possível efetivar, em algum grau, vários destes determinantes, sem intentar romper com o imperialismo (FONTES, 2010). Contudo, isso cobra o seu preço, ao determinar o desfecho do projeto quando as condições externas favoráveis desaparecem, reduzindo a força das contratendências em adiar a prevalência da tendência à queda da taxa de lucro. O desfecho é em Dilma, mas o ápice da acumulação (e, portanto, o momento que antecede a queda) é, como vimos, no final do segundo governo Lula.

Nossa hipótese não afirma que o modo como se realizou a estratégia democrático-popular no Brasil fosse o único possível. Como diz Iasi (2017, p. 425), "havia outras possibilidades de objetivação da estratégia democrático-popular, formas mais radicalizadas como aquelas que se expressam na Venezuela ou na Bolívia" [21] . O que esta realização, parcial e contraditória, da estratégia, indica são os equívocos de algumas teses fundantes que informavam o seu desenho original. Indica, ainda, a necessidade de

---

[21] Para Pomar, a estratégia democrático-popular tem também uma dimensão internacional e era "limitada" por mecanismos semelhantes aos existentes nacionalmente (POMAR, 2010 p. 87).

que a estratégia, como um todo, seja revisada a partir de um exame crítico dos seus fundamentos teóricos e históricos. A partir daí, é necessário aprofundar o debate sobre a estratégia atual, que possa nos encaminhar à superação do modo de produção capitalista.

A relação do "lulismo" com o neoliberalismo é um campo rico para mostrar como a premissa de impermeabilidade da ordem capitalista brasileira à participação política democrática – que alimentava a suposição do caráter pedagógico da luta por reformas democráticas – era um equívoco. Na medida em que a ordem se abriu, ofereceu um outro conteúdo pedagógico: a institucionalização de um *there is no alternative* cada vez mais rebaixado. Não se deve menosprezar a força com que isso opera na consciência social, e como isso está diretamente relacionado à discussão estratégica para o campo popular no contexto pós-golpe de 2016.

Referências Bibliográficas

ABÍLIO, L. C. A Gestão do Social e o Mercado da Cidadania. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C. S.; TELLES, V. S. (org.). *Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo.* São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 297-316.

ARANTES, P. *O Novo Tempo do Mundo e Outros Estudos sobre a Era da Emergência.* São Paulo: Boitempo, 2014.

BARBOSA, N. Dez Anos de Política Econômica. In: SADER, E. (org.). *10 Anos de governos Pós-Neoliberais.* São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BOGO, A. *O Institucional e seu Contrário.* Dossiê esquerdas, eleições e transformações estruturais da sociedade brasileira. 2014. Disponível em: http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/09/Ademar-Bogo.pdf

BRASIL. *2003-2010: balanço de governo.* Presidência da República. 2010. Disponível em www.balancodegoverno.presidencia.gov.br.

BRITO, C.M.T.M.B. *Estado e Poder Político no Brasil (2003-2010).* Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. 2017

COELHO, E. *Uma Esquerda para o Capital*: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese de Doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2005.

COUTINHO, C. N. *Marxismo e Política*: a dualidade de poderes e outros ensaios. Ed. 2. São Paulo: Cortez, 1996.

DEMIER, F. *Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DURIGUETTO, M. L. Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário. *Libertas*, Juiz de Fora, V. 8, N. 2, Jul/Dez 2008, pp. 83-94.

FERNANDES, F. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1973.

________. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Ed. 2. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1976.

________. Frente Brasil Popular: da aliança à solidariedade. *Teoria e Debate*. Edição 08, Dez/1989. Disponível em http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/frente-brasil-popular-da-alianca-solidariedade

________. *O PT em Movimento*: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. Cortez: São Paulo, 1991.

________. *Brasil: em compasso de espera – pequenos escritos políticos.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

FILGUEIRAS, L. A. M.; GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTES, V. Sociedade Civil, Classes Sociais e Conversão Mercantil-Filantrópica. *Observatório Social da América Latina.* Ano VI, n. 19. CLACSO. Argentina, Jul/2006.

________. *O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história.* Ed. 2. EPSJV/Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

GONÇALVES, R. Balanço Crítico da Economia Brasileira nos Governos dos Partidos dos Trabalhadores. *Revista Soc. Bras. Economia Política*, São Paulo, nº 37, p. 7-39, janeiro 2014.

GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. *Tributação e distribuição da renda no Brasil*: novas evidências a partir das declarações tributárias das pessoas físicas. Working Paper, nº 136, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, PNUD, Fevereiro 2016.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, J. A Estratégia da Pinça. *Teoria e Debate*. Edição 12, Nov/1990. Disponível em: http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/estrategia-da-pinca

HALLAK NETO, J.; SABOIA, J. Distribuição Funcional de Renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda. *Economia Aplicada*, v. 18, n. 3, 2014, pp. 483-513.
IASI, Mauro. *As Metamorfoses da Consciência de Classe*: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
________. *Política, Estado e Ideologia na Trama Conjuntural.* Instituto Caio Prado Jr.: São Paulo, 2017.
IPEA. *Distribuição Funcional da Renda no Brasil: situação recente.* Comunicado da Presidência. N 14. Nov/2008.
________. *Distribuição Funcional de Renda pré e pós crise internacional no Brasil.* Comunicado da Presidência. N. 47. Mai/2010.
________. *Evolução da parcela do rendimento do trabalho durante a recente estabilidade monetária.* Comunicado da Presidência, n. 134, Fev/2012.
MARANHÃO, T. A. *Governança Mundial e Pobreza*: do Consenso de Washington ao consenso das oportunidades. Tese de Doutorado. FFLECH. Universidade de São Paulo, 2009.
________. O Sentido Político das Práticas de Responsabilidade Social Empresarial no Brasil. *In*: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C. S.; TELLES, V. S. (org.). *Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo.* São Paulo: Boitempo, 2011, pp. 237-256.
MARICATO, E. Nunca fomos tão participativos. *Carta Maior*, 26/11/2007.
MARQUETTI, A.; HOFF, C. MIEBACH, A. *Lucratividade e distribuição*: a origem econômica da crise política brasileira. 2016. Disponível: http://www.sep.org.br/downloads
MARTINS, A. S. *Burguesia e a Nova Sociabilidade*: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2007.
MEDEIROS, M. O Mundo é o Lugar Mais Desigual do Mundo. *Piauí*, nº 117, jun/2016.
MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, no 1, 2015a, pp. 7 a 36.
NEVES, V. *Democracia e Revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho.* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2016.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à Razão Dualista e O Ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, J. M. M. Assaltando a Pobreza: política e doutrina econômica na história do Banco Mundial (1944-2014). *Revista de História.* N. 174, Jan-Jun 2016, pp. 235-265.

PINTO, E. C. *Bloco no Poder e Governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano.* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.

POCHMANN, M. *Nova Classe Média?*: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

________. Políticas públicas e situação social na primeira metade do século XXI. In: SADER, E (org). *10 Anos de Governos Pós-Neoliberais: Lula e Dilma.* São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

RIZEK, C. Faces do lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I (org.). *As Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?* Boitempo: São Paulo, 2016.

SADER, E (org). *10 Anos de Governos Pós-Neoliberais: Lula e Dilma.* São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SECCO, Lincoln. *História do PT.* Ed. 4. Cotia-SP: Ateliê Editorial: 2015.

SIBA. Marcha Macia. In: SIBA. *De baile solto*. Ybmusic: São Paulo, 2015.

SINGER, A. *Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Morena Gomes Marques. *Em busca da "revolução brasileira": o democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora brasileira.* Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2012.

"CONTROLE SOCIAL" E ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR: NOTAS PARA UM BALANÇO HISTÓRICO[1]

André Dantas

Pretendemos, neste breve espaço, analisar os fundamentos de uma das bandeiras políticas, no campo da Reforma Sanitária Brasileira, mais festejadas nos últimos tempos: o chamado "controle social". Forjada na luta contra a ditadura, nos anos 1970 e 1980, estendeu-se da saúde para outros setores e atualmente mobiliza a energia de centenas de milhares de militantes. Se tomarmos a luta setorial da Saúde como microcosmos da luta geral dos trabalhadores – como totalidade no interior de outra totalidade (LUKÁCS, 1968) –, unificada no combate à ditadura empresarial-militar, será possível compreender, ao final, o controle social, na sua concepção e desenvolvimento, como uma significativa expressão do movimento de recuo, mais geral, da Estratégia Democrático-Popular (EDP).

Antes, porém, digamos apenas que controle social é um conceito tradicional na ciência política. Tem servido para designar a ação disciplinadora do Estado sobre as populações pauperizadas, através das forças coercitivas do Estado (CORREIA, 2008). No entanto, no Brasil, tal compreensão tem sido ressignificada nas últimas décadas, mais acentuadamente a partir do campo da Saúde, transitando para um sentido distinto, a saber: do controle da "sociedade civil" sobre o Estado.

CONTROLE SOCIAL: FUNDAMENTOS, ELOGIO E CRÍTICA

No Brasil, são de fins da década de 1970 os primeiros conselhos populares de Saúde, criados na esteira dos movimentos sociais da área, atuantes desde a década anterior. Já na década de 1980, este movimento, iniciado no estado de São Paulo, nacionaliza-se. À época, eram comuns os conselhos comunitários, os conselhos populares e os conselhos administrativos que, conjugados, atendiam às necessidades de: tomada de conhecimento das demandas

---

[1] Este texto é uma adaptação de alguns capítulos do livro que publiquei recentemente (DANTAS, 2017).

populares, por parte das lideranças políticas locais; defesa da autonomia das comunidades ante o poder público e os partidos políticos; e, ainda, de gerenciamento direto e participativo das unidades prestadoras de serviço (LABRA, 2005).

Dois anos depois de promulgada a Constituição Federal de 1988, a atuação através dos conselhos, na Saúde, ganha sua expressão institucional com a aprovação da lei n.º 8.142/90 – que instituiu os Conselhos e as Conferências de Saúde como instâncias de controle social do SUS nas três esferas de governo. A principal característica dos conselhos é o seu caráter deliberativo sobre a formulação das estratégias de atenção à saúde no país. Cinquenta por cento de sua composição é formada por representantes de usuários do SUS, 25% por trabalhadores da Saúde e 25% por prestadores e gestores. O SUS garante aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a autonomia para administrar os recursos da saúde, de acordo com a sua condição de gestão (gestão plena da atenção básica e gestão plena do sistema municipal), mas, para isso, é preciso que cada região tenha seu Conselho de Saúde funcionando.

No plano prático, é comum que se atribuam os limites e os problemas enfrentados pelo controle social, genericamente, a uma correlação de forças desfavorável (mais marcadamente, desde os anos 1990) e, também, a problemas da ordem da gestão. É também comum localizá-los em função das particularidades da formação social brasileira (DANTAS, 2004). Antes de tratá-los brevemente, nossa crítica pretende ir mais fundo. Para tanto, é oportuno que recorramos às concepções do Movimento Sanitário sobre Estado, Democracia e Participação, que deram base às suas bandeiras políticas e também podem nos ajudar a revelar que os problemas atribuídos ao desenvolvimento da experiência talvez já estivessem presentes na sua formulação estratégica.

Comecemos por um importante manifesto de 1979, *A questão democrática na área da Saúde*. Produzido pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes)[2], expressa a síntese da agenda do setor saúde que seria trabalhada ao longo da década seguinte, na medida em que localiza a luta setorial no contexto maior de luta contra a ditadura e promove a crítica do Estado. O aspecto ressaltado nessa

---

[2] Criados, respectivamente, em 1976 e 1979, o Cebes e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) buscavam articular a teoria e a prática política do Movimento Sanitário. Funcionaram, e ainda hoje funcionam, como importantes intelectuais coletivos do campo da Saúde.

crítica diz respeito ao seu caráter centralizador, autoritário e empresarial, que favorecia os grupos de interesse do capital em detrimento das demandas coletivas e populares. Punha em xeque a legitimidade do Estado pela não observância das regras republicanas de garantia do bem-estar geral da população, do direito ao debate público das questões de interesse geral e pelo fechamento dos canais através dos quais se daria a participação democrática e popular.

Como resposta, a participação democrática da sociedade civil, a garantia de sua "voz" e do seu "voto" é que conferiria a legitimidade reclamada a esse Estado. Isto é, os desvios privatistas, explicados pela tradição autoritária e patrimonialista brasileira, acreditava-se, poderiam ser mediados, contidos, sustados, vacinados pela participação popular organizada, que exerceria um papel vigilante permanente:

> ...viabilizar uma autêntica participação democrática da população nos diferentes níveis e instâncias do sistema, propondo e controlando as ações planificadas de suas organizações e partidos políticos representados nos governos, assembleias e instâncias próprias do Sistema Único de Saúde. [...] Trata-se de canalizar as reivindicações e proposições dos beneficiários, transformando-os em voz e voto em todas as instâncias. (CEBES, 2008a, p. 150).

Se a linguagem é a consciência prática, como disseram Marx e Engels, o verbo é bastante revelador das intenções. A percepção que parece vigorar é a de um controle de fora para dentro, por uma sociedade civil, vista em bloco, positivada na sua capacidade de, através de uma ação organizada, equilibrar a balança a favor dos trabalhadores, pela via institucional.

Mais tarde, novamente o Cebes (1981) reforçaria a ideia de uma participação democrática institucionalizada, vislumbrada como a forma ideal para a garantia da efetividade do projeto:

> Deve, sim, representar a manifestação democrática da vontade popular, dando acesso à população, a decisões e controle sobre o serviço a que tem direito. Esse acesso deve ser formalizado, dando assento às entidades nos vários níveis deliberativos do sistema. (CEBES, 2008b, p. 155).

À Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) (1985), outro importante ator institucional na história da Reforma Sanitária, também caberia o endosso do programa e da via:

> Nas sociedades industriais modernas, o caráter compensatório das políticas sociais permite reduzir, a níveis socialmente aceitáveis, as desigualdades sociais geradas pela estrutura das classes sociais. [...]. Pretende-se lograr, como tendência, em um horizonte de médio prazo, que as políticas sociais no Brasil, como parte do processo de consolidação da Democracia, convirjam para a universalização ao acesso a serviços que atendem às necessidades sociais básicas [...] sob controle democrático da sociedade sobre o aparelho institucional que define, implementa e executa as políticas, planos e programas da área social. (CEBES, 2008c, p. 169).

Como parte do apelo à institucionalização, é perceptível a referência ao modelo do *Welfare State*, em franco processo de crise na Europa no momento de publicação do texto e tardiamente almejado no Brasil. O vislumbre de um projeto civilizatório, sob a ordem do capital, parece ter feito parte do elenco dos caminhos possíveis para a sociedade brasileira, que assumia ares de refundação com o fim iminente da ditadura empresarial-militar.

Mas vejamos ainda outro documento do Cebes. Trata-se de texto produzido também em 1985. Novamente, está presente a aposta na restauração democrática e na mudança da correlação de forças que pudesse franquear a disputa de interesses majoritários sob um Estado supostamente transformado em sua natureza.

> Claro está que um Projeto de Sociedade com estas características [voltado para a melhoria das condições de vida e de trabalho de toda a população] implica na participação política de todos os segmentos sociais em sua elaboração e implementação, o que pressupõe amplo debate de ideias num contexto de livre organização da sociedade civil, fortalecimento dos partidos políticos e da representação política e [a] nível do aparelho de Estado. (CEBES, 2008d, p. 159-160).

Não menos representativa da concepção estratégica e tática do Movimento Sanitário foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde, de 1986. Considerada um marco histórico da luta no setor, conseguiu reunir um conjunto importante de forças representativas dos

trabalhadores, consolidando a agenda da Reforma Sanitária. O Relatório Final do evento apresenta, claramente, o mesmo diagnóstico e o mesmo remédio, que até agora temos visto, para sanar o problema de um Estado com vícios autoritários e patrimonialistas e uma sociedade civil alijada da participação nas decisões políticas do seu interesse geral.

> A evolução histórica desta sociedade desigual ocorreu quase sempre na presença de um Estado autoritário, culminando no regime militar [...]. Na área da saúde, verifica-se um acúmulo histórico de vicissitudes, que deram origem a um sistema em que predominam interesses de empresários da área médico-hospitalar [...]. (BRASIL, 1986, p. 5).

Ante tal diagnóstico, a receita seria “estimular a participação da população organizada nos núcleos decisórios, nos vários níveis, assegurando o controle social sobre as ações do Estado” (BRASIL, 1986, p. 5), arremata o documento. Os interesses privados, escusos, aparelhados na máquina do Estado, deveriam ser democraticamente confrontados com o poder da sociedade civil organizada, nas trincheiras abertas pela participação institucionalizada e pelo retorno à normalidade democrática.

Note-se, portanto, que a opção tática termina por reduzir o Estado ao seu aparelho, uma vez que o movimento organizado da classe só se completaria com a abertura de canais formais ou com a ocupação de postos na máquina. O reconhecimento formal da atuação da sociedade civil, que pudesse impedir ou dificultar o recuo conjuntural das conquistas, bem como a aposta na mudança de sinal do Estado pela incorporação dos representantes legítimos dos interesses gerais à sua estrutura, compunham o teor fundamental a guiar a luta dos sanitaristas.

Alguns depoimentos individuais de sanitaristas também exemplificam esse caminho. Eduardo Jorge, militante reconhecido no setor durante o mesmo período que analisamos, não deixa dúvida: “Uma busca da institucionalização em canais institucionais onde a pressão do movimento popular pudesse se refugiar e ter seu curso perene garantido, em tempos de cheia ou em tempos de seca, com as águas sempre correndo, mesmo que pouquinho”. (FALEIROS et. al., 2006, p. 35).

Vicente Faleiros, na introdução à obra que assina em conjunto com outros três autores e na qual constam mais de três dezenas de depoimentos de sanitaristas, que participaram diretamente do Movimento Sanitário, segue na mesma linha de raciocínio do entrevistado que acabamos de citar:

> A democracia participativa do conselho de saúde permite ao povo falar em seu próprio nome, expressar seus interesses diretamente, pressionar, acompanhar e fiscalizar as ações do Estado. A democracia participativa traz as “ruas” para dentro do Estado, para os espaços do próprio poder executivo [...]. Os de baixo passaram a ter mais um espaço para controlar o Estado e regular o mercado [...]. A democracia participativa também se institucionaliza e se torna uma expressão plural da sociedade, não se impõe como um projeto hegemônico, mas vai minando a hegemonia das elites nos espaços dos conselhos, na conquista de lugares de voz, de pressão, de fiscalização, numa guerra de posições, na expressão gramsciana. [...] ...o Estado passa a ser inquirido como lugar de exclusividade do poder das elites ou de arranjos de poder dos dominantes e se torna um lugar público, onde o paradigma do direito passa a fazer parte da agenda do governo e do próprio Estado. (FALEIROS et al., 2006, p. 19, 20 e 22).

Se rumarmos noutra direção agora, notaremos que as debilidades do controle social na Saúde quase sempre têm sido apontadas em nome de sua defesa, de *per si*. São habituais dois registros principais: o primeiro diz respeito ao contexto desfavorável (neoliberal) para a luta dos trabalhadores em que esta arquitetura participativa se implementou e consolidou (anos 1990), entendido como a origem de boa parte dos problemas que apresenta e de sua pouca efetividade (BRAVO e CORREIA, 2012; RIBEIRO e RAICHELIS, 2012; TATAGIBA, 2002, entre outros). O traço autoritário, patrimonialista e clientelista da formação social brasileira, responsável pelo incipiente caráter republicano de nossa prática política, completaria o cenário dos males estruturais que dificultariam o deslanche de uma participação política consciente e empenhada na defesa dos interesses gerais e coletivos que pudesse garantir o caráter público do Estado (DAGNINO, 2002; ESCOREL, 2008; SPOSATI e LOBO, 1992, entre outros).

Em paralelo, e quase sempre pelas mãos dos mesmos autores, a despeito dos problemas apontados (que em boa medida

giram em torno do tema da *gestão* e da *capacitação* de conselheiros), subsiste, dominantemente, uma aposta na novidade e no caráter potencialmente democratizante representado pelo controle social. (CÔRTES, 2009; VIANNA et al., 2009, entre outros). Para problematizarmos tais interpretações dominantes, contaremos com a ajuda de três autoras, cujas abordagens nos parecem sintéticas das apostas tático-estratégicas do Movimento Sanitário, bem como carregam elementos que podem contribuir com o debate: Maria Eliana Labra (2009), Evelina Dagnino (2002) e Luciana Tatagiba (2002).

Labra desenvolveu e ajudou a divulgar um importante conjunto de estudos que têm apontado para um abalo na solidez da tese que reivindica as causas estruturais presentes na nossa formação social como elemento central a explicar os gargalos do controle social. Segundo a autora, tomando como base, além de suas próprias análises, as investigações de pesquisadores estrangeiros sobre o fenômeno mundial da participação, não há diferenças significativas entre as dificuldades apresentadas pela participação social no Brasil ou fora dele: "as avaliações do funcionamento desses esquemas mostram que, em geral, há problemas semelhantes, independentemente do contexto nacional ou local". (LABRA, 2009, p. 182).

Vejamos de perto os achados de pesquisa da autora: no que tange ao tema das *autoridades* (gestores), a constatação é que "buscam apenas legitimar suas políticas [...]. Tendem a impor suas próprias decisões porque desconfiam da opinião leiga". Quanto aos *conselheiros ou participantes*, os problemas passam pela fragilidade dos vínculos das organizações que representam com o corpo social, falta de clareza sobre os temas que têm para debater, profissionalização da representação e baixa incidência de sua atuação sobre a gestão governamental. No que respeita às características do que a autora chamou de *mundo associativo*, o principal obstáculo é a baixa representatividade das entidades que têm assento nos conselhos. Por fim, a *representatividade da sociedade civil* apresenta-se como uma dificuldade a mais, diante da extrema fragmentação das causas e identidades, o que necessariamente acarreta alijamento de parte significativa das entidades que pleiteiam assento nos conselhos (e não são poucas). (LABRA, 2009, p. 183).

Para a discussão que propomos, estas rápidas conclusões são de extrema significação. Permitem tomar a situação brasileira em termos distintos dos que, até agora, a bibliografia existente vem apresentando, bem como nos reforça a ideia de que o teor do debate a ser travado a respeito do controle social no Brasil não reside nos aspectos gerenciais, nem tampouco nas características de nossa formação social, mas deve se localizar, sim, no terreno da estratégia de classe que o concebeu e sustentou. As semelhanças, apontadas por Labra, entre o Brasil e países europeus, sobretudo, que experimentaram revoluções burguesas clássicas e emancipatórias, com sociedade civil fortalecida, desde o século XIX, se, por um lado, podem confirmar o nosso processo de *ocidentalização* – diríamos, à luz de Gramsci –, podem também contribuir para que repensemos o peso da questão democrática na balança do debate estratégico que devemos fazer.

Sigamos com nossa seleção de autores. No livro que organizou, e para o qual também escreveu, Dagnino teceu a seguinte consideração sobre as avaliações da experiência do controle social:

> Em primeiro lugar, a avaliação frequentemente negativa e o tom crítico que permeiam parte significativa dos estudos de caso podem indicar que os parâmetros dessa avaliação receberam uma forte influência das expectativas geradas com a constituição dessas experiências. Se este for o caso, corremos o risco de reproduzir os mesmos erros de análise que caracterizaram parte importante da literatura sobre o papel dos movimentos sociais nos anos 70 e 80 no Brasil. Os movimentos sociais foram entusiasticamente recebidos, em algumas versões como os novos sujeitos da Revolução (esta, por sua vez, com o novo nome de Democracia [...]). Quando não a fizeram, viram decretada a sua "morte", "crise", "refluxo" etc., ou simplesmente, a sua "irrelevância" para a "consolidação" democrática, quando comparados a outros atores políticos como os partidos, por exemplo. Nesse sentido, atribuir indiscriminadamente aos espaços de participação da sociedade civil o papel de agentes fundamentais na transformação do Estado e da sociedade, na eliminação da desigualdade e na instauração da cidadania, transformando as expectativas que estimularam a luta política que se travou pela sua constituição em parâmetros para sua avaliação, pode nos levar inexoravelmente à constatação do seu fracasso. (DAGNINO, 2002, p. 296).

De início, parece que a autora percebe algum descompasso entre a *expectativa* que a constituição dessas experiências gerou e a avaliação dos seus resultados, com base nessa expectativa. A princípio, a prudência aconselhada traria, na base, apenas uma questão de método e outra de história que, em verdade, são a mesma, e com a qual concordamos: o projeto sofreu inflexões desde a sua origem e, portanto, não cabe diálogo, apenas e exclusivamente, com as suas formulações originais. Tais inflexões, rearranjos e adequações, sofridos ao longo da sua implementação e efetivação, carecem de uma análise que leve em consideração as alterações nas correlações de força.

Mas há algo mais, que explica e legitima o que a autora percebe como apenas desencaixe: as apostas políticas e a luta social que permeia também a ciência, posto que a compreensão do recuo das bandeiras ou da não realização das expectativas pode significar uma importante ferramenta de luta. Se formos além no debate com a sua argumentação, trata-se de saber, justamente, por que os *novos sujeitos da Revolução* tornaram-se *os novos sujeitos da Democracia*.

Não se trata de pura e simples constatação científica. Se hoje parece anacrônico falar em *transformação do Estado e da sociedade*, é preciso saber por quê. Em suma, mal concebidos, equivocados taticamente ou não, não se pode elidir que a polissêmica agenda participativa e democrática dos anos 1970 e 1980, se fez apostas táticas e estratégicas próximas da experiência do eurocomunismo[3], também pretendeu a transformação do Estado e da sociedade, o fim do sistema do capital e a instauração do socialismo. A correlação de forças atual, por certo, carrega a história da descoloração desse projeto, dessa estratégia, e precisa ser remexida e investigada. Não se trata de cobrar do presente o que se teria perdido no passado, mas de enxergar o passado como parte ineliminável do presente. O contraste que Dagnino deseja resolver na origem do processo de investigação – pela redução das expectativas – só nos parece possível buscar na origem e no desenrolar do processo histórico, no

---

[3] Em brevíssima síntese, por eurocomunismo podemos compreender o esforço capitaneado por importantes partidos comunistas da Europa (especialmente o italiano, o francês e o espanhol) de promover uma recusa do modelo russo de revolução e a valorização da democracia como via pacífica para a superação do capitalismo. Para uma análise mais detida dessa experiência, ver DANTAS, 2014.

movimento da concepção estratégica que engendrou e sustentou a experiência.

Por último, Tatagiba (2002), no mesmo livro, endossa a perspectiva de Dagnino quanto às possíveis frustrações que poderiam ser evitadas se os limites de atuação dos conselhos fossem compreendidos previamente. Mas, curiosamente, é também desta autora uma constatação do mais alto teor das expectativas depositadas sobre o seu alcance, em paralelo à identificação da principal pretensão que governou a transição estratégica de que estamos tratando, qual seja: o papel do Estado e a possibilidade de sobre ele se exercer controle. Afirma a autora:

> Embora o pouco tempo de existência dos conselhos, pouco mais de dez anos, não favoreça afirmações mais conclusivas, a análise da bibliografia, a partir de uma perspectiva comparada, sugere que muitas são as dificuldades [...]. Ou seja, apesar de a própria existência dos conselhos já indicar uma importante vitória na luta pela democratização dos processos de decisão, os estudos demonstram que tem sido muito difícil reverter, na dinâmica concreta de funcionamento dos conselhos, a centralidade e o protagonismo do Estado na definição das políticas e das prioridades sociais. (TATAGIBA, 2002, p. 55).

A constatação da autora revela a manutenção da mesma aposta tática, como pudemos constatar, também em sua origem conceitual, quando estudamos alguns dos documentos mais representativos do Movimento Sanitário. Se no momento de auge da luta social, que encorpava a luta no âmbito institucional, pretender transformar o Estado, ou usá-lo a favor da classe trabalhadora, já se constituiu em equívoco, assumir como tarefa, em momento de recuo da luta social, o controle desse aparelho pelas suas franjas, parece ser mais equivocado ainda. A autora está lidando com uma bandeira atualmente esvaziada de seu conteúdo emancipatório, mas que, não à toa, conserva traços de sua forma original e, por essa razão (funcionalmente para a dominação), pode mobilizar as energias dos trabalhadores em torno de uma pretensão ilusória, que não provocará qualquer abalo à ordem – como efetivamente não tem provocado.

Se Eduardo Stotz (2006) tem razão quando aponta uma inflexão conceitual na noção de participação popular nos anos 1990, que passa a significar, no todo, cada vez menos uma transformação

da institucionalidade com objetivos emancipatórios, nos parece também um contrassenso supor o controle do Estado por ele mesmo. Mas é Gramsci que nos faz o alerta preocupante: “Quando se pode compor uma luta legalmente, ela por certo não é perigosa: torna-se tal precisamente quando o equilíbrio legal é reconhecido como impossível” (2011, p. 277).

DEMOCRACIA E DOMINAÇÃO DE CLASSE (OU QUEM CONTROLA O QUÊ NO CONTROLE SOCIAL)

A estratégia burguesa de manutenção de sua dominação de classes nos últimos 30 anos guardou um papel especial para a democracia e para a participação. Não à toa, como expressão ideológica da vitória da burguesia, parece evidenciado que a aposta do Movimento Sanitário na democratização do Estado parecia considerar possível a transformação do próprio Estado, tornando, supostamente, a disputa entre as classes menos desigual. Uma arena democrática parecia pressupor mais do que a socialização da política para as classes trabalhadoras. Significava, nesta concepção, trazer os contendores para um terreno *legítimo*. O patrimonialismo, tido como característico e definidor da formação social brasileira, parecia se confundir com a própria natureza de classe do Estado capitalista. O elogio a uma sociedade civil como espaço do bem, romantizada, no que seria uma luta unificada contra um Estado autoritário, também está presente na caracterização que até aqui produzimos. Trata-se de uma sociedade civil que se pretende capaz de vacinar o Estado para defender-se dele mesmo, e também do mercado. (MONTAÑO, 2007).

A democracia expressaria a existência legítima dos conflitos, impedindo a ocupação exclusiva do aparelho de Estado por qualquer uma das classes em disputa. A presença dos *de baixo* no mesmo terreno clássico da dominação burguesa, sugere-se, promoveria a asfixia paulatina das elites, *minando* o seu poder – uma vez concentrado este, supostamente, no aparelho. A arena política onde entrariam em disputa os interesses divergentes parece assim tão mistificada como espaço neutro quanto o mercado, onde as relações de troca entre proprietários e não proprietários se dariam em condições de igualdade, pelo simples fato da ocorrência de uma troca. Há, por parte dessa autonomeada *esquerda democrática*, uma

defesa, compreensível, da legalidade, ante uma ditadura; mas há também, ao que parece, uma aposta subjacente no direito como garantia e condição da legitimidade do Estado, que, ao fim e ao cabo, figura como a legitimidade das regras do jogo que este Estado institui, e pelas quais deveria zelar. Chama a atenção, no entanto, a absolutização dessa institucionalidade – que se explica pela aposta de sua transformação em favor das classes trabalhadoras com a entrada destas na arena estatal (pela via da participação).

Na impossibilidade da anulação política, por completo, de um pujante movimento popular, que se constituíra, consolidara e unificara na luta contra a ditadura, desde os anos 1970, a estratégia hegemônica burguesa apostou no "apassivamento" dessas frações de classe, através também de uma suposta adesão às suas causas e à ampliação, seletiva, da sociedade civil e dos espaços de gestão pública do Estado. Em nome da "desopressão" de grupos específicos, com suas demandas "particulares", promove-se a fragmentação e o "rebaixamento do horizonte da luta popular ao âmbito das questões imediatas, urgentes e individualizadas". Em suma, uma "democracia retórica" (FONTES, 2008, p. 189). A mesma autora nos apresenta os termos exatos da crítica:

> A democracia seria um terreno precioso para a investida empresarial e das agências internacionais do capital, com ênfase para o próprio Banco Mundial [...]. Tratava-se [...] de incorporar de maneira subalterna entidades e associações populares, convocadas a legitimar a ordem pela sua participação na gestão de recursos escassos. As reivindicações populares seriam canalizadas, por exemplo, pelos Orçamentos Participativos, que teriam forte papel pedagógico. Fruto de reivindicações populares pelo controle efetivo dos orçamentos públicos, resultariam na sua agregação à institucionalidade vigente, bloqueados economicamente e subalternizadas politicamente [...]. Essa inserção subalternizada, apartada das formas classistas e da problematização da dinâmica propriamente capitalista no Brasil, seria apresentada como o modelo fundamental para a participação popular e para o 'controle' popular a ser exercido sobre as políticas públicas voltadas para a questão social, em especial na saúde. (FONTES, 2008, p. 208-209).

Esta caracterização nos servirá agora para brevemente abordarmos, pela ótica neoliberal, o lugar reservado à democracia e à participação pela ordem do capital. Tomemos brevemente Luiz Carlos Bresser-Pereira que, como *intelectual orgânico* da burguesia, contribuiu recentemente de forma exemplar para o tema que estamos abordando. Foi sob sua condução[4] que assumiu expressão, na arquitetura institucional do aparelho de Estado no Brasil, a reestruturação produtiva que se inaugura com a crise do *Welfare State* desde o fim dos anos 1960, na Europa e Estados Unidos. Vejamos como a mensagem é bastante clara:

> A Reforma Gerencial ocorre hoje nos quadros do regime democrático. Se a globalização obriga as administrações públicas dos estados nacionais a serem modernas e eficientes, a revolução democrática deste século que está terminando as obriga a ser de fato públicas, voltadas para o interesse geral, ao invés de auto-referidas ou submetidas a interesses de grupos econômicos. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 151).

Para o autor, "eficiência administrativa e democracia são dois objetivos políticos maiores das sociedades contemporâneas". Isto implicaria, seguindo o seu raciocínio, que a reforma gerencial só poderia chegar a bom termo se pudesse contar com um sólido regime democrático. Isto é, os "controles administrativos" e a "competição administrada", responsáveis por um Estado mais eficiente, deveriam ser completados pelos "controles democráticos que estão sendo e deverão ser aprofundados: o controle social ou participativo, o controle da imprensa e da opinião pública, o controle da oposição política". (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 17). Ou ainda: "a democracia só pode existir quando a sociedade civil, formada por cidadãos, distingue-se do Estado ao mesmo tempo que o controla" (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 48). Caberia a este Estado, na compreensão do autor, e dos interesses de classe que vocaliza, a busca pelo equilíbrio dos interesses e demandas dos diferentes atores e grupos presentes na sociedade. Não por outra razão que o controle social será concebido como espaço complementar da gestão, capaz de fiscalizar o Estado, controlá-lo, mantendo-o isento de corporativismo. Uma

---

[4] Bresser-Pereira foi ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado, entre 1995 e 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

reforma gerencial voltada para os cidadãos, portanto, que os pressupõe organizados em comunidades de interesses, clientes que seriam, não poderia prescindir da existência de "conselhos formais e informais dos mais variados tipos" (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 112).

Toda a argumentação aponta para uma suposta democratização do Estado, consequente da sua reforma, e baseia-se no mesmo diagnóstico feito pela esquerda democrática, do caráter historicamente patrimonialista do Estado brasileiro. A reforma do Estado viria, em boa hora, para extirpar a praga contemporânea que atualizaria o passado patrimonialista: o corporativismo (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 94). Todo o teor das mudanças na administração da máquina estatal teria o objetivo de "desparticularizar" o Estado, tornando-o verdadeiramente *público* e pondo-o finalmente a serviço da sociedade.

Não coincidentemente, e nem por acaso, vejamos os pontos de contato da agenda vocalizada por Bresser-Pereira com as diretrizes do Banco Mundial, expressas em documento já fartamente trabalhado pela literatura acadêmica, datado de 1997. Trata-se do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*. Toda a cartilha de *focalização*, *profissionalização da filantropia* e *resgate da cidadania* vem acompanhada do incentivo à *participação* das comunidades, com o fito declarado de torná-las *capazes de gerir a própria vida*.

O tema central do documento a que acabamos de nos referir é o Estado. Nestas páginas são apresentadas todas as diretrizes para a sua *reforma*. A revisão forçada do receituário neoliberal, que teve e continua a ter resultados sociais catastróficos para os países do terceiro mundo, e a consequente revalorização do papel do Estado para o combate da questão social, estão afirmadas logo no Prefácio, assinado pelo então presidente da instituição, James D. Wolfensohn. O apelo a um Estado nem tão mínimo, como forma de aliviar as pressões sociais e manter, ao mesmo tempo, os índices de acumulação de capital, precisava continuar contando com a divisão das responsabilidades pelo ônus. O que mais senão a participação da sociedade civil poderia contribuir para a redução de um problema sem pai nem mãe e, portanto, pertencente a *todos*? Não por acaso, um dos capítulos do relatório intitula-se "Um Estado mais próximo do povo". Lá está dito o seguinte:

> Não é capaz o Estado que ignora as necessidades de grandes setores da população ao estabelecer e implementar políticas. E, mesmo com o máximo de boa vontade, o governo poucas probabilidades terá de atender eficientemente às necessidades coletivas se não souber quais são muitas dessas necessidades. Assim, é preciso que o revigoramento das instituições públicas comece com uma aproximação do governo com o povo. Isso significa inserir a voz do povo na formulação de políticas: abrir campo para que indivíduos, organizações do setor privado e outros grupos da sociedade civil expressem as suas opiniões. No cenário apropriado, também pode significar maior descentralização do poder e dos recursos do governo. [...] Incentivar uma participação mais ampla na preparação e provisão desses bens e serviços por meio de parcerias entre o governo, as empresas e as organizações cívicas também pode melhorar a sua oferta (BM, 1997, p. 116).

Está tudo dito. E como não parece haver margem para dúvida, a expressão da vitória do capital sobre o trabalho – que se apresenta na passagem dos anos 1980 para os 1990, com a crise terminal do socialismo real e o avanço indiscriminado do neoliberalismo – é a dramática combinação dos recuos estratégicos e táticos da classe trabalhadora organizada, com a colonização, pela direita, das bandeiras históricas da esquerda.

Oportunamente, então, lembremos um pouco de Nicos Poulantzas (2000). Para este autor, o Estado, ainda que gozando de certa autonomia (relativa) em relação ao conflito entre as classes, carrega, nos seus aparelhos, a própria expressão da luta. Se nele reside o seu teor estratégico, não se reduz a ele, mecanicamente, no entanto. Ainda que se articulem e organizem estrategicamente no aparelho de Estado, os poderes de classe o transcendem. (POULANTZAS, 2000).

Isto é, Poulantzas não confere a este Estado uma centralidade em termos de estratégia política que possa significar o seu privilégio numa relação de oposição com a sociedade civil. “Integrar-se ou não nos aparelhos de Estado, fazer ou não o jogo do poder, não se reduz à escolha entre uma luta externa e uma luta interna”, conclui (2000, p. 265). A ação das massas no seio do Estado não pode se reduzir à sua presença física nos aparelhos, nem a crítica a essa perspectiva pode significar o seu abandono ou um permanente deslocamento da

luta entre a sociedade civil e o Estado, como se pudéssemos compreender este processo como fenômeno oscilante entre lugares materiais distintos e não como luta orgânica, a um só tempo dentro e fora. Arremata o autor, como que a atender a uma encomenda para a contribuição no debate estratégico com a esquerda democrática e o Movimento Sanitário:

> Seria falso [...] concluir que a presença das classes populares no Estado significaria que elas aí detenham poder, ou que possam a longo prazo deter, *sem transformação radical desse Estado.* As contradições internas do Estado não implicam, como particularmente acreditam certos comunistas italianos, uma 'natureza contraditória' do Estado no sentido em que ele apresentaria, atualmente, uma real situação de *duplo poder em seu próprio seio*: o poder dominante da burguesia e o poder das massas populares. (POULANTZAS, 2000, p. 145, grifo do autor).

DEMOCRACIA E ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR (EDP)

A EDP, em sua formulação inicial, partia de um pressuposto similar ao de Florestan Fernandes, tal como exposto em outros capítulos deste livro: a impermeabilidade da burguesia brasileira se constituiria em obstáculo para o atendimento das demandas represadas da classe trabalhadora brasileira. No entanto, toda a energia da luta popular que se acumulara nos anos 1970 e 1980, de onde brotara também o Movimento Sanitário, sofreria um profundo esvaziamento a partir dos anos 1990, com a reestruturação produtiva neoliberal. Tal processo, embora tenha posto de joelhos o movimento organizado dos trabalhadores, não anulou a possibilidade de disputa do Estado no plano institucional. Não é coincidência que as importantes conquistas plasmadas na Constituição Federal de 1988, tendo o Sistema Único de Saúde (SUS) como carro-chefe, tenham se dado concomitantemente à possibilidade concreta da eleição de um governo de esquerda, encabeçado pela candidatura do PT, em 1989. Porém, seguindo a trilha de Mauro Iasi, uma combinação inesperada de chances reais de conquista do governo federal e ausência de uma correlação de forças, na base, que pudesse garantir a radicalidade das reformas democráticas, impôs um caminho distinto do originalmente formulado.

> A solução encontrada, ainda dentro do campo de uma estratégia democrática e popular, é que seria possível e desejável seguir o acúmulo de forças agora dentro desse espaço institucional estratégico, assim como já se supunha se realizar nos espaços institucionais menores conquistados nesse processo (administrações municipais, mandatos parlamentares, máquinas sindicais etc.). (IASI, 2012, p. 311).

De início (anos 1980), portanto, se a tática de implementação de reformas radicais era *democrática* e *popular*, em face da impossibilidade da luta direta pelo socialismo, posto que a correlação de forças e o grau de consciência precisavam ainda obter ganhos de musculatura, diante do novo quadro (anos 1990), com o recuo do acúmulo inicial, as reformas praticamente sairiam de cena, reduzindo o programa a um horizonte *democrático* apenas (IASI, 2012). Não é fortuito que a Reforma Sanitária também tenha saído de cena no período. O fato é que o recuo da classe parece ter vulnerabilizado as suas lideranças, que alimentaram a ilusão, desde então, de poder disputar e se manter no centro da institucionalidade, em compasso de espera, no aguardo da correlação de forças desejada. Iasi, referindo-se ao Partido dos Trabalhadores – na condição de principal operador político da classe neste último ciclo e, portanto, intelectual coletivo que não pode ser ignorado –, dá contornos ao debate quando lembra que a metamorfose, ou o transformismo, do PT, se deu no processo de choque entre os interesses da classe trabalhadora e os de um estrato burocrático que se especializou na gestão dos espaços institucionais ocupados, tendente a uma crescente moderação programática (2012, p. 312).

A própria intencionalidade expressa na decisão política de perseguir o objetivo de ocupação do aparelho de Estado, a despeito da correlação de forças que pudesse conferir radicalidade àquela ocupação, já resultava do processo denominado por Florestan Fernandes (2005) de "democracia de cooptação", que logrou engolfar, aos poucos e constantemente, a expressão de vanguarda resultante da luta social dos anos 1970 e 1980.

O desenlace da questão parece ter se dado com a chegada de Lula ao governo, depois de garantida internamente, a uma determinada corrente do partido do futuro presidente, a condução do objetivo de alcançar o governo central através de um amplo arco de

alianças, que punha para escanteio, em definitivo, o princípio da independência de classe, que inicialmente os termos da EDP previam. As formulações do XII Encontro Nacional, que antecede a vitoriosa eleição de 2002, são reveladoras. A despeito da defesa do socialismo, é de se notar o chamado a uma verdadeira "revolução democrática" no país, à moda de Bresser-Pereira. Ali, o projeto se apresenta por completo em sua face institucional, culminando com o seguinte chamado pluriclassista, em defesa de "um novo contrato social":

> Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação brasileiro. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover a inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nessas condições, não se beneficiarão do novo contrato social e serão penalizados. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica puramente financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo. (PT, 2001, p. 39).

Se a EDP nascera na contramão da conciliação de classes que corretamente percebia e criticava na Estratégia Democrático-Nacional, operada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), durante o ciclo anterior, se conformaria e acomodaria, por sua vez, pouco mais de uma década depois de sua formulação original, no interesse precisamente da burguesia e de seu desenvolvimento. (COELHO, 2012; IASI, 2006).

Desde então, vimos que a burguesia aceitou ceder um mínimo, contingencialmente, em nome da eficiência de sua dominação, como também o retirou – vide o golpe parlamentar-midiático contra o governo Dilma, em 2016. O desafio é entender porque e até quando os trabalhadores aceitarão "dez réis de mel coado" (FERNANDES, 2007, p. 216) em troca do seu apassivamento (IASI, 2013, 2012, 2006, s/d).

Se estendermos, ainda, o panorama da questão democrática para uma resultante que extrapola a absorção pela ordem da liderança da classe trabalhadora, mas é consequente dela,

constataremos que a democratização tomada como condição da luta política, tendo a participação social como principal tática, foi não só suportada pela ordem burguesa, como fagocitada e amesquinhada, na medida para manter sob controle uma classe crescentemente acéfala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto concluímos que o que se entende por (e se pratica como) *controle social* consiste, hoje, em um processo fortemente institucionalizado, pouco permeável à luta combativa da classe trabalhadora, e que guarda muito pouco da rica experiência democrática que o engendrou. Isso ocorre a despeito do fato de que a opção institucional foi, acima de tudo, uma *opção*, franqueada pela combinação da pujança e das fragilidades da luta social, presente no momento mesmo da formulação estratégica da classe. No que vai além das escolhas estratégicas da classe trabalhadora, posto que diz respeito ao inimigo, a questão parece recair na disjunção formal entre política e economia, reforçada pelo processo de fetichização da democracia que, uma vez reconhecida como peça ideológica, não pode passar despercebida.

O que temos visto, portanto, é que a dominação de classe, para se manter enquanto tal, tem franqueado uma determinada participação, dentro de limites seguros. A *cidadania política* (almejada pela agenda da *radicalização democrática*, da *participação*, do *controle social*) só pode se efetivar pela submissão ao conjunto de regulamentos que institucionalizam justamente a alienação dos meios, através dos quais, não fosse o sistema burguês (!), se alcançaria a "*cidadania plena*", diríamos ironicamente (isto é, os bens privados, o reencontro do produtor direto com o produto do seu trabalho).

Tais diferenças, de base material, são flagrantemente ignoradas na abstração que caracteriza o Estado, através de sua expressão jurídica (o direito), mas têm peso notório na política, onde os atores igualados formalmente nunca são de fato iguais materialmente. Daí que é um contrassenso a defesa da pluralidade no jogo democrático do Estado burguês, precisamente pelos que têm sua existência política condicionada ao aceite e à naturalização das

diferenças de poder material como algo dado e não como elemento determinante para a luta política.

O que acabamos de descrever sobre as opções estratégicas democráticas da classe trabalhadora na luta contra o capital e pelo socialismo, no Brasil recente, se completa com a explicitação das condições do terreno onde se optou pela luta institucional como tática primordial. É certo, pelas determinações *objetivas*, mas também pelas *subjetivas*, que fomos empurrados para posições de extração liberal (PANIAGO, s/d.), em nome da efetivação de uma luta institucional que pretendia o inverso. Parece-nos, em definitivo, que essa aposta não vingou.

Em 2013, quando dos 25 anos da Constituição de 1988 e do SUS, a revista *Cadernos de Saúde Pública* reuniu oito comentadores para um texto principal, assinado por Jairnilson Paim. Ana Luiza d´Ávila Viana, pesquisadora de temas ligados à saúde, ao SUS e às políticas públicas, e presente entre os oito, afirmou em seu texto:

> A política precisa domar os interesses do capital na área da saúde, para que ganhe poder, pois o momento atual é aquele em que o econômico se liberta da política e a política fica destituída de poder. Gestores sem poder e interesses corporativos pautando as decisões da política, é o que se vê nos diferentes níveis de governo. (VIANA, 2013, 1944).

Dramaticamente, este mesmo Estado, que o Movimento Sanitário e a esquerda democrática pretenderam (e ainda pretendem) *reeducar* pela política, através da sua democratização e do consequente controle de sua máquina (e do capital), em nome dos interesses das classes trabalhadoras, tem conseguido mostrar quem na verdade tem educado (e controlado) quem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BM – BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial - o Estado num mundo em transformação*. Washington: Oxford University Press, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. *8ª Conferência Nacional de Saúde - Relatório Final*. Brasília-DF, 1986. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

BRAVO, M. I. S. & CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. *Serviço Social e Sociadade*, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Reforma do Estado para a cidadania – a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP, 1998.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. "A questão democrática na área da Saúde". In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). *Saúde em Debate – fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: CEBES, 2008a. p. 149-151. Disponível em: <http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. "Prev-Saúde – considerações sobre o prev-saúde". In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). *Saúde em Debate – fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: CEBES, 2008b. p. 152-156. Disponível em: <http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. "Financiamento do setor de saúde: proposta para a transição democrática". In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). *Saúde em debate - fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: CEBES, 2008c. p. 169-172.

CEBES – CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. "Assistência à Saúde numa sociedade democrática". In: FLEURY, S.; BAHIA, L.; AMARANTE, P. (orgs.). *Saúde em Debate – fundamentos da Reforma Sanitária*. Rio de Janeiro: CEBES, 2008d. p. 159-162. Disponível em: <http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp>. Acesso em: 3 abr. 2014.

COELHO, E. *Uma esquerda para o capital*: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo; Feira de Santana: Xamã; UEFS Editora, 2012.

CORREIA, M. V. C. "Controle social" (verbete). In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (orgs.). *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 104-109.

CORREIA, M. V. C. *Que controle social? – os conselhos de saúde como instrumento*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

CÔRTES, S. M. V. “Conselhos e conferências de saúde: papel institucional e mudança nas relações entre Estado e sociedade”. In: FLEURY, S; LOBATO, L. de V. C. (orgs.). *Participação, democracia e saúde*. Rio de Janeiro: CEBES, 2009. (Coleção Pensar em Saúde).

DAGNINO, E. “Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades”, In: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

DANTAS, A. V. *Do socialismo à democracia: tática e estratégia na Reforma Sanitária Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

DANTAS, A. V. *Do socialismo à democracia: dilemas da classe trabalhadora no Brasil recente e o lugar da Reforma Sanitária Brasileira*. UFRJ, 2014. (Tese de Doutorado).

ESCOREL, S. “Conselhos de Saúde: entre a inovação e a reprodução da cultura política”. *Divulgação em Saúde para Debate – Democracia, Conselhos de Saúde e Participação Social*, Rio de Janeiro, n. 43, p. 23-28, jun. 2008.

FALEIROS, V. de P.; VASCONCELLOS, L. C. F. de; SILVA, J. de F. S. da; SILVEIRA, R. M. G. *A construção do SUS – histórias da Reforma Sanitária e do processo participativo*. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2006.

FERNANDES, F. *Que tipo de República?*. São Paulo: Globo, 2007.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

FONTES, V. “A democracia retórica: expropriação, convencimento e coerção”. In: MATTA, G. C.; LIMA, J. C. F. (orgs.). *Estado, Sociedade e Formação Profissional em Saúde – contradições e desafios em 20 anos de SUS*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/EPSJV, 2008. p. 189-226.

GRAMSCI, A. *O leitor de Gramsci* (C. N. Coutinho, Ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere, vol. 1* (C. N. Coutinho, M. A. Nogueira, & L. S. Henriques, Eds.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IASI, M. L. *O PT e a revolução burguesa no Brasil*. In: ________. *Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural.* São Paulo: ICP, 2017.

IASI, M. L. “Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora”. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S. (orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortêz, 2012. p. 285-317.

IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe - o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
IASI, M. L. *PT: por que aquilo deu nisso?* São Bernardo do Campo, s/d. mimeo.
LABRA, M. E. Política nacional de participação na Saúde: entre a utopia democrática do controle social e a práxis predatória do clientelismo empresarial. In: FLEURY, S;
LOBATO, L. de V. C. Participação, democracia e saúde. Rio de Janeiro: CEBES, 2009. p. 176-203. (Coleção Pensar em Saúde).
LABRA, M. E. "Conselhos de Saúde: dilemas, avanços e desafios". In: LIMA, N. T. et al. (orgs.). *Saúde e Democracia – história e perspectiva do SUS*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p. 353-383.
LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
MONTAÑO, C. Terceiro Setor e Questão Social – crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortêz, 2007.
PANIAGO, M. C. S. Controle social e o fundamento liberal dos Conselhos Gestores. S/d., p. 1-8. Disponível em: <http://www.cristinapaniago.com/textos>. Acesso em: 01 dez. 2011.
POULANTZAS, N. O Estado, o Poder, o Socialismo. 4ª edição ed. São Paulo: Paz e Terra (Graal), 2000.
PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES.XII Encontro Nacional - Resoluções Políticas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>. Acesso em: 1 nov. 2013.
RIBEIRO, N.; RAICHELIS, R. Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos conselhos de políticas públicas. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 109, p. 45-67, jan./mar. 2012.
SPOSATI, A.; LOBO, E. Controle Social e Políticas de Saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, n.8 (4), p. 366-378, out./dez. 1992.
STOTZ, E. N. Trajetória, limites e desafios do controle social do SUS. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 30, n. 73/74, p. 149-160, maio/dez. 2006.
TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil, In: DAGNINO, Evelina (org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-103.

VIANA, A. L. D. Longos dias têm cem anos. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, n. 29(10), 1942-1944, out. 2013.

VIANNA, M. L. T. W.; CAVALCANTI, M. de L.; CABRAL, M. de P. Participação em saúde: do que estamos falando?. Sociologias, Porto Alegre, n. 21 (ano 11), p. 218-251, jan./jun. 2009.

OS GOVERNOS DO PT: O ESTADO E A QUESTÃO SAÚDE[1]

Juliana Souza Bravo de Menezes

O presente texto pretende oferecer elementos que possam subsidiar uma investigação acerca das políticas efetivadas na área da Saúde durante os últimos quatorze anos no Brasil. Mais precisamente, buscaremos assinalar alguns aspectos que permitam a realização de uma análise crítica referente à política de Saúde adotada tanto pelo governo petista de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), quanto pelo de sua sucessora, também petista, Dilma Rousseff (2011-2016).

Nesse sentido, destacaremos, de um modo geral, as propostas e reformas nas áreas sociais defendidas pelo governo de Lula, as quais, no essencial, deram sequência à contrarreforma do Estado aprofundada intensamente pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando se verificou um encolhimento do espaço público democrático dos direitos sociais e a ampliação do espaço privado – não só nas atividades ligadas à produção econômica, mas também no campo dos direitos sociais conquistados com a Carta de 1988 (entre eles, a Saúde). Posteriormente, abordaremos o trato da questão social, em especial na área da Saúde, por parte do governo de Dilma Rousseff, que chegou à Presidência da República se apoiando no enorme respaldo popular obtido por seu antecessor e acompanhada da mística de ser a primeira mulher eleita ao cargo máximo do Estado Brasileiro. Evidenciaremos, portanto, como a política de Saúde implementada pelo Governo Dilma pode, em função de seu cariz contrarreformista, ser alocada em uma linha de continuidade com os governos anteriores de Lula e FHC. Por fim, é feito um breve balanço dos governos do PT e o encerramento de um ciclo com o processo de impeachment.

---

[1] Este artigo é fruto de parte de reflexões realizadas pela autora em sua Tese de Doutorado intitulada "AS LUTAS POR SAÚDE NO BRASIL: o Projeto de Reforma Sanitária em face das Contrarreformas".

Atualmente, no plano estratégico, não há indício de que estejamos diante de um momento histórico da formulação de uma nova estratégia da classe trabalhadora[2].

Antes, porém, de iniciarmos a análise das políticas de Saúde nos dois governos do PT, observaremos, de um modo ligeiro, o processo de "transformismo petista", já que, a nosso ver, este se constitui em um elemento essencial para a compreensão do caráter contrarreformista da política social brasileira nos últimos anos.

A trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT): algumas reflexões

Ao analisar a trajetória do Partido dos Trabalhadores, Iasi (2012a) aponta que o partido foi organizado pelos setores mais combativos do operariado, com posição anticapitalista e projeto socialista, se transformando, posteriormente, em um dos baluartes do capitalismo no Brasil. Analisando esse trabalho, Ricardo Musse aponta para uma inflexão que levou o partido da negação ao consentimento.

> Organizado a partir das lutas concretas, sindicais, como movimento político de afirmação da independência e autonomia da classe operária, o PT apresenta-se, inicialmente, como representante da 'classe trabalhadora'; depois, do conjunto dos 'trabalhadores'; em seguida, do 'povo'; e, por fim, dos 'cidadãos'. A passagem da 'classe' à 'nação' atesta a prevalência da estratégia do 'gradualismo reformista' e a subordinação à tática eleitoral, que redefiniram o horizonte social, político e econômico do projeto partidário (MUSSE, 2012, p. 10).

O PT surge como um *partido em disputa*, entre dois projetos políticos distintos: um projeto reformista e um projeto revolucionário. O partido possuía internamente elementos revolucionários e não-revolucionários. "Esse embate pelos rumos do partido, presente, portanto, desde seu início, prosseguiria até que finalmente um lado

---

[2] Sobre a noção de estratégia de classe, concordamos com Mauro Iasi que nos apresenta uma boa síntese: "Quando falamos de um determinado comportamento da classe trabalhadora, devemos relacioná-lo a uma estratégia determinada em um certo período histórico (...), como uma síntese que expressa a maneira como uma classe buscou compreender sua formação social e agir sobre ela na perspectiva de sua transformação" (IASI, 2012b, p. 288).

saísse definitivamente vitorioso, o que acabaria por fornecer um conteúdo final à organização" (DEMIER, 2008, p. 50).

Iasi (2012a, p. 359), ao abordar as mudanças do Partido dos Trabalhadores, sinaliza que o partido "é um excelente exemplo do movimento de constituição de uma classe contra a ordem do capital que acaba por se amoldar aos limites da ordem que queria superar".

O contexto de criação do PT, em 1980, é de contestação à ditadura militar e emergência das lutas sociais que encontrou na retomada da luta sindical e operária um ponto de fusão de classe. Dessa forma, o PT surge enquanto partido que propõe organizar politicamente os trabalhadores urbanos e rurais. Na sua Carta de Princípios, o PT sinaliza que é um partido sem patrões e que não aceitaria em seu interior representantes das classes exploradoras. O PT no seu surgimento tinha uma vocação anticapitalista e apontava para um horizonte socialista[3]. Ainda na Carta de Princípios "afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo" (IASI, 2012a, p.).

A partir de 1988, na disputa entre revolucionários e reformistas no interior do partido, segundo Demier (2008, p. 54), estes "últimos começaram a adquirir as condições materiais que lhes proporcionariam, em breve, a vitória final".

Iasi (2012a) destaca dois fatores conjunturais importantes que vão incidir nos rumos do PT a partir dos anos 1990: a derrota eleitoral de Lula para Collor, em 1989, e a queda do chamado "socialismo real" com o desmonte dos regimes políticos do leste europeu e o fim da União Soviética (1991).

Demier (2008) aponta que segundo a direção petista, restaria agora para a esquerda conseguir melhorias para os trabalhadores no âmbito do capitalismo, sendo a única forma possível de organização social, não ameaçando a "ordem do capital".

Arcary (2011), ao analisar a trajetória do PT, destaca que o partido enfrentou muitas crises, mas foram sobretudo quatro dessas que marcaram sua história.

---

[3] Cabe destacar que, sendo o PT um partido dividido entre revolucionários e reformistas, ele nunca apresentou uma definição muito precisa acerca do socialismo que defendia em seu programa (DEMIER, 2008). O "socialismo petista" seria construído a partir das "exigências concretas das lutas populares", "definido nas lutas do dia a dia" (IASI, 2012a).

> A primeira grande crise veio com o governo Erundina à frente da Prefeitura de São Paulo. A questão central colocada era a relação com o regime democrático: aceitar ou não os limites legais da constitucionalidade. (...) Não houve rupturas no partido, mas as placas tectônicas do PT se moveram. O PT pagou a dívida externa do município, escrupulosamente, e não hesitou em convocar a PM (Polícia Militar) contra a luta operária e popular. No início dos anos 1990, quando a situação política evoluía à direita, e as pressões burguesas pela estabilidade do regime democrático eram mais intensas, a direção do PT convocou o 1º Congresso e decidiu expulsar a Convergência Socialista, uma corrente trotskista que constituiu, após uma unificação com outras organizações marxistas, o PSTU. Foi a segunda grande crise. Dali para frente, as tendências de esquerda que ainda resistiam no PT ficaram sabendo qual seria o seu destino se desafiassem a direção. (...) Finalmente, em 2003, depois da eleição de Lula, a direção do PT não hesitou em expulsar Heloísa Helena e os deputados que vieram a formar o PSOL, com a acusação, novamente, de indisciplina, por terem se recusado a votar no congresso a Reforma da Previdência. Foi a terceira grande crise. Ficou comprovado que a mão da direção do PT não iria tremer no seu giro à direita. Foi, porém, em 2005, que o PT atravessou a mais séria crise de sua história. Uma parcela do núcleo duro de sua direção foi decapitada, politicamente, pela crise aberta pelas denúncias do mensalão (ARCARY, 2011, p. 65-67).

Dialogando com Arcary, podemos afirmar que o PT passa, atualmente, pela quinta grande crise, com as denúncias da Lava Jato e o impeachment da presidente Dilma, considerada a mais grave crise que o partido tem vivenciado em sua história.

Arcary (2011) destaca que, no período de 1994 a 2002, o PT manteve a posição de oposição, entretanto, não mobilizava a sua base de apoio para tentar impedir o governo FHC de governar. Após a vitória de Lula e, mais precisamente, depois da "Carta ao Povo Brasileiro"[4], "o PT passou a ser o principal suporte da contenção social para garantir a governabilidade de Lula". Entre 2003 e 2010,

---

[4] A "Carta ao Povo Brasileiro" cumpriu o seu papel modificando o discurso e rechaçando uma ruptura. Dessa forma, a "Carta" foi bem sucedida ao permitir que a campanha de Lula conseguisse ser bem recebida nos mais diferentes setores sociais, sinalizando os elementos programáticos acerca do que seria um possível governo Lula.

em especial depois de 2006, o governo Lula conseguiu a maior estabilização social do regime político democrático eleitoral, isto é, "uma anulação tão bem sucedida do protesto operário e popular" (ARCARY, 2011, p. 70).

O discurso original fundado no "anticapitalismo" passa a ser substituído pelo discurso "antineoliberal". Dessa forma, todo o programa e o horizonte estratégico passam a ser a busca de um projeto "alternativo ao neoliberalismo"[5], um projeto "nacional" de desenvolvimento, capaz de articular "amplas forças sociais" (IASI, 2012a).

Nesta direção, para Demier (2008) o PT transitou de um projeto original socialista – embora um socialismo mal definido, difuso – para a linha da socialdemocracia da terceira via, sem ter passado pelo Estado de Bem Estar Social com políticas sociais redistributivas. Com os governos de Lula e Dilma, esse processo de *transformismo* político do partido, finalmente, se completaria. Sendo assim, Arcary (2011) sinaliza que os governos do PT foram uma experiência de "um reformismo quase sem reformas", ou governos quase sem reformas progressistas, mas com muitas reformas reacionárias ou contrarreformas, como veremos a seguir.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS GOVERNOS DO PT

A) Os governos de Lula e o novo desenvolvimentismo: adesão à ideologia social-liberal

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, significou um marco político na história do país, pois foi a primeira vez que se elegeu "um representante da classe operária brasileira com forte experiência de organização política" (BRAZ, 2004, p. 49). A consagração eleitoral foi resultado da reação da população contra o projeto neoliberal implantado nos anos de 1990. Isto é, pela primeira vez foi eleito para a Presidência da República um candidato/partido que, nas origens, não representava os interesses das classes dominantes.

---

[5] "A vitória nas eleições presidenciais de 2002 é a materialidade desta metamorfose programática. Na sua campanha, em oposição ao consecutivo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o PT assume uma identidade política 'antineoliberal' e não mais anticapitalista e sequer socialista" (MARQUES, 2015, p. 196).

Apesar das dificuldades do cenário internacional, com a pressão dos mercados e do capitalismo financeiro, muitos acreditavam que, no Brasil, estaria se inaugurando um novo momento histórico em que uma política de reformas sociais seria privilegiada, implementando-se políticas sociais universais e participação social. A legitimidade expressa nas urnas, para "exercer um governo orientado para mudar o Brasil numa direção democrático-popular" (NETTO, 2004, p. 13) e para "uma política econômica direcionada ao mercado interno de massas, articulada a uma política social mais ousada" (BEHRING, 2004), não foi levada em consideração, tendo-se aceitado a dominância do neoliberalismo, ou seja, a adoção do projeto de um governo social-liberal (NETO, 2005).

A análise realizada por Behring (2004) explicita que, no plano econômico, todos os parâmetros macroeconômicos da era FHC foram mantidos, permanecendo intocáveis: o superávit primário; a Desvinculação de Receitas da União (DRU) [6]; taxas de juros parametradas pela Selic; apostas na política de exportação, com base no agronegócio; o inesgotável pagamento dos juros, encargos e amortizações da dívida pública; e o aumento da arrecadação da União.

Essas orientações econômicas tiveram (têm) impactos nas políticas sociais. De acordo com Soares (2004), a tese central do governo era de que a solução para as mazelas sociais não está necessariamente na expansão do gasto social, e sim na focalização da aplicação dos recursos. Nesse sentido, o governo Lula (assim como, posteriormente, o governo Dilma) continuou, embora de forma ampliada, a estratégia do governo de Fernando Henrique Cardoso de implementar políticas sociais compensatórias, de caráter focalizado, em detrimento de outras pautadas na lógica do direito e da Seguridade Social universalizada.

Outro aspecto que cabe ressaltar, com relação às políticas sociais no governo Lula, seria a ênfase em políticas compensatórias que garantiram a geração de uma nova base de apoio ao governo, diferente da sindical e dos movimentos sociais. Com base nessas políticas, os governos petistas teriam obtido uma base de sustentação eleitoral entre os segmentos mais pobres da população e o governo (MARQUES & MENDES, 2005).

---

[6] Esta desvincula recursos arrecadados de impostos e contribuições sociais para o pagamento de dívida pública.

A ação mais importante na área social foi o programa de transferência de renda Bolsa Família, criado em 2003, com o desafio de combater a miséria, através da unificação de todos os programas sociais e a criação de um cadastro único de beneficiários.

O programa Bolsa Família, segundo Filgueiras & Gonçalves,

> transformou-se em uma arma política-eleitoral e ideológica importantíssima, dando um aparente viés progressista (social) ao governo Lula, que serve para 'compensar' a política econômica liberal-ortodoxa adotada e reforça o discurso conservador do Banco Mundial sobre a pobreza, os pobres e as políticas sociais focalizadas (2007, p. 164).

Os autores afirmam que este programa se constitui em uma política assistencialista e com potencial clientelista, isto é, manipulatória do ponto de vista político, considerando o público alvo: "uma massa de miseráveis desorganizada e sem experiência associativa e de luta por seus direitos".

Esse breve balanço das políticas sociais mostrou que a agenda da estabilidade fiscal é muito forte e, consequentemente, os investimentos na área social são muito reduzidos, não apontando na direção de outro projeto para o país.

A partir do segundo governo Lula, emergem propostas governamentais que buscam diminuir os níveis de desemprego e viabilizar o acesso ao consumo de massa por meio de medidas, como redução de impostos de bens duráveis, valorização do salário mínimo, aumento do crédito ao consumidor, programas de combate à pobreza, que impactam os indicadores de pobreza extrema, mas não visam a reverter a desigualdade social persistente que caracteriza a sociedade brasileira.

Neste contexto, no interior das classes dominantes, criou-se um clima de otimismo sobre os rumos do desenvolvimento capitalista, que se justifica considerando que os lucros e os juros bateram recordes. Além disso, este otimismo é alimentado pelo "apassivamento" das lutas da classe trabalhadora gerado pelo transformismo do PT. De acordo com Oliveira (2010), esse mesmo fenômeno passou a ser identificado, no Brasil do governo Lula (2003/10), com a cooptação de centrais sindicais e de movimentos

sociais, antes aguerridos, bem como de parcelas consideráveis das classes populares beneficiárias de programas assistenciais.

O novo desenvolvimentismo surgiu no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, e logo se apresentou como uma terceira via, tanto ao projeto liberal quanto ao socialismo (CASTELO, 2012).

De acordo com Gonçalves (2012), a experiência de desenvolvimento econômico brasileiro durante o governo Lula expressa um projeto que se pode denominar “desenvolvimentismo às avessas”; ou seja, é ausência de transformações estruturais que caracterizariam o projeto desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960.

Para Sampaio Jr. (2012), o desafio do neodesenvolvimentismo consiste em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social etc. Assim, segundo o autor, os neodesenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas. Defendem a estabilidade da ordem. Não alimentam nenhuma pretensão de que sejam possíveis e mesmo desejáveis mudanças qualitativas no curso da história. São entusiastas do *status quo*.

Quanto a isso, cabe destacar a paradoxal constatação: foi no governo Lula que o enfrentamento da pobreza absoluta teve a maior visibilidade política de sua endêmica existência, mas, paradoxalmente, isso foi acompanhado da garantia “de altos lucros, comparáveis com os mais altos da história recente do Brasil” (ANTUNES, 2011, p. 131).

> O governo de pacto de classes colocou pouco dinheiro na mão de muitos e muito dinheiro na mão de poucos o que resulta numa concentração de riquezas maior, e não menor, como se proclama. Os 10% mais ricos no final dos anos 1990 detinham 53% da riqueza nacional e passaram em 2012 a concentrar 75,4%, ao mesmo tempo em que o combate à miséria absoluta fez com que os 20% mais pobres tenham aumentado sua participação na riqueza nacional de menos de 2% para algo próximo de 4% (IASI, 2014, p. 99).

O presidente Lula governou o país entre 2003 e 2010, e saiu com 87% de aprovação da população brasileira, após eleger sua sucessora, também petista, Dilma Rousseff. O discurso que conserva a ordem e evita rompimentos foi a característica marcante de Luis Inácio Lula da Silva durante seus oito anos de governo (ANJOS & CARVALHO, 2015).

B) Os governos Dilma: a retomada neoliberal e o fim do ciclo PT

Com a vitória de Dilma, houve algumas especulações com relação às linhas gerais que seu governo adotaria, sobretudo no que diz respeito a aspectos como política econômica, política externa, combate às desigualdades, postura com relação aos temas polêmicos como a legalização do aborto e regulação social do monopólio dos meios de comunicação.

Entretanto, logo no início do governo houve cortes orçamentários, restrição de investimentos, medidas de caráter privatista como a abertura do capital da Infraero, privatização de aeroportos e a nova rodada de leilões do petróleo do Pré-Sal. Como ocorreu no governo Lula, a maior parte do orçamento da união para 2011 foi destinada à rolagem da dívida pública. A proposta era que R$678,5 bilhões fossem destinados a pagar os juros e a amortização da dívida. Foi estipulada a manutenção do superávit primário em 3,1% do PIB, com a previsão de cortes de até R$ 60 bilhões, o que equivale a todos os gastos do Ministério da Saúde (MEDEIROS, 2011).

Todas essas medidas demonstraram que o governo Dilma não enfatizaria mais o social do que o governo anterior, e, sim, do contrário, assumiria uma posição ainda mais privatista e comprometida com a manutenção do atual modelo econômico. Desde os primeiros meses do governo Dilma, ficou visível a crescente insatisfação de diversos grupos sociais ligados à classe subalterna.

O ano de 2013, mais especificamente o seu mês de junho, foi marcado pelas manifestações de massa por mudanças estruturais, evidenciando um profundo descontentamento da população brasileira com as suas condições de vida. Segundo Braga (2013, p. 79), "não há dúvida de que, em junho de 2013, as placas tectônicas da política brasileira movimentaram-se bruscamente".

> As manifestações se iniciaram por protestos contra o aumento das passagens e se desdobraram para uma multifacetada pauta

> que tem por centro a demanda por educação, saúde, contra os gastos com a Copa e seus efeitos perversos, como as remoções, e contra uma forma de política que mostra seus limites com representantes que não representam, eleitos por muitos e defendendo os interesses de poucos (IASI, 2013).

De acordo com Braga (2013), a massa que esteve presente nas mobilizações de junho manifestava sua insatisfação com aquele modelo de desenvolvimento. O autor afirma que o "precariado" estava nas ruas em defesa dos direitos à saúde e educação públicas e de qualidade, bem como o direito à cidade.

O governo federal, diante das manifestações, deu-se conta de que os tempos de desmobilização popular haviam ficado para trás (BRAGA, 2013). Considera-se, entretanto, que as propostas apresentadas pela presidente diante dos reclamos das ruas não apresentam nenhuma mudança de fundo ou reforma estrutural para o atendimento das demandas que fizeram o país explodir, e não modificam profundamente a estrutura dos gastos com os encargos da dívida pública.

O ano de 2014 foi marcado pela polarização na campanha eleitoral. Dilma Rousseff foi reeleita no segundo turno, por uma pequena margem de votos.

O início do segundo mandato, com as denúncias de corrupção na Petrobrás (operação Lava Jato) e o desaquecimento da economia, reforçou o descontentamento social. O aumento do custo de vida e a precariedade nos serviços públicos dificultaram a vida da maior parte da população, que iniciou uma ruptura com o petismo no poder.

> Diante disso, até mesmo a capacidade do PT de domesticar os movimentos sociais e aplicar os ajustes tornou-se menor, diminuindo, por conseguinte, sua serventia política ao capital. Esse novo contexto fez renascer das cinzas a Oposição de Direita, com destaque para sua direção tucana, o que pôde ser percebido pelos resultados da última eleição presidencial e as manifestações dos dias 15/03, 12/04 e 16/08/2015 (DEMIER, 2015).

Anjos & Carvalho (2015) têm apontado para um esgotamento do "lulismo" [7], modelo de gestão que está pautado na figura carismática do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que concilia diversas correntes políticas e sociais, apostando no consumo para o crescimento da economia e sem provocar rupturas. Para os autores, tal modelo sustentado por Lula chega ao fim com a presidente Dilma Rousseff no poder e a crise mais complexa que o PT vivencia após trinta e cinco anos de seu surgimento.

O Governo impõe as chamadas medidas de austeridade, atacando os direitos dos trabalhadores, dada sua opção pela manutenção dos fundamentos da política econômica, pelo capital financeiro e pelo superávit primário. Apesar das manifestações de junho de 2013, carregadas com o simbolismo de um movimento popular por renovação política e avanço nos direitos sociais, o resultado das eleições de 2014 revelou uma guinada em outra direção[8].

No final de 2015, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, acolheu a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, agravando ainda mais a crise política e econômica em andamento. Em abril de 2016, a Câmara dos Deputados autorizou instauração de processo de impeachment de Dilma. No dia 12 de maio de 2016, o Senado decidiu pela admissibilidade do processo de impeachment. O vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB), assumiu interinamente a Presidência e adotou como primeiras medidas o corte de 10 ministérios e a instituição do Programa de Parceria de Investimento (PPI)[9].

---

[7] Singer (2012) ao analisar sobre os sentidos e as contradições do "Lulismo" aponta que os dois mandatos do governo Lula significaram uma transição do PT da ideologia radical do surgimento do partido para uma postura de concessão ao capital, ou seja, para um projeto reformista moderado de crescimento econômico. Tal modelo prevê o incentivo ao consumo, com geração de empregos e renda, além do socorro governamental aos empresários. Por outro lado, o cientista político Aldo Fornazieri questiona a existência do "Lulismo" como ideologia, corrente ou movimento.

[8] Parlamentares conservadores se consolidaram como maioria na eleição da Câmara, de acordo com levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). O aumento de militares, religiosos, ruralistas e outros segmentos mais identificados com o conservadorismo refletem esse novo status (O Estado de São Paulo, 2014).

[9] O PPI, na prática, regulamenta as Parcerias Público-Privadas (PPP), espécie de privatização para projetos de infraestrutura do governo federal. No

A conjuntura contemporânea sinaliza para um problema, segundo Fontes (2016), que envolve modificações de fundo do regime político: a ascensão de um movimento de extrema direita apoiado, insuflado e sustentado pela grande empresa midiática, pela maior entidade empresarial brasileira, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), e com o apoio do judiciário. Concorda-se com a autora que afirma a necessidade de se preservarem as conquistas da democracia, que, a despeito de suas contradições e seus limites, resguardou a duras penas os direitos e a legalidade de organização da classe trabalhadora, que estão sob ameaça na atualidade.

Demier (2016) destaca ainda que o golpe dentro da ordem teve como objetivo trocar os mandatários de então por outros mais reacionários, para que pudessem dar continuidade ao ajuste fiscal, aplicar as contrarreformas e silenciar o movimento social.

Iasi (2016) ressalta que

> o desenvolvimento da estratégia petista na situação de governo comprovou que o malabarismo do pacto social acabou por favorecer muito os interesses das camadas dominantes, ao mesmo tempo em que se operavam ataques severos contra nossa classe trabalhadora, como a reforma da previdência, o rigor na aplicação do ajuste fiscal, a lei antiterrorismo[10] que criminaliza as lutas sociais, a entrega do Pré-Sal, o abandono da reforma agrária, o código florestal e o código de mineração, a liberação dos transgênicos, e uma lista que não caberia neste espaço.

---

discurso de posse, defendeu medidas liberalizantes, as parcerias público-privadas, além de mudanças no pacto federativo. Temer afirmou que as responsabilidades diretas do Estado devem ser apenas com Saúde, Educação e Segurança.

[10] A presidente Dilma Rousseff sancionou, no dia 17/03/2016, com oito vetos, a *Lei nº 13.260/16 – "Lei Antiterror* ou *Lei Antiterrorismo"***.** A Lei disciplina o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista. Com definições amplas, imprecisas e tomada de ambiguidades, abre-se com a aprovação desta lei, uma grande brecha para o governo criminalizar lideranças e movimentos sociais.

A SAÚDE NOS GOVERNOS LULA

A Política de Saúde é, em termos retóricos, apresentada no programa de governo do primeiro mandato como direito fundamental, e explicita-se o compromisso em garantir acesso universal, equânime e integral às ações e serviços de saúde. A concepção de Seguridade Social, contudo, não é assumida na perspectiva na Constituição Federal de 1988. Havia uma expectativa, entretanto, de que o governo fortalecesse o Projeto de Reforma Sanitária na Saúde.

Para Bravo (2004 e 2006), o Ministério da Saúde, no início do governo, sinalizou como um dos desafios a incorporação da agenda ético-política da Reforma Sanitária. Entretanto, foi percebida a manutenção da disputa entre os dois projetos: Reforma Sanitária e Privatista. Em alguns aspectos, o governo procurou fortalecer o primeiro projeto e, em outros, o segundo.

A autora ressalta como aspectos de inovação da política de saúde que poderiam fortalecer o primeiro projeto: o retorno da concepção de Reforma Sanitária que, nos anos noventa, foi abandonada; a escolha de profissionais comprometidos com a luta pela Reforma Sanitária para ocupar o segundo escalão do ministério; as alterações na estrutura organizativa do Ministério da Saúde[11]; a convocação extraordinária da 12ª Conferência Nacional de Saúde (CNS)[12] e a sua realização em dezembro de 2003 e a escolha de representante da CUT para assumir a secretaria executiva do Conselho Nacional de Saúde. Em relação ao Controle Social, é explicitado como avanço a criação da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, que tem como competência fortalecer a participação social e a realização de diversas conferências em

---

[11] O Ministério da Saúde estava estruturado nas seguintes Secretarias: Secretaria Executiva (SE), Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP), Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde (SGTES), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE). Ressalta-se como importante a criação das Secretarias de Gestão Estratégica e Participativa e de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde.

[12] "A 12ª CNS buscou reviver, em alguma medida, o espírito democrático da 8ª CNS. A conferência foi antecipada pelo governo com o intuito de submeter a sua política de saúde à apreciação direta da sociedade e o ministro Humberto Costa assumiu publicamente o compromisso de utilizar as resoluções finais da conferência como base para as políticas de saúde" (NORONHA, 2003 *apud* ESCOREL & BLOCH, 2005, p. 109).

articulação com o Conselho Nacional. Outro aspecto importante foi a eleição do presidente do Conselho Nacional de Saúde, em 2006, pela primeira vez em 70 anos de existência[13].

Como continuidade da política de saúde dos anos 1990, destaca-se a ênfase na focalização, na precarização, na terceirização dos recursos humanos, no desfinanciamento e a falta de vontade política para viabilizar a concepção de Seguridade Social[14]. Como exemplo de focalização, ressalta-se a centralidade no Programa Saúde da Família, sem alteração significativa, para que o mesmo se transforme em estratégia de reorganização da atenção básica, em vez de ser um programa de extensão de cobertura para as populações carentes (BRAVO, 2004 e 2006).

Um dos aspectos centrais da Política de Saúde refere-se aos trabalhadores de Saúde, que foram terceirizados nos anos 1990. Quanto a esse tema, algumas propostas foram defendidas, e objeto de discussão, na 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, como a implantação do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) para o SUS; educação permanente; proteção social do trabalhador, e regulação pública das especialidades a partir das necessidades de saúde da população e do SUS; desprecarização do trabalho; implementação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH-SUS), aprovada como Política Nacional, por meio da Resolução n° 330, em 2004. As ações necessárias para a viabilização da política, entretanto, não foram efetivadas.

A política de saúde sofreu os impactos da política macroeconômica. As questões centrais não foram enfrentadas, tais como a universalização das ações, o financiamento efetivo, a Política de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e a Política Nacional de Medicamentos.

O Plano de Governo 2007-2010, divulgado pelo candidato Lula, não apresentou um compromisso com a Reforma Sanitária, uma vez que não mencionava alguns eixos considerados centrais, a

---

[13] O presidente do Conselho Nacional de Saúde eleito foi o farmacêutico Francisco Batista Júnior, representante dos trabalhadores pertencente à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT. Ele venceu com 76% dos votos (RADIS 53).

[14] A não viabilização da concepção de Seguridade Social tem relação com a não rearticulação do Conselho de Seguridade Social e com as ações que envolvem necessariamente a articulação com as Políticas de Assistência e Previdência Social.

saber: controle dos planos de saúde, financiamento efetivo e investimentos, ação intersetorial e política de gestão do trabalho (PAIM, 2008).

Na composição do segundo governo Lula, foi escolhido para ministro da Saúde José Gomes Temporão, um sujeito político que participou da formulação do Projeto de Reforma Sanitária dos anos 1980.

O ministro, no primeiro ano de sua gestão, levantou para o debate questões polêmicas como a legalização do aborto, considerado como um problema de saúde pública[15]; a ampliação das restrições à publicidade de bebidas alcoólicas e a necessidade de fiscalizar as farmácias. Tomou também algumas medidas na área laboratorial, dentre as quais a de maior impacto foi a quebra de patente do medicamento Efavirenz (Stocrin), da Merk Sharp & Dohme, elogiada amplamente pelas entidades de combate à AIDS (REVISTA ÉPOCA, 14/05/2007).

O Ministério da Saúde, entretanto, não pautou questões centrais ao ideário reformista construído desde meados dos anos setenta, como a concepção de Seguridade Social, a Política de Recursos Humanos e/ou Gestão do Trabalho e Educação na Saúde e a Saúde do Trabalhador. Apresentou, por outro lado, proposições que são contrárias àquele ideário, como a adoção de um novo modelo jurídico-institucional para a rede pública de hospitais, ou seja, a criação de Fundações Estatais de Direito Privado.

Granemann (2011, p. 50) afirma que "desde a contrarreforma do Estado brasileiro realizada sob a gerência de Bresser Pereira no governo de Fernando Henrique Cardoso, não havia sido difundido projeto de contrarreforma do Estado com pretensões tão abrangentes como o recentemente divulgado pelo governo Lula, o Projeto Fundação Estatal[16]"

---

[15] Neste debate, entretanto, não fez uma articulação com os Movimentos Feministas. Esta questão precisa ser amplamente discutida com os movimentos sociais para ampliar o debate na sociedade.

[16] A autora ressalta ainda três aspectos centrais do Projeto das Fundações Estatais como Projeto de Estado do Capital. O primeiro é que as Fundações privatizam as Políticas Sociais, não contribuindo para a formação do fundo público e tendo imunidade tributária. O segundo aspecto é que as Fundações Estatais prejudicam os trabalhadores, ou seja, a contratação da força de trabalho é pela CLT, a remuneração é subordinada ao contrato de gestão e cada fundação terá o seu quadro de pessoal. Por fim, as Fundações

Os movimentos sociais reagiram a essa proposição. Em 2007, o Conselho Nacional de Saúde se posicionou contrário na sua reunião do mês de junho. Nesse ano, foram realizadas Conferências Estaduais em todos os estados brasileiros e a 13ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) – maior evento envolvendo a participação social no país. Em todas estas conferências a proposta de criação das Fundações de Direito Privado foi rejeitada. Entretanto, o ministro da Saúde não aceitou a decisão da mesma com relação ao projeto de Fundação Estatal de Direito Privado, continuando a defendê-lo e a mantê-lo no Programa Mais Saúde, conhecido como PAC Saúde, apresentado à nação e ao Conselho Nacional de Saúde no dia 5 de dezembro de 2007.

A análise que se faz após os dois mandatos do governo Lula é que a disputa entre os dois projetos na saúde – existentes nos anos 1990 – continuou. Algumas poucas propostas procuraram enfatizar a Reforma Sanitária, mas não houve interesse político e financiamento para viabilizá-las. O que se percebe é a continuidade das políticas focais, a falta de democratização do acesso, a não viabilização da Seguridade Social e a articulação com o mercado.

Os Governos Dilma e a Saúde

A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) foi apontada no discurso de posse da presidente Dilma, no primeiro mandato, como grande prioridade do seu governo. Ressaltou que iria utilizar a força do governo federal para acompanhar a qualidade do serviço prestado e o respeito ao usuário. Destacou também que iria estabelecer parcerias com o setor privado na área da saúde, assegurando a reciprocidade quando da utilização dos serviços do SUS. Esta afirmação é preocupante com relação à defesa do SUS, construído nos anos 1980.

Para Ministro da Saúde foi indicado o ex-ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República do governo Lula e ex-diretor nacional de saúde indígena da Funasa,

---

não valorizam o Controle Social tão caro aos princípios fundadores do SUS, sendo substituído por conselhos moldados nas grandes empresas capitalistas.

entre 2004 e 2005, o médico Alexandre Padilha, vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT).

O Ministro da Saúde, em seu discurso de posse, sinalizou que uma das suas prioridades de gestão e objetivo principal do ministério seria garantir o acesso, o atendimento de qualidade à população, em tempo real, adequado para a necessidade de saúde das pessoas. Alexandre Padilha propôs a definição de um indicador nacional sobre qualidade do acesso aos serviços de saúde e a definição de um mapa nacional das necessidades em saúde, que auxiliasse o monitoramento da situação em todo o país. Além disso, Padilha defendeu que a saúde ocupasse lugar no centro da agenda de desenvolvimento.

O ministro se comprometeu a participar ativamente do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo eleito por aclamação para a presidência do mesmo, no dia 16 de fevereiro de 2011 e reeleito em 2012[17].

Alguns desafios foram destacados pelo ministério, como a regulamentação da Emenda Constitucional (EC) 29[18] e a definição de regras claras em relação ao financiamento da Saúde. Foi ressaltada também a necessidade de aprimorar a gestão, fortalecendo um modelo de atenção focado no usuário e que tenha a atenção básica como pilar. Em entrevista à Revista Poli, Padilha afirmou não ter bloqueio ou preconceito com qualquer modelo gerencial que cumprisse as diretrizes do SUS (REVISTA POLI, 2011), o que destoa de uma defesa coerente do sistema na medida em que tem-se visto a

---

[17] Desde 2006, o presidente do Conselho Nacional de Saúde tem sido eleito, sendo este cargo ocupado por um representante do segmento dos trabalhadores de saúde. O que foi muito importante para garantir a autonomia do Conselho do Ministério da Saúde. Antes do processo eleitoral para a presidência do CNS, o presidente nato era o Ministro da Saúde. Considera-se que a eleição do ministro é um retrocesso, concorda-se com várias avaliações que a presidência do Conselho de Saúde deveria ser ocupada por um representante do segmento dos usuários ou dos trabalhadores de saúde.

[18] A emenda constitucional aprovada no senado três dias após o término da 14ª Conferência Nacional de Saúde não seguiu as deliberações da Conferência de aplicar 10% da receita corrente bruta para a saúde pela união. Os parlamentares vinculados ao governo negociaram (e venceram) manter a mesma base de cálculo do piso nacional da saúde que hoje representa cerca de 7% da receita bruta do governo federal. Com essa proposta aprovada, a saúde perde 30 bilhões de reais.

ampliação dos modelos de gestão que privatizam a saúde, como as Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Fundações Estatais de Direito Privado e os problemas que estas ocasionam para os trabalhadores da saúde, usuários e para o erário.

Em fevereiro de 2011, foi anunciado o Programa “Aqui tem Farmácia Popular” que visa oferecer medicamentos para hipertensão e diabetes. Trata-se de desdobramento do programa Farmácia Popular, criado por Lula, no qual o usuário paga 10% do valor do medicamento, e o governo paga 90%. Há aqui um problema digno de atenção:

> A partir de 2006 as farmácias privadas passaram a fazer parte do programa. Conclusão: dinheiro certo do fundo público, fim da gratuidade na assistência farmacêutica como previsto pelo SUS para seus usuários e lucros recordes para as farmácias. Em 2014 as farmácias ligadas à Associação Brasileira de Redes de Farmácia e Drogarias (Abrafarma) registraram um aumento de 13,69% das suas vendas. Dessa alta, 10,94%, o equivalente a 272,2 milhões de reais, referem-se ao Programa Farmácia Popular. A expectativa das farmácias é de manterem um crescimento acima de 10% por ano já que as projeções apontam que o mercado de medicamentos no Brasil vai dobrar de tamanho em cinco anos" (CISLAGHI, 2015).

Quanto à implantação de UPAS (Unidades de Pronto-Atendimento 24 horas) em todo o Brasil, cabem algumas reflexões. As UPAS fortalecem o modelo hospitalocêntrico. O importante seria pensar o fortalecimento da Estratégia Saúde da Família e sua articulação com o sistema. Outra questão a ser considerada é como fixar os profissionais e solidificar sua formação sem uma política de gestão do trabalho e educação, explicitando plano de cargos, carreiras e salários e a proposta de educação permanente para os trabalhadores da saúde. O que se tem verificado é a ampliação da terceirização e a precarização dos trabalhadores.

Com relação ao modelo de gestão para a saúde, o governo anterior apresentou a Medida Provisória (MP) 520, em 31/12/2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), ou seja, uma empresa pública de direito privado, ligada ao Ministério da Educação para reestruturar

os Hospitais Universitários (HUs) federais[19]. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) foi criada pela Lei nº. 12.550, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, no dia 15 de dezembro de 2011, apesar da 14ª Conferência Nacional de Saúde ter questionado e votado contra a proposta. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, como prevê a proposta de Fundações Estatais de Direito Privado, pode contratar funcionários por CLT e por contrato temporário de até dois anos, acabando com a estabilidade e implementando a lógica da rotatividade, típica do setor privado, comprometendo a continuidade e a qualidade do atendimento. Está prevista também a criação de previdência privada para os seus funcionários (CISLAGHI, 2011).

Em 2011 foram realizadas as Conferências de Saúde, culminando com a 14ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em Brasília, no período de 30 de novembro a 04 de dezembro. O objetivo desse importante evento na área da saúde foi discutir a política nacional de saúde e traçar diretrizes. A Conferência manteve o posicionamento contrário ao processo de privatização dos serviços públicos de saúde, através dos denominados "*novos modelos de gestão*", tais como Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP) e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), bem como a luta pelo Financiamento e por uma política econômica distributiva que valorize a política social[20].

Com relação às respostas apresentadas pela presidente Dilma, diante das *Jornadas de Junho de 2013*, estas foram insuficientes para o atendimento das necessidades sociais. As propostas com relação à Saúde não enfrentam nenhum aspecto relacionado à determinação social da saúde, reiteram o modelo médico-centrado, precarizam as relações de trabalho e fortalecem a privatização. Os problemas do SUS não são estruturalmente

---

[19] Cabe destacar que a MP apontava para a possibilidade da nova empresa pública administrar quaisquer unidades hospitalares no âmbito do SUS.

[20] Granemann (2011, p. 54) tem destacado que "a transferência do fundo público para diferentes modelos de instituições privadas, constituem formas de privatização mais difíceis - inclusive do ponto de vista ideológico - de serem desveladas". A autora as tem denominado de *"privatizações não clássicas"* pois não se realizam pela venda típica, "mas envolvem também no plano dos argumentos uma afirmação de que tais mecanismos operarão com mais e não menos Estado".

resolvidos, e em algumas dimensões até são aprofundados, com a implantação das propostas do chamado "pacto para a saúde pública": 1) a contratação de médicos estrangeiros não resolve o problema de pessoal no interior e na periferia; 2) a abertura de vagas para a graduação em Medicina e para a Residência não são soluções para a crise da saúde se não acompanhadas de discussão sobre o modelo de formação para o SUS e se priorizarem vagas para o setor privado; 3) a construção de novas unidades de saúde pública sem especificar se serão 100% estatais, sob as normas do direito público, com contratação de pessoal pelo Regime Jurídico Único (RJU) e financiamento efetivo também não trará melhorias para a saúde; 4) o fortalecimento da rede filantrópica é uma medida que aprofunda a privatização do sistema público de saúde (BRAVO & MENEZES, 2013a).

As análises iniciais com relação aos encaminhamentos do governo Dilma, no início do segundo mandato, apontam para a continuidade da ofensiva contra a Saúde. Cabe destacar algumas medidas de retrocesso:

- Corte de 13,4 bilhões na saúde[21].
- Aprovação da entrada de Capital Estrangeiro na Saúde (Lei n. 13.019/2015).
- Emenda Constitucional nº 451/2014 que obriga a concessão de plano de saúde a trabalhadores urbanos e rurais pelo empregador. Essa PEC representa um duro golpe na saúde como direito de cidadania.
- A Emenda Constitucional 86/15, aprovada, conhecida como a do "orçamento impositivo", traz grave implicações para o financiamento, o planejamento e o controle social na saúde. Ela limita drasticamente o orçamento destinado ao SUS, bem como transfere parte considerável desses recursos para emendas parlamentares historicamente fisiologistas e dessintonizadas com as reais necessidades dos locais para onde são destinadas e à revelia da participação dos conselhos de saúde.
- Votação da ADI 1923 - O STF decidiu pela constitucionalidade de quase toda a lei das Organizações Sociais (Lei 9.637/98).

[21] O corte na saúde, parte do ajuste fiscal, foi inicialmente de 11,8 bilhões e, posteriormente, de mais 1,6 bilhões, totalizando 13,4 bilhões (CARTACAPITAL, 2015).

- Projeto de Lei nº 4.330 (transformado em PLC 30/2015) e PLS 87/2010, que libera a terceirização em todos os ramos de atividades. Esta proposta é um exemplo de medida que atua na contramão da organização dos serviços de saúde, prejudicando os trabalhadores e fragilizando a gestão do SUS e o atendimento aos usuários do sistema.

Em outubro de 2015, com o agravamento da crise política, o Governo Dilma, nomeia para novo Ministro da Saúde, o deputado federal Marcelo Castro (PMDB-PI). Castro foi indicado pela bancada do PMDB na Câmara para assumir a pasta, chefiada anteriormente pelo petista Arthur Chioro[22]. A indicação de um nome do PMDB para o ministério de maior orçamento na Esplanada – R$ 91,5 bilhões para 2015, após o corte orçamentário – foi uma estratégia do governo federal de assegurar apoio do PMDB às matérias de interesse do governo nas votações no Congresso Nacional.

Em dezembro de 2015, ocorreu a 15ª Conferência Nacional de Saúde, e com a abertura do processo de impechment, concordamos com a avaliação da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde[23], que afirma que a Conferência "tornou-se o apêndice de uma disputa que nada tem a ver com a defesa do direito à saúde e os interesses da classe trabalhadora, haja vista os inúmeros ataques ao já combalido Sistema Único de Saúde e aos trabalhadores deste país, durante o ano de 2015". No último dia da Conferência Nacional, a presidente Dilma Rousseff esteve presente e recebeu manifestações de apoio, sem nenhum debate ou crítica aos rumos da política de Saúde em seu governo, que apresenta fortes marcas de vinculação com os interesses do mercado.

Com o afastamento da presidente Dilma, em maio de 2016, o presidente Michel Temer nomeou para o Ministério da Saúde, o deputado federal Ricardo Barros (PP). O novo Ministro da Saúde declarou sobre a necessidade de se repensar o acesso universal à saúde, previsto na Constituição Federal de 1988, pois o Estado não teria capacidade financeira de suprir todas as garantias

---

[22] Arthur Chioro ficou no Ministério da Saúde no período de fevereiro de 2014 a setembro de 2015.

[23] Nota "A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde e sua participação no contexto da 15ª Conferência Nacional de Saúde" disponível em: http://www.contraprivatizacao.com.br/2016/01/1018.html

constitucionais[24]. Afirmou ainda que quanto mais pessoas com planos de saúde seria melhor para aliviar os gastos do governo com saúde[25].

CONSIDERAÇÕES FINAIS: BALANÇO E ALGUMAS REFLEXÕES

Mota (2012) aponta que a trajetória do processo histórico mais recente, em especial nos governos Lula da Silva e Dilma,

> revela o ambiente no qual a dominação burguesa opera uma 'renovação' da sua estratégia de *passivização* da ordem, dessa feita incorporando, via mecanismos políticos 'transformistas', parte das reivindicações e lutas populares através dos seus aparelhos privados de hegemonia (MOTA, 2012, p. 23).

Iasi (2012c, p. 315) destaca que a trajetória recente do PT e sua experiência no governo federal em um governo de coalizão de classes, permitiram disciplinar a luta de classes com acordos que garantem os interesses essenciais da acumulação de capital, tais como: "garantir o crescimento econômico, realizar as reformas e o ajuste do Estado, garantir a 'sustentabilidade' e evitar as políticas 'irresponsáveis' e 'demagógicas', e finalmente, oferecer o fundo público como alvo da valorização do capital estrangulado por sua crise".

Ressalta-se a articulação entre crescimento econômico e combate à pobreza como estratégia de conservação e modernização da ordem capitalista. Identifica-se a criação de mecanismos de intervenção sobre as situações emergenciais de pobreza, sem configurar direitos universais, ao mesmo tempo em que se promovem espaços de mercantilização dos serviços sociais na esfera da saúde e

---

[24] O Ministro depois de ter declarado que o Estado não tem como assumir todas as garantias constitucionais, incluindo o acesso universal à saúde, acabou recuando ao afirmar que o SUS "está estabelecido" e não deve rever o tamanho do Sistema.
http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1772095-ministro-da-saude-recua-e-diz-que-nao-pretende-rever-tamanho-do-sus.shtml

[25] A partir das declarações do Ministro fica claro qual é o projeto político do governo de Michel Temer com relação à Saúde. Tal projeto está fundamentado nos ideais neoliberais que prevê a redução do papel do Estado na economia e na garantia dos direitos sociais. Tendo como referência o programa "Travessia Social", as propostas para a saúde são: focalização na parcela da população mais pobre; estímulo ao aumento de cobertura dos Planos Privados e fortalecimento do gerencialismo no SUS.

da previdência, além da ampliação da precarização do trabalho. Nessa direção, os governos Lula e Dilma procuraram conciliar iniciativas supostamente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista (MOTA, 2012).

Iasi (2012c, p. 316), ao analisar o momento atual de apassivamento dos trabalhadores, tem utilizado uma importante categoria de Florestan Fernandes: “Democracia de Cooptação”.

> A base da democracia de cooptação é a focalização das ações sociais visando amenizar a pobreza absoluta ao mesmo tempo que oferece condições para o crescimento econômico e, portanto, para a acumulação privada, aumentando a pobreza relativa.

O autor sinaliza ainda que

> A democracia de cooptação (...) não veio da autorreforma da autocracia, mas, inesperadamente, do desenvolvimento da estratégia democrático popular madura que desloca para o governo um setor que emerge da classe trabalhadora e dela se afasta para negociar em seu nome o pacto que acaba por resolver os problemas de hegemonia que faltava à consolidação do poder burguês no Brasil (IASI, 2012c, p. 316).

Marques (2015) ao fazer uma análise crítica da estratégia democrático-popular afirma que a revolução "dentro da ordem" metamorfoseou-se em "cooptação dentro da ordem".

Iasi (2012c), recuperando Przeworski[26], afirma que assim como na socialdemocracia, a estratégia democrático-popular, torna-se um mecanismo eficiente para evitar o socialismo ao invés de ser um caminho alternativo para efetivá-lo.

O projeto de conciliação de classes do PT, que favoreceu os interesses do grande capital, implementando algumas escassas e tímidas reformas sociais, encerra o seu ciclo com o processo de impeachment. As opções históricas do Partido dos Trabalhadores via

---

[26] Przeworski (1988, p. 78) conclui que "os social-democratas não conduzirão as sociedades europeias ao socialismo. Mesmo que os trabalhadores preferissem viver sob o socialismo, o processo de transição necessariamente levaria a uma crise antes que o socialismo pudesse ser organizado. Para alcançar picos mais elevados tem-se de atravessar um vale, e esta descida não pode ser completada sob condições democráticas".

pacto social, ao fortalecer o compromisso com as classes dominantes, rompendo com a necessária radicalidade do projeto das classes subalternas, chega ao esgotamento com a crise econômica.

Apesar de ter abandonado os interesses da classe trabalhadora, as classes dominantes não mais identificam o PT como autênticos representantes do projeto do grande capital, deslocando suas apostas para alternativas que garantam o fortalecimento da ortodoxia neoliberal, que apontam para um horizonte ainda mais desfavorável à classe trabalhadora e representam os setores mais reacionários da sociedade brasileira.

Nesses tempos duros de crise estrutural do capitalismo, de expressões cotidianas da barbárie, com mudanças regressivas em todas as dimensões da vida social, é fundamental o pessimismo da razão aliado ao otimismo da vontade, como afirmava o marxista italiano Antônio Gramsci. E não perdendo o otimismo da vontade, concordamos com Safatle (2016) que "há um corpo político novo que emergirá quando a oligarquia e sua claque menos esperar". Ainda com relação ao contexto atual, Löwy (2016) sinaliza que "as classes populares, os movimentos sociais e a juventude rebelde ainda não deram a última palavra".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, A. B. & CARVALHO, I. O esgotamento do "lulismo". In: *Caros Amigos*, ano XIX, Edição Especial nº 75, São Paulo: Editora Caros Amigos, julho 2015.

ANTUNES, R. O Brasil da era Lula. *Margem Esquerda.* n. 16. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARCARY, V. *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da Revolução Brasileira.* São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

BEHRING, E. R. Políticas Sociais no Governo Lula: uma reflexão. In: *Revista INSCRITA nº 9*. Brasília: CFESS, 2004.

BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, E. et. al. (Orgs.) *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013.

BRAVO, M. I. S. A Política de Saúde no Governo Lula: algumas reflexões. In: *Revista INSCRITA nº 9*. Brasília: CFESS, 2004.

_______. A Política de Saúde no Brasil. In: MOTA et. al. (Orgs.) *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.* São Paulo: Cortez, 2006.

_______. & MENEZES, J. S. B. A Política de Saúde na Atual Conjuntura: Algumas Reflexões sobre os Governos Lula e Dilma. In: SILVA, L. B. & RAMOS, A. (orgs.*). Serviço Social, Saúde e Questões Contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional.* Campinas, SP: Papel Social, 2013.

_______. & MENEZES, J. S. B. Apresentação à 2ª edição. In: BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. (Orgs.). *Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos: desafios atuais.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013a.

BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 78, 2004.

CARTACAPITAL. *A demolição do SUS.* 15/08/2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/862/a-demolicao-do-sus-4992.html?utm_content=bufferd0638&utm_medium=social&utm_source=twitter.com> Acesso em: 20 de setembro de 2015.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: Serviço Social & Sociedade n. 112. São Paulo: Cortez, 2012.

CISLAGHI, J. F. Hospitais Universitários Federais e Novos Modelos de Gestão: faces da contrarreforma do Estado no Brasil. In: BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. (Orgs.) *Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade.* Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius/Adufrj-SSind, 2011.

_______. *Agenda Brasil promove o fim do Sistema Único de Saúde*. 21 de agosto de 2015. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/agenda-brasil-promove-o-fim-do-sistema-unico-de-saude/> Acesso em: 20 de setembro de 2015.

DANTAS, A. V. Movimento Sanitário Hoje: um debate estratégico. In: BRAVO, M. I. S. et. al. (Orgs.) *A mercantilização da saúde em debate: as Organizações Sociais no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2015. 120p.

DEMIER, F. Das lutas operárias às reformas reacionárias: uma proposta de periodização da trajetória do Partido dos Trabalhadores. In: *História e luta de classes*, nº 5, 2008.

_______. *A revolta a favor da ordem: a ofensiva da Oposição de Direita.* 19 de março de 2015. Disponível em:

<http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=3041> Acesso em: 16 de junho de 2015.

_______. *Com ou sem golpe: medo e esperança no futuro próximo brasileiro.* 5 de abril de 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/com-ou-sem-golpe-medo-e-esperanca-no-futuro-proximo-brasileiro/> Acesso em: 16 de maio de 2016.

ESCOREL, S. & BLOCH, R. A. As conferências nacionais de saúde na construção do SUS. In: LIMA, N. T.; GERSCHMAN, S.; EDLER, F. C.; SUÁREZ, J. M. (orgs.). *Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

FILGUEIRAS, L. & GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GONÇALVES, R. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. In: *Serviço Social & Sociedade n.* 112. São Paulo: Cortez, 2012.

GRANEMANN, S. Fundações Estatais: projeto de estado do capital. In: BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. (Orgs.) *Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade.* Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius/Adufrj-SSind, 2011.

IASI, M. L. O Estado depois do ajuste: políticas sociais na época da hipocrisia deliberada. In: PASTORINI, A.; ALVES, A. M.; GALIZIA, S. V. (orgs.) *Estado e cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

_______. *As metamorfoses da consciência de classe*: *o PT entre a negação e o consentimento.* 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012a.

_______. Lei de greve para o funcionalismo público: o ovo da serpente. 06 de setembro de 2012b. Disponível em: <http://boitempoeditorial.wordpress.com/category/colunas/mauro-iasi/>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

_______. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, E. [et al.] (orgs.) *Financeirização, fundo público e política sociais.* São Paulo: Cortez, 2012c.

_______. Não ao pacto: avançar para um programa anticapitalista e o poder popular. 29 de junho de 2013. Disponível em: <http://espacoacademico.wordpress.com/2013/06/29/nao-ao-pacto-avancar-para-um-programa-anticapitalista-e-o-poder-popular/> Acesso em: 10 de agosto de 2015.

_______. Estado, ditadura e permanências: sobre a formação política. In: IASI, M. L. & COUTINHO, E. G. (Orgs.) *Ecos do golpe: a*

persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
_______. *A crise do PT: o ponto de chegada da metamorfose*. 10 de março de 2016. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2016/03/10/a-crise-do-pt-o-ponto-de-chegada-da-metamorfose/>. Acesso em: 16 de maio de 2016.
LÖWY, M. *O golpe de Estado de 2016 no Brasil.* 17 de maio de 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/> Acesso em: 15 de julho de 2016.
MARQUES, M. G. *Em busca da revolução brasileira: Uma análise crítica da estratégia democrático-popular.* Curitiba: Editora Prismas, 2015.
para-entender-a-crise/> Acesso em: 10 de junho de 2016.
MARQUES, R. M. & MENDES, A. Desvendando o Social no Governo Lula: a construção de uma nova base de apoio. In: *Adeus ao Desenvolvimento – a opção do governo Lula.* PAULA, J. A. de (Org). Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
MEDEIROS, S. M. A. *Direção das lutas dos trabalhadores: o caso da Reforma Sanitária brasileira.* Tese de Doutorado da Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Serviço Social, Recife, 2008.
MENDES, A. O subfinanciamento e a mercantilização do SUS no contexto do capitalismo contemporâneo em crise. In: BRAVO, M. I. S. et. al. (Orgs.) *A mercantilização da saúde em debate: as Organizações Sociais no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2015. 120p.
MENEZES, J. S. B. Os Governos do Partido dos Trabalhadores e as Políticas Sociais: "Nada de novo no front". In: BRAVO, M. I. S. & MENEZES, J. S. B. (Orgs.) *A Saúde nos Governos do Partido dos Trabalhadores e as Lutas Sociais contra a Privatização.* Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2014.
_______. AS LUTAS POR SAÚDE NO BRASIL: o Projeto de Reforma Sanitária em face das Contrarreformas. Tese de Doutorado Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.
MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, A. E.

(Orgs) *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

MUSSE, R. A consciência de classe entre a negação e o consentimento (Prefácio) In: IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe*: *o PT entre a negação e o consentimento.* 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

NETO, J. M. B. Governo Lula: uma opção neoliberal. In: *Adeus ao Desenvolvimento – a opção do governo Lula.* PAULA, J. A. de (Org). Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

NETTO, J. P. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n.79, 2004.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. *06 de outubro de 2014. Disponível em:* <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528> Acesso em: 10 de agosto de 2015.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F. et al. (Orgs*.). Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAIM, J. S. *Reforma Sanitária Brasileira: contribuições para a compreensão e crítica*. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

PRZEWORSKI, A. A social-democracia como fenômeno histórico. *Lua Nova* [online]. n. 15, 1988.

RADIS - COMUNICAÇÃO EM SAÚDE. Nº 53. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Janeiro de 2007.

REVISTA ÉPOCA. 14 de maio de 2007.

REVISTA POLI – Saúde, Educação e Trabalho. *Entrevista Alexandre Padilha.* Ano III. Nº 16. Março/Abril/2011.

SAFATLE, V. *Nós acusamos*. 13 de maio de 2016. Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2016/05/1770605-nos-acusamos.shtml?cmpid=compfb> Acesso em: 10 de junho de 2016.

SAMPAIO Jr., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: *Serviço Social & Sociedade n.* 112. São Paulo: Cortez, 2012.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, L. T. O Debate sobre o Gasto Social do Governo Lula. In: *Governo Lula – Decifrando o Enigma.* SOARES, L. T.; SADER, E.; GENTILI, R.; BENJAMIN, C. (Orgs.). São Paulo: Viramundo, 2004.

Sites Consultados

Conselho Nacional de Saúde: http://conselho.saude.gov.br
Folha de São Paulo:
http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1772095-ministro-da-saude-recua-e-diz-que-nao-pretende-rever-tamanho-do-sus.shtml
Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde:
http://www.contraprivatizacao.com.br
Partido Comunista Brasileiro: http://pcb.org.br/portal2/11050

MOVIMENTOS ANTIMANICOMIAIS, ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: NOTAS INTRODUTÓRIAS

Daniela Albrecht

Sob a ilusão das relações democráticas, esconde-se ainda uma força manipuladora muito mais sutil e penetrante do que qualquer imposição ditatorial.

(Franco Basaglia)

Um desafio que se apresenta a quem se aventura a sair da particularidade do campo em que vive mergulhado é distinguir quais debates ou referências são pressupostos comuns entre

quem escreve e quem lê. Essa pode ser uma dificuldade para alguém que, como eu, atua e, com muito maior frequência, produz reflexões no interior do campo da Luta Antimanicomial, ao escrever um texto que se dirige "para além" desse campo. Se melhor considerada, a circunstância remete a um problema comum a quem trabalha com o método histórico dialético, que supõe a remissão à totalidade como exigência metodológica imposta pelo próprio real, àqueles que querem conhecê-lo. Importa antes, então, estabelecer alguns marcos comuns, junto ao leitor, ao longo do texto, de modo que se torne possível transitar entre a sua esfera particular (no caso aqui, a Luta Antimanicomial) e o escopo geral ao qual nos referenciamos: a luta de classes.

A passagem que nos serve de epígrafe foi extraída de um texto escrito pelo psiquiatra italiano Franco Basaglia, em 1969 – em pleno curso, portanto, do eurocomunismo no seu país. Basaglia teria sido um desconhecido crítico do caminho democrático ao socialismo, no centro do debate estratégico da classe trabalhadora nos países da Europa ocidental, no pós-Segunda Guerra Mundial? Se o psiquiatra é "figura fácil" no interior do campo *psi* no Brasil, fora dele seu nome nem sempre é conhecido; mesmo quando não é incógnito, o mais comum é que pouco se saiba para além do fato de ser uma referência importante para esse campo. Uma apresentação breve tem lugar aqui, então.

Ainda como estudante de medicina, o italiano foi preso pelo regime fascista, devido ao envolvimento com grupos da Resistência.

O fim da guerra evita que a prisão se prolongue por mais do que seis meses, mas as marcas da experiência acompanham Basaglia pelo resto da vida. O cheiro do cárcere e a condição de degradação dos presos políticos sob o fascismo retomam os sentidos do psiquiatra ao entrar como diretor pela primeira vez no manicômio de Gorizia, para onde fora transferido após uma breve carreira acadêmica. Ali começa a ganhar corpo a experiência italiana de reforma da psiquiatria, que se torna importante referência para os caminhos antimanicomiais no Brasil, alguns anos mais tarde.

Mas, afinal, por que recuperar Basaglia, e a luta antimanicomial brasileira, no contexto de um inventário sobre a Estratégia Democrático-Popular (EDP)? O que as mudanças na assistência psiquiátrica têm a ver com a estratégia da classe trabalhadora, no Brasil, nesse último ciclo histórico? Se, em alguma medida, essas ainda são questões por elucidar[1], temos boas razões para supor que as experiências de reforma da psiquiatria da segunda metade do século XX, no Brasil e internacionalmente, se desenvolveram em conexão com a aposta na democracia como parte do projeto estratégico da classe trabalhadora, na direção do socialismo. Acreditamos, assim, que o estudo de tais experiências pode contribuir para o presente inventário da EDP, apresentando alguns dos caminhos concretos pelos quais se desenvolveu.

BASAGLIA E A PSIQUIATRIA DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DO EUROCOMUNISMO ITALIANO

Já desde o final da Segunda Guerra Mundial, movimentos de questionamento à instituição psiquiátrica começam a se constituir na Europa ocidental, a partir de denúncias quanto ao caráter violador desses espaços, agravado pelas condições impostas pela guerra. A escassez de equipe técnica nas instituições motiva processos de reorganização, propiciando a “descoberta” do potencial terapêutico do ambiente institucional e dos próprios pacientes. O grande contingente de trabalhadores “exilados” nos manicômios também parece, em alguma medida, se incompatibilizar com certas

[1] Este texto apresenta resultados parciais da pesquisa de doutorado “Consciência antimanicomial em tempos democrático-populares: caminhos de um movimento”. As interrogações nessa apresentação não são mera retórica: servem para introduzir algumas das hipóteses com as quais trabalhamos no momento presente da pesquisa em andamento.

necessidades (bastante prementes) de reabilitação da força de trabalho, mediante a devastação territorial e humana causada pela guerra. Se tais condições não explicam por si só os movimentos de reforma disparados, estes, decerto, tampouco podem ser compreendidos sem a sua consideração.

É nesse contexto, portanto, que ganham expressão relevantes experiências reformadoras no âmbito da instituição psiquiátrica, que confrontam o asilo como resposta *massiva*, afirmando a necessária humanização destes espaços – e de quebra também os reabilitam na sua *função social*, que pode ser atualizada. O processo ganha corpo em diversos países do ocidente, com feições que variam tanto quanto as condições particulares de seu desenvolvimento: na Inglaterra a partir da experiência das comunidades terapêuticas [2], na França como Psicoterapia Institucional e Psiquiatria de Setor, nos EUA como Psiquiatria Preventiva.

Foi na Itália dos anos 1960, contudo, que se desenvolveu o movimento de crítica institucional que colocou no centro a própria psiquiatria, questionando a existência do manicômio – a partir da compreensão de seus *fundamentos*. A crítica institucional desborda as *organizações* e passa a mirar o próprio campo do saber psiquiátrico, compreendendo-o como *instituição*, pelo entendimento (alcançado pela práxis) da sua função econômico-social para a ordem do capital. Basaglia formula desta maneira o que a experiência revelava:

> (...) desbastado o paciente das superestruturas e das incrustações institucionais, percebe-se que ele *ainda é objeto de uma violência que a sociedade usou e continua a usar em seu caso*, na medida em que – *antes de ser um doente mental – é um homem sem poder social, econômico, contratual* [a] (...) mascarar a contraditoriedade da nossa sociedade. (...).

---

[2] Ainda que tais processos tenham tido a importância de chamar atenção para a tragédia humana que representavam os grandes hospícios, fortalecendo a necessária crítica moral a esses espaços, o enfrentamento daquelas questões não se desdobrou na sua radicalidade, ou seja, não se dirigiu para a *raiz* do problema. Maiores detalhes sobre essas experiências podem ser encontrados em Rotelli, De Leonardis et al (2001), Basaglia (2005a).

> Portanto, se o primeiro momento dessa ação reversiva pode ser emotivo (no sentido de que se recusa a considerar o doente um não-homem), o segundo não pode deixar de ser a *tomada de consciência de seu caráter político*, no sentido de que cada ação desenvolvida perante o doente continua a oscilar entre a aceitação passiva e a *recusa à violência, na qual nosso sistema sócio-político se baseia.* (BASAGLIA, 2005a, p. 108, grifos nossos)

O que havia ficado claro é que o manicômio estava reservado àquela fração da classe trabalhadora italiana que adoecesse – um dos destinos possíveis do chamado exército industrial de reserva. As bases da Psiquiatria Democrática italiana podem ser extraídas dessa passagem: a *recusa da violência* em todas as suas dimensões, que torna intransigente o enfrentamento ao manicômio, e a *tomada de consciência* como caminho necessário nesse enfrentamento. A violência do manicômio é identificada à própria violência da sociedade capitalista, mediada tecnicamente pelo saber psiquiátrico.

A psiquiatria é assim compreendida como ciência ideológica, ciência de classe: sua função econômica e social é encobrir parte das contradições entre capital e trabalho. Entre seus muros se torna invisível uma parte da classe trabalhadora que não pode existir sob a lógica do capital, uma parcela que, temporária ou definitivamente, não pode se manter (ou mesmo se inserir) na esfera produtiva. A ideologia psiquiátrica cumpre a função de "dar sentido" a existências que, como parte da ordem da produção, são *inexplicáveis*, lhes concedendo um lugar preciso (ou, melhor seria dizer: um preciso "não-lugar"): o manicômio. Para a reforma italiana da psiquiatria, as transformações pretendidas por este setor, em particular, dependeriam de um processo de transformação da sociedade como um todo: fora dele, elas também não se realizariam.

As condições para a crítica à psiquiatria, na Itália, haviam começado a ser gestadas no pós-guerra, num momento particular do desenvolvimento do capitalismo italiano. Com o apoio nada desinteressado dos EUA, a Itália – ou, mais precisamente: a burguesia italiana e sua representação política – procurava transformar a recuperação dos danos da guerra em ocasião para compensação do tardio desenvolvimento industrial, que a mantinha, nesse momento, na posição de economia periférica do capital. As condições para tal aceleração – pactuadas, naturalmente, com seus "financiadores" – articulavam o salto tecnológico propiciado pela

incorporação do regime fordista de produção a um forte arrocho salarial. Os comunistas, com forte ascendência social neste então, no quadro de um partido de massas – mesmo tendo se empenhado em dar sinais de "confiança" e optar pelo desarmamento dos *partigianos* sob sua influência na Resistência[3] –, deveriam ser mantidos longe da esfera de poder. Não era sem razão que o previsível empenho da burguesia em neutralizar a classe trabalhadora se redobrava nesse momento: as fortes contradições sociais motivavam importantes lutas operárias e populares pelo país. A existência de um sindicato e um partido fortes poderiam torná-las uma ameaça efetiva à ordem do capital naquele momento histórico (ABSE, 1996; MAGRI, 2014).

Durante o pós-guerra, o Partido Comunista Italiano (PCI) despontava em movimento ascendente, francamente contrário ao dos partidos comunistas da maior parte dos países europeus, ganhando significativa expressão política. Ao lado dos PCs francês e espanhol, o PC italiano afirmou-se como força determinante para o fenômeno que ficou conhecido como eurocomunismo, marco na história do movimento comunista internacional, que influenciou também os partidos de esquerda brasileiros no período.

O projeto estratégico da classe trabalhadora italiana nesse momento se conectava, assim, à proposta eurocomunista. A realização de amplas reformas no seio do Estado, fruto das demandas dos movimentos de *massas organizadas*, estava na base da concepção eurocomunista de democracia, central na sua formulação estratégica. Não parece casual que o movimento de reforma do qual participava Basaglia – ele mesmo também

[3] O filme *Novecento*, de Bernardo Bertolucci (traduzido como "1900" no Brasil), traça um belo quadro deste contexto nas suas cenas finais, quando o valoroso *partigiano* Olmo, presumivelmente vinculado aos comunistas, sugere que os camponeses – ao final do julgamento popular do *padrone*, e após terem vencido o combate – entreguem suas armas, pois que o momento então já seria *outro*. O cinema italiano é rico em ilustrações da história sócio-política do país com cariz de esquerda – fruto inequívoco da força do PCI no período comentado. Não sendo possível aprofundar muitos dos elementos que serão apenas brevemente referidos no contexto deste artigo, buscaremos acrescentar, às indicações bibliográficas, algumas de natureza filmográfica, acreditando que podem enriquecer a busca pela realidade da Itália nesse período histórico.

declaradamente comunista [4] – se qualificasse como Psiquiatria *Democrática*.

A busca por reformular as relações entre socialismo e democracia marca constitutivamente o desenvolvimento do eurocomunismo (DANTAS, 2014). Sob impacto da denúncia dos crimes do Estado soviético divulgados em 1956 pelo relatório Kruschev, o PCI, no seu VI Congresso, no mesmo ano, afirma o “caminho italiano ao socialismo”. A autonomia perante a experiência soviética e a diferenciação do chamado “socialismo real” seriam busca permanente dos eurocomunistas, que defendiam uma via *democrática* para o socialismo[5], movidos também pela luta contra o fascismo.

A proposta de *democracia progressiva*, de Palmiro Togliatti[6], ganha centralidade para o nascente eurocomunismo: um regime democrático aberto e plural, onde conviveriam diversas forças e partidos políticos – excluídos apenas os fascistas. Permeável às demandas sociais, o regime se fundaria na ampla participação das massas organizadas. A disputa no interior do Estado não bastava no caminho ao socialismo: ele deveria refletir o conjunto do país, tendo incidência direta das massas organizadas, que disputariam o exercício do poder. Assim organizada, a classe operária poderia

---

[4] Apesar de declarar-se comunista em alguns dos escritos publicados no Brasil, não encontramos até o momento da pesquisa evidências cabais quanto à filiação partidária de Basaglia; as relações do psiquiatra com o PCI ainda se encontram por esclarecer. A vinculação estratégica, entretanto, é mais ampla do que a filiação partidária: ela se dá a partir da inserção no ciclo histórico (MARTINS et al., 2014) – que ocorre, necessariamente, através de mediações que devem, também elas, ser consideradas e examinadas.

[5] Vale dizer que as novas experiências em marcha também recusavam os rumos da socialdemocracia, que não haviam ultrapassado os marcos de uma experiência reformista no interior do capitalismo. Ainda que o eurocomunismo, no seu desenvolvimento concreto, também tenha se mantido preso nos limites da ordem que pretendia superar, tais aspectos não devem ser desconsiderados para uma análise complexa do problema. Pelos limites do presente trabalho, tais questões serão apresentadas de modo bastante sumário, o que não deve induzir uma leitura simplificadora do fenômeno em questão; em nossa opinião, este deve ser compreendido como parte de uma importante derrota histórica sofrida pela classe trabalhadora no quadro do último período histórico do capitalismo (COELHO, 2012).

[6] Secretário-geral do PCI por cerca de três décadas, entre os anos 1930 e os 1960 – sucedendo a Gramsci, de cujo pensamento foi um dos mais expressivos divulgadores. Foi também destacado intelectual, cuja influência se estende, sem dúvida, às formulações eurocomunistas.

tornar-se *classe dirigente*: a democracia era o instrumento para viabilizar esta posição.

A evolução da democracia na estratégia eurocomunista incluía realizar reformas profundas, conquistadas pelas lutas de base, que alterariam a própria estrutura do Estado. O acúmulo de reformas e a transformação progressiva do ordenamento jurídico-político favoreceriam uma *revolução processual*, pela via democrática. A superação do capitalismo se daria assim por uma via *pacífica*: o desenvolvimento da própria democracia no seu *limite* levaria ao socialismo. Também era como contraponto à experiência soviética que a *via pacífica* se fortalecia, dada a associação, que se tornou comum, entre a via revolucionária, *explosiva,* e os caminhos autoritários, que se desdobraram no devir histórico desta experiência.

A *democracia progressiva* de Togliatti parece *pavimentar a via*[7] para a *democracia como um valor universal,* expressa pela primeira vez por Enrico Berlinguer. Figura central do PCI durante as décadas de 1970 e 1980, Berlinguer se destaca na liderança do partido no período em que a experiência eurocomunista se consolida, com forte expressão na Itália e Europa, e vasta interlocução no cenário internacional. Berlinguer reafirma Togliatti na visão do socialismo como o desenvolvimento pleno da própria democracia, amplificando seu sentido.

Aprofundando, na prática, concepções estratégicas já presentes em Togliatti, a democracia como valor universal é reafirmada com Berlinguer a partir do chamado *compromisso histórico*. Alarmado pelo golpe contra Allende e a Unidade Popular no Chile, em 1973 – interpretado como resultado de um 'desvio de esquerda' – o PCI de Berlinguer protagoniza a conformação de um novo arco de alianças amplas na Itália, de caráter antifascista. O *compromisso histórico* consolidaria o equilíbrio e a consistência do regime democrático italiano sob a liderança do PCI, garantindo a estabilidade necessária para a realização das reformas estruturais – que, amplamente respaldadas, levariam ao socialismo.

***

---

[7] Expressão cunhada por Dantas (2014), no título da sessão destinada às formulações teóricas de Togliatti.

A passagem que serve de epígrafe para esse artigo foi extraída do texto onde Basaglia analisa a Psiquiatria Preventiva estadunidense, experiência de reforma que partiu de uma proposta comunitária de assistência psiquiátrica, baseada na noção de prevenção à doença mental. Já reconhecido internacionalmente, Basaglia é convidado, em 1969, a conhecer a experiência implantada desde o governo Kennedy, chamado a emitir seu parecer. Identificando o contato com um país de alto nível tecnológico como oportunidade de entrever o "futuro político e institucional" (BASAGLIA, 2005b, p.151) da própria psiquiatria italiana, Basaglia aceita o convite e realiza uma crítica contundente do modelo estadunidense.

Em breves termos: o psiquiatra italiano aponta que, sendo o manicômio preservado como retaguarda no novo modelo, é precisamente ele quem permite, por sua presença e sua ação, o surgimento das novas unidades psiquiátricas comunitárias, aparentemente mais abertas e não excludentes. A *Saúde Mental Comunitária* se resume então a combinar novas *instituições de tolerância* – comunitárias, "democráticas" – com as tradicionais *instituições da violência* – onde a contenção e a violência explícitas continuam exercendo seu papel[8]. São apontados assim os limites (incontornáveis) de uma ação técnica que se conserva dentro de uma determinada *estrutura política*. Ao relacionar o processo com as condições objetivas em que ele se desenvolve – econômico-políticas, quais sejam – Basaglia procura compreender concretamente a "medida da ligação entre uma técnica institucional que se define como inovadora e o sistema sócio-econômico que a sustenta" (p. 151). Fica claro então que a transformação atende antes a necessidades específicas do próprio sistema, no seu momento presente, e não das pessoas a serem assistidas[9]. No interior do modo capitalista de produção da vida, as técnicas terapêuticas sempre

---

[8] Basaglia, que também era declaradamente influenciado pelo pensamento de Gramsci, parece inspirar-se aqui nos conceitos gramscianos de consenso e coerção, formas necessariamente combinadas na produção da dominação burguesa.

[9] As demandas colocadas por um novo ciclo produtivo nos anos 1960/1970, no centro do desenvolvimento do capital, são respondidas, no âmbito da ciência psiquiátrica, com renovações técnicas *humanizadas*, que visam reabilitar ao trabalho faixas menos *dispensáveis* na nova conjuntura.

correspondem às necessidades do próprio capital; subsumidas a estas, elas *jamais corresponderão às reais necessidades dos homens*.

É no contexto das transformações em curso entre as reformas da psiquiatria que Basaglia (2005b) alega que a "ilusão das relações democráticas" pode esconder uma "força manipuladora muito mais sutil e penetrante do que qualquer imposição ditatorial" (p.159). Em seu âmbito particular, a *Psiquiatria Democrática* parece se deparar com certas contradições de uma experiência de *democratização*.

A sentença não poderia então ser transposta para o contexto do debate estratégico na Itália eurocomunista; não sem certa dose de irresponsabilidade. Alguns anos mais tarde, contudo, a própria Psiquiatria Democrática italiana também se deparou com certos limites que se colocaram ao desenvolvimento das suas propostas, entrando em confronto direto com o PCI. Os embates tiveram como mote a opção das administrações locais, sob governo do partido, quanto ao modelo de transformação da assistência psiquiátrica. Não tomando o manicômio como núcleo estratégico, a opção, nas palavras de Basaglia e Gallio (1991), foi circundar os hospícios "a partir do externo com toda uma constelação de serviços" (p.38), num modelo, em certa medida, assemelhável ao norte-americano, cuja crítica viemos de apresentar. As razões encontradas pelos autores na raiz de tais impossibilidades remetem claramente a limites colocados pelo próprio horizonte tático-estratégico da classe trabalhadora italiana em seu caminho eurocomunista. Vejamos nas suas palavras:

> Aparentemente, esta escolha origina-se, para o PCI, de exigências administrativas totalmente plasmadas nas formas de consenso que lhe são próprias: deve-se recordar que este partido saiu reforçado da Guerra Fria somente graças à criação – através do modelo das regiões por ele administradas – de um Estado bom e funcionante, dentro de um Estado mau e ineficiente. O preço cotidiano desta situação era, todavia, aquele de medir-se sagazmente no consenso de vários estratos sociais, na complexa política de alianças em torno à classe operária. O consenso para a libertação dos doentes mentais, e sua introdução na cidade, não podia ser facilmente obtido na classe média e produtiva (idem, p. 38/39).

As exigências colocadas pela política de alianças praticada pelo PCI são, assim, identificadas pelos autores como a razão

aparente para as dificuldades enfrentadas na realização das suas propostas. O consenso apresentado como pressuposto necessário do *caminho democrático ao socialismo* se constituiria como entrave à realização do projeto antimanicomial, na sua radicalidade – que, como vimos, deita raízes na crítica ao capitalismo. O confronto com o manicômio envolveria, contudo, desafiar interesses que estavam articulados na base de sustentação da política praticada, que apresenta assim um gargalo incontornável. A Psiquiatria Democrática parece, portanto, esbarrar em certos limites colocados pela democracia, entendida como caminho para uma transformação radical da sociedade.

O MOVIMENTO ANTIMANICOMIAL BRASILEIRO E A EDP

No Brasil, a luta contra a violência dos hospitais psiquiátricos já é antiga. Ao menos desde o início do século XX, psiquiatras como Ulisses Pernambucano (1892-1943) e Nise da Silveira (1905-1999), movidos por rebeldes inclinações humanistas (e comunistas, no caso de Nise), buscaram enfrentar o horror praticado nesses espaços e propuseram reformas no interior das unidades em que trabalhavam, à custa de perseguições pessoais e políticas. Diferentes contestações particulares a instituições e práticas psiquiátricas se desenvolveram ao longo de todo o século, mas é somente a partir do final da década de 1970 que se adensa, de forma mais orgânica por aqui, um movimento de crítica neste âmbito, em meio ao conjunto de lutas no período. A proposta do *fim dos manicômios* no Brasil alcança projeção e se incorpora às demandas da classe trabalhadora em luta no fim da ditadura, ganhando concreticidade, ao longo de cerca de 30 anos, no que hoje são as políticas públicas de saúde mental.

O processo tem início pela ação de trabalhadores de saúde mental, movidos pelas péssimas condições de trabalho e pelo ímpeto de denúncia da grave realidade dos grandes asilos brasileiros. O parque manicomial do país fora substancialmente ampliado durante os anos da ditadura empresarial-militar, pelo franco benefício do setor privado (no quadro mais geral de capitalização da saúde), particularmente interessado nos "baixos custos operacionais" das unidades psiquiátricas. Ao fim do período, a loucura havia se tornado mercadoria de uma indústria bastante rentável: na base dos lucros, condições de "cuidado" que lembravam campos de

concentração[10]. O apelo da situação dramática foi amplificado pela aproximação às denúncias de tortura pelo Estado ditatorial, e acabou rendendo repercussão na imprensa[11].

Os movimentos que surgem nesse campo particular estão conectados ao conjunto da classe trabalhadora, que se movia no período. A partir do final dos anos 1970, um novo proletariado se constituía, produto do próprio desenvolvimento das forças produtivas promovido pela autocracia empresarial-militar (NETTO, 2014). Frente ao desgaste gerado pelo regime coercitivo, e ao ascenso da classe trabalhadora, inicia-se uma transição "lenta, gradual e segura" – garantindo, através de um novo pacto pelo alto, a preservação dos interesses do capital, a despeito da mudança na forma política do Estado. Lutas democratizantes se somavam aos embates econômicos, que eram travados pelos trabalhadores em busca da sobrevivência diante das duras condições enfrentadas, a exemplo do forte arrocho salarial, condição para a aceleração do desenvolvimento econômico, *oficialmente* ocultada pelo propagandeado "Milagre".

Também é entre o fim dos anos 1970 e meados da década de 1980 que a Estratégia Democrático-Popular começa a ser gestada – como supomos já estar familiarizado o leitor que percorreu os demais capítulos desta publicação. A classe trabalhadora se recolocava no cenário de lutas após um "longo e tenebroso inverno". Com o golpe empresarial militar de 1964, a autocracia derrotava a estratégia nacional-democrática protagonizada pelo Partido Comunista Brasileiro, que predominara no ciclo histórico anterior enquanto expressão de estratégia revolucionária. A intenção de transitar ao socialismo através de etapas e alianças com a burguesia nacional que completassem o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, por ora, estava derrotada (Iasi, 2013; Figueiredo, 2014). No esforço de negar essa estratégia, uma nova ganhava contorno, na medida em que a classe se movimentava.

A Estratégia Democrático-Popular pretendia se desenvolver através de um acúmulo de forças, que conjugasse a ocupação tática de espaços do Estado à pressão exercida pelos movimentos sociais,

---

[10] Alguns dados do que era chamado na época como a "indústria da loucura" podem ser encontrados em Cerqueira (1984), e Lima et al (1980).

[11] Cf., por exemplo, a série de reportagens "Nos porões da loucura", de Hiran Firmino, publicadas em 1979 no jornal do Estado de Minas, cujo título remete às denúncias de tortura sob o regime empresarial-militar.

sendo a democracia vista como o próprio caminho ao socialismo. Esta ação combinada possibilitaria realizar certas reformas no aparelho de Estado, que levariam a uma transformação desta ordem naquela direção, a partir de seu interior – formulação aparentemente próxima, de modo geral, à eurocomunista[12].

A proposta fermentava junto ao processo de redemocratização, que contava, como víamos, com *numerosos sujeitos políticos coletivos*. Articulados, tais sujeitos conformavam o que Carlos Nelson Coutinho (1979) chamou de um *poderoso bloco democrático e popular*, prenunciando elementos na busca de uma nova estratégia[13]. Tal bloco unitário deveria servir como *instrumento de pressão e controle*, a atuar sobre os mecanismos institucionais do aparelho democrático. O *Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental* se encontrava entre este "poderoso bloco democrático e popular", nos termos de Coutinho. É nesse contexto que se desenvolvem no Brasil propostas de reformas no Estado, no âmbito das políticas sociais, entre as quais aquelas do campo da saúde e da saúde mental, objeto aqui de nossa atenção particular.

Inserido e articulado ao processo de Reforma Sanitária, que mobilizava o campo no seu conjunto, o projeto de Reforma Psiquiátrica é fruto incontestável, no Brasil, das lutas travadas pelo *Movimento Antimanicomial* – nascido da ampliação e amadurecimento do Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental – a partir destes anos. O êxito destas lutas propicia um processo substantivo de reordenamento da assistência no campo. Partindo da condenação dos espaços asilares, que deverão ser substituídos por ações na comunidade, as propostas de mudança se estendem para um conjunto amplo de ações; as transformações propostas ambicionam modificar o lugar social da experiência da loucura nessa sociedade. Uma nova política pública de saúde mental, com equipamentos diversificados, é ponto de passagem primordial na construção desse processo.

Germinando num momento pujante da luta de classes, as *intenções* da luta antimanicomial, no Brasil dos anos 1970/1980, se afinam com o projeto emancipatório da classe trabalhadora

---

[12] As diferenças entre as formulações referidas não são suprimíveis. A apresentação dos termos do eurocomunismo e da EDP, aqui, é bastante sumária, mas não há prejuízo para a compreensão do debate, considerando o caráter do livro em que se insere este texto.

[13] A importância de Carlos Nelson Coutinho para a EDP foi objeto de densa pesquisa por Neves (2016).

brasileira. "Por uma sociedade sem manicômios" é o lema consagrado no ano de 1987 no Encontro de Bauru[14], momento em que se apresenta um claro ponto de culminância no desenvolvimento da consciência antimanicomial[15]. Em sintonia com a experiência italiana, a consigna tratava o manicômio como símbolo de um conjunto de violações da sociedade capitalista: "mal" que só poderia ser debelado se a terapêutica visasse a *totalidade* do corpo. Modificar o lugar do louco nessa sociedade dependia de uma transformação radical da própria sociedade, e nisso estava implicado o confronto com a ordem capitalista – modo de produção social da vida no qual se assentam tais relações, como a experiência italiana já havia revelado.

A transformação da assistência à saúde mental consistia, assim, numa tática na construção deste caminho – enquanto criássemos novos e diferenciados espaços de cuidado para o sofrimento mental, a sociedade iria se modificando. A prática dos novos serviços atuaria na direção dessa transformação, tal qual sintetizado, alguns anos mais tarde, na Carta de Piatã[16] (CRP-SP, 1997): "*novos serviços de saúde mental animados a partir dos conceitos básicos do nosso movimento, inventam novas possibilidades de relacionamento do humano com a desordem e o imprevisível*" (p.84). Dispositivos *territoriais* e *participativos*, como a Reforma Sanitária projetava, significativas peças no processo de aprofundamento da democracia – uma democracia *participativa*, pautada pela participação social. A transformação da sociedade também integrava a própria missão dos novos serviços, que se multiplicariam e se enraizariam na medida em que a sociedade se

---

[14] Como ficou mais conhecido o II Congresso Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental, que aconteceu em novembro de 1987 na cidade de Bauru. O manifesto do Encontro está disponível em: <http://www.pol.org.br/lutaantimanicomial/index.cfm?pagina=carta_de_bauru> Acesso em: 5 set.2014.

[15] Conceito que temos empregado no escopo da presente pesquisa ao analisar a trajetória do Movimento Antimanicomial brasileiro, do ponto de vista do desenvolvimento de um possível processo de consciência de classe, considerado a partir da concepção de Iasi (2012).

[16] Documento de abertura do Relatório Final do I Encontro Nacional do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, realizado em 1993, cidade de Salvador.

democratizava [17]. Nos termos do projeto estratégico da classe trabalhadora: no caminho da democratização, avançar-se-ia na direção do socialismo. As relações sociais se transformariam neste processo, em que relações mais fraternas com a loucura se tornariam, também, possíveis.

O processo de luta antimanicomial reverbera intensamente na passagem dos anos 1980/1990, ampliando-se com relação aos envolvidos e às ações. A luta se traduz em conquistas, e o Movimento avança pela institucionalidade. Isso ocorre, sobretudo, ao longo da década de 1990: novos serviços territoriais de saúde mental são criados e gradativamente implementados, inúmeros programas de saúde mental alinhados com a Reforma são propostos por administrações municipais e estaduais. Ainda em 1989, um Projeto de Lei (PL 3.657/89) com as propostas do movimento é apresentado pelo deputado Paulo Delgado (PT/MG) – aprovado apenas em 2001, com significativas alterações. A lei resultante, a 10.216/01, é motivo de comemoração para o movimento, afirmando os direitos das pessoas com sofrimento mental e reorientando o modelo assistencial na direção comunitária. Durante os doze anos de sua tramitação, diversas leis e portarias estaduais foram criadas com propósito semelhante, consolidando um novo arcabouço para a política pública de saúde mental.

Também ao longo da década de 1990, muitas áreas técnicas de saúde mental são assumidas por antigos militantes, ou gestores afinados com os princípios da reforma; inclusive no Ministério da Saúde, onde a pasta, a partir daí, passa a ser permanentemente administrada por veteranos militantes antimanicomiais, chamados a tornar a nova política *realidade*. Durante os primeiros passos do movimento, a participação em espaços de políticas públicas havia sido objeto de importantes embates; nesse momento, contudo, a situação não era mais percebida como uma contradição: de modo geral, era encarada como consequência positiva e natural, o desdobramento de um processo único, que se realizava através de diversas "frentes" diferentes de atuação. Afinal, quem melhor para implementar o projeto da reforma psiquiátrica que seus próprios idealizadores? A resposta que confirma o caminho é quase inescapável.

---

[17] Tais ações não se restringiriam a serviços de natureza assistencial, mas estender-se-iam a um conjunto de dispositivos: trabalho, moradia, lazer, cultura etc.

Também os espaços de formação em sintonia com a luta antimanicomial se multiplicam substancialmente no período; chegam ao novo e estimulante campo trabalhadores já identificados com o projeto, muitas vezes atraídos por ele – independente de terem participado do movimento de sua produção. O próprio cotidiano de trabalho passa a ser percebido como espaço de militância, lugar de transformação, espaço de invenção de novas práticas, num desdobramento, até certo ponto, coerente com o que o movimento projetara.

Ainda que o caminho, inegavelmente, represente o "avanço" do movimento, o processo é também marcado por contradições. Consideremos tais dilemas.

A ampliação da institucionalidade, ao longo desses anos, se faz acompanhar de um esvaziamento significativo do espaço da luta política, de construção cotidiana do movimento social, que, ao longo dos mesmos anos, avança no sentido oposto, fragilizando-se visivelmente. Se, no âmbito das políticas públicas estatais, o projeto da Reforma Psiquiátrica caminhava a passos largos, dificuldades importantes se colocam para o movimento social nesse mesmo período. Parte delas são assim analisadas por Ana Marta Lobosque (2003), militante de Minas Gerais:

> Na carta de Piatã, do encontro de Salvador [I Encontro], afirmava-se claramente o princípio da autonomia do Movimento Antimanicomial diante do Estado, dos partidos, das administrações; da mesma forma, estabelece-se a diferença entre o que são os serviços substitutivos – órgãos do poder público, mais ou menos afinados com a lógica antimanicomial, e os núcleos, organizações autônomas de um movimento social. (...) Contudo, *essa distinção frequentemente se dilui.* (...) De algo podemos estar certos: esses núcleos, embora certamente existam, *estão longe de serem numerosos o suficiente* para ocupar o lugar fundamental que lhes atribuímos em nossa concepção de organização do movimento social. Essa concepção, a meu ver, permanece correta, contudo, ao menos hoje em dia, baseia-se em alicerces irreais (LOBOSQUE, 2003, p. 27/28, grifos nossos).

O texto revela dificuldades que vinham sendo enfrentadas pelo movimento, face ao crescente processo de institucionalização

das políticas de saúde mental identificadas com a Reforma Psiquiátrica. Uma delas é o *esvaziamento* diante do número de equipamentos estatais, não acompanhado pelo incremento da participação, como projetado. Outra, certa *diluição* frente ao aparelho de Estado, pela dificuldade em se diferenciar dele.

O V Encontro do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA) [18], realizado em 2001 (Miguel Pereira/RJ), assiste a um drástico agravamento das dificuldades, culminando com o abandono de uma das plenárias por parte dos militantes. O grupo que se retira termina por fundar uma nova articulação antimanicomial, consolidando uma fração do movimento[19]. No mesmo ano em que é aprovada a Lei da Reforma Psiquiátrica, o já fragilizado Movimento Antimanicomial divide-se em dois, acentuando uma curva que já descendia.

A retração do espaço da luta política parece ser uma contraface da suposta *dimensão militante* que o campo da saúde mental passa a perceber no seu cotidiano de trabalho, pelo inegável comprometimento envolvido nesse fazer cotidiano. Em certa medida, de fato essa é uma dimensão desse trabalho: espaço de construção de novas práticas, desconstrução de relações de poder, invenção de um cotidiano antimanicomial, especialmente se tomamos em conta o grau de precariedade que, em regra, nunca deixou de ser realidade para os trabalhadores nas unidades do Sistema Único de Saúde.

Chegamos assim a um aparente paradoxo. O que seria, por suposto, precisamente o êxito das lutas do movimento, as inúmeras conquistas no plano institucional – legislativas, nas políticas públicas etc. – parece processar, num mesmo compasso, a fragilização de sua força política e da capacidade de manter-se como motor de um processo de transformações. Uma certa drenagem para o aparelho de Estado, em seus diversos dispositivos, parece subtrair do movimento sua condição de organismo vivo nas lutas, comprometendo sua capacidade de ação. A consolidação da Reforma, como direção da política pública de saúde mental, parece se afirmar, assim, em um vetor contrário ao que acompanha o movimento social

---

[18] As indagações formuladas como tema do V Encontro talvez antecipassem conflitos que se mostrariam insolúveis: "Luta Antimanicomial 2001: Como estamos? O que queremos? Para onde vamos?".

[19] A parte dos militantes que permanece na plenária continua se constituindo como Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), e aqueles que se retiram formam a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA), frações que coexistem ainda hoje.

que a impulsionou, que míngua dramaticamente a partir de certo momento.

A história do Movimento Antimanicomial parece confirmar que não é de modo linear que se move a consciência (IASI, 2012). O que representa a ampliação da consciência antimanicomial (expressa na materialização de demandas e bandeiras do Movimento) parece, a um só tempo, ser também o seu constrangimento aos mesmos limites institucionais que materializam esta ampliação. Todos são e não são militantes antimanicomiais. No desenrolar do processo histórico do Movimento Antimanicomial, parecemos assistir a uma *reinstitucionalização* da sua consciência, em uma nova qualidade. Se, de uma parte, conquistas importantes se materializaram, hoje, por outro lado, o movimento social que mobilizou este processo encontra-se francamente fragilizado, e demonstra debilidades para defendê-lo, dispondo de condições bem piores para enfrentar os flagrantes retrocessos em curso. Condições que não diferem das que são enfrentadas pela classe trabalhadora no seu conjunto.

MOVIMENTO ANTIMANICOMIAL E REFORMA PSIQUIÁTRICA HOJE: NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA UM BALANÇO NECESSÁRIO

Cerca de trinta anos depois, hoje é possível – e necessário – fazer um balanço desta experiência; retomar o percurso da implementação da Reforma Psiquiátrica brasileira e avaliar o que temos produzido nele. Que limites as condições objetivas de desenvolvimento colocam a uma intenção de transformação? Que peso pode ter uma estratégia de transformação institucional dentro de uma sociedade que tão pouco muda?

O que temos produzido como *síntese* no campo da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial traz as marcas das contradições que viemos enfrentando nos caminhos pelos quais a classe trabalhadora se moveu no último ciclo histórico, agora em processo de fechamento. Por estar se encerrando, é possível caminhar no sentido de seu estudo aprofundado (IASI, 2012; DANTAS, 2014; NEVES, 2016).

A perspectiva de um acúmulo de forças no interior do aparelho de Estado não nos conduziu ao socialismo e, tampouco, nos levou mais perto dele. A pretensão de radicalização da democracia se resumiu à sua mistificação, apresentando-se antes como a

adequação necessária ao prosseguimento da acumulação capitalista no Brasil, em face das contradições de seu tempo, ao inserir-se como uma democracia de cooptação [20], tornada possível pelo visível apassivamento da classe trabalhadora.

Longe de romper com a ordem, o percurso recente da classe trabalhadora, no Brasil, levou a um projeto de conciliação de classes. Se o presente não pode ser explicado por nenhuma determinação inexorável nas escolhas do passado, não podemos abdicar de compreender seu movimento histórico ao interrogá-lo. É da combinação dialética entre as intenções firmadas pelos sujeitos coletivos e as condições objetivas de seu desenvolvimento que toma forma a processualidade histórica. Em períodos de refluxo da luta de classes, a efetivação de uma determinada estratégia se dará de modo transformado – a cautela se transformando em acomodação, a coragem se transformando em oportunismo, a luta pela emancipação humana se convertendo em luta pela "emancipação possível" etc. Em última análise, as coisas tornando-se seus contrários...

De que maneira este caminho se expressou para a luta antimanicomial? O campo da saúde mental foi, possivelmente, um dos campos onde os elementos da EDP ganharam densidade maior, onde talvez tenham ido mais longe, podemos arriscar – não se restringindo aos governos do PT, vale dizer. Antes mesmo do governo Lula (ou das administrações municipais petistas), já havia militantes do Movimento Antimanicomial *ocupando trincheiras no interior do aparelho de Estado*, desenvolvendo posições da Reforma Psiquiátrica – o *programa* do Movimento, por assim dizer.

O projeto de Reforma Psiquiátrica foi incorporado, no Brasil, de maneira substancial, às políticas públicas de saúde mental, mediante um arcabouço jurídico e legislativo significativo, portarias e normativas que, através da presença de gestores comprometidos com o ideário reformista, puderam ser gradativamente implementados. Foi operada uma redução gradativa e expressiva do quantitativo de

---

[20] Florestan Fernandes desenvolve a categoria "democracia de cooptação", buscando compreender as possíveis formas encontradas pela burguesia para a consolidação de sua hegemonia (IASI, 2013). Tratar-se-ia de um "cenário [em que] a ordem poderia oferecer pouco aos trabalhadores em troca de sua aceitação da ordem burguesa, mas mesmo este pouco seria considerado muito pelos setores burgueses no controle do Estado" (p. 10), pensada por Florestan como caminho pouco provável, considerando a conjuntura que analisava (meados da década de 70). A categoria se mostra relevante, contudo, para compreender a trajetória do PT.

leitos tradicionais, indicando um reordenamento efetivo da lógica de cuidado na direção comunitária, conforme preconizado. O ideário reformista, hegemônico entre os atores do campo, foi incorporado aos espaços de formação de trabalhadores de saúde mental. Mesmo dentro de certos limites, é praticamente um consenso que as lutas travadas no campo se traduziram em vitórias. A significação das transformações alcançadas é expressa pelos indicadores do processo de reorientação do modelo[21], mas, sobretudo, pela diferença concreta na vida das milhares de pessoas, que puderam acessar uma rede de cuidados e de vida substancialmente distinta dos espaços onde, mortificadas, por décadas (sobre)viveram.

O êxito não anula, contudo, os impasses e contradições do processo. Se hoje os avanços em relação à implantação da rede de atenção psicossocial, e sua importância, são notórios, não é sem efeitos que parte substancial dessa rede venha sendo implementada através de um modelo *não-clássico* de privatização das políticas públicas de saúde, como conceitua Granemann (2012)[22]. Esse modelo escora-se em projeto idealizado pelo plano Bresser Pereira de ajuste do Estado no primeiro governo FHC, estorvado, naquele momento, pela resistência imposta pela classe trabalhadora, e que, finalmente, se consolida a partir do primeiro governo Lula, iniciando um franco processo de mercantilização e precarização das políticas sociais[23, 24].

---

[21] Indicadores relativos à conversão do modelo de atenção em saúde mental podem ser encontrados no informativo Saúde Mental em Dados/MS, de onde extraímos, apenas a título de exemplo, alguns dados de importante significação: enquanto no ano de 2002 os recursos em saúde mental se distribuíam entre 75,24% com a atenção hospitalar e 24,76% com a atenção comunitária/territorial, em 2013 essa tendência se encontra plenamente revertida: apenas 20,61% dos recursos são investidos na atenção hospitalar, enquanto 79,39% com a atenção comunitária/territorial. Disponível em www.saude.gov.br, acesso em 18/08/2017.

[22] Seria relevante confrontar os dados do Ministério da Saúde mencionados com a proporção dos investimentos realizados via privatização. Infelizmente, ainda não encontramos estudos que apresentem tais dados.

[23] O avanço das ações de privatização nos governos do PT é relatado em diversos escritos do caderno "A saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização" (Souza Bravo e Bravo Menezes, 2014).

[24] Exemplo dos efeitos nefastos dessa política para o campo da saúde mental foi a dramática demissão em massa da equipe do CAPS Luiz Cerqueira em 2013 – primeiro CAPS do país –, gerido há cerca de quatro anos por uma

O caráter *militante* parece ter mesmo que se acentuar, como marca do cotidiano, no trabalho das políticas públicas, diante do avanço da precarização da rede de saúde mental, que, não raro, torna a sustentação de uma direção antimanicomial de trabalho verdadeiramente voluntarista, solitária, inviável. Evitar a internação passa a depender do empenho individual de técnicos e equipes, não raro adoecidas e despotencializadas. Não são poucos os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que não conseguem sustentar essa direção, ambulatorizando-se ou terminando por banalizar o recurso à internação. A presença do manicômio – que não se extinguiu, vale dizer, apesar do curso de conversão do modelo –, na convivência com uma rede substitutiva precarizada e privatizada, leva o *horizonte antimanicomial* a retroceder, frequentemente, ao seu programa mínimo – resistir aos asilos concretos, em meio a resignadas apostas na sua humanização.

Os retrocessos não cessam de se apresentar. A notória ampliação do contingente de Comunidades Terapêuticas financiadas com recursos públicos, nos últimos anos, é uma triste evidência neste sentido[25], num percurso de dramática *remanicomialização*. Tais instituições têm sido objeto de forte lobby por parte de setores religiosos que ganharam força e representação político-institucional, tanto no parlamento como no executivo, ao longo do último período, tornando-se aliados do último governo petista. No ano 2013, o campo da luta antimanicomial assistiu, anestesiado, ao que poderia ser encarado como o suprassumo do processo, quando as mediações impostas à Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde[26] a levam a formalizar as mesmas Comunidades Terapêuticas como

---

Organização Social, por razões políticas, segundo denúncia amplamente veiculada pela equipe.

[25] As Comunidades Terapêuticas para usuários de drogas em nada se aproximam da proposta inglesa referida. Trata-se de unidades fechadas de tratamento com base na abstinência, quase sempre de caráter filantrópico-religioso, consideradas novas modalidades de manicômios privados, alvo de numerosas denúncias de violações de direitos humanos, cf. fiscalizações por entidades de Direitos Humanos e conselhos profissionais (CFP, 2011; CPCTRJ, 2013).

[26] A Área Técnica de Saúde Mental (ATSM) contava com Roberto Tykanori, militante histórico do campo e protagonista do processo de intervenção na Casa de Saúde Anchieta (Santos) no ano de 1989, e que guarda importância emblemática para o processo de Reforma no país.

ponto da Rede de Atenção Psicossocial – agora abreviada em *RAPS*. Mas ainda não seria tudo.

Em 2015, pela primeira vez ao longo de cerca de vinte anos, o mais alto cargo da gestão das políticas públicas de saúde mental é entregue a um representante dos interesses manicomiais, em meio às tentativas (já bastante desesperadas) da presidenta petista de frear os caminhos do desgoverno que culminariam com o golpe que interrompeu seu mandato[27]. O episódio mobiliza intensamente o campo, que ali parece despertar de um longo sono e, bravamente, tenta se mover, se recolocando no cenário político. Mas a musculatura do Movimento Antimanicomial ainda parece atrofiada pelo tempo sem exercício; mesmo que a movimentação seja uma importante demonstração de vida, não parece ser pela ação do Movimento que os passos seguintes se desdobram.

"Morrer" no governo Dilma não é apenas trágico, parece, antes disso, ser também emblemático. Acreditamos ser possível dizer que aqui, como descreve a dialética, é a realização plena que "morre". É porque se realiza plenamente que o projeto pode morrer[28]. Não morre porque não tenha havido condições de se realizar, mas porque o desenvolvimento se completou. Ainda que o desfecho tenha sido diferente do pretendido. Não tendo sido bem sucedido na negação que pretendia realizar, o processo reflui a contradições anteriores. É como Iasi (s/d) descreve:

---

[27] Trata-se da recém-referida direção da ATSM, vinculada ao Ministério da Saúde. No segundo semestre de 2015, como parte das manobras iniciais em torno da Operação Lava-Jato, Dilma Roussef nomeia Marcelo Castro (PMDB-PI) ministro da saúde, que empossa Valencius Wurth para o referido cargo. Tratava-se do antigo diretor da Casa de Saúde Dr. Eiras, de Paracambi, hospício fechado nos anos 2000 após longo processo de intervenção iniciado sob a gestão de Valencius, tendo sido o maior manicômio privado da América Latina.

[28] Para que não haja qualquer margem para erro na interpretação: não nos referimos aqui, obviamente, à morte do movimento antimanicomial. Apontamos, isto sim, para o esgotamento das possibilidades de um certo projeto (sobre o qual viemos discorrendo ao longo do escrito), que impõe a necessidade de um balanço e da construção de novos caminhos. Caminhos novos que, como dizemos na sequência, superarão os antigos pela sua negação, mas por certo também conservarão alguns de seus elementos.

> O novo negou o velho, mas não conseguiu sair de suas entranhas e este o deformou. Esta é uma das dificuldades que se impõe ao constatarmos o fato de que teremos que construir o novo com os materiais que a velha ordem nos legou. Teremos sempre que comer a nova carne com velhos talheres, mas em um processo que assustaria os mais mecanicistas, onde o velho garfo se torna novo ao entrar em contato com a carne que assim envelhece. (p. 204/205)

O caminho entre a intencionalidade antimanicomial e as condições nas quais ela pôde se realizar apresenta, como desfecho, sínteses que talvez julgássemos improváveis: novos serviços de saúde mental precarizados pela privatização, uma Rede de Atenção Psicossocial com Comunidades Terapêuticas. Negações *deformadas* pela impossibilidade de se completarem, objetivações marcadas por contradições que falam de seu processo de desenvolvimento; como não poderia deixar de ser. O balanço deste caminho se impõe, com o cuidado (fundamental) de não jogar fora o que nele foi produzido – por certo muita coisa: um movimento não pode ser julgado pelo ponto onde chegou, um produto sempre esconde o processo. Mas a forma atual precisa ser compreendida como expressão necessária das escolhas realizadas, sua superação também depende de colocar em questão tais escolhas e intenções.

Se, nos momentos iniciais de seus cursos, tanto para a Psiquiatria Democrática quanto para o Movimento Antimanicomial, a dimensão estratégica estava claramente colocada pela referência a um projeto emancipatório, nos últimos anos essa dimensão parece se esvair, ou, no mínimo, ter seus tons desbotados. Os Movimentos parecem retornar, assim, à sua particularidade, à dimensão particular de ser *Movimento.* No Brasil, limitando-se à (frágil) luta pelos direitos de cidadania de usuários dos serviços de saúde mental, sem alguma referência substancial à sociedade na qual essa luta se desenvolve, bem como aos seus limites. O horizonte de uma emancipação política cada vez mais recuada, nos termos de Marx, parece substituir definitivamente o de uma emancipação humana. *Movimento* que reflete um recuo da consciência, que é do conjunto da classe trabalhadora, presente tanto no devir histórico a partir da experiência eurocomunista, como, em nosso caso, no desenvolvimento e realização da EDP.

Tendo se completado, sem, contudo, ter produzido o desfecho pretendido (qual seja: a transição política para o socialismo),

assistimos hoje ao encerramento de um ciclo, e à transição para a abertura de um novo, onde a classe haverá de produzir uma nova estratégia em busca da sua emancipação. Sem presumir a possibilidade de qualquer subjetivismo puro, entendemos que tal processo aliará certa intencionalidade com as condições colocadas pelo real e pelo movimento objetivo da classe. O inventário da estratégia predominante no último ciclo representa parte importante dos esforços para sua superação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABSE, T. Itália: uma nova agenda. In: ANDERSON, P. et al (Org). *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AMARANTE, P. (Org.) *Loucos pela vida*: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

BASAGLIA, F. As instituições da violência. In: AMARANTE, P. (Org.) *Escritos selecionados em saúde mental e Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005a. p. 91-132.

__________. Carta de Nova York – o doente artificial. In: AMARANTE, P. (Org.). *Escritos selecionados em saúde mental e Reforma Psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005b. p. 151-160.

BASAGLIA, F., GALLIO, G. Vocação terapêutica e luta de classes. Para uma análise crítica do modelo italiano. In: DELGADO, J. *A loucura na sala de jantar*. São Paulo: Resenha, 1991. p.27-51.

CERQUEIRA, L. Psiquiatria social. Rio de Janeiro/ São Paulo: Livraria Atheneu, 1984.

COELHO, E. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

COMITÊ DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatório de Inspeção em Comunidades Terapêuticas Financiadas pelo Governo Do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/download/arquivos/relatorio-ct-financiadas-pelo-gov-est-rj-junho-13.pdf> Acesso em 29 jan.2017

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: Conselho Federal

de Psicologia, 2011. Disponível em: < http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/03/2a_Edixo_relatorio_inspecao_VERSxO_FINAL.pdf> Acesso em 29 jan.2017

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA/SÃO PAULO. *Trancar não é tratar. Liberdade: o melhor remédio.* São Paulo: CRP-SP, 1997.

COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal. Notas sobre a questão democrática no Brasil.* São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

DANTAS, A. V. *Do Socialismo à Democracia: dilemas da classe trabalhadora no Brasil recente e o lugar da Reforma Sanitária brasileira.* 2014. 378 fls. Tese (Doutorado). Escola de Serviço Social/UFRJ. Rio de Janeiro, maio de 2014. Mimeo.

FIGUEIREDO, I. M. Capital-imperialismo Subalterno e Dependente e Programa Democrático e Popular. *REBELA.* Vol 3, n.3, p. 394-424 junho de 2014. Disponível em: <http://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/169/349> Acesso em: 15 out.2014.

GRANEMANN, S. Estado e questão social em tempos de crise do capital. In: GOMES, V.L.B. et el (org). O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

IASI, M. *O PT e a revolução burguesa no Brasil.* Marília (SP), 2013. Disponível em: <http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=596:o-pt-e-a- revolucao-burguesa-no-brasil&catid=3:temas-em-debate> Acesso em: 1 nov.2014.

__________. *As metamorfoses da consciência de classe - o PT entre a negação e o consentimento.* São Paulo: Expressão Popular, 2012.

__________. A Comunidade Terapêutica Enfance. São Paulo: mimeo, s/d.

LIMA, J. C. S. et al. A assistência psiquiátrica no Brasil – setores público e privado. *Revista Saúde em Debate.* n.10, abr/mai/jun. Rio de Janeiro: CEBES, 1980. p. 44-55.

LOBOSQUE, A. M. Loucura, ética e política; algumas questões de ordem na luta antimanicomial. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (org). *Loucura, ética e política: escritos militantes.* Brasília/São Paulo: CFP/ Casa do Psicólogo, 2003. p. 20-39.

MAGRI, L. O alfaiate de Ulm: uma possível história do Partido Comunista Italiano. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e

Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-46). São Paulo: Boitempo, [1845-46] 2012.

MARTINS, C.; PRADO, F.; FIGUEIREDO, I.; MOTTA, S.; NEVES, V. *A "estratégia democrática e popular" e um inventário da esquerda revolucionária.* In: *Marx e o Marxismo*, vol. 02, no 03. pp 357-381. Niterói: NIEP-MARX / UFF, 2014.

MOTTA, S. *Crítica à "ampliação da democracia" como caminho ao socialismo.* 2016. 176 fls. Tese (Doutorado). Escola de Serviço Social/UFRJ. Rio de Janeiro, abril de 2016. Mimeo.

NEVES, V. *Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho*. 2016. 737 fls. Tese (Doutorado). Escola de Serviço Social/UFRJ. Rio de Janeiro, maio de 2016. Mimeo.

NETTO, J.P. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES. *V Encontro Nacional - Resoluções Políticas.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1987. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/resolucoespoliticas_0.pdf>. Acesso em: 10 jan 2017.

ROTELLI, F, LEONARDIS, O. de, MAURI, D. Desinstitucionalização: uma outra via. In: NICÁCIO, F. (Org). *Desinstitucionalização*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001. p.17-60.

TEIXEIRA, S. F.; MENDONÇA, M. H. Reformas sanitárias na Itália e no Brasil: comparações. In: TEIXEIRA, S. F. (org.). *Reforma Sanitária - em busca de uma teoria.* São Paulo; Rio de Janeiro: Cortez; ABRASCO, 2011. p. 193-232.

DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL – DA REVOLUÇÃO BURGUESA À ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR NO PODER

Suenya Santos

Ingressamos no século XXI imersos na barbarização da vida social como resultado das respostas do capital às suas próprias crises. Sob a hegemonia do capital financeiro, somos impelidos a enfrentar uma perniciosa combinação entre, de um lado, as profundas alterações no mundo do trabalho, sobretudo a partir da década de 1970, tendo centralidade na desterritorialização da produção e desregulamentação de direitos e, de outro, o Estado assumindo o papel de gestor das crises por meio da adoção de medidas políticas de (des)ajustes fiscais de orientação neoliberal, ditadas por organismos financeiros internacionais. Na atualidade, tal combinação se expressa pelo recrudescimento da pobreza e da miséria, mas igualmente das lutas e conflitos sociais, tendo como resposta do Estado a ofensiva na retirada dos direitos conquistados pela classe trabalhadora e a criminalização da pobreza por meio da militarização da cidade e do campo.

Para construirmos brechas de cunho socialista às relações sociais vigentes, necessitamos recuperar a relação entre a sociedade e o Estado, nos marcos da consolidação das relações capitalistas no Brasil, mais precisamente a relação entre as classes sociais e o Estado, com destaque para as organizações do conjunto de trabalhadores. Nesse sentido, nos propomos a resgatar as contribuições de alguns dos intelectuais que fundamentaram a estratégia democrático-popular (EDP) no Brasil, bem como seus efeitos sobre a luta pela terra e sobre as políticas de desenvolvimento rural. Assim, nossa intenção é de recuperar sua herança e matizar seu legado.

REVOLUÇÃO BURGUESA À BRASILEIRA

Para balizarmos o debate sobre o desenvolvimento agrícola na atualidade em relação à totalidade da economia política do capital, faz-se importante recuperar sinteticamente algumas das

interpretações sobre a revolução burguesa no Brasil, tendo em vista sua leitura sobre a realidade em movimento, bem como sua influência sobre a organização política da classe trabalhadora. Destarte, buscaremos na abordagem materialista histórico-dialética as chaves para a compreensão de um desenvolvimento agrícola alçado do "arcaico", que precisava ser superado, passando pela sua modernização conservadora, expressa pela "Revolução Verde", até chegarmos à reprimarização da economia hegemonizada pelo agronegócio.

A) Caio Prado Jr: avanços e limites na interpretação sobre a revolução brasileira

A transição para o capitalismo nas diferentes sociedades revela o trato dado à questão fundiária e, portanto, ao desenvolvimento da agricultura, seja da patronal, seja da produção de base familiar camponesa. No Brasil, país de capitalismo tardio, essa transição se deu pelo alto, ao introduzir reformas necessárias à expansão e consolidação do capitalismo conservando os traços patrimonialistas da oligarquia rural. Assim, a República nasceu no país modernizando gradativamente a economia, sem modernizar as relações políticas; afastando a massa de trabalhadores dos processos decisórios, em especial do meio rural, configurando uma modernização conservadora.

Nesse sentido, Caio Prado Jr. (1966) teve uma contribuição fundamental para o pensamento social brasileiro. Rompendo com a perspectiva etapista, influenciada pelo marxismo-leninismo da III Internacional, que impregnava o PCB, conhecida como estratégia nacional-democrática, o autor identificou o processo de colonização como integrante da expansão do capitalismo imperialista e não como restos feudais que precisavam ser superados pela revolução burguesa. Já no período republicano, avalia que o avanço do capitalismo no campo foi acompanhado da piora das condições de vida e de trabalho dos que viviam da subsistência, pois foram se reduzindo e/ou sendo absorvidos pelo assalariamento rural. Apesar de sua análise não considerar a complexidade da composição das classes no meio rural, o autor tem o mérito de tomar a questão agrária como constituinte do processo de transformações operadas na transição para o capitalismo industrial no país.

Ao tratar dos aspectos políticos e sociais da revolução brasileira, não reconhece aqui a existência de uma burguesia

nacional como um segmento progressista que se opunha ao capitalismo imperialista. Ao contrário, compreende que os setores da burguesia se vinculavam aos interesses internacionais. Particularmente no que se refere à burguesia agrária, indica-nos que, em geral, não houve separação entre o proprietário, o capitalista industrial, comercial e financeiro.[1] Apesar de reconhecer a existência do campesinato como um segmento de trabalhadores e produtores autônomos, identificou como predominante o segmento de trabalhadores rurais assalariados prestando serviços para os grandes estabelecimentos.

O autor nos indica que o Estado brasileiro interveio na economia de forma a representar os interesses da burguesia como universais, estabelecendo uma relação paternalista com os sindicatos. Ademais, avaliou como equivocado o movimento que a esquerda brasileira fez em apostar que esse setor implementaria reformas progressistas. Equívoco este que resultou na fragilidade de um projeto alternativo da esquerda e na impossibilidade de resistir à força do golpe militar de 64, capitaneado pelos interesses imperialistas dos EUA, aliados à burguesia dependente da economia internacional, num cenário de guerra fria, em que o fantasma do comunismo pairava sobre a América Latina.

---

[1] Martins (1983) traz uma contribuição fulcral a esse debate quando retoma a crítica ao desenvolvimentismo e à posição do PCB por uma aliança camponês-operária contra o latifúndio e a favor da revolução burguesa, ressaltando a importância da luta camponesa de forma autônoma, expressa pelas Ligas Camponesas, numa conjuntura em que não havia separação entre latifundiário e capitalista. Em seus termos: "As diferentes formas de lutas e os diferentes movimentos expressavam uma só coisa: a luta dos camponeses contra a renda da terra... Eles encontravam pela frente uma classe de proprietários de terra que eram ao mesmo tempo capitalistas, numa situação histórica em que o arrendatário capitalista e o proprietário não se personificaram em classes sociais diferentes. Por isso mesmo é que perdia todo sentido lutar por uma aliança de camponeses e operários com a burguesia contra os latifundiários, como se estes constituíssem uma classe anti-burguesa, pré-capitalista" (MARTINS, 1983, p. 80). Ou seja, a terra não foi um empecilho para o desenvolvimento capitalista, pois interessa tanto ao proprietário quanto ao capitalista o mais-valor, seja pela produção direta, seja pela transferência para a renda da terra. Assim, segundo o autor, a terra não se tornou um obstáculo, mas uma contradição própria do desenvolvimento do capitalismo no campo possibilitando a retenção não do capital propriamente dito, mas da renda capitalizada produzida pelo conjunto da sociedade.

Nesse contexto, Caio Prado Jr. defendeu a necessidade da aliança entre trabalhadores urbanos e rurais através da organização política sindical, para pleitear um conjunto de reformas em benefício do desenvolvimento nacional por meio da intervenção estatal na economia, proporcionando não apenas o desenvolvimento do país, mas do povo brasileiro.

B) Florestan Fernandes e sua interpretação sociológica sobre a revolução burguesa

Florestan Fernandes (2005) adota o método materialista dialético, como Caio Prado Jr, mas guarda diferenças na análise da particularidade brasileira. O autor considera que tratar da burguesia é ter como pressuposto o surgimento do burguês. Este não é oriundo apenas da aristocracia agrária, que participava do processo de composição dos lucros da acumulação primitiva para a economia internacional. Inicialmente, os burgueses constituíram um amontoado diversificado nos centros urbanos, ligados ao comércio local e ao empreendedorismo industrial, ao qual denominou *congérie* social.

O cenário de seu florescimento coincidiu com a formação de um Estado nacional, sob a influência do liberalismo, a partir da Independência do Brasil e sua transição para o período Republicano. Destarte, Fernandes (2005) considera que, ainda que não tenha tido participação popular, este processo representou uma mudança jurídico-política importante. Entretanto, reconhece que sua base material não se alterou, mantendo-se os privilégios da aristocracia rural. Com efeito, o liberalismo se tornou um instrumento político de burocratização do poder patrimonialista.

O capitalismo no Brasil, diferentemente da Europa, não se voltava para o mercado interno, mas para o externo, e parte do excedente econômico passava a fomentar o desenvolvimento urbano-industrial. Os fazendeiros deixavam de ser representantes da coroa portuguesa para serem autônomos, consumindo, aplicando financeiramente ou investindo o excedente nas cidades. Aqui, portanto, o capitalismo já nasceu dependente e periférico, a partir do protagonismo dos fazendeiros e dos imigrantes. Nesse sentido, alguns fazendeiros se adaptaram às relações econômicas em que predominava a acumulação comercial ou financeira de capital e se aburguesaram. Os imigrantes também se tornaram uma força econômica importante em todas as atividades, inclusive no comércio

e nas finanças. Sua participação foi tão importante na economia brasileira que desse segmento surgiram os empreendedores industriais.

Por outro lado, destaca-se que o segmento dos imigrantes não estava comprometido com os ideais da constituição de um capitalismo avançado. Ao contrário, prevalecia nesse segmento a ideia de sucesso individual, dada a possibilidade de "fazer dinheiro" e retornar à pátria de origem.

Ademais, no processo de conformação do domínio burguês no Brasil, na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, Fernandes (2005) considera que as camadas médias, especialmente ligadas às atividades comerciais, viviam às expensas dos privilégios estamentais. Beneficiavam-se, portanto, de ligações com famílias tradicionais, corrompendo a noção de competitividade capitalista, ou seja, utilizando o bem público para favorecimento de interesses pessoais. Nesse sentido, as classes médias tornaram-se bastantes conservadoras, vendo no desenvolvimento do capitalismo o seu florescimento pessoal, em detrimento da modernização política.

Com efeito, o nascimento do Brasil Moderno foi fruto de uma combinação do arcaico com o novo, do poder oligárquico com o desenvolvimento do capitalismo industrial, que resultou num capitalismo periférico e dependente.

Em contraposição ao projeto de modernidade, mesmo com a formalização do trabalho livre, esse arcaísmo caracterizado pela permanência dos privilégios econômicos, políticos e sociais acabou por interferir na luta de classes no período republicano. Com efeito, a luta dos trabalhadores ficou aprisionada a uma condição de subalternidade política, cuja relação com o Estado no tensionamento da "questão social" ora era tratada com paternalismo, ora com dura repressão.

Diante do cenário de crise internacional nos anos 30, período da transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, a burguesia brasileira revelou sua essência. Numa situação de dependência do capitalismo internacional e de suas pressões, somadas às pressões internas da oligarquia rural modernizada e do movimento operário por um pacto social, nossa burguesia escolheu o caminho reacionário e ultraconservador. Dessa forma, rompeu-se com qualquer perspectiva de uma revolução burguesa que se inspirasse no modelo nacional democrático.

Destarte, ainda que as bases estivessem construídas desde a revolução burguesa dos anos 30, foi no período da autocracia burguesa de 64 que se consolidou o capitalismo monopolista no Brasil. Era o cenário da Guerra Fria, no pós-II Guerra Mundial, em que a “ameaça” comunista na América Latina se fazia presente, sobretudo a partir da revolução cubana. Mesmo que alguns governos anteriores tenham ensaiado a incorporação de reformas progressistas, o conservadorismo prevaleceu. Dessa forma, a “Revolução Burguesa em atraso” perdeu em definitivo seu significado revolucionário e a manutenção do poder se deu pela via da contrarrevolução preventiva.

Ademais, a ausência da democracia na modernização do país, mais que isso, o uso recorrente do golpe militarizado de Estado como forma de manutenção da dominação burguesa, atrelada de forma dependente e periférica à economia capitalista internacional, revelou um risco para o próprio domínio burguês. Sem dúvida, ao abdicar da tarefa da democratização nacional, acabou reservando-a para a classe trabalhadora.

Em síntese, as obras de ambos intelectuais são reconhecidas como algumas das bases teórico-políticas que fundamentam a estratégia democrático-popular no período da redemocratização do país, com o enfraquecimento e esgotamento de mais um ciclo autocrático de 1964-1985. Ao texto de Prado Jr. (1966), *A Revolução Brasileira*, é creditado o pioneirismo na crítica à estratégia nacional-democrática hegemônica no PCB nos anos 50 até meados dos anos 60. Já parte significativa da obra de Florestan Fernandes avança em direção à construção objetiva do socialismo se dedicando a sustentar programaticamente a necessidade dos excluídos históricos dos processos políticos no país realizarem a “Revolução Burguesa em atraso”. Estes seriam os protagonistas das lutas por direitos e reformas sociais “dentro” da ordem, constituindo uma processualidade para a sua superação. Em outros termos, em sua análise faltou conteúdo socialista na revolução burguesa, o que caberia então aos “de baixo”, ao povo, ou seja, às massas populares e ao proletariado.

Nessa linha argumentativa Marques (2015, p. 148) nos fornece uma boa síntese:

> Em torno do trabalho, da saúde, da educação, da assistência, do direito à cidade, e à agricultura familiar, dentre tantas outras bandeiras, buscou-se articular o que Fernandes

> denominou por “reformas burguesas em atraso” a um projeto societário contra-hegemônico. Tais articulações nos anos 1980 iriam dar materialidade ao que foi denominado por *Projeto Democrático-Popular*, tendo no Partido dos Trabalhadores (PT), na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) sua vanguarda, e nas lutas por reformas de inegável teor civilizatório, sua gênese.

Antes de ensaiarmos um balanço crítico sobre os efeitos da estratégia democrático-popular para a sociedade brasileira, com destaque para o meio rural, por meio de sua institucionalização a partir dos governos petistas na condução do Estado brasileiro, cabe uma breve apresentação sobre a herança e renovação de uma economia dependente da dinâmica global do capital.

A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA DEPENDENTE EM FACE DO IMPERIALISMO

Tendo sido desvendada a pista que desmontou a tese do “arcaico” contra o “moderno”, que justificava a aliança do operariado com a burguesia para uma revolução burguesa de cunho nacional democrático, outros intelectuais apostaram numa análise dialética da economia política do capital e das relações sociais em seu conjunto, ainda que apontando caminhos distintos para a sua superação.

Em linhas gerais, resguardadas diferenças nas análises, superou-se uma abordagem dicotômica, situando o desenvolvimento do capitalismo no país a partir de uma imbricada e contraditória relação entre o rural e o urbano a partir do seu ingresso tardio na industrialização, e de forma dependente das economias centrais.

O imperialismo se apresentou com duas faces, em uma mesma totalidade: no que diz respeito à economia, num cenário internacional de guerras imperialistas, os países baseados numa economia agroexportadora foram impelidos a migrarem para a industrialização, mas de forma subordinada e dependente dos grandes monopólios, compensando a drenagem do mais-valor para o exterior por meio da superexploração dos trabalhadores urbanos e rurais; no que diz respeito à política, a forma escolhida para a

implementação desse projeto foi a autocracia que excluiu as vozes populares e dissonantes dos centros de decisão.

Em outros termos, o desenvolvimento capitalista no país se deu baseado na superexploração, ou seja, na depreciação permanente do valor do trabalho, pagando abaixo, no caso dos camponeses e trabalhadores rurais, ou no limite, no caso dos trabalhadores urbanos, do tempo necessário de trabalho. Nesse cenário, Marini (2012) criticou duramente as perspectivas reformistas equivocadas da esquerda, que insistiram numa aliança com a burguesia nacional – o que esse autor denominou de política de colaboração de classes. Na direção contrária, reivindicava que as lutas trilhassem o caminho do socialismo.

Intencionamos reter, da análise dialética de Ruy Mauro Marini (2012), a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo dependente com sua teia entre agricultura e indústria, ora se complementando, ora rompendo, a partir de interesses interburgueses distintos, mas sempre em resposta ao domínio imperialista dos monopólios estrangeiros e do capital financeiro. Numa abordagem apurada, o autor esmiuçou as lutas de classes, destacando as diferenças entre o movimento operário urbano (mais reformista, em função da influência das forças políticas atuantes há mais tempo, sobretudo, a partir da "Revolução de 30") e o movimento camponês (mais radical, dado seu afastamento desse caldo cultural da pequena burguesia e sua recente organização enquanto classe para si). Dadas tais diferenças, considerou abstrata a aliança entre os movimentos operário e camponês, em compassos políticos ainda distintos, mesmo após a radicalização das lutas, também no meio urbano, no pós-68. Não por acaso, o desenvolvimento capitalista se deu sob o autoritarismo de políticas que favoreceram abertamente os interesses monopolistas e financeiros em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

Na perspectiva de estabelecer um diálogo crítico com o legado de Ruy Mauro Marini e de outros autores, para avançar na compreensão materialista-dialética do tempo presente, Fontes (2010) nos apresenta a teoria do capital-imperialismo. Recorrendo à contribuição marxista sobre o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo no século XX, a autora busca atualizar a análise para compreender a gênese e a ascensão do domínio do capital monetário, cuja face atual se expressa pela expropriação massiva dos trabalhadores, renovando a exploração capitalista.

Marx já indicava a necessidade da expansão permanente do capital, através da conquista de novos mercados para a sua valorização. Por meio do processo de concentração e centralização de capitais, demonstrou a relação intrínseca entre a industrialização e os aportes do capital monetário na valorização das mercadorias e retenção de lucros pelo setor bancário. Entretanto, Lênin cunhou a expressão imperialismo para designar a fase de domínio dos monopólios através da fusão entre capital industrial e bancário, que caracteriza a determinação cada vez mais intensa do capital monetário no desenvolvimento industrial, tornando-se um pilar essencial do processo de acumulação.

Fontes (2010) destaca que a era do capital-imperialismo renova permanentemente os ciclos de expropriação. Em concordância com Oliveira (2011) e Ianni (2004), a autora sustenta que a "acumulação primitiva" não é algo episódico que ficou circunscrito ao processo de desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra. Nessa linha interpretativa, a "acumulação primitiva" é algo que antecede a consolidação do desenvolvimento capitalista, empurrando massas de trabalhadores para uma relação de assalariamento que supostamente seria permanentemente expandida como condição desse próprio desenvolvimento. Destarte, se num primeiro momento as expropriações se caracterizavam pela liberação da mão de obra do campo para o capitalismo industrial nas cidades, na atualidade, com a marca da precarização do trabalho e do desemprego estrutural, as expropriações se estendem para o campo dos direitos.

Em verdade, na medida em que as relações capitalistas avançam, pela forma assalariada ou não, subtraem-se não apenas terras, concentrando-as na forma propriamente capitalista, mas se subtraem também formas de vida e de existência, tornando contingentes cada vez maiores de populações dependentes do mercado, estranhando a si como sujeitos criadores e criativos da sua própria história.

Alterar esse estado de relações implica em revolucionar severamente a estrutura agrária que participa do processo de acumulação de capital, que, de um lado, concentra terras e, de outro, produz pobreza e miséria. Entretanto, ao contrário de uma revisão desse nível por iniciativa dos diferentes governos, o que se vê é uma política deliberada de aumento da expropriação/exploração,

financiada por organismos financeiros internacionais. Não por acaso, desde os anos 60, como resposta à crise do capital, as políticas de desenvolvimento e combate à pobreza nada mais fazem do que produzir mais pobreza, pois financiam a modernização que joga mais contingentes populacionais na dependência do mercado. A Revolução Verde foi emblemática nessa direção.

Nos termos de Fontes (2010, p. 53):

> Durante a gestão de McNamara no Banco Mundial (1968-1981), foi constituída uma política de base estadunidense, rapidamente convertida em política internacional voltada para a pobreza, em especial a partir dos anos 70. Tal política, aliás, direcionou-se em primeiro lugar à pobreza rural e impulsionou projetos de aumento do crescimento da produtividade rural, através de financiamentos destinados à camada superior dos pequenos agricultores. Como se pode imaginar, derivou da afinidade íntima do Banco Mundial com a Revolução Verde, e que impulsionou a extensão em diversos pontos do planeta de uma agricultura capitalizada, fortemente mecanizada e dependente de pesticidas, promovendo um salto na escala de concentração de terras e, por extensão, nas expropriações primárias. *A atuação internacional "contra a pobreza" destinava-se a, em curto prazo, incentivar as expropriações agrárias de posseiros, parceiros, meeiros e arrendatários* [grifo nosso].

Desde então, o processo de expropriações se intensificou, não se restringindo à usurpação dos meios de produção, mas avançando sobre os conhecimentos seculares e a biodiversidade, numa perspectiva ampliada de mercantilização da vida. Nesse contexto, é ilusório considerar que ainda há os de fora do sistema capitalista. Mesmo que de forma diferenciada e desigual, cada vez mais, populações estão submetidas ao jugo das relações sociais capitalistas, como vem se dando através da apropriação intelectual via patentes que privatizam organismos vivos. Não por acaso, justamente na entrada do século XXI se constituiu o movimento internacional Via Campesina, na perspectiva de enfrentar o pleno domínio do capital sobre o conjunto das relações sociais.

É nesse bojo que as lutas populares camponesas do século XXI ganharam uma perspectiva anticapitalista, pois se consideram dentro do capitalismo, tomando consciência de que devem enfrentá-lo no seu campo e não simplesmente buscando o retorno a uma

sociedade rural ultrapassada, com comunidades isoladas, poderes absolutos e relações patriarcais.

Com efeito, o desenvolvimento do capital-imperialismo em escala global tem sido acompanhado de contradições e crises. A resposta a essas crises tem sido ditada pelos organismos financeiros internacionais, implicando em contrarreformas que atacam os direitos sociais, enfraquecem os sindicatos e as forças políticas de esquerda. Em resposta, a sociedade civil vem fragmentando suas lutas, muito enredada pelo mantra do fim do trabalho, bem como pelo ressentimento com os equívocos da experiência soviética e seu declínio nos anos 80, abrindo o caminho para a ideologia do fim da história, e, portanto, do suposto fim de uma alternativa socialista ao desenvolvimento capitalista. Nesse cenário, passa a haver uma pulverização de lutas e movimentos sociais que centram suas forças não na crítica ao modo de produção capitalista e na superação da sociabilidade que o porta, mas na ampliação da democratização política. Não obstante, devemos lembrar que, ainda que importante nessa ordem, a luta restrita à democratização, como através da ampliação de direitos, revela-se apenas como a contraface das expropriações do capital. Ou seja, é preciso que as lutas tenham como perspectiva uma sociedade para além dos direitos aprisionados nesta sociabilidade.

SÉCULO XXI: O AGRONEGÓCIO E OS RISCOS DA REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA

Tendo trazido à tona as relações de dependência da economia brasileira na teia das relações entre capital e trabalho, no nível internacional, em suas diferentes fases ao longo do século XX, cabe-nos ainda atualizar como a produção agrícola e a questão agrária integram a totalidade da produção global capitalista.

Adentramos o século XXI com as elites agrárias assumindo uma nova roupagem. A questão central é que o latifúndio não deixou de existir, mas se transmutou em corporativismo e agronegócio. Ou seja, não se trata mais da figura de um grande proprietário que gere seu próprio negócio, seja pela especulação da terra, seja tornando-a produtiva. Ao contrário, é preciso compreender a modernização agrícola no bojo de um processo mais amplo de financeirização do capital.

De início, esclarecemos que não se trata de uma integração meramente técnica, mas de um processo intenso de centralização de capitais, dirigido pelo mercado financeiro. Nesse processo devemos destacar o papel do Estado como grande sócio do capital nacional e do mercado financeiro.

Delgado (2012) reitera a importância da categoria *agronegócio* para expressar conceitualmente a particularidade brasileira nessa entrada de século. O agronegócio se caracteriza pela associação do grande capital industrial com a grande propriedade fundiária, como realização de uma estratégia econômica do capital financeiro, que persegue o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado. O autor destaca que é preciso compreender dois eixos estruturantes da agricultura no século XXI: a política de crédito rural e o mercado de terras.

Em termos técnicos, a produção agrícola se caracteriza pela intermitência, isto é, há descontinuidades no próprio ciclo agrícola e entre as safras agrícolas. Sendo assim, durante certo período, o capital fixo fica imobilizado, não produzindo, portanto, mais capital. Como medida da economia política do capital para manter a liquidez e a valorização da produção agrícola, as *commodities* foram criadas para antecipar os preços através da especulação mercantil, transportando as mercadorias no tempo. Essa dinâmica da financeirização da agricultura se assenta num tripé: monopólio, crédito e Estado. Com efeito, ocorre uma integração entre capitais, estimulada pela política de créditos garantida pelo Estado, que beneficia os grandes proprietários de terras em detrimento da agricultura familiar camponesa, pois a política de juros inviabiliza a pequena produção.

Além da política de crédito, a dinâmica ditada pelo capital financeiro se apoia no mercado de terras como forma de reter a renda fundiária. Os produtos agrícolas que garantem o retorno dessa renda são os que têm suas negociações no mercado internacional, sobretudo em *commodities*, isto é, são produtos voltados para a exportação e não para o consumo no mercado interno. Com efeito, estamos tratando de um modelo de agricultura que, em nome da busca por renda, favorece a produção monocultora em detrimento das necessidades nutricionais da população. Nessa direção, alguns estudos comprovam a diminuição do plantio de produtos da cesta básica do trabalhador enquanto há um aumento significativo da produção de *commodities* para o mercado externo.

Em síntese, a forma como a agricultura é integrada estruturalmente ao capitalismo financeiro denota uma grande instabilidade econômica e social, a exemplo da fuga de capitais nos momentos de crise e dos riscos permanentes para a soberania alimentar. Nesse contexto, a análise da dinâmica capitalista contemporânea em sua totalidade, mais uma vez, derruba qualquer tese sobre a questão do monopólio da terra ser um impedimento para o desenvolvimento capitalista, assim como Martins (1983) já havia argumentado, e redimensiona a pauta da reforma agrária.

No bojo da atual fase da acumulação capitalista, o debate do acesso à terra e a direitos para as populações rurais é insuficiente para uma reforma agrária popular. Em outros termos, a reestruturação da política fundiária não tem qualquer sentido isoladamente, devendo estar integrada a políticas macroeconômicas de geração de emprego, de contenção da especulação financeira, de reestruturação do financiamento rural, de investimento em políticas para a soberania alimentar.

Ademais, é extremamente temerário para a estabilidade econômica esse tipo de integração da agricultura, em que os saldos dos ativos agrícolas são considerados salvo conduto para resguardar a economia brasileira do endividamento, como o governo Lula lançou mão a partir de 2003. Na perspectiva de demonstrar a fragilidade da reprimarização da economia, Delgado (2012) recupera a análise da política de Delfim Neto para lidar com a recessão em 1982 e seus efeitos. À época, apostou-se na primarização da economia, com expansão das terras do centro-oeste, para que os saldos das exportações agrícolas compensassem o déficit na balança comercial. Ora, devemos ter em mente que, quando se aborda a economia capitalista à brasileira, falamos de uma economia dependente. Ou seja, parte significativa desses saldos é drenada para o exterior, tornando extremamente frágil a estabilidade econômica.

Essa política econômica foi resgatada no governo Lula na entrada do século XXI. No interstício, com a adoção da orientação política neoliberal com FHC, se transitou para uma fase ultraliberal pautada pela plena abertura ao comércio exterior para atrair investimentos estrangeiros. O resultado foi a desvalorização das rendas fundiária e agrícola. Ocorre que, entre 1994 e 1999, essa política também se mostrou débil, com aumento do déficit que não seria mais compensado pelo superávit primário, mas pelo

endividamento externo. Até que em 1999, diante de mais uma crise no cenário internacional, os capitais migraram jogando o país mais uma vez na busca por uma saída para a estabilidade econômica. As medidas adotadas desde então vieram a caracterizar o agronegócio brasileiro, com o capital financeiro interferindo diretamente no modelo produtivo, assentado numa política de créditos e num mercado de terras que favorece o monopólio e a centralização de capitais.

No segundo mandato do governo FHC, a política se voltou para: investimentos em infraestrutura territorial e em pesquisa, em sincronia com as empresas multinacionais do agronegócio; regulação frouxa do mercado de terras; mudança na política cambial; reativação do crédito rural nos planos de safra. O cenário internacional acenava para uma intensa recepção, mas para meia dúzia de *commodities* em expansão. Os efeitos do recrudescimento do desequilíbrio externo desse projeto apareceram no segundo governo Lula, via reprimarização da economia, cuja política recuperou o investimento nas exportações como forma de se livrar do déficit em conta corrente.

De fato, no período de 2003 a 2007 os saldos comerciais superaram o déficit da “conta corrente”, tornando-a superavitária. O governo apostou no *boom* das *commodities*, investindo no aumento da produção das mesmas. Destaca-se que, quando ocorre o aumento da demanda por *commodities*, o preço da terra e dos arrendamentos é impactado, propiciando incorporação de novas terras e melhor utilização das existentes. Assim, eleva-se a renda fundiária macroeconômica e o preço das terras rurais em geral.[2]

O cerne da questão é que tanto na conjuntura de alta liquidez internacional (com a valorização das commodities e da renda fundiária), como na conjuntura de baixa liquidez internacional (com a desvalorização das commodities, levando à fuga de capitais, estagnação econômica e crise cambial), a dependência do mercado financeiro é evidente.

---

[2] Além do *boom* das *commodities* e das políticas agrícola, comercial e financeira, para aumentar a renda da terra, alterou-se o Código Florestal, já no governo petista da presidenta Dilma, para aumentar áreas de plantio sem indenização por ocupação de áreas anteriormente consideradas como de proteção ambiental. Outra ameaça é a ocupação de terras indígenas, uma questão absolutamente candente na atualidade, tendo em vista os projetos de desenvolvimento em curso que avançam sobre as áreas de populações tradicionais.

Nesse sentido, Delgado (2012) recupera em Marini sua contribuição sobre a teoria da dependência que se caracteriza pela subordinação ao capital internacional a partir da superexploração da força de trabalho. Com efeito, o que se observa é que a repartição interna do excedente econômico na fase expansiva das *commodities* no mercado externo se caracteriza pelo modelo de "rendas de monopólio", resultando em: ultraconcentração da terra, localização e qualidade das terras, acesso a fundos públicos subvencionados e patentes tecnológicas envolvidas na difusão do pacote técnico. Nesse cenário, o aumento da produtividade passa a estar atrelado não apenas à pressão sobre o aumento das áreas para produção, conjugada com pacotes tecnológicos. Por outro lado, o aumento da produtividade do agronegócio não é acompanhado do aumento de salários e empregos não qualificados, associados à produção.

Sem embargo, o que se opera é tanto a superexploração da força de trabalho quanto a degradação do meio ambiente. A superexploração da força de trabalho se dá através não somente de extenuantes jornadas de trabalho, mas da exposição dos trabalhadores a insumos químicos altamente tóxicos. Já os recursos naturais são finitos, mas são tratados de forma predatória e insustentável. Os riscos desse modelo de desenvolvimento para a saúde humana e ambiental são reais e concretos. Entretanto, tais riscos não são contabilizados econômica e ecologicamente, nem tampouco evitados. Assim sendo, as reformas no âmbito da política agrária que não enfrentam a estrutura do agronegócio acabam por retroalimentá-lo. Esse tem sido o caso das políticas de desenvolvimento territorial sustentável e de combate à pobreza rural, o que torna ainda mais vitais as lutas articuladas em torno de um projeto de desenvolvimento agrícola que expresse a construção de um novo modo de produção e de uma nova sociabilidade, como busca esboçar a organização internacional Via Campesina.

DESENVOLVIMENTO RURAL NO ORDENAMENTO ATUAL DO CAPITAL E SUAS CONTRADIÇÕES EM FACE DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR

No intuito de aprofundar a compreensão sobre as contradições do desenvolvimento agrícola e rural na fase atual da acumulação de capital, destacaremos certas medidas políticas

governamentais para a agricultura familiar e o combate à pobreza, que integram o circuito do agronegócio.

Nessa investigação sobre os ciclos de desenvolvimento rural dirigido pelo Estado e as lutas sociais correspondentes, adotamos como referência a classificação de Gómez (2008) para as políticas de desenvolvimento rural na América Latina, com o recorte a partir da adoção das políticas neoliberais: desenvolvimento rural com base local nos anos 1990; e desenvolvimento territorial rural [sustentável] a partir dos anos 2000.[3]

Antecedendo ao neoliberalismo, tivemos um aprofundamento da Revolução Verde com o investimento no Pró-alcool (criado em 1973) após a crise internacional do Petróleo. Em reação surgiu a Comissão Pastoral da Terra, em 1975, em apoio à luta sindical. Na redemocratização, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em 1984, alterando os rumos das lutas rurais, ao colocar novamente na pauta o debate sobre a reforma agrária nas prévias do movimento constituinte. O I Plano Nacional de Reforma Agrária, de 1985, expressou o debate da época, o que envolveu igualmente a organização das elites agrárias. Em resposta, no governo Sarney, surgiram assentamentos rurais como forma de amenização dos conflitos sociais. Não obstante, o MST assumiu um discurso anticapitalista, apoiado na unidade campo/cidade/indígenas, preservando sua autonomia política. Na ocasião, juntamente com o surgimento do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, buscava-se construir um *projeto democrático e popular* no país, como caminho para uma transição socialista. No âmbito da política agrícola, as crises econômicas demonstraram a fragilidade da política de primarização da economia, como a de 1982, e abriram caminho para as mudanças que viriam na década seguinte.

Nos anos 90, tivemos uma política de desenvolvimento rural com base local. A adoção da orientação neoliberal na condução dos rumos econômicos do país traduziu-se, no campo, em medidas para integração dos agricultores familiares ao mercado, com políticas de crédito que fomentam a indústria dos pacotes tecnológicos, bem como na reforma agrária de mercado. Assim, para as políticas de desenvolvimento agrário do governo FHC, os agricultores familiares constituiriam uma nova classe no setor do agrobusiness,

---

[3] Antecedendo esses ciclos, Gómez (2008) indica ainda: Revolução Verde nos anos 1950 e 60; desenvolvimento rural integrado nos anos 1970 e 80.

enfraquecendo a luta camponesa pela construção de uma nova sociabilidade. Essa seria a saída para um quadro de queda do emprego na agricultura, fruto da própria modernização que jogou contingentes populacionais no desemprego, na miséria, na fome. Pela via do crédito, que via de regra significa endividamento, um segmento de pequenos agricultores acessaria recursos financeiros por meio de empréstimo bancário[4], estando este associado aos pacotes tecnológicos atrelados às indústrias de insumos químicos, de sementes e maquinarias.

A abordagem teórica que prevaleceu foi a da conformação de um novo mundo rural, o chamado "rurbano", em que a reforma agrária não teria mais sentido para a economia brasileira. Na acepção de Lustosa (2012), trata-se de transitar do modelo produtivista para o paradigma redistributivista, ou seja, migra-se do investimento em produção para o investimento no consumo. Assim, diante de uma parcela de produtores fora do alcance da integração ao mercado e do crescimento de atividades não agrícolas no meio rural, se defende a pluriatividade como estratégia de combinação de atividades agrícolas e não agrícolas para a sobrevivência familiar como meio de fomentar a economia local. Destarte, diante do desemprego estrutural, trata-se da criação de empregos baratos, sem encargos trabalhistas para proprietários rurais.

No âmbito das lutas sociais, evidenciando não somente que as políticas em curso deixavam uma parcela significativa de fora, mas, igualmente, apontando outra direção para a produção agrícola, surge o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em 1997. Outrossim, em 1991 já havia surgido o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), como reação ao processo de apropriação de terras de populações ribeirinhas para a construção de barragens, como modelo para produção de energia elétrica. Ambos os movimentos, assim como o MST e a CPT, se integraram à organização internacional Via Campesina, que surge em 1993.

A partir dos anos 2000, a política transita para o desenvolvimento territorial rural sustentável. Nesse cenário, o Estado permanece conduzindo uma política em que se desobriga cada vez mais do trato da "questão social" pela via do investimento em

---

[4] Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e suas linhas de crédito.

políticas sociais, apelando às organizações da sociedade civil para que participem da oferta de serviços. Trata-se da combinação entre o livre mercado do agronegócio internacionalizado e as políticas compensatórias para combater a pobreza rural. No caso brasileiro, o neoliberalismo "puro" daria lugar ao neodesenvolvimentismo, com a tarefa supramencionada. Deliberadamente se obscurece que a pobreza é a contraface do mercado, e as políticas são tratadas isoladamente.

Nota-se que na fase contemporânea da acumulação capitalista, dirigida pelo mercado financeiro, as políticas de desenvolvimento territorial rural sustentável surgem como forma de criação de empregos baratos e de combate à pobreza rural, integrando a cadeia do agronegócio. Com efeito, são políticas que buscam minimizar os efeitos negativos do agronegócio, e não os combater.

As políticas de desenvolvimento territorial rural surgiram nos anos 90, sendo propostas por organismos internacionais, a exemplo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Gómez (2008) recupera a proposta de Sepúlveda, Rodríguez e Echeverri, a partir do estudo sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), segundo o qual o *desenvolvimento territorial rural* se traduziria em: transição da economia agrícola para a territorial; resgate da economia territorial e local para o desenvolvimento; transição da competitividade privada para a territorial; gestão ambiental e desenvolvimento de serviços ambientais; ordenamento territorial complementando a descentralização; cooperação e responsabilidade compartilhados através da participação; coordenação entre as políticas macro, setorial e local; superação das políticas compensatórias e articulação de políticas setoriais no território rural; combate à pobreza rural; gestão do conhecimento e inovação. Em outros termos, deslocam-se os conflitos entre classes sociais para um território neutro em que há necessidade de um colaboracionismo entre classes para superar a pobreza, enquanto o mercado continua a comandar e dominar as relações sociais.

Nesse cenário, no âmbito das políticas rurais, sobressai o crescimento de atividades não agrícolas e pluriativas, o desenvolvimento de mercados financeiros rurais, a gestão sustentável de recursos naturais, a melhora da educação etc. Essa agenda se ampara num conjunto de instituições internacionais, que

propagam ideologicamente essa saída. Nesse rol, além das já mencionadas IICA e Rimisp, encontramos a Cepal, o BID, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), o GTZ (Agência Alemã de Cooperação Técnica), o Projeto Regional de Cooperação Técnica e Formação em Economia e Políticas Agrárias e Desenvolvimento Rural na América Latina (Fodepal), o BM e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Agrega-se que a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) criou o Grupo Interinstitucional para o Desenvolvimento Rural na América Latina, entre 2000 e 2002. Essa fórmula apenas agrega novos ingredientes na receita de manutenção de uma economia dependente.

O Brasil, desde 2003, com o início do governo petista, implementa o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT),[5] de forma próxima às ideias do Rimisp e IICA. Ou seja, o programa se assenta no tripé pobreza, participação, território, em que o Estado deve apelar para a participação social e para os recursos e potencialidades do território para combater a pobreza[6]. A participação é fomentada pela criação das Comissões de Implantação de Ações territoriais (Ciats), para construírem planos de desenvolvimento, e pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Nessa medida, a sociedade civil organizada é chamada para definir e decidir sobre a utilização do fundo público, e chancelar a oferta de serviços por ONGs e serviços de voluntariados. Esse tem sido um processo bastante contraditório, que denota claramente os limites da participação democrática na ordem do capital. Ao mesmo tempo em que as conferências são uma importante arena para indicar ao poder

---

[5] O II PNRA recupera a perspectiva democrática presente no I PNRA e avança na ampliação do escopo da reforma agrária, articulando-a com medidas de “combate” à pobreza. Num contexto de desemprego nos meios rural e urbano, o Plano Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, expresso no II PNRA, toma como eixo para a reforma agrária o *desenvolvimento territorial sustentável*. Cf. MDA/INCRA. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/pnra/file/482-ii-pnra>. Acesso em: 20/07/2016.

[6] O Programa vem na trilha do que indica o próprio relatório do Banco Mundial de 2001, que reconheceu que o padrão de vida de 9,8 milhões de pessoas que residem no meio rural brasileiro estava abaixo da linha da pobreza.

público os anseios da sociedade, os conselhos, como instrumentos de controle social, acabam reféns da lógica neoliberal, com uma maioria ratificando e legitimando, em muitos casos, os interesses de uma minoria hegemônica.

A contraface das políticas neoliberais a partir do (des)ajuste proposto pelo "Consenso de Washington" foi o aumento da desigualdade e da pobreza, ao ponto de o próprio Banco Mundial criticar a rigidez do ajuste e propor as medidas já mencionadas, com destaque para o desenvolvimento territorial sustentável que, notoriamente, amenizam a pobreza de um lado e, de outro, a retroalimentam. Grosso modo, a pobreza se tornou mais um negócio para o império dos mercados. Adensando o debate, Lustosa (2012) destaca em sua análise que se trata da transição para o "Pós-Consenso de Washington", em que as agências multilaterais do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) financiam o desenvolvimento, alterando as relações entre Estado, mercado e sociedade.

O governo Lula (PT), que daria institucionalidade política à estratégia democrático-popular, seria um laboratório privilegiado que se propôs a combinar os compromissos macroeconômicos com a urgência social. Assim, o "setor social" ganhou status de igualdade junto à economia e à política. O discurso era de investimento no "social", mas destacando de forma recorrente a restrição de recursos públicos. No âmbito do desenvolvimento rural, permaneceu a política do estímulo ao crescimento do setor rural não agrícola, priorizando o deslocamento da produção para as esferas da circulação e do consumo, para suprir os interesses do capital. Assim, a "reforma agrária" institucional abandonou por completo qualquer enfrentamento à grande propriedade privada, e focou no crescimento do setor de serviços e de processamento de alimentos, bem como em políticas compensatórias e paliativas, como o Bolsa Família. Trata-se, portanto, fundamentalmente, de uma política de "inclusão social" pela via do consumo. Com efeito, a saída do atraso rural, caracterizado pela pobreza e pela miséria, se daria pelo consumo.

Não obstante, Lustosa (2012, p. 227-8) observa que é o âmbito produtivo que financia as próprias políticas sociais, tornando questionável esse deslocamento de investimento:

> Mas, é preciso esclarecer que a redução do emprego numa economia de mercado tem reflexos no sistema de seguridade social, alterando a oferta e os níveis de serviços e as

> oportunidades, diferente dos moldes que fora o sistema de bem-estar social. Isso inevitavelmente terá reflexos nos programas de proteção social e nas políticas sociais, colocando em questão a capacidade de redução das desigualdades previstas pelo governo a partir das políticas assistencialistas, no caso, o Bolsa Família.

Portanto, a ideia que prevalece é de um "crescimento equitativo" a partir do "revisionismo" do neoliberalismo. Ou seja, mantêm-se como seu núcleo duro as privatizações, as descentralizações e a focalização, mas combinando a macroeconomia com políticas que combatam seus efeitos sociais. Num país como o Brasil, cujos índices de pobreza rural são alarmantes, este tipo de política, que propõe a integração da pobreza ao circuito do mercado, encontra terreno fértil.

Em síntese, o que se vê na atual fase de acumulação do capital é a reestruturação do trabalho em todos os âmbitos, inclusive no meio rural e a reconfiguração do Estado para responder às necessidades do mercado. Nesse cenário, os aportes analíticos de cunho desenvolvimentista, que se propõem a interpretar a realidade rural, perdem substância e se atrelam a saídas reformistas, que não abalam as estruturas do sistema, como a ênfase no "território", no desenvolvimento "local" ou "regional", ou ainda na "participação".

Em outros termos, as políticas de desenvolvimento rural integram uma política mais ampla, que reforça a dependência externa e nos mantêm reféns da ordem do capital. Nessa direção, os governos petistas metamorfosearam a estratégia democrático-popular, que abandonou um programa de transição socialista e se tornou um gestor neoliberal do capital[7].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa avaliação, faz-se necessário submeter a economia às necessidades sociais em escala internacional, rompendo com a lógica de domínio do mercado. Contudo, não se trata de negar o desenvolvimento econômico, mas de superar sua apropriação

---

[7] Para aprofundamento, consultar: IASI, M.L. As metamorphoses da consciência de classe – o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

capitalista. Em outros termos, trata-se de uma tarefa extremamente desafiadora para a classe trabalhadora na atualidade.

Nessa direção, Goméz (2008) contextualiza que a luta de classes vem se dando com ampla desigualdade, posto que tem se restringido ao âmbito do jogo democrático burguês. Ocorre que a formalização dos espaços de participação social, a exemplo dos conselhos de direitos, busca dar uma cara de igualdade ao que é desigual, apelando ao consenso para dirimir os conflitos insuperáveis nesta ordem. As lutas sociais, portanto, não podem se restringir à participação nas amarras do controle social instituído, devendo buscar construir um poder popular, que exija do Estado os investimentos necessários para a sociedade, mas aposte igualmente na sua organização autônoma e independente como caminho para a construção de uma nova sociabilidade, um desafio para o conjunto da esquerda.

Nesse cenário de ingresso no século XXI, devemos destacar a permanência da reestruturação do trabalho e da transição da política de desenvolvimento rural, juntamente com o *boom* de ONGs convocadas a participarem das resoluções dos conflitos sociais, como respostas do capital. Igualmente, surgem novos movimentos e organizações sociais que buscam afirmar pautas relegadas pelo movimento sindical e por outros movimentos e partidos políticos, buscando sua organização autônoma e dar voz às suas pautas. Esse é o caso da Marcha das Margaridas e dos Fóruns de Comunidades Tradicionais, que surgem no país buscando dar voz e visibilidade às comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras, dentre outros movimentos.

Diante das políticas de desenvolvimento rural que escamoteiam a luta de classes, utilizando o selo da sustentabilidade, os movimentos camponeses e de comunidades tradicionais vêm enfrentando o capital em sua sanha por territórios. Em aliança com os movimentos urbanos, tais movimentos vêm pautando uma reforma agrária popular para além da democratização da terra, rumo à alteração do modelo produtivo, resistindo às perdas dos territórios por processos de expropriação, valorizando os conhecimentos populares conjugados com o acúmulo do desenvolvimento científico, lutando pela segurança e soberania alimentar e pela biodiversidade. Em síntese, trata-se da defesa da vida humana e ambiental, contra sua mercantilização.

Na atual conjuntura, esses lutadores sofrem novas ofensivas mediante uma avalanche de reformas ultraconservadoras, que se aprofundam a partir de maio de 2016. A conjuntura pós-*impeachment* trouxe impasses para a estratégia democrático-popular e dilemas para o conjunto da esquerda, posto que a mediação histórica do Estado para a garantia de direitos é contraditória. Dialeticamente, é legítima a demanda e a disputa dos trabalhadores pelo fundo público, tendo em vista que é fundamentalmente originado da taxação sobre os trabalhadores. Por outro lado, corre-se o risco do apassivamento da classe trabalhadora.

Inicialmente, a construção da EDP apostou no Estado como instância a ser disputada para a transição socialista. Não obstante, ao longo da experiência petista, o Estado, tido como garantidor de direitos, deixou de ser uma mediação para ser um fim, justificando os processos de cooptação de lideranças.

Essa primeira quadra do século XXI revela o esgotamento do Estado como um hipotético representante do povo e possível garantidor de direitos em escala global. Na particularidade brasileira, a mácula do conservadorismo da revolução burguesa e da contrarrevolução preventiva registrou, em nossos anais, que os expedientes do autoritarismo fazem parte do repertório político, para nos lembrar do caráter burguês do Estado assegurando nosso lugar subalterno na economia internacional. Em outros termos, o capital não se acanha em revezar períodos de democracia e de autocracia, a partir dos interesses da manutenção do seu domínio.

A EDP ousou tentar mudar os rumos dessa história pela via eleitoral. Contudo, os governos petistas se mostraram aprisionados pelo papel de gestores da crise para beneficiamento de setores da burguesia. Por outro lado, buscaram ampliar as políticas de assistência para combater a pobreza e a miséria, mas sem o devido acompanhamento de alternativas de trabalho e de políticas sociais universais nas áreas de educação, saúde, cultura. Ao contrário, no âmbito rural, estas foram sendo fragilizadas, a exemplo dos entraves para a reforma agrária popular, com diminuição da criação de assentamentos, com insuficiência de crédito para a agroecologia, impasses para pequenos agricultores distribuírem seus produtos por

meio de programas do governo[8], fechamento de escolas no campo (tornando uma ironia a insígnia Pátria Educadora do governo Dilma).

Ainda assim, num cenário de "crise" internacional do capital, os recursos destinados para medidas de combate à pobreza e para o conjunto de políticas sociais tornam-se um acinte para a burguesia, que, em nome do desenvolvimento nacional, se coloca a serviço do capital internacional sob o jugo do financismo, defendendo flexibilização nas relações de trabalho, reforma previdenciária, privatização de serviços públicos básicos, mudanças na legislação ambiental para novo impulso à mineração, entrega de territórios a grupos internacionais etc.

Em síntese, estamos sendo cobrados com juros pelos setores mais reacionários da sociedade, resultado, até certo ponto, de anos de implementação de uma estratégia que amansou a luta de classes, colocando como dilema para movimentos sociais de expressão nacional a sobrevivência sem políticas públicas, que estão sendo alvo de um galopante desmonte. Tal cenário joga a luta de classes num outro patamar, convocando o conjunto da esquerda e enfrentar a força do capital, que se apoia no Estado como um elemento central no processo de acumulação, e o pensamento ultraconservador, que joga trabalhador contra trabalhador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRUZ, S.S. *Desenvolvimento, emancipação e campesinato* – a luta dos movimentos camponeses em face dos projetos de desenvolvimento no território fluminense no início do século XXI. Programa de pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Tese de doutorado. 2016.

DELGADO, G.C. *Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio:* mudanças cíclicas em meio século (1965-2012*).* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

FLORESTAN, F. *A revolução burguesa no Brasil* – ensaio de interpretação sociológica. 4. ed. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV; Ed. UFRJ, 2010.

GÓMEZ, J. R. M. Los limites del consenso – la propuesta de desarrollo territorial rural en América Latina. In: FERNANDES, B. M.

[8] Nos referimos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Campesinato e agronegócio na América Latina. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
IANNI, O. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.
IASI, M.L. *As metamorfoses da consciência de classe* – O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
MARINI, R.M. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.
MARQUES, M.G. *Em busca da Revolução Brasileira:* uma análise crítica da Estratégia Democrático-Popular. Curitiba: Ed. Prismas, 2015.
MDA/INCRA. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/pnra/file/482-ii-pnra>. Acesso em: 20/07/2016.
LUSTOSA, M. das G.O.P. *Reforma agrária à brasileira*: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.
MARTINS, J.S. *Os camponeses e a política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. edição. Petrópolis: Vozes, 1983.
OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista* – O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 3ª reimpressão, 2011.
PRADO Jr., C. *A revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR E A EDUCAÇÃO

Caio C. Andrade Bezerra da Silva

É impossível entender efetivamente as diversas reformulações sucedidas, recentemente, na área da educação, sem relacioná-las às demandas colocadas pelo capital, no bojo dos seus processos de expansão, crise e recuperação. Em outras palavras, não obstante o importante papel desempenhado pelos diferentes partidos e governos, em várias partes do mundo, no que diz respeito aos rumos da educação, seria insuficiente descrevê-los sem desvelar sua ligação com a anatomia da sociedade burguesa, e sua dinâmica.

Conforme Mészáros,

> Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (2008, P. 25)

Assim sendo, este capítulo divide-se em três partes. Na primeira, apresentamos algumas reflexões sobre a crise do capital e suas saídas, estreitamente vinculadas às condições da luta de classes. As crises no capitalismo ocorrem desde o século XIX, pelo menos. Nesse intervalo, já se contam mais de vinte delas. Todavia, três se destacam sobre as demais. Elas aconteceram: em meados da década de 1870; na virada dos anos 1920 para os anos 1930; na década de 1970. Tendo em vista o objeto deste estudo, a compreensão, em especial, desta última é fundamental. A partir daí, trata-se de analisar a relação da crise com o advento de "novas" concepções e formas de ação do Estado, lançando as bases de uma contrarreforma generalizada.

A segunda parte discute, à luz da análise anterior, as novas estratégias do capital para a educação e a ação dos governos, partidos e outras organizações, em relação às políticas educacionais. Mais especificamente, o caso brasileiro, e as posições do Partido dos

Trabalhadores ao longo de sua metamorfose. No início da década de 1980, o PT denunciava, e se colocava à frente do combate à mercantilização da educação e ao crescimento do setor privado. Alguns anos depois, foram sendo apresentados diagnósticos e propostas bem diferentes, de modo que, já na década de 1990, era possível observar a defesa de parcerias com o empresariado nas resoluções do Partido dos Trabalhadores.

Na terceira parte, passamos a uma análise crítica das experiências petistas no governo federal. Tanto o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de Lula em 2007, como os programas de Dilma – o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em 2011, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, o documento Pátria Educadora, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2015, entre outros – representam uma espécie de ponto de chegada da trajetória petista, no amoldamento progressivo ao projeto burguês de educação e de sociedade. Daí a relevância de entender seus pressupostos e sua relação com as demandas do capital, considerando a reflexão levantada nas partes precedentes.

Crise do capital e contraofensiva burguesa

Embora marcada por uma miríade de especificidades, a situação econômica, política e social do Brasil, ainda mais no atual grau de desenvolvimento do capitalismo globalizado, deve ser entendida à luz das transformações mundiais ocorridas, pelo menos, desde o último quartel do século XX. Com efeito, é impossível analisar corretamente as transformações sucedidas na realidade nacional apartando-as de suas relações com as tendências e processos internacionais.

A intensa concorrência intercapitalista, a crise do capital, o declínio das experiências socialistas do leste europeu, entre outros processos, formaram uma combinação capaz de afetar globalmente a correlação de forças vigente, colocando a luta de classes em outro patamar. Por conseguinte, foram realizadas significativas alterações na configuração do Estado, nas formas de organização da produção e nas expressões da consciência social.

Os impactos desse processo junto aos instrumentos políticos dos trabalhadores – partidos, movimentos, sindicatos etc. –, que, nos diferentes países, se colocam de maneira mais ou menos crítica à

ordem vigente, não têm sido pequenos desde então. A reestruturação produtiva e a ofensiva político-ideológica burguesa, ampliada, vertiginosamente, com a derrota da alternativa soviética no leste europeu, colocaram o proletariado na defensiva, contribuindo para o isolamento de suas vanguardas mais radicais, e para a cooptação de segmentos intelectuais e políticos da esquerda.

Profundamente envolvido no preparo e na consolidação da assim chamada nova ordem mundial, o Estado incorporou as novas demandas do capital, ao mesmo tempo em que manteve prerrogativas básicas, concernentes à sua condição de ferramenta central na dominação de classe. Diversos governos, inscritos no campo da gestão do desenvolvimento capitalista, sofreram um estreitamento significativo em suas margens de autonomia, e adequaram-se, de diferentes formas, à agenda hegemônica da contrarreforma do Estado.

Não se trata de um fenômeno totalmente inédito. As crises do capital são recorrentes ao longo da sua história. Desde a formação de um mercado global, no início do século XIX, houve mais de vinte crises econômicas internacionais. Tais acontecimentos, portanto, não são meros acidentes de percurso no processo de acumulação capitalista. Ao contrário, sendo inerentes a este processo, podem ser explicados com base em determinadas leis gerais que permitem, inclusive, verificar uma espécie de regularidade cíclica e periódica.

Nessa linha, Mandel afirma:

> Supor que uma doença que se repete vinte vezes tenha a cada vez causas particulares e únicas, fundamentalmente estranhas à natureza mesma do doente – causas 'políticas', como afirmam friamente os professores Claassen e Linbeck em *Turbulências de uma Economia Próspera* –, é claramente inverossímil e ilógico (1990, p. 37).

A cada nova crise, porém, o mundo encontra-se em um momento diferente da anterior. Cada depressão apresenta elementos específicos, seja na forma como se manifesta, seja na combinação com os aspectos econômicos, políticos e sociais próprios de cada conjuntura. As mais cruciais estão na base de importantes mudanças operadas nos processos produtivos, na modernização tecnológica, na configuração do Estado, no (des)equilíbrio de forças

da luta de classes, no desenvolvimento do imperialismo, e em diversos outros aspectos relacionados ao movimento de acumulação de capital.

O famigerado *crash* de 1929, por exemplo, desabonou a crença na capacidade de autorregulação do mercado, corroendo os pilares de sustentação do *laissez-faire* econômico, e criando as condições para o advento de novos padrões de regulação estatal – necessários para assegurar a estabilidade e fazer face ao espectro comunista. Esta questão assumiu uma importância geopolítica ainda maior após 1945, com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, e o alçamento da Guerra Fria ao primeiro plano (BENTO, 2003).

Já a crise dos anos 1970 revelou o esgotamento da cartilha fordista-keynesiana, impelindo os capitalistas a uma feroz cruzada contra os direitos sociais e trabalhistas, constituídos ao longo de três décadas. A ávida busca pela recuperação das taxas de lucro desencadeou uma monumental contraofensiva burguesa global, enquanto o bloco socialista paulatinamente perdia força. Nos termos de Harvey, "na longa dinâmica da luta de classes depois da crise de 1973, os movimentos da classe trabalhadora em todo o mundo foram postos na defensiva" (2005, p. 140).

Esse movimento concorre para o desmantelamento do Estado de Bem-estar Social, temporariamente erigido em algumas potências. Os desdobramentos colocados, contudo, tiveram alcance global, ameaçando uma série de direitos conquistados pela pressão da classe trabalhadora, organizada em praticamente todos os países. Na análise de Bento,

> A partir da primeira metade da década de 1970, o Estado de Bem-estar Social, segundo a opinião cada vez mais generalizada dos analistas, começa a apresentar sinais de esgotamento. Ao que tudo parecia indicar, a suprema criação do capitalismo organizado e maduro do pós-guerra estava no limite das suas possibilidades. A perda do dinamismo econômico dos principais países industrializados, indicada pela queda das taxas de crescimento, pela estagnação dos salários, pelo aumento da concentração de renda, entre outros fatores, colocou em discussão a necessidade de rever os papéis do Estado, a continuidade de suas políticas econômicas e sociais, e, numa perspectiva mais ampla, as relações desse Estado protetor com o mercado e a sociedade civil. (2003, p. 36).

Chesnais, por sua vez, assinala o processo de intensificação do servilismo dos governos em face do capital monetário, de modo que seu funcionamento volta-se cada vez mais diretamente para a busca de credibilidade diante dos mercados. Embora reconheça que a riqueza se cria na produção, o especialista francês chama atenção para o peso crescente da esfera financeira no comando sobre seu destino. O autor aponta ainda que "o nível de endividamento dos Estados perante os grandes fundos de aplicação privados (os 'mercados') deixa-lhes com pouca margem para agir senão em conformidade com as posições definidas por tais mercados..." (CHESNAIS, 1996, p. 15).

Isto posto, é equivocado utilizar a expressão Reforma do Estado dentro do panorama descrito. A palavra reforma sempre esteve associada a mudanças progressistas reclamadas e conquistadas pela mobilização dos setores subalternos, assumindo uma conotação de esquerda – ainda que por vezes contraposta à noção de revolução. Com vistas à dissimulação do sentido retrógrado de suas propostas, as classes dominantes utilizam a seu favor o charme inerente ao termo reforma. Deste modo, Behring afirma que "esteve em curso no Brasil dos anos 1990 uma contra-reforma do Estado, e não uma 'reforma', como apontavam – e ainda o fazem – seus defensores" (2008, p. 281).

Coutinho (2012) é clarividente a esse respeito, indicando traços de continuidade deste movimento para além dos anos 1990, e afastando a hipótese de uma revolução passiva como chave de análise. A diferença básica entre os conceitos de revolução passiva e contra-reforma é que, enquanto o primeiro corresponde ao processo pelo qual, em reação à pressão popular, os conservadores incorporam algumas de suas demandas, e fazem concessões no âmbito de uma política mais geral de restauração da ordem, o segundo consiste na prevalência do retrocesso para os de baixo, de modo que as classes dominantes efetivam o desmonte de direitos e conquistas sociais.

Efetivamente, após e chegada de Lula à presidência da República, verificou-se um aumento significativo das ações governamentais para dar tratamento ao aumento da pobreza decorrente das políticas neoliberais. Mas, ainda de acordo com Coutinho, "esta 'preocupação' – que levou à adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas, como é o caso do Fome Zero aqui

no Brasil – não anula o fato de que estamos diante de uma indiscutível contra-reforma” (2012, p. 123).

Analisando o pensamento de Gramsci, Coutinho (2012) também chama atenção para o fato de que, apesar de o transformismo aparecer associado à revolução passiva na obra do revolucionário italiano, isso não significa que a cooptação de lideranças políticas e culturais das classes subalternas, buscando abafar-lhes o potencial de transformação social, não possa estar ligada também a processos de contrarreforma. Ou seja, a presença do transformismo não pode, de acordo com o autor, ser vista como critério isolado na caracterização dos processos históricos.

Em linhas gerais, é sobre este terreno, de crise do capital, reação burguesa, e contrarreforma do Estado, que se operam as transformações nas políticas educacionais em todo o mundo. Da mesma forma, é nessas condições que se apresentam os sujeitos, mais ou menos esperados, para aplicá-las em cada país, com diferentes variações.

PT: DE REFERÊNCIA NA LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA A OPERADOR DO PROJETO BURGUÊS DE EDUCAÇÃO

A readequação tática do Ocidente, na segunda metade da Guerra Fria, implicou em um novo papel para a educação. O Banco Mundial passou a operar de forma mais direta e específica na área, em consonância com o deslocamento do eixo desenvolvimentista para o binômio pobreza/segurança, no alicerce das políticas para o chamado Terceiro Mundo. Leher defende a tese de que a redefinição dos sistemas educacionais está situada no bojo das reformas estruturais encaminhadas pelo Banco Mundial, instituição que assume em diversos momentos um papel de ministério internacional da educação.

O autor analisa criticamente a concepção dominante, atribuindo à educação uma função de suporte aos processos de controle da classe trabalhadora e garantia da ordem burguesa. Assim, recupera a emblemática trajetória de Robert McNamara – representativa do processo de redefinição das táticas capitalistas em relação à Guerra Fria, na virada dos anos 1960 para os anos 1970.

Conforme explica Leher,

> Com o descrédito da doutrina da contra-insurgência, as agências internacionais passaram a intervir mais fortemente na política interna dos países em desenvolvimento, valendo-se, em grande parte, das proposições de McNamara. De fato, em 1968, o novo presidente do Banco Mundial, até então secretário de Defesa dos Estados Unidos (1961-1968) e, como tal, um dos mentores da intervenção no Vietnã, promoveu mudanças na orientação da instituição que ainda precisam ser investigadas, tendo em vista o alcance das mesmas. (1999, pp. 21-22).

Era importante aprimorar o uso de mecanismos extramilitares, notadamente a educação, para conter povos potencialmente sensíveis ao comunismo e “resguardar a estabilidade do mundo ocidental”. O controle essencialmente bélico das tensões sociais, econômicas e políticas nos países capitalistas, em especial os mais pobres e desiguais, defrontava-se com sérios limites. Por conseguinte, era necessário aperfeiçoar qualitativamente a intervenção coordenada nos sistemas de ensino da periferia mundial, principalmente na América Latina e na Ásia. Desde então, o peso da educação na reprodução da hegemonia burguesa nunca mais foi o mesmo, ainda que seu papel específico mude de acordo com a conjuntura.

A esse respeito, Motta estabelece uma interessante análise, comparando o contexto da Guerra Fria com a chamada Nova Ordem Mundial:

> No contexto da Guerra Fria, o argumento das políticas do Banco Mundial residia na ameaça das ideias comunistas – a pobreza é a mãe do comunismo, que destrói as liberdades e a democracia – e a educação foi identificada como um importante mecanismo na “cruzada” pela disseminação do modelo democrático americano. No momento seguinte, acomodadas as polaridades ideológicas e num contexto de intensificação do avanço tecnológico, os argumentos passaram a residir no aumento da competitividade para o ingresso no mercado livre e mundializado e na ameaça da desestabilização da economia internacional. As estratégias defendidas foram investir em pessoas, no capital humano, para ampliar o nível de escolaridade da população, melhorar a qualificação do trabalhador e reduzir a pobreza aumentando a produtividade do

> pobre para o crescimento econômico e desenvolvimento social. (MOTTA, 2012, pp. 269-270)

A extinção da URSS em 1991 foi um importante marco no processo que consolidou a globalização neoliberal e abriu caminho para a radicalização da contraofensiva burguesa no mundo. O impacto deste abalo em cada país foi desigual, em função de suas particularidades históricas, sociais, políticas etc. No Brasil, a luta contra a ditadura empresarial militar decadente produziu uma ascensão das mobilizações de massas entre as décadas de 1970 e 1980, com destaque para o movimento estudantil e, principalmente, operário.

Nessa delicada, “lenta, gradual e segura abertura”, foi criado o Partido dos Trabalhadores. Todavia, à medida que amadurecia a transição institucional de volta à forma “democrática” de dominação burguesa no país, estreitava-se a janela local de resistência à avalanche mundial sobre a classe trabalhadora. Após a grave crise do final dos anos 1980, a já citada ruína soviética, alternativa concreta mais forte ao mundo capitalista até então, e a pandemia neoliberal na década de 1990, chegou-se a anunciar o “fim da história”. O êxito do processo contrarrevolucionário do século XX produziu as condições objetivas e subjetivas para o embotamento do movimento operário e popular em todos os quadrantes.

O caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, é emblemático. Tumolo analisa a trajetória desta central sindical, marcada essencialmente por três fases:

> Primeiramente, aquela que vai de 1978-1983 até aproximadamente 1988, que se caracteriza por uma ação sindical combativa e de confronto. A segunda, cujo período aproximado é de 1988 a 1991, que pode ser classificada como fase de transição e, por ultimo, a mais recente caracterizada por um sindicalismo propositivo e negociador. Trata-se, portanto, de uma mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/ negociação/ participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da cidadania. (TUMOLO, 2002, p. 129)

A tragédia proletária internacional não apenas adiou as perspectivas de superação do capitalismo, como carcomeu o gume

revolucionário de variadas organizações classistas. Diante deste quadro, as sementes do amoldamento à ordem tinham terrenos férteis à disposição para germinar e dar frutos, enquanto secava o solo das sementes anticapitalistas. O PT não fugiu a essa regra. Seu movimento transformista foi fortalecido e acelerado na virada da década de 1980 para a década de 1990, quando o partido ingressou em uma nova fase – marcada, sobretudo, por alianças com facções burguesas. Os efeitos são perceptíveis em diversas frentes de atuação do Partido dos Trabalhadores, entre elas a educação.

O Programa Político de 1980, ano da fundação efetiva do PT, afirma a educação, a cultura, a alimentação e a saúde como "direitos do povo que, contudo, vem sendo transformados em campo livre para o enriquecimento de uma minoria de privilegiados" (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013 [1980], p. 3). Este documento, portanto, revela uma crítica contundente ao processo de mercantilização das necessidades humanas no atual momento histórico, e apresenta, de certa forma, a existência de um antagonismo entre a garantia de direitos e os interesses econômicos das classes dominantes. O Programa denuncia, ademais, "a deterioração e a privatização crescentes do ensino" (*idem*), prejudicando os profissionais da área e o público usuário. Educação e saúde são vistos como direitos básicos de uma nação verdadeiramente democrática, afirmando-se que o PT lutaria por esses direitos.

A Plataforma Eleitoral de 1982 denuncia a falta de prioridade dada à educação, e defende que "uma mobilização nacional poderia erradicar o analfabetismo, neste país, em menos de três anos" (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013 [1982], p. 4). O documento afirma, ainda, a necessidade de "pôr um fim no grande negócio que se tornou a educação. A educação também não pode ser objeto de lucro" (*idem*). Ademais, merecem destaque propostas como ensino público e gratuito em todos os níveis, mais verbas, e melhores salários a professores e funcionários.

O Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores Para o Período 1986/ 1987/ 1988, aprovado em seu IV Encontro Nacional, coloca a importância de aprofundar a construção de um projeto alternativo, de contraponto, ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. No bojo desse projeto, a educação e a saúde públicas figuram entre as prioridades, junto a uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores, estatização do

sistema bancário e financeiro, estatização gradativa dos sistemas de transportes, estatização da indústria farmacêutica etc.

O documento acima aponta a linha de intervenção do partido na Constituinte, advogando a radicalização da democracia, com a conquista de direitos fundamentais no plano social e político. Todavia, chama a atenção para o imperativo de não se limitar a esses aspectos, colocando na ordem do dia "transformações econômico-sociais que levem a uma mudança efetiva na estrutura da sociedade" (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013 [1986], p.31). A partir daí, mais uma vez menciona a relevância da educação pública nessa ação. Na discussão acerca dos eixos de governo, o Plano postula o compromisso de se

> ...colocar a administração estadual a serviço dos interesses sociais e econômicos dos trabalhadores, através de prioridades de investimentos, obras e serviços, avançando para o socialismo. [...] Nos governos do PT, os serviços públicos de saúde e educação terão prioridade e o Estado inverterá a tendência atual de privatização desses serviços, que serão públicos e gratuitos e atingirão, progressivamente, toda a população. Os governos do PT não darão recursos a incentivos ou facilidades legais e fiscais para as escolas e hospitais privados, exceto às instituições sem fins lucrativos e sob controle popular. (*Idem*, p. 35)

O V Encontro Nacional de 1987, por seu turno, aprovou um texto de Resoluções Políticas nas quais há, dentre outras questões, uma caracterização da relação entre o PT e o movimento popular, em que é identificado um "grande potencial na luta pelo socialismo", tendo em vista "objetivos e propostas que, se em tese são possíveis dentro do capitalismo, a atual sociedade capitalista não parece capaz ou disposta a ceder" (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013 [1987], p. 29). Nesse sentido, são explicitadas bandeiras centrais, dentre as quais se inclui a educação.

Já no VI Encontro Nacional, de 1989, foi elaborada uma resolução intitulada As Bases do Plano de Ação de Governo (PAG), que em relação à educação apresenta duras críticas contra a destinação de verbas públicas para a rede privada. "A estrutura estatal assegurou que a educação servisse, dessa forma, à acumulação de capital" (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013 [1989], p. 17). A partir daí, é preconizada a construção de "uma

escola pública popular, quanto ao seu acesso, permanência e conclusão, e quanto à sua gestão, garantidas a competência e a boa qualidade" (*idem*).

São propostas, assim, as seguintes medidas governamentais: ampliação da rede pública, com a meta de torná-la exclusiva no prazo de dez anos; democratização da gestão do sistema escolar, com a criação de conselhos populares e garantia de autonomia; plano de cargos e salários para os educadores, e condições de trabalho; realocação de recursos, além dos liberados pela política de desprivatização do Estado e da supressão do ingresso de verbas públicas no ensino privado; ações para a erradicação do analfabetismo funcional e alfabetização no prazo de quatro anos.

A partir de 1990, as resoluções políticas petistas passam a discutir a educação associada a bandeiras "novas": a descentralização do Estado, a maior eficiência da máquina pública, a integração ao mercado de trabalho, o crescimento com distribuição de renda, a criação de mercado interno de massas, dentre outras. Além disso, o foco da política educacional desloca-se da disputa entre público e privado para a oferta de "educação para todos", sem discutir que educação seria essa.

Nos escritos oriundos do I Congresso, realizado no ano de 1991, a palavra educação aparece poucas vezes, como suporte, na verdade, para outras questões. Primeiro, o tema aparece como uma das áreas nas quais seria importante elaborar projetos políticos a partir das diferentes realidades socioeconômicas dos estados, visando a superar dificuldades na interiorização do partido. Em seguida, a educação aparece como um dos campos principais de combate ao racismo, junto às prisões e ao mercado de trabalho. Por fim, após afirmar a necessidade de o movimento sindical assumir "plenamente a luta política pelo alargamento dos direitos da cidadania", bem como "dirigir sua atuação para os marginalizados e excluídos da sociedade capitalista, exercendo ampla ação de solidariedade social junto a esses setores", o texto assevera que

> Igualmente, é seu papel exigir do Estado uma atuação na área de serviços públicos, principalmente da educação, formação profissional, seguro-desemprego, levando a sociedade a lutar por reformas que viabilizem a incorporação dessas dezenas de

> milhões de brasileiros ao mercado de trabalho e nos serviços públicos. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013 [1991], p. 24).

A citação acima é sintomática, expressando, em poucas linhas, a incorporação de elementos inerentes ao programa dominante de educação. Trata-se de um passo sensível no processo de assimilação de postulados da ideologia burguesa: a educação e a formação profissional são associadas ao problema de integração de milhões de brasileiros ao mercado de trabalho. Quaisquer semelhanças com a tese do capital humano e a noção de empregabilidade não são mera coincidência. Como explica Motta a esse respeito,

> Investir no capital humano, via escolarização ou treinamento e através de acesso aos graus mais elevados de ensino, seria garantia de ascensão a um trabalho qualificado e, consequentemente, a níveis de renda cada vez mais elevados. Qualificados para o mercado e ascendendo profissionalmente, o indivíduo garantiria o bem-estar social e econômico de si e seus familiares. (MOTTA, 2012, p. 271)

Na mesma época, também já se observavam significativos sinais de adaptação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). De acordo com Oliveira e Barros,

> Desde 1990, a entidade vem participando de espaços de debate e elaboração de políticas públicas para a educação, apoiando, ora de forma mais contida, ora de forma mais explícita as propostas neoliberais para educação, contribuindo para a realização da política da conservação junto aos profissionais da educação básica. Na construção do consenso às propostas neoliberais para a educação, a entidade organizou congressos, publicações, debates que visavam à formação técnica e política da categoria. (2015, p. 182).

Outro rico material para análise, publicado em 1994, chama-se Lula Presidente: Uma Revolução Democrática no Brasil – Bases do Programa de Governo, Partido dos Trabalhadores. A cartilha apresenta um item intitulado Educação: Prioridade Máxima, que caracteriza a situação do país a partir de graves problemas: crianças fora da escola, analfabetismo, parco acesso à universidade, baixo investimento, políticas equivocadas, ausência de autonomia

pedagógica, falta de participação da comunidade, entre outros. Para superar o quadro colocado, é proposta uma nova visão. Afirma-se que "o governo democrático popular realizará uma verdadeira revolução na educação do país" (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013 [1994], p. 83).

Algumas diretrizes são apontadas: a educação pública, gratuita e democrática, com meta de investimento de 10% do PIB; superação do tecnicismo; universalização do ensino fundamental, expansão do ensino médio, redução da evasão e repetência; cidadania plena e aperfeiçoamento da democracia. Em seguida, diferentes setores da sociedade são impelidos a uma mobilização nacional nesta direção: sindicatos, movimentos sociais, estados, municípios, entidades da sociedade civil, e... o empresariado!

Como vimos, menos de uma década antes o PT mostrava indignação face à transformação da educação num campo livre para o enriquecimento de uma minoria de privilegiados. Ou seja, outra educação só seria possível em oposição aos interesses desta minoria. Contraditoriamente, anos mais tarde os trabalhadores são convidados a participar, junto aos privilegiados, de uma ação nacional pela educação, abstraindo a contradição de classes no processo.

Este processo não estava restrito a uma candidatura, e nem mesmo ao próprio partido. Seu alcance incluía diversos setores do movimento sindical e social, como um todo. Por exemplo: em 1997, era publicado o Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira. Fruto dos debates do II Congresso Nacional de Educação (CONED), e referência dos movimentos de luta pela educação pública até os dias atuais, o texto, contudo, já continha uma declaração explícita de abertura ao setor privado, curiosamente localizada na seção que trata sobre Instrumentos e Mecanismos da Gestão Democrática: "Quanto às parcerias – Poder Público/empresas privadas – admite-se a adoção dessa estratégia visando a criação de alternativas para saldar a imensa dívida social na área educacional." (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2016 [1997], p. 37).

Naturalmente, o Programa de Governo apresentado pelo PT por ocasião das eleições presidenciais de 2002, intitulado Uma Escola do Tamanho do Brasil, associa a educação à inserção da juventude no mercado de trabalho, à competição internacional e à mitigação da violência. A política educacional vigente é caracterizada

pela centralização do controle, descentralização da execução e insuficiência geral dos recursos; a privatização do atendimento, sobretudo no ensino superior, também é destacada. Não se trataria de um processo de venda das universidades e escolas públicas, mas de acelerado aumento proporcional da rede privada. Com relação à educação básica, o documento critica o baixo volume de investimento do governo federal. O documento anuncia:

> O governo Lula vai, por isso mesmo, estimular a absorção das melhores práticas educacionais desenvolvidas ao longo dos anos tanto nos países de economia avançada quanto nas nações que, na história recente, fizeram do investimento maciço em educação a base para o seu salto humano e técnico. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013 [2002], p. 4)

Como será visto na próxima seção, parte da promessa foi cumprida, principalmente se for levada em consideração a amplitude da expressão "países de economia avançada" e a vagueza do termo "melhores práticas". Contudo, as políticas educacionais dos governos Lula, e também Dilma, tem muito mais continuidades do que rupturas em relação à trajetória do PT pré Planalto. A transformação se desenvolve em um longo movimento, e suas bases já aparecem desde a passagem da década de 1980 para a década de 1990, como se pôde verificar. Fundamentalmente, o caminho trilhado pela organização política em tela vai da contestação ao capital à busca pela sua gestão eficiente, como se fosse possível eliminar suas contradições, e manter o pacto de classes, por muito tempo.

OS GOVERNOS PETISTAS E O AVANÇO DO PROJETO DE EDUCAÇÃO DO CAPITAL

O empresariado aceitou o convite para compor um pacto nacional na área de educação e teve incentivo o bastante para comandar o "milagre" da expansão do ensino privado: "educação para todos", desde que cada vez mais vendida pelo oligopólio empresarial da certificação em massa. Ao mesmo tempo, o empresariamento também logrou avançar a passos largos sobre o setor público, progressivamente submetido a padrões de gestão privada, com currículos voltados para o mercado, avaliações externas de larga escala, *rankings*, "parcerias", cursos pagos etc.

Segundo Costa, Neto e Souza (2009, p. 18), desde o primeiro governo Lula, vinha sendo aplicada uma política educacional "subordinada aos acordos com o FMI e o Banco Mundial que se expressam no aprofundamento do plano de ajuste neoliberal", semelhante à era FHC. Uma das grandes diferenças foi que, em função de sua origem e trajetória, o PT poderia aplicar tal receituário tendo pela frente não apenas uma resistência infinitamente menor por parte dos movimentos popular e sindical, como até apoio de parcelas significativas destes mesmos movimentos.

Analisando as linhas de continuidade entre os governos do PSDB e do PT, de Fernando Henrique Cardoso a Dilma Roussef, passando por Lula, Lamosa explica que

> A inserção dos empresários brasileiros nas escolas públicas de Educação Básica tem sido objeto das políticas públicas federais nos últimos vinte anos. As políticas que foram produzidas no interior do MEC, desde a década de 1990, têm na Declaração Mundial sobre Educação para Todos sua principal referência. Estas políticas se materializam em planos e programas que perpassaram tanto os dois governos Fernando Henrique Cardoso/ PSDB (1994-2002), quanto os três governos do Partido dos Trabalhadores (PT): Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2013). (LAMOSA, 2014, pp. 147-148)

Uma das grandes novidades a partir do primeiro governo Lula, entretanto, foi a grande desarticulação dos fóruns, movimentos e entidades que faziam frente aos interesses neoliberais em relação à educação. Com a chegada do PT ao governo federal, o campo de defesa da educação pública numa perspectiva dos trabalhadores dividiu-se completamente: de um lado, aqueles que mantiveram a independência em relação ao Planalto, para garantir com coerência a luta por uma escola unitária, politécnica e crítica; do outro, os que abraçaram o governismo cego, buscando blindar projetos que transferem vultosos recursos públicos ao ensino privado, como o ProUni (Programa Universidade para Todos).

Nesse cenário, se instrumentos como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Nacional dos Estudantes (UNE), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e outros, já vinham sofrendo processos de amoldamento à ordem,

desde, pelo menos, a virada entre os anos 1980 e 1990, a partir do primeiro governo Lula foram completamente desarmados, perdendo quaisquer possibilidades de sustentar bandeiras históricas da classe trabalhadora. Ao contrário, suas direções se empenharam em amortecer ou eliminar qualquer rota de colisão entre sindicatos e movimentos populares e os governos petistas.

Leher chama atenção em relação a importantes dados referentes às ações empreendidas por Lula já em seu primeiro governo, quando houve um crescimento vertiginoso da captação de financiamento junto ao Banco Mundial:

> Conforme o INESC, em 2004 as verbas do Banco no Orçamento da União totalizaram R$ 576 milhões e, em 2005, o Projeto de Lei de Orçamento registra um salto para R$ 5,97 bilhões: um crescimento de 1000%! Assim, distintamente das expectativas, a presença do Banco é mais ampla do que com Cardoso e isso emoldura grande parte da educação nos marcos definidos pelo organismo: focalização do/no ensino fundamental, conversão das escolas em lócus das políticas assistenciais (Bolsa Família, por exemplo), adestramento da força de trabalho nas unidades de formação técnico-profissional, combate ao modelo europeu de universidade, autonomia como desregulamentação das instituições universitárias para atuarem no mercado e, mais amplamente, aprofundamento da mercantilização da educação. (LEHER, 2005, p. 48).

O Movimento Todos Pela Educação (TPE) ganhou um impulso significativo. Trata-se de uma coligação de megaempresas que se apresenta como iniciativa da sociedade civil, e, além de indicar quadros para ocupar cargos estratégicos no MEC, vem ditando os rumos da política educacional brasileira. Exemplo didático nesse sentido é a incorporação do próprio nome do movimento enquanto política de Estado, no Plano de Metas batizado de Compromisso Todos Pela Educação (Decreto nº 6.094/2007). Estamos falando da burguesia reunindo suas iniciativas dispersas sobre a educação e agindo de forma centralizada, como classe.

Como chama atenção Leher,

> Embora o Todos Pela Educação seja formalmente uma iniciativa de classe, autônoma em relação ao Estado e ao governo, somente pode cumprir seus objetivos operando por meio dos governos e, por isso, vem construindo, em seus conselhos,

> articulações com os novos gestores da educação pública no Brasil, tanto no MEC, como nas secretarias de educação. (2012, p. 7).

O que querem estes grupos em relação à educação no Brasil? Estão interessados em promover a caridade, o bem estar do povo, a justiça social? De acordo com Saviani, "é preciso cautela para não cairmos na ingenuidade de acreditar, sem reservas, nas boas intenções que agora, finalmente, teriam se apoderado de nossas elites econômicas e políticas." (SAVIANI, 2007, p. 1251). A coalizão burguesa organizada no TPE tem interesse em interferir nas políticas públicas para educação de acordo com as demandas capitalistas. Em uma conjuntura de crise prolongada, é importante a esses setores garantirem novos ramos de investimento seguro e rentável.

O crescimento vertiginoso das instituições privadas de ensino e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), dentre outras medidas do gênero, caminham nessa direção, bem como a intensificação e o aprimoramento das formas de exploração do trabalho docente. Além disso, o TPE tem como objetivo estratégico difundir uma pedagogia do capital, isto é, incutir cada vez mais no processo educacional a ideologia burguesa. Para Saviani,

> A lógica que embasa a proposta do "Compromisso Todos pela Educação" pode ser traduzida como uma espécie de "pedagogia de resultados": o governo se equipa com instrumentos de avaliação dos produtos, forçando, com isso, que o processo se ajuste às exigências postas pela demanda das empresas." (SAVIANI, 2007, p. 1252)

Simultaneamente ao decreto 6.094/07 (Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação), o Ministério da Educação realizou o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), documento que reuniu praticamente todos os programas desenvolvidos pelo MEC na época. Saviani discute o documento, chamando atenção, entre outras coisas, para a flagrante falta de sintonia entre o Plano de Desenvolvimento da Educação e o PNE vigente. Na avaliação do autor, o PDE não configura um programa voltado ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, sendo composto de ações que pouco se articulam com este. Deste modo,

> A conclusão que se patenteia é que o PDE foi formulado paralelamente e sem levar em conta o disposto no PNE. E, como adotou o nome de Plano, projeta a percepção de que se trata de um novo Plano Nacional de Educação, que estaria sendo colocado no lugar do PNE aprovado pelo Congresso Nacional em 9 de janeiro de 2001. (SAVIANI, 2007, pp. 1240-1241).

O PNE 2001-2011 foi aprovado no final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, com nove vetos do então Presidente da República. A mutilação do texto final incidiu, sobretudo, nos pontos relacionados ao financiamento, dimensão imprescindível à materialização das metas propostas no Plano – sem entrar no mérito das mesmas. Novamente segundo Saviani,

> Nessas circunstâncias, considerando que o PT patrocinara a elaboração da denominada "proposta de Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira", produzida no âmbito dos Congressos Nacionais de Educação, tendo sido, também, o PT que encabeçou a apresentação do projeto de PNE da oposição na Câmara dos Deputados, em 10 de fevereiro de 1998, esperava-se que, ao chegar ao poder com a vitória de Lula nas eleições de 2002, a primeira medida a ser tomada seria a derrubada dos vetos do PNE. Mas isso não foi feito. Além disso, a lei que instituiu o PNE previa, no artigo 3º, que sua implantação seria avaliada periodicamente, sendo que a primeira avaliação deveria ocorrer no quarto ano de vigência, ou seja, em 2004, para o fim de se corrigir as deficiências e distorções. Em 2004 estávamos em plena vigência do primeiro mandato de Lula, mas nada foi feito para dar cumprimento a esse dispositivo legal. E agora, quando o PNE se encontra a menos de quatro anos do encerramento de seu prazo de vigência, anuncia-se o PDE formulado à margem e independentemente do PNE. (SAVIANI, 2007, p. 1241).

Lula criou as condições para um salto de qualidade na penetração do capital nas políticas educacionais, privilegiando as demandas empresariais, e, ao mesmo tempo, conquistou ampla popularidade entre os trabalhadores e setores mais pobres da população em geral. Lula não pode ser acusado de descaso em relação à educação ou de falta de um projeto. Ao contrário, seu mandato foi marcado por um projeto claro de expansão do ensino,

um novo "milagre educacional", assentado nas cartilhas do Banco Mundial para os chamados países emergentes.

Para isso, contou com uma grande vantagem em relação a FHC. Enquanto o tucano tentava acelerar o processo de empresariamento da educação no Brasil, contra certa oposição do movimento sindical e popular, Lula abriu muitos caminhos para os capitalistas, com o aval das maiores parcelas destes movimentos, dirigidos principalmente por setores do PT e pelo PCdoB. Este bloco valeu-se dos efeitos quantitativos e imediatos dos programas do governo frente ao drama social do país, colocando em segundo plano a discussão sobre qual modelo educacional se estava expandindo, com que concepções e finalidades.

A certificação em massa no ensino superior foi apresentada como democratização do acesso e permanência, mas esconde o aprofundamento da desigualdade na formação, que continuou reservando os centros de excelência a poucos, enquanto se ofereciam pacotes *fast food* para a maioria dos estudantes. A associação entre ensino, pesquisa e extensão restringiu-se a poucas instituições, ao passo que os centros restritos ao ensino se multiplicaram. Além disso, dobrou-se o número de vagas nas IES públicas, mesmo que os orçamentos destas instituições não tenham crescido na mesma proporção. Tampouco cresceram no mesmo ritmo o número de professores, técnicos, as instalações físicas, condições de trabalho etc. Por outro lado, as vagas oferecidas nas IES privadas, beneficiárias de grande parte dos novos investimentos, quase triplicaram (ver tabela 1).

Tabela 1 – Vagas ofertadas nas IES públicas e privadas do Brasil entre os anos de 2000 e 2010

Tipo de IES	2000	2005	2007	2010
Pública	245.632	313.638	329.620	445.337
Particular	970.655	2.122.619	2.494.682	2.674.855

Fonte: IBGE - Estatísticas do Século XX; INEP/MEC - Sinopses Estatísticas da Educação Superior

O problema na formação de professores na educação básica foi considerado. Porém, o ensino a distância foi definido como alternativa central. Foi aprovada a lei do piso salarial nacional para os professores. Mas os valores fixados permaneceram muito aquém

das demais profissões de nível superior, e da maioria das próprias redes de ensino municipais e estaduais que atendem aos maiores números dos alunos. O financiamento, um dos maiores gargalos do setor, continuou insuficiente. A qualidade do ensino fundamental e do ensino médio foi alvo das políticas públicas. Contudo, tais políticas gravitaram em torno de metas estatísticas, mega avaliações externas e *rankings*.

A manutenção e o aprofundamento do modelo capitalista de educação ampliaram, necessariamente, a passagem da subsunção formal à subsunção real do magistério ao capital. Significa que, nesta lógica, o professor precisa ser convertido em peça e submetido a uma engrenagem de ensino sobre a qual não tem controle – um sistema educacional estranhado, controlado por uma pequena cúpula que busca se servir dos professores para implementar seu projeto.

Não por acaso, cresceram, como "nunca antes na história deste país", as ações de expropriação do conhecimento docente, tais como a difusão de apostilas, avaliações externas padronizadas e certificações. Também recrudescem as ações de controle, como planos de metas e bonificações pecuniárias por resultados. Os professores, uma categoria que historicamente teve grande participação na construção do Partido dos Trabalhadores, veem se voltar contra si o governo que ajudaram a eleger: suas políticas continuaram agredindo sua autonomia pedagógica, descaracterizando sua carreira e reproduzindo as precárias condições de sua formação. Não é diferente do que aconteceu com o conjunto da classe trabalhadora.

Para quem ainda tinha expectativas de que, em 2011, com Dilma, teria chegado ao poder um governo que iria enfrentar os interesses empresariais na educação, e garantir que as verbas públicas fossem destinadas exclusivamente às escolas e universidades públicas, a desilusão chegou já no primeiro ano de mandato. Através da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, foi instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). A base do PRONATEC, conforme foi vastamente anunciado pelo Governo Federal, consiste na articulação entre os IFETS (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) e os Chamados Serviços Nacionais de Aprendizagem[1]. A

[1] SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAR (Serviço Nacional de

inclusão das instituições privadas de ensino médio nos programas de subsídios públicos, nos moldes já praticados para o ensino superior, era uma das cobranças apresentadas pelo PMDB por ocasião da coalizão com o PT, renovada em 2010.

Apesar de já ser financiado por recursos públicos indiretos, por meio de contribuição compulsória repassada aos consumidores, o Sistema S cobra caro por grande parte dos cursos oferecidos. Um dos impactos centrais do PRONATEC é o aumento das vagas "gratuitas" disponíveis nos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Gratuitas entre aspas, já que as novas vagas são compradas com dinheiro público.

O processo de tramitação do então Projeto de Lei 8.035/2010[2], as disputas envolvidas e as posições do Governo Federal também são demonstrações contundentes de como o PT operou sua política educacional em sintonia com o empresariado e a seu serviço. Como lembra o documento elaborado conjuntamente via COLEMARX e ADUFRJ,

> Certamente, um desses momentos marcantes foi o apelo feito pelo ministro Guido Mantega na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), conclamando os empresários a pressionarem suas bancadas contra a aprovação da meta de 10% do PIB para a educação pública, em nome da estabilidade da política econômica, basicamente utilizado os mesmos argumentos que levaram FHC (e, depois, Lula da Silva) a vetar o artigo aprovado no Congresso Nacional que dispunha sobre os 7% do PIB no PNE de 2001. (COLEMARX e ADUFRJ, 2014, p. 7)

O mesmo documento critica a decisão do governo em adiar a Conferência Nacional de Educação[3], argumentando que a medida revelou sua falta de disposição em dialogar com as entidades acadêmicas, sindicais e redes de ensino. Afinal, os interlocutores privilegiados do MEC já estariam definidos desde o Plano de

---

Aprendizagem Rural) e SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte).

[2] Projeto original do PNE 2011-2020.

[3] Entidade criada pelo MEC através da Portaria Ministerial nº 10/2008, com vistas à participação da sociedade na elaboração do PNE 2011-2020.

Desenvolvimento da Educação (PDE). Ou seja, o movimento Todos Pela Educação, composto por empresários que integram o "Estado Maior do Capital", foi o principal sujeito político da elaboração do PNE.

Em 2013, segunda metade do primeiro governo Dilma, o descontentamento das massas com o custo de vida nas cidades, com a má qualidade dos serviços públicos e com o *ethos* político dominante, explodiu nas chamadas Jornadas de Junho. Incapaz de realizar uma guinada brusca no percurso até então trilhado, Dilma respondeu com iniciativas para frear as manifestações populares e preservar a governabilidade via pacto pelo alto, em vez de valer-se dos protestos para levar adiante uma agenda progressista e enfrentar a maioria conservadora do Congresso Nacional apoiando-se na pressão das ruas.

Ao contrário, Dilma aumentou as concessões aos tradicionais aliados, e renovou seu compromisso com a agenda empresarial, na expectativa de, assim, proteger-se da instabilidade aberta. No campo da educação, isso ficou claro com as manobras petistas para aprovar o Plano Nacional de Educação 2014-2024, ao gosto do Movimento Todos Pela Educação. Durante a campanha para a reeleição, em 2014, Dilma defendeu uma "Reforma do Ensino Médio" para padronizar e enxugar o currículo nacional.

Após uma vitória apertada contra Aécio Neves (PSDB), apostou na tentativa de mostrar ao mercado financeiro que tinha condições, tanto quanto o candidato derrotado nas urnas, de implementar um "ajuste fiscal", controlar os movimentos populares e retirar direitos sociais – ao contrário do que prometera durante as eleições. Em termos de educação, mais uma vez na contramão das lutas sindicais e estudantis em curso no país, 2015 foi marcado pelo corte de verbas federais, pela publicação de um documento, chamado "Pátria Educadora", elitista, descolado da pauta histórica dos movimentos da classe trabalhadora em prol da educação pública, e pelo processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular conforme os padrões exigidos pelos chamados reformadores empresariais da educação.

O golpe parlamentar que depôs Dilma aos 31 dias de agosto de 2016 marcou o trágico desfecho do ciclo "democrático-popular" em Brasília. A conciliação de classes, desenvolvida em mais de treze anos no Palácio do Planalto, só era possível enquanto houvesse crescimento econômico. A aguda crise internacional comprometeu as

condições materiais de funcionamento desta estratégia política. Assim sendo, em uma conjuntura de acirramento da polarização política, o governo petista aprofundou as medidas impopulares, na expectativa de manter a confiança da classe dominante e conservar as alianças fisiológicas.

Todavia, ao agir assim, apenas aumentou seu desgaste perante a classe trabalhadora e as massas em geral, perdendo a moeda de troca da qual se valia para sustentar pactos com as oligarquias. A decadência do PT foi ideologicamente associada a um fracasso de toda a esquerda brasileira, quiçá latino-americana. Surgiu o caldo de cultura necessário para a realização de grandes manifestações de rua contra o governo, conduzidas de forma diligente por novos movimentos e velhos partidos de direita, com o apoio contundente do oligopólio midiático, além da contribuição decisiva de setores do judiciário, que entraram mais explicitamente em cena mobilizando todos os meios ao seu alcance para enterrar, definitivamente, o governo Dilma.

Mesmo com o derretimento irreversível da maior parte de suas alianças, o PT foi incapaz de rever sua estratégia e levar a cabo uma guinada política, para se contrapor à reorganização institucional da dominação burguesa no país. Ao contrário, o Partido dos Trabalhadores mostrou-se definitivamente convertido ao papel de peça desta mesma dominação. Assim sendo, se prepara para outras oportunidades de servi-la novamente, tal como nos anos em que esteve à frente do Governo Federal. A tendência, nesse sentido, é que o PT se apresente ainda mais rebaixado do ponto de vista programático, e pronto para aplicar, mais diretamente do que antes, a agenda capitalista.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BENTO, Leonardo Valles. *Governança e Governabilidade na Reforma do Estado: entre eficiência e democratização*. Barueri, SP: Manole, 2003.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COLEMARX e ADUFRJ. *Plano Nacional de Educação 2011-2020: notas críticas*. Rio de Janeiro: ADUFRJ, 2014.

COSTA, Áurea; NETO, Edgard; SOUZA, Gilberto. *A Proletarização do Professor: neoliberalismo na educação*. São Paulo: Sundermann, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A Época Neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?* Novos Rumos, Marília, v. 49, n. 1, pp. 117-126, Jan.-Jun., 2012.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Documentos Históricos*. Disponível em <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia>. Acesso: out. 2013.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

LAMOSA, R. A. C. *Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio*. Rio de Janeiro: UFRJ/ CFCH/ PPGE, 2014.

LEHER, Roberto. *Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo*. Revista Outubro, n. 3, pp. 19-30, 2/1999. Disponível em <http://outubrorevista.com.br>. Acesso: out. 2016.

______________. *Educação no Governo Lula da Silva: reformas sem projeto*. Revista Adusp, São Paulo, n. 34, pp. 46-54, maio 2005.

_______________. *Todos Pela Educação e o Episódio Costin no MEC: A pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira*. Trabalho Necessário – <www.uff.br/trabalhonecessario>. ISSN: 1808 – 799X. Ano 10, Nº 15/2012.

MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 1990.

MÉSZÁROS, István. *A Educação Para Além do Capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTTA, Vânia Cardoso. *Ideologia do Capital Social: atribuindo uma face mais humana ao capital*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

OLIVEIRA, Maria T. C. e BARROS, Vanja R. M. *Capítulo 5 Mudanças nas Estratégias Políticas de Implantação da Reforma da Educação Básica*. IN: MARTINS, André S. e NEVES, Lúcia M. V (Orgs.). Educação Básica: tragédia anunciada? São Paulo: Xamã, 2015.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: Proposta da Sociedade Brasileira. Consolidado na Plenária de Encerramento do II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte: 1997. Disponível em <http://www.adusp.org.br/index.php/defesa-do-ensino-

publico/241-pne/proposta-da-sociedade-brasileira/1247-pne>. Acesso: Nov. 2016.

SAVIANI, D. O *Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

TUMOLO, P. S. *Da Contestação à Conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SOBRE DISPUTA DE HEGEMONIA: IMPRENSA E LUTA DE CLASSES NA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR

Cátia Guimarães

Se quisermos disputar a hegemonia, do ponto de vista da comunicação, há duas coisas a fazer: primeiro, perder as ilusões com a mídia da outra classe. Segundo, parar de choramingar e fortalecer a nossa mídia. A mídia da nossa classe.
Vito Giannotti, 2014

Parece aberta a temporada de balanço do papel desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) como principal expressão da classe trabalhadora organizada no período pós-redemocratização no Brasil. Mais do que um resgate histórico sobre tendências, frações e mesmo interesses particulares que orientaram as ações do partido, parte do balanço que se faz, neste momento, problematiza a *estratégia* política concebida e adotada ao longo desse tempo. Aderindo a uma parcela dessas análises que coloca no centro do debate a forma como o PT compreendeu e empreendeu (ou não) a disputa de hegemonia, nos termos de Gramsci, o objetivo deste texto é discutir o quanto as opções assumidas pelo partido em relação ao papel da imprensa e do jornalismo expressam - e ao mesmo tempo ajudam a explicar - o cenário atual da luta de classes no Brasil.

Não se pretende tratar aqui o campo da comunicação como coadjuvante de uma análise centrada na trajetória do PT. Afinal, o papel ativo e protagônico que os meios de comunicação de massa têm desempenhado no contexto recente de acirramento da luta de classes no Brasil - tendo como marcos principais as Jornadas de Junho de 2013 e o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff -, coloca, como questão urgente, o debate sobre as ferramentas de disputa de hegemonia que as organizações da classe trabalhadora abriram mão de construir, alimentando concepções e ilusões de aliança com a grande mídia empresarial, como se não fosse, ela própria, aparelho privado de hegemonia do capital.

Como se sabe, no caso do Brasil, embora com influências e atores múltiplos, essa posição, nas últimas décadas, ganhou unidade principalmente em torno do Partido dos Trabalhadores, consolidada em torno do que entrou para a História com o nome de Estratégia Democrático-Popular.

FUNDAMENTOS DA ESTRATÉGIA E IMPRENSA

O ano era 1985. Com as últimas eleições indiretas para a Presidência da República, o Brasil dava os passos finais da "abertura lenta, gradual e segura" que encerraria 21 anos de ditadura empresarial-militar. Em texto publicado numa coletânea que visava refletir sobre a comunicação no contexto de "transição democrática", o importante intelectual marxista Leandro Konder chamava a atenção para a necessidade de as forças de esquerda se empenharem na "luta pelo direito democrático de acesso para todos à informação honesta" (1985, p. 134). E isso, segundo o autor, que já compusera os quadros do Partido Comunista Brasileiro e era então filiado ao PT, significava um posicionamento crítico não apenas ao papel desempenhado pela imprensa empresarial – que vinha de um momento de grande descrédito –, mas também uma revisão de práticas da própria esquerda. Numa frase precisa e que, tomada de forma isolada, parece irrefutável, Konder defendeu: "(...) a luta não pode ser encaminhada no sentido de superar a atual manipulação das informações por outro tipo de manipulação de informações (pretensamente legitimado por interesses 'revolucionários')" (1985, p. 135).

Mas o pano de fundo da revisão crítica proposta por Konder naquele momento era a resposta que a esquerda brasileira se esforçava em dar à recente herança estalinista, um fantasma que, pelo menos desde a publicização do Relatório Kruschev, que denunciou os crimes de Stalin em 1956, ajudava a associar o conjunto do pensamento comunista a práticas de autoritarismo, manipulação e violação da democracia. E isso, dito textualmente por Konder no texto em questão e reconhecível em diversas escolhas das organizações da esquerda naquele momento, ia além da crítica ao estalinismo, significando um "acerto de contas com o legado do leninismo", do qual o campo da comunicação não passaria incólume. "A experiência histórica conferiu novo conteúdo à questão democrática e deu lastro concreto aos anseios de participação que se

desenvolveram na vida política dos países de tipo 'ocidental'. A liberdade de imprensa assumiu um sentido diverso daquele que lhe atribuía o enfoque leninista", afirmou Konder (1985, p. 135).

Como expressão do caminho que a autocrítica mais ampla da esquerda seguia, também no campo da comunicação a ruptura com a herança de Lenin se deu, em grande medida, por um contraponto com o pensamento do italiano Antonio Gramsci, recebido no Brasil como um sopro de modernização do marxismo, que caía como uma luva aos 'novos tempos democráticos' que estavam por vir.

Essa 'dicotomia' aparece de forma suficientemente clara, por exemplo, em um dos livros mais importantes sobre a imprensa alternativa no Brasil, de Bernardo Kucinski. Jornalista e militante que participou ativamente dos jornais 'Em Tempo' e 'Movimento', duas das mais importantes experiências de imprensa alternativa desenvolvidas durante a ditadura, e que, mais tarde, compôs esforços para a construção de um jornal do PT, ele localiza na ação e na disputa partidária que remeteria ao modelo leninista de jornal uma das principais causas da morte – de certa forma coletiva – dos veículos alternativos que haviam se proliferado contra o regime. A despeito da validade da crítica às experiências concretas — marcadas pela disputa entre grupos, organizações, movimentos e partidos políticos na condução da estratégia de resistência à ditadura —, a citação abaixo exemplifica o que nos parece uma apressada oposição entre Lenin e Gramsci, fundamental para compreender a trajetória da esquerda brasileira pós-redemocratização e seus efeitos no campo da comunicação.

> As estruturas de poder da imprensa alternativa explicitavam propósitos democráticos e participativos. Mas, invariavelmente, sucumbiam ante os métodos dos partidos clandestinos na sua luta pela conquista da hegemonia dos jornais. (...) *Havia entre as concepções vigentes uma forte inspiração gramsciana, entendendo os jornais como entidades autônomas, com o principal propósito de contribuir para a formação de uma consciência crítica nacional.* Algumas plataformas programáticas, como as do Informação, dirigido por Adelmo Genro Filho, e o segundo Amanhã, liderado por Ricardo Maranhão e Chico de Oliveira, reproduziam literalmente as proposições de Gramsci sobre o papel dos intelectuais no processo de construção de uma hegemonia. (...)

> O organismo deliberativo dos jornais era em geral estabelecido segundo o princípio da frente jornalística, reunindo jornalistas, intelectuais e ativistas de vários partidos clandestinos em torno de uma plataforma comum. Mas na cultura política de cada partido ainda predominava a concepção leninista que entendia o jornal como instrumento de partido. (...) Era como se houvesse um consciente gramsciano, expresso nos programas e estatutos, compartilhado principalmente por jornalistas independentes e intelectuais, e um inconsciente leninista trazido pelo ativismo político, que acabava se impondo (KUCINSKI, 2003, p. 20, grifos nossos).

Quanto a Konder, apesar de afirmar, com clareza, o quanto a grande imprensa continuava representando o grande capital e sendo instrumento de classe, ele defende que o caminho da esquerda democrática para garantir o tal “direito à informação honesta” era ocupar ‘brechas’ nos meios de comunicação de massa. O diagnóstico e a estratégia iam, evidentemente, muito além do campo da comunicação: como não havia revolução ao alcance dos olhos, a tarefa da esquerda era “contribuir para o fortalecimento da sociedade civil”, o que se daria não mais por qualquer “assalto ao aparelho do Estado”, mas pelo investimento numa “complexa e prolongada guerra de posições” (KONDER, 1985).

A aposta era de que, diante da necessidade econômica de competir entre si para agradar o público leitor, e confrontados com o cenário de fortalecimento da sociedade civil brasileira (que, supõe-se, mudaria as exigências desse público), esses grupos não se reduziriam mais a “meros instrumentos do Estado” ou “meras agências de propaganda das empresas capitalistas” (1985, p. 135). A “experiência” indicava, dizia Konder, que havia um espaço “para a luta política no interior dos grandes órgãos de imprensa” - embora “evidentemente limitado” e dependente da “correlação de forças” de cada momento. “O interesse direto da grande empresa *pode ser* levado a *ceder algum* espaço às conveniências e às exigências decorrentes das batalhas democráticas” (1985, p. 133, grifos nossos), afirma o texto, sem esconder, pelas próprias expressões utilizadas, o quanto a falta de controle das organizações dos trabalhadores era parte irremediável dessa estratégia. Mais do que isso: sem esconder o que, já naquele momento, se anunciava como um risco de redução dos horizontes da esquerda brasileira aos limites da luta pela democracia, mesmo após o fim da ditadura.

Não se pode dizer que a avaliação de Konder fosse descolada da realidade. De fato, acompanhando o movimento de algumas frações de classe que haviam apoiado o golpe em 1964, desde meados dos anos 1970, a grande imprensa brasileira vinha retomando o espaço de crítica ao regime, atraindo, assim, grupos de intelectuais e jornalistas que haviam se dedicado à imprensa alternativa. Kucinski relata: "(...) a imprensa alternativa perdeu o monopólio do jornalismo crítico para a grande imprensa. Alguns veículos da grande imprensa apropriaram-se do padrão alternativo, operando-o com mais recursos e eficácia (...). Bandeiras até então exclusivas da imprensa alternativa, entre as quais a campanha da anistia, são encampadas pela grande imprensa" (2003, p. 197). Na sequência, ele mesmo conclui: "Mas essa abertura de espaços durou pouco" (2003, p. 198).

Durou pouco porque, logo, a grande imprensa empresarial reencontrou o seu espaço na ordem burguesa democrática, se realocou no lugar de aparelho privado de hegemonia do capital, numa sociedade civil que, apesar de ampliada, não deixa de ser parte de um Estado burguês, com todas as tensões e contradições da luta de classes que não se encerra com o fim da ditadura. Naquele momento, a grande imprensa se apresentava, portanto, como uma das primeiras, e principais, expressões da disposição da burguesia brasileira de empreender aquilo que Florestan Fernandes (2005) chamou de "democracia de cooptação", ou seja, a abertura de um restrito leque de concessões (de direitos e liberdades democráticas) aos trabalhadores com o objetivo de melhor garantir a estabilidade da dominação, diante da crise da autocracia burguesa. Portanto, se é verdade que a abertura política brasileira criava espaço para a disputa de hegemonia dos trabalhadores, nos termos de Gramsci, também é verdade que a classe dominante saía na frente na construção das bases desse convencimento, ampliando seu raio de alcance e influência até, por exemplo, as camadas de jornalistas e intelectuais que antes buscavam espaço por fora da ordem.

Em consonância com esse movimento das classes dominantes, a história da construção e desconstrução de espaços e veículos jornalísticos alternativos no Brasil recente se confunde, pela esquerda, com a história de uma opção política pela via da institucionalidade 'democrática', incrementada por uma leitura muito particular de Gramsci. Referindo-se ao período do final da década de

1970 e início dos anos 1980, Fontes contextualiza a situação brasileira:

> Muitos daqueles que retornavam do exílio incorporaram ao longo dos anos o desencanto europeu com a experiência soviética, o que se expressou em muitos casos pela recusa aos partidos comunistas e, principalmente, à crispação dogmatizante das organizações comunistas que se autointitulavam marxistas-leninistas (ML). Endossavam, entretanto, *um modelo vagamente democrático*, seja com tonalidades europeizantes social-democratas, seja mais próximos dos modelos tocquevillianos, defensores de uma associatividade à americana, então bastante difundidos. *Desconfiavam dos partidos políticos e os viam como "aparelhamento" das organizações populares* (2010, p. 228, grifos nossos).

Toda essa desconfiança encontra espaço numa concepção e num processo prático de construção de uma *nova sociedade civil* que, equivocadamente tomada por oposição ao Estado, é crescentemente vista como esvaziada de conflitos e tida como espaço de conciliação e promoção do interesse geral. Valorizado a partir da difusão do pensamento de Gramsci, esse conceito foi tomado de forma "idealizada", entendido como o "momento socialista da vida social, o momento virtuoso", numa tal oposição ao Estado que, por exemplo, "fazia quase desaparecer do cenário as entidades empresariais" (Fontes, 2010, p. 240). Estas, no entanto, firmavam cada vez mais seu espaço nessa mesma sociedade civil — sem abandonar o aparelho de Estado, apesar do forte discurso antiestatal. E foi, portanto, nesse terreno que os veículos da grande imprensa, que até pouco antes desempenhavam em bloco o papel de *braços da ditadura*, agora se legitimavam como *braços e pernas da democracia*.

No que diz respeito ao modo de fazer jornalismo, é parte desse contexto (e da ação tático-estratégica dominante) a afirmação pública de um modelo que institucionaliza o pluralismo, defende tecnicamente o mesmo espaço para a expressão, pretensamente equilibrada, de todos os 'lados' envolvidos em cada questão e, assim, coloca o jornal a serviço da 'transparência' e da resolução 'democrática' dos conflitos, devidamente traduzidos na forma

harmônica (e objetiva) da notícia[1]. Não é por acaso que data do final da ditadura e início da redemocratização (mais precisamente, entre 1984 e 1992) o lançamento dos manuais de redação dos três grandes jornais brasileiros — Folha de S. Paulo, Estadão e O Globo —, que institucionalizam, com um caráter modernizante, o modelo de jornalismo informativo (de forte inspiração norte-americana) no Brasil[2]. Não por acaso, também é dessa mesma época o esforço da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) de produzir manuais que ajudassem a homogeneizar a prática jornalística nos países latino-americanos, que gradativamente encerravam suas ditaduras[3].

O fato é que criavam-se, na imprensa brasileira, como no conjunto das instituições que davam suporte à democracia emergente, caminhos que eram, ao mesmo tempo, possibilidades e limites de atuação e 'disputa' por dentro da ordem (burguesa). A oposição (de princípios, projetos) que o autoritarismo e a violência do Estado ditatorial antes deixavam clara agora se diluía na ideologia do *interesse geral*, materializada no Estado de Direito e em todos os seus instrumentos, inclusive a imprensa. Fora desse *interesse geral*, o discurso ideológico dominante denunciava qualquer outra iniciativa de comunicação que ameaçasse surgir como uma imprensa *particular* e *particularista*, com objetivos estranhos àqueles que estavam postos no novo jogo democrático. O que antes era alternativo (porque não cabia na ordem vigente) ganhou espaço para se integrar, mas tendo como possibilidade máxima a construção de

---

[1] Evidentemente, não estamos afirmando aqui que a imprensa brasileira tenha, de fato, se estruturado como transparente e democrática, mesmo nos limites da democracia burguesa. Mas são esses os princípios e as técnicas sobre as quais ela se legitima e define, inclusive, o que deve ou não ser considerado jornalismo. A história nos mostra que esses princípios e orientações técnicas precisam existir, até para que sejam flexibilizados em momentos de acirramento da luta de classes.

[2] Os elementos mais definitivos do modelo do jornalismo informativo chegam formalmente ao Brasil ainda na década de 1950. Mas foi de meados da década de 1980 até o início dos anos 1990 que, fortalecidos economicamente pelas vantagens conquistadas durante a ditadura empresarial-militar, os grandes grupos de comunicação completaram o processo de modernização pelos padrões norte-americanos.

[3] SIP é a entidade que representa os grandes conglomerados de comunicação das Américas, com o objetivo (declarado) principal de defender a 'liberdade de imprensa' no continente. Para uma análise dos manuais de redação da SIP, ver GUIMARÃES, 2015.

um jornalismo 'crítico', tornando dispensável, e mesmo indesejável, qualquer iniciativa que ultrapassasse os limites da institucionalidade conquistada - como, por exemplo, a construção de um jornal de partido, que representasse os interesses "particulares" da classe trabalhadora.

No Brasil, embora essa concepção idealizada de sociedade civil e a opção tática pela ocupação de brechas na institucionalidade tenham acolhido muito bem aqueles que se moviam pelo trauma da experiência estalinista e sua desconfiança em relação aos partidos políticos, elas não estiveram ausentes, também, das escolhas feitas pelas forças de esquerda que, apesar de vítimas do mesmo trauma, se organizavam, naquele momento, em torno de um projeto classista que se materializava, inclusive, na forma partido. Eis como, nesta trajetória, chegamos ao Partido dos Trabalhadores.

EXPERIÊNCIAS E OPÇÕES DO PT NO CAMPO DA IMPRENSA

O balanço da experiência concreta do PT no campo da comunicação faz com que a avaliação e a estratégia propostas no texto de Konder pareçam quase uma profecia – embora, também na vida real, essa posição estivesse longe de ser um consenso no interior do partido. Pedro Pomar, jornalista profissional, pesquisador da história da imprensa comunista e da relação entre comunicação e hegemonia, além de militante do PT, resume o caminho adotado:

> No início dos anos 1980, surgia o Partido dos Trabalhadores (PT) e iniciavam-se as articulações que resultariam na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em questão de anos, ambas as organizações da classe trabalhadora passariam a dispor de legitimidade, representatividade social e até, no caso do PT, um peso institucional jamais sonhado por suas predecessoras. PT e CUT certamente trataram, desde o início, de produzir suas próprias publicações periódicas. Porém, destinavam-se principalmente à militância política e sindical, geralmente sem pretensões de disputar opinião no conjunto da sociedade, exceto nos períodos eleitorais (POMAR, 2008, p. 82).

Embora não ignore as dificuldades materiais e financeiras para a criação de empreendimentos comunicacionais, Pomar defende que as razões para o hiato que se formou nesse campo, por parte dessas organizações da classe trabalhadora brasileira, devem ser

buscadas em outra esfera, que aponta um caminho de conciliação de classe que se expressa também nas estratégias ligadas à imprensa. “Subestimava-se a necessidade, bem como a capacidade, de construir meios de comunicação social contra-hegemônicos, ao mesmo tempo em que se acreditava na capacidade de seduzir, neutralizar ou obter concessões políticas dos detentores do oligopólio midiático, civilizando-o”, explica o autor (*idem*, p. 85). E completa, lembrando que essas concepções se combinaram bem ao “paulatino abandono da radicalidade socialista e à adoção, no PT, de uma estratégia de centro-esquerda, pautada em alianças com setores do capital” (*idem*, p. 85).

Em texto analítico e propositivo sobre uma política de comunicação contra-hegemônica, Silva e Calil também lamentam que o caminho adotado pelo partido tenha sido exclusivamente a busca de espaço na imprensa burguesa, baseando-se em dois pontos principais: “a) a recusa de um grande investimento político na constituição de poderosos instrumentos de comunicação próprios; e b) a permanente tentativa de manter uma boa relação, indistintamente, com os grandes meios de comunicação de massa” (2004, p. 1). Eles avaliam o resultado, mostrando que, em tal contexto, jamais se tornava possível “a afirmação de um projeto político próprio e o avanço da construção de uma nova hegemonia” (*loc. cit.*).

De fato, apesar de um revisionismo que tenta reconhecer a criação de meios próprios de comunicação como prioridade desde os primórdios do partido, a história concreta evidencia, no mínimo, uma ausência desses elementos. Os arquivos do Centro Sergio Buarque de Holanda (CSBH), da Fundação Perseu Abramo, ligada ao Partido dos Trabalhadores, guardam a memória de cinco diferentes veículos jornalísticos que o PT nacional (institucionalmente, e não por meio de suas tendências ou regionais) teve ao longo da sua história: o Boletim do PT, que teve três números, editados pela Comissão Nacional Provisória entre 1980 e 1981; o Jornal dos Trabalhadores, editado pela Secretaria Nacional de Imprensa e Propaganda do partido, com uma série de pouco mais de 20 números, entre 1982 e 1983; o Boletim Nacional, editado pela Comissão Executiva Nacional entre 1984 e 1990; o Brasil Agora, criado em 1991, inicialmente como uma publicação de militantes de esquerda sendo, na sequência, institucional e financeiramente assumido pelo partido,

durando pouco mais de cinco anos; e o PT Notícias, publicado entre 1990 e 2005.

Desses, o que se configurou efetivamente como uma proposta de jornal de massas, pelo conteúdo tanto quanto pela abrangência e distribuição, foi o 'Brasil Agora'. De acordo com a descrição do guia do acervo do CSBH, o fim do jornal se deveu, sobretudo, a "conflitos entre parte do conselho editorial e o PT", principalmente em torno da "linha editorial". "Em função disso, em 1996, o PT decidiu encerrar o jornal, mantendo apenas o boletim PT Notícias – editado desde o ano anterior em substituição ao Boletim Nacional – como órgão informativo oficial do partido", diz o documento. Incorporando as experiências das suas tendências internas, Lincoln Secco, que caracteriza como "frágil" a atuação do PT no campo editorial, resume a trajetória:

> Os dois jornais mais famosos do PT foram de tendências. O *Em Tempo* já era editado pela Democracia Socialista (DS) antes da fundação do PT. Era o de nível intelectual mais elevado e se constitui em fonte apreciável para pesquisas. No final dos anos 1980 seu porte gráfico e tipo de papel eram melhores que os demais. Outro jornal deu nome a uma corrente: *O Trabalho*. Embora pequeno, manteve sua periodicidade até hoje (...). O Brasil Socialista, tendência que sucedeu ao PCBR, tinha um jornal com o nome da tendência e uma revista chamada *Brasil Revolucionário*. Outras tendências tiveram informativos irregulares. Curiosamente a Articulação nunca teve um grande jornal próprio, enquanto a Articulação de Esquerda criou o *Página 13* (SECCO, 2011, p. 110-111).

Ultrapassaria o espaço disponível para este artigo a sistematização das referências feitas (ou não) à comunicação em todos os encontros e congressos do PT. Para o argumento aqui desenvolvido, parece suficiente acompanharmos a seleção de documentos sobre o tema feita pelo próprio partido, através da mesma Fundação Perseu Abramo, e publicizada em uma pequena coletânea chamada 'O PT e a democratização das comunicações'.

De acordo com o texto, já no 1º Encontro Nacional, realizado em junho de 1980, tomou-se a decisão de criar um jornal nacional do partido. Em função da "falta de maiores recursos", segundo o documento, essa iniciativa acabou sendo substituída pela publicação do Boletim Nacional, editado pela Secretaria de Imprensa e Propaganda do PT e não pela Comissão Nacional Provisória, que

havia sido eleita para cumprir a deliberação do Encontro. Sob a liderança de Lula e Jacó Bittar, uma comissão de jornalistas – entre eles Perseu Abramo (como coordenador) e Bernardo Kucinski – sintetizaram os debates sobre o projeto, concluindo pela criação de um jornal de massas e não de um boletim interno ao partido.

Lançado em 1982, o Jornal dos Trabalhadores, anunciava, no seu primeiro editorial, ser "o porta-voz oficial do PT em âmbito nacional", visando contribuir para a organização e conscientização dos trabalhadores da cidade e do campo (JORNAL DOS TRABALHADORES, 1982 apud NADOTTI, 2016, p. 115). Durou, como vimos, pouco mais de um ano e não parece ter cumprido propriamente a função de veículo massivo, já que essa nunca foi claramente a sua proposta. Com o partido se lançando, já naquele momento, em disputas eleitorais, a expectativa sobre o jornal, tal como a análise do campo da comunicação como um todo, passa a ser atravessada pelas estratégias de campanha, sem perder de vista as sempre renovadas apostas na promessa democrática. Na edição de 24 de setembro de 1982, por exemplo, o jornal alerta: "A *utilização justa* dos meios de comunicação de massa por todos os partidos políticos é, numa *sociedade política moderna*, uma condição importante para a realização de *eleições efetivamente democráticas*" (*idem*, p. 117, grifos nossos).

Passadas as eleições de 1982, o jornal do PT publica, no ano seguinte, parte da sistematização de um debate realizado presencialmente como balanço da campanha eleitoral e apontamento de "perspectivas futuras". A combinação das análises e propostas permite situar, já naquele momento, o dilema da estratégia que seria seguida no campo da comunicação. José Dirceu, então membro do Comitê Eleitoral Unificado Regional de São Paulo, defendeu que o PT deveria "desenvolver sua imprensa partidária" e "evitar depender de debates na televisão e de acesso ao rádio e aos jornais na sua próxima campanha". Embora a estratégia se centrasse na guerra de informações sobre o próprio partido, com foco nas eleições, havia a clareza de que não se poderia depositar esperanças na imprensa burguesa. "Temos de aprender a colorir e identificar os meios de comunicação, e não entendê-los como entes acima das classes sociais", disse Dirceu (JORNAL DOS TRABALHADORES, 1983 apud NADOTTI, 2016, p. 120), inspirando a fala de Eduardo Jorge, que, depois de listar os boicotes sofridos pelo partido durante a

campanha, alertou: “O comportamento classista da imprensa continua” (*idem*, p. 120).

Embora também defendesse a ampliação do Jornal dos Trabalhadores e até uma redução da sua periodicidade, o sociólogo Reginaldo Prandi, também presente na mesa de debates, propôs que, “além disso, o PT tem que encontrar uma fórmula de penetração nos outros jornais”. Por fim, Roberto Braga, apresentado como especialista em publicidade, embora incentivasse o jornal próprio e dissesse sonhar, inclusive, com uma TV do PT, concordou que “temos que desenvolver algum meio de conseguir espaço nessa imprensa”, e foi além: “Essa é uma questão muito delicada, porque a defesa da imprensa se baseia na neutralidade, que não existe. A gente não pode cair no lugar do Governo, agora, de ser a vítima que quer censurar a imprensa” (*idem*, p. 120).

Em 1988, já encerrado o ciclo de vida do Jornal dos Trabalhadores, a luta do partido na Assembleia Nacional Constituinte se volta para o terreno da democratização da comunicação, ainda que com teses bem mais radicais do que o que se veria mais tarde. Um exemplo era a defesa de que, não sendo a comunicação mercadoria, a iniciativa privada deveria “ficar fora” desse campo, garantindo apenas ao “Estado ou fundações ou associações civis sem fins lucrativos, e sob controle democrático popular” o direito de explorar os meios de comunicação impressos e de radiodifusão, com preferência, inclusive, das “entidades de representação popular, sindical, comunitária e político-partidária” (BOLETIM NACIONAL, 1988 apud NADOTTI, 2016, p. 126).

O ano seguinte entraria para a história como o da eleição em que o PT oscilou entre o susto com a real possibilidade de chegar à Presidência da República e uma derrota profundamente marcada pela interferência midiática, tanto na difamação de Lula, o candidato petista, quanto na produção artificial do candidato da direita, Fernando Collor de Melo. Da plataforma de governo petista constavam medidas que, embora não representassem propriamente um esforço de disputa de hegemonia do PT como organizador da classe trabalhadora, guardavam alguma radicalidade. São exemplos a proposta de que rádios e TVs só poderiam ser exploradas por fundações ou associações sem fins lucrativos, o compromisso de que o governo eliminaria o monopólio e o oligopólio na área de comunicação social e o “apoio à criação de canais de comunicação

próprios das organizações populares" (PROGRAMAS DE GOVERNO, 1989 apud NADOTTI, 2016, p. 149).

O acompanhamento do comportamento da imprensa ao longo da campanha aponta o espanto do partido – de certa forma ainda imerso nas expectativas do porre democrático – com o grau a que a mídia empresarial poderia chegar no papel que lhe cabia no capítulo da luta de classes que se travava naquele momento. Um texto de Kucinski de 1990, selecionado na coletânea que estamos aqui seguindo, por exemplo, denuncia "a derrota da equidade, da honestidade e do pluralismo dos meios de comunicação de massa" (KUCINSKI, 1990 apud NADOTTI, 2016, p. 155). E, numa acusação direta ao factoide da eleição de Collor, acusa o então manda-chuva das Organizações Globo, Roberto Marinho, de ter "superado a si mesmo", criando um candidato, fornecendo "a própria realidade" (*loc. cit.*). O texto traz um minucioso mapeamento das falácias produzidas pelos principais veículos de comunicação brasileiros contra a candidatura Lula, mas o apelo continua sendo o da crença (e do espanto) no jogo democrático.

Acompanhando a seleção de textos feita pela Fundação do próprio partido, saltamos para 1994, ano da eleição presidencial seguinte, quando a comunicação volta a aparecer como parte da plataforma da candidatura petista. Agora, não se fala mais em imprensa ou iniciativas de partido, mas apenas em medidas do futuro governo, centradas (e limitadas) no terreno da democratização e regulação dos meios de comunicação. Mesmo a radicalidade que defendia a exclusão da iniciativa privada do campo da comunicação, como negação do caráter mercadológico dessas práticas, torna-se coisa do passado. Agora, o programa do governo "democrático e popular"

> centrará sua política de comunicação na *busca da democratização*, com os objetivos de assegurar aos *cidadãos* o direito de informação e expressão, ampliar espaços e meios públicos para o exercício desse direito, instituir formas de controle social sobre os meios de comunicação, aperfeiçoar os serviços estatais e *regular a esfera privada*, de forma a impedir a existência de oligopólios (PROGRAMAS DE GOVERNO, 1994 apud NADOTTI, 2016, p. 161, grifos nossos)

Isso significa, diz o programa, que um futuro governo petista buscaria “criar condições favoráveis para a *concorrência*, para o fortalecimento da capacidade de produção e de *ampliação do mercado* (...) e estimular amplamente a *pluralidade* de expressão (...)” (*idem*, p. 161, grifos nossos).

Entremeado por um texto de 1997, a coletânea, sintomaticamente, dá mais uma vez um salto para a eleição seguinte, com um texto de 1998, que trata da plataforma da União do Povo – Muda Brasil, encabeçada por uma nova candidatura de Lula à presidência. Novamente, aqui, aparece como prioridade a luta “pela democratização e por uma ética nos meios de comunicação”. E, complementarmente, anuncia-se a “criação imediata de um projeto de comunicação e cidadania, que atenda às necessidades estratégicas da campanha , mas que futuramente se consolide de forma permanente em um órgão que possa vir a atender nossas demandas históricas, para as transformações culturais, sociais e política que sonhamos para o Brasil” (JORNAL PT NOTÍCIAS, 1998 apud NADOTTI, 2016, p. 171).

Dois anos após a terceira derrota eleitoral na disputa pelo governo central, o trauma em relação às “tentativas de difamação do partido e suas lideranças pelos meios de comunicação” ainda era sentido quando, de acordo com a sistematização da Fundação Perseu Abramo, o PT realizou sua primeira Conferência Nacional de Comunicação, em 2000. Logo na abertura do texto, é apresentada a “estratégia de comunicação”, desenhada a partir de “dois elementos básicos”:

> 1. A exigência de um tratamento democrático, não discriminatório ao partido, na mídia – o que é inseparável da luta pela democratização das comunicações no Brasil; e 2. A luta pelo desenvolvimento dos meios de comunicação próprios e do movimento democrático e popular – o que é aspecto importante da luta pela democratização do acesso à informação (3º CADERNO DE RESOLUÇÕES DO DIRETÓRIO NACIONAL E COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, 2000 apud NADOTTI, 2016, p. 178)

Mais uma vez, encontram-se aqui misturadas a expectativa de construção de veículos próprios - que remete ao partido e outras entidades e movimentos sociais - e a aposta no terreno da negociação e regulação da grande mídia empresarial. Dividido em seis tópicos, o

documento defende tanto o esforço de "ocupar mais espaço, dialogando com a mídia" como a "criação de um sistema de comunicação independente em relação ao Estado e à mídia empresarial monopolista" (IDEM, p. 179- 180). Na discussão específica sobre a criação de uma agência de notícias, encontra-se o diagnóstico de "fragmentação dos meios de comunicação populares" e a constatação do desafio de "contribuir para a articulação destes meios". Sem nenhum olhar de autocrítica para a trajetória pregressa do próprio Partido dos Trabalhadores, o texto resume: "Fazem falta, decisivamente, grandes órgãos nacionais capazes de pautar e oferecer conteúdos a esta enorme multiplicidade de meios. Não por acaso, têm sido enfatizada, unanimemente, a necessidade de um jornal diário ou uma revista semanal, cuja viabilização deve ser um dos nossos objetivos fundamentais" (*idem*, p. 180).

Mais uma vez, nada de novo surgiu a partir dessas constatações. E, em 2001, um texto de "balanços e perspectivas" do setorial de comunicação comunitária do partido faz uma autocrítica sobre o pouco avanço alcançado, apontando como razões a falta de recursos (materiais e humanos) e, "principalmente, a incompreensão da Direção Nacional com o tema" (CADERNOS DE DEBATES DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT, 2001 apud NADOTTI, 2016, p. 184). "A DN parece não acreditar nas mídias alternativas", diz o texto que, adiante, tratando da estratégia eleitoral para 2002, defende: "Não podemos mais uma vez ser inocentes e acreditar que a grande mídia será capaz de agir com isenção e imparcialidade na cobertura jornalística de um processo que só lhe interessa se der um resultado: vitória deles" (*idem*, p. 185).

Finalmente, em 2003, o PT chega à Presidência da República. Alcançado o tão disputado governo central, parecia ainda mais distante a construção de veículos próprios, prometidos desde a criação do partido, que disputassem valores e sentidos na sociedade. O caminho da mudança se daria agora pela ocupação do aparelho de Estado. Mesmo nos limites da luta pela democratização, tampouco se nota qualquer movimentação no sentido de uma maior regulação dos meios empresariais. Foi sem constrangimentos, inclusive, que o ex-presidente petista afirmou, no livro 'Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil', que eles (os empresários da comunicação) "nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo" (SADER, 2013, p. 16).

Nada disso, no entanto, garantiu ao partido – nem ao governo Lula – qualquer tipo de trégua por parte da mídia quando, entre 2005 e 2006, surgiram as denúncias de um suposto esquema de corrupção que ficou conhecido como Mensalão. Diante da crise instalada, o 3º Congresso Nacional do PT, realizado no ano seguinte, voltou a falar da "importância da mídia na disputa de hegemonia na sociedade" (RESOLUÇÕES DO 3º CONGRESSO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2007 apud NADOTTI, 2016, p. 190) e adiou para o segundo mandato de Lula "a herança de desafios fundamentais para democratizar as Comunicações no Brasil" (*idem*, p. 190). Embora mais preocupado com a proteção da governabilidade, em função dos ataques que vinha sofrendo, o relatório desse 3º Congresso produziu uma autocrítica da trajetória do PT no campo da comunicação, afirmando a necessidade de se criarem mecanismos internos de comunicação, como um jornal semanal (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2007, p. 98).

Como decisão tomada nesse congresso, em 2008 foi realizada outra Conferência Nacional de Comunicação do PT, da qual resultaram dez propostas encaminhadas aos governos e parlamentares petistas e ao Diretório Nacional do partido. O foco aqui era fortalecer o envolvimento com a pauta da democratização da comunicação e rever a estrutura interna do partido nessa área. Em 2011, na sequência do 4º Congresso Nacional, uma resolução do Diretório Nacional elencou 11 pontos prioritários de ação do partido nessa área, que abordam, resumidamente, a criação de conselhos de comunicação, a construção de um marco regulatório para as comunicações e o marco civil da internet. No congresso, foi aprovada também uma moção que apresentava o compromisso do PT com "uma agenda estratégica para as comunicações no Brasil", cujo texto faz um resgate histórico da forma como o partido abordou o tema ao longo de sua trajetória e, na análise da conjuntura daquele momento, nos parece deixar claro como o projeto de *disputar hegemonia* foi sendo substituído pelo de *mediar o diálogo* e *promover a diversidade*, em nome de um suposto *interesse comum* do país. Vejamos um trecho:

> Além de garantir a produção e circulação de conteúdo nacional e o acesso às novas redes, o PT precisa contribuir para que estes instrumentos cumpram *sua função social*: *aproximar culturas e mediar o diálogo nacional*. A *homogeneidade da comunicação de massa está cedendo lugar à diversidade cultural*

> *das trocas simbólicas*. Se até então éramos ligados apenas por uma maneira de ver e ouvir, agora temos também a oportunidade de falar, de comunicar, de interagir. Essa é a grande complexidade do desafio que se coloca ao novo arranjo institucional das Comunicações, que precisa contemplar uma dupla responsabilidade: *induzir o desenvolvimento sustentável e desconcentrado dos setores econômicos*, enquanto promove e protege a diversidade cultural e a liberdade de expressão (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2011b, grifos nossos).

Nessa mesma moção, no item que trata dos compromissos do PT com a comunicação, o texto aponta o investimento nas redes de radiodifusão públicas (estatais), como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), como um caminho para fugir da "lógica imediatista do mercado". Numa "resolução sobre a situação política" do país, emitida pelo Diretório Nacional em julho de 2013, no momento imediatamente posterior ao início das manifestações sociais que compuseram as Jornadas de Junho, um dos trechos, depois de mais uma vez defender a democratização da mídia, também destaca a necessidade de fortalecer os veículos públicos, de propriedade estatal, combinada à "revisão dos critérios de veiculação que privilegiam os grandes grupos de mídia" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2013).

Talvez se possa supor que o fortalecimento de meios públicos controlados pelo aparelho de Estado seja a alternativa que, no PT que chegou ao governo federal, tomou o lugar da proposta de criação de uma mídia própria dos trabalhadores (acompanhada de todo o projeto político em que ela estava inserida), como complementação à estratégia (claramente fracassada) de ocupação de espaços na grande imprensa. Pedro Pomar, inclusive, aponta a criação da TV pública como uma possível resposta do governo do PT ao "golpe" da grande mídia durante o escândalo do 'mensalão' (POMAR, 2008, p. 86).

Excetuando-se a ação concreta de criação desses veículos estatais, que deveriam servir à comunicação pública e muito pouco avançaram, mesmo no que os movimentos pela democratização da comunicação defendem como uma maior "governança" da "sociedade civil", o otimismo de Pomar não parece ter se confirmado. Cerca de 13 anos de governos petistas não deram ensejo a qualquer ação de enfrentamento ao monopólio midiático, seja na criação de um terreno fértil para uma imprensa popular, dos trabalhadores, que

representasse de fato uma alternativa às concepções de mundo hegemônicas, seja na limitada pauta da regulação estatal da mídia[4].

O QUE DIZEMOS QUANDO FALAMOS "HEGEMONIA"?

Ausente na prática, no discurso e na estratégia da classe trabalhadora desenvolvida ao longo das últimas décadas, causou grande polêmica quando, nas palavras críticas do ex-deputado Fernando Gabeira, "25 anos depois [da queda do muro de Berlim], o PT ressuscita o conceito de hegemonia" (2014). A constatação era, no mínimo, um exagero, já que se referia, na verdade, à proposta de apenas uma corrente (e minoritária) do partido, não representando, portanto, nenhuma decisão congressual ou de instância centralizadora, como o Diretório Nacional. Escrita em tom de ironia e reprovação, a frase é parte de uma coluna assinada por Gabeira no jornal o Globo, respondendo ao documento 'Comemoração e luta', que trazia o resumo das análises e propostas da Articulação de Esquerda, após o segundo turno das eleições presidenciais de 2014. Depois de ressaltar a importância de se construir uma "hegemonia cultural", no item 28, o documento propõe a

> construção de um jornal diário de massas e de uma agência de notícias, articulados a mídias digitais (inclusive rádio e TV web), com ação permanente nas redes sociais, que sirvam de

---

[4] Nas diversas frentes possíveis, evidências não faltam de que o caminho seguido foi justamente o contrário. 1) Apesar de ter organizado a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, em 2010, nenhuma proposta estruturante chegou a ser implementada. 2) De acordo com a agenda oficial da ex-presidente Dilma Roussef, só em 2014 ela recebeu três vezes no Palácio do Planalto o vice-presidente do Grupo Globo, João Roberto Marinho (dias 8 de abril, 5 de junho e 3 de dezembro). 4) Em relato publicado na revista Piauí em edição de junho de 2017, o ex-ministro e ex-prefeito de São Paulo pelo PT, Fernando Haddad, contou que, ainda no início de 2014, encontrou com o mesmo irmão Marinho, que teria ido à sede do Instituto Lula sondar Luis Inácio para que ele se candidatasse novamente à Presidência no lugar de Dilma. 5) Em abril de 2013, o então Ministro da Educação (e quadro do PT) Aloizio Mercadante declarou, em carta à Folha de S. Paulo: "A Folha publicou notícia de que o empresário Octavio Frias de Oliveira visitou frequentemente o Dops e era amigo pessoal do delegado Sérgio Paranhos Fleury, um dos mais ativos agentes da repressão. (...) Recebi a informação perplexo e incrédulo. Especialmente porque militei contra a ditadura militar na dura década de 70 e tive a oportunidade de testemunhar o papel desempenhado pelo jornal, sob o comando de 'seu Frias', na luta pelas liberdades democráticas".

> retaguarda e de instrumento do campo democrático-popular na batalha de ideias. E integre esta ação de comunicação política com o amplo movimento cultural que está em curso neste país (...)[5].

Recuperando o velho discurso de oposição a qualquer iniciativa jornalística associada a partidos políticos ou grupos que não gozem da prerrogativa de neutralidade atribuída exclusivamente aos grandes meios de comunicação empresariais, a reação foi imediata. Esse trecho do documento mereceu não só o destaque do colunista citado como também um editorial do jornal O Estado de São Paulo. Sob o título 'Radicais atacam de novo', o texto assim define o projeto:

> É uma ideia típica do voluntarismo inconsequente e do sectarismo de esquerda, do discurso daqueles para quem a população é deliberadamente mal informada por uma mídia "burguesa" comprometida apenas com interesses da "elite". Mas esse é um problema que se resolve facilmente, como demonstra acreditar a facção petista, com o lançamento de um jornal para as "massas", capaz de colocar a elite perversa no devido lugar[6].

De acordo com o editorial, "Valter Pomar [uma das lideranças da corrente] e seus companheiros estariam mais bem sintonizados com a vida real se ficassem satisfeitos em produzir um jornal para a militância da Articulação de Esquerda", limitando assim o terreno de atuação da imprensa partidária àqueles que compartilham do mesmo sistema 'doutrinário'. O partidarismo, podemos ler nas entrelinhas, é o limite intransponível do interesse geral que caracteriza a imprensa nas democracias.

Dias depois, a coluna de Fernando Gabeira no Globo de domingo elegeu o mesmo documento, centrando fogo na simples referência à velha e esquecida ideia de hegemonia. Depois de uma rasteira e equivocada apresentação histórica do conceito e da denúncia do seu anacronismo, em consonância com o fim das

---

[5] Disponível em http://valterpomar.blogspot.ie/2014/10/comemoracao-e-luta.html

[6] Disponível em http://m.estadao.com.br/noticias/opiniao,radicais-atacam-de-novo-,1587642,0.htm

experiências do 'socialismo real' e até do eurocomunismo, o colunista escreveu:

> Hegemonia para que visão de mundo, cara-pálida? O conceito pode levar a inúmeros equívocos. Ele é vizinho da onipotência. Contém o desejo do PT de ter a narrativa dominante para a nossa História. Como interpretar uma hegemonia que mascara os números e inaugura a contabilidade criativa? Esse dissolver dos dados reais na ilusão ideológica é um sinal vermelho que se acende na fantasia hegemônica. O verso de Cazuza é o melhor antídoto: sua piscina está cheia de ratos, e suas ideias não correspondem aos fatos[7].

O que se viu nesse momento recente foi a cobrança pública de um pacto construído décadas antes, nos primórdios da estratégia democrática pela qual parte importante da esquerda ajudou a legitimar a imprensa liberal-burguesa, com todas as suas regras falsamente universalistas, como o espaço autorizado do debate político. Tragicamente, apesar do uso de argumentos pouco sofisticados ao elencar as dificuldades de uma empreitada como a construção de um jornal alternativo de massas, o editorial do Estadão parece partir de uma percepção muito concreta da realidade do Brasil naquele momento quando ironiza o interesse que um jornal assumidamente parcial (como se supõe que seria uma publicação editada pelo PT) teria capacidade de despertar.

> [Trata-se de] Uma perspectiva que, mesmo capaz de superar, mediante o investimento de enorme volume de recursos financeiros, as dificuldades de produção industrial e distribuição de um diário de tiragem compatível com a demanda da 'massa', *certamente terá dificuldades para transformar a leitura diária de um jornal em objeto de desejo dessa 'massa'* (grifos nossos).

O cerne da questão parece ser o caráter inapropriado (descolado da realidade) de uma proposta que se afastaria das expectativas do *indivíduo* leitor da grande imprensa, desinteressado de um tipo de veículo que possa ferir sua *autonomia* com enfoques *particulares* que um jornal partidário certamente teria. A certeza desse descolamento, que, como visto, foi incentivado pelas opções da

---

[7] Disponível em http://gabeira.com.br/o-muro-na-cabeca/

própria esquerda, parece presente também na referência musical feita pela resposta de Gabeira quando, revivendo Cazuza, ele lembra ao PT que "suas ideias não correspondem aos fatos". Não fosse a contradição que o uso do termo geraria, ambos os jornais poderiam ironicamente ter afirmado simplesmente que era tarde demais: a esquerda democrática tinha perdido a disputa de hegemonia que formatou, entre outras coisas, a compreensão e o interesse da 'massa' sobre o que é notícia e quais são os limites – liberais – do debate que pode se dar na imprensa. Mais de 30 anos depois, diríamos nós, era tarde demais para mudar as regras do jogo, cobrando a promessa democrática não cumprida pela imprensa brasileira, distraída que esteve desempenhando seu papel de classe. Mais do que isso: parecia tarde demais também para descobrir que ser um dos "lados" ouvidos e representados pela liberdade de imprensa, por dentro das regras do ideário liberal-burguês, nada tinha a ver com a disputa de hegemonia que Gramsci nos ensinou.

Para que essa distinção fique mais clara, debrucemo-nos brevemente sobre os termos do comunista sardo. Nas diversas passagens em que trata do conceito de hegemonia, Gramsci ora está teorizando sobre a necessária combinação de tática/estratégia do *proletariado* na fase moderna do capitalismo, ora está descrevendo o processo, concreto, real e já em curso, de estabilização da dominação *burguesa*. E a diferença entre essas distintas abordagens não é um mero detalhe. Nos dois casos, Gramsci está atualizando o debate sobre as formas que a luta de classes precisa assumir num momento do capitalismo em que, nos países que ele caracterizou como "ocidentais", assiste-se a uma ampliação da chamada "sociedade civil". Na definição que nos parece mais completa, o autor assim apresenta o conceito:

> O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação de força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2007, p. 95)

Assim, ao tratar de hegemonia, Gramsci está, por um lado, analisando as táticas e estratégias que a burguesia usa nessas sociedades de capitalismo avançado para manter a dominação e, por outro, tentando reconhecer como deve ser a resposta organizativa dos trabalhadores na luta para se emancipar da dominação nesse novo contexto.

Trata-se da constatação de que é preciso reconhecer os objetivos distintos que movem as classes em luta e que, por isso, demandam táticas e formas de organização também distintas. Num trecho dos Cadernos do Cárcere em que trata da possibilidade de cada classe lançar mão de táticas ligadas à "arte militar" e à "arte política", Gramsci alerta: "na luta política, não se pode macaquear os métodos de luta das classes dominantes sem cair em emboscadas fáceis" (2007, p. 122). Não basta, portanto, inverter o sinal: para os trabalhadores, a *hegemonia* pressupõe um conjunto de táticas e estratégias próprias, adequadas à sua condição subalterna na luta de classes.

Não existem na obra de Gramsci ilusões, por exemplo, de que o objetivo da luta de 'contra-hegemonia' seja produzir um processo de convencimento ou adesão voluntária da burguesia aos valores e princípios dos trabalhadores. O movimento inverso — ou seja, os trabalhadores aderirem pacificamente aos valores da burguesia — acontece precisamente porque esta busca apresentar como universais os princípios particulares da sua classe, num processo de falsa unificação da sociedade, que se materializa no sistema democrático, com todos os seus instrumentos e aparelhos, inclusive a imprensa.

A luta por hegemonia pressupõe, por isso, uma política de alianças com corte de classe: que não inclui os dominantes e deve se dar sob a 'orientação' dos trabalhadores. Nas suas palavras: "O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um *sistema de alianças* de classe que lhe permita mobilizar *contra o capitalismo e o Estado burguês* a maioria da *população trabalhadora"* (GRAMSCI, 2004, p. 408). E isso pressupõe que se coloque em curso, no interior do leque de alianças, uma "reforma intelectual e moral" (necessariamente ligada a um "programa de reforma econômica") capaz de criar as bases para a construção de uma "vontade coletiva" (GRAMSCI, 2007, p. 18-19). Mas, para isso, os trabalhadores precisam superar a sua própria submissão ideológica aos valores, princípios e aparelhos da classe

dominante. Portanto, antes e como condição para a expansão de uma concepção de mundo no âmbito das alianças conquistadas, a luta pela hegemonia pressupõe um processo de convencimento *interno* à própria classe.

É esse percurso sobre o conceito que nos autoriza a falar da necessidade de uma imprensa de classe, que ultrapasse os limites críticos e plurais de um jornalismo que, mesmo ético, se mantém aprisionado na linguagem, nos conceitos e nas possibilidades da ordem burguesa, apesar dos esforços individuais de boa parte dos jornalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da parte das organizações e personagens da esquerda brasileira, é curioso que a aposta democrática se apresentasse como uma saída gramsciana para um fracassado centralismo leninista que, como vimos, teria marcado boa parte das experiências alternativas do período da ditadura. Isso porque, no aspecto geral, essa abordagem 'democrática' (e reformista) viola a unidade teórica do pensamento de Gramsci, por exemplo, quando confunde a disputa de hegemonia com a limitação da luta por dentro da institucionalidade, quando remete a formação de um bloco histórico à construção de um arco de alianças que inclui setores da burguesia, inclusive na imprensa, e, por fim, quando atribui a esse autor uma valorização da democracia (burguesa) que esconde a clareza que ele tinha sobre o caráter de classe do Estado, considerado em toda a sua ampliação, que inclui a sociedade civil. No campo mais específico da imprensa, cai-se na mesma armadilha quando se nega a concepção unitária de cultura e a formulação de Gramsci sobre um jornalismo integral, que *forma* (pauta) os interesses e, assim, constrói o seu próprio público; e, sobretudo, quando se ignora, na sua obra, a defesa intransigente da necessidade de se construírem aparelhos privados de hegemonia próprios da classe trabalhadora.

Colocando-se no terreno do adversário, essa aposta democrática aceita como válidos os termos universalistas dos instrumentos da democracia burguesa, inclusive a imprensa. E, assim, descarta o princípio de uma imprensa construída a partir de um *projeto político de classe* (e não de um simples projeto de 'esclarecimento' dos 'cidadãos'). Como desdobramento, passa-se a

recusar cada vez mais um jornalismo calcado na organização de uma *visão de mundo unitária e coerente*, limitando-se à defesa de um falso pluralismo de visões que, uma vez apresentadas de forma igualitária, permitiriam ao leitor chegar à conclusão 'por si mesmo'. No rigor do pensamento teórico e político do mesmo Gramsci que muitas vezes essa crítica reivindica, não parece concebível um jornalismo contra-hegemônico que negue esse conjunto de características, porque delas depende a possibilidade de se disputar a consciência e a prática da classe trabalhadora e das massas.

Sobretudo a partir da crise do chamado 'mensalão' e, mais recentemente, da crise política que resultou no fim forçado do ciclo de governos do PT no nível central, é possível que o partido tenha sentido de forma mais grave e concreta essa ausência histórica de instrumentos de comunicação que pudessem "disputar" a "narrativa" dos acontecimentos. Mas, neste trabalho, quando falamos de ferramentas de construção de contra-hegemonia, tratamos de instrumentos da classe e para a classe, que podem ser materializados no esforço de um partido, mas estão a serviço de um bloco muito mais amplo, com objetivos que vão muito além da defesa ou sustentação da governabilidade. Falamos, ainda, de ferramentas que disputam projetos de sociedade e não apenas narrativas que afirmem ou neguem denúncias e difamações. Por isso, mais do que extemporâneo, parece-nos reducionista o lamento segundo o qual a existência de meios próprios de comunicação teria tornado mais fácil o enfrentamento da crise que atinge o partido e seus sucessivos governos. Parece-nos, ao contrário, que a opção - nunca declarada, mas posta em prática - de não construir meios próprios é *expressão* concreta do abandono da perspectiva de disputa de hegemonia pelo partido.

Contribuiu-se, assim, para aprisionar o jornalismo e a imprensa (pelas brechas da grande mídia, ou pelas iniciativas 'alternativas' isoladas, de caráter pequeno-burguês) nos limites *críticos* de um modelo que carrega, em si, uma intransponível identidade de classe. Na comunicação e na luta de classes como um todo, isso representa a sujeição de um projeto pretensamente revolucionário a uma forma pequeno-burguesa, que pode parecer um avanço diante da opressão acachapante de um Estado ditatorial (no passado) e do discurso único produzido pela imprensa empresarial num país com uma mídia monopolista como o Brasil (ainda hoje),

mas que guarda também os germes do reformismo e da conformação à ordem.

Como nos alerta Mattelart, situando no campo da comunicação o que Marx havia descoberto muito antes: “Em última instância, o projeto pequeno-burguês representa, em si, o projeto burguês de recuperação e diluição da mudança revolucionária” (1973, p. 178). E completa: “De vanguarda ilustrada do reformismo, o projeto revolucionário de emancipação da pequena burguesia como tal se transforma um dia ou outro na retaguarda da revolução proletária e no seu inimigo não intencional” (1973, p. 171). Nada nos parece mais pedagógico para esse alerta do que a história brasileira recente, na comunicação e para além dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo, Globo, 2005.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GIANNOTTI, Vito. *Comunicação dos trabalhadores e hegemonia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Núcleo Piratininga de Comunicação, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

________. Escritos Políticos vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, Cátia C. Jornalismo e luta de classes: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia. 331p. Tese (Doutorado) – Escola de Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

KONDER, Leandro. Os intelectuais. In: MELO, José Marques de. *Comunicação e transição democrática*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo, Edusp, 2003.

MATTELART, Armand. *La comunicación masiva en el proceso de liberación*. Cerro del Aguia: Siglo XXI editores S.A., 1973.

NADOTTI, Vanessa Xavier (org.). O PT e a democratização das comunicações. São paulo, Fundação Perseu Abramo, 2016.

Disponível em https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjd286l8PfVAhXIeSYKHX_CAVwQFggmMAA&url=https%3A%2F%2Ffpabramo.org.br%2Fcsbh%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F3%2F2017%2F05%2F15-PT_Democratizacao.das_.Comunicacoes.pdf&usg=AFQjCNEG9ubvsmPSudZXYnFBCF-lRRF8Bg

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resolução sobre democratização da comunicação. Belo Horizonte: 02 de dezembro de 2011. Disponível em https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/RESOLUCAO_COMUNICACAO_DN_DEZ-11.pdf . Acesso em 28 de janeiro de 2015.

________. Resolução sobre a situação política. São Paulo, 29 de julho de 2013. Disponível em http://www.pagina13.org.br/pt/resolucao-do-diretorio-nacional-do-pt-de-29-de-julho-de-2013/#.VK2sNSvF90Q . Acesso em 28 de janeiro de 2015.

________. *Resoluções do 3º Congresso do PT*. São Paulo, Porto Alegre: Partido dos Trabalhadores, 2007.

________. *PT: compromisso com uma agenda estratégica para a comunicação no Brasil.* Brasília/DF: 2011b. Disponível em http://novo.fpabramo.org.br/content/pt-compromisso-com-uma-agenda-estrategica-para-comunicacao-no-brasil. Acesso em 28 de janeiro de 2015.

POMAR, Pedro Estevan da Rocha. Os aparatos de comunicação de massa e a luta pela hegemonia no Brasil. In: *Lutas Sociais*, vol. 19/20. São Paulo: 2º semestre de 2008.

SECCO, Lincoln. *A história do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Carla e CALIL, Gilberto. Apontamentos para uma política de comunicação contra-hegemônica. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 37, junho de 2004.

EPÍLOGO: O INVENTÁRIO DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR E A BUSCA DE UM CAMINHO PARA A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Mauro Luis Iasi

Da nossa vida, em meio da jornada,
Achei-me numa selva tenebrosa,
Tendo perdido a verdadeira estrada.

Dizer qual era é a cousa tão penosa,
Desta brava espessura a asperidade,
Que a memória a relembra ainda cuidosa.
Dante Alighieri [A divina Comédia (Canto I)]

Uma estratégia não é a mera soma de formulações que uma determinada força política apresenta como sua particular leitura da realidade e uma proposta a respeito dos caminhos da transformação social proposta. Uma estratégia expressa em seu corpo uma síntese de sua época histórica, as contradições materiais cristalizadas em um momento da contradição entre as forças produtivas avançadas e as relações sociais de produção existentes, as classes em luta, seus interesses e personificações, a correlação de forças, as formas políticas, assim como o conjunto das representações que constituem a consciência social desta época.

Quando afirmamos que a estratégia que predominou no período que agora se encerra foi a Democrática e Popular, não estamos tentando aplainar as diferenças e a luta entre propostas distintas e forças políticas que compartilham nosso tempo, mas afirmando que ela acaba por expressar algo mais substancial que nos engloba a todos, inclusive aqueles que se apresentam como críticos desta alternativa. Gramsci dizia que somos sempre conformistas de algum conformismo (GRAMSCI, 1999: p. 94). Pois bem, cabe a nós indagar criticamente que tipo de conformismo nos conforma, e que muitas vezes aparece em nossa consciência "sem benefício do inventário", isto é, sem que se apresentem as determinações mais profundas desses juízos e representações, assim

como seus vínculos com os interesses de classe que estão em sua origem.

Este livro faz parte do esforço de buscar este "inventário", esta análise crítica dos elementos que dão forma à consciência social de nossa época e, mais particularmente, à consciência política daqueles que almejam a transformação social. A origem deste esforço, como já foi dito, remonta às atividades de formação do NEP 13 de Maio, especialmente em seu curso sobre a História do Movimento Operário no Brasil. Nesta atividade estudávamos a história do Brasil pela linha mestra das alternativas revolucionárias, iniciando pelo período de predomínio da estratégia anarcossindicalista, a longa hegemonia do PCB e da estratégia Democrática Nacional e sua crise com o golpe de 1964, e a emergência do PT e da Estratégia Democrática Popular.

Sempre buscamos, além de juízos valorativos (do tipo quem estava certo ou errado), compreender os elementos que estavam disponíveis para a análise das forças políticas em luta em cada período, o solo material e histórico sobre o qual atuavam, a dinâmica da luta de classes e sua correlação de forças, assim como o contexto internacional em que se inseriam. Além de um procedimento metodológico da educação popular, no qual Luís Carlos Scapi tem papel fundamental, que colocava os participantes como sujeitos de análises e decisões que podiam conduzir a história para uma ou outra direção, nossa intencionalidade sempre foi criar uma postura que nos levasse à compreensão de que aquela era a nossa história, com seus erros e acertos, seus heroísmos e tragédias. Invariavelmente terminávamos com um olhar bastante crítico sobre o momento presente e as alternativas que se abriam à nossa frente: estaríamos nós, a atual geração de revolucionários, à altura das tarefas de nosso período? Estaríamos lendo corretamente a realidade e derivando caminhos táticos e estratégicos que nos levariam à vitória ou a mais uma derrota?

A história se encarregou de responder a essa questão. Estamos diante de mais uma derrota de nossa classe. Cabe ao inventário proposto responder em que ponto nossa análise se equivocou em captar a natureza de nossa formação social e histórica, a luta de classes, as formas políticas e jurídicas que lhe correspondem e o universo ideal e cultural que expressa essa materialidade. Qual aspecto ou aspectos desconsiderados ou compreendidos inadequadamente se apresentaram como esfinges

que devoraram nossas certezas na inflexão política que encerrou o período em que vivemos?

Creio que o livro que sintetiza nosso rico seminário traz contribuições instigantes sobre vários desses aspectos. Cabe a este epílogo se perguntar sobre o devir. Isto é, diante da derrota, que cenário se abre diante de nós?

Podemos afirmar, grosseiramente, que o centro da análise crítica sobre o período histórico e a estratégia que predominou mostra três incompreensões: sobre a natureza de nossa formação social diante da forma atual da sociedade capitalista mundial; sobre o que isto implica para a dinâmica da luta de classes; e, por último, para o caráter de classe e a forma política do Estado no Brasil.

Na primeira delas se localizam as leituras sobre a possibilidade de desenvolvimento do capitalismo em nosso país, sua possibilidade ou não de trazer ainda aspectos progressistas ou civilizatórios, sua incompletude ou sua forma de inserção subordinada e dependente e daí sua relação com o imperialismo; e, finalmente, a consequência de tudo isso para o enfrentamento das persistentes desigualdades e injustiças que nos marcam como cicatrizes profundas, o papel das políticas públicas e sociais etc.

Na segunda linha de análise, uma incompreensão sobre a estrutura de classes no Brasil, a nova morfologia da classe trabalhadora diante dos novos padrões de acumulação, a consciência de classe em seu movimento próprio e suas inflexões, a natureza do senso comum e a persistência do conservadorismo, a importante questão do sujeito ou dos “novos sujeitos", a compreensão das classes dominantes e do processo de alianças, o papel dos segmentos médios, do “campesinato” ou dos trabalhadores do campo; e, finalmente, das alterações na subjetividade da classe e seu comportamento político.

O terceiro eixo nos parece fundamental, até porque implica nas duas dimensões primeiramente anunciadas. Uma incompreensão do caráter do Estado no Brasil, a crença no amadurecimento de uma suposta “sociedade civil” que poderia se tornar o terreno para o amadurecimento de formas democráticas que interessam fundamente aos trabalhadores, criando a ilusão segundo a qual o terreno em que se desenvolveria a luta de classes seria o do Estado Democrático de Direito, no qual as formas mais claramente violentas e repressivas seriam anacronismos a serem superados pelo

aperfeiçoamento institucional e jurídico e pelo peso, cada vez maior, do protagonismo das massas populares no cenário político.

A combinação dessas três incompreensões teve potencial arrasador diante das intencionalidades da Estratégia Democrático-Popular, uma vez que ela pressupõe como uma verdade consagrada, nos termos de Caio Prado Jr., brechas de desenvolvimento capitalista orientado para o atendimento das demandas da maioria da população, o que, por sua vez, pressupõe um protagonismo político das massas populares para gerar a pressão por essas demandas e uma forma política democrática na qual tais pressões, gradualmente, fossem se convertendo em políticas públicas e numa correlação de forças favorável que fosse capaz de neutralizar o caráter de classe do Estado (também nos termos de Caio Prado Jr). A condição para tanto é a conciliação de classes, com o proletariado abrindo mão de qualquer alternativa revolucionária em troca da suposta abdicação por parte da burguesia de alternativas golpistas. O círculo se fecha com a pré-condição econômica para a conciliação de classes, isto é, um desenvolvimento capitalista "sustentável" capaz de manter as taxas aceitáveis de lucro e a saúde da acumulação capitalista, ao mesmo tempo que gerasse saldos a serem invertidos em políticas voltadas ao enfrentamento dos aspectos mais gritantes das desigualdades sociais.

O terreno material se desfaz sob os pés desta intencionalidade política, fundamentalmente por três fatores ligados aos eixos de nossa análise crítica. Não há espaço para um desenvolvimento capitalista "sustentável" na perspectiva esperada, e isso se dá não apenas pelo caráter dependente e subordinado ao imperialismo (pois isso poderia supor uma forma menos subordinada e dependente), mas pela natureza mesma da forma capitalista plenamente desenvolvida e associada ao capital imperialista.

Essa forma capitalista plenamente desenvolvida implica em novas formas de ser das classes e, em especial, do proletariado, que, no entanto, não alteram no substancial, pelo contrário aprofundam, a necessidade de exploração do trabalho e a forma privada, cada vez mais centralizada e concentrada monopolisticamente, da acumulação da riqueza socialmente produzida. Altera-se a subjetividade da classe, em nossos termos sua consciência de classe, impondo-se a fragmentação e a invisibilidade da classe trabalhadora, intensificando-se as formas de exploração e opressão sobre o conjunto dos trabalhadores e das camadas expropriadas. O

resultado imediato da combinação desses dois primeiros fatores é o agravamento da desigualdade entre as classes possuidoras (e seus aliados funcionais) e as massas trabalhadoras e expropriadas, com o agravante do exponencial crescimento relativo das massas expropriadas e privadas das condições formais de trabalho. A crise material da classe é, também, a crise de sua consciência de classe agravada pelo transformismo de sua principal referência política. Dessa forma, amplos setores das massas trabalhadoras se veem presos à ideologia burguesa e a suas derivações, seja na vertente diretamente política (conservadorismo, neofascismo etc.), seja nas suas derivações religiosas (fundamentalismo, obscurantismo, conservadorismo de valores, culto à família etc.).

Isso nos remete à terceira dimensão, ou seja, as formas políticas. Nesse quadro as formas democráticas e as aclamadas instituições da ordem se tornam absolutamente instáveis, e mesmo supérfluas e ineficazes, no sentido de garantia da ordem do capital. Agora o aspecto repressivo, coercitivo, impositivo da ordem burguesa ganha destaque, e o aspecto restrito, mesquinho, tutelado, "blindado" (DEMIER, 2017) da democracia se escancara.

Segundo nossa análise (IASI, 2014 e 2017), a natureza dessa incompreensão sobre o Estado no Brasil decorre do apartamento de duas características constitutivas do Estado – a coerção e o consenso –, de forma que teríamos substituído um Estado coercitivo por um no qual predominaria a disputa de hegemonia, e, portanto, a busca de formação de consenso. Quanto a nós, afirmamos que o Estado é sempre a unidade entre coerção e consentimento, ainda que por vezes se sobressaia uma ou outra dessas faces. Mas, ainda mais que isso: o consenso é conformado coercitivamente. Em nenhum momento no chamado processo de democratização da sociedade brasileira, a ordem burguesa deixou de cuidar dos instrumentos coercitivos e repressivos do seu Estado, reforçando-os.

Ora, a conjugação desses fatores não apenas fez ruir as bases da Estratégia Democrático-Popular, como ela não supunha nenhuma forma de reação diante da ofensiva explícita do bloco dominante quando ele rompe o pacto de classes que sustentava os governos petistas.

Florestan Fernandes (1975), em seu estudo sobre a revolução burguesa no Brasil, em determinado momento de sua análise afirma que as constatações a que chega seriam evidentes e fáceis de ser

compreendidas, mas dificílimas no momento de tirar as consequências necessárias. Algo parecido ocorre neste momento da crítica à Estratégica Democrática e Popular. Alguns pontos que eram restritos a setores da esquerda, isolados pela acachapante, e em certa medida arrogante, hegemonia petista, agora se tornam nítidos para aqueles que não perderam o bom senso e a mínima razoabilidade.

Entretanto, prevalece uma espécie de inércia na qual a falência das representações ideais na consciência de uma época segue, mesmo em sua crise de correspondência, em sua inautenticidade, como pesadelos a assombrar o cérebro dos vivos, assumindo a forma de uma "ilusão consciente" ou de uma "hipocrisia proposital" (MARX, ENGELS, 2017: p. 283). Ignorando as bases materiais da crise da estratégia, tenta-se reapresentá-la, de preferência com algum tipo de adjetivação que em nada altera sua substância, do tipo: a "verdadeira" estratégia democrático-popular, ou a "original", ou a "revolucionária" etc.

A dificuldade em tirar as consequências necessárias, à qual me referi ao lembrar Florestan, não deve ser minimizada como se fosse apenas uma dificuldade de entendimento. Na verdade, ainda que as constatações precisas sejam feitas, isso não resolve o fato de que as formas organizativas e políticas, assim como as tarefas práticas que foram desenvolvidas no curso do último período, ainda que tenhamos em mente as organizações políticas críticas em relação à estratégia predominante e ao transformismo do PT, são próprias do universo político da estratégia que agora encontrou seu limite instransponível, e, o que é mais sério, totalmente inadequadas e ineficazes no desenho estratégico necessário diante das constatações feitas.

Vejamos mais detidamente as constatações e as consequências que seriam necessárias diante delas.

Se é verdade, e acreditamos que seja, que o capitalismo perdeu o caráter minimamente progressista e civilizador que um dia teve, que não há espaço para qualquer tipo de desenvolvimento capitalista que não seja, na feliz expressão de Teotônio dos Santos, "desenvolver o subdesenvolvimento", aprofundando a subordinação real em relação à ordem do capital imperialista, isso significa que qualquer forma para pensar a organização da vida no Brasil na perspectiva da maioria e da classe trabalhadora passa pela superação da sociabilidade capitalista, da ordem do mercado e da

propriedade privada. A constatação evidente diante de tal conclusão é que o caráter das transformações necessárias em nosso país é anticapitalista e, portanto, socialista.

Essa constatação nos leva ao fato de que o bloco de classes que representa e personifica esses interesses emancipatórios exclui, por definição, qualquer possibilidade de alianças com os segmentos do bloco dominante, leia-se o capital monopolista e imperialista em suas diferentes vertentes (industrial, financeira, comercial, agrária, exportadora etc.; mas, também, as da saúde, educação, moradia, cultura etc.) que só podem sobreviver e continuar lucrando na reprodução das condições de mercado e de mercantilização progressiva da vida, da propriedade e da acumulação privada e do amplo assalariamento e exploração brutal e cada vez mais intensa da força de trabalho.

Diante do fato de que o Estado, quando necessário, como se demonstrou, serve aos interesses do bloco dominante e de seus aliados, inclusive instrumentalizando a formalidade da ordem democrática (midiática, jurídica, institucional, repressiva etc.) para romper sua própria legalidade democrática, produzindo inflexões abertamente excludentes, casuísticas e repressivas, o gradualismo se mostrou impossível. Primeiro porque os segmentos dominantes têm os instrumentos para interromper os processos quando assim julgarem necessário, segundo pelo fato de que o lento processo gradual de acúmulo de forças desarma politicamente a classe para o momento inevitável de ruptura. Isso significa que qualquer estratégia de transformação, ainda que inclua gradualismos e processos longos de acúmulo de forças (como a experiência do PT demonstrou ser possível), em algum momento se verá diante de uma inevitável ruptura (como a experiência do PT também demonstrou). Nesse momento da incontornável ruptura, as classes dominantes comprovaram ter instrumentos e recursos (políticos, militares, ideológicos, midiáticos, ideológicos etc.) que permitem isolar seus inimigos e neutraliza-los, inclusive sem a necessidade de recursos extremos de uso explícito do aparato militar.

Ora, disso se conclui que qualquer estratégia que se pretenda revolucionária (portanto, excluindo-se aqui as diferentes ilusões de que é possível reformar a ordem capitalista burguesa no sentido de humaniza-la), ou seja, anticapitalista e socialista, deve estar preparada para uma ruptura com a ordem institucional vigente e

para enfrentar um grau de polarização e radicalização que, provavelmente, dividirá o país jogando segmentos significativos de massas contra as pretensões revolucionárias, que só poderão seguir nessa direção com um grau muito elevado de organicidade na classe trabalhadora e no proletariado, e tendo a capacidade de aglutinar amplos setores de massa em sua defesa.

Tudo isso pressupõe não apenas formas organizativas qualitativamente distintas daquelas que caracterizaram o período que se encerra, táticas e formas de luta igualmente diversas – o que já será um esforço bastante grande –, como terá que se construir no terreno de uma derrota que foi capaz de isolar os segmentos da esquerda revolucionária duplamente: por um lado, no conjunto da esquerda, em relação às massas, que se fragmentam e serializam-se expressando um inflexão conservadora e, em certa medida, reacionária; por outro lado, no interior da esquerda que ainda guarda ilusões reformistas e legalistas, que insistem nas linhas gerais da estratégia que fracassou, recriando-a no essencial.

Por tudo isso, nos parece que predominará no curto prazo um período de reação, no qual a resistência de classe é o elemento central. No entanto, não será apenas resistindo que nossa classe encontrará o caminho que possa superar os limites da experiência que agora se encerra. Será necessária uma ruptura com a estratégia até então em vigor, que, compreendendo as determinações históricas, políticas e econômicas de nossa formação social, possa encontrar, junto com a classe e a partir de sua luta imediata, os caminhos da emancipação necessária e inadiável.

Referências Bibliográficas

DEMIER, Felipe. *Depois do golpe*: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FERNADES, Florestan. *A revolução Burguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, v. 1.* Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1999.

IASI, Mauro. Estado, ditadura e permanências: sobre a forma política. In: *Ecos do Golpe.* IASI, Mauro e Coutinho, Eduardo Granja (orgs.). Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

________. *Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural.* São Paulo: ICP, 2017.

MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã.* São Paulo: Boitempo, 2017.

PRADO JR, Caio. *A revolução Brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1978.

SOBRE OS AUTORES

André Dantas

Professor de História do Laboratório de Formação Geral na Educação Básica, credenciado no Mestrado em Educação Profissional em Saúde na EPSJV/Fiocruz, onde também coordena o Conselho de Política Editorial. Doutor em Serviço Social pela UFRJ, mestre em Memória Social pela UNIRIO e graduado em História pela UFF. Contato: erdna.dantas@gmail.com

Caio Andrade Bezerra da Silva

Professor na rede pública de educação básica do Rio de Janeiro desde 2011. Mestre em Serviço Social pela UFRJ, bacharel e licenciado em Geografia pela UERJ. Tem experiência em pesquisa e extensão na área de educação. Educador popular do NEP 13 de Maio. Contato: caioandradesilva@gmail.com

Caio Martins

Graduado em Ciências da Administração pela UFSC, mestre em Administração pela UFSC e doutor em Serviço Social pela UFRJ. Tem experiência na área de Administração Pública e pesquisa os temas de movimentos sociais, lutas de classes, formas de organização e burocracia. Educador popular do NEP 13 de Maio. Contato: caioufsc@gmail.com

Cátia Guimarães

Servidora pública da EPSJV/Fiocruz, onde atua como jornalista. Graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela UFRJ, tem especialização em Comunicação e Saúde pela Fiocruz, mestrado em Comunicação e Cultura na Eco/UFRJ e doutorado em Serviço Social pela UFRJ. Contato: catiacguimaraes@gmail.com

Cassius de Brito

Técnico em informações geográficas e estatísticas do IBGE. Mestre em Ciências Sociais e especialista em Teoria Histórico-Cultural (Universidade Estadual de Maringá). Membro do Grupo de Pesquisa "Política, Estado e América Latina". Educador popular do NEP 13 de Maio. Contato: cassiusdebrito@gmail.com

Daniel Lage

Analista de Sistemas. Pós-graduado em Ciência Política pela Universidade Federal de São Paulo, com três anos de experiência como professor em universidades privadas na área de sociologia e projetos. Educador popular do NEP 13 de Maio. Contato: dnlage@gmail.com

Daniela Albrecht

Psicóloga, servidora da rede de saúde mental do Rio de Janeiro. Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ e doutoranda em Serviço Social pela UFRJ. Militante socialista e do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (NEMLA-RJ/MNLA). Educadora popular do NEP 13 de Maio.

Contato: danialbrecht@gmail.com

Elias Moreira

Professor de História da Rede Pública Estadual - SP. Mestre em Educação pela UNIMEP. Educador popular do NEP 13 de Maio. Contato: hmeliass@yahoo.com.br

Fernando Correa Prado

Professor da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Doutor em Economia Política Internacional pela UFRJ, mestre em Estudos Latino-americanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e graduado em Ciências Econômicas pela UFSC. Educador popular do NEP 13 de Maio. Contato: fernandoprado@gmail.com

Isabel Mansur Figueiredo

Graduada em Ciências Sociais pela UFRJ, mestra em Políticas Públicas de Saúde pela UFRJ, doutora em Serviço Social pela UFRJ. Tem experiência na área de sociologia, saúde coletiva, direitos humanos e economia política. Educadora popular do NEP 13 de Maio. Contato: isabelmansur@gmail.com

Juliana Souza Bravo de Menezes

Assistente Social do Hospital Federal de Bonsucesso/Ministério da Saúde. Especialista e Mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz). Doutora em Serviço Social (UFRJ). Pesquisadora e integrante do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro e da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. Contato: julianasbravo@gmail.com

Mauro Iasi

Professor Associado I da Escola de Serviço Social da UFRJ. Graduado em História pela PUC-SP, mestre e doutor em Sociologia pela USP. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ideologia/UFRJ. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM/ESS/UFRJ). Educador popular do NEP 13 de Maio. Contato: mauroiasi@gmail.com

Morena Gomes Marques

Professora da Escola de Serviço Social da UNIRIO, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. Graduada em Serviço Social pela UFRJ, mestra em Serviço Social pela UERJ. Contato: morenamarques@yahoo.com.br

Rodrigo Castelo

Professor da Escola de Serviço Social da UNIRIO e pesquisador do Grupo de Trabalho (GT) sobre a teoria marxista da dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Editor do blog Literatura Marxista (https://literaturamarxista.wordpress.com/).Contato: rodrigo.castelo@gmail.com

Stefano Motta

Graduado em Ciências Políticas e Sociais na Universitá degli Studi di Bologna, mestre em Development Studies na University of East Anglia e doutor em Serviço Social na UFRJ. Educador popular do NEP 13 de Maio. Contato: stefanomotta@yahoo.com

Suenya Santos

Professora adjunta c1 da Universidade Federal Fluminense. Graduada, mestra e doutora em Serviço Social pela UFRJ. Vem pesquisando os temas da agricultura familiar e camponesa, da questão agrária, dos movimentos sociais camponeses, do trabalho e da reprodução social no espaço agrário. Contato: suenya_s@hotmail.com

Victor Neves

Professor da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador no grupo Dinheiro Mundial e Financeirização (UFES) e no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Música e Educação (UFES). Doutor em Serviço Social/UFRJ. Graduado em Música-Composição/UFRJ. Educador popular do NEP 13 de Maio. Contato: victornsouza01@gmail.com